00100.087661/2017-60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXII SUP. C AO Nº 17, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2017

MENSAGEM Nº 8/2017-CN

Encaminha o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, referente ao ano-base 2016.

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)
3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)
2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)
3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)
2º - Deputado César Halum (PRB-TO)
3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)
4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

MENSAGEM DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2017

Encaminha, em cumprimento ao art. 13 da Lei nº 13.249, de 2012, de 13 de Janeiro de 2016, combinado com o art.6º do Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2017, ano base 2016.

Mensagem nº 171 de 2017, na origem
DOU de 25/05/2017

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:
- Mensagem

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 01/06/2017

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 171

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do inciso II do art. 13 da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, combinado com o art. 6º do Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, encaminho a Vossas Excelências o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019.

Brasília, 29 de maio de 2017.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Governo
Subchefia de Assuntos Parlamentares
DOCUMENTO ASSINADO ELETRÔNICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Edmar Alves de Jesus
Brasília 26/5/17 H 11:56

EM nº 00120/2017 MP

Brasília, 25 de Maio de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, ano-base 2016, que contribui para a análise dos resultados alcançados pelo Governo Federal no exercício em questão, primeiro ano do ciclo do PPA vigente, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos integrantes do referido Plano.

2. O artigo 13, caput, inciso II, da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual para o período 2016-2019, estabelece que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional Relatório Anual de Avaliação do PPA, contendo:

a) análise do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e realizados;

b) análise da situação, por programa, dos indicadores, objetivos e metas, informando as medidas corretivas a serem adotadas quando houver indicativo de que metas estabelecidas não serão atingidas até o término do Plano; e

c) execução financeira das ações vinculadas aos objetivos dos programas temáticos

3. O Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.249/2016, determina, em seu art. 6º, caput, que o Relatório deve ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de maio do ano subsequente ao exercício avaliado.

4. O documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro relativo à avaliação do PPA, e o segundo reservado aos quadros demonstrativos da evolução dos indicadores, das metas e dos recursos orçamentários e financeiros. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

5. A avaliação do PPA 2016-2019 inclui um sumário executivo, contendo o resumo dos principais destaques observados no exercício de 2016, e compreende uma análise das variáveis macroeconômicas mais relevantes. As avaliações dos 54 programas temáticos consideram as informações do monitoramento do PPA e estão organizadas conforme as seguintes áreas: Política Social e Segurança Pública, Políticas de Infraestrutura, Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Temas Especiais.

6. São essas, Senhor Presidente, as razões para submeter à elevada consideração de Vossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Excelência o referido Relatório.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Dyogo Henrique de Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aviso nº 205 - C. Civil.

Em 29 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório de avaliação do PPA.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República concernente ao Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

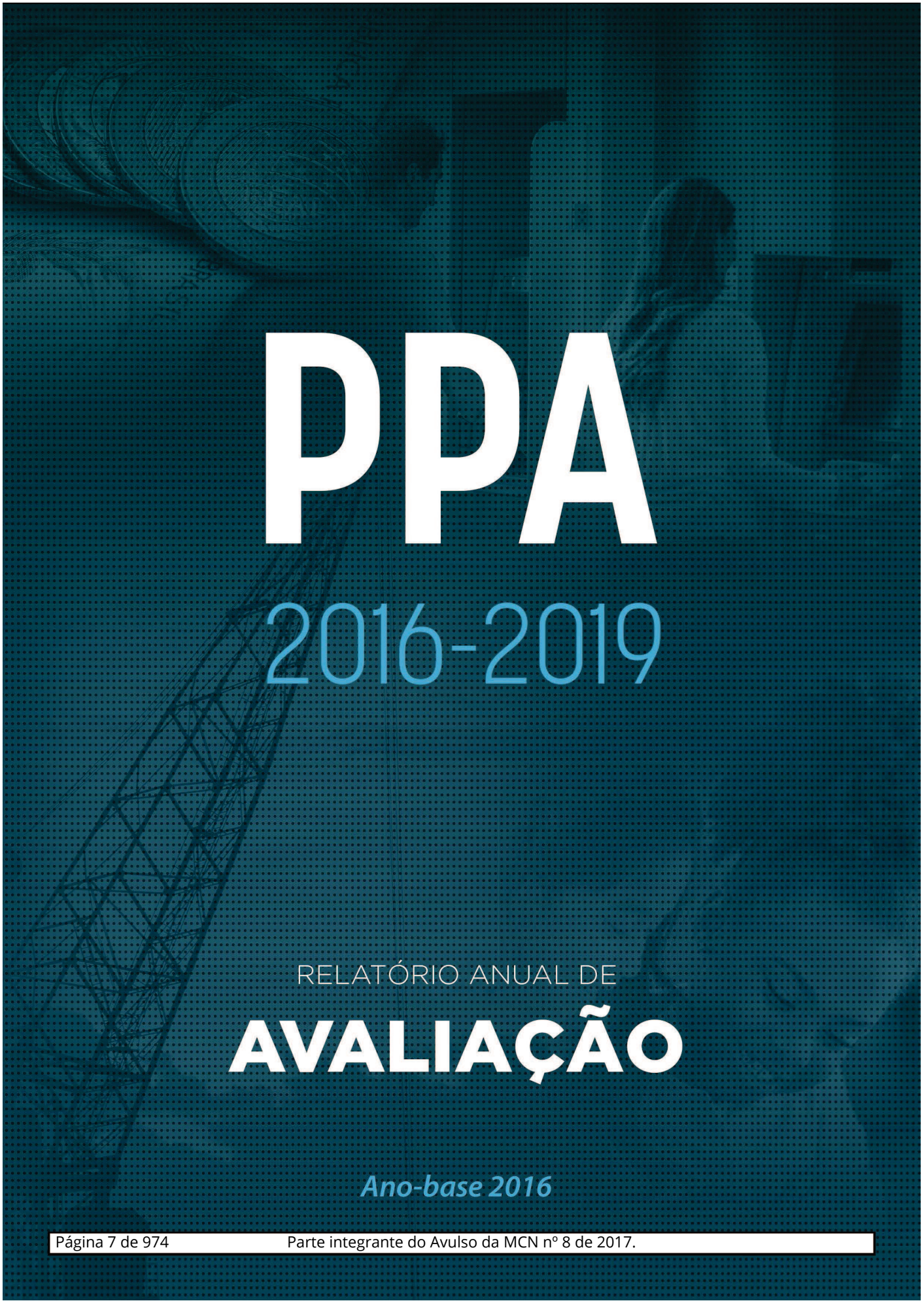
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Excelência o referido Relatório.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Dyogo Henrique de Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTRO DE ESTADO
Dyogo Henrique de Oliveira

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Esteves Pedro Colnago Junior

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS
Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS
Júlio Alexandre Menezes da Silva

DIR. DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
Roberto Endrigo Rosa

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MACROECONÔMICOS E FISCAIS
Fábio Ribeiro Servo

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MICROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS
Cláudio Evangelista de Carvalho

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FINANCEIROS
Sérgio Ricardo Calderini Rosa

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PPA
2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Plano Plurianual

ANO-BASE 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

INTRODUÇÃO 7
Estrutura e Metodologia do PPA 2016-2019 ... 7
Monitoramento do PPA 2016-2019 ... 12

AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO DE 2016 14
Cenário Fiscal ... 15
Cenário Macroeconômico ... 16
PIB pela Ótica da Oferta ... 18
PIB pela Ótica de Demanda ... 20
Emprego e Renda ... 21
Salário Mínimo ... 21
Conclusão ... 22

SUMÁRIO EXECUTIVO 23
Síntese Numérica do PPA em 2016 ... 24
Destaques dos Programas Temáticos ... 31

AVALIAÇÕES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS 50
SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA 50
Programa 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ... 51
Programa 2027 - Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento ... 58
Programa 2080 - Educação de Qualidade para Todos ... 67
Programa 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento ... 81
Programa 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) ... 88
Programa 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar ... 96
Programa 2019 - Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais ... 102
Programa 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública ... 108
Programa 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência ... 118
Programa 2061 - Previdência Social ... 125
Programa 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo ... 132
Programa 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude ... 139
Programa 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária ... 144
Programa 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência ... 150
Programa 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos ... 154
Programa 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes ... 161
Programa 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas ... 166
Programa 2085 - Redução do Impacto Social do Álcool e outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social ... 174
Programa 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária ... 179
Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional ... 184

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO

INFRAESTRUTURA **192**
Programa 2017 - Aviação Civil ... 193
Programa 2022 - Combustíveis ... 200
Programa 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento,a Inclusão e a Democracia ... 205
Programa 2033 - Energia Elétrica ... 213
Programa 2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral ... 221
Programa 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres ... 226
Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito ... 232
Programa 2049 - Moradia Digna ... 238
Programa 2053 - Petróleo e Gás ... 241
Programa 2054 - Planejamento Urbano ... 248
Programa 2068 - Saneamento Básico ... 254
Programa 2086 - Transporte Aquaviário ... 257
Programa 2087 - Transporte Terrestre ... 263

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL **269**
Programa 2077 - Agropecuária Sustentável ... 270
Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação ... 278
Programa 2024 - Comércio Exterior ... 285
Programa 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade ... 292
Programa 2028 - Defesa Agropecuária ... 299
Programa 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços ... 306
Programa 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo ... 313
Programa 2050 - Mudança do Clima ... 320
Programa 2052 - Pesca e Aquicultura ... 326
Programa 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária ... 332
Programa 2083 - Qualidade Ambiental ... 339
Programa 2084 - Recursos Hídricos ... 345
Programa 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil ... 353

TEMAS ESPECIAIS **358**
Programa 2058 - Defesa Nacional ... 359
Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública ... 367
Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial ... 375
Programa 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios ... 383
Programa 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica ... 388
Programa 2056 - Política Espacial ... 396
Programa 2082 - Política Externa ... 403
Programa 2059 - Política Nuclear ... 408

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

APRESENTAÇÃO

O governo federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2016, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, bem como trazendo um balanço das realizações nesse período inicial deste ciclo do PPA.

Além de cumprir a determinação legal contida na Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente, cuja implementação é regulamentada pelo Decreto 8.759, de 10 de maio de 2016, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à população. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo país na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro relativo à avaliação geral e temática do PPA, e o segundo reservado aos quadros demonstrativos da evolução dos indicadores, das metas e dos recursos orçamentários e financeiros. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama abrangente do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

Esta avaliação do PPA 2016-2019 apresenta como novidade um sumário executivo, contendo grandes números referentes à evolução do plano até o momento, e o resumo dos principais destaques observados no exercício de 2016. Além disso, é apresentada uma análise das variáveis macroeconômicas mais relevantes no período e as avaliações dos programas organizadas conforme as seguintes áreas temáticas: Social e Segurança Pública, Infraestrutura, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Temas Especiais. Essas avaliações foram organizadas a partir de informações fornecidas pelos órgãos do governo federal relativas ao ano-base de 2016, e abrange os 54 programas temáticos do PPA 2016-2019, considerando as informações do monitoramento relacionadas nas análises situacionais dos objetivos e das metas de cada programa, bem como as considerações dos órgãos executores sobre os principais indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INTRODUÇÃO

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de aprimorar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto de desenvolvimento consolidado no PPA busca conciliar o crescimento econômico com a inclusão social. As expectativas crescentes da sociedade exigem esforços cada vez maiores do Estado, seja com mais serviços públicos, seja com mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade da economia e a qualidade de vida das pessoas, e ainda buscando equilíbrio fiscal e progresso econômico com sustentabilidade e estabilidade. Para enfrentar esses desafios e aproximar cada vez mais as políticas públicas da realidade e dos anseios da sociedade, foram empreendidas melhorias com a finalidade de aprimorar tanto o próprio PPA quanto o seu processo de construção, fortalecendo seu caráter de espaço institucional de organização da atuação governamental.

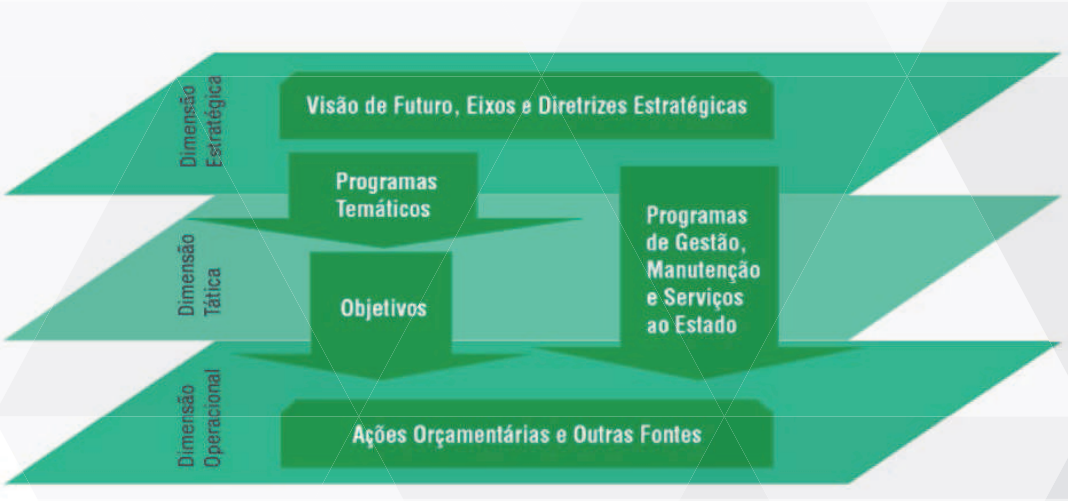
ESTRUTURA E METODOLOGIA DO PPA 2016-2019

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 traz elementos consistentes com os planos anteriores e também apresenta algumas inovações que dão sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no governo federal. Seus atributos estão relacionados aos seus programas temáticos, incluindo indicadores, e podem ser organizados em agendas transversais e específicas, num arranjo que auxilia tanto no desenho das políticas públicas quanto no seu acompanhamento pela administração.

A estrutura do PPA é dividida em dois grandes blocos: a dimensão estratégica e a dimensão tática ou programática, explicitadas na figura 1 abaixo. A dimensão estratégica é subdividida em visão de futuro, eixos e diretrizes estratégicas, enquanto a dimensão programática compreende os programas temáticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

FIGURA 1 - DIMENSÕES DO PPA 2016-2019



Elaboração: Seplan/MP

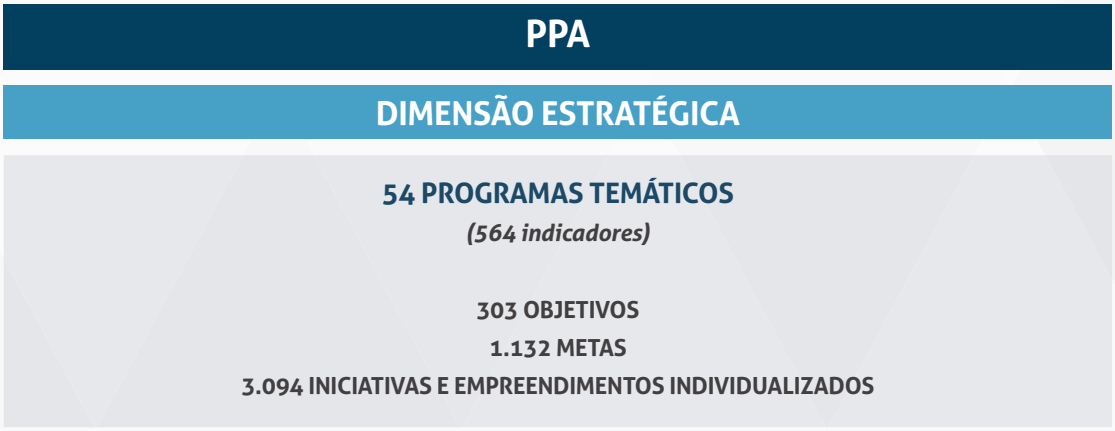
O PPA 2016-2019 foi elaborado mediante um processo de ampla discussão dentro do governo federal, com o envolvimento de diversos órgãos, e também de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas e entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade.

Em que pese a metodologia do PPA 2016-2019 ter preservado a essência da estrutura e dos conceitos consolidados nas edições anteriores, também incorporou algumas novidades. As mudanças concentraram-se essencialmente em dois pontos. O primeiro foi reforçar o caráter estratégico do Plano Plurianual, na medida em que contém uma visão de futuro e um conjunto de eixos e diretrizes que orientam a construção dos programas temáticos, expressando os cursos de ação propostos para o alcance dos resultados planejados. Existe uma conexão lógica que permite visualizar como a proposta anunciada na dimensão estratégica orienta as escolhas das políticas públicas materializadas em objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos, expostos na dimensão programática. O segundo ponto de mudança teve como foco qualificar o conteúdo dos programas temáticos, que passam a expressar com maior clareza as escolhas de política pública para cada área por meio de seus atributos, que expressam as entregas mais relevantes e estruturantes para sua implementação.

De forma articulada com as 28 diretrizes estratégicas e os 4 eixos estratégicos, a construção do PPA 2016-2019 resultou em 54 programas temáticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do governo federal até 2019, por meio de seus 564 indicadores, 303 objetivos, com 1.132 metas e 3.094 iniciativas, conforme figura 2 abaixo. O valor global original do PPA para o conjunto dos 4 anos entre 2016 e 2019 atinge R$ 8,28 trilhões, incluindo recursos orçamentários e financiamentos extraorçamentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

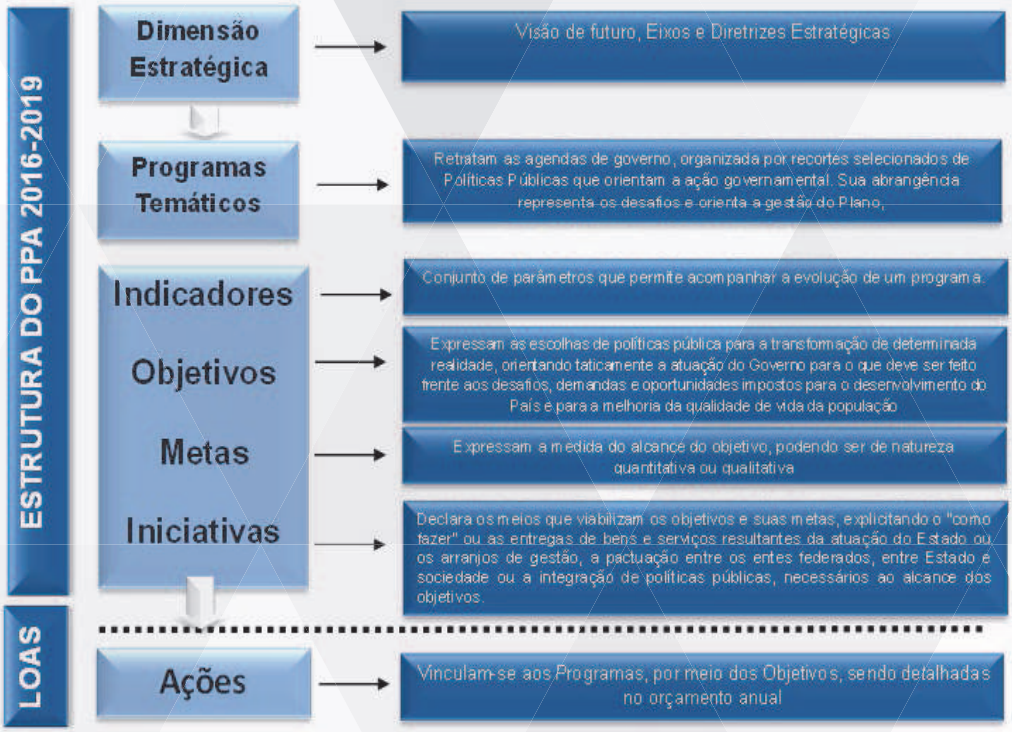
FIGURA 2 - PLANO PLURIANUAL 2016-2019



Elaboração: Seplan/MP

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019 com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, expressam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade, quais os resultados pretendidos e como será feito. Os objetivos asseguram o vínculo com as ações orçamentárias detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais e com os Financiamentos Extraorçamentários, nos casos previstos. O esquema representado na figura 3 abaixo sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

FIGURA 3 - ESTRUTURA DO PPA 2016-2019



Elaboração: Seplan/MP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O resultado consolidado do trabalho de elaboração do PPA 2016-2019 pode ser acessado pelo link http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo edições anteriores.

MONITORAMENTO DO PPA 2016-2019

O trabalho de monitoramento do PPA está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pela Portaria 19, de 3 de fevereiro de 2017, ambas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre os programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

Assim, os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019 com declarações e compromissos orientadores da ação governamental. Dessa forma, a estratégia de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 está centrada no alcance das prioridades da administração pública federal. Isto significa acompanhar a execução de cada programa com flexibilidade, visando à adequação às suas especificidades, e respeitando a forma de organização e a disponibilidade de informações em cada caso. A prática da gestão do Plano Plurianual busca também a adoção de mecanismos de estímulo à participação da sociedade e à cooperação federativa, com intercâmbio e disseminação de informações.

O monitoramento representa fonte de aprendizado sobre a realidade de implementação e execução das políticas públicas e visa informar e subsidiar os processos de tomada de decisão. Isso requer um monitoramento dinâmico, sistêmico e abrangente nas diversas dimensões das políticas públicas. Nesse sentido, são relevantes as informações sobre a implementação de programas e políticas prioritárias, agendas transversais e ainda ações voltadas para públicos específicos. Também é propósito do monitoramento captar subsídios para orientar a revisão do Plano Plurianual.

Esse esforço serve para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O órgão responsável por objetivo e meta de programa temático presta informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) sobre os atributos de sua competência para registro e posterior consolidação de relatórios anuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

Cabe ressaltar que, em 2016, a economia brasileira passou por mais um ano de importantes ajustes na busca da retomada do crescimento econômico equilibrado. O maior desafio tem sido a recuperação da sustentabilidade fiscal das contas públicas, fortemente impactada não só pela expressiva queda da arrecadação federal, mas também por problemas estruturais, que vêm sendo enfrentados com medidas importantes, como as propostas pelo Novo Regime Fiscal e pela reforma da previdência. Sendo assim, ficou comprometido o espaço fiscal para a despesa pública, especialmente a de natureza não obrigatória, afetando a execução de metas e iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO DE 2016

Em 2016, a economia brasileira passou por mais um ano de fortes ajustes na busca da retomada do crescimento econômico sustentado. O maior desafio tem sido a recuperação da sustentabilidade fiscal (conforme demonstrado na Figura 4, a seguir) e a solução para a situação de alavancagem financeira de famílias e empresas, de modo a restaurar plenamente a confiança dos agentes econômicos.

O desequilíbrio fiscal está na raiz da maior recessão que o Brasil já vivenciou na sua história e que dominou o cenário econômico em 2016. O desequilíbrio das contas do governo federal somou-se à crise fiscal de alguns importantes estados brasileiros. Isso comprometeu não só o poder de compra do setor público, em especial o investimento do governo, como também levou à captura de parte das poupanças doméstica e externa pelo setor público que, em condições normais, seriam destinadas ao setor produtivo, e elevou o endividamento público, impactando o custo de rolagem da dívida pública e elevando o custo do capital na economia.

FIGURA 4 - SISTEMÁTICA DE AÇÕES DO GOVERNO



Elaboração: MP, 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa elevação do custo do capital gerou dois efeitos importantes: o desincentivo à atividade produtiva, seja pela via do consumo, seja pela via do investimento; e a elevação do custo do crédito às famílias e às empresas. Neste último caso, as empresas viram sua despesa financeira aumentar ao mesmo tempo em que sua receita com vendas diminuía, gerando excessiva alavancagem financeira que realimentou o processo recessivo. Por fim, a queda da atividade econômica impactou negativamente a arrecadação pública, retroalimentando o desequilíbrio fiscal.

Os efeitos da crise econômica iniciada nos anos anteriores provocaram maior demora na retomada da confiança de empresários e consumidores, o que se refletiu basicamente em aumento das taxas de desemprego e redução da produção e das vendas, além de postergação de investimentos produtivos. Houve ainda alguns reflexos remanescentes das intempéries climáticas que reduziram a safra agrícola e pressionaram os preços de alimentos entre 2015 e 2016. No final do 1º semestre de 2016, consolidou-se a transição política e o cenário registrou sinais de melhora, especialmente quanto às expectativas dos agentes econômicos.

Não obstante, a aprovação do novo regime fiscal, pela Emenda Constitucional nº 95/2017, com regra de limite para os gastos públicos no longo prazo e o arrefecimento da inflação, convergindo para a meta, são fatores que ajudam a propiciar um novo ambiente para retomada da atividade econômica e geração de emprego e renda a partir de 2017.

CENÁRIO FISCAL

O cenário de referência proposto para o Plano Plurianual 2016-2019, apresentado em 2015, já espelhava em parte as dificuldades iniciais e a trajetória de recuperação ao longo do período. Do ponto de vista da recuperação da capacidade fiscal do Estado para implementar políticas públicas, esperava-se Resultado Primário do Setor Público negativo em 2016 (estimado em -0,34% do Produto Interno Bruto) e recuperação do superávit nos anos seguintes (+1,3% do PIB em 2017 e +2,0% do PIB em 2018 e em 2019), com estabilização da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em torno de 40% do PIB no período. Em consequência, haveria redução paulatina da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) para nível próximo de 67% do PIB ao longo do período (Tabela 1).

TABELA 1 - CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA PPA 2016-2019 E CENÁRIO LOA 2017

PPA 2016-2019

CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA EM 2015

	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
(em % do PIB)	2016	2017	2018	2019
Superávit primário	-0,34	1,30	2,00	2,00
Governo Central	-0,49	1,10	1,65	1,65
DLSP	39,00	40,20	40,10	39,90
DBGG	68,40	68,80	68,20	67,30
Resultado nominal	-5,86	-3,54	-2,60	-2,58

CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA DA LOA 2017

	Observado	Projeção LDO 2017 (dez/2016)		
(em % do PIB)	2016	2017	2018	2019
Superávit primário	-2,48	-2,11	-0,90	0,21
Governo Central	-2,54	-2,05	-1,08	0,00
DLSP	46,01	48,30	50,30	51,70
DBGG	69,64	76,60	78,10	78,70
Resultado nominal	8,95	-8,00	-6,10	-4,90

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF) e Banco Central do Brasil (BCB).

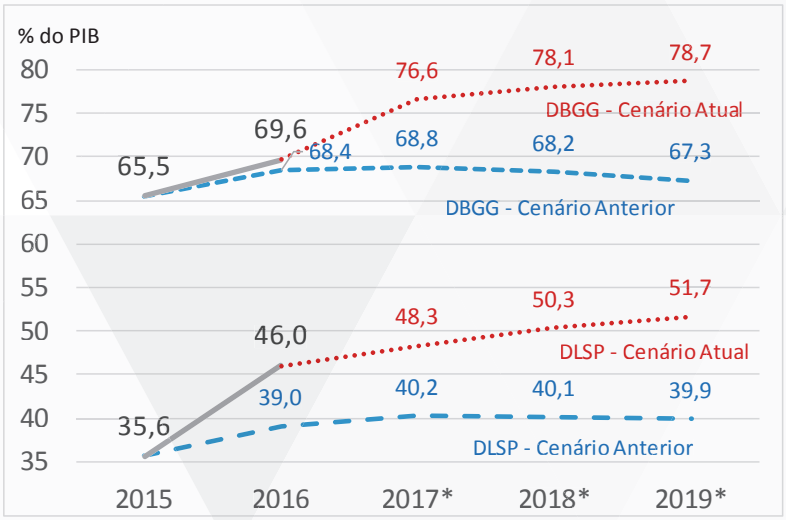
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan/MP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No entanto, as condições em 2016 mostraram-se mais adversas. O déficit primário observado foi de 2,48% do PIB, bem maior do que o estimado (-0,34% do PIB). Com isso, no cenário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017 e para a Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, foram alterados os prognósticos de resultado primário e de evolução da dívida pública.

A nova trajetória do resultado primário implica previsão de déficits ainda nos anos de 2017 (-2,11% do PIB) e de 2018 (-0,90% do PIB), embora com trajetória de recuperação, o que contribuirá para a possibilidade de geração de superávit primário em 2019 (0,21% do PIB). Não obstante o esforço fiscal de redução do déficit nominal de 8,95% do PIB em 2016 para 4,90% do PIB em 2019, a dívida pública, tanto a bruta quanto a líquida, ainda tenderá a crescer um pouco no período para depois se estabilizar, podendo chegar a DLSP, em 2019, ao patamar de 51,7% do PIB, e a DBGG, em 78,7% do PIB, dado o nível inicial em 2016 ter ficado bastante acima do previsto inicialmente (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 - TRAJETÓRIA DA DÍVIDA PÚBLICA - 2015 A 2019



Fonte: MP, MF e BCB. Elaboração: Seplan/MP. * Projeção.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

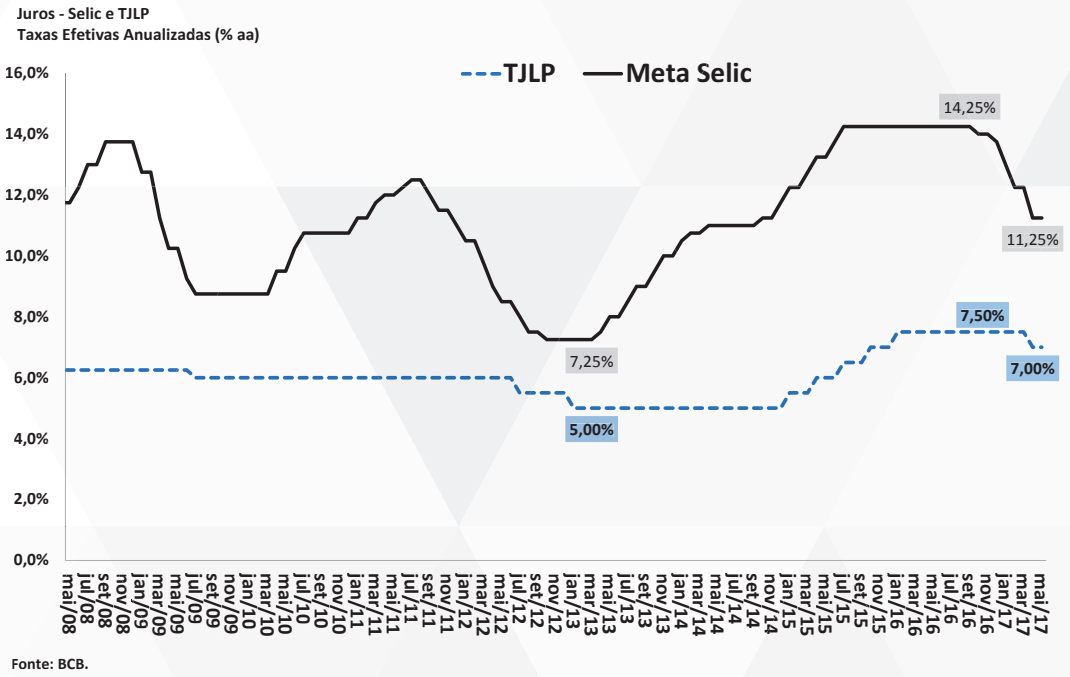
Do ponto de vista da atividade econômica, o cenário de referência, proposto em 2015 para o PPA 2016-2019, tinha como pressuposto a recuperação da produção já em 2016, o que refletiria o recuo da inflação e dos juros e a retomada da confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse cenário, entretanto, não se confirmou em 2016. Mesmo com alguns sinais de maior confiança de empresários e consumidores, da recuperação da produção em alguns setores, do arrefecimento da inflação e da flexibilização das taxas de juros e do ajuste cambial, o desempenho da economia ficou aquém do esperado.

Ao longo de 2016, notou-se certa retomada da confiança de empresários (alta de 18,3%) e consumidores (2,6%), o início da recuperação da produção ao longo do ano em alguns setores (como a indústria extrativa mineral e a produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto) e o arrefecimento da inflação (redução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA de 10,67% em 2015 para 6,29% em 2016). Também se observou a flexibilização das taxas de juros, com recuo da Meta da Taxa Básica de Juros Selic, de 14,25% aa em 2015 para 13,75% a.a. em 2016, movimento que tem continuado em 2017, com redução da Meta Selic para 11,25% em abril; e a redução do nível da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, passando de 7,5% a.a., em 2016 e no 1.tri.2017, para 7,0% no 2.tri.2017 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 - TAXAS DE JUROS - META SELIC E TJLP



Fonte: BCB.

A taxa de câmbio fechou o ano de 2016 em R$ 3,48/US$, representando mais um ano de correção, em parte ligada à expectativa de aumento das taxas de juros americanas e a consequente valorização do dólar. Esse ajuste cambial permitiu certo avanço das exportações, incentivando a retomada da produção para o setor externo. Da mesma forma, retraíram-se as importações e potencializou-se o aumento paulatino do superávit na balança comercial, que chegou a US$ 46,9 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dados os efeitos adversos à atividade econômica, a economia brasileira apresentou queda de 3,6% do PIB em 2016, praticamente repetindo o desempenho de 2015 (-3,8%).

PIB PELA ÓTICA DA OFERTA

Na oferta agregada, nota-se frustração da produção esperada para os três setores da economia em 2016. De expectativa de alta modesta do PIB (+0,20%) em 2016 no cenário original do PPA 2016-2019, passou-se a observar uma queda generalizada e intensa do PIB (-3,6%), em especial na agropecuária (-6,6%), seguida da indústria (-3,8%) e também dos serviços (-2,7%), configurando estado de recessão econômica no ano (Tabela 2).

TABELA 2 - CENÁRIO PARA O PIB - ÓTICA DA OFERTA AGREGADA

PPA 2016-2019

CENÁRIO MACROECONÔMICO DE 2015 - PIB - COMPONENTES DA OFERTA

	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
(var. real em % aa)	2016	2017	2018	2019
PIB	0,20	1,70	2,00	2,50
Agropecuária	1,18	2,18	2,21	2,69
Indústria	0,24	2,22	2,68	3,27
Serviços	0,10	1,39	1,63	2,07

CENÁRIO COM PROJEÇÕES DE MERCADO DE 2017 - PIB - COMPONENTES DA OFERTA

	Observado	Projeção Focus/BCB (28/abr/2017)		
(var. real em % aa)	2016	2017	2018	2019
PIB	-3,60	0,46	2,50	2,50
Agropecuária (Focus)	-6,60	6,00	3,00	3,00
Indústria (Focus)	-3,80	0,85	3,00	2,50
Serviços (Focus)	-2,70	-0,07	2,00	2,30

Fonte: IBGE/MP, MF e BCB. Elaboração: Seplan/MP

No setor primário, a agropecuária apontava para crescimento de 1,18% em 2016 no cenário original, pois se esperava continuidade da expansão da safra das principais culturas. Todavia, em 2016, as intempéries climáticas reduziram a produtividade de lavouras importantes, principalmente milho e arroz, e em menor magnitude a soja. Avaliações preliminares da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do IBGE apontam para a recuperação da safra em 2017. O crescimento de 6,0% em 2017 para a agropecuária, esperado pelo mercado (estimativa BCB/Focus de 28/04/2017), permitirá recuperar parte da safra perdida em 2016, com retomada gradual do ritmo nos anos seguintes. Estimativa de março de 2017 (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA – IBGE) aponta safra de grãos de 230,3 milhões de toneladas em 2017, alta de 25,1% ante 2016.

Para a indústria, a continuidade da retração do mercado interno afetou o desempenho do setor secundário em 2016, apenas amenizado pela tênue recuperação das exportações de manufaturados. Com isso, as expectativas de recuperação do setor industrial foram postergadas para o ano de 2017 e seguintes (estimativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BCB/Focus de 28/04/2017), mas em magnitude bem mais modesta, passando de 2,18% no cenário original para 0,85% no cenário atual, para o ano de 2017, com retomada gradual do ritmo nos anos seguintes.

O setor terciário teve seu desempenho fortemente afetado pelo aumento do desemprego e a retração da renda e do crédito. Comércio e serviços, que vinham mantendo desempenho positivo, também passaram a apresentar forte retração em 2016. Como consequência, a estimativa de leve crescimento em 2016, apresentada no cenário original, transformou-se em retração forte observada no ano (-2,70%). Com isso, o desempenho esperado para os serviços em 2017 (estimativa BCB/Focus de 28/04/2017) é de apenas relativa estabilidade para saída da recessão (-0,07%), com gradual retomada do rimo de crescimento nos anos seguintes.

A consequência desse contexto é a necessidade de revisão dos pressupostos econômicos do cenário inicial do PPA 2016-2019. Com base nos parâmetros macroeconômicos da LOA 2017 (revisão de março/2017) e do PLDO 2018 (abril/2017), percebe-se que a retomada mais robusta do crescimento econômico fica postergada em um ano. Continua válido, no entanto, o comportamento de recuo da inflação, tendendo para o centro da meta e o consequente espaço para continuidade do processo de redução das taxas de juros, resultando em crescimento do PIB de 0,5% em 2017 (Tabela 3). Tais pressupostos poderão ser ainda ajustados de acordo com a atualização periódica da grade de parâmetros que dá base ao processo orçamentário.

TABELA 3 - PARÂMETROS MACROECONÔMICOS DO PPA 2016-2019 E PARÂMETROS DA LOA 2017 E PLDO 2018

PPA 2016-2019

CENÁRIO MACROECONÔMICO - GRADE DE PARÂMETROS DE 2015

	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
	2016	2017	2018	2019
PIB (var. real em % aa)	0,20	1,70	2,00	2,50
IPCA (% aa)	5,40	4,50	4,50	4,50
PIB nominal (R$ bilhões)	6.253	6.731	7.211	7.741
Taxa Selic (final de período em % aa)	12,00	10,75	10,00	10,00
Taxa de câmbio (média no ano em R$/US$)	3,39	3,47	3,48	3,53
Salário Mínimo	865,46	910,45	957,81	1.020,83

CENÁRIO MACROECONÔMICO - GRADE DE PARÂMETROS DE 2017

	Observado	Projeção PLDO 2018 (Abr/2017)		
	2016	2017*	2018	2019
PIB (var. real em % aa)	-3,60	0,50	2,50	2,50
IPCA (% aa)	6,29	4,30	4,50	4,50
PIB nominal (R$ bilhões)	6.267	6.705	7.244	7.818
Taxa Selic (final de período em % aa)	13,75	9,30	9,00	9,00
Taxa de câmbio (média no ano em R$/US$)	3,48	3,30	3,36	3,50
Salário Mínimo	880,00	937,00	979,00	1.029,00

* 2017: Valor do salário mínimo é o válido desde jan/2017. Demais parâmetros seguem a revisão de mar/2017.

Fonte: MP, MF, IBGE, MTE e BCB. Elaboração: Seplan/MP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para consolidar a recuperação da produção e a retomada do ritmo de crescimento, as medidas governamentais adotadas têm sido essenciais para dar suporte a essa estratégia, em especial àquelas ligadas ao aumento de produtividade e competitividade, assim como o controle da inflação e o consequente espaço para redução dos custos de capital, incentivando o investimento produtivo e a geração de emprego e renda.

No ano de 2016, o ajuste macroeconômico começou a consolidar-se, com destaque para as medidas voltadas ao cumprimento da meta fiscal de 2016, a aprovação da PEC do limite do gasto público (EC nº 95, de 15/12/2016), início do debate da reforma da Previdência Social, revisão de programas e políticas públicas no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais - CMAP (Auxílio-doença, Seguro-defeso e Benefício da Prestação Continuada – BPC), redução do gasto real de custeio de 2,6% no ano de 2016, redução do gasto real com pessoal de 0,5% em 2016, nova lei das estatais, nova lei de finanças públicas e o esforço de modernização da Gestão Pública.

Para o ano de 2017, o governo tem encaminhado os debates de novas iniciativas voltados para melhoria do ambiente de negócios e aumento da produtividade, tais como a discussão sobre as novas regras de distrato de financiamentos, questões de alienação fiduciária, patrimônio de afetação, marco regulatório da desapropriação, marco regulatório do microcrédito produtivo orientado, novo marco regulatório das telecomunicações, novo marco regulatório da mineração e gás e regras de conteúdo local em áreas de óleo e gás. Em complemento, mudanças nas regras de financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida e novas rodadas de concessões em áreas prioritárias de infraestrutura, no programa de Parcerias de Investimento (PPI).

PIB PELA ÓTICA DA DEMANDA

A política econômica tem procurado corrigir os problemas relacionados ao consumo das famílias e aos gastos públicos, ao tempo em que se tem buscado espaço para incentivo ao investimento produtivo e retomada das exportações.

Quando do lançamento do PPA 2016-2019, esperava-se ajuste da demanda agregada em 2016, para retomada do crescimento de seus componentes nos anos seguintes. A principal expectativa estava concentrada no aumento da poupança doméstica e consequente ampliação da formação bruta de capital fixo, colocando o investimento como o principal indutor do crescimento da economia do país.

Com base na grade de parâmetros de agosto/2015, o cenário do PPA apontava para taxa de investimento da ordem de 17,5% do PIB em 2016, com aumento paulatino nos anos seguintes para atingir 19,0% do PIB em 2019.

As restrições fiscais, entretanto, retiraram parte do espaço governamental por meio de investimentos públicos. A alternativa foi procurar maior participação de entes privados no investimento, sejam nacionais ou estrangeiros, seja por meio de concessões, alternativas de parcerias público-privadas ou mesmo melhora do ambiente de negócios para implementação de projetos diretamente pela iniciativa privada.

A resiliência da inflação em grande parte no primeiro semestre de 2016 e a necessidade de manutenção de juros como principal âncora monetária dificultaram esse caminho. Todavia, as medidas de controle de gastos públicos e o encaminhamento de propostas estruturantes já têm repercutido na retomada da confiança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de empresários e consumidores. Com isso, novo ambiente começou a surgir, recolocando a estratégia de retomada dos investimentos a partir de 2017.

Dados do Sistema de Contas Nacionais mostram que a taxa de investimento ficou em 16,4% do PIB em 2016. Adicionalmente, considerando as alternativas de investimentos do programa de Parceria de Investimentos (PPI) e os projetos próprios da iniciativa privada, será possível retomar a expectativa de recuperação do investimento produtivo ao longo do período do PPA.

EMPREGO E RENDA

Em 2016, a retração da atividade econômica se consubstanciou em aumento das taxas de desemprego, que alcançaram 11,5% na média anual, ante 9,0% no ano anterior (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua – IBGE).

A retomada do crescimento econômico permitirá a paulatina recuperação das oportunidades de emprego, enquanto o controle da inflação permitirá a recuperação da renda e do poder de compra das famílias. Esse pressuposto continua válido no cenário atual do PPA 2016-2019, passando a considerar a retomada gradual a partir de 2017. Como consequência, a taxa de desemprego tenderá a se reduzir ao longo do período, ainda que com defasagem em relação às taxas de crescimento do PIB.

A partir dos dados da grade de parâmetros da LOA 2017 – revisão de março/2017 (vide Tabela 3, retro), que prevê crescimento do PIB de 0,5% em 2017, de 2,49% em 2018, e de 2,49% em 2019, estima-se que a taxa de desemprego fique em 13% em 2017, recuando para 11% em 2018 e para 10% em 2019.

SALÁRIO MÍNIMO

O reajuste anual do salário mínimo segue a regra de correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor(INPC) do ano anterior, acrescida de ganho real correspondente ao crescimento do PIB de dois anos antes. Desta forma, considerando as expectativas de INPC e de PIB, em relação aos valores esperados para o salário mínimo ao longo do período do PPA 2016-2019 (parâmetros de agosto/2015), nota-se que o valor observado em 2016, de R$ 880,00(vide Tabela 3, retro) foi superior ao projetado para o ano (R$ 865,46), tendo em vista que o INPC de 2015 foi maior que a expectativa. Praticamente não houve ganho real pois foi adotado o crescimento do PIB de 2014. O mesmo ocorreu para 2017, com o salário mínimo de R$ 937,00, sendo corrigido pelo INPC mais elevado que o esperado e sem ganho real, dado que o PIB de 2015 teve variação negativa (-3,8%).

Cabe notar que o valor do salário mínimo de 2017 (R$ 937,00) ficou abaixo do que foi proposto no PLOA 2017 apresentado em agosto/2016, que previa reajuste pelo INPC de 7,5%, resultando em R$ 945,80 após correção pela inflação estimada para o ano de 2016. A diferença para o reajuste aplicado (6,74%) decorre da desaceleração da inflação medida pelo INPC no segundo semestre de 2016.

Considerando a grade de parâmetros da LOA 2017 (revisão de março/2017), estima-se que o salário mínimo será reajustado para R$ 979,00 em 2018 e para R$ 1.029,00 em 2019. Esses valores pressupõem, para 2018, apenas a correção monetária pelo INPC de 4,8% ao ano em 2017, sem ganho real, dado que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PIB de 2016 (-3,6%) não apresentou crescimento. Para 2019, com crescimento do PIB da ordem de 0,5%, esse deverá ser o ganho real, acrescido à correção monetária do INPC de 2018, estimada em 4,6%.

O valor do salário mínimo é base para o pagamento de benefícios mensais da Previdência Social. A regra de ajuste do salário mínimo, na forma vigente, faz com que o piso das aposentadorias siga essa mesma trajetória. Do lado dos beneficiários, preserva-se o poder de compra e dá-se o mesmo aumento real para aqueles que recebem o piso; e garante-se a correção monetária para os demais benefícios. Do lado da Previdência, embora essa sistemática possa até gerar maior base de arrecadação quando se tem aumento do piso salarial e de formalização do emprego, vem acompanhada de pressão nos dispêndios, uma vez que a maior parte (cerca de 50,3% do total) dos aposentados e beneficiários recebem o piso igual ao salário mínimo vigente. Outros 33% dos beneficiários recebem valor entre 1 e 2 salários mínimos.

CONCLUSÃO

O ano de 2016 mostrou-se mais adverso do que o previsto no cenário elaborado quando da elaboração do PPA 2016-2019. Não obstante, o governo federal intensificou as medidas de ajuste na busca da retomada do crescimento sustentável. A aprovação das medidas de controle de gastos públicos e o início do aprimoramento do ambiente de negócios, assim como o recuo da inflação com o consequente espaço para a redução dos juros, e a paulatina expansão das exportações começaram a abrir espaço para retomada da confiança e dos investimentos produtivos.

Assim, vislumbra-se que o objetivo inicial do PPA está mantido, com superação dos gargalos e retomada gradual do crescimento econômico, ampliação dos investimentos produtivos em infraestrutura, das novas oportunidades de negócio e de condições mais favoráveis para geração de emprego e renda, com consequente redução do desemprego e visando a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, da justiça social e a progressiva inserção do Brasil no rol dos países desenvolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2016, apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos no ano, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, trazendo um balanço das realizações nesse período inicial do ciclo do PPA.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pela Portaria 19, de 3 de fevereiro de 2017, ambas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados como iniciativas, bem como sobre as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números de 2016, mais relevantes do ponto de vista da avaliação do PPA, com sínteses gráficas relativas a este primeiro ano do ciclo, incluindo a execução financeira, o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual no ano de 2016.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados no exercício de 2016, organizado conforme as seguintes áreas temáticas:

- Social e Segurança Pública,
- Infraestrutura,
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e
- Temas Especiais.

Além disso, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, fornecidas pelos órgãos do governo federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo, nos relatórios específicos de cada um dos 54 programas temáticos do PPA 2016-2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O resultado consolidado dos trabalhos de elaboração e avaliação do PPA 2016-2019 também pode ser acessado pelo link http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo os relatórios anuais e as edições anteriores.

SÍNTESE NUMÉRICA DO PPA EM 2016

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses relativas à execução financeira, orçamentária e extraorçamentária do Plano Plurianual para o ano de 2016, e também sobre o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e sobre o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução de um programa. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA em 2016 propicia uma visualização abrangente sobre os principais resultados agregados, com alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste primeiro ano do ciclo de planejamento.

Os recursos alocados para o PPA 2016-2019 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos extraorçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

Conforme o guia de elaboração do PPA 2016-2019, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de financiamentos extraorçamentários são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados. A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2016, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

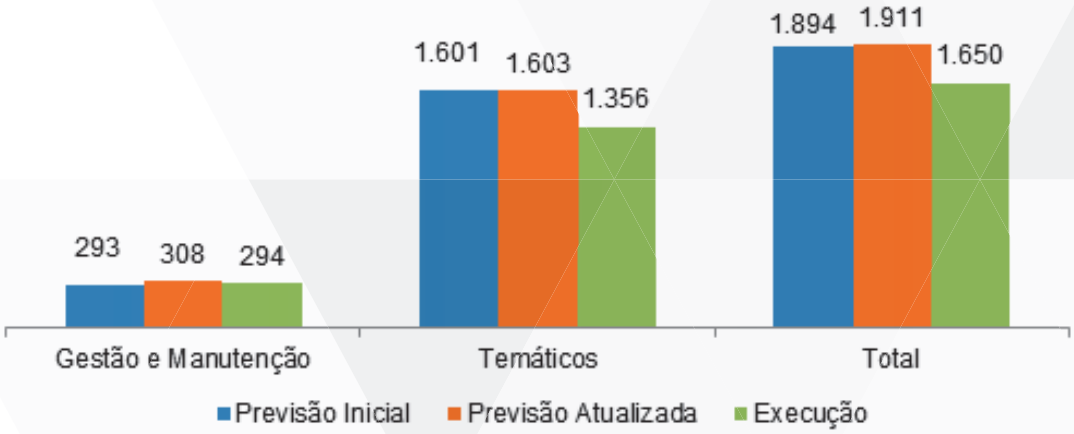
- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB três anos após o encerramento do exercício.

Quanto aos números apurados, o Gráfico 3 mostra os recursos do PPA 2016-2019 para o exercício de 2016. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas temáticos, os programas de gestão e os totais do plano. O valor global previsto inicial na Lei do PPA para o período de quatro anos era de R$ 8,28 trilhões, sendo R$ 1,89 trilhão relativo ao ano de 2016. Conforme números apurados, o valor executado para 2016 foi de R$ 1,65 trilhão.

GRÁFICO 3 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR TIPO DE PROGRAMA EXERCÍCIO 2016 (R$ BILHÕES)



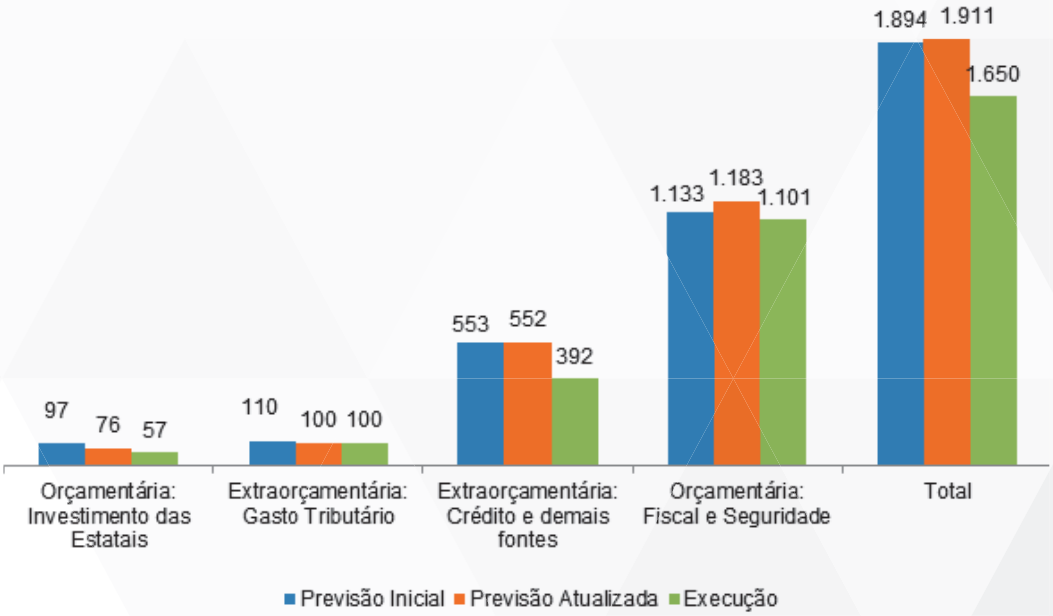
Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

O Gráfico 4 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Os valores de 2016 são apresentados de forma detalhada pelos quatro grandes grupos de fontes de recursos: orçamento fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos extraorçamentários de créditos e outras fontes e de gasto tributário. Os números mostram os valores previstos iniciais, os previstos atualizados e os valores executados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GRÁFICO 4 - RECURSOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO EXERCÍCIO 2016 (R$ BILHÕES)



Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

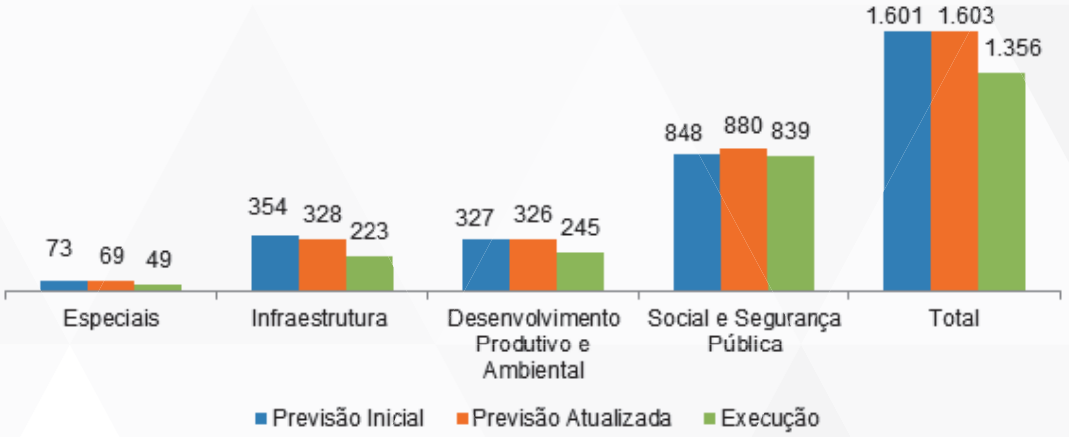
Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Para o total dos quatro anos do PPA, o valor orçamentário previsto inicialmente era de R$ 5,52 trilhões, sendo os demais R$ 2,76 trilhões relativos a recursos extraorçamentários. A execução orçamentária de 2016 chegou a R$ 1,16 trilhão, sendo R$ 864 bilhões relativos aos programas temáticos e R$ 294 bilhões referentes aos programas de gestão. Já os recursos extraorçamentários tiveram uma execução de R$ 492 bilhões em 2016, sendo a totalidade relativa aos programas temáticos.

Somando-se as execuções orçamentária e extraorçamentária de 2016, o valor global executado dos programas temáticos alcançou R$ 1,36 trilhão. O Gráfico 5 mostra que, desse montante, cerca de R$ 49 bilhões (ou 4%) foram destinados às políticas e temas especiais, enquanto R$ 223 bilhões (ou 16%) foram aplicados nas políticas de infraestrutura. R$ 245 bilhões (ou 18%) foram destinados às políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental, e R$ 839 bilhões (ou 62%) para as políticas sociais e de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GRÁFICO 5 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR ÁREA TEMÁTICA EXERCÍCIO 2016 (R$ BILHÕES)

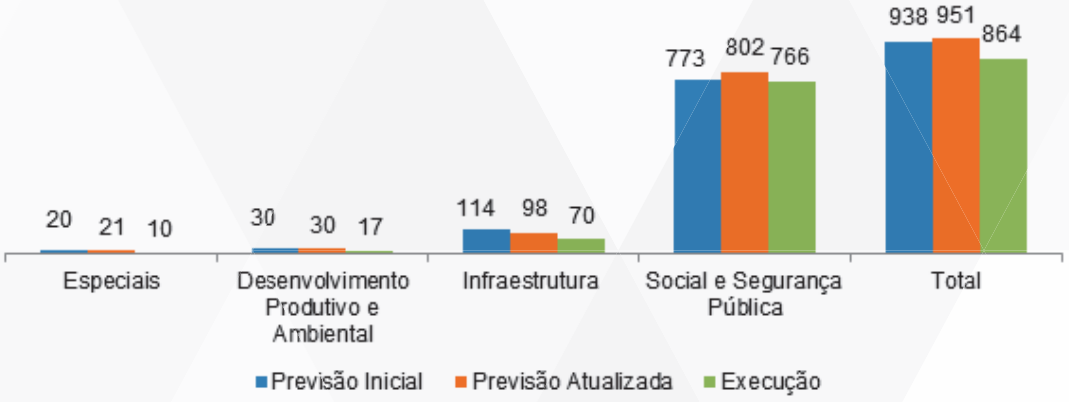


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Do total de R$ 864 bilhões de recursos orçamentários executados pelos programas temáticos, o Gráfico 6 mostra o detalhamento por área temática na execução de 2016. Desse montante, cerca de R$ 10 bilhões (ou 1%) foram destinados às políticas e temas especiais, enquanto R$ 17 bilhões (ou 2%) foram para as políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental. R$ 70 bilhões (ou 8%) foram relativos às políticas de infraestrutura, e ainda R$ 766 bilhões (ou 89%) para as políticas sociais e de segurança.

GRÁFICO 6 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR ÁREA TEMÁTICA EXERCÍCIO 2016 (R$ BILHÕES)



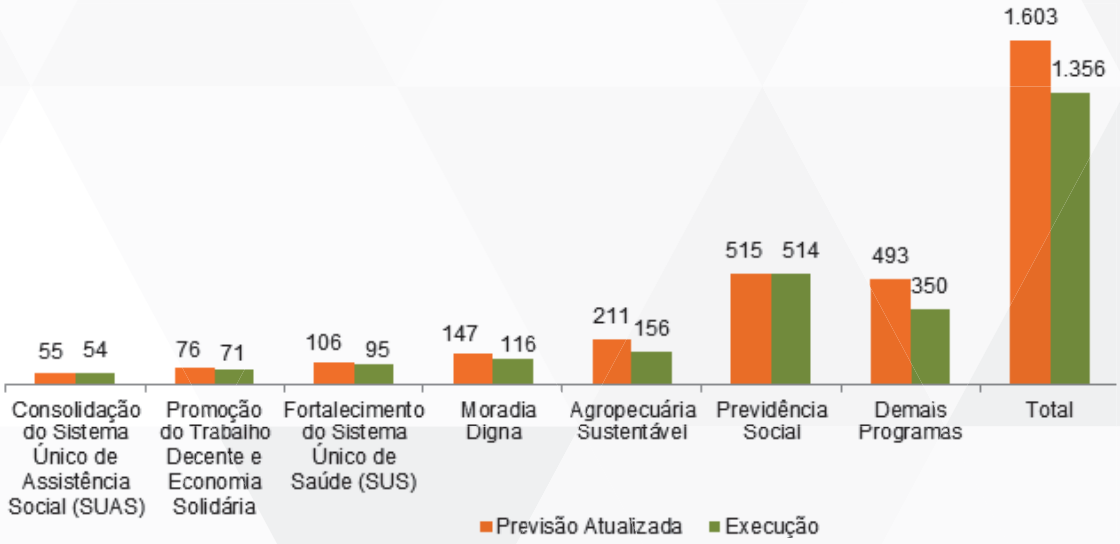
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP

Considerando o volume total de R$ 1,36 trilhão referente ao montante de recursos executados nos programas temáticos em 2016, o Gráfico 7 mostra os valores relativos aos maiores programas do PPA.

GRÁFICO 7 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E EXTRAORÇAMENTÁRIOS POR MAIORES PROGRAMAS EXERCÍCIO 2016 (R$ BILHÕES)



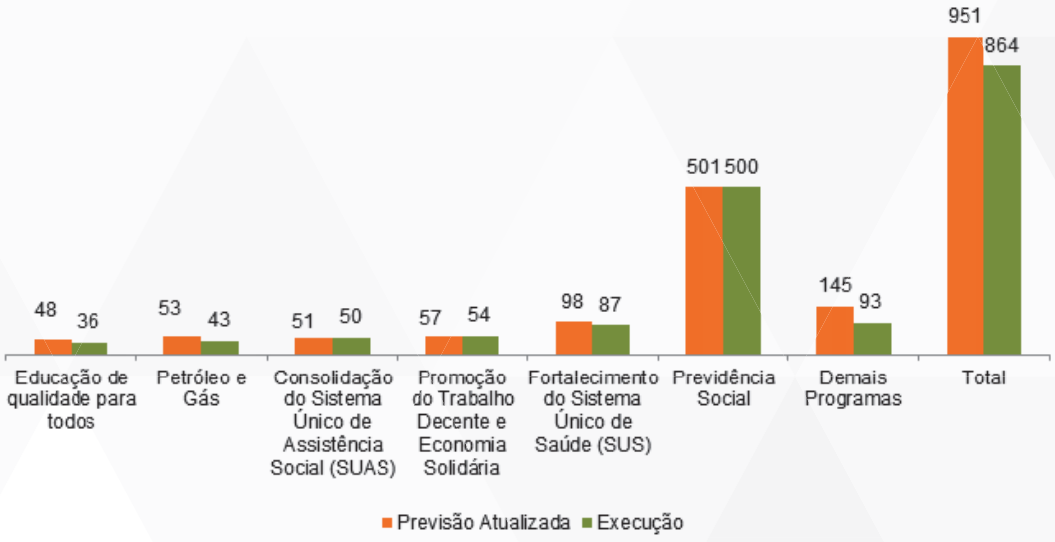
Nota: A previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Da mesma forma, porém considerando somente os R$ 864 bilhões de recursos orçamentários executados nos programas temáticos, o Gráfico 8 mostra os maiores programas em termos de volume de execução, trazendo também as colunas com valores previstos, para fins de comparação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GRÁFICO 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR MAIORES PROGRAMAS EXERCÍCIO 2016 (R$ BILHÕES)

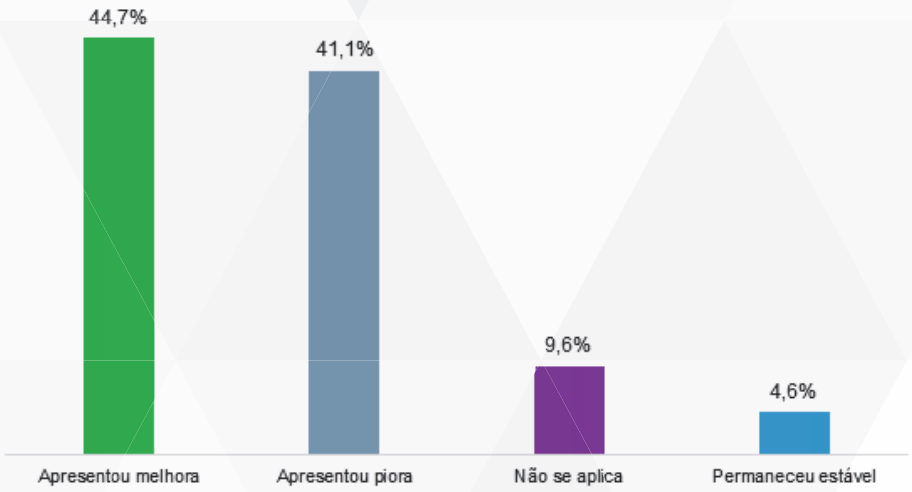


Nota: A previsão atualizada considera créditos à LOA e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019 no exercício de 2016, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 9. De um total de 564 indicadores, houve alguma melhora em 252, ou 44,7% do total.

GRÁFICO 9 - DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PPA EM 2016



Nota: A classificação "Apresentou melhora" indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência, enquanto a classificação "Apresentou piora" indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A

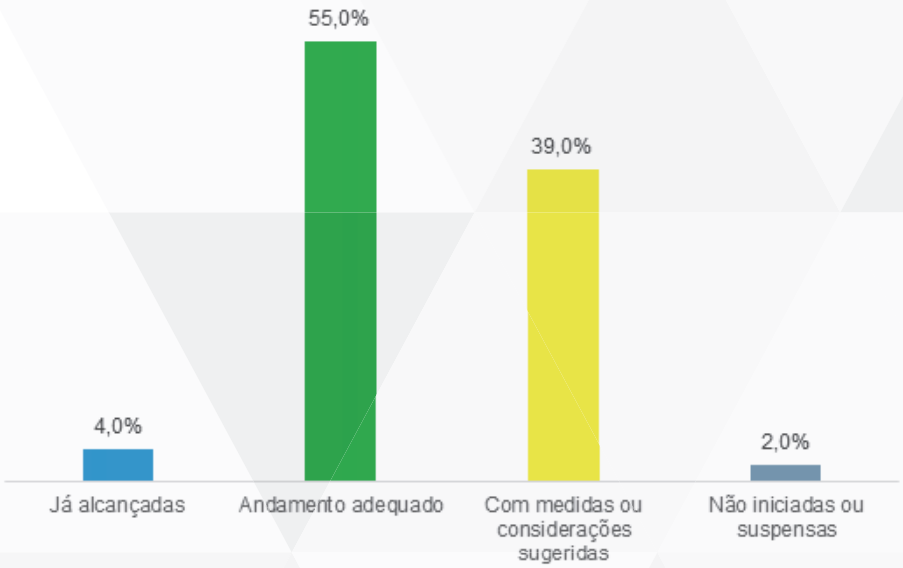
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

classificação "Não se aplica" indica que não houve coleta de dados no primeiro ano do PPA, que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação "Permaneceu estável" indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Neste primeiro ano de monitoramento do PPA 2016-2019, conforme ilustrado no Gráfico 10 a seguir, verificou-se que 55% das metas estão com andamento adequado, dentro do planejado para o período, enquanto 4% já tiveram seus valores atingidos e apenas 2% ainda não foram iniciadas ou estão suspensas.

GRÁFICO 10 - DESEMPENHO DAS METAS DO PPA EM 2016



Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado, não iniciadas ou suspensas ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Do total das metas, 39% apresentaram indicação de medidas ou considerações para garantir o seu andamento adequado. O Gráfico 11 abaixo apresenta as medidas sugeridas conforme identificado no processo de Monitoramento, classificadas por 7 tipologias previamente estabelecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GRÁFICO 11 - MEDIDAS SUGERIDAS PARA A PLENA EXECUÇÃO DO PPA 2016-2019



Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas ou a edição de novos regramentos necessários para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

DESTAQUES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas temáticos no exercício de 2016, fazendo um apanhado dos principais destaques das políticas públicas do governo federal neste primeiro ano do ciclo, organizadas conforme o arranjo das áreas no PPA 2016-2019. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre todos os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população a partir do acesso a serviços, à renda e às oportunidades. No âmbito da assistência social, e especialmente em sua estratégia de garantia de renda, o programa Bolsa Família, durante o ano de 2016, atendeu a uma média de 13,83 milhões de famílias por mês, finalizando o ano com 13,57 milhões de famílias na folha de pagamento de dezembro, o que equivale a aproximadamente 45,87 milhões de pessoas, equivalente a 98,77% da meta relativa à estimativa de famílias pobres e extremamente pobres. Apesar da pequena redução no último bimestre de 2016, a meta estipulada vem sendo alcançada continuamente desde 2012.

Para manutenção do poder aquisitivo dos beneficiários do Bolsa Família, foi concedido aumento de 12,38% em julho de 2016, elevando o valor médio do benefício para R$ 181,15, na medida em que foram atualizados os valores das linhas de pobreza – de R$ 154 para R$ 170 – e de extrema pobreza – de R$ 77 para R$ 85.

A continuidade do impacto do Bolsa Família na redução da extrema pobreza depende do aperfeiçoamento do desenho de benefícios, tornando menos complexa sua operacionalização e aumentando sua compreensão pelos beneficiários; da ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social, da reafirmação do princípio da equidade subjacente às condicionalidades para priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos e, ainda, do desenvolvimento do modelo de gestão compartilhada por meio do fortalecimento das gestões locais.

Os serviços e programas da assistência social estão estruturadas em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. Na esfera da proteção social básica, a rede de Cras (Centros de Referência de Assistência Social), formada por 8.273 unidades distribuídas por quase todos os municípios do país, sendo 90% cofinanciadas pelo governo federal, permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadastro Único para programas Sociais (Cadúnico). Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede, cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento passou de 59% (2011) para 76,4% (2015).

Na esfera da proteção social especial, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2016, o governo federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.516 Creas municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes, tendo sido adotada a estratégia de oferta regionalizada para os 3.917 municípios de pequeno porte. Em 2016 a cobertura dos serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%, em dezembro/2015) para 336 municípios (8,6%), segundo os registros do Cadastro de Unidades do SUAS (CadSuas).

A saúde é outra importante componente da rede de proteção social oferecida pelo poder público. A política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, do referenciamento entre os níveis de atenção e do direcionamento para a equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços. As linhas de atuação se inter-relacionam no sentido de potencializar o acesso da população aos produtos e serviços. São elas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Complexo Produtivo da Saúde, Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS e Gestão do Sistema.

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue, zika e chikungunya no Brasil, foi desenvolvida em 2016 uma série de iniciativas, das quais destaca-se a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito Aedes aegypti, por meio do Plano Nacional de Enfrentamento ao Aedes, instituído pelo governo federal. Foi estabelecida uma meta de redução da letalidade por dengue em 25% até o final de 2019, tendo como base o ano de 2014. Entre 2014 e 2015, embora tenham sido observadas elevações dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,081% para 0,058%. Ainda em 2016, 45% dos municípios brasileiros atingiram a meta de realizar, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares, com cobertura maior ou igual a 84% dos imóveis locais. Foi também estabelecida a Estratégia de Ação Rápida para garantir o acesso de todas as crianças com suspeita de microcefalia à confirmação do diagnóstico e encaminhamento às redes dos sistemas de saúde e assistência social. Os estados e municípios receberam apoio federal, inclusive financeiro, para levantamento de informações e organização da rede de serviços e para realizar a busca-ativa dos casos suspeitos, a fim de que as crianças possam acessar os serviços de diagnósticos, com transporte e hospedagem, quando necessário.

Destaca-se ainda a ampliação do número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) que utilizam prontuário eletrônico, visando à reestruturação da informação da atenção básica em saúde em nível nacional. A quantidade alcançada em 2016 foi de 12.187 UBS utilizando prontuário eletrônico, cerca de 29% das UBS em funcionamento no país.

A ampliação do número de leitos de UTI no SUS visa garantir o acesso ao paciente grave ou de risco, priorizar as ações para a redução da mortalidade, induzir a formação e qualificação de recursos humanos especializados e induzir a implantação de mecanismos de regulação, controle e avalição da assistência prestada aos pacientes graves ou potencialmente graves no SUS. Em 2016, foram habilitados 1.180 leitos de todas as modalidades: UTI Adulto, UTI Pediátrica, Unidade Coronariana e Unidades Neonatais. A cobertura da suficiência de leitos neonatais aumentou de 37% para 41% dos estados com suficiência de leitos neonatal.

Na Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) é destacado como um dos componentes mais importantes, com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida. A cobertura populacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência foi elevada de 75% em 2014 para 80,6% em 2016.

Eixo estruturante da ação do Estado para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, a educação tem um papel preponderante na construção de um Brasil desenvolvido. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pelo Congresso Nacional após amplo debate com a sociedade, constitui um importante marco para as políticas educacionais do Brasil. Nos últimos anos, a política educacional vem sendo orientada sob uma perspectiva sistêmica, considerando o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente níveis, etapas ou modalidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma importante ação desenvolvida a partir de 2015 para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

orientar os currículos das redes de ensino, os materiais didáticos, as formações de professores e as avaliações de aprendizagem da educação básica. A versão final da base está em fase de consolidação para encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para análise e aprovação.

Visando apoiar a educação em tempo integral, foi reformulado o programa Mais Educação, que passou a se denominar Novo Mais Educação, como estratégia para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática de estudantes do ensino fundamental, mediante a ampliação da jornada de crianças e adolescentes para 5 ou 15 horas semanais no turno ou contraturno escolar e a oferta de atividades complementares de apoio pedagógico. Para execução em 2017, 46.275 escolas aderiram ao programa, podendo atender 5,7 milhões de estudantes, conforme os planos de atendimento informados pelas escolas.

A reforma do ensino médio busca conciliar os currículos ofertados às vocações dos estudantes, aumentando o interesse dos jovens e facilitando sua preparação profissional. A Medida Provisória 746/2016, convertida na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que apresentou o novo ensino médio, instituiu também a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com o objetivo de estabelecer uma política de educação integral com apoio aos estados para que convertam escolas regulares em escolas de tempo integral.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas. Em 2016, foram firmados 203.255 novos contratos, além da renovação de aproximadamente 1,2 milhão de contratos vigentes, totalizando um investimento de R$ 17 bilhões no ano. Já o programa Universidade para Todos (ProUni) ofertou 329.180 novas bolsas durante 2016. Nesse mesmo ano, foram concedidas 100.580 bolsas de pós-graduação no país, sendo 50.393 de mestrado, 43.188 de doutorado e 6.999 de pós-doutorado. Em relação à educação profissional, houve um processo de expansão, interiorização e democratização da oferta nos últimos anos.As mais de 9,1 milhões de matrículas realizadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) até 2016 contribuíram para o atendimento das metas 10 e 11 do PNE.

No âmbito da cultura, o Brasil continua a desenvolver ações que estimulam, incentivam e possibilitam o acesso da população aos seus bens e serviços e ao patrimônio cultural. Destacam-se em 2016 o programa de Cultura do Trabalhador, que beneficiou cerca de 58 mil trabalhadores por meio do cartão Vale-Cultura; o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural pelo qual estão sendo construídos 200 Centros de Artes e Esportes Unificados, tendo sido entregues 138 unidades nas cinco regiões do país até 2016, das quais 46 em 2016; e ainda o fomento de 84 pontos/pontões de cultura no programa Cultura Viva, sendo um em comunidade indígena, além de programações especialmente desenvolvidas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Em relação aos esportes, é essencial destacar o sucesso dos Jogos Rio 2016, que rendeu ao país reconhecimento mundial e comprovou a capacidade do Brasil em realizar grandes eventos. Os Jogos Olímpicos reuniram 11.303 atletas de 206 países e de uma inédita delegação de refugiados, que participaram de competições em 42 modalidades esportivas, distribuídas por 32 arenas de competição. Durante 15 dias de jogos, foram quebrados 91 recordes olímpicos e outros 27 mundiais, tendo sido vendidos 6,1 milhões de ingressos para todas as arenas, cerca de 91% do total disponibilizado ao público. A cidade do Rio de Janeiro foi visitada por 1,17 milhão de turistas, sendo 410 mil estrangeiros, que movimentaram R$ 4,1 bilhões no período. Outros 4.333 atletas de 160 países participaram dos Jogos Paralímpicos em 23 modalidades, em um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

total de 1.488 medalhas conquistadas. As competições contaram ainda com uma audiência global de cerca de 5 bilhões de espectadores, representando novo potencial turístico aberto para o país.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 colocou o tema acessibilidade em evidência. O país adotou diversos procedimentos e medidas de acessibilidade para que as pessoas com deficiência fossem recebidas da maneira mais confortável possível, sem abrir mão dos padrões de segurança em grandes eventos. Nesse tema, foi criado o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, com representações dos órgãos da administração federal que executam políticas para as pessoas com deficiência. Em 2016, houve a estruturação do Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia no campus de Urutaí (Goiás). O governo federal ainda disponibilizou um veículo adequado para as Centrais de Interpretação de Libras em 16 municípios do país.

No contexto atual de ajustes na busca da retomada do crescimento sustentável, é essencial a ação do governo federal na promoção do trabalho decente e da economia solidária. Em 2016, o Portal Mais Emprego foi fortalecido para dar maior acessibilidade, usabilidade e conhecimento da ferramenta entre os trabalhadores e empregadores. Quanto à recolocação no mercado de trabalho, dos 7,5 milhões de requerentes do seguro-desemprego, 50,1 mil foram recolocados por meio da intermediação de mão de obra. Com relação ao programa de Microcrédito Produtivo Orientado, as instituições financeiras federais ofertaram crédito de R$ 11,18 bilhões, atendendo mais de 3,6 milhões de clientes. Também foram apoiados 2,3 mil empreendimentos de economia solidária, com ações de incubação de empreendimentos e fortalecimento das redes de cooperação solidárias, o que beneficiou 39,1 mil pessoas.

Em relação às políticas da Previdência Social, ao longo do ano de 2016, os debates foram intensificados em torno de sua reformulação, em especial a necessidade de financiamento do sistema. Houve vários debates, com participação de diversos representantes da sociedade e de outros órgãos do governo para discutir e elaborar proposta de alteração das regras do regime geral, que visa adequar as regras brasileiras à mudança demográfica em curso e alinhá-las ao padrão internacional. Espera-se, dessa forma, que seja possível manter a despesa previdenciária estável em relação ao PIB durante as próximas décadas, além de equilibrar as contas públicas para garantir a sustentabilidade do sistema de seguridade social. Como resultado desses trabalhos, em dezembro de 2016, o governo encaminhou uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016, que propõe alterações no âmbito do disciplinamento constitucional da seguridade social, especialmente no tocante à Previdência Social.

Em relação aos regimes previdenciários, importantes medidas foram efetivadas para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial. Novas leis, bem como algumas medidas provisórias, foram publicadas no período inicial do PPA 2016-2019 com alterações substanciais na concessão e manutenção de benefícios. Ainda, na revisão dos benefícios por incapacidade de longa duração, foram realizadas cerca de 23 mil revisões, com economia estimada em mais de R$ 220 milhões. Uma ação de destaque no rol das medidas adotadas em 2016 foi a comprovação de vida dos beneficiários, que determina a atualização cadastral e prova de vida aos recebedores de benefícios por meio de cartão magnético, conta poupança e conta corrente. Essa ação também ocorre nos casos de cadastramento e revalidação de procuração, desbloqueio de benefícios, alteração de domicílio bancário ou meio de pagamento e propiciou uma economia de R$ 1,1 bilhão aos cofres públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na área da justiça e segurança, durante 2016, foi construída uma nova política de segurança pública, mais ampla, que culminou no Plano Nacional de Segurança Pública, cujo lançamento ocorreu no início de 2017. São objetivos a serem alcançados pelo plano, mediante a implementação de estratégias transversais e projetos sociais de prevenção à violência em áreas vulneráveis: redução de homicídios dolosos, de feminicídios e de violência contra as mulheres; racionalização e modernização do sistema penitenciário; enfrentamento às organizações criminosas, com ênfase nos delitos transnacionais, narcotráfico e tráfico de armas, com especial atenção à área de fronteira.

Na questão dos direitos humanos, cabe destacar a realização, de forma conjunta, da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

No que se refere à temática das crianças e adolescentes, existem mais de 5.956 Conselhos Tutelares atualmente, dos quais 2.771 já foram contemplados com conjunto de equipagem (automóvel, computadores, impressora, refrigerador e bebedouro). No âmbito da proteção, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é o principal fórum de atuação do governo federal nessa área. Dentre as ações desenvolvidas, foi concluída a elaboração dos Parâmetros para Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, documento com objetivo de padronizar o atendimento prestado nos serviços da rede de proteção do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência para evitar a revitimização.

No que tange à promoção dos direitos da juventude, destaca-se a Identidade Jovem (ID Jovem), lançada ao fim do exercício de 2016, e a qual já contemplou mais de 20 mil jovens em todo o Brasil. A possibilidade de emissão virtual do cartão de identificação, por meio de site na internet e aplicativo para dispositivos móveis, facilitou a adesão ao programa. Também cabe destaque à assinatura do Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência. Um exemplo de ação já realizada é a audiência pública no Conselho Nacional do Ministério Público sobre o tema do protocolo, envolvendo sociedade civil, parlamentares, gestores públicos e atores do sistema do judiciário, tendo já resultado na publicação específica para orientar promotores a respeito do problema e na aprovação das cotas para negros em concursos do Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça.

A propósito da promoção da igualdade racial, em 2016, a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) contou com maior ênfase na ampliação da atuação institucional dos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial e órgãos afins nos entes federados. Os estados de Goiás, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco; e os municípios de Pedro Gomes (MS), Porto Seguro (BA), Contagem (MG), Aparecida de Goiânia (GO), Cariacica (ES), Campinas (SP) e Minaçú (GO) aderiram ao Sinapir, totalizando 43 entes federados no sistema.

Quanto às políticas para as mulheres, a realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM), em Brasília (DF), de 10 a 13 de maio de 2016, mobilizou 2.214 delegadas provenientes dos 26 estados e do Distrito Federal, entre representantes da sociedade civil e do campo governamental, que debateram em profundidade os quatro eixos centrais da CNPM a partir de propostas formuladas nas conferências municipais e estaduais realizadas em todo o país, de junho de 2015 a dezembro de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação à violência contra a mulher, destacam-se as três Casas da Mulher Brasileira em funcionamento: Brasília (DF), Campo Grande (MS) e Curitiba (PR), além da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que realizou 637.115 atendimentos, e da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, que chega ao final de 2016 com 1.067 serviços em funcionamento.

Já na questão dos povos indígenas, foram apoiados mais de 200 projetos na área de etnodesenvolvimento, sendo 40% relacionados à agricultura, 14% ao extrativismo, 12% à pecuária e o restante a eventos diversos, como capacitações, seminários e oficinas temáticas, beneficiando 9.074 famílias indígenas. Nas ações para garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, a proteção dos povos isolados e a demarcação, regularização fundiária e proteção territorial, destacam-se medidas como a delimitação de 12 terras indígenas e a conclusão da análise de 10 relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terras indígenas. Em relação às ações para constituição de reserva e homologação de terras indígenas, foram editados três decretos de homologação, abarcando aproximadamente 760 mil hectares de terras situadas nos estados do Pará, Mato Grosso e São Paulo, além da publicação de 12 portarias declaratórias.

Com vistas à promoção do desenvolvimento agrário, seja como estratégia para redução dos conflitos no campo, seja para incentivo da produção voltada ao consumo ou à comercialização, a questão da reforma agrária teve como destaque, em 2016, a edição de 21 decretos de desapropriação, perfazendo um total de 35 mil hectares e garantindo condições de vida e produção para 1.150 famílias. Esses imóveis correspondem ao montante de R$ 108 milhões, sendo R$ 17 milhões em moeda corrente e R$ 92 milhões em Títulos da Dívida Agrária. Esse resultado se deve ao esforço do governo, mesmo diante das dificuldades nos recursos disponíveis e nos processos judiciais de desapropriação decorrentes da legislação atual.

Na modalidade de compra e venda, nos moldes do Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992, foram adquiridos 4 imóveis, totalizando 15.800 hectares, com capacidade para atendimento a 660 famílias, correspondendo a um montante de R$ 33 milhões. Já na modalidade de adjudicação, foi adquirido apenas um imóvel, pois se trata de uma forma nova de obtenção, em que o pagamento deve ser acordado junto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Está em elaboração um normativo específico.

No Programa Nacional de Reforma Agrária, exercício de 2016, foram assentadas 1.608 famílias e criados 25 projetos de assentamento, sendo 24 projetos federais e um ambientalmente diferenciado, totalizando 26 hectares. Também houve o reconhecimento de 2 projetos estaduais, com 1.150 hectares. Este processo foi interrompido pela suspensão cautelar no processo de cadastro e seleção de novos beneficiários do Programa, derivada do Acórdão 775/2016 do Tribunal de Contas da União. O Incra está desenvolvendo diversas ações contidas no Plano de Providências (PP-Incra) para atender às recomendações do referido acórdão.

Mesmo fora do Mapa Mundial da Fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), desde 2014, o Brasil tem o desafio de aprofundar a agenda da segurança alimentar e nutricional para garantir o direito humano à alimentação adequada para toda a população, inclusive grupos específicos mais vulneráveis. Em 2016, foram realizadas ações de inclusão produtiva rural e acesso a alimentos para 4,4 mil famílias de povos e comunidades tradicionais de áreas rurais em situação de extrema pobreza. Já no programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste na compra de alimentos da agricultura familiar para doação a entidades assistenciais, no abastecimento da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e na recomposição dos estoques e comercialização, foram executados cerca de R$ 588 milhões em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com orçamento de R$ 3,44 bilhões em 2016 (os dados de execução ainda não foram disponibilizados), reserva 30% dos recursos repassados às redes estaduais e municipais de ensino para compras da agricultura familiar no fornecimento das refeições a mais de 40 milhões de estudantes da educação básica, além de estimular a formação de hábitos nutricionais saudáveis. Formar hábitos saudáveis ajuda a controlar e prevenir doenças decorrentes do sobrepeso (53,9% da população) e da obesidade (18,9%) em todas as faixas etárias, como problemas do coração, hipertensão, diabetes e câncer. Ainda em 2016, foi lançado o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), com vigência igual à do PPA, que reúne ações de mais de dez órgãos federais, para fortalecer a produção agroecológica e orgânica, ampliar a oferta e o consumo de alimentos saudáveis, apoiar o uso sustentável dos recursos naturais e disseminar o conhecimento em agroecologia.

Para incentivar a produção de alimentos, buscando contribuir com a segurança alimentar e o combate à inflação, o financiamento da safra 2016/2017 pelo Pronaf passou a possibilitar operações de custeio com juros de 2,5% ao ano a todas as faixas de valores até R$ 250 mil. Em setembro de 2016, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a elevação do limite de cobertura do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), importante instrumento de proteção da produção. Para lavouras permanentes e olerícolas (como café, verduras, legumes e fruticultura), o valor da Receita Líquida Segurável (RLS) passa de R$ 20 mil para R$ 40 mil. Para as demais culturas, o limite passa de R$ 20 mil para R$ 22 mil. O seguro, destinado aos beneficiários do Pronaf Custeio, na safra 2016/2017, enquadrou 206 mil empreendimentos de agricultores familiares, até dezembro de 2016, com um valor segurado de R$ 6,8 bilhões.

O programa Garantia Safra, que visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios situados na região da Sudene, em caso de perda de safra por razão de estiagem ou excesso hídrico, registrou na safra 2015/2016 a adesão de 991 mil agricultores de 1.220 municípios, tendo sido pagos R$ 432,1 milhões em benefícios a 508 mil agricultores. Na safra 2016/2017, foram disponibilizadas 1,35 milhão de cotas, sendo que, entre julho e dezembro de 2016, houve a adesão de 583.865 agricultores familiares em 710 municípios.

Por fim, no exercício de 2016, foram prestados serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a 323.744 famílias, das quais 208 mil são famílias beneficiárias do programa Bolsa Verde, do Plano Brasil Sem Miséria e do programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Ainda em 2016, no contexto da promoção do acesso à água para o consumo humano nas regiões rurais, vale destacar o programa Cisternas, que beneficiou 49.690 famílias, e o programa Água Doce, que entregou 15 sistemas de dessalinização de água e 267 sistemas coletivos de abastecimento.

A área de energia é crucial para o desenvolvimento nacional, tendo papel de destaque entre os resultados de 2016. No ano, entraram em operação 5.204,69 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica, levando o indicador do programa que mede a participação dessa fonte na matriz elétrica brasileira ao valor de 64,47%. O acréscimo ocorrido durante o ano, de 5.204,69 MW, foi devido à entrada em operação de importantes empreendimentos hidroelétricos, como as primeiras turbinas da usina de Belo Monte e a totalidade das máquinas do Sítio Pimental. Destaca-se também a expansão da capacidade instalada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

geração a partir da fonte eólica, correspondente a 2.564,1 MW. Em dezembro de 2016, a fonte eólica representava 6,7% da capacidade total instalada no Brasil. Em dezembro de 2015, essa participação era de 5,42%.

O destaque para a produção de petróleo, em 2016, foi o expressivo crescimento da produção no campo de Lula (áreas de Iracema Norte e Iracema Sul, com os FPSO Cidade de Itaguaí e Cidade de Mangaratiba) e no campo de Sapinhoá (FPSO Cidade de Ilhabela), localizados no pré-sal da Bacia de Santos, além da área do Parque das Baleias (P-58), na porção capixaba da Bacia de Campos. Adicionalmente, houve o início da operação de três sistemas de produção, sendo dois no campo de Lula (FPSO Cidade de Maricá e FPSO Cidade de Saquarema) e um em Lapa (FPSO Cidade de Caraguatatuba), também localizados no pré-sal na Bacia de Santos. Em dezembro de 2016, 68 poços produziram a média diária de 1,57 milhão de barris de petróleo e gás natural nos reservatórios do pré-sal, valor esse correspondente a 45,8% da produção nacional no período, que foi de 3,43 milhões de barris por dia.

No setor de combustíveis, destaca-se o valor adquirido de matérias-primas da agricultura familiar para a produção de biodiesel em 2016, de R$ 4,2 bilhões; enquanto foram adquiridos R$ 10,4 bilhões de outros fornecedores. Assim, a participação da agricultura familiar ficou em 28,77%, valor considerado satisfatório, considerada a queda na demanda. Sobre a capacidade instalada nacional de processamento de petróleo, foi registrado na região Nordeste, em 2016, acréscimo de 37,6 mil barris de petróleo por dia, alcançando atualmente 24,1% da meta proposta para o período até 2019, uma marca considerada satisfatória.

Quanto aos biocombustíveis, o Brasil mantém posição de destaque no cenário internacional, como segundo maior produtor. Segundo o Balanço Energético Nacional de 2016, aproximadamente 41,2% de toda a energia ofertada internamente é originária de fontes renováveis, sendo 16,9% de biomassa da cana e 1% de biodiesel. No que se refere ao consumo de energia nos transportes, os biocombustíveis representam aproximadamente 20,7% do total de combustíveis utilizados no país, sendo 18,4% etanol (anidro e hidratado) e 2,3% biodiesel. A taxa média anual de crescimento da produção de etanol para o período 2006-2015 foi de 5,3%. A produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional, enquanto a produção nacional de etanol chegou a 107% da demanda, indicando a possibilidade de exportação desse combustível em até 957 mil m³.

Com relação à área de geologia, mineração e transformação mineral, destacam-se os avanços observados no objetivo de ampliar as oportunidades de exploração mineral, em particular o projeto Potássio Brasil, que levou a aumento do conhecimento geológico aplicado à ampliação de reservas e à identificação de novos depósitos na Bacia do Amazonas, tendo sido identificada uma área com potencial para minerais estratégicos. Além disso, na área de fertilizantes-minerais estratégicos, foram produzidos mapas de infraestrutura (transporte terrestre, aéreo e fluvial, redes de telecomunicações, disponibilidade de energia) e das principais áreas produtoras de grãos, incluindo a nova fronteira agrícola denominada de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), e ainda das áreas consumidoras de fertilizantes.

Ainda no campo da exploração de recursos naturais, houve ampliação de 2.958.759 botijões do GLP de 13 quilos (P-13) em 2016, frente a uma meta total de 4.700.000 botijões em quatro anos, resultado extremamente positivo. No ano, foram entregues 4 navios: os gaseiros Barbosa Lima Sobrinho (em 8 de janeiro, com capacidade de transporte para 5.095 tpb), Darcy Ribeiro (em 20 de junho, para 5.100 tpb) e Lúcio Costa (em 20 de setembro, para 5.097 tpb); bem como o petroleiro Suezmax Machado de Assis (em 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de setembro, para 156.829 tpb). A construção desses navios foi apoiada pelo programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), assim como um navio granadeiro.

Com relação ao transporte aquaviário, foram realizadas ações direcionadas à expansão da cobertura e ampliação da capacidade da rede de transporte hidroviário no país, assegurando sua disponibilidade e promovendo a modernização da frota mercante. Nesse âmbito, destaca-se a contratação emergencial das obras de adequação das IP4 de Humaitá e Manacapuru, concluindo os dois empreendimentos ao longo do ano de 2016, além da manutenção de 40 IP4s localizadas no Norte, dentro das normas estabelecidas pela Marinha. A respeito das diversas iniciativas para melhorar a gestão portuária, frisa-se a apresentação da primeira versão do Plano Geral de Outorgas, com a elaboração da base de dados eletrônica e georreferenciada e o guia de procedimentos para outorgas portuárias.

A aviação civil também teve destaques em 2016, como o aperfeiçoamento dos indicadores relativos à movimentação de passageiros, aeronaves e cargas. A capacidade anual de processamento de passageiros foi de 386.616.000 e representa 100,41% da meta estabelecida para o período do PPA. Já a capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2016 foi de 2.217.321 toneladas e alcançou 92,39% da meta para todo o período do PPA. Outro ponto importante diz respeito à meta qualitativa de elaborar o novo Plano Aeroviário Nacional, no qual são estabelecidas as premissas e objetivos de desenvolvimento para o setor, e ainda planejados os cenários de evolução dos aeroportos de interesse nacional. No que se refere às rotas aéreas, ao fim do ano de 2016, chegou-se a 742 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas e a 111 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, representando, assim, a execução de aproximadamente 74% das respectivas metas.

Na área de transporte terrestre, destaca-se no ano de 2016 o lançamento do programa de Parceria de Investimentos (PPI), com a edição da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016. O PPI busca ampliar e consolidar a interação entre o Estado e a iniciativa privada, com qualificação de processos de articulação institucional e de empreendimentos públicos federais, celebração de contratos de parceria para a sua execução e outras medidas de desestatização. Dentre as obras realizadas, é importante frisar a construção de contornos, anéis e travessias urbanas em Campo Grande, Fortaleza, Cuiabá, Jataí e Barra do Garças. No âmbito da integração territorial, pode-se citar a execução de 91,7 Km de obras de construção e pavimentação rodoviária, nas rodovias BR-163/PA, BR-230/PA, BR-242/TO, BR-235/BA, BR-235/PI, BR-020/CE, BR-487/PR e BR-158/MT. As ferrovias também tiveram destaque no ano de 2016, em que foram implantados 68 Km de grade ferroviária na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul.

Com relação aos avanços observados na área de mobilidade urbana, o destaque é o objetivo de apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana. Na meta de apoiar a implantação ou requalificação de 1.480 Km de sistemas sobre pneus em 72 municípios, foram implantados 84,41 Km, dentre os quais se incluem dois importantes BRTs no Rio de Janeiro (6,4 Km do BRT Transoeste e 13 Km do BRT Transolímpica) bem como o BRT de Belém (5,86 Km). Já na meta de apoiar a implantação ou requalificação de 320 Km de sistemas sobre trilhos em 16 municípios, foram implantados 45,11 Km. Nesse quantitativo, estão o VLT do Rio de Janeiro (7,2 Km), a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro (12,7 Km), o metrô de Salvador (14,9 Km) e as linhas 15 (2,91 Km) e 5 Lilás (0,6 Km), ambas em São Paulo. Vale registrar ainda a entrada em operação do VLT da Baixada Santista, entre Santos e São Vicente. Além disso, na meta de pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, foram implantados projetos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, que totalizaram 1.114 Km em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma questão essencial na área de infraestrutura para o Brasil é o saneamento, cujo destaque de 2016 fica com a conclusão de 59 empreendimentos de esgotamento sanitário, que totalizaram R$ 918,4 milhões. Ainda em 2016, foram iniciados 38 empreendimentos, que totalizam R$ 1.840,8 milhões. Cabe ainda registrar que, nessa modalidade, estão em andamento 453 empreendimentos, totalizando R$ 18.945,5 milhões. Também foram concluídos 66 empreendimentos de abastecimento de água, que totalizaram R$ 1.039,1 milhões, além de outros 31 empreendimentos iniciados, com total de R$ 1.670,5 milhões.

Com relação aos esforços destinados à gestão de riscos e de desastres, vale frisar, em 2016, a conclusão de 15 empreendimentos de drenagem urbana, resultantes da aplicação de um montante de R$ 485,2 milhões. Além desses, existem 171 empreendimentos em andamento, somando um montante de R$ 10.753,9 milhões em investimentos. Também foram investidos R$ 107,3 milhões (já pagos) em planos municipais de redução de riscos, além de projetos e obras de contenção de encostas urbanas com alto risco de deslizamentos, criando condições para cumprimento da meta de conclusão de 64 empreendimentos até o final de 2018.

Cumpre salientar que o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) monitora 958 municípios, sendo 31 no Centro-Oeste, 333 no Nordeste, 117 no Norte, 323 no Sudeste e 154 no Sul. Em 2016, houve um incremento em 113 municípios monitorados. Entre 2011 e 2016, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R$ 1.078,0 milhão. Nesse período, o governo federal atendeu, diretamente, com recursos para ações de resposta, 21 estados e 294 municípios.

Na temática do planejamento urbano, o governo federal atua no sentido de dar suporte aos entes federativos na efetivação da política urbana local e metropolitana. Nesse sentido, os objetivos focaram nas transformações urbanísticas estruturais e na urbanização acessível, na implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável e na regularização fundiária urbana. No ano de 2016, dentre os investimentos em projetos urbanos estratégicos em território de especial interesse, destaca-se o projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que teve, inclusive, parceria com a iniciativa privada. Também é importante salientar a plataforma de capacitação virtual, com cursos envolvendo temas de gestão de projetos urbanos, entre outros. Tais atividades capacitam os municípios com conhecimentos na área de legislação, de gestão de projetos urbanos, de estruturas e políticas, entre outros.

Relativamente à questão habitacional, o programa Minha Casa Minha Vida assume papel de destaque no financiamento de unidades para diversas faixas de renda. No âmbito do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), foram contratadas 11.672 unidades habitacionais. No Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), foram contratadas 5.820 unidades em 2016, O programa Minha Casa Minha Vida Rural contratou 19.292 habitações. Ao todo, foram contratadas 36.784 unidades nas modalidades que integram a chamada Faixa 1 do programa. Para as Faixas 2 e 3, apesar das alterações promovidas no programa e do contexto econômico, houve a manutenção dos mesmos patamares observados em 2015 nas contratações. Ao todo, foram contratadas 338.273 unidades habitacionais em 2016.

No que diz respeito aos destaques em comunicações, dados da PNAD do IBGE demonstram que, desde 2014, mais da metade dos domicílios brasileiros passaram a ter acesso à internet. O telefone móvel celular aumenta continuamente sua participação, aparecendo em 2015 em 92,11% do total de domicílios com acesso à internet. Em termos da população, o percentual de indivíduos que declaram ter acessado a internet pelo menos uma vez nos últimos 3 meses cresceu persistentemente, passando de 41% da população, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2010, para 58%, segundo a pesquisa TIC Domicílios do Cetic.br de novembro de 2016, o que representa 102 milhões de pessoas. Outra iniciativa relevante na área de comunicações é o lançamento, no 1o semestre de 2017, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que viabilizará a comunicação entre os órgãos e as entidades da administração pública federal, a segurança nas transmissões de informações estratégicas e a expansão da banda larga em localidades remotas.

O governo federal está fortemente comprometido com a agenda de consolidação fiscal e com as reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para o desenvolvimento do Brasil. A nova agenda de políticas públicas tem como base a disciplina fiscal, a melhoria do ambiente de negócios, o aumento da produtividade e da competitividade dos setores produtivos, o aperfeiçoamento do marco regulatório, a promoção do investimento privado e o aumento da poupança interna.

Um importante resultado da política econômica foi a redução do IPCA, que caiu de 10,67% em 2015 para 6,29% em 2016, abaixo do teto da meta de inflação estipulada para o ano. Com o processo de convergência da inflação à meta, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou a redução da taxa básica de juros (Selic) em outubro de 2016, que encerrou o exercício em 13,75% ao ano, ensejando uma gradual redução do juro real e a retomada do crescimento econômico.

Levando em consideração esse contexto e a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública que promovam o desenvolvimento produtivo, foi lançado no final de 2016 o programa Brasil Mais Produtivo, que se destina a atender 3 mil empresas de pequeno e médio porte em todos os estados do país até 2017 e visa aumentar em pelo menos 20% a produtividade no setor da aplicação das ferramentas de manufatura enxuta das empresas atendidas. O Programa, criado pelo MDIC, em parceria com CNI/SENAI, Apex-Brasil e ABDI e apoio do BNDES e SEBRAE, usa como modelo o Indústria + Produtiva, da CNI/SENAI. O Programa consiste na realização de consultoria tecnológica no processo produtivo, de baixo custo, com o objetivo de obter ganhos expressivos de produtividade ou redução no custo de produção. As melhorias rápidas acontecerão com a utilização de ferramentas de manufatura enxuta customizadas para atendimento aos setores do Programa, com foco na redução de sete tipos de desperdícios mais comuns no processo produtivo: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos. A iniciativa prevê o investimento em capacitação de 4 setores prioritários: Alimentos e Bebidas; metalmecânico; moveleiro; vestuário e calçados. Os resultados obtidos com as 220 empresas que tiveram os primeiros atendimentos concluídos, até 31 de dezembro de 2016, demonstram um aumento de 52,7% da média da produtividade nos processos.

No mesmo contexto, foram inaugurados sete centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil. Os setores contemplados foram: automobilístico (Toyota, São Bernardo do Campo/SP e Ficosa, Jandira/SP), construção civil (Saint-Gobain, Capivari/SP), telecomunicações (RFS, Embu das Artes/SP), tecnologia da informação (Google, Belo Horizonte/MG), petroquímico (BG Group, Salvador/BA) e alimentação (AAK, Jundiaí/SP). Tendo em vista o contexto econômico, que tem dificultado investimentos de longo prazo como os relacionados a pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), considera-se a abertura desses centros uma iniciativa importante, uma vez que se espera uma retomada da confiança da economia nos próximos três anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na área de comércio exterior, o governo atua em prol da abertura comercial e da desburocratização, fortalecimento e eficiência das instituições, incluindo a melhoria do ambiente de negócios. Em 2016, houve simplificação de procedimentos internos e de marcos legais que geravam custos de transação desnecessários à iniciativa privada. O programa Portal Único de Comércio Exterior ganhou módulos para declaração de exportação e controle de cargas de exportação, além do lançamento do Ambiente de Validação do Portal Único Siscomex privado. Já o Relatório da Situação Atual do Processo de Importação foi produzido e validado em maio de 2016, apresentando o mapa dos processos dos órgãos intervenientes, com identificação dos principais problemas e gargalos, sugestões e recomendações de melhorias.

Um marco importante para a melhoria do ambiente de negócios e o aumento do investimento em capital empreendedor e inovação no país foi a sanção da Lei Complementar 155/2016. O art. 61-A dessa lei criou a figura do investidor-anjo e conferiu a ele proteções adicionais frente à cobrança por dívidas contraídas pela empresa investida. Ademais, a nova lei criou uma faixa de saída dentro do Supersimples, que consiste em um sistema de tributação diferenciado para as micro e pequenas empresas.

A fim de promover e incentivar investimentos privados no setor de turismo, foram realizadas, em 2016, políticas públicas buscando dinamizar o setor por meio de melhorias da base legal e do ambiente de negócios, investimentos, estímulos ao empreendedorismo, apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos, aprimoramento da qualidade da oferta turística e consolidação da inteligência competitiva. Em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, foram apoiados 851 novos projetos de infraestrutura turística, que totalizam repasse de mais de R$ 519,69 milhões. Além disso, foram concluídas 1.215 obras de infraestrutura turística, que já estavam em andamento, cuja celebração de convênios ocorreu em exercícios anteriores.

De acordo com o relatório de competitividade, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil é considerado o país com maior potencial em recursos naturais do mundo em um ranking de 141 nações. Nesse cenário, o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) iniciaram os esforços para implementar uma política de gestão das áreas de uso público nos Parques Nacionais – com o setor privado e o terceiro setor – para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, além de promover o uso responsável e sustentável do patrimônio natural brasileiro por meio do turismo.

Dentre os principais avanços do agronegócio brasileiro, estão a desburocratização, a abertura e ampliação de mercados, o fortalecimento da política de sanidade agropecuária e os avanços na modernização do seguro rural. No propósito de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos para financiamento da atividade agropecuária, houve em 2016 um crescimento de 5% na aplicação do crédito rural em relação ao ano anterior. Na safra 2016/2017, foram disponibilizados R$ 183,86 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial. Do total, R$ 149,86 bilhões foram destinados às operações de custeio e comercialização, sendo R$ 115,6 bilhões a taxas de juros controladas (subsidiadas) e o restante a juros livres de mercado, e os outros R$ 34,2 bilhões foram destinados às operações de investimento.

Para minimizar os riscos e seus efeitos na atividade agropecuária, faz-se necessária a consolidação de políticas específicas que atendam aos anseios dos produtores rurais, tais como as orientações do zoneamento agrícola e a concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Em 2016, foram gastos R$ 398,6 milhões em pagamento de subvenção ao prêmio do seguro rural, beneficiando aproximadamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

48 mil produtores rurais e proporcionando cobertura securitária para 5,6 milhões de hectares, ou 7,8% da área plantada com lavouras, com destaque para soja, milho, trigo, maçã e uva.

O ano de 2016 deu início à implementação do Plano de Defesa Agropecuária (PDA), com duração prevista até 2020, estruturado em seis eixos principais: modernização e desburocratização, marco regulatório, conhecimento e suporte estratégico, sustentabilidade institucional e financeira, programas e projetos técnicos e monitoramento e avaliação. Entre as prioridades do PDA, estão a atualização do marco regulatório de defesa agropecuária, padronizando legislações conflitantes em diferentes instâncias, e a redução do tempo de trâmite dos processos.

A aquicultura é a atividade de produção animal que mais cresce mundialmente e deve responder por 62% do consumo mundial de pescado até 2030. Em 2016, a importação de pescado foi de US$ 1,56 bilhão, principalmente de espécies asiáticas de baixo preço, enquanto as exportações foram de US$ 236,22 milhões, basicamente de camarão e lagosta. É essencial ampliar a estruturação da cadeia produtiva com as principais espécies de forma sustentável. Foram implantados, regularizados, licitados ou firmados contratos de cessão de uso para o reservatório de Manso/MT e os parques aquícolas dos reservatórios de Serra da Mesa/GO e Cana Brava/GO no rio Tocantins, além de Lajeado/TO e Tucuruí/PA. Também é preciso garantir a segurança alimentar, a sanidade dos produtos pesqueiros, a competitividade nos mercados interno e externo, a qualificação e a renda de trabalhadores do setor. O Pronatec Pesca e Aquicultura foi incorporado ao Pronatec Agro, a partir de levantamento de demanda por cursos nessa área.

O cenário mundial traz desafios cada vez mais complexos para o desenvolvimento da agropecuária, principalmente no que diz respeito à adaptação às mudanças climáticas e à capacidade de atender às demandas do mercado internacional. O Brasil tem a oportunidade de se posicionar de forma vantajosa no mundo, com sustentabilidade e competitividade, em função da disponibilização de tecnologias para o setor produtivo.

Adicionalmente, novos compromissos foram assumidos pelo Brasil, dentro da Agenda 2030 da ONU, expressos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Embrapa tem hoje uma programação de PD&I que dialoga em grande parte com as questões envolvidas nestes objetivos.

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico e a geração de empregos. Em um esforço constante, o governo federal vem buscando soluções para a manutenção dos investimentos em CT&I, principalmente de programas importantes relacionados à formação de recursos humanos, ao fomento a redes de pesquisa como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), à melhoria e ampliação da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e ao fortalecimento do ambiente para o desenvolvimento da inovação, entre muitos outros.

No ano de 2016, destaca-se o início das atividades de 102 novos INCTs, envolvendo investimentos no total de R$ 628 milhões, a serem aplicados em seis anos, além da realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. Foram também inscritos 17.839.424 alunos, matriculados em 47.474 escolas públicas em 5.544 municípios, representando o alcance de 99,59% dos municípios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vale também ressaltar a sanção da Lei 13.243/2016, que aprimorou a Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação) e outras normas, principalmente no sentido de facilitar a interação universidade-empresa, a importação de insumos para pesquisas e a transferência tecnológica, além de estimular a inovação nas empresas.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes e aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro (Tecnova e Inovacred). Parte dos recursos foi aplicada na continuidade de programas como o Sibratec, voltado para ampliação da capacidade de inovação e competitividade das empresas brasileiras, que se encontra operando com 6 redes estaduais de extensão tecnológica, 22 redes temáticas de serviços tecnológicos e 2 redes temáticas de centros de inovação.

A inovação nas empresas também foi apoiada por meio do Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação do Setor de Mineração e Transformação Mineral (Inova Mineral) e do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (Padiq), ambos são iniciativas conjuntas da Finep e do BNDES para apoio a planos de negócio de empresas voltados à inovação, em parceria com instituições de pesquisa ou universidades. O Inova Mineral, lançado em maio de 2016, conta com R$ 1,18 bilhão, sendo até R$ 220 milhões não reembolsáveis. Já o Padiq teve resultado final divulgado em agosto de 2016: foram aprovados 27 planos de negócios – sendo 12 de micro, pequenas e médias empresas – que receberam um total de R$ 2,4 bilhões.

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento impõe que os avanços socioeconômicos sejam complementados, ao invés de se oporem, pela preservação e pelo uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, o governo federal desenvolveu várias ações na área ambiental para o desenvolvimento sustentável. Em 2016, a Política Nacional de Mudança do Clima avançou com a implementação da agenda nacional para aprofundar o conhecimento sobre o risco climático do país e promover adaptação e realizar a gestão da vulnerabilidade em diferentes escalas territoriais. Além disso, o país assumiu novos compromissos junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016. O Brasil tem o desafio de reduzir em 37% a emissão de GEE para o conjunto da economia brasileira até 2025, em relação a 2005, conforme apresentado na NDC.

Foi elaborada a quarta fase do PPCDam e a terceira fase do PPCerrado, com horizonte temporal de 2016 a 2020. A perspectiva para 2017 é consolidar os planos, em novas fases, fortalecendo a atuação coordenada em monitoramento e controle, no fomento às atividades sustentáveis e no novo eixo de instrumentos normativos e econômicos.

Cabe dar ênfase ao fato de que houve avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, do uso da terra e da ocorrência de queimadas e incêndios florestais, por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multiescala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal, em adição ao monitoramento de focos de calor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que diz respeito às unidades da federação integradas ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), em 2016, os estados de Mato Grosso do Sul e Pará concluíram seu processo de integração ao Sicar. Resta finalizar a integração dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Espírito Santo. Já são, portanto, 26 unidades integradas ao Sicar, sendo que 21 destas utilizam o pacote tecnológico do sistema, que foi criado com o objetivo de receber e gerenciar os dados do CAR e monitorar a situação da vegetação nativa no interior dos imóveis rurais, promover o planejamento ambiental e econômico e disponibilizar informações de natureza pública à sociedade, subsidiando a retomada do crescimento sustentável, com responsabilidade social e ambiental. Até dezembro de 2016, foi alcançado registro de 3,92 milhões de imóveis rurais, cujas declarações totalizaram 399 milhões de hectares e 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação, atingindo 100% da área passível de cadastro, estimada em 423.352.144 hectares.

Dentre os principais resultados relacionados ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para o ano de 2016, está o recebimento de 14,8 milhões de hectares de áreas públicas federais situadas em unidades de conservação, sendo 2.630,14 hectares em doação por compensação de reserva legal e 1,9 milhão de hectares repassados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Também se destaca a soma de mais 18 unidades de conservação dotadas com Plano de Manejo, em atendimento à meta de 60 novos planos previstos até 2019, totalizando 173 unidades de conservação com planos finalizados. Quanto ao aumento do número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais, de 6,7 milhões para 8,2 milhões, os resultados superaram as expectativas para todo o período do PPA.

No que diz respeito a recursos hídricos, destacam-se os avanços observados para a meta de concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF). O projeto alcançou, em 2016, execução física da ordem de 94%, sendo que o Eixo Norte conta com 93,42%, e o Eixo Leste com 96,44% de execução, correspondendo à evolução dos projetos executivos, das obras civis, das instalações eletromecânicas e das ações ambientais. Ainda no âmbito desse projeto, houve avanços no desenho de um modelo de operação e manutenção do PISF, e também na execução de ações de recuperação dos reservatórios estratégicos para a integração do rio São Francisco.

Quanto aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), reporta-se que 14 unidades da federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, ao cadastro de usuários, à outorga e ao monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água e outras 25 receberam recursos financeiros no âmbito do programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), o que representa 70% da meta prevista até 2019. Já no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos, destaca-se como importante resultado quanto à disponibilidade de água para usos múltiplos que a ampliação da rede hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real está em 28% da meta prevista até 2019.

Para a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançada nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), estima-se que foram removidas cerca de 12.500 toneladas de DBO no ano de 2016, sendo que essa remoção ocorreu por 14 estações de tratamento de esgoto participantes do programa.

Por último, cabe ressaltar que, para a retomada do crescimento econômico, e a consequente redução do desemprego, é imprescindível atuar para elevar a produtividade e a competitividade da economia, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios. Contudo, cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por instrumentos econômicos e mecanismos de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e os danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo.

No período recente, o governo federal promoveu melhorias na gestão pública, a partir de reformas administrativas que proporcionaram maior racionalidade à estrutura da administração, em particular, a Medida Provisória 696, de 2 de outubro de 2015, convertida na Lei 13.266, de 5 de abril de 2016, a Medida Provisória 726, de 2016, convertida na Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016, e a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017.Ao final desse processo, o número de pastas foi reduzido de 39 para 28, sendo 22 ministérios, 5 órgãos da Presidência da República e o Banco Central, cujos titulares possuem status de ministro, sem comprometer a eficiência na prestação de serviços.

Houve também significativo corte de cargos, com a edição da Medida Provisória 731, de 10 de junho de 2016, convertida na Lei 13.346, de 10 de outubro de 2016, sendo extintos 10.462 cargos em comissão de DAS, que serão gradualmente substituídos por igual número de Funções Comissionadas. A publicação do Decreto nº 9.015, de 29 de março de 2017,que alterou o Decreto 8.947, de 28 de dezembro de 2016, deu continuidade à reforma administrativa, delimitando três períodos para extinção dos cargos, conforme publicação dos novos decretos de estrutura dos órgãos. Em 1º de janeiro de 2017, foram extintos 1.942 cargos em comissão, 1.027 funções e 20 gratificações. Em 12 de abril de 2017, foram extintos 653 cargos em comissão, 357 funções e 30 gratificações. Por fim, em 31 de julho de 2017, serão extintos mais 99 cargos em comissão do grupo DAS, 98 funções e 50 gratificações totalizando a redução de 4.276 cargos.

No campo da inovação, a estruturação da Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov) resultou na implantação do Laboratório de Inovação G.Nova, com a oferta de recursos para o desenvolvimento e a aplicação de métodos e ferramentas de aperfeiçoamento da gestão pública, para melhorar a entrega de serviços públicos e disseminar uma cultura de inovação entre os servidores. Foi assinado acordo de cooperação técnica entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, que viabiliza o funcionamento da rede, formada por mais de 200 colaboradores de mais de 40 órgãos e entidades da administração pública federal.

Também no contexto das ações para a promoção da eficiência do gasto público, destacam-se dois lançamentos de sistemas eletrônicos: a versão 3.0 do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), selecionado como ferramenta preferencial de sustentação do Processo Eletrônico Nacional (PEN), que conta a adesão de 109 instituições públicas federais, sendo que 40 já implantaram o sistema e 69 estão em fase de implantação; e o aplicativo do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv Mobile) permite que o cidadão monitore a execução de convênios e termos de parcerias firmados entre entidades de seu município e a União.

Considerando a necessidade de que os programas sociais prioritários sejam mantidos, aprimorados e calcados em bases mais sustentáveis, o engajamento da sociedade civil e a execução de políticas públicas assertivas são fundamentais para implementar a Agenda 2030 e criar um país mais inclusivo e justo. Para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

garantir o êxito dessa nova agenda no Brasil, o governo promoveu debates que resultaram na publicação do Decreto 8.892, de 31 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os ODS. A comissão atuará como instância consultiva e paritária, composta por representantes de municípios, estados e do governo federal, bem como da sociedade civil. A comissão tem por objetivo internalizar e difundir a Agenda 2030 e dar transparência ao processo de sua implementação no Brasil. Cabe a ela propor estratégias, instrumentos, políticas públicas (ações e programas) e monitorar o seu desenvolvimento.

Em relação ao enfrentamento à corrupção na administração pública federal, a CGU, em 2016, supervisionou a atividade correcional desempenhada no poder executivo, realizando recomendações a partir da análise dos indicadores diagnosticados e acompanhando diretamente o desfecho de 1.101 apurações disciplinares, resultando na aplicação de 550 penalidades expulsivas (demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão), maior quantitativo desde o início da série histórica iniciada em 2003.

No que se refere à política externa, o Brasil buscou dar ênfase às negociações econômicas e comerciais e aos temas multilaterais. O Mercosul continua sendo prioridade na política externa comercial brasileira. A despeito das dificuldades com a situação política da Venezuela, diversas reuniões foram realizadas com o intuito de conferir mais peso ao comércio exterior. Negociações com Peru, México, Chile e Colômbia continuam em andamento, com destaque para a assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru, que abrange investimentos, serviços, e compras governamentais. O Brasil também trabalhou para a aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico.

Na esfera multilateral, o Brasil seguiu buscando ganhar espaço em diversos foros, como a ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização dos estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Além disso, Brasília foi sede da 11ª Cúpula da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, em outubro de 2016.

No âmbito bilateral, é destaque a atuação da diplomacia brasileira no Oriente Médio, especialmente em relação às situações de crise na região. Na área humanitária, houve continuidade na concessão de vistos e mais de 2,5 mil sírios tiveram seu status de refugiado reconhecido no Brasil.

Na área da defesa nacional, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) tem como propósito fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Sua implantação proporcionará meios inéditos de controle de território, por meio de radares e sensores, e contribuirá para o aumento da capacitação tecnológica e da autonomia da base industrial de defesa. Em 2016, foi concluída a implantação de 60% do projeto-piloto do Sisfron, cuja abrangência corresponde à área de atuação ao sudoeste do Mato Grosso do Sul. Outro avanço foi a publicação do Decreto 8.903, de 16 de novembro de 2016, que instituiu o programa de Proteção Integrada de Fronteiras, cujo objetivo é promover a atuação articulada e coordenada, nas regiões de fronteira, dos órgãos de segurança pública e de inteligência, da Receita Federal e do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.

No que se refere ao desenvolvimento regional e territorial, é importante destacar as ações voltadas para a Amazônia. Nessa região, a Suframa apoiou e incentivou, em 2016, a implantação de 60 empreendimentos produtivos, que compreendem desde uma planta fabril industrial voltada à produção de bens intermediários e de bens finais de alta tecnologia, assim como indústrias que utilizam matérias-primas regionais em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seus produtos, além de empreendimentos agrícolas e de infraestrutura. Dentre as alterações efetivadas pela simplificação e desburocratização do Fundo de Investimento da Amazônia (e também do Nordeste), destaca-se a permissão para conceder créditos para a aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia por aproveitamento das fontes de biomassa. Os recursos aportados para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) foram de R$ 28,8 bilhões, resultando na geração ou manutenção de empregos.

O PPA 2016-2019 inclui alguns programas especiais singulares, como oceanos, zona costeira e Antártica, cuja dimensão geográfica não se limita ao mar territorial, à zona contígua, à zona econômica exclusiva e à plataforma continental brasileiras, mas abrange os espaços marítimos de interesse do país em águas internacionais e na Antártica. Em 2016, o governo deu continuidade à consolidação da posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca das mudanças climáticas, do uso sustentável dos recursos do mar, focado em inovações tecnológicas para novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio a pesquisas multidisciplinares. Também se destacam a formação de recursos humanos e a manutenção da presença brasileira na Antártica com a decisão de reconstruir a estação Comandante Ferraz, atendendo a todos os requisitos científicos, ambientais e operacionais.

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia além de atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia. O país possui domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial, ainda não há capacidade instalada nas etapas de enriquecimento (parcialmente atendida) e conversão do U3O8 em UF6 (totalmente importada) suficiente para atendimento da demanda de Angra I, II e III. Para o período do PPA 2016-2019, a continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio pela INB, em Resende (RJ), é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução da taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear, que terminou 2016 em torno de 70%, mesmo valor de 2015.

Por último, a política espacial busca capacitar o país no desenvolvimento e na implantação de um conjunto de ativos e aplicações espaciais, voltados para a solução de problemas do Estado brasileiro e para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, de forma sustentada e com a participação da indústria. Em 2016, os destaques foram a continuidade da presença de satélites nacionais em órbita em condição operacional, a proximidade da conclusão de novos projetos de satélites, o forte engajamento da comunidade acadêmica e de estudantes universitários nas iniciativas voltadas para nanossatélites, a recente preparação de uma nova geração de profissionais treinados no exterior e o avanço no desenvolvimento daquele que será o primeiro lançador de satélites nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

AVALIAÇÕES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMAS TEMÁTICOS

- Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento
- Educação de Qualidade para Todos
- Esporte, Cidadania e Desenvolvimento
- Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar
- Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais
- Justiça, Cidadania e Segurança Pública
- Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência
- Previdência Social
- Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo
- Promoção dos Direitos da Juventude
- Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária
- Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
- Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas
- Redução do Impacto Social do Álcool e outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social
- Reforma Agrária e Governança Fundiária
- Segurança Alimentar e Nutricional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2037
CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social organiza em todo o território nacional um conjunto de ações voltadas à redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população. A magnitude e dispersão territorial do contingente populacional que enfrenta situações diversas de vulnerabilidade e risco social constituem grandes desafios que exigem do SUAS, simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso dos usuários, integração das ações e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas.

Com base nos registros do Cadastro Único para programas Sociais (Cadúnico), o quadro seguinte permite visualizar a magnitude e distribuição regional da vulnerabilidade decorrente da renda.

QUADRO 1 - MAGNITUDE E DISTRIBUIÇÃO DA VULNERABILIDADE DECORRENTE DA RENDA

Famílias com renda *per capita* mensal até R$ 85 (situação de extrema pobreza)	
Famílias com renda *per capita* mensal entre R$ 85,01 e R$ 170 (situação de pobreza)	

Fonte: CadÚnico * famílias registradas, com cadastro atualizado (<24 meses), extração em 19/01/2017.

Observa-se a existência de 12,2 milhões de famílias em situação de extrema pobreza, das quais 55% se encontram na região Nordeste. Outros 4,1 milhões de famílias, distribuídas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste (1/3 em cada uma delas), encontram-se em situação de pobreza.

Situações diversas de vulnerabilidade e riscos comprometem o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, favorecendo a incidência de evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce (entre 10 e 19 anos), trabalho infantil, exploração sexual, drogadição, dentre outras situações que apresentam efeitos prejudiciais à convivência familiar e comunitária, às condições de saúde, educação, qualificação educacional e profissional, resultando em inserção precária e redução das oportunidades de trabalho. Em relação aos idosos (60 ou mais anos), ampliam-se os riscos de isolamento e exclusão do acesso à convivência familiar e comunitária, bem como a um conjunto de atividades essenciais ao seu bem-estar, em consequência dos processos de envelhecimento e da violência urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com efeito, a cada ano ocorrem aproximadamente 556 mil casos de gravidez precoce[1]. Além disso, os jovens (15 a 29 anos) são a maioria das vítimas fatais de agressões (28,9 mil jovens assassinados, o que corresponde a 53% dos 54,4 mil óbitos por agressões no país)[2]. Em relação à escolaridade, apesar da tendência consistente de melhoria em todas as regiões, em 2013 a média de anos de estudo dos adultos (com 25 ou mais anos de idade) variava entre 6,4 a 8,4 anos, no Nordeste e Sudeste, respectivamente. Por um lado, essa reduzida escolaridade resulta da combinação do acesso precário à educação, com o conjunto de riscos e vulnerabilidades já mencionados. Por outro, se constitui em séria limitação à capacidade de superação desses riscos, reforçando a tendência de volatilidade e precarização do trabalho e da renda, com reflexos diretos na capacidade de manutenção dessas pessoas e de suas famílias, especialmente nas regiões menos desenvolvidas e nas periferias das grandes metrópoles.

Para enfrentar os desafios colocados à política de Assistência Social, o programa 2037 – Consolidação do SUAS articula três objetivos, resumidamente expressos como: manter e qualificar as ações de proteção social básica e especial; qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e fortalecer as estratégias de inclusão social de seus beneficiários; e qualificar a gestão do SUAS e os mecanismos de participação e controle social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os indicadores estabelecidos no PPA 2016-2019 para o programa 2037 atingiram as seguintes medições, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 2 - INDICADORES DO PPA 2016-2019 PARA O PROGRAMA 2037

Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com mais de 100 mil habitantes							

1 Média de 2010 a 2013. Fonte: SIH/Datasus/MS.

2 Média de 2010 a 2013. Fonte: SIM/Datasus/MS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Taxa de cobertura de serviços de média complexidade em municípios com até 20 mil habitantes							
Taxa de pobreza da população idosa de 65 anos ou mais							

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA

- Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com mais de 100 mil habitantes – Comparando o valor apurado em 2016 de 72,10% com o de referência de 86,16%, observa-se uma variação negativa, ou seja, uma moderada retração na cobertura de famílias pobres por CRAS nos municípios selecionados. Em que pese dependa de avaliação mais aprofundada, é possível estimar que tal piora tenha se dado pelo constante incremento de novas famílias cadastradas no CadÚnico associado ao refreamento da expansão de novos CRAS.
- Taxa de cobertura de serviços de média complexidade em municípios com até 20 mil habitantes – O valor de referência para esta taxa relativa a 2014 é 14,80%. No exercício de 2016, esse percentual atingiu 23,23%, apresentando evolução na cobertura. Destaca-se também que o indicador variou em função de terem sido considerados os municípios abrangidos pelos CREAS Regionais no CadSuas de 2014.
- Taxa de pobreza da população idosa de 65 anos ou mais – O indicador avalia o total de pessoas com 65 anos ou mais com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza oficial dividido pela população total de 65 anos ou mais. A linha de pobreza é equivalente a R$ 154,00 em abril/2014, conforme definido pelo Decreto 8.232/14. Em 2015, data da última PNAD disponível, o índice reduziu-se quase à metade do índice de 2013, a 0,68%, evidenciando uma redução ampla da pobreza entre a população idosa, apesar de ter se elevado em relação ao índice observado em 2014, de 0,5%.

Os serviços e programas do SUAS estão estruturadas em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. A proteção social básica tem um papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

proativo e preventivo, visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Esses serviços e programas são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), em outras unidades públicas ou entidades de assistência social.

Atualmente a rede de Cras é formada por 8.273 unidades (fonte: CadSuas, 02/12/2016), distribuídas por quase todos os municípios do país, das quais 7.458 (90%) são cofinanciadas pelo governo federal. Essa rede permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadastro Único para programas Sociais – Cadúnico (outubro/2016). Para acompanhar o desenvolvimento dessa rede, foi criado o Índice de Desenvolvimento dos Cras (IDCras), calculado a partir de dados do Censo Suas, realizado anualmente. Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede, cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento, passou de 59% (2011) para 76,4% (2015). No 1º semestre de 2016, os Cras realizaram mais de 9 milhões de atendimentos e acompanharam por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (Paif), principal serviço ofertado nessas unidades, quase 1,5 milhão de famílias a cada mês (fonte: dados preliminares do RMA/SNAS).

Para ampliar e viabilizar o acesso dos usuários às ações socioassistenciais, o governo federal tem cofinanciado a oferta de serviços por equipes volantes, vinculadas a unidades Cras em funcionamento, para atuarem junto a populações que vivem em áreas isoladas ou de difícil acesso, bem como a doação e a manutenção de lanchas de assistência social, para o transporte hidroviário dessas equipes a comunidades ribeirinhas de municípios da região amazônica e pantanal. Atualmente o governo federal cofinancia a oferta de serviços por 1.251 equipes volantes, existentes em 1.081 municípios, e a manutenção de 123 lanchas. Em 2017 serão doadas 15 lanchas de maior porte (oceânicas), destinadas a áreas com ondas ou ventos, correntezas ou marés, que dificultam o tráfego das embarcações.

Na proteção social básica, o trabalho social com famílias é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizado com grupos, organizados por faixa etária, visando à socialização e convivência familiar e comunitária. Atualmente o governo federal cofinancia a oferta do SCFV por 4.971 municípios (89,2%), que apresentam capacidade de atendimento a 1,6 milhão de usuários, existindo incentivos para que metade dessas vagas sejam destinadas ao público prioritário. No último trimestre de 2016, os municípios informaram o atendimento de 1,5 milhão de usuários, dos quais 732 mil identificados em uma ou mais situações prioritárias (fonte: SISC/SNAS).

A proteção social especial é direcionada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos (situações de violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua e mendicância, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis (média e alta complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e especificidade dos serviços ofertados.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2016, o governo federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.516 Creas municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes, tendo sido adotada a estratégia de oferta regionalizada para os 3.917 municípios de pequeno porte. Em 2016 a cobertura dos serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%, em dezembro/2015) para 336 municípios (8,6%), segundo os registros do Cadastro de Unidades do SUAS (CadSuas). Os Creas também podem ofertar o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) em meio aberto, de liberdade assistida (LA) e prestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de serviço à comunidade (PSC). O serviço objetiva criar condições para a (re)construção de projetos de vida, a ruptura com a prática do ato infracional, o estabelecimento de autoconfiança e construção de autonomias e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Ao final de 2016, o governo federal cofinanciava a oferta desse serviço em 1.009 municípios. Dados preliminares apontam que, no 1º semestre de 2016, os Creas acompanharam a cada mês 224 mil casos (pessoas ou famílias), além de outros 53,6 mil adolescentes em Medidas Socioeducativas (fonte: RMA/SNAS).

Ao final de 2016, o governo federal também cofinanciava a oferta de serviços em 230 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 205 municípios. Esse serviço oferece orientação individual e grupal e encaminhamento a outros serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, visando contribuir para a construção da autonomia, a inserção social e proteção em situações de violência. Dados preliminares apontam que, no 1º semestre de 2016, essas unidades atenderam 156 mil pessoas (fonte: RMA/SNAS).

Essas unidades (Creas e Centro Pop) podem ofertar o serviço de abordagem social, que busca identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando à inserção desses indivíduos e famílias na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas e a resolução de necessidades imediatas. Ao final de 2016, o governo federal cofinanciava a oferta desses serviços em 265 municípios. Dados preliminares apontam que, no 1º semestre de 2016, o conjunto das unidades (Creas e Centro Pop) realizou quase 500 mil abordagens, a quase 215 mil pessoas (Fonte: RMA/SNAS).

Uma das situações que recebem especial atenção da Assistência Social é o trabalho infantil, enfrentado por meio do programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). As famílias identificadas nessas situações são incluídas no Cadúnico, beneficiadas com a transferência de renda (Bolsa Família) e acompanhadas pelo Paif/Cras ou Paefi/Creas (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e as crianças/adolescentes são inseridas em serviços socioeducativos, por meio do Serviço de Convivência (SCFV). Além disso, os estados, o Distrito Federal e 957 municípios identificados no Censo IBGE (2010) com alta incidência de trabalho infantil, passaram a contar com recursos federais para o apoio à gestão. De acordo com a PNAD, o quantitativo de crianças e adolescentes (05 a 15 anos) em situação de trabalho caiu de 1,4 milhão (2014) para 1,0 milhão (2015).

A proteção social especial de alta complexidade oferta serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras, repúblicas, residências inclusivas), destinados a indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em razão de rompimento ou inexistência de vínculos familiares e comunitários. O Censo Suas 2015 (os dados relativos a 2016 ainda estão em processamento) captou a existência de 5.573 unidades de acolhimento, que atenderam no ano anterior a 162,7 mil usuários. Ao final de 2016, o governo federal cofinanciava a oferta de 88,9 mil vagas, destinadas a idosos e mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência, população em situação de rua e migrantes.

A União também é responsável pelo financiamento e gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência ou idosas, cuja renda familiar per capita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mensal, em ambas as situações, seja inferior a ¼ do salário mínimo. Ao final de 2016, o BPC beneficiava aproximadamente 4,4 milhões de beneficiários, sendo 2,4 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

Com a publicação do Decreto 8.805, de 7 de julho 2016, com entrada em vigência de 120 dias após a publicação, todos os requerentes e beneficiários do BPC passaram a ser necessariamente registrados no Cadúnico, o que favoreceu o acompanhamento familiar pelos serviços socioassistenciais, ampliando o acesso dos beneficiários a serviços e programas que utilizam o Cadúnico como instrumento de seleção de seu público alvo e ampliando a capacidade da administração pública conhecer a realidade desse conjunto de cidadãos, permitindo o aperfeiçoamento das ações direcionadas a este público. Até julho de 2016 apenas 37,8% dos beneficiários do BPC estavam inseridos no Cadastro Único, prevendo-se a inclusão dos demais beneficiários até o final de 2018. A normativa que regulamentará o Decreto deverá definir a descentralização e desburocratização de procedimentos de requerimento, agilizando o processo e ampliando a transparência do gasto com os benefícios.

Além do benefício, outras iniciativas são implementadas visando a inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, com destaque para o BPC na Escola, programa que visa promover o acesso e a permanência na escola às pessoas com deficiência em idade escolar, assim como o seu acompanhamento e de suas famílias. Até o final de 2016, o programa contava com a adesão de 4.838 municípios, incluindo todas as capitais, onde residem mais de 472 mil beneficiários. Contudo, o cruzamento de dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC), em 2016, mostrou que 203,7 mil (40,6%) dos 501,6 mil beneficiários com idade até 18 anos encontrava-se fora do sistema escolar.

O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD-Suas) é um instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada no âmbito dos municípios, estados e DF. Com base nos resultados alcançados pelos demais entes, a União transfere um incentivo financeiro para o aprimoramento da gestão. Em 2017 será definido um novo formato de cálculo do indicador, que apresentou no 2º semestre de 2016 apenas 13,9% dos municípios com resultados insatisfatórios.

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSuas), pelo qual o MDSA apoia os estados e o Distrito Federal na implementação de seus planos de capacitação de técnicos, gestores e conselheiros do SUAS, se constitui na principal estratégia para execução da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. No período 2012-2016 foram certificados pelo programa aproximadamente 33 mil pessoas, das quais 10,3 mil foram certificadas em 2016.

Para realizar o monitoramento das ações do SUAS, ao longo do tempo foram criados diversos instrumentos, a exemplo do Censo Suas, CadSuas e Registro de Mensal de Atendimentos (RMA) das unidades. Em razão da diversidade, complexidade e capilaridade das ações do SUAS, uma das prioridades da atual gestão é a integração de dados em um sistema nacional de monitoramento, que resulte em ganhos de informação para o processo decisório e transparência para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por fim, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) está implantando o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), que registra dados fornecidos pelos gestores municipais de assistência social sobre os serviços socioassistenciais prestados pelas entidades. A base de dados do Cneas já conta com 18,9 mil entidades, das quais 9 mil já concluíram o processo de cadastramento. O registro no Cneas passará a ser requisito para a realização de parcerias das entidades com o poder público, abrangidas pela Lei 13.019/2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC). Como instrumento de financiamento indireto dessas entidades, o MDSA realiza a concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas). Ao final de 2016, aproximadamente 5,4 mil entidades estavam usufruindo da certificação concedida pelo MDSA, das quais aproximadamente mil foram concedidas ou renovadas no ano.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2016, um grande esforço foi empreendido, inclusive nas esferas subnacionais, também responsáveis pelo cofinanciamento dos serviços e programas, visando à manutenção dos serviços nos níveis existentes de forma que, no período 2016-2019, a implementação da política de assistência social possa envidar esforços na consolidação e qualificação dos serviços, dos benefícios e da rede de unidades prestadoras de serviços. Assim, busca-se ampliar a efetividade no enfrentamento da pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais.

No período deste PPA (2016-2019) deverão ser articulados vários esforços visando qualificar a gestão do BPC e incluir seus beneficiários nos serviços socioassistenciais e em outras políticas. Uma dessas iniciativas é o programa BPC na Escola, que visa promover a elevação da qualidade de vida dos beneficiários do BPC com deficiência, na faixa etária de 0 a 18 anos, favorecendo o acesso e a permanência na escola. Neste período, deverão ser intensificadas as estratégias para mobilização, identificação e acompanhamento das famílias dos beneficiários em idade escolar.

Em outra linha de atuação, o MDSA está elaborando uma Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva, visando reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. No âmbito do SUAS, essa estratégia inclui o aprimoramento do programa Acessuas Trabalho, que passará a realizar oficinas de preparação e orientação dos usuários sobre o mundo do trabalho e deverá monitorar a trajetória desses usuários, com o objetivo de construir estratégias coletivas de superação das dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2027
CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO

O Ministério da Cultura – MinC, como principal agente político fomentador e mantenedor da cultura brasileira, tem o desafio de garantir que as manifestações artístico-culturais, materiais e imateriais, assim como o seu acesso pela população, tenham papel importante na agenda política do país. Para isso, vem desenvolvendo ações que possibilitam o desenvolvimento social e econômico do país, incentivando o acesso da população aos seus bens e serviços e preservando o seu patrimônio cultural.

Com o programa temático "Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento", várias linhas de ação do governo federal corroboram a visão de desenvolvimento inclusivo do país, em continuidade às iniciativas do PPA anterior, que já reafirmavam os compromissos do Estado com a tridimensionalidade das políticas culturais, quais sejam: a dimensão simbólica, a cidadã e a econômica. A promoção do desenvolvimento cultural e artístico e o acesso à cultura com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura tem sido decisiva para a melhoria social, modificando a visão de sociedade quanto às suas possibilidades e expectativas.

Os objetivos vinculados a este programa temático são:

- 0779 – Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados;
- 0783 – Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro;
- 0785 – Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais;
- 0786 – Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística;
- 0787 – Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais;
- 0788 – Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural;
- 1085 – Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país.

O Plano Nacional de Cultura – PNC, o Sistema Nacional de Cultura – SNC e a Participação Social são elementos estruturantes da política e têm sido as principais estratégias da ação em articulação com estados e municípios. Neste contexto, o marco legal tem contribuído para o desenvolvimento da cultura como Política Pública e, consequentemente, para promover a garantia dela como direito social.

O PNC, instituído pelaLei 12.343/2010, tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo até 2020, voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do país. O período de 2012 a 2015 foi dedicado a: formulação das metas e do plano de ação do PNC, desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, acompanhamento dos planos estaduais e municipais de cultura, adequação e elaboração de planos setoriais de cultura (Artes Visuais, Circo, Dança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Música, Teatro, Culturas Populares, Culturas Indígenas, Livro e leitura, Museus), monitoramento/revisão das metas do Plano e realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Além disso, está proposto renovar a Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), por meio do Projeto de Lei (PL 6.722/2010), em tramitação na Câmara dos Deputados, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura. O objetivo desse PL é modernizar os mecanismos de financiamento à cultura, corrigindo as distorções do atual modelo, que acentua a concentração territorial e setorial dos investimentos e limita o alcance das políticas públicas para o setor cultural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No intuito de contribuir com a avaliação dos principais resultados alcançados pela Política de Cultura, foram estabelecidos os seguintes indicadores, sendo diferentes do PPA anterior e, por isso, devem ser comparados ao longo do PPA 2016-2019:

- Aspecto cultural no Índice de Competitividade do Turismo Nacional, aferido pelo Ministério do Turismo em 2015, alcançou 64, superando o índice dos anos anteriores. As variáveis analisadas nesta dimensão são: produção cultural associada ao turismo, patrimônio histórico e cultural, além da estrutura municipal de apoio à cultura;
- Empregos formais do setor cultural, obtido pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), alcançou 1.612.519 até out/2016 o que significa uma queda em relação a 2013, que tinha 1.690.265 empregos formais; e
- Recursos públicos federais para a Cultura em relação ao PIB, aferido pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento, foi de 0,03%, não apresentando diferença em relação ao ano de 2015.

Além disso, apresentam-se a seguir os principais resultados alcançados por objetivo do programa.

O SNC visa principalmente fortalecer as políticas culturais da União, estados, Distrito Federal e municípios por meio de institucionalização e ampliação da participação social para promover desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e amplo acesso aos bens e serviços culturais.

A integração de estados e municípios ao SNC é um processo que requer a adesão por Acordo de Cooperação firmado entre o ente e a União, por intermédio do MinC, a institucionalização de leis próprias e a implementação dos elementos constitutivos do SNC. No balanço da efetivação do acompanhamento pelo MinC, há 100% de adesão voluntária dos Estados e do Distrito Federal ao SNC, e somente 8 estados (AC, BA, CE, MS, PB, RJ, RS e RO) tem seus sistemas estaduais de cultura institucionalizados por meio de lei própria de criação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação à meta de institucionalização de sistemas próprios em 30% dos municípios aderentes ao SNC, embora até 2016 cerca de 40% dos municípios brasileiros aderiram e 537 municípios foram identificados com Leis de criação dos Sistemas Municipais de Cultura, 9,64% institucionalizados, mas somente 188 municípios inseriram na Plataforma do Sistema Nacional de Cultura as evidências comprovando a institucionalização.

No esforço para instituir o sistema de participação social do MinC, em 2016 foram realizadas 38 reuniões, sendo 2 plenárias e 36 de colegiados setoriais. Porém, é um desafio essa pretendida institucionalização no sentido de se intensificar o diálogo, a mobilização e a participação da comunidade cultural na gestão do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC.

A política de preservação do patrimônio cultural brasileiro se dá com ações específicas de identificação, reconhecimento, tombamento, restauração, conservação e difusão do conhecimento patrimonial, bem como com a conscientização da população sobre a importância dessas ações. No MinC, apesar dessas ações específicas serem executadas majoritariamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan e pelo Instituto Brasileiro de Museus/Ibram, outras unidades desenvolvem ações de preservação da memória.

Em 2016, a preservação do patrimônio cultural e da memória brasileira mantiveram os níveis esperados de reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial, porém os tombamentos de bens não aconteceram na quantidade esperada devido à complexidade dos processos envolvidos, que demandam um número mínimo de condições para a realização de reuniões do Conselho Consultivo.

Dessa forma, foram feitos inventários de bens móveis e imóveis e dossiês de tombamento, bem como instruções de processo de registro do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial e de reconhecimento das línguas como Referência Cultural Brasileira. Estas ações são provenientes do planejamento do Iphan e demandas da sociedade para a preservação da cultura através do reconhecimento de bens ainda não protegidos.

Ainda que a meta indique a quantidade de bens reconhecidos, diversas ações devem ser realizadas, como análises, pesquisas, documentações e reuniões de mobilização. Em 2016, foram realizadas 23 ações que contribuem para o reconhecimento de bens culturais como parte das atividades dos processos de Registro e de Revalidação do título para bens já registrados.

Com relação à meta de ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos, no ano de 2016, dois bens culturais imateriais foram registrados: a Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade (GO) e Caboclinhos. E a perspectiva é otimista para alcance dessa meta até 2019.

Ao longo de 2016, foram tombados oito novos bens, situados todos na região Sudeste, especificamente sete no estado do Rio de Janeiro (RJ) e um em São Paulo (SP), entre eles: no RJ – Passarela do Samba, Prédio das Antigas Docas Dom Pedro II e Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói; e em SP - Edificações de Oscar Niemeyer no Parque do Ibirapuera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à diversidade, a cultura afrobrasileira e a dos povos indígenas foram bem contempladas por meio dos Pontos de Memória no âmbito do programa Cultura Viva (PCV). A meta do PPA em curso prevê apoiar 200 Pontos de Memória, tendo alcançado 40 pontos apoiados, por meio de aporte de recursos via editais e pela oferta de ações de capacitação e de intercâmbio de experiências e oficinas.

Por fim, o governo brasileiro vem garantindo recursos para restauração de monumentos e sítios urbanos protegidos pelo Iphan por meio do PAC Cidades Históricas desde 2013. O programa prevê o aporte de R$ 1,6 bilhão do governo federal a 423 ações de restauro de edifícios e espaços públicos. Em 2016, foram entregues 13 obras, dentre elas, a restauração da Igreja da Ordem Terceira de São Domingos, Salvador/BA, com um investimento de R$ 12 milhões, segundo 4º Balanço do PAC 2015-2018.

O MinC implementa também ações de fomento ao audiovisual e à indústria cinematográfica brasileira que ampliam a produção e incentivam a difusão e a fruição das obras produzidas, contribuindo para o fortalecimento da identidade nacional no país e no exterior. A veiculação de obras na TV paga e a possibilidade de acesso da população mais carente a salas de cinema intensificam o valor inclusivo dessas ações. Elas são implementadas principalmente pela Secretaria do Audiovisual (SAv/MinC) e pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

Em 2016, este objetivo foi contemplado por atividades como a ampliação de redes de Núcleosde Produção Digital-NPDs, a produção de obras audiovisuais por afrodescendentes, assim como pelo número de filmes brasileiros em salas de cinema e em festivais e mostras de cinema.

Os NPDs são espaços democráticos, gratuitos e acessíveis à sociedade, que visam apoiar a produção e difusão do conteúdo audiovisual brasileiro independente, através do fornecimento de equipamentos adequados, bem como de serviços técnicos especializados, promovendo a formação e o aprimoramento profissional e artístico de técnicos e realizadores audiovisuais. A ação visa consolidar parcerias com os estados para o desenvolvimento da atividade audiovisual nas diversas regiões do país. Até 2015 foram implantados 14 NPDs (AC, AL, CE, GO, PA, PB, PI, PR, RJ, RN, SC, SE, SP e MT). Em 2016, foram firmados convênios e adquiriu-se, por meio de pregão, novos kits para a implantação de nove novos NPDs em UFs ainda não contempladas (AM, BA, DF, ES, MA, MG, MS, PE, TO), além da atualização tecnológica dos núcleos existentes. Com isso, será possível alcançar a meta do PPA que é implantar 35 NPDs até 2019.

Ainda em 2016, o MinC apoiou a produção de 37 obras audiovisuais, sendo 22 de curta-metragem e 15 de média-metragem, voltadas a povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares, num universo almejado de 240 até 2019. Quanto à marca de 130 filmes brasileiros de longa-metragem lançados em salas de cinema ao ano, a meta foi superada com 143 filmes produzidos em 2016, tendo um crescimento de lançamentos anuais de obras de longa-metragem de 521% no período de 2000 a 2016. Em comparação com anos anteriores, a meta aferida indica o período mais profícuo para o cinema brasileiro em todos os tempos.

Até meados de novembro de 2016, houve um total de mais de 173 milhões de espectadores nas salas de cinema do país, sendo que quase 26 milhões são público de filmes brasileiros. Observa-se uma tendência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de redução do índice de habitantes por sala de cinema no país, passando de 68.037 em 2015 para 65.071 em 2016. A meta estabelecida no PPA até 2019 é baixar esse referido índice de 70 mil para 52 mil. Projeta-se a continuidade na redução desse índice, só que em ritmo mais lento.

O programa de Apoio à Participação Brasileira em Festivais e Laboratórios Internacionais foi criado com vistas a incrementar a presença do cinema nacional no circuito internacional de festivais e eventos afins. A condição para que os representantes dos filmes possam solicitar o apoio é que a obra tenha sido selecionada pelo evento. De toda forma, o aumento no número de apoios concedidos nos últimos anos indica um fortalecimento da presença do cinema nacional no circuito dos principais festivais internacionais. Em 2016, houve 120 participações de obras audiovisuais brasileiras em festivais e mostras internacionais, sendo a meta para alcance ao fim do PPA de 600 participações.

A promoção do acesso ao conteúdo audiovisual também teve destaque com a regulamentação, por meio da Instrução Normativa 128/2016 da ANCINE, do provimento de recursos de acessibilidade visual e auditiva nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica, no intuito de disponibilizar tecnologia assistida voltada à fruição dos recursos de legendagem, legendagem descritiva, áudio-descrição e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Os prazos para adequação à nova regra são gradativos e variam de acordo com o número de salas de cinema de cada grupo exibidor. Em um ano, cerca de 50% do parque exibidor terá que contar com os recursos implantados e, em dois anos, todo o parque exibidor. Para 2017, espera-se a expansão do parque exibidor, em particular pelas cidades de médio porte e do número de ingressos vendidos.

A institucionalização da política para o audiovisual brasileiro pela Lei 12.485/2011, e sua posterior regulamentação, instituíram um novo cenário na política pública para a TV por assinatura no Brasil, com a criação das obrigações de veiculação de conteúdo brasileiro e de novas fontes de recursos para aplicação no segmento. Em consequência, houve um aumento gradual das horas de conteúdo brasileiro na TV paga, principalmente a partir de 2012. Espera-se retomar o crescimento da base de assinantes e a continuidade do aumento da presença de conteúdo brasileiro nos canais de programação.

É esforço contínuo do governo federal fomentar atividades culturais, por meio de projetos que contemplem a produção artística e cultural, a sua difusão e o seu acesso, oferecendo à população bens e serviços culturais nas áreas do teatro, música, literatura, artes visuais, entre outros.

A produção e a difusão cultural e artística foram executadas em 2016 por meio de: prêmios e bolsas de estímulo à produção artística; publicação de obras relevantes para a cultura brasileira; realização de eventos para divulgação de acervos com mostras, palestras, entre outros eventos; Pontos de Cultura para promoção da participação qualificada; além de ações e projetos para o fomento da produção e divulgação da cultura afro-brasileira e para o resgate da identidade nacional da população negra. No ano de 2016, foram realizadas 114 atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional, detalhadas a seguir.

Visando divulgar a literatura brasileira no exterior, houve a concessão de 27 bolsas sendo 23 a editoras e instituições estrangeiras com vistas à tradução e/ou publicação de obras de autores brasileiros e quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bolsas de residência de tradutores estrangeiros no Brasil. Foram concedidos também 9 prêmios de destaque às melhores obras da literatura brasileira publicadas no exercício em diversas categorias desde poesia até literatura juvenil. Concedido desde 1989, o Prêmio Camões é o mais importante da língua portuguesa, por meio de acordo entre Brasil e Portugal, visando estreitar laços entre todos os países lusófonos. O Prêmio foi entregue ao escritor brasileiro Raduan Nassar.

Em 2016, ocorreram programações especiais durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Foi celebrado acordo entre o MinC e MRE (Ministério das Relações Exteriores) para a realização de eventos para promover a cultura e a imagem do Brasil em comemoração ao ano olímpico brasileiro e ao centenário do samba. Assim, o MRE realizou 35 ações de difusão cultural, inclusive nos postos do exterior.

Para ampliar a divulgação e o estímulo da nossa produção editorial, visando a inserção de nosso país no cenário internacional, o Ministério participou de 5 eventos, realizando trabalhos, palestras e/ou representando o governo brasileiro, destacando o Conferência Anual da IFLA (Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias) e a Assembleia Geral da ABINIA (Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero América). Foram publicadas 9 obras de grande relevância para a cultura brasileira visando transformar em informação acessível e útil para o público leitor obras cujas características editoriais não possuam apelo comercial. Outro importante fator para a divulgação do acervo, foram 6 exposições, cinco mostras e 14 outros eventos continuados, palestras, debates, mesas redondas, entre outras.

Além do mais, em benefício à população negra e afrodescendente do país, apoiou-se e promoveu-se ações e projetos culturais, destacando-se: Campanha Filhos do Brasil com o intuito de valorizar a diversidade religiosa, o respeito ao próximo e o convívio com a alteridade, divulgada por meio de peças publicitárias veiculadas na TV e na internet; 1º Ciclo de Formação em Direitos Humanos e Diversidade: Sistema penal e Racismo – AL que teve por objetivo discutir o racismo estrutural e a relação entre sistema penal e grupos vulneráveis; 1º CENAFRO – Cena Afro-Alagoana: Afroempreendedorismo que contou com programação diversificada como palestras, apresentações musicais, dança, teatro, moda e gastronomia; Parque Memorial Quilombo dos Palmares dentro da Semana Nacional da Consciência Negra.

Por outro lado, o programa Cultura Viva (PCV), que em 2016 completou 12 anos, possui forte apelo à gestão participativa dos segmentos da sociedade e das expressões da diversidade cultural, por intermédio do fomento a grupos culturais. O PCV apresenta o Cadastro Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura como instrumento de monitoramento pelo qual é realizado o levantamento e publicação de todos os Pontos de Cultura já fomentados, bem como dos novos pontos, permitindo a autodeclaração por parte das grupos e espaços culturais. O PCV teve, no encerramento do PPA 2012-2015, 4.662 Pontos de Cultura fomentados em todos os estados. No primeiro ano do ciclo atual do PPA, 84 pontos/pontões foram fomentados, dentre eles, um Indígena foi premiado, demonstrando um desafio enorme o alcance da meta prevista até fim de 2019 que são de 6 mil pontos fomentados.

Quanto à importante meta de aumento em 20% até 2019 do número de pessoas que frequentam museus, bibliotecas, centros culturais, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, foi alcançada uma ampliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 5%. O destaque é para ações voltadas para museus para os quais são realizados dois eventos anuais: Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus, em maio e setembro, respectivamente. Aponta-se que 34% do total de instituições museológicas do Cadastro Nacional de Museus aderiram ao primeiro evento.

Foram disponibilizadas no Catálogo Online do CEDOC (Centro de Documentação e Informação) da Funarte, através do Sistema de Bibliotecas SophiA, para consulta pública virtual, cerca de 2.200 imagens de obras em domínio público ou licenciadas. Através deste projeto, a Funarte preserva e trata tecnicamente os documentos arquivísticos e bibliográficos de seu acervo. O aumento expressivo deveu-se ao fato de que foram realizados preparativos de transferência da documentação da extinta Fundação do Cinema Brasileiro – FCB, para o Centro Técnico de Artes Visuais – CTAV/ANCINE. Elaborou-se também em 2016 estudo técnico sobre o potencial de exploração econômica do repertório brasileiro de obras artísticas e literárias protegidas por direitos autorais que se encontram em domínio público, com vistas a subsidiar o Ministério da Cultura em sua política pública de promoção dos direitos intelectuais. Além do mais, estão disponíveis na internet, para consulta pública, 107 obras do acervo audiovisual da Cinemateca Brasileira.

O programa Cultura do Trabalhador, implementado em 2013, foi a maior iniciativa de democratização do acesso à cultura criada no Brasil. Por meio do cartão Vale-Cultura, o programa teve o potencial de injetar mais de R$ 25 bilhões ao ano na cadeia produtiva cultural, potencializando o acesso e a fruição de produtos e serviços culturais. Ao final de 2015, o programa alcançou a marca de 457.162 beneficiários. Em 2016, cerca de 58 mil trabalhadores foram beneficiados com o Vale-Cultura, totalizando cerca de 515 mil trabalhadores. Para 2017, está prevista a revisão dos normativos do programa e a inclusão de novos produtos e serviços que podem ser adquiridos por meio do cartão Vale-Cultura. Até o ano de 2018, com vistas a aprimorar a execução do programa, serão implementados outros procedimentos de fiscalização.

O MinC fomentou atividades de produção, preservação e difusão de conhecimento, com ações de estudos e pesquisas, seja por meio de bolsas e prêmios, seja pelas parcerias com órgãos externos, como Universidades. O destaque para essas iniciativas está no âmbito da pesquisa, produção e publicação de estudos, em que a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) tem tido papel relevante pela sua capacidade institucional e corpo técnico qualificado para produção de conteúdo sobre a diversidade da cultura brasileira. Em 2016, a FCRB realizou 229 estudos, pesquisas e eventos, demonstrando um bom desempenho visto que a meta para alcance até 2019 é de 570. Houve 110 eventos como seminários, encontros, palestras, cursos e mostras. Além disso, a FCRB produziu 15 relatórios finais e 14 relatórios parciais de pesquisa, por meio do seu programa de bolsas nas Áreas Museológicas e do Patrimônio Cultural. No programa de Bolsas na Área do Conhecimento Literário, Científico e Cultural, 43 bolsas foram concedidas (FCRB e CNPq). Foram ainda realizados 20 trabalhos pelos pesquisadores da FCRB/CP. No ano de 2016, iniciou-se o funcionamento do mestrado profissional em Memória e Acervos.

O MinC instituiu o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural (Pronfac), por meio da Portaria 37, publicada em 11 de maio de 2016, que integra ações que promovem o acesso aos meios de educação, formação, capacitação, qualificação profissional e pesquisa em arte e cultura da educação infantil até a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pós-graduação. Uma das modalidades de ação do Pronfac se dedica ao fortalecimento da Rede Formativa de Arte e Cultura, por meio de fomento a projetos de infraestrutura e custeio para escolas de arte e centros culturais públicos e privados, Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), festivais e publicações com vistas à formação e capacitação de artistas, técnicos, professores e agentes culturais.

Os CEUs integram num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Sua gestão é compartilhada entre as prefeituras e a comunidade. Por meio da parceria entre União e municípios, estão sendo construídos 200 CEUs, tendo sido entregues 138 unidades nas cinco regiões do país até 2016, das quais 46 em 2016. Todos os recursos já foram empenhados no valor OGU (Orçamento Geral da União)de746,9 milhões, tendo sido pagos 634,3 milhões, sem contar os recursos de contrapartida. O término desse projeto está previsto para 2018.

Por fim, houve a continuidade dos noves planos apoiados pelo Programa Mais Cultura nas Universidades; a realização do IV Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura; TED (conferências) com UFPE e UFSC, sendo que, no primeiro, tratou-se de educação integral e cultura e, o segundo, de educação infantil, cultura e artes; TED com UFF para levantamento de dados quantitativos da rede de formação de artistas no país; e repasse financeiro para a UFBA para a realização do Simpósio Internacional Arte na Escola.

A economia da cultura vem se firmando nos projetos executados pelo MinC e pode trazer impactos positivos a médio prazo, sendo difundido por meio de palestras, oficinas, curso, entre outros, além da execução de mapeamentos dos empreendimentos voltados à cultura. As linhas de crédito para financiamento de projetos culturais também se tornam importantes instrumentos de inclusão da cultura na economia.

Pretende-se construir uma Política Nacional de Economia da Cultura (PNEC) e mapear as cadeias econômicas de ao menos seis segmentos culturais até o fim do PPA vigente. Para tanto, foi elaborado um marco teórico conceitual, que foi utilizado como referencial metodológico para a elaboração de análises e propostas de carteiras de projetos para a economia de 6 setores, tendo sido concluído o programa para a Economia da Música.

Por meio de termo de execução descentralizada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS estão sendo desenvolvidos também estudos das cadeias produtivas da economia da cultura, tendo sido realizado o primeiro workshop do "Atlas Econômico da Cultura Brasileira" em novembro de 2016, com publicação dos dois primeiros volumes prevista para março de 2017. As demais cadeias iniciarão seu levantamento no primeiro semestre de 2017, já na metodologia padrão e terão o apoio da UFRGS e do Projeto "Atlas Econômico da Cultura Brasileira".

Com relação à meta prevista de apoio a 100 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais até 2019, das 12 Incubadoras Brasil Criativo, seis realizaram cerca de 120 palestras, cursos ou oficinas sobre temas de gestão de empreendimentos culturais para aproximadamente 1.200 pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em 2016. Dentre estas mesmas incubadoras, seis foram selecionadas e apoiadas com a formalização de convênios no valor de R$ 750 mil cada, que ainda serão executados.

Quanto a instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor, houve a constituição da linha de crédito FAT CULTURA no valor de R$ 100 milhões com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, tendo o Banco do Brasil (BB) na função de operador financeiro, com taxa de juros de 12,5% ao ano, para que as empresas do segmento cultural possam financiar a produção de produtos e serviços culturais. Foram criadas também as carteiras de itens financiáveis para o setor musical, sendo que outras linhas de crédito e microcrédito estão em estudo.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A cultura é fator importante ao desenvolvimento inclusivo do país. Trata-se de um ativo econômico, fonte geradora de trabalho e renda, que mais cresce no mundo. Um exemplo é a produção cinematográfica, que gera símbolos, agrega valor, constrói e forma mercado. Outra forma de desenvolvimento pela cultura são as políticas de preservação do patrimônio cultural e o fomento às cadeias produtivas de cultura, pois fortalecem identidades, garantem o direito à memória e contribuem para a melhoria socioeconômica do país.

O direito de acessar bens e serviços culturais envolve mais do que entretenimento, trata-se de uma questão de cidadania. O acesso à cultura é formador, gera conhecimento e poder de crítica, fomenta o espírito criativo e incentiva novas formas de expressão, tornando o cidadão um agente ativo de transformação de sua realidade. Por isso, é desafio para os próximos anos incentivar a rede de atores sociais promotores e difusores da cultura, inclusive para que as políticas implementadas alcancem aqueles públicos que não têm acesso às manifestações culturais, contribuindo com o desenvolvimento socialmente inclusivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2080
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

Eixo estruturante da ação do Estado para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, a educação tem um papel preponderante na construção de um Brasil desenvolvido. A ampliação do acesso à educação com qualidade cumpre dois papéis. Por um lado, permite moldar uma nação democrática e soberana, fundada na disseminação do conhecimento, na cidadania e na igualdade de oportunidades. E, por outro lado, permite preparar o país para o grande desafio de fundar seu crescimento no desenvolvimento tecnológico e na inovação.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 13.005, de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), após amplo debate com a sociedade, constitui um importante marco norteador para as políticas educacionais do Brasil. Nos últimos anos, a política educacional vem sendo orientada sob uma perspectiva sistêmica, considerando o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente determinados níveis, etapas ou modalidades. A consolidação de um programa temático único para a educação reflete essa perspectiva. Em consonância com o PNE, o Ministério da Educação (MEC) implementa ações da creche à pós-graduação.

O programa temático apresenta cinco objetivos que visam, em cooperação federativa: à ampliação do acesso à educação básica de qualidade, ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação, à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino. Todos os objetivos, metas e iniciativas visam ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Ministério da Educação se apropria de dados oficiais do governo federal, inclusive dos estudos e estatísticas elaborados pelo INEP, e utiliza-os como fonte das informações dos indicadores do programa 2080 – Educação de Qualidades para Todos, do PPA 2016-2019. Particularmente para os indicadores cujas fontes são o Censo Escolar, o Censo da Educação Superior e a PNAD, os valores informados correspondem ao exercício de 2015, último dado disponível publicado, não havendo nos mesmos, portanto, efeito das ações de 2016. Outros indicadores, tais como o relacionado à taxa de alfabetização de crianças apurada pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) ou aquele afeto ao percentual de investimento em educação relação ao PIB, possuem uma defasagem temporal ainda maior, havendo dados apenas de 2014.

Analisando os dados disponíveis, particularmente aqueles sobre taxas de frequência ou de escolarização, é possível constatar que a evolução positiva observada em anos anteriores continuou em 2015. Por exemplo, a taxa de frequência da população de 4 e 5 anos alcançou 91% em 2015, uma alta de 1,4 ponto percentual sobre o ano anterior; por sua vez, a cobertura de creche para a população de 0 a 3 anos alcançou 34,1% em 2015, um aumento de 0,8 p.p. Em relação à escolaridade média da população entre 18 e 29 anos, os dados de 2015 indicaram 10 anos de estudo, um aumento de 0,1 p.p em relação a 2014. Quanto ao desempenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das redes de ensino, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentou resultados de alcance da meta em 2015 para os anos iniciais do ensino fundamental, embora os estudantes apresentem déficits em português e matemática. Nos anos finais, a meta estabelecida não foi atingida para o ensino médio, o indicador permanece estagnado abaixo da meta desde 2011. No caso do ensino superior, a taxa bruta de matrícula alcançou 32,6% em 2015, 0,5 p.p. sobre 2014, enquanto a taxa líquida de matrícula ajustada alcançou 21,3%, frente aos 21,2% de 2014. Outro indicador importante, o investimento em educação em relação ao PIB alcançou 6,04% em 2014, frente aos 6% do ano anterior.

Em síntese, apesar de os indicadores demonstrarem pequenas evoluções ao longo dos últimos anos, são necessárias ações que intensifiquem a velocidade desses avanços.

O direito à educação básica é refletido no PPA 2016-2019 por meio do objetivo de ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Entende-se, nesse sentido, que uma Educação Básica de qualidade para todos depende do esforço conjunto e articulado entre todos os entes federados e deve contribuir para a redução das desigualdades sociais, além de dotar os indivíduos de competências para o exercício da cidadania e de meios para progredir nos estudos e no trabalho. Nesse sentido, o governo federal, observado o regime de colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal, apoia técnica, pedagógica e financeiramente as redes e os sistemas de ensino com ações voltadas ao desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental e médio, incluindo: alfabetização e educação de jovens e adultos; educação especial inclusiva; educação do campo, indígena e quilombola; educação ambiental e em direitos humanos; educação para as relações étnico-raciais e educação para a juventude.

Os principais desafios para a educação básica envolvem a qualidade da oferta, o acesso, a permanência, a correção da defasagem escolar, a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, considerando as especificidades da diversidade e da inclusão. Como estratégias de superação desses desafios, destaca-se a realização de diversas ações, tais como: desenvolvimento, aprovação e apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular; ampliação e qualificação da rede física escolar em áreas urbanas e do campo; implantação de salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado; ampliação gradativa da educação em tempo integral; oferta de programas suplementares de alimentação, transporte escolar, materiais pedagógicos e livros didáticos e paradidáticos; e ações de apoio técnico, pedagógico e financeiro às redes de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma importante ação desenvolvida pelo MEC na busca pela ampliação do atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, sendo um instrumento fundamental para orientar os currículos das redes de ensino, os materiais didáticos, as formações de professores e as avaliações de aprendizagem. A versão final da base está em fase de consolidação para encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para análise e aprovação em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que tange à promoção de ações para ampliar o acesso à educação infantil, destaca-se o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), por meio do qual o governo federal repassa recursos aos entes para a construção de unidades de educação infantil padronizadas e a aquisição dos mobiliários e equipamentos, fundamentais para o funcionamento dessas unidades. Em 2016, foram investidos cerca de R$ 373 milhões de recursos do programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) na construção das unidades de educação infantil e na aquisição de mobiliários e equipamentos, beneficiando 669 municípios e o Distrito Federal. Também foram destinados recursos para aquisição de mobiliários e equipamentos de 97 unidades, atendendo a 21 municípios. Por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com recursos de emendas parlamentares, foram investidos cerca de R$ 30,4 milhões em 2016 para 9 construções, 34 ampliações e 22 reformas de unidades de educação infantil. Ademais, apoiou-se a aquisição de mobiliários e equipamentos de educação infantil com recursos da ordem de R$ 1,8 milhão, beneficiando 17 municípios em 10 estados brasileiros.

Também por meio do PAR, foram investidos R$ 109 milhões para a construção de 98 novas escolas de educação básica, sendo 64 escolas em áreas urbanas e outras 34 unidades em área do campo. Além disso, foram também apoiadas as construções de 8 quadras esportivas, 2 coberturas de quadras existentes e 83 ampliações, além de 63 reformas de escolas. Quanto ao apoio técnico, pedagógico e financeiro à infraestrutura escolar para as redes de ensino, foram firmados novos termos de compromissos, no âmbito do PAR, e destinados recursos para 1.236 secretarias estaduais de educação e prefeituras municipais, no valor de R$ 525,9 milhões.

Com vistas a mudar o cenário de reprovação e da distorção idade-série ao final do terceiro ano, em consequência das dificuldades de leitura, escrita e domínio dos conhecimentos básicos de matemática das crianças, o MEC tem implementado o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), estratégia para assegurar a plena alfabetização de todas as crianças, no máximo até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Em 2016, os investimentos no pacto totalizaram cerca de R$ 265 milhões, com a participação de 285.018 professores alfabetizadores.

Dentre as ações do MEC com vistas a ampliar o acesso e a permanência dos estudantes do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos destacam-se: as políticas de distribuição de materiais didáticos, como o Programa Nacional do Livro Didático e o Programa Nacional Biblioteca na Escola, além do próprio Pnaic, do Novo Mais Educação e da construção da BNCC. Para prevenir e combater o abandono e a evasão escolar, é realizado o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, condicionalidade da educação do programa Bolsa Família. O MEC tem trabalhado para atingir níveis cada vez mais satisfatórios de registro da frequência escolar, alcançando a média anual de informação da frequência escolar, em 2016, de 87,87%. Por sua vez, o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já haviam concluído o ensino fundamental atingiu 97,9% em 2015.

O MEC também tem buscado ampliar o acesso e a permanência dos jovens de 15 a 17 anos na escola, ofertando-lhes condições para conclusão da educação básica. Nesse sentido, o MEC encaminhou proposta de reforma do ensino médio, por meio da Medida Provisória 746, de 2016, convertida em lei em 2017. O novo desenho deverá promover, entre outras mudanças, a revisão da matriz curricular dos estados, considerando a BNCC e promovendo a formação dos professores e a adequação dos espaços escolares para atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Visando apoiar a educação em tempo integral, o MEC reformulou o Programa Mais Educação, que passou a se denominar Novo Mais Educação, como estratégia para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática de estudantes do ensino fundamental, mediante a ampliação da carga horária das escolas pública de ensino fundamental para cinco ou quinze horas semanais no turno e/ou contraturno escolar por meio da oferta de atividades complementares de apoio pedagógico. Em 2016, foram empenhados R$ 608,5 milhões para execução do programa em 2017. Adicionalmente, a MP 746/2016, que apresentou a reforma do ensino médio, instituiu, também, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com o objetivo de estabelecer a ampliação da carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas. Para auxiliar os estados na implementação da Política, o MEC prevê o repasse de recursos para os estados e o Distrito Federal pelo prazo máximo de quatro anos por escola e alterado para 10 anos na conversão para lei.

No que tange à melhoria da infraestrutura escolar, destaca-se o programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), cujos recursos se destinam a despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino. Em 2016, foram atendidos, no âmbito do PDDE Básico, 32,9 milhões de alunos com investimento de R$ 765,9 milhões.

No âmbito da Política de Educação Especial, o MEC tem empreendido programas e ações com vistas a expandir o atendimento educacional especializado (AEE), com destaque para os recursos materiais providos pelo programa Sala de Recursos Multifuncionais e para os recursos financeiros repassados às unidades de ensino por meio do programa PDDE Escola Acessível, contemplando 4.265 escolas, com valor de mais de R$ 42 milhões. Destaca-se também em 2016 a destinação de aproximadamente R$ 37,5 milhões para apoiar ações de acessibilidade em 3.790 escolas.

No âmbito dos programas suplementares à educação, com o intuito de contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, o MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mantém os programas: de alimentação, de transporte escolar, de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende, em caráter suplementar, alunos da educação básica, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), matriculados em escolas públicas e entidades filantrópicas e comunitárias, desde que conveniadas com o poder público. Foram empenhados R$ 3,44 bilhões, beneficiando 40,6 milhões de estudantes. Para estimular a discussão sobre alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde, o tema foi abordado na 4ª capa dos livros didáticos, entregues no ano de 2016, para os anos iniciais do ensino fundamental, por meio do PNLD.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) tem como objetivo garantir o acesso e a permanência, nos estabelecimentos escolares, dos alunos da educação básica pública residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, atendendo 4.286.420 alunos em 5.085 estabelecimentos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos da ordem de R$ 564 milhões. Já o programa Caminho da Escola renova e padroniza a frota de veículos e embarcações de transporte escolar, garantido segurança e qualidade e contribuindo para o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. Em 2016, somente com recursos do MEC, foram destinados R$ 428,78 milhões para a aquisição de 1.898 ônibus rurais e 52 ônibus urbanos acessíveis.

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi empenhado em 2016 o montante de R$ 1,7 bilhão para a aquisição e distribuição de livros didáticos a estudantes do ensino fundamental e médio e àqueles da EJA e de escolas do campo. No âmbito do PNLD para Alfabetização na Idade Certa, foram adquiridos acervos de obras de literatura para mais de 95 mil escolas do 1º ao 3º ano do ensino fundamental. Já o PNLD Campo distribuiu 9,9 milhões de exemplares, atendendo a 2,6 milhões de estudantes do 1º ao 5º ano, em 59 mil escolas. Ainda, o PNLD EJA distribuiu 7,7 milhões de livros, beneficiando mais de 25 mil escolas e 3,3 milhões de alunos da EJA. Por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), em 2016 foram distribuídas obras literárias e de apoio à educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares, beneficiando 60 mil escolas de ensino médio e anos finais do ensino fundamental com obras do PNBE Temático, que contemplam as temáticas da diversidade e inclusão.

Ainda objetivando a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, destacam-se ações de apoio ao acesso à rede mundial de computadores em banda larga, aos equipamentos e aos recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública. Nesse contexto, destacam-se o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), com distribuição de tablets, computadores e projetores para professores e alunos, e o programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), que promove a instalação de infraestrutura de rede e suporte à conexão à internet nas escolas públicas.

O MEC também tem prestado apoio suplementar a estados e municípios para o desenvolvimento de ações voltadas à alfabetização e à elevação da escolaridade de jovens, adultos e idosos, visando ao desenvolvimento da participação social e cidadã ao longo da vida, à diversidade e à inclusão. No contexto da política de EJA, o MEC fomenta a criação e manutenção de novas turmas, por meio da transferência de recursos financeiros. Além disso, o programa Brasil Alfabetizado apoia a formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas, aquisição de material escolar, aquisição de material de apoio para os alfabetizadores, alimentação escolar e transporte do alfabetizando, além de bolsas aos alfabetizadores durante o curso. O ciclo de 2015 do programa Brasil Alfabetizado, cuja execução se estendeu ao longo de 2016, atendeu 168 mil alfabetizandos e 17 mil alfabetizadores.

É importante frisar que um quadro de profissionais da educação motivados e comprometidos é indispensável para o sucesso de uma política pública educacional que busque a qualidade, socialmente referenciada e fundamentada nos princípios constitucionais. O PNE destaca, entre suas dez diretrizes, a valorização dos profissionais da educação. Em sua meta 15, prevê, em regime de colaboração entre os entes federados, a instituição da política nacional de formação dos profissionais da educação, orientando ações e programas para que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse sentido, considera-se um importante papel da União, refletido em um objetivo no PPA, fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Desta forma, o MEC tem programas de fomento à formação inicial e continuada de professores e à valorização do magistério da educação básica, com a oferta de cursos de nível superior para a formação de professores ou complementação pedagógica àqueles que atuam nas redes de ensino, mas que ainda não possuem a formação superior exigida. Além disso, a oferta de bolsas de iniciação à docência para estudantes de licenciaturas incentiva a valorização do magistério e o aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. O Governo Federal investe também na oferta de mestrado profissional, especialização e demais cursos de aperfeiçoamento e extensão para professores da educação básica, com o objetivo de elevar a qualificação profissional e, consequentemente, incidir na qualidade da educação.

A Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída por meio do Decreto 6.755, de 2009, tem como principal finalidade a organização da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica, em regime de colaboração entre as instâncias governamentais.

Houve ampliação das vagas em cursos de licenciatura para professores em serviço por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que totalizaram 40.717 matrículas em 2016, além da concessão de 59.125 bolsas por meio do programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo promover a expansão e interiorização da educação superior no país. Conta com 769 polos, dos quais 727 estão em condições plenas para sediar educação a distância (EAD). A UAB registrou o ingresso de 39.261 novas vagas, sendo que 26.234 referem-se à formação inicial de professores, totalizando 131.694 estudantes matriculados.

Destacam-se, ainda, o programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (ProLind) e o programa de Formação Inicial de Professores em exercício na Educação do Campo e Quilombola (ProCampo), que apresentou o total de 5.535 matrículas conforme Censo da Educação Superior de 2015.

De modo a contribuir para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todos os estabelecimentos da educação básica, como orienta a Lei 10.639, de 2003, foram finalizados os cursos de especialização em educação para as relações étnico-raciais, iniciados em 2015 no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renafor). Concluíram os cursos cerca de 1,5 mil profissionais da educação da rede pública de ensino.

Os mestrados profissionais, ofertados em seis grandes disciplinas – Matemática, Física, Letras, Artes, História e administração pública – têm sua demanda levantada por meio do planejamento estratégico dos fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente. Em 2016, contando com a UAB, as especializações e os mestrados profissionais atingiram 25.303 matrículas sendo 19.871 em cursos de especialização e 5.432 em mestrados profissionais para professores da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também no âmbito da Renafor, o MEC apoia ações de formação continuada de professores relacionadas às políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola e educação para as relações étnico-raciais. Essas ações objetivam contribuir para valorização das diferenças e da diversidade, para a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental nas escolas.

Em 2016, estavam em andamento 133 cursos, ofertados por 49 instituições de ensino superior a 35.195 cursistas matriculados. Desses, já foram concluídos 89 cursos ofertados por 44 instituições, que contavam com 20.598 cursistas matriculados. Além disso, foram iniciados seis cursos de formação continuada no âmbito da Escola da Terra, que promove melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades. Quanto ao número de vagas em cursos de formação continuada para professores da educação básica, demais profissionais da educação, gestores e membros da comunidade escolar, no que tange às temáticas da diversidade e inclusão, foram ao todo ofertadas 6.974 novas vagas em 2016 para a educação do campo e educação escolar indígena, sendo 1,8 mil vagas na Escola da Terra e 5.174 vagas na ação Saberes Indígenas na Escola.

A meta 18 do PNE determina, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino. Nesse sentido, o MEC busca apoiar os entes federados na elaboração de políticas públicas de formação e valorização dos profissionais da educação, compreendendo que planos de carreira, condições de trabalho adequadas, processos de formação inicial e continuada, gestão democrática e processos criteriosos de seleção são requisitos para valorização dos profissionais da educação que implicam na melhoria da qualidade da educação básica pública para todos.

Em 2016, o MEC reforçou a formação dos Avaliadores Educacionais (AE), que compõem a Rede de Assistência Técnica dos Planos de Carreira e Remuneração, com o objetivo de prestar assistência técnica aos entes federados, desenvolvendo processos formativos relativos à legislação, à elaboração de conceitos importantes para a estrutura e o funcionamento dos planos de carreira e remuneração e ao diagnóstico situacional das redes e da remuneração, para elaboração ou adequação dos seus planos de carreira e remuneração. Além disso, lançou o site Plano de Carreira, em <http://planodecarreira.mec.gov.br>, no qual é possível visualizar a situação de estados e municípios com relação aos planos de carreira e ao cumprimento do piso salarial, além de acessar os materiais de apoio técnico à rede. Até dezembro de 2016, aderiram à Rede 2.697 municípios, 26 estados e o Distrito Federal.

A Constituição de 1988 também inclui, entre os direitos sociais, a educação e o trabalho. Nesse sentido, uma educação profissional e tecnológica (EPT) de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. É neste bojo que se enquadra o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nos últimos anos, a educação profissional tem passado por um processo de expansão, interiorização e democratização da oferta. Para fazer frente ao desafio de ofertar educação profissional em escala nacional, em cursos com perspectivas para a inserção laboral e de forma a fortalecer a inclusão produtiva, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) conta com instituições de referência em formação profissional: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, as redes estaduais de educação profissional e os serviços nacionais de aprendizagem.

O Pronatec objetiva expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por intermédio das iniciativas Acordo de Gratuidade, Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec, Bolsa-Formação e expansão da rede federal. As mais de 9,1 milhões de matrículas realizadas até 2016 contribuíram para o atendimento das metas 10 e 11 do PNE. A partir de 2015, as vagas demandadas e ofertadas por meio da Bolsa-Formação foram direcionadas para ampliar a aderência ao mundo do trabalho e renda, buscando melhor atender as demandas transversais decorrentes do desenvolvimento do arranjo produtivo local, considerando também o desenvolvimento municipal, microrregional e regional. O investimento nas iniciativas do Pronatec totalizou mais de R$ 2 bilhões em 2016, e alcançou a oferta de 512.127 matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC) em todas as iniciativas do Pronatec, sendo 80.702 matrículas de Bolsa-formação, 24.923 matrículas na rede e-Tec, 207.300 matrículas na rede federal, 75.783 matrículas na iniciativa Brasil Profissionalizado e 123.419 matrículas por meio do acordo de gratuidade com o Sistema S.

Na promoção de ações voltadas a ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, destinada a públicos prioritários, destaca-se o programa Nacional Mulheres Mil, cujo objetivo é possibilitar o acesso à educação e contribuir para redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres e promover a inclusão social e o combate à violência contra a mulher. Foram ofertadas 7.087 novas matrículas, com investimento de cerca de R$ 15 milhões.

O PNE prevê triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Nesse contexto, o MEC lançou o MedioTec, com investimentos de R$ 450 milhões, uma ação que está inserida no escopo do Pronatec e objetiva ampliar a oferta de cursos técnicos, de forma concomitante, a jovens regularmente matriculados nas instituições de ensino médio da rede pública. Para que haja expansão das matrículas no segmento público, contemplando as especificidades da diversidade e inclusão de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, a previsão de oferta é de até 82 mil vagas no âmbito do MedioTec.

Destaca-se a importância da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, que atualmente cobre todos os estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. A consolidação dessa Rede, que teve expansão significativa nos últimos anos, é fundamental para a oferta de uma educação profissional e tecnológica de qualidade. No âmbito da expansão da rede federal, em 2016 foram retomadas 66 obras paralisadas, e ainda foi autorizado o funcionamento de 61 novas unidades, além da inauguração de 41 novas unidades e da publicação de portaria que amplia e dimensiona o número de cargos na rede federal.

Como ação no âmbito do fortalecimento das redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica, o MEC coordena o programa Brasil Profissionalizado, viabilizando construções de novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escolas, reforma e ampliação de unidades escolares que oferecem ensino médio integrado à educação profissional, aquisição de equipamentos e laboratórios e formação de profissionais, professores e gestores das redes. Foram repassados às unidades federadas R$ 55,4 milhões para conclusão de sete novas escolas e 11 ampliações ou reformas, alcançando um incremento de mais de 75 mil matrículas.

Ampliar a oferta de vagas, democratizar o acesso e interiorizar a educação superior, com inclusão e qualidade também são alguns dos principais desafios do governo federal, explicitados no objetivo de ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Com vistas a fomentar a qualidade da oferta, o MEC desenvolve ações estratégicas voltadas à consolidação do processo de interiorização das universidades e seus campus, à ampliação das taxas de acesso e permanência, à ampliação e democratização do acesso à universidade e à implantação de políticas afirmativas que viabilizem acesso e permanência a grupos sociais historicamente excluídos desse nível de ensino, sobretudo negros, indígenas e pessoas com deficiência, por meio do fortalecimento de programas de assistência estudantil e ainda dos programas de pesquisa e extensão.

A expansão da rede federal, no período de 2011-2016, foi marcada pela criação de 58 novos campis e quatro novas universidades federais localizadas nas regiões Norte e Nordeste, totalizando 328 câmpus. A interiorização proporcionou a expansão de vagas públicas, elevando o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 285, com um crescimento de 150%. Em 2015, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior, as universidades federais registraram 1.133.172 matrículas em cursos de graduação presencial. Ressalta-se que as ações voltadas para a expansão da rede também contribuíram para o aumento do número de matrículas em cursos noturnos. Conforme o Censo da Educação Superior 2015, foram registradas 343.128 matrículas em cursos noturnos, o que corresponde a 30,3% do total das matrículas em cursos de graduação presencial nas instituições federais de educação superior (Ifes).

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, destaca-se ainda o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), um processo unificado que seleciona estudantes para a educação pública com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio de um sistema informatizado. Em 2016, foram ofertadas 285.164 novas vagas.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC e registrou, de 2010 a 2016, a assinatura de aproximadamente 2,4 milhões de novos contratos. Em 2016, foram firmados 203.255 novos contratos, além da renovação de aproximadamente 1,2 milhão de contratos de financiamento vigentes, totalizando um investimento de R$ 17 bilhões no ano.

Já o programa Universidade para Todos (ProUni) ofertou 329.180 novas bolsas durante todo o ano de 2016. O ProUni já atendeu, desde sua criação, em 2004, em torno de 2 milhões de estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação à assistência estudantil, o programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece assistência para moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico. De 2012 a 2015 foram investidos mais de R$ 2,7 bilhões. Em 2016 esse valor foi de R$ 993 milhões.

Com o objetivo de promover a acessibilidade nas Ifes, o programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior visa garantir condições de acesso e participação às pessoas com deficiência. Até 2015, foram contempladas 63 Ifes. Em 2016, houve o desenvolvimento das ações do Programa por parte das instituições já contempladas em exercícios anteriores, com investimentos de R$ 9,1 milhões.

Considerando os processos seletivos para acesso a cursos de graduação realizados por meio do Sisu, todas as Ifes vinculadas ao MEC reservaram para atendimento ao disposto na Lei 12.711, de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, um percentual de vagas igual ou superior a 50%. No primeiro semestre de 2016, 51% do total de vagas ofertadas pelas instituições públicas federais foram reservadas pela Lei de Cotas. No segundo semestre, o índice de vagas reservadas foi de 50%.

Também com vistas à ampliação da participação proporcional de grupos historicamente excluídos da educação superior nas instituições privadas de ensino superior, o ProUni destina parcela de sua oferta de bolsas a estudantes pretos, pardos e indígenas. Desde sua criação, em 2005, mais de 50% das bolsas concedidas pelo ProUni foram ocupadas por esse público, totalizando 1.041.604 bolsas, mais de 52% do total das 1.989.281 ocupadas no programa. Também houve concessão de bolsa permanência a estudantes dos cursos que atendem a seus critérios legais. Em 2016, foram destinados R$ 30 milhões ao pagamento de bolsas permanência no ProUni, beneficiando uma média mensal de 7,5 mil bolsistas participantes.

Com foco na qualidade da educação superior, o MEC realizou esforços na edição de normativos e na revisão e atualização da regulamentação do sistema federal de ensino, com avanços para modernização e desburocratização dos procedimentos regulatórios. No total de 2016, foram editados 7.561 atos regulatórios, sendo 581 relativos a credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior (IES), nas modalidades presencial e a distância, e 6.980 relativos a cursos, sendo 1.921 autorizações de novos cursos, 1.497 reconhecimentos, 2.841 renovações de reconhecimento, 677 aditamentos e 44 processos de aditamento para credenciamento de polos de apoio presencial para educação a distância. Foram publicados 194 atos de supervisão, 583 atos relacionados para concessão ou renovação de certificação de entidades beneficentes de assistência social na área de educação e 2 atos para qualificação de Instituição Comunitária de Educação Superior (Ices).

Ainda com vistas a elevar o padrão de qualidade da educação superior, o governo federal deu continuidade a ações de apoio e fomento à pós-graduação stricto sensu e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o país com melhores quadros de nível técnico e científico. Até o final de 2015, estavam em funcionamento 3.905 programas de pós-graduação (PPG) no Brasil, sendo 2.031 programas de mestrado e doutorado, 1.207 de mestrado, 603 mestrados profissionalizantes e 64 de doutorado. A partir de dados extraídos da base on-line da Plataforma Sucupira, é possível identificar um crescimento estimado de 7,5% no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) em 2016, comparado a 2015, totalizando 4.199 PPGs com funcionamento registrado. Tal crescimento ocorre sempre aliado a uma avaliação contínua, tanto para a entrada quanto para a permanência dos programas no SNPG.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Entre as estratégias para ampliar o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, destacam-se a expansão, com qualidade, da oferta de cursos de pós-graduação (especialmente os de doutorado), a ampliação do apoio financeiro aos programas de pós-graduação stricto sensu e o estímulo à atuação articulada com as agências estaduais de fomento à pesquisa e com outros órgãos do governo. Os dados referentes a 2016 serão conhecidos apenas no final do primeiro semestre de 2017, mas a estimativa é alcançar 272.348 estudantes matriculados em programas de pós-graduação stricto sensu em 2016.

Também em ritmo crescente, nos últimos anos, o MEC vem dando continuidade à política de concessão de bolsas aos PPGs de IES e de pesquisas nacionais, buscando atender ao crescimento do SNPG. Em 2016, foram concedidas 100.580 bolsas de pós-graduação no país, sendo 50.393 bolsas de mestrado (das quais 2.544 de mestrado profissional para formação de professores da educação básica), 43.188 de doutorado e 6.999 de pós-doutorado. Em 2015, foram titulados 54.924 mestres e 18.625 doutores, totalizando 73.549 titulados em programas de pós-graduação stricto sensu.

A democratização do acesso à informação científica e tecnológica é promovida por meio do Portal de Periódicos. O investimento para a manutenção e o desenvolvimento da coleção do Portal foi da ordem de R$ 357 milhões, beneficiando 436 IES e instituições de pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado. Em 2016, foi disponibilizada aos seus usuários consulta às informações localizadas em mais de 37 mil títulos de periódicos e em bases referenciais e de resumos, contando com 138,7 milhões de acessos, mais de 410 mil acessos diários.

A contratação de docentes com mestrado e doutorado pelas IES brasileiras é de extrema importância para a melhoria da qualidade do ensino e pesquisa no país. Segundo dados do INEP, 73,4% do corpo docente era composto por mestres ou doutores em 2014. O MEC desenvolve ações específicas para formação de docentes das IES públicas, tais como o programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), o programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), além das bolsas destinadas para essa mesma finalidade concedidas no âmbito dos acordos de cooperação com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs).

Em relação aos Hospitais Universitários Federais (HUF), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) continuou trajetória de expansão e assunção de novos HUFs. Em 2016, foram investidos cerca R$ 11 bilhões na rede de hospitais universitários federais, representando um crescimento de 16%. O programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) conta com financiamento compartilhado do MEC e do Ministério da Saúde, investindo aproximadamente R$ 740,5 milhões, um crescimento de 13% em relação ao ano anterior, para apoio das atividades assistenciais, aquisição de equipamentos hospitalares e realização de obras de reforma para reestruturação e ampliação física dos hospitais.

Com o objetivo de promover reestruturação na formação médica do país, o programa Mais Médicos incorpora uma dimensão relativa à formação de novos médicos a partir da ampliação das vagas ofertadas em cursos de graduação em Medicina, de acordo com critérios de equalização da proporção de médicos por mil habitantes e de interiorização e fixação do profissional. Desde o início do programa, foram autorizadas 7.950 novas vagas em cursos de medicina, das quais 2.101 novas vagas autorizadas apenas em 2016. No âmbito da residência em saúde, o MEC financiou 12.840 bolsas para residentes das universidades federais e hospitais universitários a eles vinculados, com o orçamento aproximado de R$ 600 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para vencer o desafio de oferecer uma educação de qualidade para todos, é fundamental também estabelecer políticas públicas que aprimorem os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Os desafios são diversos como a definição de normas de cooperação, a pactuação de padrões nacionais de qualidade, a indução da descentralização qualificada, o fortalecimento da gestão democrática, bem como o aprimoramento dos processos de monitoramento e avaliação, de modo a reorientar as ações governamentais para um novo paradigma de efetividade das políticas públicas educacionais.

Foi criada a Instância Permanente de Negociação Federativa com o objetivo de fortalecer os mecanismos de articulação entre os sistemas de ensino por intermédio de ações conjuntas para o alcance das metas do PNE. O MEC também vem desenvolvendo ações voltadas para o fortalecimento das relações colaborativas com órgãos executivos, normativos e de controle social, bem como mobilizando diferentes setores para a construção de consensos sucessivos em torno dos temas estruturantes desse sistema.

Em sua relação de trabalho com o Ministério Público e com os tribunais de contas, o MEC tem mantido diálogo com os órgãos de fiscalização a fim de gerar uma capacidade indutora no alcance dos resultados da política pública de educação, concorrendo para a transparência e a efetividade do controle social na utilização dos recursos aplicados em educação. Estão em fase de decisão pelo Ministério Público os termos do novo acordo de cooperação, cujo eixo central é "o PNE e a utilização de instrumentos de monitoramento que concorram para a transparência e a efetividade do controle social". Firmado em 2016, o acordo de cooperação técnica e operacional entre o MEC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa tem, entre outros, o objetivo de assegurar o acompanhamento dos planos nacional, estaduais, distrital e municipais de educação pelos tribunais de contas em todo o país, permitindo uma análise qualitativa do gasto na educação e ajudando os gestores a melhorarem a aplicação dos recursos para a área.

Além disso, o MEC prestou assistência técnica aos estados, Distrito Federal e municípios para a elaboração ou adequação de seus respectivos planos de educação, em consonância com o PNE. Em 2016, tinham leis do plano de educação sancionadas 24 estados e Distrito Federal (92,6%) e 5.541 municípios (99,5%). À medida que os planos foram sendo aprovados, o MEC iniciou a etapa de monitoramento e avaliação dos planos, recompôs a rede de assistência técnica para essa finalidade e disponibilizou materiais de apoio no site Planejando a Próxima Década, que passou a se chamar PNE em Movimento.

Considerando que o PNE determina que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publique estudos a cada dois anos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, o órgão publicou em 2016 o relatório do primeiro ciclo de monitoramento e avaliação das metas do PNE, relativo ao período de 2014 a 2016, que abrange um panorama do acesso e qualidade da educação em todos os seus níveis e modalidades, revelando as mudanças recentes na área educacional e os grupos diante dos quais irrompem os maiores desafios. Também foi produzida a Série PNE em Movimento.

O Fórum Nacional de Educação (FNE) também possui atribuições legais relativas ao acompanhamento da execução do PNE e à articulação e coordenação das conferências de educação. Em 2016, foi lançada a 3ª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Conferência Nacional de Educação (Conae), que se realizará em 2018. O MEC também está apoiando a realização da 2ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II Coneei), e a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA). Durante a realização das conferências regionais para a II Coneei, entrará em debate a política dos Territórios Etnoeducacionais (TEE), com o objetivo de fazer uma avaliação da implementação da política nos 25 TEEs existentes e uma atualização dos planos de ação de cada um deles.

O MEC desenvolve, ainda, diversas ações para promover, em cooperação federativa, o aprimoramento da gestão. O ciclo 2016-2019 do PAR foi estruturado de forma alinhada com as metas e estratégias do PNE. Assim, 2.505 municípios, 25 estados e o Distrito Federal concluíram o preenchimento do diagnóstico de suas redes de ensino. As novas pactuações foram disponibilizadas aos estados e o Distrito Federal, inicialmente para ações voltadas à melhoria do ensino médio e aos projetos de alfabetização na idade certa. No total, foram empenhados R$ 165,8 milhões para essas ações.

O PNE estabeleceu a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica como fonte de informação para a avaliação da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino, e ampliou o escopo avaliativo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), exigindo novos indicadores de avaliação institucional e incluindo a avaliação da educação infantil. O atual Saeb é composto por três avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Com relação ao processo de criação da Avaliação Nacional da Educação Infantil (Anei), vários parâmetros foram delineados, a começar pelo documento "Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação", a fim de desenhar proposta de avaliação da educação infantil, definindo sua concepção, finalidade, modelo e critérios ou padrões.

Quanto ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaep), houve, em articulação com o Conselho Nacional de Educação, discussão para a definição do marco regulatório para a EPT a distância e sua sistemática de avaliação.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi promovido por meio de várias ações, dentre elas a reformulação dos instrumentos de avaliação aplicados no processo de avaliação in loco e a revisão do instrumento de avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). As atividades de avaliação, regulação e supervisão da educação superior realizadas no âmbito do Sinaes objetivaram assegurar o processo nacional de avaliação das instituições, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes. Conforme o Censo da Educação Superior de 2015, existem 2.364 IES, 33.501 cursos superiores e 8.027.297 estudantes matriculados, sendo que o Sistema Federal de Ensino (SFE, que inclui instituições federais e privadas) representa 92% das IES, 86% dos cursos superiores ofertados e 90% das matrículas da educação superior do país. A avaliação também se consolidou como atividade fundamental para a garantia e a manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no Brasil e como instrumento para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

No que tange ao fortalecimento da cooperação internacional nas ações estatísticas internacionais comparadas e nas avaliações da educação básica e superior, destacam-se: o Pisa (*Programme for International Student Assessment*), coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Econômico (OCDE) e, no Brasil, pelo Inep; as atividades para a realização da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), edição de 2017, bem como os esforços para a harmonização e viabilização de indicadores educacionais globais e temáticos para o Relatório de Monitoramento da Educação Global e dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O aprimoramento da gestão que culmine em efetividade das políticas educacionais depende do fortalecimento e da modernização dos processos de monitoramento e avaliação da educação básica e superior para que se tornem suficientemente sistêmicos e capazes de registrar os avanços e desafios numa perspectiva mais complexa e orgânica da educação. Isso exige o constante refinamento dos testes para medir competências cognitivas e da base de dados e resultados educacionais, de modo a avançar no entendimento de dimensões essenciais para a boa gestão educacional ainda não captadas atualmente. O levantamento nacional de dados e a realização de avaliações sistemáticas, considerando as especificidades das diferentes regiões, as diferenças nos processos educacionais e a diversidade de públicos existentes, constitui ferramenta imprescindível para apoiar a melhoria da qualidade da educação.

O desafio para os próximos anos está relacionado ao esforço de qualificação da oferta e da gestão em todos os níveis e modalidades de ensino. O regime de colaboração entre os sistemas de ensino e a efetivação do PNE como instrumento de planejamento e articulação das políticas e iniciativas permitirão maior convergência de esforços e melhor aplicação de recursos técnicos e financeiros, condições fundamentais para a melhoria da qualidade da educação para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2035
ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

O programa tem como objetivo propiciar o acesso à prática esportiva a toda população brasileira, para que seja de fato um direito de todo cidadão, independentemente de idade e classe social. Para isso, são conjugados esforços que garantam possibilidades de acesso aos jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências, visando contribuir para uma vida com qualidade por meio do esporte.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Esporte, Cidadania e Desenvolvimento, obtiveram melhora os seguintes indicadores: proporção da população atendida com infraestrutura financiada pelo Ministério do Esporte (ME) que aumentou de 93,33 para 93,81 e a proporção de municípios com infraestrutura atendida pelo Ministério do Esporte (ME) que passou de 81,58 para 83,52, ambos aferidos em dezembro de 2016.

O esporte e o lazer são direitos formais do cidadão assegurados pelo art. 217 da Constituição Federal de 1988. Como um direito, o acesso ao esporte contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo e a diminuição de desigualdades sociais, e, por conseguinte, para a democratização da cultura esportiva. Deste modo, cabe ao Estado garantir a implementação de uma política consciente e participativa quanto ao esporte e ao lazer, compreendida nos programas e ações do Ministério do Esporte.

O ME consolida, em sua visão integrada e sistêmica das políticas públicas esportivas, os seus programas e ações como uma maneira de garantir a elevação da cultura esportiva da população brasileira independentemente de sua faixa etária. Um exemplo da atuação do ME frente à promoção esportiva para todas as idades é o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). O PELC tem por objetivo proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorecer a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos. Além do PELC, o Programa Vida Saudável atende pessoas idosas (a partir de 60 anos) e as com deficiência, priorizando a perspectiva da promoção da saúde. Já o Programa Segundo Tempo visa ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, com ação prioritária em áreas de vulnerabilidade social.

O Ministério do Esporte, em 2016, avançou nas ações de esporte educacional e de participação, com ampliação do acesso de crianças e jovens à prática esportiva e ao lazer. Os Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável alcançaram 163 mil beneficiários em 2016, ao passo que o Programa Segundo Tempo beneficiou 192,7 mil crianças e jovens. Com o Programa de Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social foi possível atingir o número de 344.920 participantes diretos e indiretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que se refere ao desenvolvimento, ao fomento e à valorização do esporte tradicional indígena, por meio das manifestações corporais, costumes e tradições, e respeitando a especificidade de cada povo, foram realizados jogos e eventos tradicionais esportivos com abrangência local, nacional e mundial, inclusive durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, bem como o Fórum Nacional de Esporte e Lazer Indígena. Vale destacar a reunião de discussão de minuta da Comissão Nacional de Esporte e Lazer Indígena (CNPELI), órgão de caráter consultivo, que se encontra em processo de constituição e terá como missão elaborar, acompanhar e avaliar as políticas públicas de esporte e lazer para a população indígena.

No âmbito da produção científica, houve o apoio e a implantação de Centros de Desenvolvimento de Pesquisas da Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento deEsporte Recreativo e de Lazer – em quase todos os estados, com a previsão de realização de pesquisas, de eventos científicos, de cursos de qualificação e formação e de publicação de livros e periódicos. Isso tem propiciado o crescimento acadêmico e profissional da área, colaborando para o desenvolvimento científico e tecnológico e a qualificação das políticas de esporte, lazer e inclusão social, atendendo cerca de 2.200 pessoas. Da projeção de implantação de 27 centros, apenas um não foi estruturado.

O esporte no Brasil é representado significativamente pela imagem do Futebol. Prova disso são os resultados da pesquisa denominada Diagnóstico Nacional do Esporte, realizada no ano de 2013 e publicada em 2015, pela qual se aferiu que o futebol é representado como a primeira imagem de esporte para a maioria absoluta dos brasileiros (53%).

No contexto das práticas esportivas, futebol e futsal destacam-se ainda pelo seu maior percentual, que é de 70% entre os homens e 23,4% entre as mulheres, e o restante 6,6% dividido entre outras modalidades esportivas, como voleibol, lutas, natação.

Assim, em consonância com seus objetivos e estrutura programática, a fim de desenvolver uma política nacional de incentivo e democratização da prática dos esportes, o Ministério do Esporte possui uma estrutura dedicada exclusivamente ao futebol e à defesa dos direitos do torcedor, e representado pelo objetivo no PPA de fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor. Essa competência é responsável por desenvolver ações governamentais no âmbito do futebol profissional e amador, bem como por zelar pelo cumprimento da legislação esportiva e do Estatuto de Defesa do Torcedor, conforme consta do Decreto nº 8.829/2016, que trata da estrutura e competência do ME, juntamente com os outros órgãos do poder público, confederações, federações e demais responsáveis relacionados pela Lei nº 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor).

Dessa forma, entre as ações desenvolvidas, destaca-se o fomento aos projetos de competições de futebol de campo não profissional, em todas as categorias, com equipes masculinas e femininas. Além disso, com ênfase no futebol feminino, para elevar a participação de mulheres na prática do esporte, nos últimos cinco anos, foram realizadas parcerias com confederações e entidades da administração pública estadual e municipal.

No ano de 2016, com destaque ao atendimento direto a mais de 6 mil jogadoras, foi realizado o Campeonato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Liga de Desenvolvimento de Futebol Feminino Sub 20, que em sua final atingiu um número recorde de público do futebol feminino, com mais 17 mil torcedores na Arena da Amazônia. Foi realizado também o campeonato Taça das Favelas, totalmente voltado para jogadoras das comunidades do Rio de Janeiro, além dos projetos de promoção de apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino, resultantes do Edital de Chamada Pública nº 4/2015.

Na promoção da defesa dos direitos do torcedor, o Ministério do Esporte tem como uma de suas prioridades a implantação de mecanismos que propiciem segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, tendo sido esse tema o assunto central da primeira reunião de 2016 da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (CONSEGUE). Nesse contexto, foi lançado o Marco de Segurança no Futebol – guia de recomendações para atuação das forças de segurança pública em praças desportivas, numa parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Justiça.

A ação de promoção e garantia dos direitos do torcedor teve como destaque a implementação do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios (SISBRACE), que se soma à política pública na proteção dos interesses e da integridade dos usuários dos estádios de futebol, não com a intenção de criar um ranking dos estádios de futebol, tampouco de penalizá-los, mas de mostrar a qualidade de cada um, contribuindo para a melhoria contínua destes equipamentos de uso público, no que concerne a conforto, segurança, acessibilidade e vigilância sanitária. A classificação teve como base as visitas a 155 estádios, sendo 42 vistorias realizadas em 2016 em cidades de norte a sul do país.

Um marco na ação de qualificação da gestão do futebol foi a regulamentação da Autoridade Pública de Governança do Futebol (APFUT), criada pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e regulamentada por meio do Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016. A APFUT é responsável pela fiscalização do cumprimento das obrigações das entidades desportivas profissionais de futebol e, em caso de descumprimento, deve comunicar ao órgão federal responsável para fins de exclusão da entidade do programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).

No exercício de 2016, foi debatido no âmbito da APFUT, em um encontro que reuniu representantes de clubes e membros do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), temas contábeis com as entidades que aderiram ao PROFUT, assim como a padronização de algumas normas exigidas pelo programa, como por exemplo, a elaboração dos balanços financeiros dos clubes. A síntese do PROFUT, até início de dezembro de 2016, apresentava os seguintes números de adesões: 137 entidades esportivas de 22 estados, sendo 17 clubes da Série A, 14 da Série B, 6 da Série C e 13

O PPA 2016-2019 também conta com um objetivo de preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e gerir o legado esportivo. Nesse sentido, comprovou-se que o sucesso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 rendeu ao país reconhecimento e elogios do mundo todo e comprovou a capacidade do Brasil em realizar grandes eventos. Os Jogos Olímpicos reuniram 11.303 atletas de 206 países e de uma inédita delegação de refugiados que participaram de competições em 42 modalidades esportivas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

distribuídas por 32 arenas. Durante 15 dias de jogos, foram quebrados 91 recordes olímpicos e outros 27 mundiais, tendo sido vendidos 6,1 milhões de ingressos para todas as arenas, o que representou 91% do total disponibilizado ao público.

A cidade do Rio de Janeiro foi visitada por 1,17 milhão de turistas, sendo 410 mil estrangeiros, que movimentaram R$ 4,1 bilhões no período. Segundo pesquisa realizada, 87,7% dos turistas estrangeiros têm a intenção de retornar ao Brasil, e 94,2% dos brasileiros desejam visitar novamente o Rio de Janeiro. É um potencial turístico que pode incrementar o PIB, gerando emprego e renda. As competições contaram com uma audiência global de cerca de 5 bilhões de espectadores, e 26 mil jornalistas foram credenciados para a cobertura do megaevento.

Outros 4.333 atletas de 160 delegações participaram dos Jogos Paralímpicos em 23 modalidades, num total de 1.488 medalhas conquistadas. O Rio recebeu no período 243 mil turistas, dos quais aproximadamente 91% gostariam de voltar à cidade. Os visitantes movimentaram R$ 410 milhões. Durante os Jogos, que registraram 5.300 jornalistas credenciados e 2,1 milhões de ingressos vendidos, foram quebrados 592 recordes paralímpicos e 208 mundiais.

Outra vertente do PPA 2016-2019 pode ser vislumbrada pelo objetivo de tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas. O projeto olímpico priorizou recursos para dois eixos essenciais: a construção e reforma da infraestrutura esportiva necessária à plena realização dos jogos e a preparação dos atletas de alto rendimento, com a perspectiva de que, o esporte brasileiro pudesse ser beneficiado com este legado para as próximas gerações.

A preparação de atletas engloba a concepção de apoio integral que deve ser prestado ao atleta desde a base ao alto rendimento. Nesse sentido, o governo federal criou o Plano Brasil Medalhas, impulsionou o desenvolvimento da Rede Nacional de Treinamento, e fortaleceu os programas Bolsa-Atleta e Atleta Pódio, realizou parcerias com ou sem transferência de recursos com as entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto, além dos investimentos realizados nas construções dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIEs) e demais infraestruturas esportivas.

O objetivo precípuo do Plano Brasil Medalhas, lançado em 2012, foi assegurar as condições para viabilizar a classificação do Brasil entre os principais medalhistas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O Plano Brasil Medalhas incluiu investimentos em aquisição de equipamentos esportivos, apoio aos atletas em treinamentos e competições no Brasil e no exterior, construção, reforma e equipagem de centros de treinamento e contratação deequipes multidisciplinares, e ainda possibilitou a criação da categoria Atleta Pódio no programa Bolsa-Atleta.

Ao longo do ciclo, o programa Atleta Pódio beneficiou 323 atletas, divididos entre 35 modalidades apoiadas. Os investimentos contribuíram para que, em 2016, o Brasil conquistasse o maior número de medalhas de ouro na história de sua participação nos Jogos Olímpicos, número recorde de disputas em finais, aumento do número de modalidades medalhistas, aumento do número de atletas participantes (45% em relação à edição anterior) e melhor colocação no quadro de medalhas de todas as edições dos Jogos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Especificamente quanto ao programa Bolsa-Atleta, importante mencionar que programa completou onze anos em 2016, tendo como prioridade o investimento em esportes que compõem o programa de Competições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, para formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o Brasil nas competições. Nesse período, foram concedidas cerca de 51 mil bolsas para 20,7 mil atletas de todo o país, sendo que os recursos destinados ao programa superam R$ 890 milhões. Esses números conferem ao Bolsa-Atleta o posto de maior programa de patrocínio esportivo individual e direto do mundo. Em 2016, foram contemplados 6.217 atletas praticantes de esportes olímpicos e paralímpicos, representando um aumento de cobertura dez vezes maior que em relação ao primeiro ano do programa. Os atletas contemplados estão distribuídos em cinco categorias de bolsa, beneficiando desde a base até o alto rendimento.

Os resultados positivos do Bolsa-Atleta foram aferidos e comprovados nos Jogos Olímpicos Rio 2016, quando 77% dos 465 atletas convocados para defender o Brasil fizeram parte do programa. Das 19 medalhas conquistadas pelos brasileiros, apenas o ouro do futebol masculino não contou com atletas bolsistas. Nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, o Brasil teve a maior delegação da história, com 286 atletas, sendo 90,9% bolsistas. As 72 medalhas foram conquistadas em 13 esportes diferentes, e todas conquistadas por atletas que recebem o apoio financeiro do governo federal.

No pleito de 2016, destinado a atletas de modalidades que não fazem parte dos programas Olímpicos e Paralímpicos, foram contemplados 1.071 atletas, sendo 639 na categoria internacional e 432 na categoria nacional, que atenderam aos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Esporte (CNE) e os requisitos previstos em edital.

No PPA 2012-2015, o Ministério do Esporte tinha como meta apoiar 100% das modalidades esportivas dos programas Olímpico e Paralímpico. Ao final do ciclo, foi alcançado um percentual acumulado de apoio de 98,3% das modalidades. Com sucesso no apoio direto às modalidades, foi projetada uma meta mais desafiadora para o PPA 2016-2019, que seria apoiar anualmente todas as modalidades do Ciclo Olímpico e Paralímpico.

Das 39 modalidades olímpicas e 22 paralímpicas que participaram dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o Ministério do Esporte apoiou, em 2016, por meio dos instrumentos de repasses (convênios, contratos de repasse e descentralização), 37 modalidades olímpicas e todas as modalidades paralímpicas, totalizando o apoio direto a 59 modalidades.

Cabe destacar que, por intermédio da parceria com as entidades do Sistema Nacional do Desporto, selecionadas em chamamento público, e com os entes federados, é possível disponibilizar aos atletas de alto rendimento equipamentos, materiais esportivos e equipes multidisciplinares, além de apoio à participação em treinamentos e competições – nacionais e internacionais.

A Rede Nacional de Treinamento (RNT), instituída pela Lei nº 12.395/2011 e regulamentada pelas Portarias ME nº 248/2016 e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) nº 1/2016, começou a ser articulada com o objetivo de organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. O programa irá integrar centros esportivos locais, regionais e nacionais, com a finalidade de delinear o caminho do atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade. Para isso, a Rede Nacional requer modernização de estruturas, padronização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de metodologias, circulação de experiências e aprimoramento da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina e da ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

O programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) foi desenvolvido no âmbito do programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e visa fomentar a iniciação e a formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, 6 paralímpicas e uma não olímpica, por meio da ampliação da oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado e do incentivo à iniciação esportiva em áreas de alta vulnerabilidade social das grandes cidades, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos municípios.

O programa CIE finalizou o exercício de 2016 com 229 operações ativas e 95 com autorização de início de obra. Em julho de 2016, ocorreu a inauguração do primeiro CIE, na cidade de Franco da Rocha (SP), e outros CIEs já estão caminhando para a conclusão das obras.

A atuação do Ministério do Esporte no processo de monitoramento possibilitou uma melhor distribuição dos recursos e investimentos relacionados à infraestrutura esportiva para o país. Foi feita uma comparação com os dados do ano de 2015 e com o ano de 2016, evidenciando um aumento do número de obras concluídas. Uma vez que, em 2015, havia 16.692 contratos de obras assinados e 11.421 obras concluídas, passando em 2016 para 17.534 contratos de obras assinados e 12.008 obras concluídas.

O ano dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 foi também um marco para a reestruturação do controle de dopagem no país, que passou a contar com a atuação direta da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) e com as novas instalações do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD), um dos maiores e mais modernos do mundo no setor.

A ABCD, na condição de Organização Nacional Antidopagem, tem como principais metas de ordenamento público qualificar oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue, assim como informar, educar, prevenir e promover serviço de inteligência e ações antidopagem, construindo um eficiente Plano de Distribuição de Testes,que inclui todos os esportes dos programas Olímpico e Paralímpico, bem como as demais modalidades esportivas praticadas no país, conforme competências estabelecidas no Decreto 8.829, de 3 de agosto de 2016.

No âmbito desse projeto, as ações foram norteadas pelo princípio de consolidação da consciência antidopagem, defendendo no âmbito nacional o direito fundamental dos atletas de participarem de competições esportivas livres de quaisquer formas de dopagem.

A especialização, formação e capacitação dos agentes de controle de dopagem asseguram a qualidade dos recursos humanos envolvidos no controle de dopagem no esporte, e foi desempenhado relevante papel nesse cenário em 2016, com a formação de 129 agentes entre oficiais de controle de dopagem e oficiais de coleta de sangue, que passaram por rigoroso processo de aprendizado, com etapas teóricas e práticas para consolidação do conhecimento e dos procedimentos técnicos estabelecidos pela Agência Mundial Antidopagem (AMA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A ABCD consolidou-se como autoridade de teste e de coleta no ano de 2016 e esteve presente nos principais eventos esportivos do Brasil, não só como agente fiscalizador, mas também como promotor de ações de Informação e Educação, destacando-se a participação nos Jogos Escolares da Juventude e nas Paralimpíadas Escolares 2016, nas quais os atletas iniciantes tiveram importante imersão nos conceitos básicos sobre prevenção antidopagem e saúde. Foram distribuídos por todo o território nacional materiais impressos com informação acessível para atletas e equipes multidisciplinares, levando conhecimento em linguagem compatível com as diversas faixas etárias e intelectuais.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No âmbito das ações de controle de dopagem, o planejamento para 2017 é executar no mínimo 85% do Plano de Distribuição de Testes, elaborado com 4.416 controles, incluindo 50 modalidades/disciplinas dos esportes dos Programas Olímpico, Olímpico de Inverno, Pan-Americano, Paralímpico e outras modalidades reconhecidas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Nesse número de controles está compreendido o Grupo Alvo de Teste – composto pelos atletas brasileiros de maior destaque no cenário nacional e internacional, que fazem parte do Programa Bolsa Pódio, uma das modalidades do Programa Bolsa Atleta.

Também para 2017, o Programa Bolsa Atleta tem a perspectiva de atender cerca de 7.000 atletas de esportes olímpicos, paralímpicos, não olímpicos e não paralímpicos, distribuídos em cinco das seis categorias de bolsa. Na categoria Atleta Pódio, há uma expectativa de atender, aproximadamente, 300 atletas, visando à preparação para os Jogos de Tóquio 2020. Essa perspectiva é reflexo do desempenho inédito do país nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e da contribuição do Programa Bolsa-Atleta para a elevação do padrão de qualidade do esporte de alto rendimento desenvolvido no Brasil.

Em relação ao incentivo e fomento ao esporte, uma das metas do Ministério do Esporte é estender o benefício da renúncia fiscal com ampliação dos valores efetivamente captados, pretendendo uma melhor distribuição dos benefícios proporcionados para a população por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), em todas as unidades da federação. Foi captado, em 2016, um montante superior a R$ 234 milhões. Esse resultado ainda pode sofrer alterações até o fechamento da declaração de benefícios fiscais/DBF, que ocorre no último dia do mês de março do exercício de 2017, conforme determina o art. 39 do Decreto nº 6.180/2007. Importa mencionar que ações específicas, integrantes do plano estruturado de divulgação da LIE, como palestras, seminários e outras formas de divulgação, serão realizadas com apoio de confederações, federações e entidades ligadas à prática esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2015
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A Constituição de 1988 considerou a saúde como um direito social da população, com acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, seguindo as diretrizes organizacionais da descentralização de meios e responsabilidades, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral com ênfase na prevenção; e participação social na elaboração e controle da política nacional.

Dentre os princípios organizacionais, destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

Para operacionalizar essas determinações, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos, abrangendo prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. A responsabilidade de financiamento ficou compartilhada entre as três esferas administrativas e a gestão central como competência do Ministério da Saúde (MS), com a execução das ações de forma descentralizada, com vetor municipal e direção única em cada esfera de governo. Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

A regulamentação do dispositivo constitucional, por meio das Leis 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, instituiu o dever do Estado na execução de políticas econômicas e sociais de forma a reduzir o risco de doenças. Para operacionalizar as linhas de atuação, essas leis adotaram princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, integralidade e equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema. Dentre os princípios organizacionais, destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

Em uma perspectiva plurianual, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, do referenciamento entre os níveis de atenção e do direcionamento para a equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços.

As linhas de atuação se inter-relacionam para dar sustentabilidade ao programa temático 2015, no sentido de potencializar o acesso da população aos produtos e serviços. São elas: Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Complexo Produtivo da Saúde, Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS e Gestão do Sistema.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados observados ao longo dos últimos anos e, especialmente, no ano de 2016 são apresentados a seguir de acordo com cada segmento da área de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2011, a Portaria 2.488 aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Neste sentido, desenvolve-se por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios delimitados, pelos quais assumem responsabilidade.

A Atenção Básica é desenvolvida com alto grau de descentralização e capilaridade, próxima do ambiente socioeconômico das pessoas. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a porta de entrada preferencial e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde.

Com o objetivo de fortalecer essa estratégia, o MS vem adotando ações para a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde, com destaque para o programa Mais Médicos, que se desenvolve com prioridade para os municípios e regiões com maior proporção de população em extrema pobreza, maior percentual de população usuária do SUS e com maior dificuldade de atração e fixação de médicos. Para ampliar o acesso aos serviços básicos, o programa Mais Médicos já alocou, até 2016, 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo cobertura de atendimento a 63 milhões de brasileiros. Também contribuiu para aumentar o número de Equipes de Saúde da Família. Essa estratégia mostrou importante evolução entre 2008 e 2016, passando de 29.300 para 40.097 equipes, o que representou uma cobertura populacional de 62,63%. Ao final de 2016, atingiu-se também 24.383 Equipes de Saúde Bucal implantadas como parte do programa Saúde da Família.

O indicador de cobertura populacional por equipes de saúde da família apontou evolução de 60,95% em 2015 para 62,63% em 2016. Já o de saúde bucal permaneceu com cobertura em torno de 40,33% da população no mesmo período.

A Atenção Especializada, por sua vez, reúne pontos de atenção com diferentes densidades tecnológicas para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno: a) Ambulatorial Especializada: serviços e ações eletivas de média e alta complexidade; b) Hospitalar: ponto de atenção estratégico voltado para as internações eletivas e/ou de urgência de pacientes agudos ou crônicos agudizados; c) Urgência e Emergência: serviços e ações voltadas aos usuários que necessitam de cuidados imediatos nos diferentes pontos de atenção, inclusive de acolhimento aos que apresentam complicações nas condições crônicas.

A Política Nacional de Transplantes de Órgãos, Tecidos e Células foi estabelecida e fundamentada pela Lei 9.434/97, e tem como diretrizes a gratuidade da doação, o vigoroso repúdio e combate ao comércio de órgãos, a beneficência em relação aos receptores e não maleficência em relação aos doadores vivos. Estas normativas trazem, também, garantias e direitos aos pacientes que necessitam destes procedimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e regulam toda a rede assistencial. A política de transplante está em sintonia com as Leis 8.080/1990 e 8.142/1990, que regem o funcionamento do SUS.

O indicador do índice de transplante de órgãos sólidos apontou ligeiro aumento: de 38,01, em 2015, para 38,65 transplantes por milhão de habitantes em 2016. Já o de cobertura da suficiência de leitos neonatal aumentou de 37% para 41% dos estados com suficiência de leitos neonatal.

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é um serviço hospitalar destinado a usuários em situação clínica grave ou de risco, clínico ou cirúrgico, necessitando de cuidados intensivos, assistência médica, de enfermagem e fisioterapia, ininterruptas, monitorização contínua durante as 24 (vinte e quatro) horas, além de equipamentos e equipe multidisciplinar especializada, classificadas como: UTI Adulto, UTI Pediátrica, Unidade Coronariana – UCO e Unidades Neonatais.

A ampliação do número de leitos de UTI pelo SUS visa garantir o acesso ao paciente grave ou de risco, priorizar as ações para a redução da mortalidade, induzir a formação e qualificação de recursos humanos especializados e induzir a implantação de mecanismos de regulação, controle e avalição da assistência prestada aos pacientes graves ou potencialmente graves no SUS. Em 2016, foram habilitados 1.180 leitos de todas as modalidades.

A atenção às urgências e emergências compõe parte importante da política de saúde. Nela está incluída a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), que visa dotar as unidades hospitalares, com pronto-socorro, de estrutura qualificada para a composição da RUE.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) é um dos componentes mais importantes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida. Até dezembro de 2016, o Samu 192 operou com 3.496 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.630 são unidades de Suporte Básico, 589 Unidades de Suporte Avançado, 255 Motolâncias, 13 Equipes de Embarcação e 9 Equipes de Aeromédico. A cobertura populacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) foi elevada de 75% em 2014 para 80,61% em 2016.

Em 2016 também foram habilitadas 1.183 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), resultante da programação regular do MS e de Emendas Parlamentares. No âmbito das UPAs 24 h, atualmente estão em funcionamento 525, sendo que 98 entraram em funcionamento em 2016.

A Assistência Farmacêutica reúne um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio do acesso aos medicamentos e seu uso racional.

A amplitude da política de medicamentos abrange o incentivo à pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O programa de assistência farmacêutica e insumos estratégicos está estruturado em três eixos. O Eixo 1 corresponde ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, financiado e executado de forma tripartite e destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde. O Eixo 2 diz respeito ao Componente Estratégico que, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico (controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de Chagas e outras de abrangência nacional ou regional, antirretrovirais (DST/Aids), sangue e hemoderivados, imunobiológicos, além dos medicamentos e insumos para o combate ao tabagismo e para as ações no âmbito da alimentação e nutrição). Já no âmbito do Componente Especializado – Eixo 3 – é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde. Essa se constitui em uma estratégia para a busca da integralidade do tratamento medicamentoso.

Com relação ao Eixo 1, destacam-se iniciativas que promovem o acesso e a integralidade das prescrições medicamentosas. Entre outras, ocorreu, em 2016, a descentralização por meio de transferências de R$ 1,12 bilhão no âmbito do Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Ainda nesse eixo, foi dada continuidade aos contratos com a rede privada de farmácias e drogarias no âmbito do Programa Aqui Tem Farmácia Popular. Inicialmente, esse programa contava com medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além dos contraceptivos, tendo sido posteriormente expandido para 10 doenças ou condições de saúde. A iniciativa, criada pelo Ministério da Saúde para ampliar o acesso a medicamentos no Brasil, tem foco nos medicamentos de uso contínuo, cuja estratégia de distribuição permite que o paciente não interrompa o tratamento. A rede credenciada possui 34.583 farmácias e drogarias em 4.487 municípios brasileiros, dos quais 1.656 foram mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria e 3.107 receberam profissionais do Programa Mais Médicos. Assim, o programa está presente em 80,55% dos municípios brasileiros.

Com relação aos medicamentos estratégicos, atualmente são disponibilizados 100% dos medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde, o que significou a distribuição de 381.502.081 unidades, sendo 166.693.257 insumos e 214.808.824 medicamentos específicos.

O Brasil possui uma rede oficial de laboratórios farmacêuticos, cuja finalidade é prover medicamentos ao SUS em todos os níveis da atenção. De acordo com a política nacional de medicamentos, a capacidade instalada desses laboratórios deve, preferencialmente, ser utilizada para atender às necessidades de interesse em saúde pública, visando o tratamento das doenças objeto de programas estratégicos. Em 2016, a aquisição de medicamentos produzidos pela rede de laboratórios públicos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico selecionados correspondeu a 46% do total dessas aquisições. A meta prevista até 2019 é de 65% dessas aquisições.

No âmbito da Vigilância em Saúde, as ações constituem-se em processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados ao setor, subsidiando o planejamento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a implementação de medidas para a prevenção, promoção e proteção da saúde. Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento de epidemias de dengue, zika e chikungunya no Brasil, foi desenvolvida em 2016 uma série de iniciativas, das quais destaca-se a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito Aedes aegypti por meio do Plano Nacional de Enfrentamento ao Aedes, instituído pelo governo federal. Foi estabelecida uma meta de redução da letalidade por dengue em 25% até o final de 2019, tendo como base o ano de 2014. Entre 2014 e 2015, embora se tenha observado elevações dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,081% para 0,058%. Contemplando os três eixos de atuação programados, em 2016 destaca-se a instalação da Sala Nacional de Enfrentamento ao Aedes, instituída no âmbito federal para gerenciar e monitorar a intensificação da mobilização e combate ao mosquito Aedes aegypti. Essa iniciativa foi complementada com o apoio à instalação de 27 Salas estaduais e 2.025 Salas municipais de Coordenação e Controle; uma sala interfederativa (GO e DF) e uma sala binacional (Letícia na Colômbia e Tabatinga no Amazonas). Ainda em 2016, 45% dos municípios brasileiros atingiram a meta de realizar, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares, com cobertura maior ou igual 84,06% dos imóveis locais. Ao todo, foram realizadas 321.814.602 visitas a imóveis no ano, considerando-se os quatro ciclos. Em consequência, identificou-se que 2,70% dos imóveis visitados possuíam algum tipo de foco do mosquito transmissor. Em 16% dos imóveis visitados não houve inspeção por recusa do proprietário ou morador ou porque o imóvel encontrava-se fechado.

Também no mesmo ano, foram realizados investimentos em pesquisas para desenvolvimento de uma vacina contra dengue, pelo Instituto Butantan, que se encontra na fase final de estudos em seres humanos, e duas vacinas contra o vírus zika, uma em desenvolvimento pelo Instituto Evandro Chagas, em parceria com a University of Texas Medical Branch, e outra pelo Laboratório Biomanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ambas em fase de teste pré-clínico em animais. Outra iniciativa relevante foi a aquisição de 3,5 milhões de testes rápidos para identificar o vírus zika. Essa tecnologia confirma, em 20 minutos, se o paciente está ou já foi infectado pelo vírus zika em algum momento da vida. Ou seja, identifica o vírus no organismo, independentemente do tempo de infecção.

Foi estabelecida a Estratégia de Ação Rápida para garantir o acesso de todas as crianças com suspeita de microcefalia à confirmação do diagnóstico e seu encaminhamento às redes dos sistemas únicos de saúde e assistência social. Os estados e municípios receberam apoio federal, incluindo o financeiro, para o levantamento de informações e organização da rede de serviços e para realizar a busca-ativa dos casos suspeitos, a fim de que pudessem acessar os serviços de diagnósticos, com transporte e hospedagem, quando necessário. Nesse ano, a vigilância de zika passou de sentinela para universal e os casos passaram a ser de notificação compulsória.

O campo da promoção da saúde tem por finalidade prevenir doenças e agravos cuja incidência possa vir a se tornar um problema para a saúde pública. Nesse sentido, o programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso a ações específicas de promoção da saúde, com ênfase na minimização dos impactos causados pelo aumento das doenças crônicas não transmissíveis, além de estimular a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população. De 2011 a dezembro de 2015 foram habilitados, para construção, 3,8 mil polos de academia da saúde em todas as regiões do país e concluídas 1,5 mil obras. Em 2016, foram custeados, pelo governo federal, 635 polos de academia da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os indicadores de Vigilância em Saúde estão sujeitos a dois tipos de leitura: a primeira se refere à oferta de serviços e o segundo diz respeito aos resultados sobre a qualidade da saúde da população. Dentre os primeiros, destaca-se a cobertura vacinal contra gripe que aumentou de 87,25% da população preferencial em 2015 para 94,43% dessa mesma população em 2016. Acerca dos indicadores de qualidade de saúde, destaca-se a taxa de mortalidade infantil, índice que declinou de 14,41 em 2013 para 13,30 por mil nascimentos em 2015.

Complementando a atuação pública em saúde, a Vigilância Sanitária atua no registro de produtos de interesse da saúde pública e na autorização do funcionamento de empresas que produzam ou comercializem esses produtos, assim como na regulação dos ambientes com desenvolvimento de atividades que tenham implicância sanitária. No ano de 2016, foram concedidas 53 priorizações para registros de medicamentos genéricos inéditos, com tempo médio de 33,7 dias para a primeira manifestação da Agência (emissão de exigência técnica ou decisão final de deferimento/indeferimento). Do total das 53 priorizações, 15 delas foram concedidas para medicamentos estratégicos e imunobiológicos do programa Nacional de Imunizações (PNI). O tempo médio para essas 15 priorizações foi de 26,7 dias.

O indicador de risco sanitário total em portos, aeroportos e fronteiras permaneceu na ordem dos 7% entre 2014 e 2016. Outro importante indicador de Vigilância Sanitária se refere aos municípios que realizam no ano, no mínimo, seis ações de vigilância consideradas necessárias a todos os municípios. Esse indicador evoluiu de 34% em 2014 para 38,9% em 2016.

Com relação à qualificação do pessoal em procedimentos de atenção e em educação em saúde, o governo federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na adequação aos processos de trabalho e qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho do SUS.

Entre essas iniciativas destaca-se o Pró-Residência, que tem o objetivo de incentivar a formação de especialistas. Em dezembro de 2016, existiam 15.114 residentes cadastrados com bolsas pagas pelo Ministério da Saúde.

No ano de 2016, o programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde) envolveu 1.111 estudantes bolsistas e 1.555 voluntários cadastrados no sistema, totalizando 2.666 estudantes.

A atuação governamental para regulamentar a produção de insumos de interesse do setor se operacionaliza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por meio da intensificação da cooperação entre o público e o privado, formalizada por meio de parcerias, acordos e da disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) envolvem a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. Atualmente, estão vigentes 89 PDP.

O Acordo de Compensação Tecnológica (ACT), ou offset, no âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, é a primeira experiência na área civil que permitirá a inserção do país entre o seleto grupo de produtores mundiais de aceleradores lineares. A medida contribui para o fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde, com implantação de uma fábrica de equipamentos de radioterapia no país e o desenvolvimento de fornecedores locais.

A meta prevista para 2016 foi implementação de 8% do ACT. Em 2016, foram alcançados 4% da meta física prevista.

O programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) visa à promoção e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico, às análises de situação de saúde e à expansão da produção nacional de tecnologias. Para 2016, a meta física seria de um novo parque produtivo apoiado, totalizando 14 parques produtivos apoiados. Porém, com a finalização de novos convênios e Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados, foram contemplados 59 projetos de 23 produtores públicos e 36 instituições científicas tecnológicas. Desses projetos, foram apoiadas 26 instituições no âmbito do PROCIS. O número de instituições apoiadas ultrapassou a meta física para 2016, cumprindo o estabelecido.

Os projetos de P, D & I são submetidos pelas instituições públicas ao MS com a finalidade de constituir parcerias para o desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do país. Em 2016, não houve projeto de parceria de P, D & I aprovado. Esta modalidade necessita de regulação específica. No entanto, estão vigentes 5 projetos de parceria de P, D & I.

A gestão dos recursos envolvidos nos processos e iniciativas sanitárias desenvolve-se por meio da racionalização e qualificação do emprego dos recursos humanos, físicos e financeiros.

Em relação à gestão de recursos, em 2016 o MS procurou aperfeiçoar a sua capacidade gerencial, aprimorando as políticas públicas existentes e a organização do sistema público de saúde para enfrentar o fenômeno da judicialização. Mais especificamente, ampliou e atualizou protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas de modo a produzir documentos mais objetivos para subsidiar as decisões judiciais.

Destaca-se ainda o Termo de Cooperação firmado entre o MS e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para criação de um banco de dados com informações técnicas, agregando informações dos Poderes Executivo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Legislativo. Também foram disponibilizadas 80 fichas técnicas e 24 sínteses de evidências sobre tecnologias em saúde mais judicializadas.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Um balanço geral do programa 2015, referente ao exercício de 2016, aponta para um desempenho satisfatório, uma vez que, dos 21 indicadores que avaliam o processo de oferta de ações, serviços e produtos de saúde, 71% permaneceram estáveis ou superaram o valor de referência estipulado no PPA 2016-2019. Dos 19 indicadores que avaliam o resultado e o impacto da oferta sobre a qualidade de saúde da população, 63% permaneceram estáveis ou superaram o valor de referência. As perspectivas relacionadas ao desenvolvimento da política de saúde projetam para os próximos exercícios a ampliação do acesso oportuno e qualificado às ações e serviços de saúde em todos os níveis da atenção. Dentre outras iniciativas, destacam-se:

- A perspectiva para 2017 é ampliar as estratégias de atenção básica: O programa Equipes de Saúde da Família passará a contar com 42.955 equipes e a Saúde Bucal com 26.567.
- Ainda na Atenção Básica, por meio do programa Mais Médicos, projeta-se para até 2019 o alcance de 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros alocados em 4.058 municípios.
- No âmbito da atenção especializada, para 2017 estão programados 1.628 leitos habilitados, em todas as modalidades e a perspectiva de ampliação da cobertura do SAMU-192.
- Para combater os efeitos da transmissão de doenças pelo Aedes aegypti, já para 2017 está prevista a realização de 3,5 milhões de testes rápidos de zika vírus, com prioridade para gestantes e bebês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2012
FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar traz em seus objetivos, compromissos e medidas no intuito de promover os avanços necessários ao enfrentamento dos desafios ainda existentes. Os objetivos incluem os instrumentos de crédito e mitigação dos riscos climáticos e de mercado, de Assistência Técnicae Extensão Rural – ATER e inovação, de apoio à organização econômica, de promoção da produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, de promoção da autonomia das mulheres rurais e de promoção das políticas voltadas à agricultura familiar brasileira nos foros internacionais, além de um objetivo voltado à juventude rural e focado na viabilização da sucessão rural, outro visando o etnodesenvolvimento de povos e comunidades tradicionais e outro focado na estratégia de inclusão produtiva da população rural em situação de pobreza. Na avaliação do programa desse ano, faz-se menção a 4 objetivos: crédito e seguro; ATER; acesso à mercado e apoio à organização econômica; e promoção da agroecologia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores, destaca-se o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar, calculado a partir da PNAD, que teve o índice de R$ 512,19, em 2013, apresentou uma pequena evolução desde então. Na PNAD 2015, o indicador alcançou o valor de R$ 582,26.

Em relação ao objetivo de ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar, o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronafapresentou diversas inovações nas linhas de crédito e benefícios aos agricultores familiares em 2016. Os limites de crédito por Ano Safra foram ampliados para R$ 250 mil no custeio e R$ 330 mil no investimento.

Adicionalmente, o Pronaf passou a oferecer juros de 2,5% para todas as operações de custeio agrícola da cesta de alimentos. A medida visou contribuir com a segurança alimentar e o combate à inflação, incentivando a produção de alimentos. No ano, foram realizados 1.649.820 contratos de crédito no âmbito do programa. No conjunto das linhas de investimento foram realizados 1.118.150 contratos, sendo 251.617 no Pronaf Mais Alimentos.

Em relação ao ano anterior, houve uma redução no número de operações realizadas (em 2015, foram realizadas cerca de 1,9 milhão de operações de custeio). Além disso, o grande crescimento dos financiamentos de investimento do Pronaf em anos anteriores possibilitou um amplo atendimento das necessidades de máquinas e equipamentos dos agricultores, reduzindo a demanda no período seguinte.

O Seguro da Agricultura Familiar – SEAF tem um modelo de gestão matricial, em que a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD propõe as políticas e melhorias de normas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é responsável pela supervisão dos serviços de comprovação de perdas; o Banco Central faz a administração orçamentária-financeira e dos processos bancários; e os bancos se encarregam da operacionalização do programa. A SEAD tem promovido a articulação entre esses agentes, com bons resultados, assegurando o adequado funcionamento do programa.

A SEAD implementou várias medidas com vigência a partir de janeiro de 2017, trazendo importantes avanços em abrangência, valores e condições de cobertura. Na safra 2015-2016, o SEAF amparou cerca de 347 mil lavouras de agricultores familiares, com um valor total segurado da ordem de R$ 9,4 bilhões.

A ampliação do SEAF para abranger todas as culturas financiadas pelo Pronaf irá beneficiar muitos agricultores que se dedicam a culturas sem grande participação no PIB nacional mas tem quem grande importância regional. Essa conquista cumpre um dos desafios lançados para 2016 no Relatório de Gestão de 2015.

Com relação a lavouras permanentes e olerícolas tiveram o limite de Receita Líquida Segurável (RLS) elevado de R$ 20 mil para R$ 40 mil. Para as demais culturas, o limite passou de R$ 20 mil para R$ 22 mil. O novo limite de R$ 40 mil é muito importante para fruticultura, legumes, verduras e outros alimentos que precisam chegar à mesa dos brasileiros.

Além disso, o leque de culturas enquadráveis no SEAF foi ampliado para abranger todas as financiadas em operações de custeio agrícola do Pronaf. Até então, apenas os empreendimentos zoneados pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático – ZARC eram passíveis de serem segurados pelo SEAF. A medida permitiu a inclusão de cerca de cem novas culturas. A elevação do valor segurável permite oferecer condições de cobertura adequadas, em especial às lavouras que possuem maiores valores de receita bruta esperada, como as lavouras olerícolas e permanentes.

As alíquotas do adicional do programa sofreram realinhamento no ano de 2016, de acordo com o grau de risco dos empreendimentos segurados. Contudo, houve redução de alíquota para empreendimentos cultivados em sistema de produção de base agroecológica ou orgânica, ou em transição para sistema de base agroecológica.

Quanto ao Garantia Safra, em 2015/2016, foi oferecida a proteção a 1,35 milhão de famílias agricultoras de municípios sistematicamente sujeitas a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -Sudene. O programa teve a adesão de 991.853 agricultores familiares de 1220 municípios, que representam 73% de aproveitamento das cotas disponibilizadas. Em função da estiagem, 508.405 agricultores familiares com perda comprovada de produção já começaram a receber o pagamento do Garantia-Safra no valor de R$ 850,00.

Os projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares e para reforma agrária passam por um momento de redefinição, com o início das operações da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ainda assim, em 2016, foram atendidas 277.078 famílias de agricultores familiares com ATER, sendo 114.462 contempladas pelo Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, 37.292 atendidas no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, e 17.726 pescadores artesanais e aquicultores familiares.

Um ponto importante de avanço foi a efetivação da Anater como promotora da execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural no Brasil, um novo marco no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Outro objetivo destacado neste texto é o de promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável. Na área de fortalecimento das organizações econômicas registra-se a conclusão e encerramentos da maioria dos contratos de prestação de serviços de Ater Mais Gestão, voltado para a qualificação da gestão de 211 cooperativas da agricultura familiar. Também foram promovidas atividades no âmbito do programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (COOPERAF), como a implementação de atividades e celebração de convênios/projetos nas áreas de formação e capacitação em cooperativismo, qualificação de metodologias de ATER, eventos sobre créditos para cooperativas da agricultura familiar e de divulgação de oportunidades comerciais para essas organizações – mercados institucionais e convencionais. Em 2016, 5,2 mil organizações familiares (cerca de 800 mil agricultores) possuíam DAP Jurídica. Esse instrumento credencia as organizações familiares a participar de editais de compras governamentais, concorrerem a serviços de ATER pública e gratuita, entre outras oportunidades.

Do ponto de vista da comercialização e abastecimento destacam-se as ações de promoção e organização da oferta para compras públicas, especialmente o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE). No caso das modalidades do PAA, registre-se que houve decréscimo na quantidade de agricultores familiares beneficiados. No entanto, do ponto de vista mais geral, o conjunto de outras ações de compras públicas de mercados recentemente abertos, a exemplo das Compras Institucionais e do Decreto 8.473/2015, têm compensado a redução no orçamento federal que afetou o PAA. De acordo com informações coletadas junto a entidades executoras e demais parceiros governamentais, a quantidade de recursos aplicados no ano de 2016 nas compras institucionais realizadas por governos estaduais, municipais e federal foi de R$ 61,99 milhões, beneficiando um número estimado de 9,5 mil agricultores familiares em todo o país.

Com relação ao PNAE, as informações preliminares obtidas junto ao FNDE registram que a quantidade de agricultores familiares beneficiados aumentou de 329.117 para 364.000, acompanhando a tendência de aumento no orçamento disponibilizado desde 2010 (primeiro ano de implementação das aquisições da agricultura familiar sob a égide da Lei 11.947/2009).

Na área de fortalecimento das organizações econômicas registra-se a conclusão e encerramento da maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos contratos de prestação de serviços de Ater Mais Gestão – voltada para a qualificação da gestão em 471 cooperativas da agricultura familiar. Também foram promovidas nos últimos 12 meses atividades no âmbito do programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (COOPERAF) como a implementação de atividades e celebração de convênios/projetos nas áreas de formação e capacitação em cooperativismo, qualificação de metodologias de ATER (especialmente Mais Gestão), eventos sobre crédito para cooperativas da agricultura familiar e de divulgação de oportunidades comerciais para essas organizações – mercados institucionais e convencionais. Observou-se no período um acréscimo no número geral de empreendimentos coletivos habilitados com DAP Jurídica. No final de dezembro de 2016, havia 5,2 mil organizações familiares com DAP Jurídica, congregando cerca de 800 mil agricultores – cerca de 71% do quadro social com DAP Familiar. Possuir DAP Jurídica credencia as organizações familiares a participar de editais de compras governamentais, concorrerem a serviços de ATER pública, entre outras oportunidades.

A questão de se ampliar a inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis, tem relação estratégica com as políticas, programas e ações da SEAD e do INCRA, assim como na integração com outras políticas, com a de segurança alimentar e nutricional e com a da saúde do trabalhador rural. A agricultura familiar é responsável pela maior parte do abastecimento alimentar da população brasileira, tanto em quantidade quanto em diversidade. O papel da SEAD é fortalecer, consolidar e ampliar cada vez mais modelos de agriculturas que respondam à demanda da sociedade por alimentos saudáveis, isentos de agrotóxicos e de transgenia, e que possam dar oportunidades de elevar a renda e a autonomia econômica, social e organizativa, de forma a ampliar a inserção desses agricultores no mercado e ampliar a oferta de alimentos seguros para a sociedade em geral.

Os principais avanços obtidos no exercício de 2016 dizem respeito ao estímulo à produção de base agroecológica e orgânica e à oferta de alimentos saudáveis, que teve papel fundamental na consecução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo 2013-2015. A primeira edição do plano foi finalizada em dezembro de 2015. O Planapo 2013-2015 foi elaborado e monitorado no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO. Em 2016 ocorreu a revisão do Planapo, sendo elaborado o segundo Plano para o período de 2016 a 2019. A revisão do plano contou com ampla participação da sociedade civil, representada na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO. Foram revistas e adequadas as ações dos órgãos e entidades que compõem o Planapo. O Planapo 2016 a 2019 totaliza 198 ações, boa parte delas constantes do PPA. Em 2016, foi mantida a diretriz de que as entidades de ATER contratadas deverão proceder à caracterização das unidades familiares de produção, o que incluirá a identificação de sistemas de produção de base agroecológica e orgânica, com base em critérios que ainda não foram instituídos por novo ato legal ou normativo.

Os estudos e discussões para a instituição do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF Nacional, que substituirá a base de dados da DAP, avançaram, o que possibilitará a identificação do estabelecimento ou empreendimento que possui sistema de produção de base agroecológica ou orgânica. Em 2016, foi finalizada a proposta do programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos – PRONARA, cuja instituição deverá se dar no ano de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No primeiro semestre da safra 2015/2016 houve aumento das operações de crédito da linha agroecologia, que foram acessados tanto por agricultores com certificação orgânica como agroecológicos, seguindo a Portaria 38/2014, o que vem demonstrando uma crescente incorporação do tema pelos agentes financeiros. Os controles existentes no sistema de concessão de créditos não diferenciam agricultores orgânicos de agroecológicos. A identificação do produto orgânico, e consequentemente do agricultor orgânico, segue os conceitos e diretrizes estabelecidos na Lei 10.831/2003. Em janeiro de 2016, os agricultores familiares somavam 68% dos produtores inseridos no Cadastro Nacional de Produção Orgânica. Já a produção de base agroecológica conta com um conceito geral dado pelo Decreto 7.794/2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, mas ainda carece de critérios objetivos e de mecanismo sistemático de apuração que está sendo construído pela SEAD.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao Crédito Pronaf, os principais desafios para a próxima safra (2017/2018) são a manutenção das taxas de juros praticadas na atual safra e a ampliação dos recursos disponibilizados, especialmente dos limites equalizáveis pelo Tesouro Nacional.

O Garantia-Safra já cumpre seu objetivo de garantir condições de sobrevivência para agricultores familiares que vivem em municípios com perda sistemática de produção. O desafio para 2017 é garantir a articulação de um conjunto de políticas públicas que favoreçam a convivência desses agricultores com o semiárido brasileiro.

Quanto ao programa do Seguro da Agricultura Familiar, os principais desafios para 2017 são: finalizar as tratativas com os demais órgãos gestores do programa para o desenvolvimento de um modelo operacional que atenda mais adequadamente as especificidades das culturas olerícolas; implementar a primeira etapa do cadastro de encarregados de comprovação de perdas e; desenvolver novas soluções para mitigação de riscos associados a eventos climáticos adversos em culturas com situações particulares de risco.

O principal desafio para o próximo ano no âmbito das políticas da ATER é, principalmente, o de efetivar a Anater que irá aprimorar o modelo de execução da ATER e dinamizar os processos de contratação dos serviços.

Com relação às ações de comercialização, os desafios serão:

- Dar continuidade a parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e acompanhar a implementação dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com as universidades federais para atuação no PNAE.
- Viabilizar a criação de mapas de oferta com atualização a cada 6 meses pelas equipes contratadas pela chamada do Mais Gestão.
- Oferecer atendimentos em ATER MAIS GESTÃO para 1,1 mil empreendimentos, por meio de lançamento de Chamada Pública para contratação de prestadoras de serviços de ATER, voltado para a gestão, planejamento e controles administrativos.
- Ampliar as ofertas do COOPERAF e acompanhar a realização dos eventos de capacitação, habilitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os empreendimentos para utilização de técnicas e/ou ferramentas administrativas capazes de ampliar as condições de sustentabilidade socioeconômica e maior participação dos empreendimentos nos mercados institucionais.

- Elaborar e implementar o programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar, que tem como objetivo estruturar em nível nacional as ações de gestão e fomento que viabilizem a utilização de fontes de energias renováveis – eólica, solar, e biomassa – tanto para o autoconsumo quanto para o sistema produtivo da agricultura familiar.

Por fim, no que se refere à agricultura orgânica, o Principal desafio para 2017 é a consolidação da revisão do Planapo, e consequentemente a implantação do Planapo 2016-2019. Permanece como desafio a definição de critérios e a metodologia de identificação de agricultores familiares que adotam sistemas agroecológicos ou que estão em transição agroecológica ou com produção orgânica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2019
INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

O fortalecimento do programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para programas Sociais do governo federal (Cadastro Único) foram conquistas fundamentais para a continuidade da construção do Sistema de Proteção Social, a redução da pobreza e desenvolvimento mais inclusivo da sociedade brasileira, ao lado da implementação do SUAS, com sua rede de serviços socioassistenciais.

Instituído pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, o programa Bolsa Família tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres, a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio dos compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público. Em 2016 o programa alcançou em média 13,83 milhões de famílias beneficiárias, com benefício médio de R$ 181,15 em dezembro.

As condicionalidades do PBF representam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo Poder Público. As famílias devem matricular e manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia; o Poder Público deve prover os serviços de saúde e de educação que garantam o exercício desses direitos sociais. O programa monitora bimestralmente, cinco vezes por ano, a frequência escolar de mais de 14 milhões de estudantes, entre os quais mais de 95% efetivamente cumprem uma presença mínima de 85% (de 6 a 15 anos de idade) ou 75% (de 16 a 17 anos de idade). Também monitora semestralmente o cumprimento das obrigações com o sistema de saúde de mais de 8 milhões de famílias beneficiárias.

As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos significativos na saúde e educação das famílias beneficiárias do programa. Além disso, o acompanhamento do descumprimento das condicionalidades pode indicar vulnerabilidades, risco social ou violação de direitos sociais dos beneficiários e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de governo. O impacto das condicionalidades sobre a situação das famílias decorre tanto da exigência do cumprimento dessas condicionalidades, quanto do esforço articulado para que as famílias inadimplentes voltem ao cumprimento.

Sobre o Cadastro Único, vale ressaltar que atualmente há mais de 28 milhões de famílias de baixa renda cadastradas, a parcela mais pobre da população brasileira. A ampliação do alcance do cadastramento, nos últimos anos, com o processo denominado de Busca Ativa, resultou no cadastramento de mais de 1,35 milhão de famílias extremamente pobres e que passaram a ser beneficiárias do programa Bolsa Família.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único é outro objetivo pretendido para o quadriênio 2016-2019. O Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o governo federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do programa nos municípios e estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os indicadores estabelecidos no PPA do programa Bolsa Família apresentaram os seguintes resultados em 2016:

- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação: 92,13%. No bimestre de outubro e novembro de 2016, 16,1 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos constavam no público para acompanhamento das redes municipais e estaduais de ensino. Desse total, 14,8 milhões (92,13%) tiveram frequência escolar registrada no Sistema Presença, e destes, mais de 95% cumpriram a frequência exigida pelo PBF.
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças: 69,87%. Dados do primeiro semestre de 2016 mostram que das 7,5 milhões de crianças com perfil para acompanhamento, 5,2 milhões (69,87%) tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e destas, 98,9% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde.
- Taxa de atualização cadastral: 74%, segundo apuração de dezembro de 2016. A atualização deve ser realizada pela família sempre que houver alguma mudança em sua situação; não havendo mudança, as informações precisam ser confirmadas, no máximo, a cada dois anos.

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão que contribuíram para a implementação dos objetivos do programa.

Durante o ano de 2016, o eixo da transferência de renda do PBF atendeu em média 13,83 milhões de famílias por mês, finalizando o ano com 13.569.576 famílias na folha de pagamento de dezembro, o que equivale a aproximadamente 45,87 milhões de pessoas. Dessas, 5,4 milhões de famílias receberam o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, que é o benefício pago às famílias que, mesmo recebendo as demais parcelas do PBF, ainda permanecem em situação de extrema pobreza com renda per capita abaixo de R$ 85,00.

Ressalte-se que, para além do foco no segmento de renda mais baixa da população, as ações do governo federal buscam atingir também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis, como mulheres, jovens, população negra e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE. Na medida em que, no âmbito do PBF 91,9% das famílias são chefiadas por mulheres, 86,7% dos beneficiários são negros ou pardos e 1,47 milhão das famílias beneficiárias pertencem aos GPTE, a ação federal de transferência direta e condicionada de renda contribui para o processo de reforço à cidadania.

Além da transferência de renda, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA autorizou medidas especiais de atendimento e pagamento a 161.263 famílias de municípios que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo estado ou pelo governo federal, totalizando mais de R$ 24,3 milhões. São medidas especiais que visam a facilitar o acesso ao pagamento, tais como a realização de saque dos benefícios a partir do primeiro dia do Calendário de Pagamentos de cada mês; a adoção da Declaração Especial de Pagamento, que permite o saque do benefício sem o cartão e sem apresentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

documentos, caso a família tenha perdido seu Cartão Bolsa Família e seus documentos de identificação; e a mobilização da Caixa Econômica Federal para operações especiais de pagamento.

Em 2016, o MDSA inovou ao lançar simultaneamente os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral[3], e ao incluir, no público de Revisão Cadastral, além das famílias beneficiárias do PBF, as famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e as famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. Buscou-se, com a simultaneidade dos processos, dar às gestões municipais uma visão integrada da demanda de atualização cadastral a ser atendida prioritariamente em seu território, assim como possibilitar o planejamento integrado dos processos anuais de atualização cadastral. Com a medida, foram convocadas para atualização cadastral cerca de 7,18 milhões de famílias cadastradas.

Em continuidade ao processo de aprimoramento e integração dos processos operacionais do PBF e do Cadastro Único, foi instituído em 2016 Grupo de Trabalho Interinstitucional, com vistas ao aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e à melhoria da qualidade das bases de dados do MDSA. No âmbito dos trabalhos do colegiado, foram realizados cruzamentos entre as bases de dados do Cadastro Único (junho/2016) e da folha de pagamento do PBF (julho/2016) e aquelas dos seguintes registros administrativos do governo federal: 1) Rais (2014); 2) Caged (janeiro/2015 a junho/2016); 3) Sistema de benefícios permanentes e auxílios pagos pelo INSS (junho/2016); 4) Sistema de Controle de Óbitos (2002 a 2016); 5) Siape (junho/2016); e 6) CNPJ. No PBF, foi identificado 1,1 milhão de famílias beneficiárias com divergências cadastrais, resultando nas seguintes providências imediatas: 654 mil famílias tiveram o pagamento de seus benefícios do PBF bloqueados até a atualização cadastral, e 469 mil famílias tiveram seus benefícios do PBF cancelados em novembro de 2016. Esse contingente ampliou-se a partir da identificação de outras inconsistências realizada pelo processo anual de Averiguação Cadastral. A atualização cadastral permitiu novas concessões do PBF até o limite do número de pessoas registradas no Cadastro Único com o perfil para o programa, mas que ainda não haviam sido atendidas.

Ainda em relação às medidas de controle, foi firmado acordo de cooperação técnica entre o MDSA e o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e prosseguem as tratativas para a assinatura de ajustes entre o Ministério e o Tribunal de Contas da União – TCU e o Ministério Público Federal – MPF, e entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, órgão encarregado da gestão nacional do PBF, e o Departamento de Polícia Federal – DPF do Ministério da Justiça e Cidadania – MJ.

Para manutenção do poder aquisitivo dos beneficiários do PBF, foi concedido, em julho de 2016, aumento de 12,38%, na medida em que foram atualizados os valores das linhas de pobreza – de R$ 154,00 para R$ 170,00 – e de extrema pobreza – de R$ 77,00 para R$ 85,00.

Os números levantados pelo acompanhamento das condicionalidades, por parte do Poder Público, revelam efeitos positivos na saúde e educação das famílias beneficiárias do programa. Estudos demonstram que o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola: as taxas de abandono entre beneficiários do programa são menores do que aquelas apresentadas pelos demais alunos da rede pública – tanto no ensino fundamental

3 O objetivo dos referidos processos é buscar as máximas qualidade e atualidade dos dados declarados no Cadastro Único.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quanto no ensino médio – e as taxas de aprovação são equiparadas às dos demais alunos[4]. Esses impactos positivos são ainda maiores no Nordeste, região com maior número de beneficiários do PBF. Na saúde, estudo publicado em 2013[5] mostrou que o PBF contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil geral e por causas relacionadas à pobreza, como desnutrição e diarreia. Em 2015, nova pesquisa demonstrou que o Bolsa Família contribui indiretamente para a redução da incidência de hanseníase nas comunidades com alta cobertura do PBF[6].

Na área de educação, em 2016, 14,8 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em média, por bimestre de acompanhamento, tiveram a frequência escolar registrada, entre os quais mais de 95%, em média, cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família.

Na área de saúde, dados do primeiro semestre de 2016[7] mostram que, nas 7,5 milhões de crianças monitoradas, 5,2 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e dessas, 98,9% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. O resultado da primeira vigência de 2016 foi inferior ao obtido no mesmo período do ano anterior (73,9%). Entretanto, foi registrado, no período, um salto de mais de 50% na identificação das gestantes das famílias beneficiárias do PBF, fato explicado pela integração do Sistema de Gestão do PBF na Saúde com o SisPréNatal do Ministério da Saúde. Das mais de 355 mil gestantes identificadas no período, 99,6% estavam realizando pré-natal.

O Cadastro Único, coordenado pelo MDSA, é um instrumento informatizado de coleta de dados de famílias de baixa renda, que permite a articulação de diversas políticas públicas para esse público. As informações do Cadastro Único são autodeclaratórias e incluem características socioeconômicas, tais como condições de moradia, acesso a serviços de água, luz, esgotamento sanitário e também dados de identificação e caracterização de cada uma das pessoas da família (escolaridade, documentação, trabalho, rendimentos).

Constituem o público alvo do Cadastro Único todas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou de três salários mínimos por família. Entretanto, podem também se cadastrar famílias com renda superior ao limite máximo, desde que essa inclusão esteja vinculada à seleção e acompanhamento de programas sociais de iniciativa de qualquer dos três entes da federação. Atualmente, no Cadastro Único existem mais de 28 milhões de famílias cadastradas – mais de 80 milhões de pessoas -, dentre as quais 16,9 milhões são pobres e extremamente pobres (renda per capita mensal de até R$ 170,00).

A boa qualidade das informações registradas no Cadastro Único assegura que as famílias beneficiadas

4 CIRENO, F.; VIANA, I. A.V.; ALVES, C. B. A. Ensino Básico e trajetória escolar de estudantes do programa Bolsa Família. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 18, p. 50-60, 2014.

5 RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. The Lancet, v. 382, n. 9.886, p. 57-64, 2013.

6 NERY, J. S. et al. Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy. PLoS Neglected Tropical Disease, November 20, 2014.

7 Até o fechamento deste relatório, o período de registro das informações do acompanhamento do segundo semestre de 2016 ainda estava aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelas diversas políticas sejam, de fato, aquelas que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos. Para tanto, o MDSA executa ações contínuas de fomento à atualização cadastral, que, em regra, deve ser realizada pelas famílias a cada dois anos. Atualmente, 74,0% das famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa estão com os dados atualizados. Em 2016, os processos de Revisão Cadastral e de Averiguação Cadastral foram conjugados. Até o momento, 3,33 milhões de famílias incluídas em Revisão e Atualização Cadastral já atualizaram seus dados. Os dois processos ainda estão em andamento, com previsão de conclusão para 2017.

Os trabalhadores do Cadastro Único também estão preparados para atender e identificar de maneira correta quinze Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos – GPTEs. Grande parte destas famílias é localizada e cadastrada em ações de Busca Ativa, chegando a 2,14 milhões de famílias em 2016. As famílias dos GPTEs já são 7,6% do total de famílias cadastradas, com destaque para famílias de agricultores familiares, indígenas e quilombolas, e pescadores artesanais.

Em 2016, ocorreram ações que visaram identificar e premiar práticas de gestão bem sucedidas nos governos municipais e estaduais, e entrevistadores sociais de atuação destacada. Essas ações culminaram, em dezembro, na realização do "Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social: Edição Especial Cadastro Único para programas Sociais", em que os municípios, estados e os entrevistadores finalistas foram reconhecidos pelo MDSA pela excelência de seu trabalho.

O esforço de qualificação da base do Cadastro Único e a existência da rede de atendimento dos municípios e estados permitem e incentivam o uso do instrumento por mais de 20 programas sociais federais. A exemplo do PBF, programas como o Bolsa Verde, a Isenção de Taxa de Concurso Público, a Água para Todos, o Minha Casa Minha Vida e outros, constroem pontes efetivas para a superação da pobreza.

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) foi instituído com o objetivo de medir os resultados da gestão descentralizada do programa Bolsa Família, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle.

Com base nos Índices obtidos por cada ente da federação, os recursos são calculados e transferidos aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal. Em 2016, foram repassados R$ 12,45 milhões para os estados (IGD-E), sendo R$ 8,72 milhões referentes ao ano de 2016; e R$ 480,82 milhões para os municípios e o Distrito Federal (IGD-M), sendo R$ 366,98 milhões referentes a 2016. A execução orçamentária de 2016 foi de R$ 441,10 milhões para o IGD-M e de R$ 10,35 milhões para o IGD-E.

No ano de 2016, foram 5.356 municípios (96,15% do total de municípios do país) que durante o ano cumpriram com os requisitos necessários para fazer jus ao recebimento de recursos, apresentando desempenho médio de 0,7856 na gestão do PBF e do Cadastro Único, com base no Índice de Gestão Descentralizada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2016, o eixo de transferência de renda atendeu em média a cerca de 13,83 milhões de famílias por mês, superando a estimativa de pobreza de 13,73 milhões de famílias. Dessa forma, o programa Bolsa Família beneficiou, no mês de dezembro de 2016, 13.569.576 famílias, que receberam benefícios com o valor médio de R$ 181,15. O valor total disponibilizado pelo governo federal em benefícios às famílias beneficiárias alcançou R$ 2,46 bilhões em dezembro de 2016; no mesmo mês, o PBF alcançou 98,77% da meta relativa à estimativa de famílias pobres e extremamente pobres. Apesar da pequena redução no último bimestre de 2016, a meta estipulada vem sendo alcançada continuamente desde 2012.

O atingimento dos objetivos fixados para o programa temático Bolsa Família no quadriênio 2016-2019 lhe permitirá se manter como importante instrumento para redução da pobreza. Considerando o recente período de retração econômica, o estabelecimento de uma política transparente de reajuste dos benefícios do programa Bolsa Família foi importante para garantir a segurança das famílias beneficiárias.

O reajuste dos benefícios é importante, mas não é a única medida que garantirá o impacto do programa sobre a pobreza e a extrema pobreza. A continuidade do impacto do PBF na redução da extrema pobreza depende do aperfeiçoamento do desenho de benefícios, tornando menos complexa sua operacionalização e aumentando sua compreensão pelos beneficiários; da ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social; da reafirmação do princípio da equidade subjacente às condicionalidades, para a priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos; e do desenvolvimento do modelo de gestão do compartilhada do PBF, por meio do fortalecimento das gestões locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2081
JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

A implementação desse programa busca, por meio de ações, projetos e atividades, garantir a proteção social, a igualdade de oportunidades, o acesso e disponibilidade de serviços de atuação do Estado, que formam a base da política de acesso à justiça, à segurança pública e à promoção e proteção de direitos de cidadania, que possibilitarão a coesão social exigida para o desenvolvimento do país e a consolidação do Estado Democrático de Direito.

O programa reúne políticas que visam ao aperfeiçoamento das ações de segurança pública (incluindo segurança para grandes eventos); a garantia de direitos e cidadania a pessoas privadas de liberdade, objetivando sua reintegração social; a diminuição da violência no trânsito das rodovias federais; o aperfeiçoamento no relacionamento com a comunidade, por meio de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento de instituições, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico-científicas; a busca da reparação frente as mais diversas violações de direitos humanos ocorridas durante os períodos autoritários; a promoção e preservação do direito à memória e à verdade; a modernização dos serviços arquivísticos governamentais, com a preservação do patrimônio arquivístico nacional pelo acesso à informação; a defesa e proteção dos direitos do consumidor; a segurança e proteção do ambiente concorrencial, visando preservar um ambiente econômico justo e equilibrado; o acesso à justiça pela busca de soluções de conflitos por meio de estratégias de não judicialização e proteção de direitos; a ampliação da prestação de assistência jurídica aos cidadãos necessitados; o enfrentamento ao tráfico de pessoas; a promoção de direitos e garantias para migrantes e refugiados; o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção; o fortalecimento da cooperação jurídica internacional; a titulação de entidades sociais e a consolidação da classificação indicativa; e a implantação da Ouvidoria do Ministério da Justiça como instrumento de participação social em temas de responsabilidade da pasta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2016, houve queda na taxa de acidentes graves e na taxa de mortalidade em rodovias federais. A taxa de acidentes graves para 2016 foi de 227,35 acidentes graves para cada um milhão de veículos da frota nacional, superando em 13% a meta para todo o período do PPA 2016-2019, estabelecida em 260 acidentes graves. Em relação à taxa de mortalidade, foi registrado 69,23 mortos para cada um milhão de veículos da frota nacional, superando em 13,75% a meta estipulada para o período do Plano, instituída em 80 mortes.

De acordo com Relatório do Infopen divulgado em 2016 (com base em dados de dezembro/2014), o país já ultrapassou a marca de 622 mil pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, chegando a uma taxa de 306 presos para cada 100 mil habitantes enquanto a taxa mundial de aprisionamento situa-se no patamar de 144 presos por 100 mil habitantes (conforme dados da ICPS – *International Centre for Prison Studies*).

Em relação à população atendida no âmbito dos sistemas de informação de Defesa do Consumidor, o número de pessoas que utilizam tais sistemas para resolução de conflitos de consumo passou de 1.735.820, em junho de 2015, para 2.747.127, em dezembro de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação ao objetivo de aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras, destaca-se o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), cujo conceito está fundamentado em uma premissa de forte integração de informações, instituições, tecnologias e processos operacionais. O SICC é o conjunto de atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, avaliação e integração das forças de segurança pública. Para tanto, está estruturado em Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), que permitem a coordenação e o acompanhamento das operações integradas de segurança pública, mantendo atualizadas e disponíveis as informações estratégicas, táticas e operacionais para as instituições integrantes do Sistema. Atualmente, existem 12 CICCs implantados em 2014 em razão do evento Copa do Mundo FIFA 2014. Pretende-se implantar mais 15 unidades, no período do PPA 2016-2019, correspondentes às 15 Capitais que ainda não possuem o seu CICC.

Soma-se a isso a atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs), instrumentos fomentadores da integração, que têm como objetivo promover e discutir as políticas regionais, de modo colegiado, com vistas à diminuição da criminalidade, e manter a paz social. Para o fortalecimento dos GGIs, foi disponibilizado gratuitamente o Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública (InfoGGI), integrante do portal do Sinesp, e que funciona como uma ferramenta de gestão para facilitar a organização e o funcionamento de um GGI. Além disso, o sistema promove a interação entre as esferas municipal, estadual e federal, auxiliando a organização dos trabalhos cotidianos (agendamento, realização e acompanhamentos das reuniões e das ações integradas; arquivamento dos trabalhos realizados; entre outras várias funcionalidades). Em 2016, foi elaborada a "Nova Cartilha Geral dos GGIs", voltada à divulgação da política de segurança pública por meio da integração dos órgãos policiais, almejando a constituição de novos gabinetes junto aos entes. No intuito de prestar apoio técnico, foram realizadas capacitações, utilizando-se dos meios eletrônicos (Internet) e encontros regionais, com a presença de representantes de estados e municípios, objetivando a correta utilização do InfoGGI, a solidificação da política, a difusão de boas práticas e a troca de informações e conhecimento entre os participantes. Atualmente, 25 unidades da federação já contam com GGIs estaduais funcionando, faltam apenas os de São Paulo e Minas Gerais. Em relação aos Gabinetes de Gestão Integrada municipais, estes perfazem atualmente 164 órgãos colegiados vinculados ao Sistema InfoGGI. Conta-se, ainda, com nove Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira cadastrados.

Com o intuito de fortalecer a referida integração, em 2016, a Senasp ofertou cursos de graduação, de especialização e técnicos, nas modalidades presencial e a distância, abarcando profissionais de segurança pública das polícias civis, militares, guardas municipais e bombeiros militares. Na modalidade presencial, foram capacitados 4,5 mil profissionais de segurança pública, visando melhor qualificação desses agentes para a redução de homicídios e a prevenção e o enfrentamento da criminalidade violenta. Do total de capacitações presenciais, 4,04 mil foram realizadas pela Força Nacional de Segurança Pública, visando à qualificação dos profissionais de segurança pública para atuarem nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, bem como em apoio aos entes federados. Utilizando-se de novas técnicas e metodologias de ensino, a Rede Nacional de Educação a Distância (EaD/Senasp) inovou e ofertou 73 cursos, capacitando 213,23 mil profissionais de segurança pública. Somando-se as modalidades presencial e a distância, foram capacitados 217,73 mil profissionais de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação a sistematizar dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), foram realizadas, ao longo de 2016, as tratativas junto aos estados, objetivando, em sua primeira etapa, a integração dos sistemas estaduais de registros de ocorrências. Nesse contexto, foram iniciadas as integrações dos sistemas dos estados de Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e o Distrito Federal. Os estados de Sergipe e Maranhão assinaram termo de adesão à solução Procedimentos Policiais Eletrônicos (Sinesp PPe), ferramenta que viabilizará o registro e o envio dos boletins de ocorrência automaticamente à base nacional do Sinesp. Os demais estados estão desenvolvendo os módulos de comunicação necessários para a integração, salvo o estado de Roraima, que utiliza a solução Sinesp PPe desde dezembro de 2014.

No âmbito do objetivo de promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas, durante 2016, a Senasp redirecionou seus esforços para a construção de uma nova política de segurança pública, mais ampla, que culminou no Plano Nacional de Segurança Pública, cujo lançamento ocorreu no início de 2017. São objetivos a serem alcançados pelo Plano, mediante a implementação de estratégias transversais e projetos sociais de prevenção à violência em áreas vulneráveis: redução de homicídios dolosos, de feminicídios e de violência contra as mulheres; racionalização e modernização do sistema penitenciário; e enfrentamento às organizações criminosas, com ênfase nos delitos transnacionais, narcotráfico e tráfico de armas, com especial atenção à área de fronteira.

A discussão do Pacto Nacional de Redução de Homicídios incluía a implementação de 27 planos integrados com os estados para redução de homicídios, visando à discussão e à implementação de ações conjuntas com os estados e municípios que contavam com o maior número de ocorrências do crime. Tendo em vista que novas diretrizes foram estabelecidas com o Plano de Segurança Pública, não houve a implementação de ações voltadas para a redução de homicídios anteriormente relacionadas à implementação dos 27 planos integrados.

No entanto, cabe mencionar a atuação da Senasp em ações voltadas ao enfrentamento do feminicídio e da violência contra as mulheres. No tocante ao financiamento de projetos, em 2016, foram liberados recursos financeiros para o pagamento de convênios, firmados ainda em 2014 com os entes federados, no âmbito da Casa da Mulher Brasileira. No bojo dos projetos de estruturação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, foram repassados recursos para os estados do Ceará e Espírito Santo.

No âmbito das ações para promover a redução da violência no trânsito das rodovias federais, destaca-se a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) com ações que promovem a redução dos índices de mortalidade e de acidentes graves (indicadores do programa), que impactam a sociedade em diversos aspectos, seja por sua relevância emocional ou pelo viés econômico relacionado ao alto custo da prestação de socorro, tratamento e auxílio previdenciário às vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As ações de Educação para o Trânsito promoveram mudanças de atitudes dos atores do trânsito, sejam eles pedestres, condutores ou passageiros, fomentando uma atuação que priorize ações de segurança em todas as situações do trânsito. Nessa seara, destacam-se os seguintes projetos e ações da PRF: cinema rodoviário, Festival Estudantil Temático de Trânsito (Fetran) teatro e Fetran pedagógico.

Além das atividades de fiscalização de trânsito e educação no trânsito, a atuação da PRF na proposição de mudanças na legislação de Trânsito Brasileiro para punir com maior rigor os infratores, contribuiu para a publicação da Lei 13.281, de 5 de maio de 2016.

Em 2016, a taxa de acidentes graves foi de 225,90 acidentes graves por um milhão de veículos e a taxa de mortos foi de 69,2 mortos por um milhão de veículos, ambas atingindo a meta prevista para o final do PPA. Os resultados positivos são uma associação de fatores que envolvem uma fiscalização mais efetiva, concentrada em pontos críticos de acidentes, aquisições de novos radares fotográficos de alta tecnologia, privatização de rodovias com instalação de vários radares fixos pela ANTT em pontos críticos, melhoria no atendimento médico emergencial nas novas rodovias, melhoria da qualidade das rodovias pedagiadas (duplicações e manutenção preventiva), melhorias legais aumento do valor das infrações, desburocratização do processo de suspensão de habilitações), e até a redução de 2,8% no fluxo de veículos leves e de 6% de veículos pesados nas rodovias federais, conforme último informe da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias).

Em relação ao objetivo de fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira, destacam-se as ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) visando à apreensão de drogas e combate ao contrabando de diversas mercadorias. Em 2016, foram apreendidas mais de 200 toneladas de maconha e seis toneladas de cocaína, além de volume considerável de contrabando de diversas mercadorias que poderiam gerar ao país mais de R$ 1 bilhão em impostos.

No combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, destacam-se os investimentos para a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (GISE), resultando em altos índices de apreensão de entorpecentes. Com relação ao desenvolvimento das investigações criminais, para o ano de 2016, a PF apresentou um índice de elucidação de 72,28% dos casos registrados, sendo 45,09% para inquéritos relatados com elucidação da autoria e 27,19% para inquéritos relatados em que não foi constatada a ocorrência de crime ou falta de atribuição da PF para investigar o fato.

Ainda no eixo da segurança pública, a Polícia Federal (PF) traçou diversos objetivos em ações de nível estratégico, tático e operacional, com vistas à efetiva execução de suas metas de enfrentamento a organizações criminosas; ao tráfico de drogas, armas e pessoas; à lavagem de dinheiro; e à corrupção, bem como no reforço da fiscalização das fronteiras. Em 2016, a PF também efetuou inúmeras ações de polícia judiciária da União, com destaque para as investigações que são conduzidas nos inquéritos que muitas vezes são exteriorizados por meio das operações policiais, objetivando o retorno aos cofres públicos das verbas desviadas pela corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto a enfrentar a corrupção na administração federal, aprimorando os mecanismos de prevenção, detecção e punição, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), articulação ímpar do Estado brasileiro para enfrentamento desses crimes. É composta por mais de 60 órgãos vinculados ao Executivo, ao Legislativo, ao Judiciário e ao Ministério Público, e realizou a XIV Reunião Plenária, reafirmando sua relevância e sua trajetória de crescimento e fortalecimento.

No ano em que houve a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e também eleições municipais, o número de operações continuou elevado. A PF atuou em todos os estados da federação, tendo sido deflagradas operações para o enfrentamento de crimes nas áreas de desvios de recursos públicos, cibernéticos, previdenciários, fazendários, ambientais, eleitorais, direitos humanos, tráfico de drogas, financeiros e contra o patrimônio. Nas operações deflagradas envolvendo desvio de recursos públicos, até outubro de 2016, foram realizadas mais de 60 operações (especiais e comuns), nas quais se estima ter evitado prejuízos superiores a R$ 5 bilhões. No combate às organizações criminosas voltadas para delitos contra a Previdência Social, as ações debeladas pela PF apuraram prejuízos superiores a R$ 180 milhões e evitaram prejuízos estimados em mais de R$ 450 milhões.

No objetivo que busca fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor por meio da ampliação da escala e da efetividade das políticas públicas, destaca-se que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2016, priorizou o fortalecimento do combate a condutas anticompetitivas, a manutenção de alto desempenho na análise de atos de concentração e as ações de difusão de conhecimento sobre a defesa da concorrência para a sociedade. Em 2016, apenas 31% das investigações de infrações contra a ordem econômica foram arquivadas pela Superintendência-Geral do Cade, resultado da efetividade no combate a condutas anticompetitivas.

A política de combate a cartéis, com ênfase na persecução em compras públicas, foi fortalecida com o avanço do projeto "Cérebro", que associa ferramentas de mineração de dados com a aplicação de filtros econômicos, aprimorando de forma inovadora os mecanismos de investigação e de inteligência. Além disso, os Acordos de Leniência firmados deram início, inclusive, a inquéritos investigativos no âmbito da Operação Lava Jato, como os que apuram a formação de cartel em licitações da Usina Belo Monte, da Refinaria Abreu e Lima e de estádios da Copa do Mundo de 2014.

Ao longo de 2016, destaca-se a ampliação de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais. Foram celebrados Memorandos de Entendimento unilaterais com as autoridades de defesa da concorrência do México, Rússia e da África do Sul, e multilateral com as agências dos países que compõem os BRICS. Ademais, firmaram-se acordos de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com o Ministério Público do DF e Territórios e com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Com o objetivo de aprimorar a oferta de serviços eletrônicos, foi promovida, a melhoria do módulo de pesquisa processual pública, além da criação de peticionamento eletrônico para notificação de Atos de Concentração (AC), apresentação de propostas de Termo de Compromisso de Cessação (TCC) e outros incidentes processuais. Cita-se, por fim o projeto "Arquivo Eletrônico", que resultou na publicação, via internet, dos autos públicos de processos julgados desde 2010, e o projeto "Cade em Números", que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disponibiliza estatísticas sobre a atuação do Cade em seu site institucional. Esses projetos contribuem para a melhoria da gestão interna e para o controle externo da política pública, na medida em que elevam o acesso à informação e a transparência da gestão.

Com relação à defesa do consumidor, destaca-se a atuação da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) que administra o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), sistema que permite o registro de demandas individuais de consumidores, bem como de gestão dos procedimentos que tratam dessas demandas. O Sindec integra 25 Procons estaduais, além do DF, e cerca de 500 Procons municipais. Como vários desses Procons contam com mais de uma unidade, o Sistema opera, atualmente, em 680 unidades espalhadas por 531 cidades brasileiras. No período de janeiro a outubro, foram registradas 2.094.996 reclamações no Sindec e integrados mais de 50 Procons municipais.

Como plataforma de auto composição focada na resolução de conflitos de consumo, por meio da internet, destaca-se o "Consumidor.gov.br", que possui atualmente mais de 350 empresas cadastradas, 500 mil reclamações finalizadas e 409 mil consumidores cadastrados. Cumpre destacar que, em 2016, a plataforma foi uma das iniciativas vencedoras do 20º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de administração pública (Enap). No ano de 2016, foram registrados 288.896 atendimentos finalizados no Consumidor.gov.br. Para análise da meta de ampliar em 60% o número de atendimentos realizados aos consumidores, alcançando mais de 15 milhões de atendimentos ao final de 2019, foram considerados os atendimentos realizados tanto no Sindec quanto no Consumidor.gov.br, totalizando 2,4 milhões de atendimentos.

Outro objetivo do programa é ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nesse sentido, relativo à promoção dos direitos da justiça de transição e a necessidade de reparação contra aqueles que foram perseguidos politicamente no período de exceção, a Comissão de Anistia é responsável pelo papel de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, em casos comprovados. O ano de 2016 foi de grandes mudanças na Comissão de Anistia, devido, em parte, a substituição de parte dos membros do Conselho e também do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão. O que acarretou redução na possibilidade de realização das sessões de julgamento, em comparação a anos anteriores. Mesmo diante de tais intercorrências, foram julgados 718 requerimentos e publicadas 577 Portarias de Anistia. Ressalta-se, contudo, que houve a manutenção dos eventos educativos e das políticas de reparação moral consubstanciadas nas ações do projeto Clínica do Testemunho.

Com relação ao Memorial da Anistia Política do Brasil, houve uma redução no avanço do projeto devido ao processo de auditoria, conduzido pela CGU, pelo qual passa o projeto. A expectativa é que o projeto seja continuado em 2017, com o atendimento às recomendações que possam ser emanadas pelo órgão de controle. Por fim, em relação às políticas de reparação moral, a Comissão de Anistia atendeu diretamente 1.809 pessoas por meio de seus eventos educativos e mais de 4.000 pessoas por meio do projeto "Clínica do Testemunho".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No âmbito do acesso à informação, registra-se que o Brasil possui uma ampla e complexa rede de arquivos, sendo indispensável fortalecer a política nacional de arquivos, de forma a zelar pela gestão, preservação e difusão das informações contidas nos conjuntos documentais produzidos e acumulados por órgãos e entidades da administração federal e, ainda, de modo a contribuir para a proteção do patrimônio documental. O Arquivo Nacional tem papel preponderante na atuação da preservação, na memória e no acesso dos documentos históricos. Nesse sentido, estão sendo executadas as atividades voltadas à modernização do atendimento ao usuário, por meio da criação da Sala de Consultas *online*; da informatização de processos e da simplificação de rotinas operacionais; e da ampliação do horário de atendimento presencial para 12 horas.

Em 2016, houve um aumento significativo de acessos dos cidadãos ao acervo da memória nacional, totalizando 2,84 milhões de acesso neste primeiro ano do período, conforme levantamento das estatísticas referentes a 2016, tornando necessária a continuidade do investimento em ações de modernização no atendimento e da reformulação de *website*s com vistas à difusão do acervo institucional pela *Internet*.

Em relação à política migratória, destaca-se a tramitação, no Congresso Nacional, da nova Lei de Migrações, aprovada na Comissão Especial na Câmara dos Deputados, que amplia o campo de atuação dos diversos atores sociais a partir da perspectiva de reconhecimento da imigração como fenômeno inerente à dignidade humana e do imigrante como elemento constitutivo da história e da cultura do povo brasileiro, vetor essencial ao desenvolvimento social e econômico do país.

Sobre a situação dos refugiados, até abril de 2016, o país recebeu 34 mil solicitações de refúgio. O país tem buscado superar os desafios na área de integração local da nossa população de refugiados, com projetos de integração local em parceria com a sociedade civil.

Sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas, destaca-se a sanção da Lei 13.344, de 06/10/2016, que dispõe sobre a prevenção e punição ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como sobre medidas de proteção às vítimas.

Na temática de Classificação Indicativa, destaca-se o sistema Coalizão Internacional de Classificação Indicativa (IARC), que permite levar a classificação para o crescente mercado de mídias digitais. Após dois anos de plena operação, é o sistema utilizado por quatro das maiores lojas mundiais de games e aplicativos.

No âmbito do acesso à justiça, destaca-se a retomada e reestruturação de pautas importantes, a exemplo da Estratégia Nacional de Não Judicialização (Enajud) e da Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam). Esta última, que realiza importantes atividades de ensino e pesquisa sobre técnicas de mediação e conciliação, promoveu curso de capacitação para 950 profissionais com atuação na área. Já a Enajud, cujo objetivo é desenvolver, consolidar e difundir procedimentos, mecanismos e métodos alternativos de solução de conflitos, em 2016 definiu seu planejamento estratégico para o próximo biênio.

Em 2016, foi fortalecida a participação brasileira nos foros internacionais, por meio da indicação de representantes nos encontros promovidos pelas organizações, bem como mediante a troca de informações com os foros e seus estados-Membros sobre boas práticas, pesquisa jurídica e estratégias para resolução de impasses internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Advocacia Geral da União (AGU) atua fortemente apoiando os temas Conciliação, Mediação, Negociação e Arbitragem, a fim de reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário nas ações judiciais em que a União e suas Autarquias e Fundações figurem como partes. Foi editada a Portaria 487/2016, que consolidou os diversos normativos relacionados à redução de litígios no âmbito da Procuradoria Geral da União estabelecendo os procedimentos a serem adotados em caso de reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação e de recurso e desistência de recurso conforme entendimentos vinculantes da administração pública e do Poder Judiciário.

Por fim, AGU está desenvolvendo centrais de negociação instituídas pela Portaria PGU 2/2012, aperfeiçoando os mecanismos e procedimento de prevenção e solução de conflitos, reduzindo os estoques de processos judiciais da União, os custos judiciais com correção monetária e juros de mora decorrentes da longa duração dos processos no Sistema Justiça e os custos administrativos dos Sistemas Justiça e AGU.

Em relação ao enfrentamento à corrupção na administração federal, destaca-se a atuação célere e efetiva do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) diante de atos de corrupção, que supervisionou a atividade correcional desempenhada no Poder Executivo Federal, realizando recomendações a partir da análise dos indicadores diagnosticados e acompanhando diretamente o deslinde de 1.101 apurações disciplinares, em 2016. Deve-se frisar ainda que as apurações conduzidas em 2016 resultaram na aplicação de 550 penalidades expulsivas (demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão), maior quantitativo desde o início da série histórica iniciada em 2003.

Ainda em relação às ações da CGU, destaca-se o lançamento do Sistema CGU-PJ, que foi institucionalizado e de utilização obrigatória por todos os poderes e esferas de governo nos termos da Lei 12.846/2013; o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), publicados no Portal da Transparência. A partir de sua atuação como Órgão Central do Sistema de Correição, a CGU conduziu 30 procedimentos administrativos de responsabilização de entes privados que resultaram em três declarações de inidoneidade, todas em razão de ilícitos ligados a Operação Lava-Jato.

Por fim, tem-se no programa o objetivo de promover sistema penal justo e que viabilize a reintegração social. Para tanto, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) é o órgão responsável pelo aprimoramento e fiscalização do sistema penitenciário de todo o país, tanto federal quanto estaduais. É um elemento estratégico para política de justiça, cidadania e segurança pública, contribuindo para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à diminuição do déficit carcerário, à modernização do sistema penal e à reintegração social.

No âmbito da política penitenciária, no ano de 2016, o Depen assinou um Acordo de Cooperação Técnica entre os Ministérios, visando à integração e execução de ações voltadas ao acesso e promoção da cultura para as pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, cumpridores de alternativas penais e seus respectivos familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No âmbito da meta de promover a modernização e qualificação de 120 estabelecimentos prisionais com requisitos mínimos de estrutura, aparelhamento e serviços, visando a humanização do sistema penal, a partir de uma parceria com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), foram disponibilizados ao Sistema Prisional, por meio de doação, equipamentos de inspeção eletrônica utilizados nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Foram ainda adquiridos 292 veículos furgões cela (R$ 52 milhões em investimento), com entrega prevista para o primeiro trimestre de 2017, beneficiando 292 estabelecimentos prisionais.

No campo da reintegração social, as medidas tomadas foram com o intuito de ampliar o número de centrais integradas de alternativas penais através de convênios realizados com as unidades da federação. No fim do exercício de 2016, foram transferidos, via repasse fundo a fundo, R$ 1,12 bilhão para todos os entes da federação, com exceção dos estados da Bahia e Ceará. Os recursos são destinados à construção de uma unidade prisional de regime fechado, totalizando desta forma, 25 novos estabelecimentos prisionais.

As ações executadas pelo Depen visam a um sistema penitenciário mais humanizado, proporcionando transporte mais digno para os presos, a extinção da revista vexatória para visitantes e internos e a modernização tecnológica do sistema.

Assim, busca-se promover a cidadania no sistema penal, aperfeiçoar o controle das facções, apoiar a segurança pública e ofertar a justiça, por meio de arranjos institucionais com sofisticada coordenação intra e intergovernamental.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No âmbito da segurança pública, a superação da violência continuará sendo principal desafio, pois exige um fortalecimento de estratégias em âmbito nacional, a fim de diminuir a criminalidade no país.

Para o ano de 2017, a PRF utilizará a mesma estratégia que tem surtido resultado nos últimos anos, investindo numa fiscalização mais focada e eficiente, atuando na área legislativa para o aperfeiçoamento das leis, ampliando as ações de educação para o trânsito e utilizando novos sistemas e equipes de inteligência para o combate ao tráfico de armas e drogas e outros crimes correlatos.

Pretende-se continuar buscando o incremento de efetivo, o aprimoramento dos equipamentos, sistemas e recursos que auxiliam nas investigações, e a valorização dos servidores, o que irá permitir a ampliação dos resultados que são entregues para a sociedade.

No sistema penitenciário busca-se, para o próximo ano, um aprimoramento e modernização do sistema prisional através de parcerias entre o governo federal e os estados como ocorreu em 2016, com a modalidade de repasse fundo a fundo. Esses recursos serão utilizados para construção de estabelecimentos penais e aparelhamento das unidades. Com essas ações, busca-se a promoção de um sistema mais eficiente, justo e humano, com ampliação de acesso a serviços como saúde, educação e trabalho, além da modernização e qualificação das unidades prisionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No acesso à justiça, continuará o desenvolvimento de medidas que tornem mais fácil o acesso aos direitos e garantias, bem como a proteção de cidadãos com direitos violados, como refugiados e vítimas de tráfico de pessoas de forma mais democrática e célere. No acesso à informação e à reparação, pode-se citar a melhoria aos meios de acesso aos conteúdos históricos e arquivísticos, no direito à reparação a promoção de diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando as sessões de apreciação dos pedidos de anistia aos locais onde ocorreram às violações.

Na política de defesa do consumidor e defesa da concorrência, importante salientar que, com o desenvolvimento econômico e social ocorrido nos últimos anos, não só promoveu a inserção de milhões de brasileiros ao mercado consumidor, como aumentou a complexidade das relações comerciais e competitivas. Destaca-se que, no ano 2016, as infrações contra a ordem econômica e contra os direitos do consumidor aumentaram e as atuações do CADE e da Senacon nessas políticas foram exitosas para a proteção e defesa dos direitos da população. A ênfase é continuar mantendo, em 2017, a política antitruste brasileira e aperfeiçoar as políticas de relações de consumo.

Por fim, por meio da Senasp, estão sendo realizados esforços para desenvolver o Plano Nacional de Segurança Pública. Este se reveste de especial importância em face da atual situação da política pública, que exige a definição de objetivos claramente identificados, estratégicas e ações, além de metas concretamente implementáveis e de real monitoramento, de modo a melhor se adequar aos objetivos e diretrizes estratégicas estabelecidas no PPA 2016-2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2016
POLÍTICAS PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades, o programa temático foi construído com base em dois eixos fundamentais: a) da promoção da igualdade, compreendendo a autonomia econômica e o fortalecimento da participação das mulheres na política e nas instâncias de poder e decisão; e b) da Política Nacional de Enfrentamento a todas as Formas de Violência contra as Mulheres. Um terceiro eixo, não menos importante, responde pela gestão da política, por meio da transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o fortalecimento do diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres.

Para a efetivação da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira, é preciso avançar no fortalecimento da autonomia econômica, social e política das mulheres. Nesse sentido, é necessário promover capacitação profissional das mulheres para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, fomentar sua participação em empreendimentos econômicos solidários, incentivar que organizações públicas e privadas se comprometam com a igualdade de gênero, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o uso do tempo nas dinâmicas entre trabalho e vida cotidiana e a divisão sexual do trabalho, além de desenvolver articulações com o Congresso Nacional para a garantia de direitos.

Já o enfrentamento à violência contra mulheres requer implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social (educação, trabalho, saúde, segurança pública, assistência social, entre outras), tendo em vista que se constitui numa violação dos direitos humanos e num fenômeno de caráter multidimensional. Além disso, é um problema que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridades ou raça/etnia.

Nesse sentido, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem orientado a formulação e a execução de políticas públicas que deem conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões, compreendendo as dimensões da prevenção, da assistência, da responsabilização dos agressores e da garantia de direitos das mulheres em situação de violência.

Para sua efetividade, é necessário o fortalecimento e a consolidação, em âmbito nacional, de uma rede integrada de atendimento às mulheres em situação de violência, envolvendo e articulando as diversas áreas de assistência, proteção e defesa dos direitos da mulher; a construção das Casas da Mulher Brasileira; além de articulações para implementação efetiva da legislação de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e o Decreto 7.958/2013, que estabelece o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual, entre outras. Outro instrumento importante da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que, funciona como "porta de entrada" para outros serviços da Rede de Atendimento, e constitui importante fonte de informações sobre a qualidade dos serviços prestados e avaliação das políticas públicas.

No que se refere à gestão da política, é preciso fortalecer espaços e instrumentos que permitam a realização de ações intra e intergovernamentais, tais como os Organismos estaduais, distrital e municipais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Políticas para as Mulheres, o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e os mecanismos de gênero nos órgãos públicos federais. Por último, destaca-se a necessidade de ampliação e fortalecimento do diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres. Seja por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, das Conferências de Políticas para as Mulheres, ou da realização de fóruns, seminários e encontros, locais e nacionais, a estratégia é estabelecer novos mecanismos participativos e reforçar os já existentes, como forma de democratização das políticas públicas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Entre os indicadores do programa relacionados com a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, destaca-se a evolução do índice federal de cobertura de mecanismos de gênero, que alcançou 60,8% dos órgãos integrantes do comitê do PNPM. Além disso, destaca-se que todos os estados e o Distrito Federal possuem organismos executivos de políticas para as mulheres – OPM, enquanto somente 13,7% dos municípios brasileiros possuem OPM.

Com relação aos indicadores relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher, destaca-se que, em 2016 estavam em funcionamento 1.100 unidades de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, distribuídos em 535 municípios, e que dos 1.133.345 atendimentos do Ligue 180 realizados em 2016, 12,38% eram relacionados à violência contra a mulher.

No âmbito do objetivo de promover a autonomia econômica, social, sexual e garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades, registra-se a manutenção de parcerias importantes no governo federal, assim como a inclusão de novas parcerias. Da parceria com o IBGE, resulta o estabelecimento de metodologia para dar continuidade à Pesquisa Nacional do Uso do Tempo, que será divulgada de forma contínua. Importantes ações foram implementadas em 2016, com o objetivo de incentivar candidaturas femininas nas eleições municipais, como a parceria com a Universidade Federal Fluminense, onde foram realizados seminários sobre a participação política das mulheres; o lançamento da cartilha "Mais Mulheres no Poder – Plataforma", com apoio da ONU Mulheres; e a parceria com o Instituto Patrícia Galvão, na realização do Seminário "Mídia e Mulheres na Política", com objetivo de promover discussão sobre a cobertura da mídia em todo o país em relação às candidatas e às eleitoras e sobre a participação das mulheres em cargos políticos.

Em relação à meta de capacitação de mulheres urbanas, rurais e do campo, da floresta e das águas, para fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho, foram firmados convênios, com estados e municípios, cujos resultados ocorrerão em 2017 e 2018. O programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que previa a participação de 100 organizações, superou a meta, atingindo 122 empresas inscritas.

Também cabe destacar o contrato firmado com a ONU Mulheres para realização de consultoria de Mulheres LBT, cujo tema é: Estratégias para a inclusão de diversidade de Mulheres LBT no serviço público brasileiro:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mapeando lacunas e necessidades para exitosa implementação e fortalecimento de políticas destinadas às Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O objetivo dessa consultoria é descrever o retrato da sociedade civil e da participação social desses segmentos em políticas públicas. O produto foi iniciado em setembro e será entregue no primeiro semestre de 2017.

Para implantação da meta de fomentar a participação de mulheres em empreendimentos econômicos solidários, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, foram descentralizados recursos para projetos de incubação da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal de São Carlos e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, bem como para a Universidade Federal de Santa Maria, que durante a 23ª Feira Latino-americana de Economia Solidária, realizou 12º Acampamento do Levante Popular da Juventude Feminina. Desta forma, a descentralização possibilitou o apoio a 90 empreendimentos econômicos solidários, com 2.200 mulheres beneficiadas.

Em relação ao objetivo de ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais, destaca-se a realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM), em Brasília (DF), de 10 a 13 de maio de 2016, a qual mobilizou 2.214 delegadas provenientes dos 26 estados e do Distrito Federal, representantes governamentais e da sociedade civil, que debateram as propostas formuladas nas Conferências municipais e estaduais realizadas em todo o país, entre junho e dezembro de 2015. Destaque para a consulta governamental, que contou com a presença de conselheiras representantes dos vários ministérios, autarquias e empresas mistas. Nesse encontro, foram discutidas formas de tornar mais eficazes as ações de transversalidade, bem como definidas ações prioritárias relativas aos quatro eixos propostos no âmbito da 4ª CNPM.

Com relação à meta de constituir rede de participação dos Conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), os relatórios das conferências municipais e estaduais apontam a existência de 791 conselhos de direitos das mulheres no país. A rede de participação dos Conselhos estaduais e municipais será construída com base nas deliberações do CNDM.

Com relação à meta de ampliar o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero na educação e direitos do trabalho da mulher no Brasil, destacam-se duas edições da Oficina de Capacitação no Instrumento de Monitoramento e Acompanhamento da PNAISM e do PNPM. A primeira, destinada ao movimento social das cinco regiões do país, ocorreu em fevereiro de 2016 e contou com a participação de 43 ativistas dos direitos das mulheres e profissionais do Ministério da Saúde e da SPM. A segunda oficina, realizada em março, foi direcionada aos organismos de políticas para as mulheres dos municípios com população acima de 50 mil habitantes dos estados das regiões Norte e Centro-Oeste e às Secretarias de Saúde dos estados e de capitais das respectivas regiões, e contou com a participação de 38 pessoas, sendo dezenove dos estados da Região Norte: AM, PA, AC, RO, RR, AP e quinze da Região Centro-Oeste: MT, MS, GO, DF e TO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação à promoção e ampliação da atenção às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, foi realizada a 6ª edição do curso Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios em novembro de 2016, com a participação de profissionais de saúde e da segurança pública dos estados do Amapá, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rondônia. Todas as capitais das 27 unidades da federação foram capacitadas. As cidades de São Bernardo do Campo/SP, Campo Maior/PI, Caxias do Sul/RS e Blumenau/SC já realizaram a coleta de vestígios e, além de participarem do curso, solicitaram habilitação de seus serviços de referência.

No segundo semestre de 2016, destaca-se a criação do programa Mulheres do Brasil, com o objetivo de ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, promovendo encontros regionais como forma de participação social.

O objetivo de ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades apresenta como destaques: o mapeamento das Delegacias Especializadas em Homicídios, que norteará a modelagem de uma política mais adequada e eficaz e o estímulo à ampliação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM); o "Curso de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência" na rede de ensino a distância, dirigido aos profissionais de segurança, com a participação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp); e o curso de formação Norma Técnica – Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registros de Informações e Coletas de Vestígios, para profissionais de saúde e de segurança pública.

Para a garantia da assistência às vítimas, prevista na política, já estão em funcionamento três Casas da Mulher Brasileira nas cidades de Brasília (DF), Campo Grande (MS) e Curitiba (PR). As três casas atenderam 82.725 mulheres em 2016, inovando no atendimento humanizado às mulheres e integrando, em um único espaço, serviços especializados para os mais diversos tipos de violência. Somente na capital de Mato Grosso do Sul, de fevereiro de 2015, data da inauguração, a novembro de 2016, foram registrados 110.426 atendimentos. Estão em fase final de implementação, devendo ser inauguradas em 2017, as unidades de Boa Vista (RR), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e São Luís (MA).

Também merece relevância no atendimento às mulheres vítimas de violência, a manutenção dos serviços prestados pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que realizou 1.133.345 atendimentos em 2016, sendo 140.350 relatos de violência, o que corresponde a 12,38% do total. No âmbito da ampliação da cobertura internacional do Ligue 180 16 para 30 países, registra-se, em 2016, a inserção da jurisdição de Boston, nos Estados Unidos da América e o desenvolvimento normal das atividades da Central nas demais unidades de atendimento internacional.

Os serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência existentes estão distribuídos em 4 diferentes setores de atuação das políticas sociais: Assistência Social, Saúde, Segurança Pública e Sistema de Justiça, classificados em não especializados e especializados. Os primeiros são aqueles universais, ou seja, aptos e disponíveis para o atendimento de qualquer pessoa nos seus respectivos setores como, por exemplo, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro Especializado de Referência em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assistência Social (CREAS) e hospitais. Os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência integram a Rede Especializada de Atendimento, hoje composta por 1.100 unidades, sendo 97 Casas-Abrigo (Assistência Social); 504 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e Núcleos Especializados em Delegacias Comuns (Segurança Pública); 105 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher; 41 Núcleos de Atendimento Especializado em Defensorias Públicas; 94 Promotorias Especializadas ou Núcleos de Atendimento à Mulher nos Ministérios Públicos (Sistema de Justiça); 256 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) e 3 Casas da Mulher Brasileira (Serviços Intersetoriais). Além disso, vale mencionar que apesar de não se caracterizarem como serviços especializados, as 56 unidades móveis prestam orientação a mulheres do campo e da floresta.

O objetivo de promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), é estruturante, pois a característica transversal da temática requer a participação de outras políticas que executam objetivos específicos, mas correlatos às políticas para mulheres. Esse fator amplia a importância da reorganização de todas as políticas públicas, para garantir que as considerações sobre as especificidades das mulheres sejam assimiladas por todas as estruturas governamentais.

Neste aspecto, para fortalecer a transversalidade, foi realizada uma consulta governamental, no período de Organização da 4ª CNPM, que contou com a presença de conselheiras representantes de diversos órgãos governamentais. Neste encontro foram discutidas as formas de tornar mais eficazes as ações de transversalidade, bem como, foram definidas ações prioritárias relativas aos quatro eixos propostos para a Conferência. Estiveram presentes cerca de 450 participantes.

Em 2016, não houve edital específico para os OPM, que seria um indutor da criação, fortalecimento e/ou ampliação dessas instâncias nos municípios. Em levantamento feito com vistas à Conferência, foram identificados 793 OPM, sendo 767 municipais e 26 estaduais.

Para fomentar a produção e circulação de conteúdos culturais e científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero são realizadas parcerias no intuito de promover a construção de uma cultura que expresse valores de equidade, solidariedade e respeito às diferenças. Escolas e universidades são espaços privilegiados para essa tarefa. Um exemplo é o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a ONU Mulheres. O objetivo do Prêmio é estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismo entre jovens do ensino médio, universitárias e universitários, professoras e professores, instituições de ensino e secretarias de educação, a fim de aumentar a participação das meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação. Em dez edições (2005 a 2015), o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero totalizou quase 28 mil inscrições entre redações, artigos científicos e projetos pedagógicos. Em 2016, foram abertas as inscrições para a 11ª edição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação às políticas culturais, cabe destacar a Mostra Carmen Santos – Cinema de Mulheres e Filmes Convidados, realizada em março de 2016, e que contou com a exibição de todos os quinze filmes contemplados no Edital Carmen Santos Cinema de Mulheres, lançado pelo Ministério da Cultura (MinC) em 2013, além de longas-metragens de diretoras convidadas.

Com o objetivo de fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, foram realizados, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, quatorze seminários com cerca de 900 mulheres de movimentos sociais, gestoras públicas e mulheres de partidos políticos para incentivar candidaturas femininas nas eleições municipais de 2016, nas cidades de Rio Branco, Salvador, São Paulo, Manaus, Recife, Teresina, Fortaleza, Campo Grande, Belo Horizonte, Goiânia, São Luiz, Florianópolis, Macapá e Niterói. Ainda por ocasião da realização dos Seminários, foi lançada a cartilha "Mais Mulheres no Poder – Plataforma", que faz parte de campanha promovida pela SPM, em parceria com o Fórum Nacional de Instancias de Mulheres de Partidos Políticos, com as bancadas femininas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e com apoio da ONU Mulheres.

Mesmo com todo o esforço realizado, os índices de prefeitas eleitas em 2016 (11,6%) ficaram abaixo dos resultados de 2012 (12,3%) e, no caso das vereadoras, houve um pequeno acréscimo, passando 32,6%, em 2012, para 33,09%, em 2016. Estes dados indicam que o país ainda está longe da meta de ter a paridade entre homens e mulheres na ocupação dos espaços de poder e decisão, pelo menos nos cargos eletivos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para concretizar a gestão transversal da Política para as Mulheres, é preciso ter atuação intra e intergovernamental. E é nesse contexto que se coloca a importância de fortalecer e consolidar os mecanismos de gênero nos órgãos federais e os organismos de políticas para as mulheres nos demais entes federados. A gestão da transversalidade pressupõe, para seu funcionamento, a reorganização de políticas públicas e da própria administração, para que adotem uma perspectiva que considere os públicos vulneráveis. Logo, para o êxito dessa atividade, é necessário capacitar recursos humanos para lidar com as complexidades da dimensão de gênero.

Outra estratégia que se mostra crucial para a efetivação da política é a criação do Sistema Nacional de Políticas para Mulheres, que representará um passo decisivo em direção à consolidação da institucionalidade dessas estruturas, contribuindo para a participação política das mulheres na gestão de políticas públicas. Nesse sentido, faz-se necessário criar parâmetros mínimos para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, revisar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, à luz das propostas aprovadas na 4ª Conferência, repactuar as metas com os órgãos parceiros e revalidar a forma de monitorar o PNPM, fomentar a criação de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) nos municípios e ampliar a rede de participação dos Conselhos estaduais e municipais de Políticas para as Mulheres.

Os desafios compreendidos para o período de 2016 a 2019 também devem promover as mudanças no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que diz respeito à reversão dos atuais índices de violência contra as mulheres; à promoção da autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; à efetiva igualdade entre mulheres e homens em todos os setores; à ampliação do diálogo com a sociedade civil e à transversalidade das políticas de gênero tanto no âmbito do governo federal quanto nas demais esferas de governo.

Vale ressaltar que o programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência é apenas uma parte do conjunto de ações de promoção da igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres que constam da Agenda Transversal do governo federal – "Políticas para as Mulheres", no âmbito do Plano Plurianual. Nesse sentido, é de suma importância a articulação entre os órgãos, políticas e programas do governo federal para que as metas e iniciativas ali propostas se realizem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2061
PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é uma política de longo prazo que garante renda ao trabalhador e à sua família, em caso de perda da sua capacidade de trabalho, seja em função de doença, gravidez, prisão, morte ou idade avançada. Trata-se de um direito social garantido pela Constituição, no seu art. 6º, inserido em um sistema de proteção social mais amplo–Seguridade Social–com o objetivo de garantir condições de vida digna à população brasileira. Para tanto, oferece vários benefícios que garantem tranquilidade quanto ao presente e em relação ao futuro, assegurando um rendimento certo ao segurado e às famílias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro, desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. Dentre os seus contribuintes, encontram-se empregadores, empregados assalariados, domésticos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

Um dos principais desafios para a política do RGPS no ano de 2016 foi a elaboração e o efetivo encaminhamento, com vistas à aprovação dos órgãos competentes, da Proposta de Emenda Constitucional no 287, de 2016 (PEC 287/2016) relativa à reforma da previdência. Com a sua aprovação e subsequente entrada em vigor, espera-se, principalmente, que seja possível manter a despesa previdenciária estável em relação ao PIB nas próximas décadas.

O grande desafio da Previdência Social brasileira tem sido o de ampliar a proteção social, via inclusão previdenciária e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade futura desse sistema tão importante para a sociedade, especialmente para os trabalhadores mais pobres e para os agricultores familiares. Obviamente que a ampliação da inclusão previdenciária, somada ao envelhecimento da população brasileira e à diminuição da população em idade ativa, trará aumento do gasto com pagamento de benefícios previdenciários, o que torna inevitável a adoção de medidas que incentivem a permanência dos segurados por mais tempo no mercado de trabalho e a postergação da sua aposentadoria. Algumas medidas já foram adotadas no serviço público, com a fixação de idade mínima de aposentadoria, e no regime geral, com a introdução do fator previdenciário.

No âmbito do RGPS, em 2016, houve avanços promovidos na legislação de maneira a fortalecer ainda mais a proteção social brasileira, cabendo destaque à Lei nº 13.301/2016 que estendeu o Benefício de Prestação Continuada a crianças que nasceram com microcefalia decorrente de doenças transmitidas pelo Aedes Aegypti e também previu a licença-maternidade de 180 dias para mães de crianças acometidas por sequelas neurológicas decorrentes da doença acima citada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Houve investimento na consolidação e modernização de novos sistemas operacionais de benefícios, em especial o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que é o ponto de partida para uma mudança fundamental de conceitos com vistas a armazenar e consolidar todas as informações da vida laboral do filiado, permitindo o reconhecimento automático de direitos. Em 2016, foi determinada a interlocução entre o CNIS e o CADÚnico, de modo a qualificar as informações para a concessão, revisão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Houve também investimento no Sistema Integrado de Benefícios (SIBE) que abrange um conjunto de processos para reconhecimento de direitos previdenciários. Os principais avanços nesse sistema foram: a) ajustes para permitir a implantação nacional dos benefícios por incapacidade; b) integração com outros sistemas para estabelecer um processo único de reconhecimento de direitos, desde o agendamento até o próprio reconhecimento, incluindo o cadastro e o monitoramento operacional e de cobrança; e c) revisão do BPC.

A central de teleatendimento, que opera pelo número 135, teve sua capacidade de atendimento ampliada e a agência eletrônica foi fortalecida como um canal de atendimento, permitindo o acesso simplificado às informações e aos serviços previdenciários por meio do sítio da Previdência Social. Outro ponto importante em 2016 foi a disponibilização da Central de Serviços do INSS, um canal de contato pela Internet com o cidadão que vai concentrar, em um só local, os serviços oferecidos pelo INSS tais como consulta de extratos e realização de requerimentos.

Os investimentos em sistemas, a modernização dos canais de atendimento e a ampliação da rede com intuito de reduzir a burocracia, as filas e o tempo de espera de atendimento, contribuíram para tornar mais célere o reconhecimento de direito. Os indicadores do PPA 2016-2019 que refletem a melhoria da qualidade dos serviços apresentaram desempenho regular no ano de 2016. O Tempo Médio de Concessão de benefícios passou de 61 dias em dezembro de 2015 para 55 dias em dezembro de 2016. O Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada passou de 68 dias em dezembro de 2015 para 43 dias em dezembro de 2016.

No que tange à promoção das políticas e ações previdenciárias de saúde e segurança do trabalhador, os grandes desafios estão relacionados: a) à maior transparência das informações referentes aos acidentes e doenças do trabalho; e b) ao aperfeiçoamento dos instrumentos atualmente utilizados pela Previdência Social, para estimular o investimento em ambientes de trabalho mais seguros e salubres. O aperfeiçoamento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), a revisão no anexo V do Decreto nº 3.048/1999, e o aprimoramento da regulamentação relacionada à aposentadoria especial, principalmente à obtenção de informações para aferição do direito a tal benefício, são fundamentais para que os desafios sejam alcançados.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são constituídos mediante lei de cada ente federativo, com a finalidade de assegurar a proteção previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, observados os princípios do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial, na forma do art. 40 da Constituição. Existem atualmente 2.100 RPPS organizados no país, com 6,2 milhões de segurados ativos e 3,5 milhões de beneficiários. O principal instrumento que possibilita à União exercer a supervisão dos RPPS é o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, e exigido de estados, Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Federal e municípios, para que possam ter acesso às operações de que trata o art. 7º da Lei nº 9.717/1998.

Mesmo após as Emendas Constitucionais no 20/1998 e no 41/2003 terem reformulado o marco institucional-normativo dos RPPS, proporcionando avanços na sua gestão ao longo das duas últimas décadas, ainda há desajustes estruturais que precisam ser superados para garantir a sua sustentabilidade. O desequilíbrio dos RPPS afeta de forma direta o equilíbrio geral das contas públicas e a capacidade de os entes federativos atenderem às demandas da sociedade por bens e serviços públicos.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) é operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), com personalidade jurídica de direito privado, também conhecidas como fundos de pensão, que são supervisionadas e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O RPC é de iniciativa privada e de caráter contratual, cabendo ao Estado atuar na sua regulação, supervisão e fiscalização, de forma a preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios; na compatibilização das políticas previdenciárias com o desenvolvimento social e econômico-financeiro; na formulação de políticas de previdência complementar; e na promoção da ampliação da cobertura do Regime.

A população protegida pelo RPC superou 7,1 milhões de pessoas em 2014 (último dado disponível), compreendendo 2.524. 036 participantes ativos, 558.299 aposentados, 171.740 beneficiários de pensão e 3.872.168 designados. As EFPC administravam, em 2016, R$ 796 bilhões em ativos, cujo perfil de longo prazo está em linha com a necessidade de formação de poupança interna do país, sendo fonte de financiamento para investimentos mais longevos, como os projetos de infraestrutura.

Com relação às políticas do RGPS, em 2016, os debates foram intensificados em torno de sua reformulação. Houve vários debates com participação de diversos representantes da sociedade e de outros órgãos do governo com o objetivo de discutir e elaborar proposta de alteração das regras do RGPS, com o objetivo de adequar as regras brasileiras à mudança demográfica em curso e alinhá-las ao padrão internacional. Com isso espera-se que seja possível manter a despesa previdenciária estável em relação ao PIB durante as próximas décadas. Como resultado desses trabalhos, o Poder Executivo federal encaminhou a PEC no 287/2016, que propõe alterações no âmbito do disciplinamento constitucional da Seguridade Social, em especial, no tocante à Previdência Social.

Em relação à sustentabilidade dos regimes previdenciários, foram realizadas mais de 23 mil revisões de benefícios por incapacidade de longa duração, com economia estimada em mais de R$ 220 milhões. Uma ação tem destaque no rol de procedimentos efetuados em 2016: a comprovação de vida dos beneficiários, que determina a atualização cadastral e prova de vida aos recebedores de benefícios por meio de cartão magnético, conta poupança e conta corrente. Essa ação também ocorre nos casos de cadastramento/revalidação de procuração, desbloqueio de benefícios, alteração de domicílio bancário ou meio de pagamento e propiciou uma economia de R$ 1,1 bilhão aos cofres públicos.

No ano de 2016, as ações governamentais acerca do BPC concentraram-se na edição de normativos que possibilitariam maior confiabilidade do cadastro dos requerentes do benefício (Decreto nº 8.805/16 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portaria Interministerial MDSA/MP/MF nº 2/2016), por meio da integração entre as bases de dados do INSS e o CADÚnico, tornando a concessão do BPC ainda mais segura e eficiente em termos de legalidade e melhoria do gasto financeiro.

Em relação ao objetivo de fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário, foram promovidas ações voltadas ao fomento do RPC, no segmento fechado, entre as quais se destaca o estudo acerca da efetividade dos programas de educação financeira e previdenciária no tocante à filiação e fidelização de participantes nos planos de benefícios das EFPC. Neste estudo realizou-se uma análise da política de educação financeira e previdenciária praticada no âmbito dos fundos de pensão europeus e, em paralelo, uma avaliação do cenário nacional, com comparativo entre as experiências, que resultou em um breve levantamento de possíveis ações a serem adotadas no Brasil. Esse estudo passa a representar um importante instrumental para a formulação de ações voltadas à educação financeira e previdenciária com foco na previdência complementar.

Especificamente em relação à meta "Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) em relação à População Ocupada com rendimento acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)", com expectativa de elevar esta participação em cerca de 42% ao final do ciclo deste PPA, a sua avaliação ficou prejudicada em decorrência da falta de informação sobre a população das EFPC, pois a captação, cuja responsabilidade é da Previc, foi suspensa até que seja finalizada a solução tecnológica de captação de dados.

Houve ainda a discussão e elaboração de ato normativo sobre a instituição e o funcionamento de planos de benefícios setoriais, que resultaram na aprovação da Instrução Previc no 29, de 06/06/2016, que dispôs sobre a possibilidade de que os instituidores e afiliados setoriais possam efetuar contribuições ao plano para seus associados e empregados.

No que tange ao objetivo de garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, importantes resultados foram alcançados, com destaque:

- Publicação de dados de acidentalidade por estabelecimento da empresa, normatizando a divulgação desses dados no sitio eletrônico da Previdência Social. Essa publicação garante à sociedade e, em especial ao trabalhador, o direito de saber o risco de se acidentar no ambiente em que trabalha, propiciando um debate sobre a proteção à saúde e segurança, direito assegurado na Constituição.
- Disponibilização da nova versão do leiaute do eSocial e do seu respectivo manual, que contempla as informações relacionadas aos acidentes de trabalho e à exposição a fatores de risco prejudiciais à saúde e integridade física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- O Projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC), Portaria nº 678/2011 concluiu o desenvolvimento e-DOC (Sistema de Gestão da Informação e Documentação) na Previdência Social, que cumpre com todas as políticas, regras e requisitos de gestão da informação e documentação, e foi implantado primeiramente na Dataprev. Em relação ao Código de Classificação de Documentos da Previdência Social, por orientação do Arquivo Nacional (AN), foi dado continuidade na validação, nos moldes apresentados, pois entende-se que o macroprocesso Previdência Social é único e independe da localização estrutural das unidades organizacionais que o executam. A Tabela de Temporalidade será finalizada no primeiro trimestre de 2017.
- O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC – PS) iniciou-se na Previdência Social em maio de 2012, como parte do projeto de Gestão da Informação Corporativa (GIC). Desde então, foram mais de 31 mil solicitações de informação demandadas para os órgãos da Previdência Social, incluindo o extinto Ministério da Previdência Social, PREVIC, INSS e Dataprev. Em 2016, foram 7.214 solicitações, correspondendo à média mensal de 601,2. O Tempo Médio de Resposta de Solicitação do SIC (TMRS – SIC) é de 7,88 dias e apresenta um baixo número de interposições de recursos, o que comprova a efetividade dos atendimentos no SIC. Ademais, destaca-se que informações sobre auxílios-doença acidentários e previdenciários segundo os Capítulos da CID-10 também estão disponíveis na aba sobre Saúde e Segurança do Trabalhador. Destaca-se, ainda, a publicação da Portaria nº 573/2016, que dispõe sobre a publicação de dados de acidentalidade por estabelecimento da empresa, normatizando a divulgação destes dados na internet.
- Conclusão do trabalho para validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro aplicado à aposentadoria da Pessoa com Deficiência (Lei Complementar nº 142, de 2013), garantindo maior segurança na concessão dos benefícios regidos por esta Lei.

Com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade do regime previdenciário, busca-se a melhoria dos resultados financeiro e atuarial e dos ativos totais dos RPPS durante a execução do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. No entanto, não foi o que se observou pelos resultados efetivamente alcançados durante o ano de 2016, reforçando a indicação anterior de que os RPPS possuem desajustes estruturais que afetam sua sustentabilidade, destacando-se:

- No que se refere ao resultado financeiro, apenas o RPPS da União apresentou melhoras em relação ao Índice de Referência (déficit de -0,69% do PIB, para Índice de Referência de -0,75%), havendo piora nos estados (-1,44%, para Índice de -0,92%) e nos municípios (superávit de 0,18%, para Índice de Referência de 0,2%). No consolidado dos entes, o resultado piorou de -1,60% em 2015, para -1,96% em 2016.
- No resultado atuarial apenas o RPPS da União apresentou melhoras em relação ao Índice de Referência (déficit de -19,99% do PIB, para Índice de Referência de -20,21%), o mesmo não ocorreu nos estados (-74,33%, para Índice de -9,77%) e municípios (-12,37%, para Referência de -9,87%). No consolidado dos entes, o resultado atuarial deficitário passou de -84,87% do PIB em 2015 para -106,69% em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação às metas que dizem respeito especificamente à inciativa de aprimorar a orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS, observou-se que:

- A meta de "reduzir o tempo médio de auditoria direta dos RPPS de seis para três anos" teve um bom desempenho alcançando o resultado de 3,44 anos. Apesar do resultado favorável, essa meta tem como fator crítico para os próximos anos a redução continuada do contingente de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na Secretaria de Previdência.
- A meta de "realizar anualmente a supervisão atuarial, contábil, de investimentos, do caráter contributivo e de informações previdenciárias em cada RPPS, por meio de auditoria indireta" alcançou o percentual de 46,44%. Havendo necessidade de dar continuidade ao processo de fortalecimento da integração entre as áreas de supervisão dos RPPS, que depende muito da melhoria do CADPREV, sistema responsável pela captação das informações enviadas pelos entes federativos, e de desenvolvimento de aplicações para análise e tratamento dessas informações.

No âmbito da Previdência Complementar, atuou-se na proposição de ajustes legais e normativos e no debate acerca de temas importantes para o fomento e a sustentabilidade da Previdência Complementar, no segmento fechado, tais como: a) o ingresso de forma automática de novos empregados nos planos de benefícios, oferecidos pelos empregadores patrocinadores de planos; b) o projeto de lei para criação de uma EFPC para administrar plano de benefício de entes públicos de menor porte; c) a discussão do tema e o estudo para elaboração de uma lei que aborda o chamado "Patrimônio de Afetação"; e d) a aprovação pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) de normativo sobre a situação de submassa de participantes e assistidos nos planos de benefícios e os procedimentos que devem ser adotados pelas EFPC.

No que cabe à meta de reabilitação profissional, ela abrange tanto a dimensão social como a econômica. Do ponto de vista social, tem como objetivo contribuir na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da Previdência Social, promovendo o resgate da cidadania, a (re)qualificação profissional e a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. No que tange à esfera econômica, a reabilitação profissional contribui para a sustentabilidade dos regimes previdenciários, à medida que o segurado reabilitado efetivamente reintegrado ao mercado de trabalho pode voltar à condição de contribuinte da Previdência Social. Em 2016, 55,8% dos segurados elegíveis foram efetivamente reabilitados, o que torna o indivíduo apto a retornar suas atividades profissionais por meio da sua adaptação à função compatível com suas limitações.

Em relação à meta "realizar ações de promoção para adesão dos entes federados ao Regime de Previdência Complementar", registra-se o acompanhamento do processo de estudos ou de discussão dos projetos de lei nas assembleias legislativas para a criação de EFPC nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Paraná, e também para o município de São Paulo. Houve a prestação de suporte técnico a esses entes federativos sob demandas específicas.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

De forma geral, pode ser considerado que o PPA 2016-2019, em seu ano inicial, trouxe diversos desafios, apesar de os índices e as metas propostas não terem sido atingidos em sua grande maioria, boa parte deles ainda por reflexos oriundos de uma situação de indefinição nas suas estruturas administrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Inicialmente, a Medida Provisória nº 696/2016, convertida na Lei nº 13.266/2016, extinguiu o Ministério da Previdência Social e criou o Ministério do Trabalho e Previdência Social, cuja estrutura regimental não chegou a ser aprovada. Posteriormente, a Medida Provisória nº 726/2016, convertida na Lei nº 13.341/2016, transferiu para o Ministério da Fazenda as competências relativas à Previdência e, para o MDSA, o INSS e suas competências.

Ainda neste contexto, o encaminhamento da PEC nº 287/2016 ao Congresso Nacional apresenta-se como outro fator de grande impacto para a sustentabilidade dos regimes de previdência. Espera-se com a sua aprovação e subsequente entrada em vigor, que seja possível manter a despesa previdenciária estável com relação ao PIB nas próximas décadas.

A partir da aprovação da reforma outras medidas importantes se sucederão, podendo ser citadas: a discussão e encaminhamento do projeto de lei de responsabilidade previdenciária; a implantação plena da unidade gestora única do RPPS, nos entes que ainda não o fizeram; a instituição do regime de previdência complementar pelos estados, Distrito Federal e municípios; a reversão do processo de judicialização do CRP; e as medidas adicionais de adequação da legislação e da gestão do RPPS em cada ente federativo.

No que tange à promoção das políticas e ações previdenciárias de saúde e segurança do trabalhador, o sucesso da iniciativa depende da contínua disponibilização de informações à sociedade, permitindo maior transparência e garantindo o controle. Ademais, é fundamental que o debate acerca da metodologia de cálculo do FAP, da revisão do anexo V do Decreto nº 3.048/1999 (alíquotas RAT), possa produzir os resultados almejados, garantindo o aperfeiçoamento de tais políticas públicas. Por fim, é fundamental a implementação dos eventos de saúde e segurança do trabalhador no eSocial, garantindo o recebimento de informações mais consistentes e permitindo a garantia de direitos previdenciários que dependam desta declaração, em especial no que tange à aposentadoria especial.

As ações desenvolvidas nas áreas de controle interno, gestão e integração de cadastros têm notória importância na atual fase da política previdenciária, sobretudo por aprimorar o processo de reconhecimento inicial do direito aos benefícios previdenciários e assistenciais, bem como a sua manutenção dentro dos ditames legais.

Isto posto, destaca-se que a definição das competências da Secretaria da Previdência no decreto que regulará a nova estrutura regimental do Ministério da Fazenda, compatível com a relevância, abrangência e complexidade de suas atividades, é fundamental para que não seja prejudicado o alcance dos objetivos e metas do programa Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2034
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DO RACISMO

O programa Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo está relacionado a duas Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019: Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas; e Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

Seus objetivos buscam promover ações afirmativas; reverter representações culturais negativas da pessoa negra; enfrentar o racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes violentas de jovens e mulheres negras; acompanhar o conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola; fortalecer e expandir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir); consolidar a atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial; promover ações de efetivação de direitos dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de povos ciganos; e a regularização fundiária de territórios quilombolas.

Importa observar que o processo de institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial e de superação do racismo tem ocorrido para além do âmbito nacional. O quadriênio de vigência do PPA 2016-2019 coincide com dois momentos fundamentais das políticas de promoção da igualdade racial no plano internacional: a Década Internacional dos Afrodescendentes, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se estenderá de 2015 a 2024 e conta com programa de Atividade adotado pela Assembleia Geral da ONU; e a Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos, com duração de 2014 a 2023, no âmbito da Comunidade dos estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). A instituição da Década dos Afrodescendentes nesses dois órgãos oferece uma oportunidade singular para a implementação e o fortalecimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nesta temática e são contempladas nesse programa por meio de um objetivo específico de atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Atualmente, existem 2.890 comunidades com certidões de registro no cadastro geral de remanescentes de comunidades de quilombos emitidas pela Fundação Cultural Palmares. No entanto, conforme o Incra, apenas 239 comunidades quilombolas têm suas terras tituladas numa área total de 1,04 milhão de hectares. Ainda, conforme o Incra, em setembro de 2016, existiam 1.536 processos administrativos para regularização fundiária de territórios quilombolas abertos, contra 1.386 em 2014.

Com relação ao número de famílias quilombolas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) dos programas sociais do governo federal, os dados revelam que houve um aumento, passando de 131.787 famílias, em 2014, para 160.255 famílias, em novembro de 2016. O mesmo aconteceu com as famílias pertencentes a comunidades de terreiro, que eram 4.316 e passaram para 5.609 famílias inscritas e, com as famílias ciganas, cujas inscrições passaram de 3.367 para 4.929, em igual período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e regulamentado pelo Decreto 8.136, de 5 de novembro de 2013, e pela Portaria 8 Seppir/PR, de 11 de fevereiro de 2014, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) tem como propósito garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e o combate à discriminação. Para tanto, o Sinapir é responsável por organizar e articular políticas públicas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial no âmbito da União, estados e municípios, bem como concretizar parcerias com os demais poderes e a iniciativa privada que efetivem medidas deste tipo.

A Seppir atua com três linhas de ação institucional para fortalecer e expandir o Sinapir: a construção e execução de políticas públicas de Ações Afirmativas e Enfrentamento ao Racismo e para Povos e Comunidades Tradicionais; a transversalidade das políticas públicas no âmbito do governo federal através da desconcentração; e com a aplicação vertical das políticas públicas de igualdade racial, através da ação coordenada entre o governo federal, os estados e Distrito Federal e os municípios.

Para a transversalidade das políticas públicas, em 2016, foi iniciada a reavaliação da ação e abrangência do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), criado em 2009, já que no Sinapir a execução dos Planos estadual e municipal é uma exigência para as Gestões Intermediária e Plena.

Para que seja possível elevar a base de adesão ao Sinapir e a sua representatividade, o foco maior, nesta fase de consolidação, está na ampliação do número de conselhos voltados para a promoção da igualdade racial, fortalecendo a gestão democrática e o controle social necessários ao aperfeiçoamento do Sistema, bem como, na ampliação do número de órgãos de promoção da igualdade racial nos entes federados, fortalecendo a institucionalização dessa política. Isto se dará através do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), instância de pactuação das políticas públicas desta temática, composta pelo governo federal, todos os estados membros do Sinapir e um representante de municípios de cada Estado. Neste contexto, e em conformidade com a meta de ampliar o número de entes federados com adesão ao SINAPIR, em 2016, obteve-se um incremento de 11 participantes, sendo quatro estados (Goiás, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco), totalizando a adesão de 43 entes federados.

O processo de promover ações afirmativas e incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial, no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, com ênfase para a juventude e mulheres negras, como política intersetorial está diretamente relacionado à atuação transversal da Seppir junto aos demais órgãos de Governo. No acompanhamento da implementação da Lei 12.990, de junho de 2014, que garante reserva de 20% das vagas dos concursos públicos da administração federal para pessoas pretas e pardas, a Seppir monitora a publicação dos editais de concursos públicos federais e acompanha as bancas de verificação dos certames em execução. Foi instituído, em conjunto com o Ministério do Planejamento, em dezembro de 2016, o Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir os procedimentos a serem adotados para a verificação da veracidade da autodeclaração de cotistas negros participantes de concursos públicos. Ademais, estão vigentes os protocolos de intenções com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pequenas Empresas (Sebrae) para a execução de ações conjuntas de fomento ao empreendedorismo negro, de pessoas e organizações da comunidade negra, junto a potenciais empresários, microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas, com vistas à formalização e desenvolvimento de pequenos negócios e consequente geração de emprego e renda, no contexto das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional e, fortalecimento de políticas de promoção da igualdade racial. Com a Casa da Moeda, a articulação é para ações afirmativas com recorte e de gênero no desenvolvimento profissional de seu quadro, em programas de estágios; elaborar e mensurar indicadores de igualdade racial e de gênero dos profissionais; e quando cabível, ações de promoção da igualdade racial entre seus fornecedores de serviços e produtos.

Com relação à meta de aprimorar o monitoramento da implementação da Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei 12.711/2012), o Ministério da Educação realiza diversas ações para reduzir a desigualdade ainda existente no acesso à educação superior, entre as diferentes regiões brasileiras, entre os grupos populacionais e entre os diferentes estratos socioeconômicos. Para isso, são necessárias não só ações que ampliem o acesso de grupos historicamente excluídos à educação superior, mas também ações que promovam a sua permanência, como o programa Universidade para Todos (ProUni) e o programa Bolsa Permanência, além do programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que visa apoiar a permanência na universidade e ingresso em programas de pós-graduação. Considerando os processos seletivos para acesso a cursos de graduação realizados por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), na edição do primeiro semestre de 2016, as Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) já haviam alcançado os 50% estipulados na Lei. Em 2016, 19.532 vagas foram ocupadas por pretos, pardos e indígenas. A experiência da implantação de cotas apresenta resultados positivos em diversos aspectos, uma vez que a evasão entre os estudantes que ingressam por meio de cotas é significativamente inferior à dos demais e o desempenho acadêmico dos beneficiados mostra-se igual ou superior à média.

Apesar dos inegáveis avanços nos últimos anos nas políticas públicas e nas ações afirmativas de promoção da igualdade racial, a questão de reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência constitui um desafio fundamental para a Seppir e tem como foco enfrentar o quadro de violência física e simbólica de que é vítima a Juventude Negra, por meio de incentivos à divulgação de suas expressões socioculturais para promover o resgate da identidade étnico-racial. Apesar de constituírem a maioria da população brasileira, as pessoas negras continuam representadas de maneira estereotipada, distorcida e criminalizada, ao mesmo tempo em que sua participação ativa na cultura e história brasileira é ignorada nos meios de comunicação. Desta forma, foi instituído pela Portaria 155 de março de 2016, o "Prêmio Antonieta de Barros – Jovens Comunicadores Negros e Negras – edição 2016", que visa estimular o protagonismo juvenil, promover a imagem positiva de jovens negros e negras, divulgar ações de comunicação já realizadas ou em realização que estimulem a igualdade racial, além de mobilizar, articular e fortalecer o movimento jovem negro envolvido com a promoção da igualdade racial e o enfrentamento ao racismo. Foram premiadas 50 ações de comunicação, cujos autores receberam R$ 20 mil; totalizando R$ 1 milhão disponibilizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para o alcance da meta de contribuir para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei 10.639/2003), em todos os estabelecimentos da educação básica, em 2016, nas ações de formação continuada de profissionais da educação, foram finalizados os cursos de especialização em educação para as relações étnico-raciais, iniciados em 2015 e desenvolvidos por instituições federais de ensino superior, no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renafor). Concluíram os cursos cerca de 1,5 mil profissionais da educação da rede pública de ensino.

Em atenção ao objetivo de promover políticas de enfrentamento ao racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes evitáveis e mortes violentas entre mulheres e jovens negros, foi fundamental a implementação de canais de acolhimento e ações de referenciamento das denúncias. Nesse sentido, merecem destaque a implementação do Disque Igualdade Racial e da Rede de Atendimento às Vítimas de Racismo e Discriminação Racial.

A operacionalização da Rede ocorreu por meio dos Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial, que buscam atender a integralidade do processo gerado a partir da denúncia de racismo, buscando integrar todo o sistema de justiça, passando pelo Ministério Público e pelas Defensorias Públicas, para encaminhamento do processo na esfera criminal, bem como a referência para atendimento psicossocial nas estruturas dos Centros. Em todos os casos, e principalmente naqueles que envolvem crianças e adolescentes, deve-se buscar a inserção da comunidade tanto da vítima quanto do agressor, tratando coletivamente as causas do racismo e suas consequências não somente para a população negra, mas para a convivência entre iguais nos diversos ambientes da sociedade brasileira.

Sobre o objetivo de consolidar a atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial, destaca-se que a Seppir firmou parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), com o objetivo de: a) dotar a Seppir de instrumentos e de mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, e fornecer base metodológica e de informação necessária para formular políticas públicas que avancem na prevenção à violência contra as mulheres negras, devido ao grande índice de morte materna, sendo que o racismo ainda é o grande entrave para efetivação do direito à saúde, posto que produz iniquidades que, no limite reduzem a expectativa de vida da população negra; e b) desenvolver ações de Enfrentamento ao Racismo Institucional, com consultoria especializada no âmbito do Plano Juventude Viva desenvolvidas nos estados e ministérios prioritários. A referida consultoria também visa à realização de ações formativas para líderes jovens negros e negras, para a formação de uma rede de juventude negra e enfrentamento ao racismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação à implementação do programa de Atividades da Década Internacional dos Afrodescendentes – Nações Unidas (2015 a 2024) e do Plano de Ação da Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos – CELAC (2014 a 2023), em nível nacional, a Seppir pretende ampliar quantitativa e qualitativamente as ações de articulação e difusão da Década e respectivo Plano de Ação, atuando individualmente ou com parcerias não só na divulgação como também na realização de ações.

Em 2016, o objetivo de articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola se deu por meio do aprimoramento da gestão e do monitoramento, além da participação na elaboração e na execução das políticas. Para tanto, foi estabelecida parceria com o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), cujos objetivos vão desde a produção de estudos e revisão de dados cartográficos que englobam comunidades quilombolas, compatibilização dos territórios de comunidades quilombolas na malha censitária do IBGE, a consultoria para acompanhamento e monitoramento de projetos de incubação e pré-incubação de empreendimentos econômicos associativos de comunidades quilombolas, elaboração de documento de referência para construção da Agenda Socioambiental Quilombola e monitoramento, avaliação e capacitação para a gestão e regularização ambiental dos territórios quilombolas inscritos no Cadastro Ambiental Rural/Ministério do Meio Ambiente (CAR/MMA).

Com relação ao Selo Quilombos do Brasil, cabe mencionar que sua expedição é associada e articulada ao Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF). A junção dos dois Selos garante maior valorização, fomento e profissionalização de suas práticas produtivas quilombolas de modo a contribuir para a promoção dos empreendimentos identificados. A ação promove, dessa forma, a valorização étnico-cultural e abre novas possibilidades de comercialização. O ano de 2016 se encerrou com 36 permissões de uso do Selo Quilombos do Brasil vigentes.

No que se refere à regularização fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Identificação, Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas, em 2016, foram publicados 16 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), totalizando 62.993 hectares identificados em benefício de 1.107 famílias quilombolas; titulados definitivamente 401 hectares no estado de Alagoas; e concedidos 748 hectares na forma de concessão real de uso em benefício de 5 territórios quilombolas nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Maranhão. Além disso, foram publicadas 22 Portarias de Reconhecimento, totalizando 37.778 hectares reconhecidos e atendendo a aproximadamente 1.575 famílias quilombolas. Quanto à avaliação de imóveis incidentes em Territórios Quilombolas para fins de desapropriação e desintrusão, foram avaliados 19 mil hectares. Destaca-se ainda a edição de 5 decretos de declaração de interesse social para fins de desapropriação, no Pará, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe, atendendo 861 famílias e com a área de 23 mil hectares. Também cabe destacar a contratação de nove relatórios antropológicos no estado do Amapá e 10 no estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, foram realizadas Oficinas de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola em 6 territórios quilombolas, nos estados do Maranhão, Pará, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás. Os relatórios das oficinas originaram um documento que servirá de base para as diretrizes de elaboração do Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola, que serão levadas à sociedade para consulta pública.

Com o intuito de articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, em 2016, no âmbito do enfrentamento à violência racial sofrida por esse povo, foi lançada a Campanha de Enfrentamento à Violência e para Superação do Racismo Religioso, com material de vídeo e informações veiculadas nas redes sociais, rede de televisão aberta e página oficial do Portal Brasil. Para reforçar as ações referentes a essa temática, foi aprovada pelo Comitê Gestor do Fundo de Direitos Difusos a criação do programa para Superação do Racismo e Enfrentamento à Violência contra os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro. O esforço de articulação das políticas se concentrou na elaboração do II Plano Nacional de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro – II PNP/MAF (2016-2019). Para auxiliar na elaboração do Plano, por meio do Acordo de Cooperação Técnica Internacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Negras Tradicionais, firmado com o Pnud, foram contratadas três consultoras que elaborarão subsídios para a construção dos eixos do Plano, a partir das demandas da sociedade e da avaliação do I Plano.

Por fim, o objetivo de articular a efetivação dos direitos e acesso a políticas públicas para povos ciganos foi feita, principalmente, pelos esforços de elaboração do I Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos (2016-2019). Em 2016, foram instituídas as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos – PNP/Ciganos. Além disso, reforçando a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas, foi realizada a Escuta das Mulheres Ciganas como etapa preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Enquanto a consulta com as mulheres acontecia, ocorreu a Oficina de Políticas de Saúde do Homem para Povos Ciganos, ação em parceria com Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Nesse mesmo ano, foi publicado o Relatório de Visita Técnica ao Território Calon no Distrito Federal, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A perspectiva para 2017 é a priorização do Sinapir, o acompanhamento das leis de cotas (no serviço público e no ensino superior), e a Agenda Social Quilombola; além de todas as ações que o apoiam: como as adesões, o cadastro nacional de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial, os manuais de orientação pra a criação de órgãos e conselhos, acompanhamento do Planapir, bem como os projetos de custeio apoiados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelo programa junto ao Pnud e Unfpa, e a realização da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – IV Conapir que ocorre a cada quatro anos.

Além dos desafios inerentes aos processos de planejamento setoriais e dos limites dos instrumentos atuais, há que se considerar que a gestão da política de promoção da igualdade racial como tema transversal é especialmente complexa e desafiadora. O propósito não se restringe a ampliar a dotação e aprimorar as ações dos órgãos incumbidos de coordenar a política, mas o mais importante é garantir que todas as demais políticas incorporem o objetivo de superar as desigualdades raciais e que procurem incluir, em suas ações setoriais, este desígnio.

Por fim, cabe assinalar que é fundamental para o sucesso das ações governamentais de promoção da igualdade racial e superação do racismo considerar suas interseções com a temática de gênero. Nos processos sociais de discriminação, as clivagens de raça e gênero se entrecruzam recorrentemente e formam dimensões estruturantes da realidade brasileira. O enfrentamento dessas discriminações precisa contemplar estratégias que abordem de maneira conjunta essas clivagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2044
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

No contexto de reconhecimento de direitos da juventude e de elaboração de políticas que contribuem para sua promoção e garantia, foi aprovado em 2013 o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, estabelece aspectos institucionais da política nacional de juventude, como os Conselhos de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), e reconhece e visa garantir a essa população uma série de direitos, que vão desde o acesso à segurança e à justiça a outros direitos sociais, como saúde, educação, cultura e trabalho, passando por direitos difusos, como o direito à diversidade, à igualdade e à participação social, reconhecendo as especificidades da juventude.

Em reconhecimento de que as políticas públicas devem incidir sobre a juventude, o PPA 2016-2019 apresenta o programa temático Promoção dos Direitos da Juventude, no escopo da Diretriz Estratégica de Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

Esse programa temático busca articular e promover direitos e políticas públicas que permitam aos jovens escolher trajetórias de emancipação ao longo dessa fase de vida, garantindo a integração desta nova geração de brasileiros ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país. Seus objetivos, metas e iniciativas envolvem distintas abordagens (como territorialidade, federalismo, regionalidade) e consideram a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais – o que demonstra o caráter intersetorial e transversal da política de juventude.

Um dos objetivos, de caráter central ao programa, trata da coordenação e consolidação da Política Nacional de Juventude, sendo que suas principais metas apontam para a elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e para o fortalecimento do Sinajuve. Esses instrumentos pretendem promover maior interação tanto com outras políticas, fomentando a transversalidade da temática, quanto com entes subnacionais, garantindo atenção às prerrogativas do pacto federativo e fomentando a descentralização das políticas de promoção dos direitos da juventude.

Um grande desafio tratado no programa refere-se à questão das desigualdades de raça/cor no segmento juvenil que se expressam na vitimização pela violência e criminalidade. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS), divulgados no Mapa da Violência 2014, revelam que em 2012 os jovens negros foram as maiores vítimas da violência: quando analisadas exclusivamente as mortes por homicídio, a taxa encontrada para os jovens brancos do sexo masculino é de 29,9 por 100 mil habitantes, ao passo que para os jovens negros essa taxa é de 82,3 para cada 100 mil. Assim, há um objetivo de promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.

Os outros objetivos e suas metas apontam para políticas públicas mais específicas, que refletem diversos eixos de direitos presentes no Estatuto da Juventude. Na temática de trabalho e qualificação profissional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

merecem destaque as ações para articular o Pronatec com a Aprendizagem Profissional. Ainda na questão do trabalho, são relevantes as ações para fomentar empreendimentos econômicos solidários. Na questão da sustentabilidade e do meio ambiente, é de fundamental importância a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Existe ainda um objetivo específico voltado para fomentar o direito à participação social e representação juvenil. Com isso, pretende-se a ampliação da interlocução com os movimentos, entidades e redes juvenis, por meio do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Além disso, existe a previsão de instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva deste público.

A execução do programa facilitará a efetivação dessas políticas com organizações parceiras e entes políticos, ampliando e qualificando os programas e ações e, sobretudo, colaborando no fortalecimento da participação das juventudes na construção e implementação das políticas públicas para o seu benefício e desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação aos indicadores do programa, observa-se que, em 2016, foram admitidos como aprendizes 387.704 jovens e que houve uma elevação da taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados, passando de 18,3%, em 2013, para 40,5%. No entanto, a taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho caiu de 63,4%, em 2104, para 11%, em 2016, devido à descontinuidade do programa.

Diversos indicadores deste programa são calculados com base na PNAD, portanto, os resultados apurados são de setembro de 2015. Além disso, as variações ocorridas para mais ou para menos foram muito pequenas em relação aos índices de referência.

Dentro da visão geral do programa temático, podem-se destacar as ações realizadas em 2016, com a finalidade de alcance do objetivo de institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina, com um bom andamento da meta de implementar reserva de vagas (2 gratuitas e 2 com 50% de desconto) no transporte coletivo interestadual para jovens de baixa renda; e da meta de meia-entrada em eventos culturais, educativos, esportivos e de lazer e entretenimento para estudantes e jovens de baixa renda, com a assinatura de contrato com a Caixa para operacionalização da Identidade Jovem (ID Jovem), que foi lançada ao fim do exercício de 2016. Como resultado parcial, já foram contemplados mais de 20 mil jovens em todo Brasil.

No final de 2015, foi realizada a 3ª Conferência, com o tema "As várias formas de mudar o Brasil", na qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a proposta de "Garantir a implantação do Sistema Nacional de Juventude composto por órgãos gestores, conselhos e fundos de políticas públicas de juventude, nas três esferas administrativas" foi escolhida como uma das prioridades. O Sinajuve é um sistema descentralizado e participativo que organiza o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude em todo território nacional. Para que entre em vigor, sua composição, organização, competência e funcionamento, bem como o financiamento das ações e atividades realizadas, devem estar definidos em regulamento.

Outro objetivo a se destacar é o de coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens, em especial a continuidade da meta de consolidar o programa Estação Juventude como espaço de promoção de direitos e de participação social e política dos jovens nos territórios. Sem limitar-se a uma temática específica, a Estação Juventude esforça-se para alcançar a juventude a partir de suas necessidades, conjugando ações e participação social. Existem 32 convênios com vários entes da federação, em plena execução no final de 2016.

Ainda neste objetivo, está prevista a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do Projeto Amanhã, ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em 1993. A estratégia metodológica adotada para o Projeto Amanhã visa ao desenvolvimento gradativo do jovem rural, capacitando-o para ser protagonista do processo de seu desenvolvimento e integrando-o à atividade produtiva. Em 2016, foram capacitados 602 alunos nas regiões Sudeste e Nordeste. Desde seu início, no ano de 1993, o projeto já capacitou mais de 28 mil jovens residentes nos municípios dos vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

Para atendimento ao objetivo de fomentar o direito à participação social e política e à representação juvenil, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) realizou, ao longo de 2016, um processo de reflexão sobre os 10 anos de políticas públicas de juventude no Brasil, no qual foram apresentados os avanços conquistados e os limites ainda a serem enfrentados para a efetivação dos direitos da juventude.

Em relação à meta de "Elaborar e instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva da juventude", cabe destacar o aplicativo 3ConfJuv, para submissão de propostas que seriam votadas durante a 3ª Conferência Nacional de Juventude e o Participatório – Observatório Participativo da Juventude, espaço instituído em ambiente virtual interativo a fim de produzir conhecimento sobre/para/pela juventude brasileira e à participação e mobilização social. No 3ConfJuv, o jovem com idade a partir de 15 anos deveria fazer o cadastro e começar a propor, seguir, comentar ou apoiar outras propostas; no Participatório, redes, coletivos, movimentos sociais, gestores, pesquisadores e parlamentares, além dos jovens, podem contribuir com as discussões propostas e integrar-se a elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para atendimento do objetivo de promover e integrar ações que contribuam para a efetivação do direito da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente, foram realizadas ações que buscam contribuir com a autonomia, a emancipação e a inclusão produtiva de mil jovens em unidades de conservação de uso sustentável e entorno, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Em 2016, atingiu-se a inclusão produtiva de 278 jovens em sete unidades de conservação de uso sustentável com ações de educação ambiental, atingindo 27,8% do total previsto para o período do PPA.

Quanto à meta de instituir e coordenar a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), instituído em novembro de 2015, foram publicados 11 editais, com apoio do Fundo de Populações das Nações Unidas (Unfpa), para elaboração de estudos técnicos a respeito da relação entre as agendas ambientais implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o público jovem, como subsídios para implementação de iniciativas e ações que contribuam com os objetivos do Plano.

Para promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária, destaca-se a estruturação do programa Hacker Aprendiz e a execução dos programas Jovem Aprendiz do Desporto – JADE e Aprendizagem na Medida – DEGASE. Ambos foram desenvolvidos no estado do Rio de Janeiro, na modalidade Pronatec Aprendiz, somando 785 jovens contratados no ano de 2016. O Instituto da Aprendizagem Profissional, importante segmento de qualificação para o público jovem, vem sendo fortalecido com a revisão de suas normas legais no âmbito do Fórum Nacional de Aprendizagem. Destaca-se, também, o desenvolvimento de um novo sistema para abrigar o Cadastro Nacional da Aprendizagem, que trará ferramentas mais eficientes e maior possibilidade de controle da qualidade dos programas desenvolvidos. No entanto, é importante ressaltar a dificuldade em se cumprir algumas das metas estabelecidas, em especial a de promover a qualificação de 500.000 jovens em situação de baixa renda por meio do Projovem Trabalhador, posto que tal modalidade não está mais em execução.

Em relação às Redes de Cooperação Solidária, como não foi possível abrir uma nova chamada pública, foram executados convênios já vigentes, cujo principal público-alvo é composto por jovens. Por meio do convênio com a Associação Nacional da Juventude Rural (Terra Livre), foram apoiados cinco empreendimentos econômicos solidários (EES) e 112 jovens no total, em 2016. Com a Secretaria municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, que tem como um de seus eixos de atuação o apoio a 1.150 jovens através de ações em Centros de Juventude e Centro de Cultura da Juventude, com incubação de projetos voltados ao fomento de EES de produção cultural, foram apoiados dois EES e beneficiados 368 jovens. Além disso, a descentralização de recursos para a Universidade Federal do Pará permitiu beneficiar 400 jovens extrativistas da região metropolitana de Belém e Marajó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No objetivo de promover ações que contribuam para a atenção integral à saúde e à qualidade de vida dos jovens, destaca-se o programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-SAÚDE), que teve seu edital lançado em outubro de 2015, com propostas para estudo, prática e pesquisa de ações de qualificação da educação em saúde, dos serviços de saúde. Em maio de 2016, foram iniciadas as atividades dos projetos em todo Brasil e, até dezembro de 2016, havia 1.111 estudantes bolsistas e 1.555 voluntários cadastrados no sistema, totalizando 2.666 estudantes. Visando à garantia de formação técnica e de processos de qualificação para jovens atuarem como profissionais de saúde, em maio de 2016, foi assinado acordo de cooperação técnica entre os Ministérios da Educação e da Saúde para oferta de cursos no âmbito da bolsa-formação do Pronatec. Para tanto, foi criada a modalidade Pronatec Saúde e disponibilizadas 5.000 vagas para serem ofertadas em duas modalidades, com aulas iniciadas em outubro de 2016.

No projeto de promoção de Experiências na Realidade do SUS (VER-SUS), uma parceria entre Ministério da Saúde, Organização Panamericana de Saúde e Rede Unida, foram selecionados 24 projetos de Vivências no SUS nas cinco regiões do país e 15 projetos de apoio à realização de seminários para municípios das regiões Nordeste, Centro Oeste, Sul, e Sudeste, no intuito de os jovens refletirem sobre experiências concretas de implementação do SUS e, assim, atuarem para a mudança da formação, atenção, gestão e participação relacionadas ao SUS (Sistema Único de Saúde). A edição de inverno do projeto teve início em agosto e ocorreu até dezembro de 2016.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A perspectiva para o ano 2017 será a de consolidar o programa temático, dando continuidade às articulações de políticas públicas que promovam os direitos dos jovens. Para isso, continuarão sendo desenvolvidas parcerias com órgãos da administração federal como Codevasf, CNPq, Ministérios do Turismo, da Cultura e do Desenvolvimento Social e Agrário, de forma que cada vez mais jovens tenham acesso a benefícios. Ainda estão sendo planejadas ações de comunicação para difusão das informações aos beneficiários e de correções e melhorias nas execuções de programas e ações para a juventude.

Também será desenvolvido um amplo processo participativo de consolidação da versão final do Plano Nacional de Juventude, para promover a propositura de um novo Projeto de Lei que estabeleça a garantia de que os governos – federal, estadual e municipal – cumpram os direitos e as políticas de juventude.

Quanto à Consolidação do Programa Estação Juventude, foram encerrados 20 convênios em 2016. Continuarão em execução 32 convênios, com perspectivas de firmamento de novos instrumentos para ampliação do programa em outras localidades do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

PROGRAMA 2071
PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A promoção ao trabalho decente tem sido a principal estratégia adotada internacionalmente, apoiada e patrocinada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, como forma de aprimorar as relações e as condições laborais.

O conceito de trabalho decente é ponto de convergência entre quatro objetivos estratégicos: i) direitos fundamentais no trabalho (liberdade sindical e negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado, abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); ii) promoção do emprego produtivo e de qualidade; iii) extensão da proteção social e; iv) fortalecimento do diálogo social. Assim, o programa "Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária" busca promover o acesso ao trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna, lastreado na igualdade de oportunidades, na proteção social e na promoção do diálogo social.

Visando a promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, o programa 2071 foi estruturado em quatro grandes objetivos: (1) fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios; (2) fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado; (3) promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador; e (4) promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas, por meio do fortalecimento institucional e do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante o ano de 2016, os indicadores do programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária tiveram um desempenho satisfatório, cabendo destaque para a Taxa de Formalização que teve uma variação percentual positiva de 7,1% em relação ao índice de referência, passando de 61,2%, em setembro de 2013, para 65,56%, em setembro de 2016. A Taxa de Formalização de Mulheres no mercado de trabalho também apresentou um aumento expressivo, passando de 57,3%, em setembro de 2013, para 67,51%, em setembro de 2016, o que evidencia um acréscimo de mais de 17,8%.

O desenvolvimento pleno do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – contido no objetivo do PPA de fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios – faz parte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agenda do trabalho decente, envolvendo não só políticas passivas[8] como também políticas ativas. Neste sentido, é de fundamental importância a melhoria constante das ações no âmbito do programa do Seguro-Desemprego – PSD, que objetiva mitigar os impactos negativos advindos da ocorrência de demissão sem justa causa. O PSD se fundamenta nas ações de intermediação de emprego, qualificação profissional e habilitação ao benefício do seguro-desemprego, complementadas pela geração de informações sobre o mercado de trabalho, a identificação da população pela Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, envolvendo ainda o acompanhamento das comissões estaduais e municipais de emprego, instâncias que atuam no planejamento, acompanhamento e controle social de suas ações.

Uma das ferramentas empregadas na integração das políticas de trabalho, emprego e renda é o Portal Mais Emprego. A inovação desse sistema consiste em possibilitar a integração do atendimento ao trabalhador em toda a rede de atendimento, sejam Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, agências regionais do Ministério do Trabalho – MTb, agências integrantes do Sistema Nacional de Emprego – Sine ou agências da Caixa Econômica Federal autorizadas. Além de integrar as ações que constituem os pilares básicos do PSD (solicitação do benefício associada à intermediação de mão de obra e qualificação profissional), o sistema realiza o encaminhamento de requerentes do seguro-desemprego a vagas disponíveis no Sine, caso sejam compatíveis com o perfil profissional do trabalhador.

Com amplitude nacional, o Portal Mais Emprego reúne em um único banco de dados todas as informações dos trabalhadores e vagas disponibilizados nas agências de emprego do Sine. Além de garantir que os trabalhadores requerentes de seguro-desemprego passem pelo processo de intermediação de mão de obra, sendo convocados a participar de processos de seleção para empregos e encaminhados a vagas ofertadas pelos empregadores ao Sine, o Portal Mais Emprego permite que os trabalhadores desempregados ou que desejam mudar de emprego possam realizar processos de "autointermediação", uma vez que o portal está acessível pela internet, sendo possível a busca por vagas disponíveis.

Em 2016, o Portal Mais Emprego foi fortalecido para dar maior acessibilidade, usabilidade e conhecimento da ferramenta entre os trabalhadores e empregadores. Para 2017 está prevista a realização de batimentos com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, da inclusão da gestão operacional do programa Seguro Emprego, além da ampla divulgação dos serviços de autointemediação.

Quanto à rede SINE, a parceria realizada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID tem possibilitado avançar na elaboração de manuais e no estabelecimento de diretrizes para a padronização da rede de atendimento. Há que se ressaltarem também os avanços na tramitação do Projeto de Lei 5.278 do Sine no âmbito do Congresso Nacional. O referido PL visa regular, em todo o território nacional, a execução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, dotando o sistema de uma nova estrutura para a gestão e operacionalização das suas ações e serviços.

Em relação à recolocação no mercado de trabalho dos requerentes do seguro-desemprego, em 2016, dos 7,5 milhões de requerentes, 50,1 mil foram recolocados no mercado do trabalho por meio da intermediação de mão de obra. Em 2017, o MTb buscará mecanismos que potencializem as ações de intermediação dos segurados por meio do fortalecimento do Sistema Público de Emprego.

8 Políticas de concessão de benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De modo complementar às ações de atendimento ao trabalhador, o governo busca fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado, por meio das linhas de crédito do programa de Geração de Emprego e Renda – Proger e do programa de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

Em 2016, o Proger destacou-se por priorizar suas aplicações em micro e pequenas empresas, do setor urbano, de turismo e de fomento às pequenas empresas exportadoras. Entre janeiro a dezembro, foram aplicados mais de R$ 5 bilhões em todas as linhas de crédito do Proger.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat autorizou a criação da linha de crédito Proger Urbano Capital de Giro, destinada a empresas que faturam até R$ 3,6 milhões por ano, com taxas e prazos diferenciados, de forma a proporcionar fôlego à economia, às micro e pequenas empresas e para a manutenção do emprego. Em contrapartida, o tomador do empréstimo se compromete a manter a quantidade atual de postos de trabalho por ao menos 12 meses e, nas empresas com mais de dez funcionários, contratar ao menos um aprendiz.

O microcrédito produtivo orientado reafirma-se como uma alternativa de geração de emprego e renda, ao facilitar o acesso de milhões de microempreendedores a créditos de valores mais baixos, os quais permitem o fortalecimento de pequenas unidades produtivas, garantindo o trabalho aos brasileiros com perfil empreendedor.

Com relação ao PNMPO, as instituições financeiras oficiais federais integrantes do programa ofertaram, em 2016, um volume de crédito de R$ 11,18 bilhões. Nesse período foram atendidos mais de 3,6 milhões de clientes, considerando apenas os dados fornecidos pelos bancos públicos oficiais (Banco da Amazônia – BASA, Banco do Brasil – BB, Banco do Nordeste – BNB e Caixa Econômica Federal – CEF).

Do valor concedido no âmbito do programa, mais de 80% foram destinados a capital de giro. Com relação à distribuição de clientes por gênero, revela-se forte presença de mulheres como principal perfil atendido, representando mais de 60% das operações. Os dados mostram, ainda, que os empreendedores que atuam por conta própria representam mais de 90% dos clientes atendidos.

Outro desafio fundamental na garantia do direito ao trabalho decente refere-se às formas de contratação e às condições em que o trabalho é exercido, de maneira a alcançar a dignidade e o respeito ao cidadão, desafio explicitado no objetivo de promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador. Isto demanda a implementação de planos setoriais que visam formular, executar e monitorar políticas públicas com vistas à proteção social de grupos específicos de trabalhadores, bem como a implementação de projetos e ferramentas que promovam a organização e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compartilhamento de informações sobre o cenário das relações de trabalho no Brasil, com vistas a apoiar políticas públicas subsidiadas em informações organizadas, consistentes e acessíveis à sociedade.

Até novembro de 2016, foram realizadas 38,8 mil ações fiscais em saúde e segurança no trabalho em que houve verificação de, pelo menos, 5 ementas de saúde e segurança. Destas ações, 18,6 mil foram realizadas nos segmentos econômicos prioritários, representando 47,87% do total de ações fiscais em saúde e segurança no trabalho.

Quanto às ações planejadas de inspeção do trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, em especial nas áreas geográficas isoladas do país, prevê-se alcançar, até 2019, um total de 99 fiscalizações. No ano de 2016, foram realizadas 25 fiscalizações planejadas representando 25,25% do previsto para o período de 2016 a 2019.

O planejamento destas ações alcança o trabalho realizado no estado do Rio de Janeiro junto com a Polícia Federal para investigação da rede de tráfico de chineses; o trabalho realizado na costa cearense, também com a Polícia Federal, de caráter eminentemente marítimo para verificação das condições de embarcações de pesca; e, com grande destaque, as ações realizadas no interior do Pará (São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Uruará), impulsionadas a partir de colheita incidental de informações, no curso de outras ações fiscais, que forneceram um mapeamento certeiro de determinadas regiões e propriedades, permitindo a realização de alguns rastreamentos prévios e a execução efetiva de ações fiscais planejadas.

Quanto às ações de inspeção do trabalho para erradicação das piores formas de trabalho infantil, prevê-se alcançar, até 2019, um total de 14,5 mil. Até novembro de 2016, foram realizadas 3,6 mil ações fiscais para erradicação das piores formas de trabalho infantil, representando 24,57% da meta prevista para o período de 2016 a 2019.

No período do PPA 2016-2019 está previsto um total de 38,5 mil ações de inspeção do trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados. Em 2016, foram realizadas 6,8 mil ações fiscais para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados.

Espera-se alcançar, até 2019, um número de 184,7 mil ações fiscais para inserção de aprendizes adolescentes no mercado de trabalho. Entre janeiro e novembro de 2016, foram realizadas 28,1 mil ações fiscais para inserção de aprendizes adolescentes.

O MTb também adotou, recentemente, medidas objetivando a redução do tempo médio de tramitação processual relativo aos autos de infração e notificações de débito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, como a seleção de mais analistas remotos, reorganização da estrutura administrativa e o início da implementação do contencioso digital. Em 2016, o tempo médio permaneceu em 18 meses.

No campo de atuação das ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho, a FundaçãoJorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro – desenvolveu e divulgou, no ano de 2016, 55 estudos e pesquisas através de artigos, livros e capítulos de livro, trabalhos publicados em anais de eventos, relatórios de pesquisas, teses e dissertações, que são disponibilizados para sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2016, no que cabe à democratização das relações do trabalho, ao diálogo social e à negociação tripartite entre trabalhadores, o sistema Homologne tornou-se obrigatório para homologação da rescisão do contrato de trabalho nas Superintendências Regionais do Trabalho, culminando na redução significativa do tempo de espera nas capitais brasileiras, alcançando uma média de 20 dias no período.

Quanto ao tempo médio de análise dos processos de registro sindical, a partir de medidas de revisão da ordem de serviço do sistema de distribuição de processos, alteração do modelo de check list para análise dos processos, a aceitação de documentos em cópias simples e a realocação e restituição de técnicos para as Divisões de Análises, alcançou-se uma média de 900 dias, representando uma redução de 92% no tempo de análise em relação ao ano de 2014, base para definição da meta do PPA 2016-2019.

Outro importante campo de atuação do programa de Promoção do Trabalho se refere ao estímulo à promoção da economia solidária e suas diversas formas organizativas. A economia solidária, de forma geral, é o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores seguindo os princípios de cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica. São milhares de organizações coletivas que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. A economia solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores às transformações ocorridas no mundo do trabalho, de forma que, no atual contexto de crescimento dos níveis de desemprego, se constitui em uma importante política de inclusão produtiva, na geração de renda através do trabalho coletivo.

Nesse sentido, no ano de 2016, foram apoiados num total de 2,3 mil empreendimentos de Economia Solidária – EES com ações de incubação de empreendimentos e fortalecimento das redes de cooperação solidárias, o que beneficiou 39,1 mil pessoas.

Destes EES, 102 foram apoiados com vistas à verticalização da produção, à comercialização e ao consumo e 125 receberam apoio à organização e inclusão nas iniciativas de finanças solidária da população de rua, além de projetos de apoio às cooperativas de crédito. Através dos convênios e congêneres na área de fortalecimento institucional possibilitou-se o apoio a 711 EES, beneficiando 6,5 mil pessoas, com destaque para a realização da 23ª Feira Latino Americana de Economia Solidária. As ações de incubação possibilitaram o apoio a 111 EES e 3,1 mil pessoas; e 6 EES foram beneficiados por meio de convênios e congêneres de ações integradas.

No que se refere à formação de pessoas em economia solidária contemplando as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, foram beneficiadas 13,6 mil pessoas em todo o país, com destaque para as ações de formação desenvolvidas pela Rede de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – Rede CFES, que beneficiou 1,1 mil pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Além dos resultados apresentados, vale mencionar a iniciativa conduzida na área de trabalho que representa importante conquista em 2016: o programa Seguro Emprego. Com objetivo de auxiliar os trabalhadores na preservação do emprego e reduzir os custos trabalhistas das empresas, o governo editou a Medida Provisória 761, de 22 de dezembro de 2016, para estender, por mais um ano, o prazo de adesão ao programa de Proteção ao Emprego – PPE, agora denominado de programa Seguro-Emprego – PSE.

O programa permite a redução em até 30% da jornada e do salário do trabalhador ao mesmo tempo em que o governo compensa 50% do valor da redução salarial, limitada a 65% do valor máximo da parcela do seguro-desemprego. Importante ressaltar que o PSE tem foco prioritário nas micro e pequenas empresas. O PSE beneficia os trabalhadores, os empregadores e o governo. Para as empresas, permite ajustar seu fluxo de produção à demanda e, ao preservar os empregos, reduz custos com demissão e admissão. Para os trabalhadores, preserva os empregos e a maior parte de seus rendimentos. Para o governo, reduz as despesas com o seguro-desemprego, a suspensão temporária de trabalho, o chamado *layoff*, e intermediação de mão de obra, ao mesmo tempo em que preserva a maior parte da arrecadação sobre a folha.

Com pouco mais de 17 meses de criação, contando-se desde a edição da Medida Provisória 680, de 6 de julho de 2015, o programa já tem 154 termos de adesão publicados, 116 empresas participantes com adesão concedida, beneficiando 63,3 mil trabalhadores, representando uma despesa total estimada em R$ 169 milhões, para um período de adesão inicial médio de 5,6 meses. Até o final de 2016, considerando-se as movimentações nas folhas de pagamento mensais, as novas adesões e as prorrogações de períodos de adesão, estima-se o montante de R$ 225 milhões como despesa anual do programa.

Em 2017, os desafios do programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária serão ainda maiores. As ações de intermediação de mão-de-obra terão um papel ainda mais importante dentro do Sine, havendo necessidade de um fortalecimento do Portal Mais Emprego no sentido do trabalhador necessitar cada vez menos se descolocar para um posto de atendimento, seja para acessar o seguro-desemprego ou para encontrar vagas que se adequem ao seu perfil.

A atuação do programa também será crucial para os próximos anos do PPA 2016-2019 no que cabe à democratização das relações do trabalho, por meio de ações que promovam o diálogo social, a negociação tripartite entre trabalhadores, empregadores e governo, bem como o fortalecimento das ações de economia solidária de forma a consolidar um cenário trabalhista favorável à justiça social e de retomada do crescimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2063
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O programa tem como eixo principal a criação de um modelo conceitual único a ser adotado nos instrumentos de classificação, valoração e certificação do Estado, o qual serve de base para a promoção da eficiência e da harmonia na avaliação da deficiência, necessária em diversas políticas públicas. Busca, também, a melhoria do acesso a bens e serviços públicos, o fomento à participação social, por meio do fortalecimento dos conselhos de direitos, e a promoção do exercício equitativo dos mesmos.

O programa está em consonância com as diretrizes da Dimensão Estratégica do PPA, em especial a que trata de "Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência".

As pessoas com deficiência representam uma parcela significativa dos brasileiros, alcançando quase um quarto da população (45,6 milhões de pessoas ou 23,9% da população brasileira), segundo o censo 2010 do IBGE. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Além disso, a deficiência possui múltiplas dimensões, abrangendo pessoas de diferentes gerações, etnias, gêneros, situações sociais, regiões e religiões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Com base nos dados do Ministério da Educação, em 2015 (último dado disponível), 35,7% das escolas públicas são acessíveis, 30,7% das escolas públicas com matriculados de alunos com deficiência na educação básica possuem salas de recursos multifuncionais e 80,7% das matrículas de pessoas com deficiência na educação básica (pública e privada) são em classes comuns do ensino regular.

O percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência praticamente não se alterou, passando de 0,64%, em 2015, para 0,68%, em 2016.

Como a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2016 não foi divulgada em tempo hábil, a apuração de dois indicadores ficou prejudicada e os resultados apresentados se referem a 2015: taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas (31,08%) e taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal (10,42%). Com relação ao percentual de aprendizes com deficiência em empresas privadas, foram utilizados dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que apontaram 1% de aprendizes com deficiência, em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao objetivo de promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança, foi instalado, por meio do Decreto 8.954, de 10 de janeiro de 2017, o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Com a participação de dez ministérios, INSS, IBGE e representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), o Comitê é responsável por efetivar o Cadastro-Inclusão, ao reunir, em uma base de dados, informações sobre as pessoas com deficiência, para auxiliar no desenho e aperfeiçoamento de ações do poder público. Por sua vez, o Modelo de Avaliação Unificada da Deficiência deve contemplar uma única metodologia capaz de avaliar as pessoas com deficiência para conceder benefícios, serviços e isenções federais, dando celeridade e dignidade ao processo, de acordo com os princípios da Convenção da ONU.

Em relação ao modelo conceitual único a ser adotado nos instrumentos de classificação, valoração e certificação da deficiência, no decorrer de 2016, foi estabelecida a equipe de pesquisa responsável pelo projeto de pesquisa-ação, que visa analisar a apropriação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr) nos instrumentos de avaliação da deficiência e propor os aperfeiçoamentos. A regulamentação dos demais dispositivos da LBI também foi trabalhada de forma prioritária para esse importante momento de concretização de direitos das pessoas com deficiência.

Com relação à meta de ampliar o intercâmbio de boas práticas, o compartilhamento de informações e as atividades de treinamento e capacitação no âmbito da cooperação internacional para os direitos das pessoas com deficiência, cabe mencionar a implementação do projeto "Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais dos países da CPLP para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência". O projeto é desenvolvido no âmbito do "Programa de Cooperação da CPLP em direitos humanos para as pessoas com deficiência da CPLP", adotado pelo Brasil em conjunto com os demais membros da Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP). Seu objetivo principal é fomentar e qualificar o diálogo sobre direitos humanos, particularmente no que concerne aos direitos das pessoas com deficiência, fortalecendo agentes governamentais e não governamentais, compartilhando melhores práticas, realizando intercâmbio e troca de experiências no âmbito dos direitos humanos, numa relação isonômica e de aprendizado mútuo entre os países da CPLP.

Cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia estão sendo estruturados em parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Instituto Federal Sul de Minas – Campus Muzambinho; Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí; Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste; Instituto Federal do Ceará – Campus Limoeiro do Norte; e Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão. Em 2016, houve a estruturação do campus de Urutaí/GO. Destaca-se que dois Centros Tecnológicos Cães-Guia já estão implantados e em funcionamento: o campus de Camboriú, no Instituto Federal Catarinense, e o campus de Alegre, no Instituto Federal do Espírito Santo.

Por meio da Política de Equipagem de Centrais de Interpretação de Libras, a União oferece a estados e municípios um kit composto por mobiliário (três mesas de trabalho; três cadeiras e dois armários), equipamentos (computadores com webcam, telefones e impressora) e um veículo de quatro portas. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contrapartida, os entes federados se comprometem a manter uma Central de Intérpretes de Libras (CIL) que proporcione atendimento especializado às pessoas surdas e surdo-cegas – permitindo que elas acessem bens e serviços públicos que lhes seriam inalcançáveis sem a interpretação. Com os equipamentos, é possível garantir condições de trabalho, especialmente traslado, a Intérpretes de Libras contratados pelos parceiros federativos para intermediar a comunicação de usuários não-ouvintes com os atendentes de serviços públicos, garantindo acesso a estes serviços. No ano de 2016, foram distribuídos somente carros para as Centrais de Libras, contemplando os municípios de Cuiabá/MT, Garanhuns/PE, Canoas/RS, Sorocaba/SP, Teresina/PI, Marabá/PA, Jundiaí/SP, São José/SC, Vitória da Conquista/BA, Maceió/AL, Pombal/PB, Belo Horizonte/MG, Imperatriz/MA, Rio de Janeiro/RJ, Catanduva/SP e Rio Branco/AC.

A fim de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, o Ministério da Educação (MEC) promove o programa INCLUIR – Acessibilidade na Educação Superior. O programa apoia ações de eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações nos diversos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Em 2016, houve o desenvolvimento das ações do programa por parte das instituições já contempladas em exercício anterior. Outra iniciativa relevante é o Curso de Pedagogia na perspectiva bilíngue, com o objetivo de formar pedagogos para atuar na educação de surdos em contextos bilíngues (Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa). O curso foi iniciado em 2012 pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e tem oferta anual. Em 2016, registrou 161 formandos (surdos e ouvintes).

Por outro lado, o objetivo de promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade ganhou visibilidade, ao longo de 2016, com a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Uma série de ações foi realizada, como a verificação dos aeroportos utilizados nos Jogos; simulados para embarque e desembarque de grande quantidade de pessoas com deficiência; pesquisa de vivência do passageiro com deficiência e as dificuldades dos prestadores de serviços; divulgação de direitos e deveres no transporte aéreo; diretrizes de acessibilidade na comunicação dos Jogos para alcançar pessoas com deficiência sensorial e lançamento do guia "Dicas para atender bem turistas com deficiência".

Garantir o pleno acesso de todas as pessoas à comunicação também foi pauta do governo federal ao articular, por meio da Anatel, a elaboração do Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, aprovado em maio de 2016. A norma congrega os regulamentos da Agência e prevê a ampliação de funcionalidades nos equipamentos utilizados e melhorias no atendimento das prestadoras.

Outra grande conquista foi a atuação do Brasil como protagonista no desenvolvimento e negociação do Tratado de Marraqueche. O Tratado, que facilita o acesso às obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para acesso ao texto impresso, foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2015 e entrou em vigor em 30 de setembro de 2016.

Já a acessibilidade a edifícios da administração federal foi alvo de estudo encomendado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) para definir requisitos que facilitem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e orientem a realização de diagnóstico e, em seguida, adaptações necessárias a cada uma das edificações. A expectativa é que, a partir de 2017, todos os órgãos federais passem a basear-se no manual de adaptações de acessibilidade, disponível no sítio eletrônico www.pessoacomdeficiencia.gov.br.

O Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, convênio entre o Ministério da Cultura (MinC) e a ONG Mais Diferenças, objetiva subsidiar a construção de políticas públicas que garantam o acesso das pessoas com deficiência à cultura. O projeto também contribui com o fortalecimento das políticas de acesso ao livro, à leitura e às bibliotecas no Brasil. Foram escolhidas 10 bibliotecas públicas, com base em critérios como localização (duas para cada região brasileira); capacidade de articulação em rede; experiências prévias em acessibilidade para pessoas com deficiência, entre outros, para serem beneficiadas com o projeto.

Além do acervo literário, foram entregues 60 audiovisuais acessíveis com títulos do cinema nacional, de diferentes gêneros e um kit com jogos e brinquedos acessíveis para cada uma das 10 bibliotecas. Em termos de tecnologia assistiva para utilização dos usuários com deficiência e profissionais das bibliotecas, foram entregues botões acionadores de pressão; impressoras Braille; linhas Braille; lupas eletrônicas; máquinas de escrever Braille; scanners com sintetizador de voz; teclados colmeia; softwares leitores de tela; notebooks e tabletes para as 10 bibliotecas.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, fomentando sua autonomia, independência e segurança, é importante implantar políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social (educação, trabalho, saúde, segurança pública, assistência social, entre outras), que considerem as pessoas com deficiência em sua diversidade e especificidades (gênero, classe social, orientação sexual, raça/etnia, geração, entre outras).

O Brasil avançou muito nos últimos anos para ampliar os direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que entrou em vigor em 2016, por exemplo, tem como finalidade assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2064
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos está relacionado à diretriz estratégica que busca o "Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência".

A promoção dos direitos humanos deve compreender a realização de um conjunto de políticas norteadas pelos princípios da universalidade e da interdependência, considerando as diversidades que compõem cada sujeito de direito e cada coletivo no qual se inserem estes sujeitos na sociedade, considerando as particularidades dos indivíduos e grupos sociais historicamente moldadas por um percurso peculiar conforme seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Tendo em vista que o Registro de Nascimento é o ato de reconhecimento jurídico da personalidade dos indivíduos, ou seja, de seu nome e nacionalidade perante a Lei, é dever do Estado assegurar a cada pessoa esse registro, outorgando-lhe a capacidade de se relacionar com o Estado enquanto cidadão, sendo este o primeiro passo para o usufruto pleno dos direitos da cidadania.

No que tange à liberdade religiosa como direito fundamental, o Brasil ainda busca fortalecer mecanismos de promoção e proteção. Infelizmente, o país ainda passa por uma série de episódios de intolerância religiosa, notadamente contra as religiões de matriz africana. Além disso, a questão da liberdade religiosa está diretamente ligada à laicidade do Estado, que não deve se orientar por nenhuma religião ou credo em específico para, dessa forma, garantir a pluralidade de manifestações religiosas na sociedade.

No contexto de sensibilização da sociedade, a educação em direitos humanos, compreendida como um processo sistemático e multidimensional, orienta a formação do sujeito de direitos e por isso está no escopo de todas as frentes de atuação da promoção dos direitos humanos. Cabe aos atores que atuam neste âmbito priorizar a formação de agentes públicos e privados para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros.

No que se refere à promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, deve-se considerar que a questão do envelhecimento assume contornos cada vez mais complexos. Diante das novas tendências demográficas e da ampliação da longevidade em diversos países, à tradicional visão da pessoa idosa como aquela sujeita à incapacitação progressiva nos âmbitos físico, econômico e social, contrapõe-se uma mudança de percepção, em direção à maior possibilidade de integração e reinserção dinâmica da população idosa na sociedade.

Para o fortalecimento da democracia, deve-se garantir que todas as pessoas que fazem parte da população do país tenham garantido o acesso aos direitos humanos na sua plenitude. Nesse sentido, merece destaque a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), e suas particularidades de orientação sexual e de identidade de gênero. É papel do Estado implementar políticas públicas que garantam à população LGBT o pleno exercício de seus direitos humanos, especialmente através do reconhecimento de suas particularidades nos serviços públicos e do combate à LGBTfobia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ainda no contexto de populações vulneráveis na sociedade brasileira, merecem destaque também as especificidades das pessoas em situação de rua, cujo contingente no Brasil é estimado em 50 mil pessoas. Ainda que se verifique certa predominância de determinados perfis para este contingente, é preciso considerar que violações de direitos relacionadas a essa condição podem acometer outras pessoas e que suas causas são relacionadas a cenários complexos no âmbito social, econômico, político e cultural.

É ainda fundamental pensar a relação da defesa dos direitos humanos com a segurança pública, considerando incessantemente os valores da cidadania para a construção de um ambiente de paz. Neste âmbito, as ações se concentram na construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, a partir da elaboração e implementação de diretrizes para a valorização do trabalho dos profissionais de segurança pública. É prioritário, também, o enfrentamento do trabalho escravo, buscando sua prevenção, superação e inserção social dos trabalhadores vitimados, tendo em vista que pobreza e vulnerabilidade são o denominador comum das práticas de escravidão no trabalho.

No que tange à erradicação da tortura, as ações de prevenção e combate devem ser articuladas entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como com os diversos atores da sociedade civil. Em interface com as metas e iniciativas relacionadas ao combate à tortura, o governo brasileiro intensificou seus esforços em busca da Memória e Verdade dos fatos ocorridos no período da ditadura civil-militar. A partir da Lei 10.875/2004, os critérios para reconhecimento das vítimas da ditadura civil-militar foram ampliados e passaram a ser reconhecidas dezenas de pessoas vitimadas por agentes públicos em manifestações públicas, conflitos armados ou que praticaram suicídio na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura. Desde então, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos contribui com o trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade, conforme previsto na Lei 12.528/2011.

É preciso salientar que tratar dos direitos humanos, independente de temática ou público, representa também cuidar da integridade da pessoa humana, sua dignidade e seu direito fundamental à vida. Neste sentido, os programas de proteção possuem grande importância no desenvolvimento das políticas públicas e estratégias do Estado para a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Merece destaque o programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), que tem o objetivo de oferecer proteção especial a vítimas e testemunhas que estejam sendo coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) tem ainda como atribuições receber e encaminhar informações e denúncias de violações de direitos da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, da população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais, da população em situação de rua e de todos os grupos sociais vulneráveis, atuando como Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Sua missão é manter um canal de comunicação acessível e permanente entre a sociedade e os gestores públicos, responsáveis por essas áreas político-institucionais, assegurando ao cidadão a oportunidade de registrar suas reclamações e denúncias de violações de direitos humanos, contribuindo para a plena garantia das liberdades individuais dos cidadãos e cidadãs. O principal canal de diálogo e atendimento à população é o Disque Direitos Humanos – Disque 100.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Na sequência, são apresentados os principais resultados do programa por objetivo. Em relação aos indicadores, algumas áreas temáticas apresentam os seguintes elementos para identificar os resultados e desempenho de suas ações:

- Quanto aos indicadores relativos à pessoa idosa, a taxa de analfabetismo entre pessoas idosas tem caído de forma consistente nos últimos anos: de 24,3% em 2013, baixou a 23,1% em 2014 e 22,3% em 2015. Apesar da queda, ainda é uma taxa alta em relação aos países assemelhados ao Brasil e mesmo a vizinhos de renda média bem menor. A taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre tem trajetória de queda consistente desde 2010 (27,76 por 100 mil), chegando a 24,32 por 100 mil em 2014. Também houve redução na taxa de mortalidade por queda, entre 2013 e 2014 (último dado localizado): de 33,39 para 32,61 por 100 mil. Por outro lado, a proporção de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário-mínimo chefiados por idosos aumentou entre 2013 e 2015, passando de 13,3% para 16,8%.
- As Estatísticas do Registro Civil – 2014, divulgadas pelo IBGE em dezembro de 2015, apontam redução na taxa de subregistro (estimativa de nascidos vivos não registrados no ano de nascimento ou até os três primeiros meses do ano seguinte) para o percentual de apenas 1% em 2014. Um patamar igual ou inferior a 5% é considerado pelos organismos internacionais como erradicado.

O primeiro objetivo do programa é o de promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional.

Nesse sentido, em 2016, foi planejado um Acordo de Cooperação Técnica (2017-2019) para as políticas de Registro Civil de Nascimento (RCN). A ser formalizado em 2017, tem o objetivo de promover o fortalecimento institucional para a identificação de bolsões de subregistro e desenho de políticas de RCN, o enfrentamento ao subregistro de populações vulneráveis, o monitoramento, avaliação e disseminação de resultados, além do estimulo à comunicação por meio da troca de informações entre o Comitê Gestor Nacional e os Comitês Gestores estaduais e municipais. Merece destaque ainda a execução de seis convênios estaduais vigentes (AM, MS, MT, GO, MG e PA), com o objetivo de promover o acesso ao Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, com prioridade à população indígena.

Com relação à temática de Educação em Direitos Humanos, está sendo realizada a revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) no âmbito do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), reestruturado em 2015. As Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos estão sendo implementadas a partir do fomento à formação e à capacitação em educação em direitos humanos por meio de parcerias públicas e privadas e à articulação para a criação de novos cursos de nível superior e programas de pós-graduação em direitos humanos, além do incentivo à realização de pesquisas na área. Em novembro de 2016, foi assinado acordo de cooperação com o Ministério da Educação para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instituição do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos. Aberto à adesão das Instituições de Educação Superior (IES) e de Entidades Apoiadoras (EAs), o objetivo do Pacto é superar a violência, o preconceito e a discriminação, e promover atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas IES, mediante a formulação, implementação, monitoramento e disseminação de medidas em cinco eixos de atuação: ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência universitária e comunitária. Em aproximadamente três meses de existência, o Pacto já conta com a adesão de 236 instituições, entre IES e Entidades Apoiadoras.

Ainda em 2016, foi formalizada parceria com o Conselho Nacional de Justiça para instituição do Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos que efetivem a promoção dos Direitos Humanos e a proteção às diversidades e às vulnerabilidades. Houve, também, a cerimônia de entrega do 22º Prêmio Direitos Humanos e a realização das primeiras ações para produção da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, que ocorrerá durante o mês de março de 2017.

Quanto às iniciativas relacionadas à população idosa, cabe destacar a realização da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em abril de 2016, que contou com a participação de quase 900 representantes de todo o país, a partir do processo que se iniciou com conferências municipais e estaduais, com ativo envolvimento dos respectivos conselhos de direitos.

Em relação à População em Situação de Rua, há uma nova estratégia, na qual a pessoa em situação de rua tem acesso imediato ou progressivo a uma moradia individual, segura e digna, além de contar com equipe de apoio multidisciplinar e integrada composta pelas demais políticas públicas: assistência social, saúde, trabalho, cultura e educação. Além disso, foram realizadas 14 adesões à Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituídos 26 Comitês de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional População em Situação de Rua, com mais quatro estados em fase de pactuação para assinatura do Termo de Adesão (PR, MG, RS e ES).

Quanto ao objetivo que visa proteger a vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados e prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo, mais especificamente em relação às ações de combate ao trabalho escravo, foram realizadas 5 das 8 reuniões ordinárias previstas da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). No que tange à criação das Comissões estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), encerrou-se 2016 com quase 60% da meta alcançada. Atualmente, registra-se a existência de 15 Comissões estaduais (BA, MA, MG, PA, RJ, RS TO, ES, GO, CE, MS e SP), das quais oito possuem Planos estaduais (BA, MA, MG, PA, RJ, RS, TO, MG). Cabe destacar ainda, na esfera política, o intenso trabalho realizado pela Conatrae, em torno da defesa do atual conceito de trabalho escravo, tal como definido no art. 149 do Código Penal. Com relação ao Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, registra-se a adesão até o momento de16 governos estaduais (BA, MA, MG, PA, SP, TO, ES, PB, PR, RS, CE, RO, DF, RJ, GO e RN), por meio das Secretarias estaduais de Direitos Humanos ou correlatas. O governo federal, por sua vez, deverá viabilizar, por meio da Conatrae, a construção de um novo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a SDH, Associação para Prevenção da Tortura, Associação de Magistrados Brasileiros e International Bar Association organizou o II Seminário sobre Tortura e Violência no Sistema Prisional e no Sistema de Cumprimento de Medidas Socioeducativas – Atuação do Poder Judiciário no enfrentamento à Tortura.

Sobre o programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), que tem por finalidade articular medidas para a proteção de pessoas que tenham seus direitos ameaçados em decorrência da sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos, é importante ressaltar que sua atuação se dá em todo território nacional, sendo executado em 6 estados da federação (CE, PE, BA, ES, MG e RS). Nas demais 21 unidades, o atendimento é realizado por uma equipe federal. Em novembro de 2016, o programa estadual foi efetivamente implantado no estado do Maranhão e o início das atividades foi imediato, com a recepção de casos pelo estado.

O programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) tem como objetivo o enfrentamento à impunidade dos autores de crimes de alta gravidade (crime organizado), a partir da garantia da proteção e da promoção de direitos humanos das vítimas e testemunhas ameaçadas que estão incluídas na rede de proteção. O Programa está presente em 12 estados da federação (AC, BA, CE, ES, MG, PA, PE, PR, RJ, SP, SC e RS) e vem protegendo 700 pessoas por ano. De forma similar ao PPDDH, o Provita vem atendendo às solicitações de proteção dos estados que não têm programa instalado. Em 2016, a SDH atuou na perspectiva de conformar a legislação não específica de proteção, para que indiretamente o Provita se consolide como política de Estado, como nos casos da Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 25, § 3º da Lei Complementar 101/2000; da alteração da Lei Eleitoral (Lei 9.504, art. 73, VI, "a"); da sugestão de alteração do Decreto 3.518 e do Decreto 6.170, art. 18.

Por fim, tem-se o objetivo de promover e fortalecer canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, buscando a garantia de direitos. A Ouvidoria avançou no diálogo com a sociedade civil e fortaleceu seus canais de comunicação com cidadãs e cidadãos, ampliando o acolhimento de denúncias de violações a direitos humanos. Foi realizado o mapeamento e diagnóstico das Redes Regionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que atuam no atendimento de demandas identificadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Em 2016 foi iniciado debate com algumas Ouvidorias de Segurança Pública e Defesa Social dos estados, no âmbito das Reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia (FNOP), sobre o sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas pelas Ouvidorias de Segurança Pública e Defesa Social dos Estados. A implementação do sistema encontra-se atualmente vinculada à criação da nova versão do Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de Atendimento (Sondha), ferramenta informatizada utilizada pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e na Central de Atendimento do Disque Direitos Humanos para o registro das manifestações, informações e monitoramento de demandas direcionadas a Secretaria de Direitos Humanos, mais especificamente ao funcionamento do futuro Módulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de "Parcerias Externas" do referido sistema, almejando que as Ouvidorias de Polícia dos estados façam adesão por meio de Termos de Compromisso Operacional ou Acordos de Cooperação.

Para aprimorar o processo de acolhimento, análise e encaminhamento de manifestações de denúncias e reclamações sobre violações de direitos são realizados processos contínuos de capacitação da equipe responsável, no âmbito do Disque Direitos Humanos e Ouvidoria. Por fim, a atualização das ferramentas tecnológicas e ampliação dos canais de denúncias online são práticas realizadas visando aumentar a efetividade do sistema.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No que se refere ao Registro Civil de Nascimento, mesmo com os bons resultados, os desafios ainda são grandes. Os maiores números de crianças de 0 a 10 anos sem certidão de nascimento concentram-se em grandes cidades, ao mesmo tempo em que a ausência de cartórios em diversos municípios e as longas distâncias a serem percorridas até eles afetam, principalmente, as populações em situação de vulnerabilidade: povos indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, população em situação de rua, carcerária, LGBT, trabalhadoras rurais e populações tradicionais.

O Brasil tem registrado um aumento nos casos de intolerância e violência religiosa. Nessa perspectiva, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos baseia-se no reconhecimento da Escola de Direitos Humanos (EDH), como um processo sistemático e multidimensional, que orienta a formação do sujeito de direitos, colocando a educação como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. Em 2016, foi realizado o Seminário Nacional sobre Laicidade do Estado e Liberdade Religiosa, bem como rodas de conversa com membros do governo e da sociedade civil sobre o assunto.

Dentre os desafios da temática educação em direitos humanos, estão: garantir ampla participação social na revisão e atualização do PNEDH; e retomar a articulação para criação e fortalecimento de Comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos.

Na temática de LGBT, a SDH tem buscado garantir a transversalidade e os diálogos constantes tanto com os outros órgãos do Estado como com as gestões estaduais e municipais, com a sociedade civil organizada, por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (CNCD/LGBT), além das universidades e outras redes, para a construção de políticas públicas afirmativas no contexto brasileiro para esse segmento populacional. Sabe-se das dificuldades de diálogo nas diversas esferas públicas, no entanto, este enfrentamento de pautas, discussões e diálogos é fundamental para a conquista de direitos da população LGBT brasileira.

As iniciativas para o fortalecimento da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo já contam com articulações iniciais para execução em 2017. Também foram realizadas articulações para a internalização na esfera jurídica do Protocolo Adicional da Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cuja publicação deve se dar nos primeiros meses de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Além de prover o funcionamento e qualificação das ações do Comitê e Mecanismo Nacionais de Prevenção e Combate à Tortura, um dos objetivos centrais da atuação da SDH é promover e apoiar que as demais unidades da federação repliquem as estruturas de comitê e mecanismo no âmbito estadual. Atualmente, o Brasil tem 17 comitês criados e dois mecanismos em funcionamento.

Em relação ao sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas, destaca-se que a entrega dos módulos estruturantes (Atendimento, Encaminhamento e Monitoramento) do Sondha está prevista para o final de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2062
PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A política de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes passa por profunda transformação estrutural, com vistas a dinamizar seus processos e a consolidar o seu papel de articulação das políticas setoriais que se entrelaçam em forma de rede para o atendimento integral das crianças e adolescentes.

O desafio deste programa é consolidar a articulação intersetorial dos entes federativos, nas três esferas de poder, pautar a preparação contínua de multiplicadores profissionais de apoio às crianças e aos adolescentes e suas famílias e interiorizar uma nova cultura de cuidado da infância e adolescência, priorizando as seguintes linhas de atuação:

- Investimento na primeira infância;
- Prevenção de todas as formas de violência e discriminação;
- Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos;
- Investimento na formação da complexa gama de profissionais, cuidadores, socioeducadores, conselheiros tutelares e de direitos que compõe a rede de proteção;
- Investimento na implementação das medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) como aposta de ressocialização de adolescentes em conflito com lei; e
- Proposição de uma nova estratégia de comunicação social capaz de promover a cidadania, a educação para paz e a inclusão social de todos os públicos.

Objetiva-se ainda desenvolver ações propositivas de responsabilização intersetorial e de pactuação entre as diferentes esferas da administração alinhadas às diretrizes nacionais e internacionais de promoção e defesa de direitos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Primeiramente, quanto aos indicadores, destacam-se:

- Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos: Entre janeiro e setembro de 2016, o PPCAAM protegeu 355 Crianças e Adolescentes e 596 familiares, totalizando 951 protegidos. No mesmo período, foram desligadas 157 crianças e adolescentes e 201 familiares, totalizando 358 desligamentos. Dessa forma, permaneceram em proteção 198 crianças e adolescentes e 395 familiares, totalizando 593 pessoas em proteção.

- Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes): O relatório atual do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que será publicizado até março de 2017, aponta que em 2014, para cada 1.000 adolescentes que completaram 12 anos, 3,65 tendiam a morrer como vítimas de homicídio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antes de completarem 19 anos. O detalhamento deste índice e as variações de acordo com recortes de gênero, raça, estados e municípios poderão ser aferidas na publicação do IHA 2014. O estudo analisou o impacto de diferentes dimensões, como sexo, raça/cor, idade e meio utilizado sobre o risco de morte por homicídio para os adolescentes. Os homens possuem um risco 13,52 vezes maior de serem vítimas de homicídio em relação às mulheres; os negros sofrem taxas 2,88 vezes mais elevadas e os homicídios por arma de fogo são 6,11 vezes mais prováveis do que por todos os outros meios. Essa alta incidência de violência letal significa que, se as circunstâncias que prevaleciam em 2014 não mudarem, aproximadamente 43.000 adolescentes serão vítimas de homicídio no Brasil, entre 2015 e 2021, apenas nos municípios com mais de 100.000 habitantes.

Abaixo se apresentam os resultados mais importantes para cada um dos objetivos do programa.

Em relação ao objetivo de coordenar a consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas, destacam-se a realização conjunta entre a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e as demais Conferências Nacionais afetas a Direitos Humanos, consolidação de canais de diálogos intersetoriais, reestruturação temática das áreas técnicas e remanejamento da equipe e dos recursos financeiros dos programas da SNPDCA, com vistas à dinamização e sustentabilidade das ações da política na nova estrutura ministerial.

A principal instância de integração se deu com o advento da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – 10ª CNDCA, cujo tema foi "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e Adolescentes". A Conferência integrou crianças e adolescentes, gestores de políticas públicas e participantes do Sistema de Garantia de Direitos – totalizando 975 delegados. Ao final do processo foram aprovadas 59 propostas voltadas a crianças e adolescentes. O processo conferencial foi realizado de maneira inovadora, em conjunto com as demais conferências nacionais afetas aos Direitos Humanos. Esse processo fortaleceu o modelo democrático singular de participação social e possibilitou maior integração e articulação dos Direitos Humanos.

Importante avanço de 2016 se deu na instituição de Grupo de Trabalho que apresentará propostas, orientações e recomendações para o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Letal Contra Crianças e Adolescentes (PNEVL). Esse plano traçará as estratégias, eixos e ações com metas e cronograma para orientar execução de ações intersetoriais no sentido de reduzir os índices de violência letal de crianças e adolescentes.

A Agenda de Convergência, síntese de um conjunto articulado de ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas, com o objetivo de proteger crianças e adolescentes, mostrou-se excelente modelo dentro do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, seja em megaeventos, seja em grandes empreendimentos econômicos ou mesmo em outros momentos nos quais se faz necessário o aprimoramento da governança entre as instituições que trabalham pelos direitos da criança e do adolescente. No decorrer de 2016, a metodologia da Agenda foi implementada, com sucesso, nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2016. Em 2017, será apresentada aos municípios com mais de 80 mil habitantes para implementação nas festas populares tradicionais do país, tais como Festas de São João, Parintins e Sírio de Nazaré.

No âmbito da Agenda de Convergência de Obras e empreendimentos, composta por ações pactuadas entre organizações da sociedade civil, de organismos internacionais, de empresas públicas e privadas e órgãos do governo foi produzida uma minuta de documento orientador, com caráter intersetorial e interinstitucional, intitulado "Protocolo de ações para proteção de Crianças e Adolescentes no contexto de Obras e empreendimentos". Essa minuta ainda segue em processo de discussão e reflexão dentro do grupo e o atual desafio é ampliar a discussão nas diferentes instâncias do governo federal que possuem atribuições específicas no contexto de obras e empreendimento.

Foi produzida uma campanha publicitária de utilidade pública com vistas a sensibilizar e alertar a sociedade, de maneira positiva, sobre a proteção integral de crianças e adolescentes, em cinco principais frentes: exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil, uso/abuso de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes desaparecidos. Intitulada Respeitar, Proteger e Garantir – Todos Juntos pelos Direitos da Criança e do Adolescente, a campanha tem a intenção de ser perene e utilizada por toda a rede de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

No que tange à Convivência Familiar e Comunitária, destaca-se: a reativação da Comissão Intersetorial, em que foram iniciadas as tratativas a respeito da atualização do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e avançou-se na discussão a respeito da adoção de crianças e adolescentes em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o debate público a respeito do tema; a articulação na revisão da matriz 1 da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente; elaboração dos planos estaduais de convivência familiar e comunitária; trabalho junto a crianças e adolescentes indígenas; fortalecimento da rede socioassistencial e de políticas públicas voltadas a crianças e adolescentes em situação de rua; bem como o incentivo a cursos de formação voltados aos profissionais que atuam nos núcleos de preparação para adoção e apadrinhamento afetivo.

Para o próximo exercício, a meta é ampliar as discussões a respeito da garantia dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária com o maior envolvimento das três esferas governamentais, bem como dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ampliando assim as ações voltadas a crianças e adolescentes, com atenção especial àqueles em situação de vulnerabilidade.

No bojo do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente destaca-se a elaboração do Relatório ECA 25 Anos. O documento realizou o balanço dos principais avanços e desafios da política nacional dos direitos da criança e do adolescente desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O relatório foi disseminado em eventos que envolveram setores do governo, da sociedade civil e da academia. Cinco mil exemplares foram distribuídos para a rede do Conanda e Governo, aprimorando o conhecimento sobre a atual política nacional bem como propondo insumos e estratégias para a formação da agenda de políticas públicas de direitos e/ou de atendimento à criança e ao adolescente. Iniciou-se, ainda, estudo para o aprimoramento do Sistema de Informações para Infância e Adolescência Conselho Tutelar (Sipia-CT) e do Sistema de Informações para Infância e Adolescência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sipia-Sinase).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que tange ao Fortalecimento dos Conselhos Tutelares, esforços têm sido realizados para garantir condições adequadas de funcionamento e infraestrutura de forma que o trabalho destes órgãos tenha qualidade e efetividade. Atualmente existem mais de 5.956 Conselhos Tutelares no Brasil (dados da MUNIC 2014), desses, 2.771 já foram contemplados com conjunto de equipagem (automóvel, computadores, impressora, refrigerador e bebedouro). Para o ano de 2017 é prevista a aquisição de aproximadamente 286 conjuntos com recursos provenientes de emendas parlamentares já apresentadas, o que representará, no acumulado, aproximadamente 51% de Conselhos Tutelares atendidos. Ainda em relação a esse eixo, a SNPDCA elaborou um projeto arquitetônico padrão para sede de conselho tutelar. Existem hoje dois Conselhos Tutelares no novo padrão inaugurados em Canaã dos Carajás/PA e outro em Fortaleza/CE e três ainda em andamento em Macapá/AP, Campo Alegre/AL e Inhumas/GO.

O segundo e último objetivo do programa é o de promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas. Desta forma, quanto ao Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, está em curso a avaliação do Plano e a construção da metodologia para a elaboração do novo Plano (2017-2020). Em 2016, destacam-se atividades de mobilização para as atividades de 12 de junho – Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e o aprimoramento do fluxo de encaminhamento de denúncias do Disque 100. Entre as atividades previstas para 2017, está mobilização junto com Sistema de Garantia de Direitos para que os gestores locais continuem a atualização das suas informações no Sistema de Monitoramento do programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Simpeti).

No âmbito da defesa, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é o principal fórum de atuação do governo federal na temática. Dentre as ações desenvolvidas, foi concluída a elaboração de "Parâmetros para Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência". Trata-se de documento com objetivo de padronizar o atendimento prestado nos serviços da rede de proteção do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes em situação de violência, por meio da organização e integração do fluxo no território e procedimentos que evitem a repetição desnecessária dos fatos vividos e a consequente revitimização. O documento foi validado pelos órgãos ministeriais que atuam na rede de proteção do Sistema de Garantias de Direitos. A expectativa é que o documento orientador seja disseminado e implementado a partir de 2017.

No que tange ao programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), foram finalizados quatro Grupos de Trabalho durante a X Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes, comprometidos com o objetivo de coordenar e aperfeiçoar as equipes de atendimento a Crianças e Adolescentes ameaçadas de morte: GT de Convivência Familiar e Comunitária, GT de Saúde Mental, GT de Mídia e GT de Segurança. Cada GT finalizou seus trabalhos com a apresentação de um artigo, a ser publicado no novo Guia de Procedimentos do PPCAAM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acerca do monitoramento das ações do PPCAAM, mensalmente é realizada a análise de proteções nos estados onde o programa é executado. Com estas informações, no final de cada ano, é elaborada análise anual de proteção, que subsidia o planejamento de ações do ano seguinte.

Em cumprimento às exigências da Lei 12.594/2012, iniciaram-se as tratativas de pactuação e formalização da Comissão de Avaliação e Monitoramento do Sinase, em especial as metas do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, com previsão de concussão dos trabalhos em 2017.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Foram observados avanços e a necessidade de um novo direcionamento da execução da política nacional de promoção e defesa dos diretos de crianças e adolescentes.

Para fortalecer seu compromisso como instância articuladora dos programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, a SNPDCA objetiva desenvolver para o próximo período: um portal de ensino a distância, independente e autônomo, realizado em parceria com universidades públicas para contemplar todas as áreas temáticas; integração dos sistemas de dados (Sipia-CT, Sipia-Sinase) para geração de informações integradas e coordenadas; fomento de campanhas educacionais permanentes e atemporais, com foco na prevenção de todas as formas de violência; e a articulação interministerial para implementar a desinternação e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, como parte do Plano Nacional de Segurança Pública e como medida saneadora da superlotação e de violências em unidades de internação do Sinase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2065
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Para garantir a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, os objetivos, metas e iniciativas delineados no Plano Plurianual 2016-2019 refletem a necessidade de efetivar os direitos territoriais indígenas, permitir o acesso das comunidades às políticas públicas, bem como preservar o patrimônio cultural desses povos, frente à sua relevância.

Com vistas a assegurar aos indígenas a posse plena de suas terras, priorizou-se a conclusão dos procedimentos de identificação e delimitação iniciados em anos anteriores, com a publicação de resumos de Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação; a indenização de benfeitorias e o registro de Terras Indígenas; a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato; e a fiscalização e vigilância das terras demarcadas.

Os principais desafios voltados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas se concentraram na consolidação e implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto 7.747, de junho de 2012, destacando-se a aprovação de seu Plano Integrado de Implantação. Ainda com esse mesmo objetivo, deu-se início às ações que visam reverter a prática de arrendamento de frações de terras indígenas, assim como o fomento a atividades produtivas de forma direta ou em parceria com outras instituições.

No âmbito da promoção e proteção dos direitos sociais e da cidadania, destacaram-se iniciativas voltadas a qualificação das políticas públicas, para permitir que os povos indígenas possam acessá-las. Ressaltam-se, entre outras atividades, as articulações com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e o fortalecimento de ações de enfrentamento à violência contra a população indígena.

Para o cumprimento da política pública voltada para a preservação e promoção da cultura dos povos indígenas, foram priorizados o desenvolvimento de projetos com a formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de suas línguas, culturas e acervos, para que possam assumir o registro do conhecimento pertencente a seus povos; a preservação e disponibilização de acesso nas bases de dados às informações sobre os acervos dos povos indígenas; e o apoio à promoção e valorização de produtos culturais, em conjunto com unidades regionais da Funai.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Cabe destacar alguns indicadores de saúde, como o Coeficiente de mortalidade infantil indígena que teve uma redução significativa, passando de 43,46 óbitos de crianças com menos de um ano de idade por mil nascidos vivos, em 2013, para 29,5, em 2016. Também houve redução na Incidência Parasitária Anual (IPA) de Malária nos 25 Distritos Sanitários Especiais Indígenas da Amazônia Legal que passou de 79 exames positivos de malária por mil habitantes, em 2014, para 49,68, em 2016. O Déficit Nutricional em crianças indígenas menores de 5 anos reduziu de 8,8%, em 2014, para 7,7%, em 2016. No entanto, houve aumento na proporção de gestantes indígenas com baixo peso e redução na proporção de aldeias que possuem tratamento de água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios, verifica-se que, 395 terras regularizadas não possuíam ocupantes ou invasores não indígenas em 2016. Em 2014, eram 386 terras na posse plena dos índios.

No que tange ao objetivo de garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial, destaca-se que a partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2016-2019, decidiu-se por concluir procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas iniciados em anos anteriores em todos os estados da federação, com ênfase nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Destacam-se, nesse sentido, as ações de qualificação de reivindicações territoriais indígenas e a constituição de grupos técnicos de identificação e delimitação sobre seis Terras Indígenas. No ano de 2016, foram delimitadas 12 Terras Indígenas, concluídas a análise de 10 Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas e a análise do relatório de eleição de área denominada Santa Verônica (SP), com vistas à aquisição do imóvel para os Guarani da TI Jaraguá. Do mesmo modo, foram realizadas análises sobre as contestações administrativas sobre quatro Terras Indígenas.

Em relação às ações para constituição de reserva e homologação de terras indígenas, foram realizados trabalhos de vistoria sobre imóveis para constituição da Reserva Indígena Krenyê (MA), reivindicada pelo povo Timbira Krenyê, editados três Decretos de Homologação, abarcando cerca de 760.000 hectares, de terras situadas nos estados do Pará, Mato Grosso e São Paulo, além da publicação de 12 Portarias declaratórias.

Merecem destaque também os trabalhos de demarcação física da TI Tremembé da Barra do Mundaú/CE, por meio da execução do Termo de Cooperação Técnica firmado com o Governo do estado do Ceará e o georreferenciamento de cinco Terras indígenas localizadas na área de influência da UHE Belo Monte.

No que concerne às metas atinentes a indenização de benfeitorias em ocupações de não índios em terras indígenas, no ano de 2016 foi realizado o levantamento de benfeitorias em regiões dos estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, com destaque para o encerramento do levantamento de benfeitorias na TI Cachoeira Seca/PA, território ocupado por índios recém-contatados, e a continuidade do levantamento da TI Tupinambá de Olivença/BA. No âmbito da deliberação da boa-fé, foram julgadas ocupações de não índios em Terras Indígenas nos estados da Bahia, Amazonas e Pará. Foram ainda efetivados pagamentos de indenizações em Terras Indígenas situadas nos estados do Pará, Tocantins, Amazonas, Pernambuco e Rio Grande do Sul, realizando o procedimento em 111 ocupações de não índios.

No tocante às dificuldades encontradas para indenizar ocupantes não índios, apontam-se tanto as pendências documentais quanto a recusa dos mesmos em relação aos valores apresentados, acarretando seguidas judicializações do procedimento administrativo e dilatando o tempo para a extrusão dos não índios na área. Já no âmbito das aquisições de imóveis para constituição de Reserva Indígena, houve sensível avanço com a publicação do decreto de desapropriação no estado de Santa Catarina; vistoria para seleção de imóvel no estado do Maranhão; encaminhamento de providências para aquisição de áreas nos estados de Rondônia e São Paulo, e condução da regularização de imóvel adquirido no estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentre as dificuldades de implementação da modalidade Reserva Indígena, destacam-se a dificuldade de localização de imóveis que atendam às necessidades das comunidades indígenas, a carência de um corpo técnico na Funai com habilitação para executar a avaliação dos imóveis propostos e as disputas judiciais no processo de regularização da área, para fins de arcar com os custos da criação de reservas nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei 6.001/73. Essa gama de dificuldades foi fator determinante para que, no exercício de 2016, não houvesse êxito na aquisição de imóvel para constituição de Reserva Indígena.

Sobre a proteção dos índios isolados destaca-se a manutenção permanente de 12 Bases de Proteção Etnoambiental, as quais realizam o controle de ingresso e vigilância em nove Terras Indígenas com a presença de povos isolados. Com o aporte de recursos de projeto desenvolvido no âmbito do Fundo Amazônia/ BNDES, foram realizadas 11 expedições e dois sobrevoos de localização, abrangendo 13 registros de povos indígenas isolados, além da realização de 4 expedições e 3 sobrevoos de monitoramento, abrangendo 8 registros confirmados de povos indígenas isolados. Em relação aos registros da presença de povos isolados no Brasil (com relação às regiões do médio Rio Xingu, Médio e Alto Tapajós e norte do Pará/Calha Norte), foi atualizado o quadro de controle, bem como renovadas três Portarias de Restrição de Uso: TI Ituna-Itatá/PA; TI Piripkura/MT e TI Jacareúba-Katawixi/AM.

A fiscalização e o monitoramento territorial efetivo e sistêmico nas Terras Indígenas são atividades importantes para proteção de seus povos. Assim, buscou-se, nos últimos anos, reduzir o custo real das ações. No ano de 2016, foi observada a retração de Terras Indígenas fiscalizadas, que atingiram o número de 137 Terras Indígenas e ações de vigilância territorial em 90 Terras Indígenas.

Quanto ao objetivo de promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, embora não haja registro, no exercício de 2016, de nenhuma situação de arrendamento totalmente revertida, na região oeste do Mato Grosso, onde se localizam as Terras Indígenas Paresis (Paresi, Utiariti e Rio Formoso), Nambikwara (Tirecatinga) e Manoki (Irantxe), foram realizadas diversas reuniões com os povos indígenas e outros atores institucionais a fim de se discutir o licenciamento ambiental de lavoura mecanizada, para reversão da situação de arrendamento. Também foram promovidas reuniões no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal (CCAF) para licenciamento da produção relativa à carcinicultura na Terra Indígena (TI) Potiguara, na Paraíba. Também houve prosseguimento três Ações Judiciais que determinam o fim do arrendamento nas Terras Indígenas Serrinha, Xapecó e Ivaí (no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, respectivamente), indicando como prazo máximo a safra de 2018.

No que tange a área de Etnodesenvolvimento, foram apoiados mais de 200 projetos neste exercício. Dentre esses, 40% se relacionam à agricultura, 14% ao extrativismo, 12% à pecuária e o restante a eventos diversos como capacitações, seminários e oficinas temáticas, beneficiando 9.074 famílias indígenas. Espera-se um incremento considerável nesse número, já para o próximo exercício, com o pleno funcionamento do sistema de monitoramento de projetos de Etnodesenvolvimento.

Com relação à agricultura familiar e à segurança alimentar, trabalhou-se na avaliação das propostas técnicas e na capacitação das equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) das entidades selecionadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para as seguintes Chamadas Públicas: a) Xavante, para 1.500 famílias; b) Mato Grosso do Sul, Lote 2, para 1.545 famílias; c) Roraima, para 1.800 famílias; e d) Semiárido, para 700 famílias na Bahia, 120 famílias no Ceará e 580 famílias em Alagoas e Sergipe.

Cabe mencionar ainda que, por meio da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), foram distribuídas cerca de 58.000 cestas de alimentos para as famílias indígenas em situação de insegurança alimentar.

A meta que contempla os processos de licenciamento ambiental, considerando o tempo do PPA de quatro anos, deve contemplar 100 manifestações conclusivas em processos de licenciamento por ano, tendo esse número sido cumprido pela Fundação no exercício de 2016.

Em 2016, foram apoiadas ações integradas em pelo menos 55 Terras Indígenas, além de atividades de conclusão do Curso Básico de Formação em PNGATI – Bioma Cerrado, alcançando 13 povos em 20 Terras Indígenas, onde vivem os 44 indígenas cursistas participantes. Destaca-se, ainda, o apoio à realização de intercâmbios de gestão territorial e ambiental entre indígenas, resultando na implementação de pelo menos 26 Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA).

Com relação à qualificação das políticas territoriais e ambientais, destacam-se avanços no processo de articulação técnica com outros órgãos e instituições do poder público federal, que visa promover uma discussão qualificada sobre a importância de assegurar os direitos e necessidades específicos dos povos indígenas, no escopo de políticas e ações ambientais que os afetam. Além disso, busca, ainda, a atenção para a corresponsabilidade de diferentes instituições governamentais para a implementação da PNGATI. Ademais, a Funai passou a compor o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEn), instituído pela Lei 13.123/15 e pelo Decreto 8.772/16.

Em relação às mudanças climáticas, a Funai vem contribuindo desde 2015 com o processo de formação continuada de indígenas no tema, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), com apoio à realização das atividades do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC). Destaca-se ainda a participação da instituição na esfera internacional, por meio da promoção no espaço do Governo Brasileiro de uma mesa de trabalho sobre "PNGATI e Mudanças Climáticas", durante a Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 22), da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em novembro de 2016, no Marrocos.

O Ministério da Saúde é o responsável pelo objetivo de promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social. O Subsistema de Saúde indígena (SasiSUS) está organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que executam ações de atenção primária à saúde para uma população indígena aldeada de aproximadamente 725 mil indígenas, residentes em 5.882 aldeias (residentes em aldeias nas terras indígenas). No que se refere a sua estrutura operacional, conta com uma rede de serviços composta por 1.286 unidades básicas de saúde indígena, 354 pólos base, 68 casas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

saúde indígena (Casai) e aproximadamente 22 mil trabalhadores, sendo cerca de 50% indígenas.

As ações de atenção integral à saúde dos povos indígenas visam proteger, promover e recuperar a saúde dos povos indígenas, bem como a prestação de serviços de apoio para os pacientes indígenas referenciados para tratamento nas redes de média e alta complexidade do SUS, por meio das Casai.

No que tange à articulação do subsistema de saúde indígena com a média e alta complexidade do SUS, foi realizada a 1ª Oficina técnica de elaboração de diretrizes regimentais para as casas de saúde indígenas. Ademais, foram promovidas ações de qualificação da atenção à saúde de povos indígenas isolados e de recente contato, através de monitoramento junto aos DSEI, capacitação de profissionais do DSEI Yanomami e incorporação de profissionais antropólogos para construção de um plano de ação para a atenção a saúde do povo Suruwahá.

Em relação aos atendimentos médicos de saúde, destaca-se que o programa Mais Médicos possibilitou a manutenção de 342 vagas de médicos nos DSEI. No ano de 2016, os médicos alocados nos DSEI concluíram o curso de especialização em saúde indígena e, com a apresentação de projetos de intervenção, obtiveram o título de especialistas em Saúde Indígena.

Outra ação importante refere-se às parcerias para realização de ações complementares de saúde no âmbito dos DSEI, com o apoio de organizações sem fins lucrativos. Em 2016, foram realizadas 3 expedições, 2 com os Expedicionários de Saúde (EDS) e 1 com os Voluntários do Sertão. Estas ações estão direcionadas para o atendimento médico especializado, realização de procedimentos e cirurgias para populações indígenas. Na 16ª edição da Ação dos Voluntários do Sertão, realizada em abril de 2016, no município de Santa Cruz Cabrália – BA, foram feitos 36.899 atendimentos médicos, 1.979 cirurgias e 2.932 exames e outros procedimentos, além da distribuição de kits de higiene pessoal, bucal e óculos de grau. A 35ª Expedição dos EDS, realizada em julho de 2016, atendeu às demandas cirúrgicas de 121 aldeias, com uma população estimada em 14.912 indígenas das etnias Sateré Mawé e Hixkaryana. Foram realizadas 284 cirurgias, 1.827 consultas médicas e odontológicas e 4.990 exames e procedimentos. Já a 36ª Expedição, que ocorreu em novembro de 2016, foi voltada para 36 mil indígenas aldeados que vivem no Alto Rio Negro, Amazonas – Região de Iauaretê e Içana. No total foram realizadas 312 cirurgias (tracoma/triquíase, catarata, hérnia) e 1.605 atendimentos com especialistas médicos, além de 2.914 exames e outros procedimentos nas áreas de ginecologia, pediatria e cirurgia geral.

No escopo das metas relacionadas a promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas, pode-se elencar o Encontro "Trabalho Social com Povos Indígenas" que contou com a presença e participação de diversas prefeituras municipais, tendo como objetivo a qualificação dos programas, projetos, ações e serviços socioassistenciais; e a realização da 1ª Oficina "Povos Indígenas e Necessidades Decorrentes do Uso do Álcool: Cuidado, Direitos e Gestão", com a participação dos Distritos Sanitários de Saúde Indígena (DSEI), da Rede de Atenção Psicossocial (RAP) e das Coordenações Regionais da Funai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Teve prosseguimento a discussão sobre o novo formato e objetivação dos Registros Administrativos Indígenas, visando, sobretudo, a segurança das emissões dos registros por meio de sistema informatizado.

No que concerne ao acesso à moradia digna e projetos de infraestrutura comunitária, destaca-se o alcance de nove projetos de apoio à construção de Casas Tradicionais, sete projetos de apoio emergencial para abrigo provisório de famílias em situação de vulnerabilidade social em decorrência de intempéries climáticas e três projetos de construção de abrigos móveis. Ademais, foram emitidas 24 autorizações para construção de infraestruturas em terras indígenas e um projeto de acesso à água potável.

No âmbito da qualificação da política pública de educação escolar indígena, foi apoiada a realização das Conferências Locais das Comunidades Educativas preparatórias para a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), que ocorrerá em 2017.

Como forma de apoio aos processos educativos próprios dos povos indígenas, voltados ao fortalecimento de sua autonomia, foi apoiado o Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku, que teve sua primeira etapa concluída em 2016.

Com vistas à transversalização da temática de gênero e geracional, a Funai apoiou os espaços de consulta nacional de mulheres indígenas no âmbito da Conferência Nacional de Política para as Mulheres, realizada em maio de 2016. Nesse contexto, foram apoiados projetos de valorização do protagonismo dos jovens indígenas e a transmissão de saberes entre gerações.

Quanto à promoção dos direitos dos povos indígenas de recente contato, ressalta-se o atendimento permanente aos povos indígenas: Akuntsu (TI Rio Omerê/RO), Awá-Guajá (TI Alto Turiaçu, Awá e Caru/MA), Kanoê (TI Rio Omerê/RO), Korubo (TI Vale do Javari/AM), Povo de Recente Contato do Xinane (TI Kampa e Isolados do Rio Envira/AC), Suruwahá (TI Zuruahá/AM), Waimiri-Atroari (TI WaimiriAtroari/AM) e Zo´é (TI Zo´é/PA). O atendimento pontual aos povos indígenas: Arara (TI Cachoeira Seca/PA), Araweté (TI Araweté do Igarapé Ipixuna/PA), Parakanã (TI Apyterewa/PA) e Yanomami (TI Yanomami/AM-RR). E a elaboração de diagnóstico para construção de programa para povos indígenas: Korubo (TI Vale do Javari/AM) e Zo´é (TI Zo´é/PA).

Finalmente, com o intuito de promover e proteger os direitos à cidadania dos povos indígenas, buscou-se apoiar iniciativas que visaram ao fortalecimento organizacional e político desses povos, fundamentando-se no reconhecimento e respeito às diversidades e às formas próprias de organização.

Com o objetivo de preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade ao longo dos últimos anos, os trabalhos estenderam-se a 130 aldeias, situadas em 47 municípios de 13 estados de todas as regiões do país, principalmente naquelas consideradas de maior vulnerabilidade para a reprodução das culturas indígenas. Foram beneficiadas diretamente as comunidades locais e, indiretamente, o conjunto da população dos respectivos povos indígenas, pertencentes a 42 etnias distintas, com a preservação dos registros de suas culturas e a formação de jovens pesquisadores para assumirem a continuidade da iniciativa em suas aldeias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação à meta voltada para o registro, preservação e difusão do acervo sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas, importa destacar o trabalho de digitalização do acervo textual do Fundo Serviço de Proteção aos Índios-SPI, e de documentos dos fundos "Comissão Rondon" e "Conselho Nacional de Proteção aos Índios", cujos resultados superaram os quantitativos previstos, em parte devido a tecnologias desenvolvidas pela empresa contratada, que conferiram um elevado grau de produtividade ao projeto. Foram produzidos 462.213 objetos digitais no ano, correspondendo a 80.968 itens documentais digitalizados e armazenados no storage do Museu do Índio.

Dessa forma, a produção de mais de 90 mil itens do acervo, por si só, contribuiu para a superação, em apenas um ano, da meta programada sobre bens culturais preservados para o primeiro biênio do Plano Plurianual. A par do foco na preservação do acervo textual, registra-se a continuidade do processamento técnico dos acervos museológico e bibliográfico, bem como o tratamento do acervo audiovisual, num total de 13.361 itens culturais preservados por meio de procedimentos para sua conservação e divulgação.

Quanto à meta referente à promoção de produtos culturais em conjunto com unidades regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai), optou-se por reduzir o teto por projeto (de R$ 30 mil para R$ 20 mil), como medida cautelosa contra o risco de uma demanda muito maior do que os recursos disponíveis e a possibilidade de apoio. Ao todo, foram recebidas 49 propostas, tendo sido possível aprovar e promover, a partir de uma reprogramação orçamentária, um total de 34 projetos.

Entre as realizações, no âmbito da meta de desenvolvimento de pesquisa e formação de pesquisadores indígenas, destaca-se, em 2016, o projeto dedicado ao povo Enawenê Nawê/MT, como parte de acordo firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Sociedade de Amigos do Museu do Índio (SAMI), com suporte técnico e parceria do Museu do Índio. As atividades incluíram viagem de campo para a qualificação de registros sonoros e oficinas com pesquisadores indígenas, dando continuidade aos trabalhos iniciados como parte do Projeto 'Documentação de Línguas e Culturas Indígenas' (ProgDoc), no âmbito do acordo de cooperação com a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Ainda no Centro Oeste, outros dois projetos que integraram o ProgDoc tiveram etapas de trabalho de campo e oficinas com suporte logístico e operacional do Museu do Índio: o projeto Kayaby/Kawaiwete que, na fase anterior, focalizou o povo indígena que habita o Xingu/MT, tendo como objetivo, em 2016, a revitalização linguística de outra comunidade da mesma etnia, residente na região do Rio dos Peixes, em Juara/MT; e o projeto de documentação das tradições culturais e históricas Xavante, abrangendo oficinas de capacitação em documentação audiovisual e tratamento de arquivos digitais com pesquisadores da aldeia Pimentel Barbosa/MT. No Amazonas, foi apoiada pesquisa de campo na região do médio Rio Madeira, como etapa preliminar de projeto sobre a cultura Pirahã, com vistas à concepção e montagem de exposição sobre o povo indígena, com o objetivo de apresentar ao público a riqueza de sua cosmologia e cultura material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Permanece, ainda, o desafio de se implantar mecanismo apropriado de fomento específico para os povos indígenas, em um formato que seja compatível com as diversas situações socioculturais.

Espera-se que a partir da implementação das iniciativas propostas seja possível aprimorar, qualitativamente, as ações de monitoramento territorial realizadas nas Terras indígenas, seja em ações de fiscalização seja no apoio a projetos de vigilância indígena.

Nas Terras indígenas situadas na Amazônia Legal, estima-se que a taxa de desmatamento no ano de 2016 foi ampliada em cerca de 280% em comparação a 2015, saltando de 68 km² para 190 km² até outubro do ano passado.

Os desafios para os próximos anos do PPA 2016-2019, no que concerne à proteção territorial, são: aprimorar os instrumentos de obtenção, análise, produção e monitoramento de informações espaciais, ambientais e territoriais de Terras Indígenas; aperfeiçoar a atuação da fiscalização em Terras Indígenas, prioritariamente nas áreas críticas, potencializando assim as ações do Estado; e estabelecer instrumentos de cooperação para combate ao desmatamento, incêndios florestais e demais ilícitos em Terras Indígenas.

Quanto às ações de preservação e promoção do patrimônio cultural, a despeito das dificuldades acima elencadas, a unidade se empenhou na realização de eventos em parceria com outras instituições e nos serviços online, com a disponibilização de informações na base de dados e em sua página na internet, tendo também intensificado a produção editorial e a publicação de resultados e produtos de pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2085
REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENÇÃO, CUIDADO E REINSERÇÃO SOCIAL

O planejamento das ações de governo relacionadas ao uso de álcool e outras drogas foi focado na redução de seu impacto social, priorizando os segmentos mais expostos a essas consequências, seja por características de seu ciclo de vida, como as crianças e os adolescentes, seja por encontrarem-se em situação de maior vulnerabilidade social. Para o Plano Plurianual do período de 2016 a 2019, foram definidos como objetivos: (i) fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens; (ii) articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas; (iii) promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas; e (iv) fomentar a rede de proteção de crianças e adolescentes e suas famílias com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

São apresentados a seguir os principais resultados por objetivo do programa.

Para fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase no público infantil, adolescente e jovem, o governo federal está focando suas ações junto às escolas e às famílias, com o intuito de retardar o início do uso de álcool e outras drogas por este público-alvo e diminuir as chances de uso problemático na vida adulta. Para isso, os programas de prevenção foram expandidos e capilarizados por meio das redes e políticas de saúde, educação e assistência social. Destacam-se 3 programas de prevenção: #TamoJunto, Elos e programa Famílias Fortes (PFF).

O primeiro tem como público-alvo adolescentes de 13 e 14 anos e é executado em escolas. Em 2016, este programa foi implantado nos estados Rio Grande do Norte, Ceará, Acre, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Paraíba e no Distrito Federal; alcançando 33 municípios, 255 escolas e19.000 educandos.

O segundo é direcionado a educandos entre 6 e 10 anos de idade e implementado em escolas com estudantes cursando entre o 1º e 5º ano do Ensino Fundamental. Trata-se de uma estratégia lúdica de mediação de relações sociais, promovendo interações harmônicas e cooperativas entre os educandos e entre estes e o educador, tornando divertida a realização de atividades de cunho pedagógico. Promove a capacidade de trabalhar coletivamente e oferece condições integradas ao desenvolvimento de aspectos cognitivos, afetivos e sociais das crianças. Em 2016, esse programa foi implementado nos estados do Acre, Santa Catarina, São Paulo.

O terceiro, programa Famílias Fortes (PFF), composto por 11 encontros semanais, é direcionado para famílias com crianças e jovens entre 10 e 14 anos de idade e seus responsáveis. Tem o objetivo de fortalecer o vínculo familiar e o vínculo das famílias com a comunidade em que vivem. Em 2016, o PFF foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

implementado nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Acre, São Paulo, Santa Catarina, Amazonas e Distrito Federal, Sergipe alcançando em 38 municípios, 266 serviços, 803 famílias.

Nos três programas, os principais desafios da execução estão relacionados às mudanças dos gestores locais, bem como sua distribuição territorial, a qual atualmente ocorre nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul.

Para que as políticas públicas de prevenção tenham mais efetividade, qualidade e validade social, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD iniciou a pesquisa de "Avaliação da Efetividade, Qualidade de Implementação e Validade Social do programa Fortalecendo Famílias". Ao final de 2018, será entregue à SENAD a publicação de um livro contendo a análise dos resultados da pesquisa.

A SENAD, em parceria com a FIOCRUZ, organizou um portal (prevencaoepesquisa.icict.fiocruz.br) para disponibilizar informações sobre os três programas de prevenção citados, assim como dados de sua formação e implementação.

As estratégias de prevenção também implicam produção e disseminação de informações de qualidade sobre a temática para a sociedade como um todo, e a formação de trabalhadores da rede de atenção às pessoas com problemas com drogas, de modo a produzir um cuidado que contemple as diversas necessidades e direitos dos usuários e suas famílias. Assim, no PPA anterior, na modalidade de ensino à distância – EAD, foram ofertadas mais de 270.000 vagas para os diferentes grupos de profissionais ou voluntários que atuam com o tema. Em 2016, a SENAD desenvolveu um portal de educação permanente para formação de profissionais e atores sociais que atuam nas áreas de prevenção, cuidado e reinserção social. Este projeto contém uma perspectiva de reordenamento dos processos de formação propostos pela SENAD/MJC e, assim, permitirá a autoinstrução aberta a todos e a formação acompanhada (com tutores) por meio de módulos específicos. Dessa forma, pretende intensificar a parceria com os ministérios que atuam na área para ofertar conteúdos a serem disponibilizados nos meios de formação setorial já mantidos por eles em suas políticas de formação. O reordenamento resultou em uma plataforma de educação permanente – Portal Aberta. O Portal está no ar por meio da página eletrônica http://www.aberta.senad.gov.br/.

Em relação a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase no público infantil, adolescente e jovem, os indicadores "Percentual de escolares do 9º ano que já experimentaram bebida alcoólica alguma vez" e "Percentual de escolares do 9º ano que já experimentaram cigarro alguma vez" indicam uma melhoria quando comparados os anos de 2015 e de 2012. Enquanto o primeiro indicador reduziu de 66,6% em 2012 para 55% em 2015, o segundo reduziu de 19,6% para 18,4% no mesmo período.

No âmbito da atuação transversal do programa, destaca-se o "Projeto Redes", de fomento à integração intersetorial dos agentes da política sobre drogas em âmbito local, que fortalece a prevenção, além de melhorar a gestão da política sobre drogas. O projeto consiste em apoio qualificado do governo federal aos municípios, na forma de equipe de apoiadores que permanecem nos territórios, buscando ajudar equipes de gestão local na institucionalização de mecanismos de atuação intersetorial, como comitês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gestores da política, fórum de trabalhadores e usuários, e outros mecanismos de construção local. Além desse benefício, o projeto configurou-se numa importante ferramenta de interlocução qualificada entre o governo federal e os governos locais na implementação dos principais projetos da secretaria e do governo federal, como ações de inserção social inovadoras e implantação de metodologias de prevenção. O Projeto Redes alcançou 51 municípios no exercício de 2016, atingindo 42,85% da meta de ser implementado em 95% dos municípios com mais de 200 mil habitantes (118 municípios mais o Distrito federal) para os próximos quatro anos.

Ainda no âmbito da transversalidade, a SENAD, para fortalecer a relação com organismos internacionais relacionados à política sobre drogas, participou da preparação e realização da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas – UNGASS 2016. A reunião movimentou os principais fóruns internacionais sobre drogas ao longo dos últimos dois anos, e teve por objetivo discutir e avaliar as diretrizes globais sobre drogas pelos estados membros da ONU. Nesse contexto, o Brasil participou da construção de documentos regionais no âmbito do Mercosul, UNASUL e da CELAC, forjando posicionamentos comuns na região e possibilitando o aprofundamento do diálogo sobre temas centrais dos próximos anos. Além disso, a SENAD participou ativamente das etapas de negociação do Plano de Ação Hemisférico junto à Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas da Organização dos estados Americanos (CICAD/OEA). Esse documento é a base de execução das Políticas sobre Drogas no continente, o qual permitirá o progresso na implementação das ações nacionais nessa área e será avaliado em todos os estados integrantes da OEA. Além disso, essa avaliação permitirá consolidar o entendimento sobre a dinâmica do fenômeno do uso e tráfico de drogas no continente nos próximos anos.

Outro objetivo importante do programa é o de articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas, visto que para aqueles que buscam assistência junto às redes públicas, é necessário ampliar o acesso, articular e qualificar as redes de cuidado e a reinserção social. Isso implica a expansão e qualificação dos serviços de saúde, da assistência social e de cuidados complementares, além da adoção de parâmetros de funcionamento e qualidade para o aprimoramento do serviço público oferecido. Para atender parte desta demanda, a SENAD, em exercícios anteriores ao atual PPA, firmou 16 convênios com entes da federação para o desenvolvimento de projetos de inserção social que articulam ações de moradia, trabalho, renda e cultura/esporte para pessoas usuárias de álcool e outras drogas, em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica. Em 2016, a maior parte dos esforços foi para dar continuidade aos mesmos e qualificá-los, de modo que a qualificação dos entes federados se deu por meio da realização de duas oficinas realizadas pela equipe do Projeto Redes (parceria entre SENAD e FIOCRUZ), que promoveu apoio técnico para uma melhor execução dos convênios.

Na perspectiva de rede de cuidado, especificamente em relação aos serviços de atenção em regime residencial transitório (comunidades terapêuticas que mantêm contrato com o governo federal), foram ofertadas um total de 4.355 vagas para a prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias químicas. No atual PPA, identificou-se a necessidade de qualificar tais serviços a partir da implementação de parâmetros que possam ser medidos e fiscalizados, promovendo assim uma maior excelência no serviço prestado. O início do processo de qualificação se dará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a partir do lançamento de um edital para a contratação de consultor via programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para apoiar a secretaria na elaboração e execução do projeto de melhoria do serviço. O início das atividades está previsto para 2017. Ainda na perspectiva do cuidado, o Ministério da Saúde deu continuidade ao projeto "Consultório na Rua" (equipes responsáveis pelo cuidado em saúde da população em situação de rua) e implantou 27 novos CAPS-AD, bem como apoiou a implantação de 155 leitos de saúde mental em hospitais gerais e 7 unidades de acolhimento de adultos com problemas relacionados a álcool e outras.

No tema da reinserção social destacam-se: o Projeto Aprendiz na Medida, que tem o objetivo de oferecer a qualificação sócio profissional para jovens de 14 a 20 anos (muitos são dependentes químicos) que cumprem ou já cumpriram medida sócio educativa de internação e semiliberdade. O projeto promove a sua inserção no mundo do trabalho e reinserção na sociedade.

Cabe destacar que o aperfeiçoamento do planejamento, monitoramento e avaliação também são essenciais para a construção de uma política sobre drogas cada vez mais eficaz e humana. Nesse sentido, a SENAD, no exercício de 2016, iniciou 7 projetos de pesquisa inovadores na área de tratamento da dependência química. O conhecimento a ser produzido nessas iniciativas tem por base elucidar os mecanismos e soluções inovadoras nesse tema. Além do mais, para revelar os parâmetros epidemiológicos do uso de drogas na população de todo o território nacional, bem como seus diferentes impactos sobre a saúde e segurança pública, está sendo executado pela FIOCRUZ o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. Os dados desta pesquisa serão um valioso instrumento como diagnóstico funcional e ainda como ferramenta para o planejamento de ações nos mais diversos campos. Ainda na linha de elaboração de diagnósticos situacionais, no início de 2016 foi selecionada a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) para a realização de análises estatísticas e analíticas sobre os diversos bancos de dados provenientes dos órgãos públicos de saúde, segurança, previdência e vigilância sanitária para reportar a situação do Brasil em relação à oferta e à demanda de drogas e suas consequências, consolidando assim o "II Relatório Brasileiro sobre Drogas" (RBD).

As articulações no âmbito nacional no ano de 2016 ocorreram principalmente no sentido de ampliar a articulação com o MDSA para a qualificação das medidas em meio aberto. Para uma boa pactuação com o judiciário, faz-se necessário um "cardápio" de opções qualificadas para que o adolescente seja responsabilizado e ao mesmo tempo, encontre outros caminhos para exercer sua cidadania em sua comunidade. Assim, uma das conquistas neste âmbito foi o lançamento dos Parâmetros para Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, em parceria com o MDSA, Secretaria Nacional de Assistência Social e a parceria com a SENAD para a qualificação das medidas em meio aberto dos meninos com problemas decorrentes do uso de drogas e álcool.

Houve também articulação para que adolescentes em conflito com a lei possam ser incluídos nos programas Redes e Famílias Fortes. Foram realizadas 3 reuniões técnicas e definidas as prioridades (Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

As ações empreendidas contemplaram esforços de atuação na ampliação, qualificação e implementação de políticas de prevenção, cuidado, inserção social, pesquisa, articulação e formação, além do aprimoramento dos instrumentos da política e o ajuste no foco das ações a partir das informações produzidas por pesquisas e por avaliação das ações executadas.

Em 2017 pretende-se ampliar a implementação do programa Famílias Fortes (PFF) para mais municípios e expandir o número de beneficiados nos municípios que iniciaram o programa em períodos anteriores.

No que se refere a estratégias de prevenção direcionadas a jovens e focadas no ambiente escolar (Programa Elos), pretende-se, em 2017, ampliar a implementação para mais municípios e garantir a continuidade naquelas cidades em que já tiveram o programa implementado. Para o próximo período, espera-se aumentar o quantitativo de escolas nos municípios que já executam o programa. Paraná, Rio Grande do Norte, Ceará; alcançando 32 municípios, 128 escolas e 11.422 educandos.

Na temática de ampliação e qualificação dos canais de comunicação com capacidade de interatividade e intervenção para a prevenção ao uso de álcool e outras drogas, há a expectativa para os próximos exercícios de que haja a evolução dos serviços de comunicação com a sociedade e a ampliação dos multicanais disponíveis.

A SENAD continuará atuando nos desdobramentos da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas – UNGASS 2016, com vistas a 2019, dado que neste ano será elaborado um novo plano de ação mundial para as políticas sobre drogas, cuja vigência será de dez anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2066
REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

As políticas públicas de Reforma Agrária, Regularização Fundiária e Crédito Fundiário voltadas a atender as famílias sem-terra, bem como o grande contingente de minifundiários com terra insuficiente para o sustento das famílias, se configuram essenciais ao combate à pobreza rural e à promoção do desenvolvimento agrário, além de contribuírem fortemente para a paz no campo.

Essas políticas estruturantes ao se encontrarem com outras voltadas para a renda, alimentação, educação e saúde, colaboram na promoção de alternativas que possam tirar da miséria essas populações por meio, dentre outras, da assistência técnica, dos créditos para instalação de moradias, da educação de jovens e adultos no campo e de infraestrutura adequada aos projetos de assentamento, com destaque para abastecimento de água, habitação, vias de transporte e escoamento de excedentes e inserção nas cadeias de valor do território e nos arranjos produtivos locais.

Em 2016, e para os demais anos do PPA 2016-2019, grandes desafios se apresentam, com destaque e prioridade para as escolhas estratégicas que contribuam para a titulação e posse definitiva dos lotes dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, de forma que as famílias assentadas disponham de meios para regularizar e/ou registrar a sua propriedade e assim conquistar melhores condições de cidadania e independência financeira.

Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e criar projetos de assentamento – PAs sustentáveis configuram-se importantes objetivos do programa 2066. Para tanto, após a imissão de posse nas áreas desapropriadas o INCRA orienta ações para criação, implantação e desenvolvimento dos PAs, propiciando a organização socioeconômica dos beneficiários, atendimento a serviços básicos de assistência técnica, crédito instalação e de infraestrutura vinculados ao programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores do programa, destaca-se, com bons resultados já para o primeiro ano do PPA, o indicador que mede a Governança da Malha Fundiária, o qual teve o valor aferido de 64,11, nove pontos percentuais acima do índice de partida adotado no Plano.

Em relação ao objetivo de assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, criar projetos de assentamento de forma sustentável e considerando, sempre que possível, a abordagem territorial, priorizando e assistindo famílias acampadas, com garantia de equidade de gênero e do acesso e permanência da juventude no campo, no ano de 2016, foram editados 21 decretos de desapropriação perfazendo um total de 35 mil hectares, garantindo as condições de vida e produção para 1.150 famílias. Esses imóveis correspondem ao montante de R$ 108 milhões, sendo R$

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

17 milhões em moeda corrente e R$ 92 milhões em Títulos da Dívida Agrária, resultados que se justificam devido à redução de orçamento para a obtenção de terras e as dificuldades nos processos judiciais de desapropriação decorrentes da legislação atual.

Na modalidade de compra e venda, nos moldes do Decreto 433/92, foram adquiridos 4 imóveis totalizando 15.800 hectares, com capacidade para atendimento a 660 famílias, correspondendo a um montante de R$ 33 milhões. Já na modalidade adjudicação foi adquirido apenas um imóvel. Trata-se de uma forma nova de obtenção, em que o pagamento deve ser acordado junto com a Procuradoria da Fazenda Nacional. Está em elaboração um normativo específico.

No Programa Nacional de Reforma Agrária, exercício de 2016, foram assentadas 1.608 famílias e criados 25 projetos de assentamento, sendo 24 projetos federais e um ambientalmente diferenciado, totalizando 26 hectares. Também houve o reconhecimento de 2 projetos estaduais, com 1.150 hectares. Este processo foi interrompido pela suspensão cautelar no processo de cadastro e seleção de novos beneficiários do Programa, derivada do Acórdão 775/2016 do Tribunal de Contas da União. O Incra está desenvolvendo diversas ações contidas no Plano de Providências (PP-Incra) para atender às recomendações do referido acórdão.

Atuou-se também em outras frentes para proporcionar dignidade às pessoas que almejam ser contempladas pelo PNRA por meio, por exemplo, do fornecimento de cestas de alimentos às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e alimentar. Resultado disso foi a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, que garantiu a distribuição de 89.446 cestas de alimentos.

Ademais, foram desenvolvidas ações com a FUNAI para propiciar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território. Destacam-se, em especial, as iniciadas desde 2012 e que ainda estão em atividades em 18 Terras Indígenas (TI) ou Reservas Indígenas (RI) em 10 estados da federação. Devido ao já mencionado Acórdão do TCU, em 2016 não foi possível reassentar ocupantes não índios nessas áreas, contudo está sendo construída a celebração do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o INCRA e a FUNAI, com o objeto de aprimorar atuação conjunta no processo de regularização fundiária de terras indígenas e o reassentamento dos ocupantes não índios, além de cooperar no processo de imóveis para constituição da área reservada das famílias indígenas.

Com relação ao objetivo de proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário, em 2016 empreendeu-se a atualização e revisão dos fundamentos legais do programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA como o manual de operações (Portaria 19 INCRA, de 15/01/2016), e os procedimentos e critérios para a concessão de bolsas para beneficiários do programa (IN INCRA 84, de 29/03/2016). Esses fundamentos oportunizaram maior agilidade no acompanhamento e fiscalização dos cursos, assim como na celebração de novos projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cabe registrar a celebração dos 18 anos do PRONERA promovida nas superintendências regionais para fortalecer as parcerias e consolidar o programa como uma política pública de grande relevância para o país, que neste período atendeu a mais de 200.000 beneficiários da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares.

Em relação ao objetivo de implantar, qualificar e consolidar os projetos de assentamento de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero, buscou-se, em 2016, promover ações para o fornecimento de infraestrutura básica como acesso à energia, água, moradia, estradas e outras. Um destaque cabe para a meta de atender 16 mil famílias com projetos de agroindustrialização e comercialização. Só em 2016, foram atendidas 6.212 famílias com projetos de agroindústria e kit feiras.

Dada a enorme extensão territorial e diversidade cultural, de climas, geografia e solos, outro imenso desafio do INCRA foi e ainda será ampliar o acesso à assistência técnica, social e produtiva, visando qualificar as famílias no enfrentamento das diversidades relacionadas à produção e comercialização. O serviço de ATER deve ser adaptado ao modo de vida das famílias que residem em áreas ambientalmente diferenciadas, contribuindo para estruturar a produção agrícola a partir de sistemas produtivos adequados às realidades socioambientais específicas e que ainda vise o fortalecimento da transformação da produção através de Agroindústria (programas Terra Sol e Terra Forte) e ampliação do acesso a mercados institucionais e a comercialização direta (PAA, PNAE, PNPB, feiras da agricultura familiar e da Reforma agrária).

No campo de serviços sociais, o INCRA busca garantir ações de educação, cidadania, lazer e cultura para os Projetos de Assentamentos por meio de articulação de políticas públicas, além de priorizar o público menos favorecido conforme qualificação do CadÚnico. No campo da inovação, buscou-se implementar a prestação de serviços de forma moderna e mais próxima dos cidadãos, com é o caso da implantação da Sala da Cidadania Digital, que facilitou acessos dos mais variados tipos a muitas famílias.

Para o tema de ampliar a governança sobre a malha fundiária nacional, promovendo a regularização fundiária, qualificando a gestão, o uso da terra e dos recursos naturais, em 2016 houve um grande aprimoramento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR visando possibilitar a atualização cadastral, via internet, pelos proprietários de imóveis rurais. Também vendo sendo realizada a integração do SNCR com o Cadastro de Imóveis Rurais – CAFIR, da Receita Federal, que além de preparar o ambiente para a implantação, prevista para 2017, do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, possibilitará o cruzamento das informações destes cadastros e a atualização anual das informações.

A implantação da certificação automatizada de georreferenciamento por meio do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, realizada em 2013, possibilitou a emissão imediata da certificação caso não haja sobreposição com outros imóveis na base georreferenciada do INCRA. Em 2016, o SIGEF continua sendo aprimorado, e foi implementada a funcionalidade "*sanção à profissionais credenciados*", aplicável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à profissionais que descumprem a Norma Técnica para Georreferenciamento. A base do sistema vem crescendo de forma significativa, pois o acervo fundiário digital consolida mais de 644 milhões de hectares com dados georreferenciados, o que corresponde a 61% do território nacional. A meta é adequar 100% do acervo aos padrões da INDE – Infraestrutura Nacional de dados espaciais antes do prazo previsto de 2019, dos quais 20% foi concluído no primeiro ano do PPA.

Dentro desse objetivo, cabe destacar, ainda, as metas de arrecadar 2 milhões de hectares de terras devolutas da União. Já no primeiro ano, 755.142 foram arrecadados. É importante pontuar que a ação de arrecadação tem impacto positivo para a governança fundiária, em especial, no combate à grilagem de terras públicas.

Ainda, a meta de cadastrar e georreferenciar 50 mil imóveis rurais em apoio à regularização fundiária executada pelos estados, ratificação em faixa de fronteira e titulação de imóveis rurais de domínio da União e/ou INCRA, alcançou 13.690 imóveis, em 2016.

No que se refere à regularização fundiária na Amazônia Legal, a meta de georreferenciar 10 milhões de hectares já foi alcançada. No ano passado, foram georreferenciados 14,7 milhões de hectares, tendo sido priorizados os perímetros de glebas públicas federais.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Tomando por base o ano de 2016 é possível inferir que grandes desafios se apresentam para os demais exercícios do PPA 2016-2019, com destaque para as escolhas estratégicas que contribuam para a titulação e posse definitiva dos lotes dos beneficiários do programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, de forma a contribuir para a melhoria das condições de vida e paz no campo.

No ano de 2016, foi possível avançar nas ações de assentamento de famílias, fornecimento de cestas de alimentos, desintrusão de não índios em terras indígenas, acesso à cultura e educação no campo, fornecimento de infraestrutura básica como acesso à energia, água, moradia, estradas e outras por meio de parceiras com outras esferas de governo e ampliação do acesso à assistência técnica, social e produtiva, a fim de qualificar as famílias no enfrentamento das diversidades relacionadas à produção e comercialização.

No âmbito do Pronera, para 2017, está prevista a manutenção de 85 cursos e a possibilidade de celebração de 10 novos, os quais, preferencialmente, serão no segmento de educação de jovens e adultos – EJA, técnico profissionalizante e superior. Assim sendo, serão mantidos em formação 5.577 estudantes sendo 1.200 em EJA, 1.037 em extensão universitária, 1.532 em cursos técnicos profissionalizantes, 1.598 em cursos superiores, 180 em pós-graduação *lato sensu* e 30 em pós-graduação *stricto sensu*.

Quanto à celebração de novos cursos, para 2017 foram realizados os seguintes ajustes visando manter a regular execução do programa: a) adiar a implantação de cursos em EJA; b) remanejar recursos para manter as descentralizações para os cursos em execução no segmento do técnico profissionalizante e superior; c) evitar o reajuste do valor aluno/ano de todos os projetos, conforme Portaria 563 Incra, de 23/10/2015, objetivando garantir orçamento para os cursos em execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também na área de governança fundiária houve grande evolução e integração de sistemas cadastrais, o que permitirá melhores cruzamentos e maior disponibilidade e tempestividade dos dados necessários ao controle fundiário.

Por fim, em 2017 e nos anos subsequentes continuará a implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR. Também estão previstas a simplificação dos normativos para fiscalização cadastral e controle de terras por estrangeiros, a ampliação da auditoria/fiscalização da certificação de imóveis rurais, o uso de novas tecnologias como imagens de satélite e Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), a criação do Grupo de Estudos de Inteligência Territorial e o apoio à política de titulação de lotes por meio do Sistema Nacional de Titulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2069
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Nos últimos anos, ocorreram vários avanços na área de segurança alimentar e nutricional, fruto de um conjunto de ações intersetoriais e participativas voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza. Entre os resultados, pode-se mencionar a acentuada redução do percentual de domicílios brasileiros com insegurança alimentar grave (passando de 5,0% em 2009 para 3,2% em 2013), da desnutrição infantil, medida pelo déficit de peso em crianças menores de 5 anos de idade (redução de 4,2% em 1996 para 1,8% em 2006) e da taxa de mortalidade infantil, aferida pelo número de óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos (de 26,1 em 2001 para 14,4 em 2014). Em 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pois a prevalência de subalimentação na população brasileira caiu para menos de 5%, limite abaixo do qual se considera que a fome já não é mais um problema estrutural no país.

A despeito desses avanços, novos desafios se apresentam na agenda política da segurança alimentar e nutricional para a população brasileira. No PPA 2016-2019, a garantia do direito humano à alimentação adequada está expressa como uma diretriz estratégica, qual seja a "garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional".

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os indicadores do programa de Segurança Alimentar e Nutricional, definidos para o horizonte do PPA 2016-2019, foram analisados conforme a seguir:

- Os dois indicadores que medem o déficit de peso para idade, tanto de crianças indígenas quanto de quilombolas, de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família, foram aferidos em 2014 e obteve-se, respectivamente, 8% para indígenas e 5,7% para quilombolas, demostrando um déficit maior entre crianças indígenas. Não foi possível, por questões técnicas, aferi-los posteriormente o que deve ser resolvido em breve;
- O percentual de adultos com excesso de peso foi aferido em 2015, por meio da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel) do Ministério da Saúde – MS, quando se obteve o valor 53,9%, sendo maior entre homens (57,6%) do que entre mulheres (50,8%). Entre homens, a frequência dessa condição tendeu a aumentar com a idade até os 54 anos; e entre mulheres, essa tendência de aumento foi observada até os 64 anos. Pretende-se melhorar esse índice com estratégias de prevenção e controle da obesidade com agendas intersetoriais, inclusive com estados e municípios, e avanço em medidas regulatórias;
- O percentual de crianças de 0 a 5 anos com baixo peso para a idade foi aferido em 2016 quando se obteve o valor 3,01%, conforme dados obtidos da Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do MS. Observou-se uma melhora nesse percentual em relação ao índice de referência obtido em 2015 de 3,52% em função de políticas voltadas ao público mais vulnerável como o acompanhamento pelo Bolsa Família;
- A taxa de adesão dos municípios ao SISAN foi aferida em 2016 quando se obteve o valor 3,8%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conforme dados obtidos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Considerando que esse índice representa 212 municípios brasileiros aderidos, tem ocorrido um movimento de maior adesão entre os maiores municípios. Em 2016, entre os 123 municípios que aderiram, 10 se enquadram nestas características. Pretende-se realizar 5 Seminários Regionais com representantes municipais para estimular o processo de adesão e também ampliar a divulgação do Sistema Eletrônico de Adesão existente.

Por outro lado, os principais desafios no campo do programa de Segurança Alimentar e Nutricional para o período, abrangido no PPA 2016-2019, estão sintetizados em seus objetivos, descritos resumidamente abaixo.

Um desses desafios foi expresso em um dos objetivos do PPA, qual seja, o de combater a insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais (PCT). Apesar da fome já não ser mais considerada um problema estrutural, ainda há grupos vulneráveis sujeitos à insegurança alimentar, especialmente PCT. De acordo com os dados da PNAD, ainda havia 3,2% dos domicílios brasileiros com pelo menos uma pessoa reportando alguma experiência de fome, o que correspondia a 7,2 milhões de pessoas, em 2013.

Sabendo-se que os indicadores apontam que no PCT há uma prevalência de situações de insegurança alimentar e nutricional superior à média nacional, duas metas foram incluídas neste objetivo, assim como dois indicadores correlatos foram incluídos no programa temático, visando reduzir o déficit de peso em crianças indígenas e quilombolas. As duas metas são as seguintes: reduzir 20% do déficit de peso para idade de crianças quilombolas menores de 5 anos e reduzir 25% do déficit de peso para idade de crianças indígenas menores de 5 anos, todas elas acompanhadas nas condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN.

Um primeiro passo para se alcançar esse objetivo do PPA dá-se por meio da realização de um diagnóstico mais acurado das famílias onde ainda persiste a insegurança alimentar e nutricional, a fim de ajustar e convergir as políticas públicas para superar tal situação. Com esse intuito, foi publicado, em 2016, o Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional, elaborado pela CAISAN, que traz o mapeamento das famílias incluídas no Cadastro Único para programas Sociais do governo federal entre as quais ainda persiste a desnutrição em crianças menores de 5 anos de idade acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família. Foi feita uma análise especial nos territórios onde residem Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), sendo 15 grupos identificados: quilombolas, indígenas, agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, extrativistas, acampados rurais, ciganos, pertencentes às comunidades de terreiro, beneficiários do programa Nacional de Crédito Fundiário, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, presos do sistema carcerário, catadores de material reciclável e pessoas em situação de rua. Com base nesse mapeamento, foram identificados os municípios em situação de maior vulnerabilidade, elencados como prioritários para as estratégias que concentram um conjunto de ações locais, coordenadas e intersetoriais, de forma a melhorar o acesso à alimentação das famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Entre essas ações, estão aquelas que compõem uma estratégia de inclusão produtiva rural para estimular a geração de trabalho e renda e garantir o acesso a alimentos para as famílias de povos e comunidades tradicionais que vivem em áreas rurais e se encontram em situação de extrema pobreza. Assim, em 2016, mais de 4,4 mil famílias de PCT receberam assistência técnica e recursos financeiros não reembolsáveis para estruturar a produção, pelo programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, e/ou foram beneficiadas com tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos pelo programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas). Para os próximos anos, estão sendo articulados novos arranjos para possibilitar a ampliação do atendimento a esse público, para que a meta de atendimento a 100 mil famílias de PCT, prevista no PPA, seja alcançada até 2019. Porém se reconhece que o ritmo de execução dessas ações precisa ser intensificado, com a necessidade de ampliação do orçamento dos referidos programas.

Embora tenha sido incrementada a produção agrícola nos últimos anos, em especial a proveniente da agricultura familiar, outro desafio que se coloca para a agenda de segurança alimentar e nutricional, como objetivo do PPA, é ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, o que envolve, entre outros aspectos, a integração e a articulação de ações de diferentes órgãos governamentais relacionados aos temas da agroecologia, da produção orgânica e da sociobiodiversidade.

Em 2016, foi lançado o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). Com vigência igual à do PPA, o II Planapo reúne ações de mais de dez órgãos federais e tem como objetivos fortalecer a produção agrícola de base agroecológica e orgânica, além de ampliar a oferta e o consumo de alimentos saudáveis, apoiar o uso sustentável dos recursos naturais e disseminar o conhecimento em agroecologia, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O I Planapo, finalizado em 2015, apresentou bons resultados, beneficiando mais de 330 mil famílias de agricultores familiares, de povos e comunidades tradicionais e de produtores orgânicos, com ações de crédito, assistência técnica e extensão rural (Ater), tecnologias de acesso à água para a produção, fomento e acesso aos mercados públicos por meio do programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – com aquisição de sementes de qualidade e alimentos orgânicos ou de base agroecológica, e do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com o II Planapo, a expectativa é de seguir avançando na temática, com resultados ainda mais expressivos para os próximos anos.

No que diz respeito ao objetivo de contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável, uma das principais frentes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atuação do governo reside no programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, em termos sumários, consiste na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais, no abastecimento da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e na recomposição dos estoques e comercialização. O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, vinculado ao MEC, também contribui de forma considerável para a composição deste objetivo, por meio do estímulo às aquisições da agricultura familiar e do abastecimento das unidades públicas de educação com alimentos saudáveis.

Quanto à implementação do referido objetivo, a estratégia tem sido aprimorar os instrumentos e programas de compras públicas da agricultura familiar, visando alcançar, até 2019, um valor anual de R$ 2,5 bilhões, como meta do PPA. Houve avanços em 2016 na articulação e na coordenação das ações de compras deste segmento realizadas pelos órgãos públicos, nas três esferas de governo, especialmente por meio da modalidade de Compra Institucional do PAA, além do PNAE e das aquisições dos órgãos da União, em atendimento ao Decreto 8.473/2015, que prevê um mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar nas aquisições de alimentos de órgãos públicos federais. O intuito é estimular estados e municípios a adquirirem, com recursos próprios, os produtos da agricultura familiar para suprir as demandas de alimentos de restaurantes institucionais e universitários, hospitais, quartéis, presídios, entre outras instituições. Com isso, busca-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade.

Somados os recursos investidos no PAA, inclusive na Compra Institucional, foram executados cerca de R$ 588 milhões em 2016. Os dados referentes ao PNAE ainda não estão disponíveis para o ano de 2016. Considerando-se os valores de aquisição da agricultura familiar destinados à alimentação escolar nos últimos anos, nota-se um aumento consistente dos percentuais adquiridos a cada ano, ainda que não se tenha conseguido, até o momento, alcançar a meta dos 30% previstos. Destaca-se, ainda em 2016, o andamento da execução de iniciativas de capacitação junto às organizações da agricultura familiar e aos potenciais compradores institucionais, além do lançamento do portal de compras públicas da agricultura familiar, que sistematiza e divulga informações para esse segmento. Para se alcançar a meta de totalizar R$ 2,5 bilhões por ano em compras da agricultura familiar até o fim de 2019, será intensificado o trabalho de articulação, assim como as atividades de capacitação para promover as compras institucionais pelos diversos entes da administração pública, mas será necessário, também, aumento do orçamento disponível para execução do PAA.

Entre outras iniciativas que se destacaram em 2016, vale ressaltar a realização de iniciativas para a estruturação de equipamentos públicos para recebimento e distribuição dos alimentos, especialmente os produtos *in natura*, da agricultura familiar, por meio das Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar (UDAFs), que são estruturas públicas para recebimento e distribuição de alimentos adquiridos por meio de compras públicas da agricultura familiar. Em 2016, 36 unidades foram modernizadas, com entrega de kits compostos por caminhão frigorífico, balança eletrônica, freezer, monoblocos, entre outros equipamentos. Destaca-se, também, a estruturação da Rede Brasileira de Banco de Alimentos (Portaria 17 MDS, de 14 de abril de 2016), que tem por objetivos fortalecer e integrar a atuação dos bancos de alimentos de modo a contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos e para a ampliação da garantia do direito humano à alimentação adequada no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro importante desafio consiste no estímulo à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população. Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação é imperativo para que o país enfrente o desafio de controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação. O padrão de consumo alimentar dos brasileiros tem contribuído para um aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias o que resulta na maior incidência das doenças crônicas não transmissíveis, como as do coração, a hipertensão, o diabetes e o câncer, responsáveis por mais de 70% das causas de mortes no Brasil. É preciso orientar a população brasileira sobre estilos de vida e alimentação adequados e saudáveis, ampliando o consumo de frutas e hortaliças e reduzindo o consumo de bebidas açucaradas, por exemplo, para deter o crescimento do excesso de peso.

Dados recentes de 2015 apontam que o sobrepeso já atinge 53,9% da população adulta brasileira e que a obesidade alcança 18,9% do total. Entre as crianças, um terço apresenta excesso de peso. Além da perda na qualidade de vida, este quadro repercute no aumento dos gastos do Sistema Único de Saúde. Neste contexto, foi elaborada, em 2014, no âmbito da CAISAN, que reúne 20 órgãos federais, com a participação do Consea e da Organização Pan Americana de Saúde da Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS), a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, com orientações sobre modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira. O objetivo é organizar as orientações de forma articulada, conjunta e intersetorial para o enfrentamento do sobrepeso, da obesidade e de seus determinantes. Também com este escopo, foram publicadas as "Diretrizes de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho", por meio da Portaria 1.274 MS, de 7 de julho de 2016, do MS, que tem por objetivo contribuir para a promoção da saúde dos trabalhadores e para a redução dos agravos relacionados às doenças crônicas não transmissíveis e dos seus fatores de risco modificáveis.

Ainda no âmbito das estratégias de prevenção e controle da obesidade, deu-se início, em 2016, à realização de estudos voltados a estabelecer uma proposta de taxação de bebidas açucaradas, incluindo os refrigerantes, junto ao Ministério da Fazenda e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Também em 2016, iniciou-se o processo de pactuação com os estados para ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo para uma alimentação saudável e o combate ao sobrepeso e à obesidade no escopo do Pacto pela Alimentação Saudável (Decreto 8.553/2015).Em 2016, foram publicadas as "ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho" (Portaria 1.274/2016), que tem por objetivo contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores, e para a redução dos agravos relacionados às doenças crônicas não transmissíveis e dos seus fatores de risco modificáveis. Com base nessas diretrizes, foram desenvolvidas, pelo MS, ações em mídias sociais ao longo de 2016. Para os próximos anos, é necessário aprimorar a ação intersetorial para o enfrentamento da obesidade e o avanço de medidas regulatórias para a promoção de ambientes saudáveis.

No contexto de contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural, cumpre salientar a ênfase no aspecto transversal desse programa, com a participação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

três órgãos: o MDSA (Programa Cisternas), o Ministério do Meio Ambiente – MMA (Programa Água Doce) e o Ministério da Integração Nacional – MI, cujo desafio é aperfeiçoar os mecanismos para a condução da política de forma integrada. Em termos de resultados obtidos em 2016, o destaque é para 55.885 famílias beneficiadas pela entrega de novas cisternas, sendo 54.095 implantadas no território abrangido pelo semiárido e 1.691 sistemas de captação de água de chuva implantados na região da Amazônia, onde o acesso à água de qualidade é escasso, além de 99 tecnologias sociais implantadas em Goiás. Além do mais, 1.504 cisternas foram implantadas em escolas rurais do semiárido.

Com os instrumentos ainda vigentes e com o orçamento disponível, está prevista também a entrega de mais 100 mil cisternas de água para consumo humano. Ademais, prevê-se a entrega de mais 7 mil cisternas escolares, alcançando a meta no atendimento às escolas públicas do meio rural do semiárido com cisternas durante o período do PPA, que são de 8 mil previstas. No âmbito do programa Água Doce, do MMA, foram entregues 15 sistemas de dessalinização de água em 2016; mantido esse ritmo de execução, provavelmente a meta prevista no PPA, de implantação de 60 desses sistemas, será cumprida até o final de 2019. Em 2016, foram implantados, ainda, 267 sistemas coletivos de abastecimento, pelo MI, destacando-se, no entanto, o baixo ritmo de execução dessa ação decorrente do cenário de restrições financeiras do primeiro ano do PPA, que, caso permaneça para os próximos anos, pode inviabilizar o alcance da meta de 13 mil sistemas até o final de 2019.

Nesse sentido, avançar na ampliação do acesso à água para consumo pelas populações vulneráveis residentes no meio rural é um desafio que se coloca para os próximos anos.

Para a articulação, efetivação e acompanhamento das políticas de segurança alimentar e nutricional, de forma intersetorial e participativa, tem sido fundamental o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e de seus componentes (Conferência, Conselho e Câmara Interministerial/ Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional) nos âmbitos nacional, estadual e municipal, buscando o aperfeiçoamento da gestão federativa, da intersetorialidade e da participação social, outro desafio, também expresso por objetivo do PPA.

Quanto à relação federativa, até o início de 2016, todos os estados já haviam aderido ao SISAN, além de 89 municípios. Também em 2016, foram intensificadas as atividades junto aos estados (com realização de oficinas, seminários, eventos de capacitação, publicação de materiais de apoio e repasse de recursos para estruturação local) para estimular a mobilização e a adesão municipal (que já pode ser feita de forma on-line, por meio de sistema próprio) com vistas ao cumprimento da meta de adesão de 600 municípios ao sistema até 2019. Como resultado, houve 123 adesões municipais em 2016, totalizando, portanto, 212 municípios aderidos ao SISAN. Cabe destacar que para atender aos requisitos de adesão municipal ao sistema, é necessária a criação e instalação dos componentes municipais: conselhos (presididos pela sociedade civil), câmaras intersetoriais e o compromisso de elaboração de um plano local de segurança alimentar e nutricional. É, portanto, um processo técnico e político, que envolve a mobilização, a sensibilização e a capacitação da sociedade civil, dos gestores públicos e dos legisladores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação aos planos de segurança alimentar e nutricional, no âmbito nacional destaca-se que, no processo de elaboração do II PLANSAN, referente ao período de 2016 a 2019, em conjunto com o Consea nacional e com base nas deliberações da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (realizada em 2015), foram definidas 121 metas e, ainda, estipulados os indicadores do Plano e aperfeiçoado o seu sistema de monitoramento. Esse plano foi estruturado a partir de nove grandes desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos, cabendo salientar a forte correlação entre o PPA 2016-2019 e o II PLANSAN. Dos 54 programas temáticos que compõem o PPA 2016-2019, 22 possuem metas e iniciativas que são afetas à segurança alimentar e nutricional.

No âmbito estadual, também em 2016, a Paraíba elaborou seu plano de segurança alimentar e nutricional, totalizando, assim, 13 estados que possuem planos publicados. Além de dar continuidade ao processo de adesão de municípios e de elaboração dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional, os principais desafios para a consolidação do sistema nos próximos anos estão relacionados aos seus mecanismos de financiamento e gestão, à formalização do processo de pactuação federativa e à instituição de mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.

O reconhecimento do direito humano à alimentação adequada estimulou ainda mais o Brasil a promover, internacionalmente, a agenda de segurança e soberania alimentar e nutricional. Dessa forma, um desafio é consolidar a posição brasileira, de forma estruturada e coordenada, no âmbito do diálogo e da cooperação internacional, expresso em objetivo do PPA sobre governança global dos sistemas alimentares, colocando a nutrição no centro da agenda, no âmbito da FAO, do programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA/OMS), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outros fóruns multilaterais.

Em 2016, o Brasil teve papel fundamental na criação, pela Assembleia Geral da ONU, da Década de Ação em Nutrição 2016-2025, além de participar ativamente das discussões no Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA/FAO) e apoiar a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, encontra-se em fase de implementação o programa-País de Oportunidades Estratégicas do Brasil (COSOP/Brazil) 2016-2021, que contará com apoio do FIDA para a cooperação Sul-Sul brasileira, sobretudo na América Latina e Caribe e na África Subsaariana. A participação coordenada do governo brasileiro nos fóruns internacionais que tratam da segurança alimentar e nutricional permitiu ao Brasil, no ano de 2016, manter o protagonismo do país internacionalmente, na referida temática.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional segue ampliando seu papel fundamental na articulação de ações para a garantia do abastecimento e do acesso regular à alimentação adequada e saudável, com a participação de todos os estados e do Distrito Federal. Para 2017, a expectativa é de que haja uma articulação ainda maior das ações em uma estratégia de inclusão produtiva rural e urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ressalta-se que a aprovação do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reunindo iniciativas de 20 órgãos, com vigência até 2019 e que também inclui as tecnologias sociais de acesso à água, foi um marco fundamental no aperfeiçoamento desse sistema.

O governo federal seguirá atuando para ampliação do SISAN. Serão de grande destaque as compras públicas de alimentos da agricultura familiar. O objetivo é assegurar o acesso, especialmente dos mais vulneráveis, a alimentos saudáveis, menos processados, de acordo com os hábitos alimentares locais e, ao mesmo tempo, abrir oportunidades para comercialização da produção da agricultura familiar. Com isso, busca-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INFRAESTRUTURA

PROGRAMAS TEMÁTICOS

- Aviação Civil
- Combustíveis
- Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia
- Energia Elétrica
- Geologia, Mineração e Transformação Mineral
- Gestão de Riscos e de Desastres
- Mobilidade Urbana e Trânsito
- Moradia Digna
- Petróleo e Gás
- Planejamento Urbano
- Saneamento Básico
- Transporte Aquaviário
- Transporte Terrestre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2017
AVIAÇÃO CIVIL

A aviação civil constitui um setor importante para o país, tendo em vista que o transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária são grandes vetores de desenvolvimento e integração nacional, seja pelo estímulo à realização de negócios, seja pela aproximação e melhoria na eficiência de diversas cadeias produtivas.

As diretrizes para o setor são exaradas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC, aprovada por meio do Decreto 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, que estabelece como principal propósito "*assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial*". A política pública de aviação civil se fortaleceu com a criação do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), Lei 12.648/2012, o qual destina os recursos para o sistema de aviação civil com o objetivo de desenvolver e fomentar o setor, bem como as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

Nesse sentido, assim como no Plano Plurianual – PPA 2012-2015, o PPA 2016-2019 contempla o programa temático "2017 – Aviação Civil", o qual reflete os anseios da sociedade e do governo em torno do desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil. Esse programa procura endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para, dentre outras especificidades, a adequação da capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura; a ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas; promoção da segurança da aviação civil; promoção de desenvolvimento institucional, regulatório e técnico; além do aprimoramento da eficiência e da segurança operacional do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No PPA 2016-2019, houve uma redução no número de indicadores e foram estabelecidos apenas aqueles que pudessem ser influenciados mais diretamente pelos esforços da política pública de aviação civil expressa pelo programa. Dessa forma, foram aperfeiçoados os indicadores relativos à movimentação de passageiros, aeronaves e cargas, pois se relacionam com os esforços de ampliação das capacidades de processamento. Foram mantidos os indicadores referentes ao percentual de atrasos e cancelamento de voos, bem como o relativo à tarifa aérea média nominal, nos quais foram utilizados como referência os valores apurados em 2014.

Comparando com os valores de referência, ocorreu uma melhora nos indicadores relacionados aos atrasos superiores a 30 e 60 minutos e à taxa de cancelamento. Ressalta-se que esses atrasos podem ser ocasionados por motivos diversos que afetam os serviços aéreos, entre eles estão as condições meteorológicas, de segurança operacional, de tráfego aéreo, aeroportuárias, operacionais das empresas aéreas e outros.

Ao comparar a variação total de movimentação de passageiros, aeronaves e cargas com os valores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de referência estabelecidos, verifica-se uma redução nesses índices. Tal variação pode ser justificada pelo cenário de desaceleração da atividade econômica e variações significativas em importantes indicadores macroeconômicos.

Em relação aos objetivos estabelecidos no Plano, foram mantidos os cinco eixos de atuação do programa temático Aviação Civil, quais sejam: Adequação da infraestrutura aeroportuária Aumento da oferta de transporte aéreo; Aumento da segurança; Desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil; e Aprimoramento da eficiência e modernização das operações de navegação aérea). Entretanto, destacam-se as adequações realizadas nos objetivos buscando o aperfeiçoamento da política pública de aviação civil no PPA.

No PPA 2016-2019, o objetivo voltado para o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuárias passou a considerar, além da expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária para o processamento de passageiros e cargas, explicitamente em suas metas, a realização de estudos e investimentos para aumentar a disponibilidade de infraestrutura nos 270 aeroportos contemplados no programa de Aviação Regional e a elaboração do novo Plano Aeroviário Nacional.

Em 2016, o Brasil ampliou a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros foi de 386.616.000, o que representa 100,41% da meta estabelecida para o período do Plano. Já a capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2016 foi de 2.217.321 toneladas e alcançou 92,39% da meta para o período do PPA.

Considerando os resultados apresentados para o ano de 2016, evidencia-se que as metas estão sendo alcançadas, corroborando com o objetivo de aumento da capacidade. Embora a movimentação de passageiros e de carga esteja em tendência de queda no cenário atual, devido ao momento econômico, a capacidade dos aeroportos está aumentando, o que proporciona um atendimento ainda melhor que o planejado, com maior nível de serviço médio para os passageiros e com folga operacional para recebimento de cargas e exploração de novos serviços de carga aérea.

O programa de Aviação Regional contemplou inicialmente 270 municípios para execução de estudos e projetos de reforma, ampliação e construção de aeroportos regionais. Entretanto, como resultado dos estudos realizados, das tratativas com estados e companhias aéreas, e da avaliação de indicadores, foi definida, no âmbito do governo federal, a descontinuidade/conclusão dos projetos de 93 aeroportos da relação inicialmente prevista. Com isso, foi constituída uma carteira de execução de projetos com 177 aeroportos e dentre esses, 58 aeroportos integram a lista de aeroportos priorizados para a execução de obras.

A meta qualitativa "Elaborar o Novo Plano Aeroviário Nacional – PAN" trata do planejamento estratégico para o setor de aviação civil, onde são estabelecidas as premissas e objetivos de desenvolvimento para o setor, e planejados os cenários de evolução dos aeroportos de interesse nacional. O trabalho foi iniciado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em 2015 e, até final de 2016, foram desenvolvidos, em versão preliminar, o relatório "Dimensão estratégica do Planejamento Aeroviário Nacional" e iniciada a segunda etapa do trabalho que busca a "Simulação de cenários para a Rede de Aeroportos Nacional". Ressalta-se que o Novo Planejamento Aeroviário Nacional é desenvolvido de forma integrada com os demais modos de transporte e instituições que de alguma forma impactam no setor, garantindo a coerência das ações governamentais.

Com vistas à ampliação do setor, o governo federal iniciou em 2011 o programa de concessão de aeroportos federais, começando pelo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN. Em 2012, foram concedidos à iniciativa privada os terminais de Brasília/DF, Guarulhos/SP e Campinas/SP. Os aeroportos do Galeão/RJ e de Confins/MG foram concedidos em 2014. Os próximos aeroportos a serem concedidos à iniciativa privada são Fortaleza/CE, Salvador/BA, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC, destaca-se que os editais foram publicados em 2016 e a realização do leilão está prevista para o início de 2017.

No âmbito do programa Federal de Auxílio a Aeroportos, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parcerias com estados da federação, ocorreu, no primeiro semestre de 2016, a conclusão da obra do Aeroporto de Santo Ângelo/RS; o Aeroporto de Vitória da Conquista/BA teve sua obra concluída e aguarda o recebimento definitivo da SAC; em Correia Pinto/SC foi autorizado o início das obras; o Aeroporto de Cascavel/PR está com obra paralisada – aguardando nova contratação pelo Estado; e o Aeroporto de Fernando de Noronha/PE está com obras em andamento. O convênio de Vitória da Conquista/BA, para a construção do terminal de passageiros, está em fase de licitação e o Aeroporto de Linhares/ES aguarda a emissão da licença ambiental para o início das obras. Os demais convênios encontram-se na fase de análise de projetos, quais sejam: Penedo/PB e Araruna/PB. Em dezembro de 2016, foram formalizados 6 novos convênios para os Aeroportos de: Coxim/MS, Bonito/MS, Sorocaba/SP, Cacoal/RO, Aracati/CE e Jijoca de Jericoacoara/CE.

Relacionada às metas do objetivo focado na ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência, ao fim do ano de 2016, chegou-se a 742 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas e a 111 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, representando, assim, a execução de aproximadamente 74% das respectivas metas. Em 2015, havia 749 rotas e 112 aeroportos.

Os motivos para a redução no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei 11.182/2005. Ressalte-se que, após um período de forte expansão da oferta, as empresas vêm readequando seus custos, por meio de diversas ações, tais como a otimização da malha, de forma a melhorar a taxa de ocupação das aeronaves. Contudo, as dificuldades decorrentes do aumento dos custos operacionais se destacam. Tais custos foram especialmente afetados pelo aumento do preço do Querosene de Aviação e pelo aumento do valor do dólar norte-americano. Apesar de recentes desvalorizações da moeda norte americana, verificou-se, comparativamente ao ano de 2014 e início do ano de 2015, aumento do valor do dólar frente ao Real. No âmbito das competências da SAC, têm sido objeto de análise medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que possam contribuir para a redução do custo operacional da indústria de transporte aéreo.

Dentre as medidas adotadas para aumentar a oferta do serviço de transporte aéreo, estão o programa de Aviação Regional; medidas de estímulo à concorrência entre prestadores de serviços de transporte aéreo; e o programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, criado pela Lei 13.097/2015, que autoriza a subvenção econômica para voos que tenham origem ou destino em um aeroporto classificado como regional. A implementação do PDAR depende de regulamentação da Lei 13.097/2015 pelo Poder Executivo Federal. Durante o ano de 2016, deu-se prosseguimento aos estudos para a proposição da norma regulamentadora dessa política pública.

Em relação à integração do Sistema de Aviação Civil Brasileiro no cenário internacional, foram celebrados novos Acordos de Serviços Aéreos, bem como a atualização de acordos já vigentes com diferentes países. Destaca-se que uma parcela significativa do sucesso das negociações deveu-se à troca de correspondências entre as autoridades aeronáuticas, o que permitiu a redução de viagens e deslocamento de delegações para as negociações. Igualmente, iniciativas como a participação do Brasil na Conferência para Negociação de Serviços Aéreos (ICAN 2016), evento promovido pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) com o objetivo de reunir representantes de vários países para negociação dos respectivos acordos, agilizou a agenda de negociações da ANAC a um custo reduzido.

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). A segurança de voo (*safety*) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a *safety* – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já *security* é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas.

No que se refere à segurança do transporte aéreo, em termos quantitativos, a ANAC fiscalizou, no ano de 2016, 32.105 itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade.

Em 2016, também foram realizadas pela agência as seguintes ações no sentido de promover a segurança da aviação civil: aprimoramento do arcabouço normativo, promovendo a melhoria da qualidade regulatória; realização de 27 audiências públicas, que possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do arcabouço jurídico da aviação civil; publicação de Nova Agenda Regulatória 2017/2018, com participação social; publicação da Instrução Normativa 107, que harmoniza a elaboração de normas finalísticas na ANAC; e a realização da Ação Nacional de Aviação Civil, que são eventos cujo objetivo é desenvolver a aviação civil a partir de atividades ligadas à qualificação, capacitação e divulgação de informações aos profissionais do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro. Destaca-se que quanto menor o índice melhor pois indica uma diminuição na quantidade de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens.

No objetivo que visa promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira, por meio da promoção de cursos e concessão de bolsas, revisão do marco legal do setor de aviação civil, elaboração de estudos; e divulgação do setor à sociedade por meio de publicações, foram capacitados 248 profissionais, representando, assim, a execução de 6,9% da meta estabelecida para o período do plano. Dentre os profissionais capacitados, estão 55 bolsistas do programa Bolsa Piloto e 193 profissionais do programa TREINAR, que contempla a gestão de aeroportos; operações aeroportuárias; serviços de prevenção, salvamento e combate a incêndios em aeródromos civis; manutenção e segurança aeroportuária.

Dentre as atividades realizadas, em 2016, relacionadas à revisão do marco legal do setor da aviação civil, podem ser citadas: edição de normas pela ANAC relativas à utilização de novas tecnologias pela indústria; participação da SAC na Comissão de Especialistas de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CERCBA) do Senado Federal; contribuição da Secretaria com o processo de revisão das Condições Gerais de Transportes conduzido pela ANAC; edição da Resolução 1/2016, que trata da alocação de *slots* no aeroporto de Congonhas; e a publicação da Lei 13.319/2016, a qual trata da extinção do Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero).

Em relação à elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil, foi dada continuidade às atividades do Termo de Execução Descentralizada entre a SAC e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) cujo objeto é a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento da Secretaria de Aviação Civil. Cabe ressaltar que o projeto só será considerado como concluído quando o diagnóstico e o planejamento do sistema aeroportuário do país estiverem finalizados e entregues à Secretaria.

Com o intuito de divulgar à sociedade informações sobre o setor de aviação, destacam-se as seguintes ações realizadas: publicação de nova Carta de Serviços ao Cidadão pela ANAC; disponibilização dos vídeos das reuniões da Diretoria da Agência, de sumário com resultado dos processos deliberados e dos relatórios dos votos e atos decorrentes dos processos deliberados; implementação do peticionamento eletrônico; além da realização de audiências públicas no processo de atualização normativa da ANAC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O objetivo de aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor foi repensado de forma a contemplar, no âmbito das políticas de desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil, o desenvolvimento do marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas, popularmente chamadas de *drones*, visando a sua inserção no setor aéreo de forma segura, harmonizando interesses públicos, privados, científicos e comerciais. Além disso, com o intuito de fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais, uma das metas reflete a ampliação da prestação de serviços de tráfego aéreo (ATS) e/ou de sistemas de auxílio à navegação, tendo em vista que tal atividade, além de aumentar a segurança operacional, é fator atrativo para a existência de voos regulares e, consequentemente, desenvolvimento dos municípios e região de influência do aeródromo.

Em 2016, foram executadas as seguintes atividades relacionadas à meta de desenvolvimento do marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas: realização de reuniões com os membros do Grupo Técnico de Aeronaves não tripuladas; realização de ações junto aos órgãos reguladores para a atualização das regras vigentes, além da proposta de texto de MP que respalde a autoridade de aviação civil quanto às suas competências; publicação de um Guia para a fiscalização da operação de aeronaves não tripuladas e realização de campanha de conscientização especifica para o usuário durante os Jogos Olímpicos Rio 2016; e elaboração de uma página em ambiente virtual que aglomera as principais informações quanto às maneiras corretas de solicitar autorizações aos órgãos reguladores no que tange aeronaves não tripuladas e seus diversos usos, tais como aeromodelismo, segurança pública, combate ao Aedes Aegypti, usos não recreativos.

Em relação à meta de prestação de serviços de tráfego aéreo e/ou sistemas de auxílio à navegação, a sua evolução depende da execução das iniciativas previstas no objetivo. Assim, apesar de não ter sido implantado em nenhum aeroporto, verifica-se abaixo a evolução das iniciativas em 2016:

- No âmbito da iniciativa "Definição dos equipamentos de infraestrutura aeronáutica, tecnologia de navegação aérea e tipo de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA", foram realizadas as seguintes atividades: levantamento das infraestruturas aeronáuticas, dos 270 aeroportos elencados inicialmente, sendo estabelecidos os equipamentos de navegação aérea conforme o tipo de operação existente e o projetado; elaboração de projeto padronizado dos órgãos prestadores de serviço de tráfego aéreo (torres de controle e serviço de informação de aeródromo) com modulação da construção para possível ampliação futura; e início dos estudos de modelação de recursos humanos para realizar o levantamento de necessidades de pessoal e capacitação.
- Em 2016, no intuito de "levantar soluções tecnológicas disponíveis, a fim de aperfeiçoar o fornecimento das informações de voo de forma remota, observando a viabilidade técnica e operacional de cada localidade", foi realizado estudo das tecnologias mundialmente implantadas para definição das quais poderão ser utilizadas no Brasil; estudo técnico operacional para verificação de quais municípios/ aeroportos possuem infraestrutura necessária para suportar novas tecnologias de navegação aérea; levantamento preliminar do potencial de utilização de sistemas automáticos ou remotos em aeródromos brasileiros; e articulação junto aos órgãos reguladores para alterar regulamentações para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

permitir que sejam prestados serviços de informação de voo de forma automática ou remota.

- Em relação à iniciativa "Promoção de pesquisa científica e tecnológica na área de gerenciamento de tráfego aéreo", foi assinado o Termo de Execução Descentralizada 3/2016 SAC-MTPA/CNPq para criação de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia na área de gerenciamento e controle de tráfego aéreo.
- Sobre o "Mapeamento das condições operacionais da infraestrutura aeronáutica civil" foi feito levantamento de infraestruturas aeronáuticas de 270 aeroportos regionais, para estabelecer os equipamentos de navegação aérea mais apropriados conforme o tipo de operação existente e a projetada; articulação junto aos órgãos reguladores para alterar regulamentações para permitir que sejam prestados serviços de informação de voo de forma automática ou remota; criação e priorização das diretrizes de instalação de equipamentos de Pouso por Instrumentos (*Instrument Landing System*-ILS); negociação com o COMAER para a formalização de um TED para implantação de Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A) em 34 aeroportos e sistema ILS em outros 2; criação de um Grupo de Trabalho para estabelecer critérios objetivos para priorização da elaboração de procedimentos de navegação satelital para aeroportos brasileiros; e atuação junto ao DECEA para alterar e modernizar regulamentos e estabelecer critérios de implantação de infraestruturas aeronáuticas nos aeroportos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em linhas gerais, os objetivos e metas propostos no PPA 2016-2019 encontram-se com andamento adequado. No entanto, verifica-se a necessidade de reavaliar a política de ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas, assim como a proposta de promoção do desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira. Tais objetivos foram afetados pelo atual cenário conjuntural nacional, de crise econômica, o que afetou a demanda pelos serviços de transporte aéreo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2022
COMBUSTÍVEIS

Os marcos legais que estabelecem as regras de funcionamento do setor de combustíveis priorizam a garantia do atendimento da demanda, com preço e qualidade adequados, conforme os interesses dos consumidores.

As políticas e programas voltados para o setor de combustíveis têm algumas prioridades. Dentre elas, destaca-se a logística na distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural. Também estão entre essas prioridades a expansão e a consolidação dos biocombustíveis e sua participação na matriz energética brasileira. Tem destaque, ainda, por ter sido iniciada uma revisão de seus marcos regulatórios, intrinsicamente associada ao reposicionamento da Petrobras nesse mercado, o setor de gás natural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Entre os indicadores relevantes para o monitoramento do segmento de combustíveis, tem-se a participação da agricultura familiar, que foi responsável em 2016 por 28,77% do total de matéria-prima para a produção de biodiesel, somando R$ 4,2 bilhões. Este índice registrou 27,86% em 2015; considerando-se a retração econômica, a pequena elevação da participação relativa da agricultura familiar pode ser considerada satisfatória.

Já a participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos ficou em 20,8% em 2016. A taxa média anual de crescimento da produção de etanol para o período 2006-2015 foi de 5,3%, indicando possibilidade de maior participação deste combustível na matriz brasileira de combustíveis automotivos. A produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional. A produção nacional de etanol superou a demanda, sendo que a taxa da produção nacional de etanol sobre a demanda nacional ficou em 107,08%, indicando a possibilidade de exportação desse combustível, que alcançaram 957 mil m³.

A taxa de importação de gasolina A sobre o consumo interno ficou em 7,02% em 2016, contra 6,54% em 2014, o que pode ser considerada uma situação estável. Também estável ficou a importação do óleo diesel, com taxa de 12,81% do mercado interno em 2016 e 11,20% em 2015. A taxa de importação de querosene de aviação – QAV sobre o consumo interno em 2016 foi de 18,40%, estável em relação ao ano de 2015, quando ficou em 18,49%; tal redução acompanhou a diminuição das vendas internas desse combustível, que caiu 8,0% entre 2016 e 2015. Quanto ao gás liquefeito de petróleo (GLP), apesar de um pequeno aumento nas vendas internas, igual a 1,1%, houve aumento nas importações, que passaram a representar 17,09% do mercado interno em 2016, contra 13,20% no ano anterior.

Apresenta-se adiante, de forma mais detalhada, os resultados mais relevantes por objetivo do programa Combustíveis, no âmbito do PPA 2016-2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao objetivo de ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis, em 2016, destaca-se o lançamento em 24 de junho da iniciativa "Gás para Crescer", motivada pela perspectiva de redução da participação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em diversos segmentos do setor de gás natural. A iniciativa tem o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo desse setor, buscando um mercado com diversidade de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, e que contribua para o crescimento do país. Participam da iniciativa MME, ANP e EPE, além de diversos agentes do setor. Em 14 de dezembro de 2016, foi cumprida mais uma etapa da iniciativa com a aprovação, pelo CNPE, de Resolução que estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural e cria o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil (CT-GN), com o objetivo de propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e de avaliar a possibilidade de aceleração da transição.

Merece destaque ainda, no ano de 2016, as discussões para proposição, ao CNPE, de políticas relativas à comercialização dos volumes de petróleo e gás natural produzidos no regime de Partilha e em áreas submetidas a individualizações de produção envolvendo áreas não contratadas que cabem à União. Essas discussões ocorreram no âmbito de Grupo de Trabalho intitulado "GT Comercialização", criado por meio de Portaria do MME em setembro de 2015. Minuta de resolução foi apreciada e aprovada pelo CNPE na reunião de 14 de dezembro de 2016. O texto aprovado trata de uma política transitória, com período de duração de 36 (trinta e seis) meses, que servirá de base para construção de modelo de longo prazo.

É importante mencionar também as tratativas realizadas para aperfeiçoamento das regras tributárias aplicadas ao setor de gás natural com o objetivo de incluir a participação de outros agentes no setor. Em 2016, ocorreram diversas tratativas no âmbito do Grupo de Trabalho –GT 5 – Combustíveis, da Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS), do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). A proposta em discussão é de um Protocolo ICMS, a ser celebrado pelas unidades da federação em que há, atualmente, operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio do sistema dutoviário.

Merecem destaque ainda os esforços empreendidos no sentido de apoiar as negociações para contratação de gás boliviano. A Bolívia mantém-se como um importante supridor de gás natural para o Brasil, representando cerca 34% da oferta total de gás natural do país em 2016, considerando a média até novembro. Um dos contratos de importação de gás natural da Bolívia tem vigência até 2019. O Ministério de Minas e Energia tem coordenado ações e fomentado interação dos agentes eventualmente interessados na contratação de gás boliviano e outras alternativas. O tema está sendo tratado no âmbito do Comitê Técnico Bilateral Brasil – Bolívia e em outros fóruns, conforme o caso.

No que se refere à qualidade dos combustíveis automotivos, importa observar que o mercado interno está nivelado aos melhores padrões internacionais de especificação. Além do teor de enxofre, há exigências quanto a especificações dos combustíveis relacionadas ao desempenho, tais como número de cetano, octanagem e densidade. Desde 2010, o óleo diesel rodoviário com 1800ppm de enxofre (S-1800) foi gradativamente substituído pelo óleo diesel com 500ppm (S-500), até sua substituição total em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Convém lembrar que, a partir de julho de 2017, passarão a vigorar os artigos 7º ao 12º da Resolução 40 ANP, de 25 de outubro de 2013, tornando obrigatória a aditivação com detergente dispersante registrado junto à ANP em toda a gasolina C comercializada no país. A aditivação mínima da gasolina C tem como finalidade mitigar as emissões veiculares globais, conferindo benefícios adicionais aos consumidores, ao meio ambiente e à saúde humana.

No objetivo de suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior, no caso dos derivados de petróleo, a projeção crescente da demanda para o consumo, juntamente com as rígidas exigências legais e regulatórias relativas à qualidade dos combustíveis provocaram a necessidade de modernização do parque de refino brasileiro, bem como de sua ampliação. Com efeito, a Petrobras realizou várias obras nas refinarias em operação para aumento das capacidades de processamento de petróleo pesado nacional e de produção de derivados médios, bem como para a redução do teor de enxofre e a melhoria da qualidade de combustíveis. Além disso, concluiu o primeiro trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) enquanto no caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), a retomada das obras ainda depende da adesão de parceiros investidores.

O crescimento da produção de petróleo e da demanda de derivados projetados para os próximos anos exigirão disponibilidade de infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição adequada aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade. No caso específico dos combustíveis com baixo teor de enxofre, há a necessidade de escoamentos sem contaminações, o que implica segregação no armazenamento e no transporte. Entre os investimentos em curso no setor de transporte de petróleo e combustíveis, destaca-se o programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF), que abrange a aquisição de navios de estaleiros nacionais. Em 2016, foram entregues 4 navios: os gaseiros Barbosa Lima Sobrinho (8 de janeiro), Darcy Ribeiro (20 de junho) e Lúcio Costa (20 de setembro); bem como o petroleiro Suezmax Machado de Assis (21 de setembro). Esses navios têm a seguinte capacidade de transporte: Barbosa Lima Sobrinho (5.095 tpb), Darcy Ribeiro (5.100 tpb), Lúcio Costa (5.097 tpb) e Machado de Assis (156.829 tpb). O incremento obtido nesse período representa cerca de 14% da quantidade estimada para o período de 2016 a 2019. Esse resultado é considerado satisfatório.

Com a meta de acrescentar 4,7 milhões de unidades de botijões de GLP de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico. No ano de 2016, foram acrescentados 2.958.759 de vasilhames de botijões P13 (13 kg) ao universo de botijões disponíveis para comercialização, o que representa cerca de 63% da meta estimada para o período entre 2016 e 2019. Esse resultado é considerado satisfatório.

Em relação à expansão da capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia de modo a processar 2.500 mbpd, em 2016, foram registrados na região Nordeste, acréscimo de 37,6 mil barris de petróleo por dia à capacidade instalada nacional de processamento de petróleo, alcançando-se, portanto, um total de 24,1% da meta proposta para o período de 2016 a 2019. Esse resultado é considerado satisfatório. Cabe informar que, no período monitorado, a ANP concedeu autorização para aumento da capacidade de processamento de petróleo da Refinaria Abreu e Lima para 100 mil barris de petróleo por dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto ao objetivo de ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes, o Brasil mantém posição de destaque no cenário internacional como segundo maior produtor, superado apenas pelos Estados Unidos. No cenário doméstico, a participação dos biocombustíveis é fundamental para manter o alto índice de energias renováveis na matriz energética nacional.

Segundo o Balanço Energético Nacional de 2016, aproximadamente 41,2% de toda a energia ofertada internamente é originária de fontes renováveis, sendo 16,9% de biomassa da cana e 1% de biodiesel. No que se refere ao consumo de energia nos transportes, os biocombustíveis representam aproximadamente 20,7% do total de combustíveis utilizados no país, sendo 18,4% etanol (anidro e hidratado) e 2,3% biodiesel.

Atualmente, são adicionados 7% (B7) de biodiesel ao óleo diesel comercializado a qualquer consumidor em todo o território nacional. Com a promulgação da Lei 13.263, de 23 de março de 2016, a mistura subirá para 8% (B8) em até um ano, para 9% (B9) em até dois anos, e para 10% (B10) em até três anos. A norma ainda autoriza o CNPE a elevar a mistura obrigatória para até 15%, caso testes validem a utilização dessa mistura em veículos e motores. O novo percentual incentiva a produção de biodiesel, reduz as importações de óleo diesel e favorece a agricultura familiar e o agronegócio brasileiro.

A Lei 13.033, de 24 de setembro de 2014, permitiu a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%. Desde março de 2015, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – CIMA fixou em 27% a mistura na gasolina comum.

Em setembro de 2016, o Brasil ratificou o Acordo de Paris, que oficializou o compromisso voluntário na COP21 para redução de emissões de carbono. Parte fundamental da solução é a expansão da bioenergia, assumindo-se publicamente a meta de 18% para sua participação na matriz energética até 2030. Isso envolve a expansão do biodiesel e do etanol.

É com esse foco que o Ministério de Minas e Energia, em esforço conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, lançou em dezembro de 2016 o RenovaBio 2030. Essa iniciativa consiste em um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no país baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris.

O RenovaBio 2030 vem desenvolvendo, em conjunto com os atores econômicos da cadeia de produção de biocombustíveis, um plano estratégico para o setor de biocombustíveis, o que inclui etanol, biodiesel, biocombustíveis de segunda geração e novos produtos, como bioquerosene e biogás. Esse plano estratégico deverá resultar em um Projeto de Lei para os biocombustíveis, a ser submetido ao Congresso Nacional em 2017. Além disso, o Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, tem reforçado o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na cadeia produtiva do biodiesel, a agricultura familiar vem participando desde 2004 de forma significativa, especialmente com o início do programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e com a criação do Selo Combustível Social (SCS). Nessa área, o ano de 2016 foi marcado pelo processo de qualificação das regras do Selo Combustível Social, com alteração de normativos importantes do PNPB, como a publicação e implementação da Portaria do MDA 337/2015, entrada de novas cooperativas fornecedoras, realização de eventos e parcerias com entidades de ATER. Para os próximos períodos, será buscado um aperfeiçoamento dos normativos do Selo, de modo a incluir um maior número de agricultores familiares no PNPB, simplificando suas regras de concessão e manutenção, bem como aprimorando arranjos de matéria-prima de origem animal, oferta de assistência técnica e atualização das regras de habilitação de novas cooperativas.

A fim de atender a estimativa de produção nacional de biodiesel indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente, dados preliminares, com base na produção e nas entregas dos leilões de biodiesel, mostram que a produção de biodiesel total em 2016 foi de 3,8 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no Plano Decenal de Expansão de Energia vigente – PDE 2024 foi de 3,7 bilhões de litros, para todo o ano de 2016, acima da meta, portanto. Mesmo com retração da demanda de diesel, cumpre observar que a maior produção de biodiesel foi induzida pelo aumento do percentual de adição obrigatória deste biocombustível ao óleo diesel.

A estimativa de produção nacional de etanol indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia Vigente. Até novembro de 2016, a produção total de etanol foi de 28,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada no PDE 2024 foi de 31,6 bilhões de litros, para todo o ano de 2016. Nesse ano, espera-se que a produção nacional de etanol atinja 30 bilhões de litros (safra 2016/2017, iniciada em abril de 2016 e prevista para encerrar em março de 2017).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A retomada do crescimento econômico deverá favorecer novos investimentos no setor de combustíveis, ora interrompidos ou diminuídos. Ao mesmo tempo, a pressão por menores emissões de gases de efeito estufa favorecerá a ampliação na oferta de biocombustíveis, surgindo então novas oportunidades para a agricultura familiar e a diversificação de matérias-primas para o setor, especialmente no caso do biodiesel, hoje fortemente concentrado na soja. O reposicionamento da Petrobras, notadamente no mercado de gás natural, abrirá a oportunidade para a construção de um mercado mais competitivo na oferta de combustíveis e, ao mesmo tempo, exigirá maiores esforços regulatórios por parte do governo federal, em articulação com os governos estaduais. O esperado aumento da independência nacional em relação aos combustíveis derivados de petróleo dependerá, especialmente, da reestruturação e continuidade dos investimentos da Petrobras, processo ora em curso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2025
COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

A área das comunicações desempenha papel estratégico para a sociedade contemporânea na medida em que as grandes transformações e impulsos do crescimento econômico estão relacionados à capacidade de provisão de seus serviços. Esta dimensão estratégica foi plenamente contemplada na elaboração do PPA 2016-2019, onde as ações voltadas para a implementação da infraestrutura de comunicações foram consideradas como base para o processo de ampliação da inclusão digital. A premissa de construção do programa foi baseada na expansão da infraestrutura de comunicação e na ampliação da capacidade de acesso de parcelas mais amplas da população, como condição fundamental para a concretização de direitos fundamentais relacionados à comunicação, à educação e à cultura, e ao exercício pleno da cidadania.

A ideia central do programa repousa na afirmação de que no século 21, o conhecimento não pode ser separado da tecnologia. Os rápidos avanços no desenvolvimento de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tornam o mundo cada vez mais complexo e interconectado. Assim, no Brasil, o desenvolvimento de tais tecnologias depende da ampliação da infraestrutura de comunicações para prover qualidade à prestação dos serviços vinculados aos sistemas de educação, saúde e cultura.

Além disso, o programa contempla em suas ações, também, o aumento da competitividade, de tal modo que o país seja atuante na produção de conteúdos digitais criativos e na provisão de serviços de TIC.

A construção metodológica do programa considera que as transformações observadas no setor de telecomunicações, caracterizadas pelos processos de convergência digital, impõem novos comportamentos para o setor. No novo modelo, o consumidor final não demanda apenas os tradicionais serviços de voz e transmissão de dados, mas também, serviços e aplicações que ofereçam novas configurações, tais como: comércio eletrônico, interação em redes sociais e compartilhamento de música e vídeo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2015, o Brasil possuía 68,04 milhões de domicílios permanentes, dos quais 66,0 milhões possuíam aparelho de televisão (97,14%). Esse percentual tem sido constante ao longo do tempo e demonstra a importância da televisão na vida cotidiana das pessoas como meio de informação e entretenimento.

Quanto à disponibilidade de outros bens e sua utilização para o acesso à internet nos domicílios brasileiros, a pesquisa PNAD 2015 revela que 40,47% dos domicílios possuíam acesso à internet, sendo que, destes, 46,18% possuíam microcomputador. Já em relação à telefonia fixa, a mesma está presente em 35,32% dos domicílios. Resultados anteriores já denotavam a tendência contínua de declínio. Em relação à telefonia móvel celular, a PNAD 2015 demonstrou a sua grande penetração e disponibilidade de acesso, ou seja, 91,21% dos domicílios possuíam telefone móvel celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao tipo de equipamento utilizado para acesso à internet, o Suplemento TIC da PNAD, a partir de 2013, passou a investigar qual o meio, e quais equipamentos são utilizados para realizar o acesso. A partir de 2014, a PNAD demonstrou que mais da metade dos domicílios brasileiros passaram a ter acesso à internet, sendo que a proporção dos que o fazem por meio de microcomputador caiu em 2014 e 2015. O uso do telefone móvel celular aumenta continuamente sua participação, sendo que, em 2015, o acesso por telefonia celular representou o percentual de 92,11% do total de domicílios com acesso à internet. Observa-se, no período de apuração do Suplemento TIC, que a utilização do microcomputador como meio de acesso vem caindo, sendo que, em 2013, estava em 88,42% e, em 2015, já reduziu para 70,07%.

Em termos de parcelas da população, a PNAD 2015 revelou que o total de usuários dos serviços de internet, acima de 10 anos de idade, representa 57,5% do total da população brasileira. Já 88,6% das pessoas acessam a internet por meio de telefonia celular, ou *tablet*, sendo que aqueles que acessam a internet, exclusivamente por meio de *tablet*, correspondem a 28,2%. O acesso pelo microcomputador é de 71,1%, e aqueles que utilizam somente o microcomputador no acesso, representam 10,9%.

Adicionalmente, o Suplemento TIC da PNAD indicou que, em 2015, a recepção do sinal de televisão digital aberta alcançava 45,11% dos domicílios que possuíam aparelho de TV, enquanto 32% destes possuíam televisão por assinatura. O crescimento da recepção do sinal digital foi relevante no período 2013 a 2015. Em 2013, apenas 31,17% recebiam o sinal digital. Já em 2014, o percentual subiu para 39,79%.

Dentre as iniciativas relevantes do programa destaca-se o lançamento, no 1º semestre de 2017, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, que viabilizará a comunicação entre os órgãos e as entidades da administração pública federal, a segurança nas transmissões de informações estratégicas e expansão da banda larga em localidades remotas. Seu controle será realizado no Brasil, em estações localizadas em áreas militares, sob coordenação da Telebrás e do Ministério da Defesa.

Já foram feitos os testes de aceitação "*on site*" do grupo de equipamentos das estações de controle do SGDC, em Brasília (COPE-P) e no Rio de Janeiro (COPE-S). Também foi realizada a formação dos operadores do COPE-P e do COPE-S. O artefato do Satélite foi concluído e entregue em 2016, e foi transferido para o Centro Espacial de Kourou nas proximidades da campanha de lançamento. Destaca-se que o processo de licitação dos equipamentos Gateways e VSATs (Very Small Aperture Terminals) foi revisto em 2016, sob a orientação da diretoria da Telebrás.

O projeto SGDC espera alavancar a indústria aeroespacial brasileira; obter maior segurança com as comunicações estratégicas brasileiras; aumentar a capilaridade da rede da Telebrás (incluindo o pré-sal), possibilitando um melhor atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga – PNBL, e aumento da capacidade de comunicações via satélite do Ministério da Defesa (MD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Entre dezembro de 2010 e novembro de 2016, a quantidade de assinaturas do serviço de banda larga fixa aumentou 74,4%, passando de 15,3 milhões para 26,7 milhões. No mesmo período, a quantidade de assinaturas de banda larga móvel – acessos com tecnologias 3G ou 4G – cresceu 979%, passando de 18,9 milhões para 185,3milhões.

A pesquisa "TIC Domicílios" do Cetic.br aponta a existência de 34 milhões de domicílios com acesso à Internet em 2015, incluindo domicílios cujo acesso se dá por microcomputador e, também, aqueles em que o acesso é exclusivamente por tablets e smartphones.

Os indicadores de uso da Internet revelam a ampliação de seu acesso desde o ano de 2008. O número de usuários (indivíduos que declaram ter acessado a Internet pelo menos uma vez nos últimos 3 meses) cresceu persistentemente passando do percentual de 41% da população, em 2010, para 58%, o que representa 102 milhões de usuários de internet, de acordo com os dados divulgados na pesquisa TIC domicílios de novembro de 2016.

Quanto à penetração do uso da Internet por usuários de menor renda, a avaliação da sua evolução pode ser efetuada a partir dos dados divulgados na pesquisa TIC domicílios de 2015. Segundo o levantamento, o percentual da população das classes D e E que se declarou usuário de internet, nos últimos 3 meses, foi de 28%, sendo que, para essas classes de renda, o percentual com acesso no domicílio é de 16%, e dentre esses usuários, 65% acessam apenas pelo serviço de telefonia celular.

Dentre as ações de inclusão digital destacam-se: O programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac); o programa Cidades Digitais, o Centro de Recondicionamento de Computadores (CRCs); o Projeto de Monitoramento de Pontos de Inclusão Digital (PIDs) e o Projeto Juventude Rural. Para que tais ações fossem desenvolvidas, foi essencial o apoio de redes colaborativas articuladas entre os entes federativos e a sociedade civil organizada.

No âmbito do Projeto "Cidades Digitais", iniciado em 2012, foram selecionados inicialmente 80 municípios. Destes, 71 já foram beneficiados com a instalação de infraestrutura de rede e capacitação de servidores para utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC e, até o final de 2016, os demais serão instalados. Com a inclusão do programa Cidades Digitais no PAC 2, no início de 2013, foi realizada a segunda chamada pública, na qual foram selecionados 262 municípios com até 50 mil habitantes e com baixa densidade de acesso à banda larga. Desse processo, 103 projetos executivos foram aprovados e 4 municípios tiveram concluída a implantação.

O programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), criado em 2002, objetiva levar conexão, via satélite, para espaços públicos localizados em áreas com dificuldade de acesso à Internet, como telecentros, bibliotecas, órgãos governamentais, escolas, postos de saúde e postos de fronteira, para atender cidadãos em todo o Brasil. Ao final de 2016 contava-se com 6.291 pontos instalados e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

operação, e ao longo de 2017 está prevista a realização de outra licitação para a contratação de novos 11.000 pontos, que serão ativados até o final de 2018. Quanto ao alcance, o programa Gesac alcança cerca de 695 mil participantes.

Em 2016, foi publicada a Portaria MC 378/2016, que aglutinou várias outras portarias e estabeleceu as premissas e condições necessárias para execução de desligamento, bem como o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T. Após o desligamento da cidade piloto de Rio Verde/GO, a próxima cidade contemplada foi Brasília, cujo processo iniciou-se em 26 de outubro de 2016.

A Portaria 1.453/2016 determinou a distribuição de *set-top-box* (conversor de sinal digital para visualização em televisão analógica ou em televisão que não disponha de conversor integrado) aos inscritos no CadÚnico no Distrito Federal e cidades afetadas pelo desligamento do sinal analógico. Tal providência se fez necessária para minimizar os riscos e o impacto sobre a experiência televisiva da população e para atender o Art. 4º da Portaria nº 378/2016, que estabelece como condição para o desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, que pelo menos 93% dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre estejam aptos à recepção da televisão digital.

A Portaria MC 1.714/2016, de 28 de abril, relacionou os municípios afetados pelo cronograma do desligamento da transmissão analógica em 2017. O Decreto 8.753/2016 alterou o prazo de encerramento da transmissão da TV analógica para 31 de dezembro de 2018 para localidades específicas.

Foram obtidos ótimos resultados no desligamento da transmissão analógica em Brasília e entorno, isto é, nos seguintes municípios de Goiás: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Por fim, até o ano de 2023, está planejada a conclusão do desligamento do sinal analógico de televisão no restante das localidades do país. Ao longo do processo, as iniciativas que serão conduzidas para promoção da TV Digital serão as seguintes: fomento à capacitação de profissionais técnicos para implantação da TV Digital; distribuição de kit de conversor digital e de antena para os beneficiários do programa Bolsa Família; promoção de incentivos à rede varejista de equipamentos de TV Digital; realização de campanha de divulgação do processo de desligamento analógico e implantação da TV Digital, além de atendimento ao público, digitalização das estações analógicas de TV e RTV existentes, e fomento a digitalização dos pequenos radiodifusores.

Para a meta estabelecida no período do PPA vigente, algumas iniciativas foram tomadas por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

elaboração e publicação do Plano Nacional de Outorga – PNO 2015/2017 e PNO 2016. Foram publicados seis editais de seleção pública e de dois editais para Comunidades Tradicionais. A Portaria 4.334/2015 teve o objetivo de simplificar os procedimentos para o radiodifusor, o que também ajudará no atingimento da meta.

Ainda nesse sentido, com o intuito de fortalecer o serviço de radiodifusão comunitária nos municípios onde ele já existe, e para facilitar a participação das entidades nas localidades que ainda não o possuem, foram programadas capacitação, in loco, nos estados com maior número de entidades contempladas. No ano de 2016, foram concedidas 48 novas outorgas, o que representou 48% da meta projetada e 12% da meta estabelecida para o período de 2016/2019.

Em relação à radiodifusão educativa, há dois Planos Nacionais de Outorgas – PNOs publicados: 2015/2016 e 2016/2017. O PNO 2015/2016 previa a publicação de cinco editais de seleção pública para novas outorgas dos serviços de rádio e televisão educativa. Deste total, quatro editais foram devidamente publicados, abrindo oportunidade para que 289 localidades pudessem ter novas estações de emissoras educativas. O ano de 2016 finalizou com 69,82% municípios brasileiros que possuem Instituições de Ensino Superior Públicas, com pelo menos uma estação de Radiodifusão Educativa.

As atividades desenvolvidas buscam promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações, a partir de metas focadas no aumento da concessão dos benefícios da Lei do Bem para smartphones com tecnologia 4G produzidos no Brasil, no aumento da quantidade de habilitações no Processo Produtivo Básico (PPB) de produtos de telecomunicações produzidos no Brasil, na obtenção de 80 registros de patentes de produtos desenvolvidos com apoio do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel e na realização de 20 milhões de acessos do tipo máquina a máquina à Internet. Apenas a última meta não será revista no processo de revisão do PPA.

A edição da MPV nº 690, de 31/08/2015, relacionada aos benefícios da Lei do Bem, acabou por afetar o Programa de Inclusão Digital e a meta relacionada aos smartphones. Até dezembro de 2016 foram homologados pela Anatel 304 modelos de smartphones 4G LTE, que não contaram com o benefício que era previsto na Lei.

Com relação às habilitações de produtos de telecomunicações com PPB, a metodologia de cálculo do indicador foi reavaliada com a intenção de torná-lo mais informativo. Assim, r o indicador foi redefinido e o número atual registra 765 produtos de telecomunicações habilitados a serem fabricados conforme PPB.

A meta dos registros de patentes de produtos desenvolvidos com apoio do Funttel tem seu desempenho baseado no indicador de Propriedade Intelectual, disciplinado pelo Conselho Gestor do Funttel, que ainda está sendo apurado neste primeiro semestre de 2017. O indicador detalha a quantidade de pedidos de registro de Propriedade Intelectual (de patentes, registros de software, modelos de utilidade, topologia de circuito integrado) resultantes dos projetos ou atividades apoiadas pelo Funttel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A meta de quantidade de acessos trata da Internet das Coisas (IoT) que, em 2016, acusou um acréscimo de 20,82% na quantidade de acessos em relação ao ano anterior. Em números absolutos, o ano de 2016 acumulou 12,73 milhões de acessos. A consulta pública do Plano Nacional de IoT esteve aberta para contribuições até 05/02/2017 e recebeu mais de 1.300 contribuições.

O alcance de resultados efetivos da política de Comunicação Pública, que busca ampliar a produção e o acesso a conteúdo multimídia no Brasil, tem relação direta com a ampliação da cobertura em sinal digital da TV Brasil e da cobertura das Rádios Públicas, para garantir maior disponibilidade de acesso à população brasileira.

O objetivo "Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública" conta, para tanto, com duas metas imprescindíveis para assegurar o acesso da sociedade a conteúdos da Comunicação Pública, mas que terão que ser revistas. A primeira, para adequação ao novo cronograma de desligamento do sinal analógico e a outra para alinhamento à nova disponibilidade orçamentária.

A meta para ampliar a cobertura em sinal digital da televisão será resultado da consolidação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão. A outra meta, para ampliar a cobertura das Rádios Públicas, será resultado da implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios – RNCP/Rádios, que visa dar capilaridade aos conteúdos produzidos e veiculados pelas Rádios da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) por meio de 38 emissoras de rádio pública com frequência FM.

Em 2016, os resultados das metas e iniciativas foram impactados pelas restrições orçamentárias que o país enfrenta. Esse contexto gerou mudança no cronograma de digitalização da televisão no Brasil, postergado para 31 de dezembro de 2023, sendo que, em 2016, ocorreu apenas o desligamento do sinal analógico de Brasília/DF e entorno, finalizado em 17 de novembro.

Dentre as iniciativas, o acesso universal por meio da TV Digital interativa avançou em Brasília, que está em fase final de distribuição dos receptores do sinal digital (Set Top Box) aos 360 mil beneficiários do CadÚnico. Desses, aproximadamente 160 mil lares possuem o *middleware* Ginga, mecanismo necessário para receber interatividade na TV. Os demais 200 mil, por decisão do Grupo de Implantação da TV Digital – GIRED (Leilão Anatel 2/2014), apenas receberão as transmissões televisivas. Entretanto, o desenvolvimento dos conteúdos digitais que viabilizam a interatividade sugerida no projeto, originalmente chamado de Brasil 4D, ainda dependem de definições dos parceiros do poder público.

Em relação ao fomento de parcerias para ampliação da oferta de conteúdos multimídia, acordo de cooperação entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Cultura, da Educação e da Saúde, por intermédio da Fiocruz, possibilita a troca de conteúdos, o licenciamento de conteúdos públicos e o acesso ao banco de compartilhamento e ao material de editais públicos de fomento para produção e digitalização de acervos. Os conteúdos em condições legais de utilização e veiculação já foram disponibilizados aos parceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A iniciativa da promoção da expansão de infraestrutura de transmissão dos canais públicos de Televisão, Rádio e Web avançou por meio de acordo de cooperação que viabilizou a transmissão em sinal aberto, por meio de multiprogramação, dos canais públicos, da TV Nacional Brasil – NBR, do Canal Saúde e da TV Escola para o DF, Rio de Janeiro e São Paulo. Essas atividades têm como objetivo dar acesso a 56,4% da população brasileira aos canais públicos via TV digital, para atender 100% dos municípios com mais de 100 mil habitantes (283 municípios).

Em 2016, mais de 30 milhões de pessoas assistiram à programação da TV Brasil via televisão aberta, por assinatura e parabólica, de acordo com as pesquisas de audiência realizadas em 6 das principais capitais brasileiras. Nas rádios AM e FM da Rede da TV Brasil e Rádios do DF, foram contabilizados, respectivamente, 11.122 e 189.221 ouvintes por minuto. Já nas rádios do RJ o total de ouvintes por minuto na frequência AM foi de 109.475 e na frequência FM foi de 1.061.728 ouvintes por minuto.

O acesso ao conteúdo de televisão e rádio foi disponibilizado para mais de 140 milhões de pessoas (76% da população), distribuídas em 3.474 municípios, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de TV e Rádio. A plataforma Web – Agência Brasil, Radioagência, Portal e os sites da TV Brasil e Rádios – contabilizou 43,2 milhões de visitantes únicos, que, em relação aos 102 milhões de visitantes únicos do Brasil, atingiu 42% do público. Esse resultado foi alcançado também em função da atuação dos novos correspondentes, nas cidades de Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, aos quais foram agregados os correspondentes de Fortaleza e Manaus. Além disso, continuam ativos os correspondentes internacionais baseados na Inglaterra, nos Estados Unidos da América e na Argentina.

A produção e distribuição de conteúdo de rádio, televisão e web foram responsáveis pela difusão de mais de 140 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos e de cidadania, produzidos para contribuir com a formação crítica do cidadão brasileiro, atendendo ao Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Com relação aos serviços de telecomunicações, os dois últimos anos foram marcados pela queda do ritmo de expansão, especialmente pelo declínio da demanda dos serviços da telefonia móvel celular, que foi influenciada fortemente pela perda de renda dos consumidores. Isso se refletiu nos indicadores de desempenho do setor, notadamente a queda dos investimentos e do faturamento das empresas.

Com a redução das incertezas e a retomada do crescimento econômico espera-se, mais uma vez, a ampliação da demanda e, principalmente, a dos investimentos na rede 4G e da capacidade da rede 3G, com a progressiva migração da base de clientes de 2G para 3G.

Ao longo de 2017, deve ser intensificada a transição da TV analógica para a TV digital, com a disponibilização de conversores digitais para as famílias beneficiárias do programa bolsa-família, garantindo o acesso ao sinal de TV.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A entrada em vigor do novo marco regulatório das telecomunicações (PLC 79/2016) permitirá a criação de novas possibilidades de investimento no setor, bem como a redução dos custos e das incertezas associadas ao modelo de concessão.

Destaca-se, ainda, o Plano Nacional de Internet das Coisas, cuja consulta pública encerrou-se em fevereiro de 2017 e que constrói uma política nacional com ações voltadas para o desenvolvimento do mercado de IoT (Internet of Things) no Brasil até 2022. Internet das Coisas é a rede de todos os objetos que se comunicam e interagem de forma autônoma, via internet. Isso permite aumentar a eficiência de sistemas e processos, habilitar novos serviços e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2033
ENERGIA ELÉTRICA

A política nacional para o setor de energia elétrica tem como alguns de seus principais objetivos expandir a capacidade de geração e transmissão do sistema elétrico brasileiro, elemento essencial para viabilizar o desenvolvimento do país. Entende-se que essa expansão deva ocorrer em consonância com os interesses do consumidor, o que se busca viabilizar por intermédio de objetivo relacionado à busca da qualidade na prestação dos serviços de energia elétrica, por meio dos instrumentos regulatórios. Além disso, a necessária expansão da capacidade do sistema deve ocorrer em pleno alinhamento com as preocupações ambientais, o que se explicita por meio da presença de metas específicas voltadas para a expansão de energias alternativas, bem como realização de estudos de viabilidade. Um outro aspecto relevante é o da busca por universalização do acesso à energia elétrica, consignada em objetivo específico do programa.

Cumpre ressaltar alguns eventos que têm afetado a conjuntura do setor de energia elétrica, e que devem ser considerados para o adequado planejamento do setor, a saber: a crescente dificuldade na viabilização dos potenciais hidrelétricos na matriz energética nacional; as restrições hídricas em algumas regiões do país; o forte ganho de competitividade obtido pela energia eólica no Brasil, e a crescente preocupação com as mudanças climáticas.

O programa temático Energia Elétrica contempla um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo se inicia com os estudos das necessidades, passa pelo planejamento e pesquisa para definir onde construir (estudos de inventário e viabilidade), pelos leilões, obras de geração, transmissão e distribuição. Também são partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e também a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço de energia elétrica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A evolução do programa Energia Elétrica é acompanhada por meio de indicadores que mensuram, dentre outros aspectos, a capacidade instalada de geração de energia elétrica, a capacidade instalada de transformação, as taxas de expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica e as taxas de participação das fontes primárias na matriz elétrica. Destaca-se o aumento da capacidade instalada de geração de energia elétrica concomitante ao incremento da participação de fontes renováveis, como eólica, solar e biomassa. O indicador da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica alcançou o valor de 150.337 MW em 2016, representando um acréscimo de 9.480 MW equivalentes a 6,7 % de crescimento efetivo. Em dezembro de 2015, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil era de 140.857 MW. O indicador da Capacidade Instalada de Transformação alcançou a variação de 9.247 MVA (out/2016). O indicador da Extensão de linhas de Transmissão alcançou o valor de 133.395 km (out/2016).

Observou-se em 2016 um crescimento muito mais acelerado das energias renováveis ante às não renováveis. O indicador da Taxa de Expansão da Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica – Renováveis registrou o valor de 8,2%, ao passo que o da Taxa de Expansão da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica – Não Renováveis alcançou o valor de 0,81% (out/2016).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há também no programa uma série de indicadores que visam aferir a composição da matriz energética brasileira. Destaca-se a evolução da Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica – Eólica, o qual alcançou o valor de 6,7% (dez/2016), ante a 3,6% registrado em 2014. A maior participação continua a ser da geração a partir da fonte hidráulica, conforme registrado pelo indicador Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica – Hidráulica. O indicador da Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica – Solar alcançou o valor de 0,015% (out/2016). Já O indicador da Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica – Biomassa alcançou o valor de 9,5% (out/2016).

Em relação ao objetivo de expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes, destaca-se que em dezembro de 2015, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil era de 140.857 MW, em 31 de dezembro de 2016 foram contabilizados 150.337 MW instalados, representando um acréscimo de 9.480 MW equivalentes a 6,7% de crescimento efetivo. A geração de energia elétrica a partir de fonte hídrica predomina no Brasil devido à ampla disponibilidade hídrica e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético cuja exploração neste período foi responsável pelo maior crescimento da matriz elétrica nacional.

Em 2016, entraram em operação 5.204,69 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica, fazendo com que o indicador do programa que mede a participação dessa fonte na matriz elétrica brasileira registrasse o valor de 64,47%. O acréscimo ocorrido durante o ano de 2016 foi devido à entrada em operação de importantes empreendimentos hidroelétricos como as primeiras turbinas da usina de Belo Monte e a totalidade das máquinas do Sítio Pimental. Também entraram em operação as últimas máquinas das Usinas Hidrelétricas que foram concluídas neste ano, tais como a UHE Cachoeira Caldeirão, Teles Pires, Jirau e Santo Antônio. A isso, deve-se somar as capacidades das Pequenas Centrais Hidrelétricas inauguradas, disponibilizando assim uma expressiva quantidade de energia com modicidade tarifária aos consumidores instalados no país.

Durante o ano de 2016, houve também a inclusão de importante volume de energia com origem na fonte eólica. Em dezembro de 2015, o indicador que afere a participação desta fonte na matriz elétrica brasileira registrou o valor de 5,42%. Já em dezembro de 2016, passou para 6,73%, representando alcance de porcentagem significativa da matriz elétrica brasileira com 10.124 MW instalados. Deste total, 2.564,1 MW entraram em operação em 2016, valor acima da meta estabelecida para o ano.

Também merece destaque na expansão da geração o início da construção de grandes parques geradores a partir da fonte solar fotovoltaica. Os parques entrarão em operação a partir de 2017, e representarão acréscimos relevantes de importante fonte alternativa de geração de energia elétrica na matriz energética nacional.

Outro objetivo de destaque do programa é o de expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes. Nesse caso, destacam-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se os avanços para a meta de implantar novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional – SIN. Em 2016 foram realizados 5.696,8 km, valor que representa 24,8% da meta total prevista para o PPA 2016-2019. Com o acréscimo, o indicador que afere a extensão total das linhas de transmissão do sistema registrou o valor de 133.395 km (out/2016).

Com relação ao aumento de capacidade transformadora em novas subestações do SIN, foram adicionados 4.278,6 MVA em 2016, o que representa 15,6% da meta estabelecida no PPA. Em 2017 está prevista a entrada em operação de cerca de 8.500 MVA nas novas subestações transformadoras da Rede Básica do SIN. Já Para 2018 a previsão de acréscimo de capacidade transformadora em novas subestações do SIN é acima de 10.000 MVA.

Já quanto ao aumento da capacidade transformadora instalada nas subestações existentes do SIN, foram adicionados 7.052 MVA em 2016, valor que representa 35,26% da meta estabelecida para o final do PPA. As principais subestações do SIN que tiveram acréscimo na capacidade instalada em 2016 foram a subestação Samambaia 500/345 kV, no Distrito Federal, com a instalação do 7º transformador de 1.050 MVA e a subestação João Câmara 500/138 kV, no Rio Grande do Norte, com a implantação do 3º e 4º transformadores, de 450 MVA cada e total de 900 MVA.

O programa também conta com o objetivo de ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes. Importante ressaltar que os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A regulação e fiscalização desses serviços são consideradas num contexto global da concessão, e controladas por indicadores de desempenho que devem ser cumpridos pelos concessionários.

Com relação aos investimentos na Média Tensão (13,8 e 34,5 kV) as concessionárias, no ano de 2016, conseguiram um acréscimo de 3.030 km de linhas de distribuição, representando 36,5% da meta para o final do período do PPA. Já com relação ao combate às perdas técnicas e comerciais de distribuição, em 2016 as Empresas de Distribuição da Eletrobras apresentaram uma melhora de 1,51 pontos percentuais, 37% da redução almejada para o final do período do Plano.

No que concerne ao objetivo de Universalizar o acesso à energia elétrica, tem-se que o processo de universalização tem como ação principal os contratos de subsídio do programa Luz para Todos com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. No ano de 2016 houve um bom desempenho na execução das metas dos contratos, alcançando-se 73.641 domicílios rurais atendidos com energia elétrica pelo programa. No entanto, ao final do ano não foram renovadas as concessões das empresas do grupo Eletrobras nos estados do AC, AL, AM, PI, RO, RR, passando estas empresas a atuarem como autorizadas para a continuidade da prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. O processo de universalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do acesso à energia tem como ação principal os contratos de subsídio do programa Luz para Todos com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

No que concerne ao objetivo de assegurar serviços de energia elétrica adequados e com qualidade por meio dos instrumentos regulatórios, tem-se que a ANEEL, no exercício de 2016, realizou 327 processos de reajuste tarifário (56 concessionárias de distribuição, 38 permissionárias e 233 concessionárias de transmissão) e 102 processos de revisão tarifária (25 de concessionárias de distribuição, 40 permissionárias e 37 agentes de transmissão de energia elétrica). Na regulação econômica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, em 2016 foi aprovado o normativo que aprimorou a metodologia de revisão tarifária periódica das permissionárias de distribuição de energia elétrica (REN 704) e estabelecido os critérios e condições para o agrupamento de áreas de concessão atendidas por concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum e o tratamento tarifário da nova área de concessão (REN 716).

Há metas no PPA voltadas para aferir a continuidade dos serviços públicos de energia elétrica, quais sejam, Reduzir a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, e Reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC. Percebe-se que a DEC apresentou melhora com relação ao ano 2015, passando de 18,61 para 16,24 horas (valores referentes a novembro de 2016). Destaca-se que em todas as regiões houve melhora do indicador DEC. Quanto à FEC, percebe-se que vem melhorando constantemente e atingiu no período de dezembro/2015 a novembro/2016 o seu menor nível desde o início do acompanhamento pela ANEEL. A meta correspondente registrou o valor de 16,24 horas/ano (referência novembro/2016).

No segmento de transmissão de energia elétrica, foi iniciada em 2016 e tem-se a previsão de finalização em 2017, a revisão dos valores de itens do Banco de Preços de Referência utilizado nos processos de autorização, licitação para outorga de concessão e revisão tarifária das concessionárias. Ainda sobre transmissão de energia elétrica, em 2016 foram postos em licitação R$ 18,5 bilhões em linhas de transmissão e subestações e assinados 20 Contratos de Concessão de novas instalações de transmissão.

Além disso, em 2016 a ANEEL realizou o processo de gestão de outorgas que objetiva promover o controle, avaliação e acompanhamento dos Contratos de Concessão de empreendimentos de geração e transmissão por meio de procedimentos formais que visam avaliar a gestão dos concessionários na fase de implantação de empreendimentos nas áreas técnica e econômico-financeira, identificando e justificando eventuais atrasos e responsabilidades, além de ações em curso ou previstas para recuperação ou mitigação de desvios ao cronograma. Em razão da não prorrogação das concessões de distribuição do grupo Eletrobrás, a ANEEL instaurou a abertura de Audiência Pública, visando obter subsídios e informações adicionais, para aprimorar a Regulamentação da Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME 388/2016, que trata dos termos e condições para a Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por Órgão ou Entidade da administração federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que concerne ao objetivo de estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo, tem-se que os resultados globais alcançados pelo programa devem-se principalmente ao Selo Procel, por meio da orientação e do estímulo à aquisição de equipamentos mais eficientes pelo consumidor final. Para 2016, embora ainda não tenham sido consolidados em relatório oficial, estudos preliminares apontam para uma economia de aproximadamente 12.000 GWh.

No que concerne ao objetivo de manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão, tem-se que as empresas do Grupo Eletrobras têm realizado diversas ações e atividades no sentido de manter a confiabilidade e o desempenho adequado das suas instalações de geração e transmissão. Entretanto, as empresas destacaram algumas dificuldades no desenvolvimento das atividades de operação e manutenção, em função de restrições operacionais e financeiras, resultando em valores abaixo do desejado do índice de disponibilidade.

No parque gerador foram reincorporados ao sistema algumas unidades geradoras que se encontravam fora de operação por problemas de manutenção. No caso da transmissão, foram realizados em 2016 principalmente substituições de estruturas de sustentação dos cabos, revisão e substituição de equipamentos e revisão de processos de intervenção nas instalações. As ações realizadas têm suportado o desempenho do sistema, uma vez que a verificação dos indicadores de disponibilidade tem apontado para uma condição de desempenho dentro dos parâmetros inicialmente previstos.

No caso do cumprimento do Plano de Modernização de Instalações do Sistema de Transmissão Nacional – PMI, os valores de 2016 ficaram dentro das expectativas, tendo sido implementadas 206 ações previstas no Plano. Entretanto, deve-se manter um monitoramento dessa realização durante o período do PPA, dada sua importância para a adequação do desempenho do sistema nos próximos anos.

No que concerne à meta de manter o índice de disponibilidade do sistema de transmissão igual ou superior a 99%, destaca-se que a quantidade alcançada atingiu o valor de 99,56%, o que supera a meta estipulada no PPA.

Já o objetivo de acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional por meio do monitoramento da expansão, do desempenho e da comercialização de energia elétrica, e pela definição de diretrizes de política tarifária, visa assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético.

Os empreendimentos monitorados pelo Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico-DMSE são aqueles que já foram outorgados pela ANEEL, foram incluídos na base de dados da Agência (o SIGET), e ainda não entraram em operação comercial. Em 2016 compuseram essa base de dados 452 empreendimentos. Atualmente, estima-se que ainda deverão compor a base do SIGET mais 90 empreendimentos outorgados em 2015 e 2016. Adicionando-se a estes cerca de 40 que deverão ir a Leilão em 2017, a quantidade de empreendimentos monitorados ao final de 2017 deverá ser de cerca de 580.

Em 2016, foi contratada a energia proveniente de 59 empreendimentos de geração de energia elétrica, decorrentes dos leilões de energia nova e de reserva. No total, foram contratados 709,09 MW, representando investimento total de R$ 3 bilhões. Cabe destacar a participação da fonte hidrelétrica de pequeno porte nos leilões, consolidando a entrada das centrais geradoras hidrelétricas (com capacidade menor que 1 MW) em leilões regulados.

Devido ao atraso de cronograma e aos lotes vazios nos leilões de transmissão, algumas regiões do país começaram o ano de 2016 com restrições na oferta de energia. Para retomar os investimentos em transmissão, o modelo dos leilões foi alterado e o leilão realizado em 28 de outubro de 2016 obteve um resultado satisfatório, com 21 dos 24 lotes arrematados. Isso garantiu não apenas novos investimentos da ordem de R$ 11,6 bilhões, mas a segurança energética do país. No total, foram leiloados, em 2016, 9.528 km de linhas e 13.363 MVA de capacidade de transformação em subestações, representando investimento total de R$ 18,4 bilhões. A maioria dos empreendimentos tem previsão de entrada em operação em 2019 e 2020.

Visando planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica por meio da elaboração de estudos de expansão da geração e da transmissão, bem como da promoção de leilões, no ano de 2016, foram aprovados pela ANEEL cinco Estudos de Inventário, com um potencial de 211 MW. Com relação aos Estudos de Viabilidade, um estudo foi aprovado, totalizando 62 MW referentes ao empreendimento UHE Santa Branca na bacia hidrográfica do Paraná. Já os montantes licitados de linhas de transmissão e capacidade de transformação estão dentro dos valores esperados. Destaca-se ainda que estão em elaboração o Plano Nacional de Energia 2050, bem como o Plano Decenal de Expansão de Energia 2016-2027.

Desenvolver e promover soluções tecnológicas para o setor de energia elétrica do país, por meio da realização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e aplicação de pesquisa, desenvolvimento e inovação abrange uma ampla gama de desenvolvimentos continuados, cujo escopo engloba ferramentas computacionais, metodologias, técnicas, equipamentos, pesquisa experimental, suportados por uma infraestrutura laboratorial avançada.

A Eletrobras tem o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel como seu executor central de linhas de pesquisa, programas e projetos. As atividades de PDI (pesquisa, desenvolvimento e inovação), pesquisa experimental e laboratorial são consolidadas em um Plano de Trabalho Institucional que abrange projetos organizados em sete áreas de atuação: Otimização Energética e Meio Ambiente; Redes Elétricas; Automação de Sistemas; Linhas e Estações; Tecnologia da Distribuição; Materiais, Fontes Alternativas e Eficiência Energética; e Infraestrutura Laboratorial e de Pesquisa Experimental.

Com relação à meta de desenvolver e manter, no estado da arte, infraestrutura científica e de pesquisa de tecnologia avançada no campo de equipamentos e sistemas elétricos, com foco em provimento de soluções tecnológicas para o sistema Eletrobras, entidades setoriais e o setor elétrico em geral, contribuiu para seu alcance a iniciativa referente a Laboratório de Ultra Alta Tensão ao Tempo (Lab UAT Externo) que se encontra plenamente operacional desde novembro de 2016, com capacidade para realizar pesquisas experimentais, desenvolvimentos e ensaios em configurações de linhas de transmissão e equipamentos associados, até as classes de tensão de ± 1000 kV CC (capacidade revista) e 1200 kV CA, dando assim suporte às empresas do Sistema ELETROBRAS, ao Setor Elétrico e fabricantes, em parceria com a academia e centros de pesquisas nacionais e internacionais.

Também destaca-se a iniciativa do Projeto e implantação de laboratório de referência em Redes Elétricas Inteligentes (Smart Grid), foi assinado com o Instituto Fraunhofer da Alemanha em maio de 2016, contrato de consultoria para a apresentação de um Projeto Conceitual do Laboratório de Redes Elétricas Inteligentes. Esta consultoria é atividade integrante do Projeto META do MME e Banco Mundial e se encerra em abril de 2017. O Projeto Conceitual indicará as funcionalidades e instalações que integrarão o futuro laboratório.

No que concerne à iniciativa de incorporação de novas funcionalidades e aprimoramento da modelagem das ferramentas computacionais, foram realizados em 2016 aprimoramentos nos mecanismos e definição de parâmetros de aversão a risco nos modelos computacionais para operação e formação de preço da energia elétrica, considerando incertezas hidrológicas. Além disso, foram realizados aperfeiçoamentos nos modelos de planejamento e operação elétrica, voltados para a melhoria da segurança estática de sistemas elétricos e estudos de múltiplas linhas de transmissão de alta tensão em corrente contínua. Por fim, foram desenvolvidas novas funcionalidades aos sistemas de supervisão e controle, tais como o novo módulo de processamento e armazenamento de grandezas sincrofasoriais; desenvolvimentos voltados para a análise de perturbações e treinamento de operadores de centros de controle do sistema elétrico.

Com relação à iniciativa de incremento da utilização de recursos de computação intensiva nas metodologias e modelo de apoio ao planejamento da expansão e da operação de sistemas eletroenergéticos, o Laboratório de Computação Intensiva (LabCIN) do CEPEL tem sido indispensável no desenvolvimento dos aprimoramentos dos mecanismos e redefinição dos parâmetros de aversão a risco nos modelos computacionais para operação e formação de preço da energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Ao longo de 2016, o Ministério de Minas e Energia (MME), orientado por um novo direcionamento do papel do Estado e por novas políticas de Governo, estabeleceu diretrizes de política governamental para que, a curto prazo, fossem resgatadas a confiança do mercado de energia, assim como a da sociedade e a dos agentes econômicos, fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

Destacam-se as mudanças regulatórias introduzidas com a edição da Lei 13.360 de 17 de novembro de 2016, e da Lei 13.365, de 29 de novembro de 2016, as quais marcaram uma nova fase para o país, resgatando a credibilidade do setor para novos investimentos.

Essa mudança de rumo também está acontecendo no segmento da distribuição. Foi editada a Medida Provisória 735, de 21 de junho de 2016, convertida na Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, que alterou o marco legal com o intuito de facilitar a privatização das distribuidoras estatais e melhorar a qualidade do serviço de energia disponibilizado ao consumidor.

Em termos de aperfeiçoamento do processo de realização de leilões de energia, destaca-se a revisão das condições de cadastramento de empreendimentos de geração em leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva junto à Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Foi editada, ainda em 2016, a Portaria 444 MME, que estabeleceu diretrizes gerais para definição de capacidade remanescente do SIN, proporcionando estabilidade de regras e redução de risco aos participantes dos leilões.

Entende-se que essas importantes alterações de contexto serão importantes para o alcance dos objetivos do programa, e a segurança energética nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2041
GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

O Brasil possui significativas reservas de substâncias minerais bastante diversificadas e distribuídas em todo território nacional. Tal situação coloca o país entre aqueles com intensa atividade de exploração mineral e grande potencial de crescimento neste setor e de desenvolvimento de uma cadeia de transformação mineral extremamente competitiva. O aproveitamento desses recursos é imprescindível para a manutenção dos padrões de qualidade de vida alcançados por uma boa parcela da população do país, uma vez que importante parcela das necessidades básicas do ser humano é atendida essencialmente por estes recursos, tais como as pedras, areia e cimento utilizados na construção civil, os fertilizantes minerais utilizados na agricultura, o minério de ferro e o carvão mineral utilizados na produção do aço.

A exploração mineral é considerada como uma atividade extrativa de um recurso natural não renovável e limitada ao local de sua ocorrência. A conjugação destes fatores aliada às relações que o tema guarda com a economia, devido à escassez no atendimento da demanda da sociedade, propicia a manutenção de um ambiente geopolítico global marcado por disputas e conflitos em torno das jazidas dos países produtores. Em razão disso, o conhecimento geológico do território assume posição relevante entre as atividades do setor mineral, e o beneficiamento das matérias primas e a agregação de valor por meio da transformação mineral são vetores fundamentais na geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e geração de divisas para o país.

Com esta visão, o programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral está estruturado em objetivos, metas e iniciativas em torno da ampliação do conhecimento do território nacional, por meio da realização de estudos e levantamentos e de melhoraria da difusão de informações geocientíficas; da ampliação das oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios; do estímulo à agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral; do fortalecimento da governança pública e da sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor; e, por fim, do desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.

Tais objetivos, metas e iniciativas permitirão o adequado aproveitamento dos recursos minerais, de forma sustentável em um ambiente de confiança, inovação e competitividade para o setor de mineração e de transformação mineral, resultando em racionalidade econômica na exploração dos recursos minerais em prol da sociedade.

Para tanto, é fundamental aprimorar o marco legal e regulatório, oferecendo segurança jurídica aos atores do setor; ampliar e divulgar o conhecimento geológico do território nacional, inclusive em relação à Plataforma Continental Jurídica Brasileira; aprimorar o planejamento e o monitoramento setorial; desenvolver a gestão integrada de informações do setor mineral, especialmente no Serviço Geológico Brasileiro – CPRM e no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e, por fim, aprimorar os processos de trabalho, a governança pública e institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As metas e iniciativas são monitoradas por um conjunto de dezesseis indicadores que avaliam não apenas os resultados das ações governamentais em torno do setor de mineração e transformação mineral, mas os impactos das políticas públicas na atividade econômica, indicadas pelo desempenho exportador e importador, arrecadação da Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral – CFEM, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação aos dezesseis indicadores do programa 2041, destacam-se:

- A Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral – CFEM – o valor de referência é expresso em R$ 1,712 bilhão (31/12/2014). Em 2015, o valor arrecadado foi inferior em 11,3% e para o ano de 2016 o valor arrecadado foi de R$ 1,797 bilhão, 5,0% maior do que o valor de referência e 18,3% maior do que o valor arrecado em 2015.
- O Volume da produção de bens minerais metálicos – principais produtos – em 2014, apresentou aumento de 5,9% na produção de bens minerais metálicos em relação ao valor de referência.
- O Volume da produção de bens minerais não metálicos – principais produtos – em 2014, apresentou aumento de 4,1% na produção de bens minerais não metálicos em relação ao valor de referência.
- Volume da produção de minério de ferro em 2015 apresentou aumento de 9,91% na produção de minério de ferro em relação ao valor de referência.

O programa 2041 está sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, Serviço Geológico Brasileiro – CPRM, Departamento Nacional de Produção Mineral e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

No objetivo de ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas, o Serviço Geológico Brasileiro – CPRM possui a responsabilidade de dotar o país de informações geológicas suficientes, disponíveis de forma segura e ágil, que possam atrair o interesse da iniciativa privada na exploração e lavra de bens minerais, constituindo-se em mais um elemento de estímulo à economia brasileira.

Desde 2003 está em curso um amplo programa de levantamentos geológicos básicos, com a execução de projetos de cartografia em todo o território nacional e a produção de novos mapas geológicos nas escalas 1:250.000, em territórios amazônicos, e 1:100.000, em territórios não amazônicos. Neste período foram realizados levantamentos geológicos, geoquímicos, aerogeofísicos, de recursos minerais e estudos hidrológicos de todo o território, inclusive na região amazônica e no mar (plataforma continental e águas internacionais). Estes estudos permitiram alcançar um nível de conhecimento em escala regional, útil não somente para a exploração mineral, mas também para as demais áreas das geociências aplicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Devido à vasta extensão territorial do Brasil e sua consequente heterogeneidade geológica, a cartografia geológica e os estudos que visam avançar no conhecimento e na produção de dados geológicos de qualidade têm sido priorizados nas áreas com maior potencial mineral, denominadas províncias minerais, ou Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) e em seus entornos.

Para o período 2016 a 2019 pretende-se efetuar levantamentos que totalizarão em 1.162.000 km2. Até 31/12/2016 foram efetuados levantamentos em áreas correspondentes a 927.110 km2. O fato de estar-se próximo ao alcance da meta fixada não inibirá a continuidade dos trabalhos e, muito provavelmente, os resultados ao final do PPA serão significativamente maiores do que os originalmente previstos.

Merece destaque que, no ano de 2016, os produtos gerados referem-se em sua grande maioria a mapas produzidos em escalas diversas, desde 1:50.000 até 1:750.000. Ressalta-se ainda que os mapas dos projetos executados, ainda que parciais, foram disponibilizados no sítio da CPRM (www.cprm.gov.br), no Banco de Dados GEOBANK, permitindo à sociedade acessar os produtos de maneira rápida e demonstrando o retorno dos investimentos realizados no âmbito do objetivo.

No objetivo de ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios, as metas e iniciativas serão conduzidas para assegurar não só a atração de investimentos privados para o setor mineral, mas também para a ampliação das reservas dos recursos minerais brasileiros.

As linhas de ação vinculadas a esse objetivo envolvem Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM), áreas com potencial para minerais estratégicos, sobretudo fosfato e potássio (fertilizantes), projetos voltados para agregados para a construção civil e o patrimônio mineral.

Na linha ARIM foram continuados e/ou iniciados projetos em 24 áreas em todo o território nacional (meta de 20 áreas), sendo quatro dadas como concluídas em 2016, o que corresponde a 25% da meta. No princípio do segundo semestre de 2016, foram intensificados os trabalhos de integração geológico-geofísica, de modo a não prejudicar a entrega de produtos previstos para 2016, e repactuação da atividade de campo para 2017. Em dezembro de 2016 foram divulgados no GEOBANK os produtos parciais da maioria das ARIM investigadas no ano.

Em relação às áreas com potencial para minerais estratégicos foi estabelecida a meta de identificar e ampliar o conhecimento de nove áreas de potencial para minerais estratégicos. Na área de fertilizantes, o projeto Potássio Brasil apresentou como resultado relevante em termos de aumento do conhecimento geológico aplicado a ampliação de reservas e identificação de novos depósitos na Bacia do Amazonas, tendo sido identificada uma área com potencial para minerais estratégicos. Além disso, na área de fertilizantes-minerais estratégicos, foram produzidos mapas de infraestrutura (transporte terrestre, aéreo e fluvial; redes de telecomunicações; disponibilidade de energia) e das principais áreas produtoras de grãos, incluindo a nova fronteira agrícola denominada de MATOPIBA (Maranhão-Tocantins-Piauí-Bahia), e áreas consumidoras de fertilizantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação aos agregados para a construção civil, por meio da Portaria 222, de 20 de junho de 2008 do Ministério de Minas e Energia – MME foi instituído o Plano Nacional de Agregados Minerais para a Construção Civil – PNACC, que tem como objetivo garantir o suprimento adequado de insumos minerais vitais ao crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O PNACC incluiu diversos estudos e ações, os quais devem ser coordenados e monitorados pela Comissão Nacional do PNACC. Em 2015 ocorreu o resgate do diálogo com o setor extrativo mineral de agregados e gerou-se, então, uma perspectiva de revisão, publicidade e implementação do Plano Nacional de Agregados para a Construção Civil – PNACC, razão pela qual foi inserido como iniciativa no PPA 2016-2019, compromisso este fortalecido em 2016. A previsão é de reformulação da Comissão do PNACC, instituída pela Portaria MME 278 de 21 de agosto de 2008, atualização do Plano e sua disponibilização para consulta pública ainda no primeiro semestre de 2017.

No objetivo de estimular a agregação de valor ao bem mineral, houve avanços no período, com destaque para a meta de elaborar e implantar o programa de Desenvolvimento das Cadeias de Fornecedores de Bens (máquinas e equipamentos) e Serviços para Mineração e a Transformação Mineral – PROMINER, o qual encontra-se na fase de conclusão do Relatório Final.

O Mapeamento da Cadeia de Fornecedores da Mineração do Catálogo Minero-Peças, possibilitará a definição de critérios de exigência de Conteúdo Local mínimo de bens e serviços para empreendimentos de mineração, bem como o relatório sobre a avaliação das empresas cadastradas quanto aos gargalos, necessidades, oportunidades e ações que justificam a elaboração e implantação do PROMINER.

As demais metas encontram-se em estágios iniciais de execução, com a previsão de que sejam elaborados diagnósticos e análises das cadeias produtivas de agrominerais e de elementos terras raras, realização dos estudos prospectivos e oficinas de trabalho para discutir as prioridades tecnológicas e inovações para o setor.

Quanto ao objetivo de fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor, as metas estavam fortemente calcadas na existência de um novo marco regulatório, com alteração na legislação minerária em vigor, com a introdução de nova sistemática de cobrança de royalties sobre a mineração e, especialmente, criação de agência reguladora que seria responsável pela concessão de alvarás para pesquisa e exploração mineral, além da fiscalização das atividades de mineração.

Como a votação do novo marco, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em 2013 não evoluiu até o momento, nova estratégia para o setor deverá ser considerada e adotada, bem como as metas propostas para o PPA 2016-2019 deverão ser avaliadas, considerando os cenários que se apresentam e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

resultados de ações passadas, para eventual correção de rumos tendo em vista a estratégia adotada em relação ao marco legal e regulatório para a mineração.

O apoio à pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais está amparado em objetivo próprio com a previsão da execução de duas metas e quatro iniciativas.

As atividades no âmbito deste objetivo estão fortemente calcadas nos resultados do "Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil". Inicialmente previsto para ser realizado no ano de 2014, o estudo somente teve seu início em 2016 e será concluído em meados de 2017.

Já o projeto de uma rede de informação para os APLs minerais não chegou a ser consolidada. Neste sentido, novas prioridades foram definidas, pretendendo-se apoiar o desenvolvimento da pequena e média mineração por outras políticas abrangentes aos diversos segmentos minerais, independentemente de sua organização produtiva seguir a metodologia de APL.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Ministério de Minas e Energia pretende reorientar as áreas envolvidas com as metas, iniciativas e objetivos do PPA no sentido de reexaminarem as atividades previstas e estabelecerem prioridades naquelas que garantirão a implementação de uma política de atração de investimentos e ampliação sustentável, com diversificação da produção mineral brasileira.

Para tanto, a definição de um marco legal que garanta a previsibilidade e proporcione a segurança jurídica demandada pelos investidores e permita importantes avanços no setor mineral brasileiro é de fundamental importância e liderará os esforços do MME.

A agenda do MME prevê a intensificação dos programas de inovação e tecnologia, por meio da atuação conjunta com outros órgãos de governo, com os setores privado, acadêmico e, ainda, a ampliação do diálogo com o CETEM (Centro de Tecnologia Mineral), com o objetivo de promover ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, com foco na verticalização do setor e na agregação de valor aos bens minerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2040
GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

O Brasil, considerando sua dimensão territorial, com diversas características climáticas, hidrológicas, geológicas, ambientais, socioeconômicas e culturais, apresenta inúmeras situações de risco de desastres, sejam elas naturais ou tecnológicas, decorrentes de excesso ou da escassez de água. Dados históricos, contemplados no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, revelam essa realidade e desmistificam a ideia de que no Brasil desastres de grande magnitude não ocorrem.

Como exemplos de desastres ocorridos nos últimos anos podem ser citados inundações em Santa Catarina em 2008; inundações em Alagoas e Pernambuco em 2010 e deslizamentos e enxurradas no Rio de Janeiro em 2011, um dos desastres com o maior número de mortes no país. Outros exemplos foram as chuvas intensas na região Serrana em abril de 2013; inundações e movimentos de massa no Espírito Santo e Minas Gerais em dezembro de 2013; cheias recordes no rio Madeira em 2014; cheias recordes no sul do País em junho de 2014; cheias recordes no estado do Acre em 2015; tornado em Xanxerê em abril de 2015; além da severa seca que afeta o Nordeste desde o ano de 2012.

Esses eventos demonstram a necessidade de uma abordagem sistêmica e da atuação articulada entre União, Estados e Municípios para o fortalecimento de ações integradas em todo o ciclo da gestão de riscos de desastres no Brasil, tanto em relação ao apoio para planejamento urbano, execução de medidas preventivas estruturais e não estruturais para a redução de riscos de desastres quanto para o aprimoramento das práticas de monitoramento meteorológico, protocolos de alerta de desastres, mantendo-se atenção constante para a necessidade de se estar preparado no caso de ocorrência, visando ao atendimento mediante ações de resposta e de reconstrução.

Para responder a esses desafios, o Programa contempla ações voltadas tanto à prevenção, como apoio a obras de contenção de encostas, controle de cheias e drenagem urbana, quanto ao monitoramento e alerta de desastres naturais, ao planejamento urbano (por meio dos mapas de suscetibilidade e das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização), ao aprimoramento da coordenação dos atores envolvidos, à resposta a desastres e à recuperação das localidades afetadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores do programa, o número de desalojados e desabrigados provocados por desastres contabilizou o valor de 148.714, principalmente oriundos das tempestades ocorridas em São Paulo e Minas Gerais, responsáveis pelo maior número de desabrigados e desalojados; 92 óbitos provocados por desastres e 2.071 municípios com decreto de situação de emergência ou calamidade pública reconhecidos pelo governo federal, todos extraídos do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Dentre os municípios, verifica-se um alto número de reconhecimentos oriundos de seca/estiagem (1.782 municípios), o que se explica pela maior seca registrada na região Nordeste que perdura desde 2012, sem prognósticos positivos. Quanto aos reconhecimentos, exceto por estiagem/seca, a região sul teve o maior número de municípios reconhecidos em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A seguir, apresentam-se os principais resultados detalhados do programa, em especial referentes a objetivos e metas.

No objetivo que visa apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras são implementadas iniciativas visando ao apoio à implantação, pelos estados e municípios, de instrumentos de planejamento e controle da ocupação urbana e a execução de intervenções estruturais voltadas para prevenir a ocorrência de desastres naturais.

Em 2016, visando ao atingimento da meta de 87 empreendimentos de drenagem urbana em 79 municípios críticos, foram concluídos 10 empreendimentos, resultantes da aplicação de um montante de R$ 292,53 milhões. Além desses, existem 171 empreendimentos em andamento, somando um montante de R$ 10.753,9 milhões em investimentos, que poderão ser concluídos nos próximos anos contribuindo para o alcance da meta.

Em apoio aos empreendimentos de contenção de encostas, foram usados recursos da Ação 8865 – Apoio ao Planejamento e Execução de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas que contempla a elaboração de planos, projetos e a execução de obras de contenção de encostas selecionadas pelo PAC em municípios críticos a desastres relacionados a deslizamento de encostas.

Em 2016, foram investidos (pagos) R$ 107,3 milhões em planos municipais de redução de riscos, projetos e obras de contenção encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos. Tais investimentos permitiram regularizar o fluxo de pagamento de empreendimentos já em andamento, criando condições para cumprimento da meta de conclusão de 64 empreendimentos em 50 municípios críticos até o final de 2019.

A carteira de empreendimentos selecionados entre os anos de 2011 e 2014 totaliza R$ 2,30 bilhões em 134 empreendimentos. Já foram iniciados 131 e, desses, 46 foram concluídos. Especificamente para o ano de 2016, foram concluídos 11 empreendimentos beneficiando 10 municípios.

Visando apoiar a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização em 17 municípios críticos, foram concluídas sete Cartas em municípios críticos de 4 estados brasileiros, encerrando investimentos de mais de R$ 1,5 milhão do Ministério das Cidades. Seriam destinados R$ 1 milhão ao apoio da elaboração de Cartas Geotécnicas, em cinco municípios, todavia a parceria que seria firmada com o Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), em 2016, retrocedeu devido a óbices administrativos e prazos para o empenho dos recursos.

Para atender à meta de apoiar a elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR) em 8 municípios críticos, pouco mais de meio milhão de reais foi investido em 2016 para apoiar a elaboração em dois municípios críticos brasileiros pelo Ministério das Cidades. Ressalta-se que a efetivação da meta, com a conclusão dos PMRRs contratados no exercício de 2016, será viável em dois anos conforme cronograma físico de execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Visando apoiar o início de etapas ainda não iniciadas e a conclusão de empreendimentos de Contenção de Encostas, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, por meio do Departamento de Gestão de Riscos e Reabilitação Urbana, deverá atuar junto às equipes responsáveis das novas administrações municipais, informando sobre a situação dos Termos de Compromisso firmados bem como das providências necessárias ao cumprimento da Portaria MCidades 630/2016.

Por sua vez, o Ministério da Integração Nacional, para beneficiar 24 municípios críticos com estudos, projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações, atuou na conclusão da Barragem de Serro Azul, em 2016, beneficiando os municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros (PE). Essa Barragem possui um volume de acumulação de 380 milhões de metros cúbicos de água, que proporciona uma vazão regularizada a jusante de 850 l/s.

Ainda visando ao alcance da meta, está planejada a construção da Barragem de Castelo no estado do Piauí. Essa Barragem objetiva a regularização e a perenização da vazão do rio Poti e o controle de enchentes nos municípios a jusante da barragem, bem como a irrigação de cerca de 40.000ha no vale abaixo do barramento, a viabilização da instalação de agroindústrias e o abastecimento de diversos municípios, dentre eles Juazeiro do Piauí, Castelo do Piauí, São João da Serra, Alto Longá, Prata do Piauí, Beneditinos, Buriti dos Montes, São Miguel do Tapuio, Novo Santo Antônio, Demerval Lobão e Teresina. As obras referentes à Barragem Castelo ainda não foram iniciadas uma vez que o Governo do estado do Piauí aguarda análise do processo licitatório pelo Tribunal de Contas da União conforme Acórdão 3306/2014.

Em relação à prevenção, as ações desenvolvidas neste programa estimulam a atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) e seu alcance foi potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil, Lei 12.608/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabeleceu de forma individualizada as competências dos entes federados participantes do Sinpdec. Visando promover a integração do Sistema, alinhando os órgãos estaduais ao órgão federal, foi realizado, em 2016, o Encontro de Secretários/Coordenadores estaduais e do Distrito Federal de Proteção e Defesa Civil em Florianópolis- SC. Ainda em 2016, foram capacitados 168 colaboradores que participaram dos cursos de Diagnóstico de riscos, Gestão geral em prevenção a desastres, ocorrido no Japão, e do Seminário Gestão de Riscos Costeiros.

No eixo Monitoramento e Alerta, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) tem como missão realizar o monitoramento das ameaças naturais em áreas de riscos em municípios brasileiros suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, além de realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado, com o objetivo final de reduzir o número de vítimas fatais e prejuízos materiais em todo o país. Para tanto, o Centro atua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no desenvolvimento, na manutenção e na ampliação da Rede Observacional, que permite obter dados geotécnicos, meteorológicos, pluviométricos, de umidade do solo, dentre outros, os quais subsidiam o monitoramento e a expedição de alertas de desastres naturais.

O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade dos ambientes, a vulnerabilidade e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda dispor de uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos. Nesse contexto, além do monitoramento, o Cemaden realiza pesquisas para o desenvolvimento de modelos computacionais para melhoria e aprimoramento dos alertas. O aumento da estrutura de monitoramento e a ampliação das parcerias realizadas com os municípios fizeram com que houvesse, ano após ano, uma expansão do número de alertas emitidos pelo Centro. Os mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco são insumos para a emissão de alertas com alto grau de confiabilidade.

Consequentemente, o cumprimento deste objetivo requer a participação integrada de diversos órgãos e instituições, uma vez que os alertas elaborados pelo Cemaden, baseados em análises de risco de condições potencialmente adversas, por meio de estudos de modelagem e acompanhamento sistemático de dados oriundos das redes geo-hidrometeorológicas, distribuídas pelo país, são repassados de forma imediata ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad). Em casos de potenciais desastres, o Cenad encaminha os alertas e aciona os órgãos de proteção e defesa civil nos estados e municípios, garantindo maior agilidade nas ações de resposta a desastres, caso haja necessidade.

Atualmente o Cemaden monitora 958 municípios, sendo 31 no Centro-Oeste, 333 no Nordeste, 117 no Norte, 323 no Sudeste e 154 no Sul. Em 2016, houve um incremento de 113 municípios monitorados. Para viabilizar o monitoramento para emissão de alertas de desastres em municípios críticos, o Cemaden implementou uma Rede Observacional composta por diversos tipos de equipamentos que coletam informações/dados pluviométricos, hidrológicos, meteorológicos e geodinâmicos, os quais são gerenciados pelas equipes que atuam na Sala de Operações do Centro e subsidiam a emissão de alertas a partir de modelagem dinâmica. Para a gestão dos equipamentos da rede observacional, o Centro celebra acordos de cooperação técnica com as instituições parceiras nos municípios, com a finalidade de estabelecer responsabilidades e viabilizar a instalação de equipamentos.

Em 2016, foram operados 10 Sistemas de Alerta Hidrológicos (bacias dos rios Negro, Acre, Madeira, Branco, Muriaé, Parnaíba, Caí, Taquari, Alto Paraguai e Doce), beneficiando 43 municípios. Foi implantado um Sistema de Alerta Hidrológico na Bacia do Rio Xingu, beneficiando cinco municípios (região Norte). Além disso, foram elaborados dois sistemas de manchas de inundações baseado em Web, um em Colatina (região Sudeste) e outro na Bacia do rio Caí (região Sul).

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (Sedec/MI) tem promovido ações de pronta resposta e recuperação de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da população vitimada por desastres. Para executar essas ações a SEDEC vem investindo na melhoria das ferramentas para a realização de sua missão. Nessa perspectiva destacam-se a implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) e do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Quanto às ações de resposta, diante da maior seca registrada na região Nordeste, destaca-se a ampliação da Operação Carro Pipa, realizada em cooperação com o Ministério da Defesa. Outra iniciativa importante no que tange ao atendimento à população vitimada por desastre é a possibilidade de atendimento com a distribuição de materiais de assistência humanitária.

Nas ações de resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, o CPDC, instituído em 2011 e universalizado em 2012, é um meio de pagamento específico e é a forma exclusiva de execução de recursos federais repassados para ações de resposta. O Cartão ainda não alcançou a agilidade almejada para atendimento, mas vem tendo papel importante no controle social e transparência dos gastos da administração pública. Entre 2011 e 2016, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R$ 1.078,0 milhão. Nesse período, o governo federal atendeu, diretamente, com recursos para ações de resposta 21 estados e 294 municípios.

Em 2016, o S2ID ganhou novas funcionalidades, como a inclusão do módulo Plancon para auxiliar os entes na elaboração dos planos de contingência como previsto na Lei 12.608/12. Nesse ano, foram finalizados os módulos para solicitação de apoio para ações de Resposta e de Recuperação. Quando essas novas funcionalidades estiverem operando tornarão os procedimentos de solicitação, análise e liberação de recursos ainda mais céleres. Atualmente, mais de 3.600 municípios possuem cadastro no S2ID, totalizando mais de 7.500 usuários cadastrados.

Para atendimento mais célere às pessoas afetadas por desastres realizou-se pregão e celebração de ajuste para aquisição e distribuição dos materiais de assistência humanitária. O Termo de Referência das Atas de Registro foram confeccionados com foco na estrutura sistêmica da Defesa Civil no Brasil e ao caráter complementar das ações de resposta federal. A implementação do sistema de registro de preço agilizou as ações de resposta, no que tange à assistência humanitária. Ademais, os produtos que compõem os kits são entregues organizados e embalados, o que facilita a distribuição aos afetados e, consequentemente, a mitigação dos efeitos da situação vulnerável, com vistas ao restabelecimento da dignidade humana, pela oferta de itens essenciais à sobrevivência.

Outro ponto de destaque foi a Operação Carro Pipa (OCP) que visa mitigar os efeitos da seca/estiagem por meio da distribuição de água para a população de municípios na região do semiárido nordestino e no norte de Minas Gerais. Em 2016, na OCP do governo federal foram investidos aproximadamente R$ 860 milhões, atendendo mensalmente cerca de 3,7 milhões de pessoas em 827 municípios por meio da atuação de 6.926 carros-pipa. Para garantir a qualidade da água ofertada é mantido contrato para o monitoramento da Operação.

O mapeamento geológico-geotécnico em municípios críticos com relação a riscos geológicos tem por finalidade a elaboração de dois produtos principais, cujos recursos provêm do programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O primeiro consiste da Setorização de Riscos Geológicos, incluindo movimentos de massa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(deslizamentos, corridas, rolamentos/tombamentos de blocos, dentre outros) e processos de enchentes, inundações e enxurradas, classificados como de graus de risco muito alto e alto. O segundo produto consiste na elaboração das Cartas municipais de Suscetibilidade aos Movimentos de Massa e Inundações.

No que diz respeito aos mapeamentos de identificação de setores de risco de inundações e deslizamentos, apesar de certa descontinuidade nos trabalhos de campo, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) realizou, em 2016, trabalhos de setorização de riscos em 102 municípios. De 2011 a 2016 foram realizados trabalhos em 1.206 municípios brasileiros, dos quais apenas em 128 não foram identificados setores classificados como de risco muito alto e alto. Nos municípios setorizados, foram delimitados 11.310 setores de risco, compreendendo 919.486 moradias e 3.845.787 pessoas.

Quanto ao mapeamento de suscetibilidade a inundações e deslizamentos, a CPRM realizou Cartas de Suscetibilidade em 44 municípios distribuídos pelos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina em 2016. De 2013 a 2016 foram executadas 335 cartas de suscetibilidade a movimentos de massa e inundações. Não foram realizados trabalhos de elaboração de cartas de suscetibilidade nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste em função da inexistência de bases cartográficas e modelos digitais de elevação na escala de 1:25.000 que consistem de insumos fundamentais para a realização dos trabalhos de geoprocessamento para a elaboração dos mapas de padrões de relevo. Assim, os trabalhos se concentraram nas regiões Sul e Sudeste onde o IBGE disponibilizou os dados de seu acervo cartográfico.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Com relação à execução do programa Gestão de Riscos e de Desastres no primeiro ano de vigência do PPA 2016-2019, dada sua grande multissetorialidade, com participação de amplo número de instituições do governo federal, bem como forte dependência de coordenação com estados e municípios, entende-se que a busca por maior articulação entre todas essas instâncias é um elemento passível de aperfeiçoamentos. Entende-se, contudo, que trata-se de programa com desenho adequado, e que poderá ter bom desempenho ao longo do período 2016-2019.

Entre os pontos importantes, destaca-se a proximidade de regulamentação da Lei 12.608/12 e da Lei 12.340/10 que tratam, respectivamente, da política de proteção e defesa civil e da transferência de recursos federais para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais e outras previdências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2048
MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

O programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito vem sendo desenvolvido desde o PPA 2012/2015, a partir das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, definidas na Lei 12.587/2012, com vistas a avançar no direito a cidades sustentáveis e no ordenamento pleno de suas funções sociais e contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Há de se considerar que a principal evolução da política pública de mobilidade urbana, até 2015, foi o estabelecimento do marco regulatório da mobilidade urbana, por meio da citada lei e da destinação de maior volume de recursos disponibilizados aos entes municipais, distritais e estaduais para implantação de infraestrutura de transporte coletivo urbano.

Na Lei 12.587/2012, há exigência de elaboração de planos de mobilidade urbana pelos municípios com população superior a 20 mil habitantes, com previsão de restrição de receber recursos do Orçamento Geral da União para municípios que não elaborem o citado plano. Em 2016, a MP 748/2016 prorrogou o prazo para a conclusão da elaboração dos planos de mobilidade, permitindo que os municípios concluam seus planos até 2019.

O programa Mobilidade Urbana e Trânsito, em nível nacional, está sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (SNMU) do Ministério das Cidades, com contribuições na área de trânsito pela atuação do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

Dentre as metas que contribuem para o objetivo de apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana, destaca-se a meta de requalificar, reequipar, modernizar e atualizar tecnologicamente os sistemas metroferroviários existentes sob gestão do governo federal. Nesta meta, regionalmente, os subsídios para cumprimento do objetivo são viabilizados por meio de duas empresas vinculadas: a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera os sistemas de trens urbanos existentes de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió e atua na gestão do convênio com o estado do Ceará (Fortaleza); e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), que opera o sistema de trens urbanos e do aeromóvel em Porto Alegre. Essas empresas executam diretamente melhorias nas infraestruturas metroviárias existentes operadas pelo governo federal.

Num balanço de implantação deste programa, nos quatro anos do PPA anterior, foi efetuada a etapa inicial com a seleção de empreendimentos e com a gradativa formalização dos termos de compromissos e das operações de crédito para implantação das infraestruturas de mobilidade urbana.

Os empreendimentos selecionados são referentes a diferentes tipos de implantação: de sistemas de transporte público coletivo sobre pneus, tais como Corredor de Ônibus, BRT – *Bus Rapid Transit*; e de sistemas de média e alta capacidade sobre trilhos seja Metrô, Trem Urbano, Monotrilho, VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, APM – *Automated People Mover* (ex. Aeromóvel) entre outros.

Todos os sistemas compreendem implantações de grande complexidade, que se desenvolvem em ciclos de execução ultrapassando o período dos planos plurianuais e necessitam de arranjos e de parcerias entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

setores público e privado, envolvendo diversas fontes de recursos, incluindo obras, cujo prazo de execução, em muitos casos, é superior a 48 (quarenta e oito) meses.

Até 2015, foram computados nas metas do programa os recursos destinados a estes empreendimentos, incluindo as seleções do PAC Mobilidade Grandes Cidades – 2012, do PAC Mobilidade Médias Cidades – 2012/2013 e do Pacto pela Mobilidade – 2014. As metas possuíam estratificação de investimentos em mobilidade urbana em função da população; a principal referia-se a investir R$ 22,4 bilhões em mobilidade urbana nas cidades com população superior a 700 mil habitantes e regiões metropolitanas e atingiu 91,8% de execução até 31/12/2015, ou seja R$ 20,58 bilhões, considerando o somatório das contratações formalizadas. A outra meta que se destacou foi a de investir R$ 7 bilhões em mobilidade urbana nas cidades com população inferior a 700 mil habitantes, que atingiu o total de R$ 6,107 bilhões em valores de repasse e de financiamento, ou seja, 87,24% de execução com relação aos R$ 7 bilhões previstos na meta. Como resultado da meta de pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente, na quantificação da meta até 31/12/2015, tem-se 2.084,70 km de vias pavimentadas, representando 41,7 % da meta total, que foram executadas com os citados recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) no eixo do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, à época já apurado considerando as execuções físicas.

Neste PPA 2016 - 2019, inicia-se o ciclo de entregas à sociedade dos produtos executados, resultados das contratações que já haviam sido formalizadas e de novas contratações, conforme demonstra-se na evolução das metas a seguir avaliadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores do programa de Mobilidade Urbana, destacam-se os seguintes:

- Em 2014, o índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito foi de 21 para cada 100.000 habitantes, o que representou uma redução de 2,2% em relação ao valor apurado em 2013.
- Em 2014, a participação do modo de transporte sobre trilhos no Transporte Público Coletivo foi de 13,52%, o que representou um aumento de 0,8% em relação ao valor apurado em 2012.
- Em 2016, o percentual de municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito foi de 27%, o que representou um aumento de 3,8% em relação ao valor apurado em 2014.
- Em 2015, o percentual de pessoas que gastam mais de 1 hora no percurso casa-trabalho foi de 10,3%, o que representou uma redução de 3,3% em relação ao valor apurado em 2013.
- Em 2015, o percentual de pessoas que gastam mais de 1 hora no percurso casa-trabalho, em Regiões Metropolitanas, foi de 19,7%, o que representou uma redução de 5,6% em relação ao valor apurado em 2013.
- Em 2015, a regularidade dos sistemas metroferroviários federais foi de 97,4%, o que representou um aumento de 1,5% em relação ao valor apurado em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O primeiro objetivo do programa é o de apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizado. Neste sentido, ultrapassada a fase de formalização das contratações, em 2016, foi dado início às entregas dos sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano à sociedade, promovendo a integração modal, física e tarifária.

Dentro deste objetivo destacam-se quatro de seis metas. A primeira delas, apoiar a implantação e/ou requalificação de 1.480 km de sistemas sobre pneus em 72 municípios que avançou um total de 84,41 Km, ou seja, 5,7 %. Nesta meta foram computados dois importantes BRTs no Rio de Janeiro que tiveram parte dos sistemas com início da operação em 2016, executados com recursos do BNDES, de financiamento: BRT TRANSOESTE (6,4 Km) e BRT TRANSOLÍMPICA (13 Km). Destacam-se, também, obras realizadas com recursos do BNDES em Joinville/SC, de 13,3 Km de corredores. O total da contribuição do BNDES para a meta é de 35,7 Km. Dentre os sistemas que entraram em operação em 2016 com recursos do OGU e cuja mandatária da União foi a CAIXA ou aqueles em que a CAIXA atuou como Agente Operador/Financeiro, utilizando recursos do FGTS, destacam-se: no modo sobre pneus, os corredores de ônibus em São Paulo: Inajar, Berrini e M'Boi Mirim, com trechos entregues à população ainda em 2016. Vale registrar ainda que entrou em operação, no município de Belém/PA, o BRT com 5,86 Km de extensão. Os empreendimentos como um todo tiveram parcela de apoio do governo federal e foram executados por entes federativos municipais. O total de corredores e BRT que foram viabilizados pelos entes federativos, com recursos da CAIXA, foi de 48,71 Km.

A segunda meta que merece destaque é a de apoiar a implantação e/ou requalificação de 320 km de sistemas sobre trilhos em 16 municípios. Neste caso, a extensão total implementada no ano de 2016 foi de 45,11 Km. Neste quantitativo estão o VLT do Rio de Janeiro/RJ (com extensão de 7,2 Km); a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro (12,7 Km); o metrô de Salvador (14,9 Km); e as linhas 15 (teve participação do BNDES com 2,91 Km de extensão) e 5 Lilás (0,6 Km). O BNDES financiou parte da parcela do setor público e do setor privado, visto que os empreendimentos têm diversas fontes de financiamento. Além disso, a Caixa, na função de mandatária da União, operacionalizou a utilização de recursos do OGU nos metrôs de Salvador e VLT do Rio de Janeiro, os quais constituem importantes soluções de mobilidade urbana nas referidas cidades. Registra-se ainda a entrada em operação do VLT da Baixada Santista, entre Santos/SP e São Vicente/SP.

A terceira meta em destaque é a de pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente cujos resultados advém da implementação de projetos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, que foram lastreados, exclusivamente, com recursos de financiamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As seleções de projetos ocorreram em três etapas de publicação: a primeira, aberta em 2010, a segunda e terceira em 2013. Após tais seleções, os entes federados foram gradativamente formalizando as operações de crédito e executando as obras de pavimentação, adequação e qualificação de infraestrutura das vias, incluindo sistemas de drenagem de águas pluviais, além da sinalização dos sistemas de mobilidade urbana. O valor executado global nestas três etapas foi 3.198,79 Km. Descontando o que foi computado em meta similar até o Plano Plurianual anterior (2012-2015), que foi de 2.084,70 Km, tem-se 1.114,09 Km realizados em 2016, correspondendo a 27,85% executado da meta de 4.000 Km, o que se avalia como satisfatório tendo em vista que o prazo para atingimento da meta global é 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As soluções de mobilidade têm que estar voltadas não só para o transporte coletivo como também para a mobilidade individual. Neste sentido, a última meta que merece destaque é a implantação de sistemas não motorizados. Por meio do PAC pavimentações, foi possível implantar cerca de 1,5 mil km de calçadas, o que corresponde a 18% da meta a ser atingida em 2019.

Em relação às metas do objetivo de implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial, foram concluídos três projetos de mobilidade urbana, em 2016: um para Anápolis/GO, outro em Campinas/SP e um terceiro em Governador Valadares/MG.

Quanto à meta de apoio à elaboração e/ou revisão de planos de mobilidade urbana, embora não tenha havido acréscimo no número de municípios apoiados em 2016, deve-se ressaltar que seis cidades (Araucária/PR, Bragança Paulista/SP, Vila Velha/ES, Mogi das Cruzes/SP, Olinda/PE e Viana/ES) estão desenvolvendo seus planos.

Outra iniciativa que contribui com as metas de uma forma global é a elaboração dos Cadernos Técnicos para Projetos de Mobilidade Urbana que apresentam critérios gerais para a implantação de infraestrutura adequada de sistemas de BRT, corredores e faixas dedicadas ao ônibus, estações, calçadas, infraestrutura cicloviária e de Veículos Leve sobre Trilhos, oferecendo subsídios para a concepção, avaliação e aprovação de projetos voltados à infraestrutura qualificada de mobilidade urbana. São três cadernos, abrangendo Transporte Ativo, Sistemas de Prioridade ao Ônibus e Veículo Leve sobre Trilhos e foram desenvolvidos com o apoio técnico do WRI Brasil Cidades Sustentáveis e da ANPTrilhos. Eles estão disponíveis em http: //www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/Caderno_tecnico_Transporte_Ativo.pdf.

A coleção Cadernos Técnicos para Projetos de Mobilidade Urbana vem a contribuir para que as cidades sigam o previsto na Lei de Mobilidade Urbana, Lei 12.587/2012, elencando como prioridade o transporte público coletivo e o transporte ativo (não motorizado) e executem projetos que melhorem a mobilidade urbana e a qualidade de vida da população. No segundo semestre de 2017, o Ministério das Cidades pretende retomar ao programa de Capacitação de forma a orientar tecnicamente os municípios na elaboração dos planos e nas diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A participação da TRENSURB na execução desta meta destaca-se pelos Projetos e Termos de Referência para modernização do sistema de radiocomunicação que estão em fase de conclusão e que prevê evolução do sistema analógico para o sistema digital. Ademais, seguem em desenvolvimento, os estudos visando a modernização do sistema de telecontrole de energia, garantindo a operacionalidade plena do sistema. Além disso, estão sendo elaborados projetos para implantação de melhorias nas estações, incluindo adequações à Legislação de acessibilidade.

Estão em fase de elaboração de estudos, as futuras expansões da linha operada pela TRENSURB, a fim de atender os municípios da região metropolitana de Porto Alegre. Da mesma forma, está sendo concluído o projeto de rebaixamento da Linha 1 da TRENSURB no Município de Canoas. Este projeto visa auxiliar na requalificação urbana do Município de Canoas, modernizar a Estação Canoas da TRENSURB e promover a integração modal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao objetivo de promover a segurança e a educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito – PNT, no exercício de 2016, o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN trabalhou no aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito e no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, fomentando a municipalização, realizando fiscalizações, criando novas soluções nos sistemas informatizados, promovendo campanhas e eventos, entre outras atividades. Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, em 2016, o DENATRAN realizou 17 fiscalizações em Instituições Técnicas Licenciadas (ITL), sendo 1 no Distrito Federal, 2 no Rio de Janeiro, 3 no Espírito Santo, 5 em São Paulo, 2 em Santa Catarina e 4 no Rio Grande do Sul. Foram realizadas ainda visitas de acompanhamento e fiscalização dos órgãos de trânsito dos seguintes municípios: Botucatu, São Paulo, João Pessoa, Balneário Camboriú e Viçosa.

Vale salientar também a Resolução 622, de 6 de setembro de 2016, que estabeleceu o Sistema de Notificação Eletrônica - SNE, criando um novo canal de comunicação com os proprietários de veículos automotores. O SNE é uma solução Web e Mobile que permite ao cidadão e às empresas receberem notificações de seus veículos de forma eletrônica e com descontos de 40%. Permite ainda que os órgãos e entidades de trânsito do SNT possam utilizar o sistema para realização de campanhas educativas de trânsito. Essa solução tecnológica está participando do 21º Concurso Inovação do Setor Público, promovido anualmente pela Escola Nacional de Administração Pública-Enap, em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

No que tange a educação no trânsito, cita-se a XV edição do Prêmio DENATRAN de Educação no Trânsito, e a participação do DENATRAN no Salão de Automóvel 2017, maior e mais importante evento automotivo da América Latina.

O Comitê Gestor do RENAINF – CGRenainf, realizou ao longo de 2016, quatro reuniões ordinárias, duas diligências, uma ao órgão estadual de trânsito do Pará e outra ao órgão estadual de trânsito do Amapá, três visitas técnicas aos órgãos estaduais de trânsito, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Piauí, e uma Oficina Técnica no estado do Pará. Como resultado, o CGRenainf melhorou o fluxo de repasse financeiro entre os órgãos arrecadadores e autuadores no sistema Renainf, reduzindo a inadimplência entre esses órgãos de trânsito no sistema Renainf. Por fim, vale registrar a integração de trinta e um novos municípios ao Sistema Nacional de Trânsito- SNT.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No primeiro ano do PPA 2016-2019, o programa de Mobilidade Urbana deu continuidade ao trabalho iniciado na vigência do PPA anterior, com o apoio à implantação, à expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana e à implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Política Nacional de Trânsito – PNT.

Destaca-se, ainda, um importante avanço no fortalecimento da cooperação horizontal entre os órgãos federais formuladores e executores de políticas de mobilidade urbana e a articulação vertical com os governos municipais e estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos são necessários arranjos entre as diferentes esferas federativas e busca de parcerias inclusive com interessados do setor privado. Como alternativa para viabilizar melhorias na mobilidade urbana, pretende-se incentivar a participação do setor privado, seja na renovação da frota de veículos do transporte público coletivo urbano, melhorando a eficiência do serviço prestado ao usuário, ou na execução de obras com participação das concessionárias, operadoras e permissionárias dos serviços de transporte público coletivo urbano e intermunicipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2049
MORADIA DIGNA

A política habitacional é norteada pelo princípio de universalização do acesso à moradia, necessidade básica e indispensável para a sobrevivência e dignidade dos cidadãos e um direito social assegurado pela Constituição em seu artigo 6º. Ao definir a habitação como moradia, a Constituição amplia seu escopo, incluindo além da edificação da unidade habitacional, os serviços básicos inerentes a ela. Dessa forma, a moradia digna associa-se à garantia de condições de habitabilidade, envolvendo aspectos como a qualidade da casa em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações, a segurança da posse da terra, a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, iluminação, sistema viário, a estrutura do bairro e a disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, transporte, segurança, áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros.

Para a universalização do acesso à moradia digna, são desafios das políticas habitacionais tanto a tradicional construção de moradias quanto outros meios de facilitar o acesso à moradia pronta, como urbanizar e regularizar áreas ocupadas precariamente ou irregularmente, melhorando suas condições de habitabilidade mediante a provisão dos serviços básicos essenciais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

São apresentados a seguir os principais resultados organizados por objetivo do programa.

Trata-se do objetivo de melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários. Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal, cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes federados, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público. Destaca-se, também, que nem todos esses entes possuem estrutura institucional capaz de lidar com os desafios colocados.

Entre os principais desafios para a consecução dos objetivos, está a necessidade de integração das políticas de habitação, regularização fundiária, saneamento, transporte e inclusão social com a oferta de equipamentos sociais de segurança pública, educação, saúde, esporte, cultura e lazer, além de potencializar intervenções de urbanização por meio da produção habitacional vinculada ao programa Minha Casa Minha Vida e a outros programas federais, estaduais e municipais.

Especificamente no exercício de 2016, verificaram-se dificuldades mais associadas às limitações financeiras e orçamentárias dos entes subnacionais, além da diminuição da confiança por parte dos parceiros privados no pagamento das obras e serviços pelo poder público. Ambas as situações impactaram na evolução do ritmo das ações. Em muitos casos, isso levou à desmobilização das ações por empresas privadas. A consequência prática foi a redução ou paralisação da execução do objeto em algumas situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Principal integrante da política habitacional do governo federal, o programa Minha Casa Minha Vida iniciou sua segunda fase em 2011, por meio do objetivo de ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda. Originalmente, a meta era contratar, até dezembro de 2014, 2 milhões de unidades habitacionais. Para 2016, essa meta foi ampliada para 3 milhões de unidades. Ao longo de 2016, o ritmo de contratação foi ajustado à disponibilidade orçamentária e financeira estabelecida para o ano, alinhada com a gestão de recursos financeiros e consoante com a desaceleração econômica experimentada no país.

Nesse primeiro ano do PPA, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), foram contratadas 11.672 unidades habitacionais. No Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), foram contratadas 5.820 unidades em 2016, que se resumiu ao atendimento prioritário aos empreendimentos vinculados a intervenções inseridas no PAC e que demandaram reassentamentos ou remanejamentos de unidades habitacionais. O programa Minha Casa Minha Vida Rural contratou 19.292 unidades habitacionais. Assim sendo, foram contratadas 36.784 unidades nas modalidades que integram a chamada Faixa 1 do programa.

Para as outras faixas de renda (Faixas 2 e 3), houve a manutenção dos mesmos patamares observados em 2015. Ao todo, foram contratadas 338.273 unidades habitacionais.

Durante o ano de 2016, os agentes financeiros do SFH contrataram 72.451 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas não enquadráveis nas condições do programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa quantidade representa queda de quase 17% comparado ao total contratado em 2014, quando 87.197 operações foram formalizadas.

O indicador que afere o déficit habitacional absoluto mostrou aumento do número de domicílios com necessidade de novas unidades habitacionais pelo motivo de domicílios improvisados, domicílios rústicos, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em domicílios alugados. Esse número era de 5.430.562 em 31/09/2012 e passou a ser 6.068.061 em 31/12/2014.

No Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em todo o ano de 2016, foram financiados R$ 39,7 bilhões em crédito imobiliário habitacional, correspondendo a 170.387 unidades habitacionais.

Em relação ao objetivo de fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas, destaca-se que a capacidade institucional dos entes federados foi fortalecida com o programa Capacidades de educação a distância da Secretaria Executiva do próprio Ministério das Cidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

constituindo um relevante arranjo interno de gestão. Também está sendo articulado, na ação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), por meio de um termo de execução descentralizada com a Universidade Federal de Santa Catarina, o curso EAD para agentes operadores das entidades que operam programas de habitação de interesse social, notadamente o Minha Casa Minha Vida Entidades.

O programa Capacidades contribuiu de forma clara para a compreensão das ações e objetivos do Ministério das Cidades, por parte dos técnicos municipais, estaduais e de outros órgãos, facilitando o trabalho em cooperação federativa. Esse foi um fator bastante positivo para a evolução do aperfeiçoamento técnico dos agentes dos programas habitacionais e também do conhecimento integrado da cidade e das possibilidades disponibilizadas pelo governo federal.

O indicador do percentual de municípios regulares no SNHIS que era de 21,35 em 19/08/2015 alcançou o índice de 22,55 em 31/12/2016.

Em relação ao objetivo de elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda, as realizações de 2016 foram: a publicação do conjunto de especificações para os empreendimentos de habitação de interesse social compatíveis com a Norma de Desempenho ABNT NBR 15575:2013 – Edificações Habitacionais; a criação da página Desempenho Técnico de HIS; a ampliação do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT); a conclusão do processo de Acreditações das Entidades Gestoras Técnicas (EGTs) e a conclusão do processo de revisão do texto do Regimento da Especialidade Técnica – Execução de Obras do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Considerando os indicadores do programa Moradia Digna no PPA 2016- 2019, é possível observar uma manutenção dos patamares do PPA anterior. Algumas novas contratações não foram possíveis em função do momento de restrições econômicas que afetaram os recursos do exercício. As operações de financiamento habitacional via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, embora tenham chegado a quase R$ 40 bilhões, devem ser incrementadas nos próximos anos para buscar o atingimento da meta até o final de 2019.

O desempenho do financiamento no FGTS, observado ao longo do ano de 2016, apresentou resultado anual inferior ao do ano anterior, em valor financiado, em valor de subsídio e em quantidade de operações contratadas.

O resultado dos municípios brasileiros que já haviam realizado sua adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social se manteve igual ao ano de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2053
PETRÓLEO E GÁS

A indústria de Petróleo e Gás (P&G) é complexa e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazos e possuindo forte influência do mercado internacional. No mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento, que é o principal desafio do setor. Nesse sentido, o programa 2053 – Petróleo e Gás do PPA 2016-2019 apresenta um desenho voltado às políticas públicas para o segmento de *upstream* de petróleo e de gás natural, ou seja, as fases de exploração e produção, e para o segmento *midstream* de gás natural, que engloba o seu processamento e transporte.

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás possui correlação direta com a disponibilidade de áreas para realização de exploração e explotação de hidrocarbonetos (ou pesquisa e produção de petróleo e gás natural). Por se tratar de bem estratégico e não renovável, faz-se necessária a busca constante da descoberta de novas reservas, com vistas à manutenção dessas atividades, o que ocorre por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

Assim, em termos de resultados do programa de Petróleo e Gás, destaca-se que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou a ANP a realizar estudos para a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção e para a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. A decisão foi publicada em 13/10/2016 no Diário Oficial da União, na Resolução CNPE 5/2016.

A resolução determina que os estudos de áreas unitizáveis na região do Pré-sal para compor a 2ª Rodada de Licitações sob o Regime de Partilha de Produção deverão focar, inicialmente, as áreas dos prospectos de Carcará (Bloco BM-S-8) e Gato do Mato (S-M-518), do Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, e do Campo de Tartaruga Verde (Jazida de Tartaruga Mestiça, antigo Bloco C-M-401), na Bacia de Campos.

Já os estudos de blocos para a 14ª Rodada se concentrarão nas bacias sedimentares marítimas de Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Santos, Campos e Pelotas e nas bacias terrestres do Parnaíba, Paraná, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo, as quais foram selecionadas com os subsídios dos resultados dos estudos do programa de Geologia e Geofísica, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e também do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás.

Apresenta-se adiante, de forma mais detalhada, os resultados mais relevantes do programa Petróleo e Gás – 2053, no âmbito do PPA 2016-2019.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores do programa, no que diz respeito a gás, destaca-se a evolução da "Participação do Gás Nacional na Oferta Total ao Mercado Interno", que passou de 48,3% para 60,1%, de dezembro/2014 a outubro/2015. Na área de petróleo, destacam-se a "Produção de Petróleo – Pré-sal", que evoluiu de 493 mil barris/dia, em 2014, para 767,3 mil barris/dia, em 2015 e a variação das "Reservas Provadas de Petróleo", que oscilaram de 16.184 para 24.400 milhões de barris, de 2014 para 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no país são de grande importância estratégica, econômica e social, tendo atingido uma produção média diária, em novembro de 2016, de 3,31 milhões de barris de óleo equivalente (boe), o que corresponde a um aumento de 23,5% de nossa produção média em relação àquela de janeiro de 2012, que foi de 2,68 milhões de boe/dia. O Plano Decenal de Energia (PDE) 2016-2025 projeta uma produção média diária de 4,99 milhões de barris de petróleo e líquido de gás natural (LGN) em 2020, o que representa um aumento substancial para o período.

Os principais destaques para a expansão da produção, em 2016, foram o expressivo crescimento da produção no campo de Lula (áreas de Iracema Norte e Iracema Sul, com os FPSOs Cidade de Itaguaí e Cidade de Mangaratiba) e no campo de Sapinhoá (FPSO Cidade de Ilhabela), localizados no Pré-sal da Bacia de Santos, além da área do Parque das Baleias (P-58), na porção capixaba da Bacia de Campos. Adicionalmente, houve o início da operação de três sistemas de produção, sendo dois no campo de Lula (FPSO Cidade de Maricá e FPSO Cidade de Saquarema) e um em Lapa (FPSO Cidade de Caraguatatuba), localizados no Pré-sal na Bacia de Santos. Em dezembro de 2016, 68 poços produziram a média diária de 1,57 milhão de barris de petróleo e gás natural nos reservatórios do Pré-sal, valor esse correspondente a 45,8% da produção nacional no período, que foi de 3,43 milhões de barris por dia.

No que concerne às atividades exploratórias, em 2016, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) registrou o total de 22 notificações de descobertas de hidrocarbonetos, sendo 14 em terra e oito em mar. No mesmo período, a ANP recebeu três declarações de comercialidade, ou seja, notificações escritas do concessionário à Agência declarando a jazida como descoberta comercial na área de concessão. Foram também somadas 287 concessões, operadas por 25 empresas, e responsáveis pela produção de hidrocarbonetos no país, sendo 79 concessões marítimas e 208 terrestres.

Destacam-se também levantamentos conduzidos pela ANP, os quais englobaram a realização de levantamentos sísmicos, perfuração de poços estratigráficos e aerolevantamentos, nas bacias do Parnaíba, Parecis, Paraná e Santos.

O Governo vem trabalhando para a atração de investimentos nos setores produtivos, como forma de impulsionar o setor petrolífero, dada sua importância no PIB. Corrobora, nesse sentido, a aprovação da Lei 13.365, de 29/11/2016, que faculta à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima no regime de partilha de produção. Há que se destacar ainda a retomada de realização das rodadas de licitações em 2017 (encontram-se programados três certames neste ano).

Ademais, a Resolução CNPE nº 6, de 02 de agosto de 2016, instituiu um Grupo de Trabalho – GT com a finalidade de propor diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção de petróleo e gás natural, formado por representantes do MME, da ANP, da EPE e pelos membros deste Conselho. As citadas medidas, somadas a outras em andamento, buscam melhorar o ambiente de negócios no país para permitir maiores investimentos do setor privado nas atividades de exploração e produção de O&G. Cabe ao GT constituído, então, propor ações para o médio e longo prazos com vistas a superar os desafios apresentados e estabelecer a nova política energética.

Ainda, neste contexto é que se insere a iniciativa do Governo de se elaborar estudos e definir ferramentas de suporte para o planejamento estratégico de rodadas, a qual segue em andamento pela EPE. Esta ferramenta será de grande importância à definição de diretrizes para um planejamento energético mais amplo, levando em consideração a manutenção da autossuficiência, a continuidade operacional das empresas operadoras e prestadoras de serviços e as metas de produção para exportação.

A elaboração de planos plurianuais para o setor de petróleo e gás natural demandará ainda o monitoramento e avaliação visando a eventuais ajustes na sua implementação. Os resultados das ações governamentais para o setor de petróleo e gás natural são integrados na base de dados do projeto denominado Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, criado pela Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013.

No que se refere aos estudos e definição de ferramenta de suporte para o planejamento estratégico de rodadas de licitação de blocos, a ANP buscou aumentar a atratividade dos certames por meio da redução dos custos associados ao procedimento licitatório. A ANP revisou os valores das garantias de oferta e do programa exploratório mínimo em unidades de trabalho, ampliou o rol de modalidades aceitas para garantia financeira do programa exploratório mínimo e reduziu os percentuais das multas previstas no edital. Além disso, a ANP aprimorou o procedimento licitatório e as regras editalícias, com a adoção da inversão das fases de qualificação e apresentação de ofertas, passando a qualificar apenas as licitantes vencedoras da sessão pública de apresentação de ofertas. Com o novo procedimento, a inscrição das sociedades empresárias interessadas em participar da rodada de licitação foi aprovada com maior agilidade e o pacote de dados técnicos liberado mais rapidamente, permitindo às empresas maior tempo para estudar os dados e elaborar suas ofertas. Nesta mesma direção, as rodadas aprovadas em 2016 já estão aderentes às diretrizes emanadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), órgão de assessoramento da Presidência da República, em sua Resolução 1/2016, segundo as quais será estabelecido prazo de 45 dias de consulta pública e 100 dias entre a publicação do edital e a sessão pública de apresentação de ofertas. Ressalta-se, entretanto, que a realização de novas rodadas de licitações de blocos exploratórios e sob o regime de partilha de produção pela ANP depende de autorização do CNPE.

Sobre os resultados do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, os estudos referentes ao ciclo 2016-2017 seguem em desenvolvimento pela EPE, sob a coordenação do MME e o apoio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

O resultado da aplicação dessa metodologia gera uma base de informações georreferenciadas que suporta a perspectiva econômica, a qual, por sua vez, mapeia zonas de importância relativa das diversas áreas do país para o desenvolvimento econômico do setor de petróleo. O trabalho apoia questões de ordenamento territorial e socioambientais que envolvam as atividades de exploração de petróleo e gás. Também serve de base ao planejamento de áreas a serem incluídas nas rodadas de licitação para atividades de exploração, bem como dá suporte à tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos. Auxilia ainda na definição das áreas prioritárias para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural, no território e na plataforma continental brasileira.

O Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT), cuja elaboração decorre da Lei 11.909, de 4 de março de 2009 e do Decreto 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que a regulamentou, constitui o principal instrumento de planejamento da infraestrutura de transporte de gás natural. Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao mercado.

A última versão desses estudos, que compreendeu o horizonte 2015-2024, foi submetida ao MME em maio de 2016. No entanto, alterações recentes no planejamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), responsável por 96% da oferta nacional, impactaram significativamente o cenário de referência adotado pela EPE, especialmente no que diz respeito à oferta futura de gás. Importante mencionar que a estatal pretende ainda desfazer-se de grande parte da infraestrutura ligada ao setor, como gasodutos de transporte e terminais de regaseificação de GNL, além de reduzir significativamente sua participação na comercialização do energético. Devido a esses fatos, a publicação do PEMAT foi interrompida até que se pudesse ter uma melhor avaliação da situação. Releva destacar que os estudos da EPE não indicavam a necessidade de novas expansões da malha de gasodutos.

Ressalta-se que a redução da participação da Petrobras no setor de gás natural motivou o lançamento, em 24 de junho de 2016, da iniciativa Gás para Crescer. A criação da iniciativa decorreu da constatação da necessidade de uma reflexão profunda acerca dos marcos legal e regulatório vigentes e o acompanhamento atento das agências reguladoras e dos formuladores de políticas públicas, de modo a adequar o ambiente de investimento a essa nova realidade, mitigando riscos regulatórios que possam representar entraves desnecessários. Nos últimos meses, após intenso debate com a sociedade, o Ministério de Minas e Energia submeteu ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) uma minuta de resolução que trata de diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural no Brasil e da criação do Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil, que tem o objetivo de propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e de avaliar a possibilidade de aceleração da transição.

A Resolução, aprovada pelo CNPE no dia 14 de dezembro de 2016, prevê, entre outras medidas, uma reavaliação dos modelos de outorga de transporte, armazenamento e estocagem, e a revisão do planejamento de expansão do sistema de transporte, que poderá considerar instalações de armazenamento e estocagem, além de maior integração com o planejamento do setor elétrico. Assim, diante das significativas e recentes alterações nos cenários de oferta e demanda de gás natural e das mudanças previstas nas diretrizes da Resolução aprovada pelo CNPE, avaliou-se como conveniente interromper a publicação do PEMAT em 2016.

Por outro lado, a oferta interna potencial de gás natural manteve um crescimento consistente nos últimos anos. Em 2016, a despeito de a produção nacional ter crescido cerca de 7% (considerando a média

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

observada entre janeiro e novembro de 2016 em relação a 2015), a oferta de gás nacional (produzido no país) manteve-se praticamente estável, com 102,27 milhões de m³ por dia. Isso deve-se especialmente ao incremento na reinjeção no mesmo período. Com a entrada em operação de novos gasodutos de escoamento no final de 2016, os volumes reinjetados tendem a cair substancialmente.

Em relação à importação de gás natural, há hoje no país gasodutos que o conectam à Bolívia e à Argentina, além de três terminais de regaseificação de GNL (gás natural liquefeito) que lhe permitem importar até 41 milhões de m³ de gás de diversos países. Sobre a infraestrutura de regaseificação, segundo Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 – PDE 2024, está prevista a construção de três novos terminais, dois deles com previsão de entrada em operação para 2019. Esses terminais estão associados a Usinas Termoelétricas vencedoras de leilões de energia nova A-5, se implantados, poderão mais que dobrar a capacidade instalada de regaseificação existente.

Segundo dados do PDE 2024, a oferta potencial interna prevista apresenta uma taxa de crescimento de 30%, entre 2016 e 2019, decorrente, principalmente, da entrada dos dois terminais de regaseificação mencionados acima. No ano de 2019, a previsão de volume ofertado é de 156,6 milhões de m³/dia. Sobre a importação de gás da Bolívia, o Ministério de Minas e Energia, por meio do Comitê Técnico Bilateral Brasil-Bolívia, vem envidando esforços no sentido de apoiar as negociações de agentes interessados na contratação de gás daquele país, tendo em vista o término, em 2019, do contrato de suprimento firmado entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a estatal boliviana YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*). Adicionalmente, vale citar que, em 14 de dezembro de 2016, foi aprovada, no âmbito do CNPE, Resolução que autoriza a ANP a realizar a Décima Quarta Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, fato esse que também colabora para a expansão da oferta interna potencial de gás no país.

A partir da edição do Decreto 8.637/2016, que instituiu o programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR, que conta com a participação dos ministérios ligados ao tema, as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da indústria, bem como em relação à Política de Conteúdo Local para esse setor, passaram a ser tratadas no âmbito deste programa. No momento, em face da necessidade de atração de investimentos para o setor, os Comitês que formam o mencionado programa se debruçam em trabalhos com vistas à definição das exigências de Conteúdo Local para as próximas rodadas de licitações previstas para 2017, quais sejam, a 4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais, a 2ª Rodada de Partilha de Produção, com áreas unitizáveis do Pré-sal, e a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural.

Além disso, o programa aprovou a realização de estudos sobre a indústria parapetrolífera brasileira, de modo a aprimorar as ações em curso, que se dividem em três linhas de pesquisa: i) Competitividade da indústria de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás brasileira; ii) Dimensionamento da capacidade produtiva da indústria nacional de bens e serviços para a indústria de petróleo e gás brasileira; e iii) Cenários de atendimento da demanda e ritmo de oferta de blocos para exploração de petróleo e gás natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A implementação de instrumentos do Plano Nacional de Contingência (PNC) para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional busca contribuir com o objetivo de Promoção da Sustentabilidade Ambiental nos Processos de Exploração e Produção na Cadeia Produtiva do Petróleo e Gás. Dos cinco instrumentos propostos para a vigência do Plano Plurianual (2016/2019), a execução para o ano-base de 2016 foi da implementação do Plano Nacional de Ação de Emergência para Fauna Impactada por Óleo (PAE-Fauna). O PAE-Fauna é um plano que indica as melhores técnicas e estruturas para o resgate de fauna oleada, quais as áreas e espécies prioritárias para proteção e como o governo deve se organizar, frente a um incidente de poluição por óleo. Além do PAE-Fauna, quatro outros instrumentos estão previstos: Plano de Área (PA); o Sistema de Comando de Incidentes (SCI); os programas de exercícios simulados e o Plano de Ação dos Órgãos Ambientais Federais. Já estão em fase inicial de execução o PA, o SCI e os programas de exercícios simulados. O PA é um documento que integra os Planos de Emergência Individuais de empreendimentos situados em área de concentração de portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos ou plataformas e suas respectivas instalações de apoio, otimizando e ampliando a capacidade de resposta de incidentes de poluição por óleo. O SCI é uma ferramenta padronizada de gerenciamento de incidentes, que adota estrutura organizacional integrada, visando organizar as ações de resposta de incidentes de poluição por óleo. Os programas de exercícios simulados visam capacitar equipes para atuar quando da ocorrência de incidente de poluição por óleo.

O Plano de Ação dos Órgãos Ambientais Federais é um documento técnico que contém, de forma detalhada, os procedimentos operacionais e os recursos humanos e materiais necessários à execução das ações de resposta em incidentes de poluição por óleo de significância nacional, que visa padronizar e otimizar o apoio às ações de resposta aos incidentes, proporcionando a integração entre as instituições governamentais que compõem a estrutura do plano. Este instrumento está em fase de discussão visando estabelecer cronograma de trabalho para iniciar em 2017, pois a ação depende da participação de outros entes do governo federal que integram o PNC. Para o bom andamento da implementação de instrumentos do Plano Nacional de Contingência (PNC) para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, deve-se dar continuidade aos seguintes trabalhos: i) convocar os atores envolvidos na elaboração do Plano de Área (PA), realizar reuniões técnicas periódicas, analisar e aprovar os documentos elaborados; ii) com relação ao Sistema de Comando de Incidentes (SCI), o Plano de Ação dos Órgãos Ambientais Federais e os programas de exercícios simulados, que são instrumentos que compõe o Manual do PNC, encontram-se em fase de elaboração por Grupo de Trabalho (GT) constituído, integrado por representantes de diversos entes federais envolvidos diretamente com o tema.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O programa 2053 – Petróleo Gás apresentou resultados significativos relacionados à exploração e produção de petróleo e gás natural, no âmbito do Pré-sal. Os números registrados até dezembro de 2016 revelam a crescente importância dessa região estratégica na matriz energética brasileira, quando já responde por 45,8% da produção nacional de petróleo e gás. Os prognósticos para as áreas do Pré-sal são de constante crescimento da produção, em um horizonte além do atual Plano Plurianual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A oferta de novas áreas de exploração e o esforço governamental para atração de investimentos ao setor de petróleo e gás passam por incentivos à cadeia da indústria nacional, de modo a auxiliarem na recuperação do atual momento econômico, e tendo em vista a importância do ramo para o PIB. Sendo assim, são esperados resultados que fomentem o conteúdo local, pelos comitês que formam o programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR, nas próximas rodadas de licitações previstas para os próximos anos, especialmente as de 2017, quais sejam: a 4ª Rodada de Licitações de Campos Marginais, a 2ª Rodada de Partilha de Produção, com áreas unitizáveis do pré-sal, e a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2054
PLANEJAMENTO URBANO

O processo de urbanização brasileiro é marcado pela desigualdade social e territorial, pelo crescimento desordenado das cidades, pela degradação ambiental e pela priorização do uso do automóvel em detrimento do transporte coletivo. Este modelo é consequência de um planejamento urbano excessivamente normativo e tecnocrático, desconectado dos processos reais de produção e transformação das cidades.

Neste contexto, a população de baixa renda foi a que mais sofreu, tendo que ocupar áreas não adequadas para a urbanização, como as margens de córregos, topos de morros e áreas de alta declividade, ficando essa população exposta a riscos, com acesso precário a serviços urbanos e em situação de insegurança da posse. A mobilização e a participação da sociedade contribuíram sobremaneira para a mudança desse quadro. A Constituição de 1988 tratou a política urbana na perspectiva da gestão democrática e do reconhecimento dos direitos sociais; e o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, regulamentou a matéria da política urbana, ratificando os princípios da Constituição e avançando na definição de ferramentas e diretrizes para o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

O governo federal, ao longo dos últimos anos, compreendeu o significado dessas transformações e trouxe para o âmbito da administração do seu próprio patrimônio o preceito constitucional gravado em 1988. Assim, a incorporação do conceito de função social da propriedade à gestão dos bens da União constitui um dos fundamentos do processo de transição para um novo modelo econômico e social para o país.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de melhorar a qualidade de vida nas cidades e ampliar o acesso à terra urbanizada para todos. É necessário combater os processos de esvaziamento de áreas consolidadas e providas de infraestrutura e serviços urbanos, bem como evitar a ocupação de áreas ambientalmente frágeis ou de preservação ambiental, que expõe milhares de famílias a situações de risco. Também é de grande importância promover a ocupação de áreas urbanas consolidadas em situação de subutilização, em contraponto à expansão urbana indiscriminada e desordenada. E ainda, estancar o ciclo de degradação ambiental e do surgimento de novas áreas de risco.

Quanto à irregularidade fundiária, embora esta esteja expressa predominantemente associada à precariedade urbana, requerendo ações de urbanização integrada, o território urbano brasileiro ainda apresenta expressivas porções de cidades totalmente irregulares. A situação jurídica irregular da terra dificulta ou impede a realização de investimentos públicos e privados no território, necessários para garantir a adequada gestão das cidades e do desenvolvimento urbano. As administrações municipais enfrentam entraves para acessar e aplicar recursos na construção de equipamentos sociais e de infraestrutura, desencadeando uma larga cadeia de efeitos que alimenta os processos de ocupação irregular do solo e agravam a pobreza urbana.

No campo do planejamento urbano, especialmente da regulação urbanística, que é matéria de competência local, nota-se uma generalizada fragilidade da regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo voltada ao cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Embora a maioria dos municípios com obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor os tenham elaborado, e embora grande parte tenha previsto instrumentos do Estatuto da Cidade, compreende-se que ainda reside um grande desafio de qualificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos Planos Diretores para que estes estejam alinhados aos princípios do Estatuto.

Soma-se a esse quadro a configuração de aglomerações urbanas derivadas da concentração populacional em grandes centros, constituindo as chamadas regiões metropolitanas. Do ponto de vista territorial, trata-se de grandes manchas urbanas não necessariamente contínuas e com diferentes configurações espaciais. Do ponto de vista da gestão, tem-se um mosaico geralmente heterogêneo de arranjos institucionais e Planos Diretores que não dialogam entre si, tornando a governança metropolitana muitas vezes precária e ineficiente. Com o objetivo de fortalecer a integração das funções públicas de interesse comum nesses municípios, o recente Estatuto da Metrópole (instituído pela Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015) trouxe instrumentos para o fortalecimento do planejamento e da gestão compartilhada dessas regiões.

Nesse contexto, o programa temático Planejamento Urbano foi estruturado visando dar suporte aos entes federativos na efetivação da política urbana local e metropolitana.

PRINCIPAIS RESULTADOS

São apresentados a seguir os principais resultados do programa separados por objetivo.

O objetivo que visa fomentar a efetivação de instrumentos de planejamento e de gestão urbana e metropolitana, como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais tem como metas o apoio à efetivação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, à instituição de elementos de gestão plena em regiões metropolitanas e o fortalecimento das capacidades locais por meio de programas de capacitação. No conjunto de iniciativas estão previstas a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e da política federal de gestão ambiental urbana, entre outras.

O modelo de expansão urbana das últimas décadas gerou a consolidação de periferias desordenadas, sem espaços verdes e equipamentos de uso coletivo, em condições precárias de acessibilidade e de cobertura dos serviços públicos, além de áreas centrais de cidades grandes e médias sistematicamente abandonadas.

Este cenário comprova a existência de uma demanda latente por transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental que deve ser suprida, gerando a necessidade de políticas públicas que garantam o direito à cidade para todos, incluídas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, incorporando as questões de acessibilidade nos processos de planejamento e gestão do território, por meio do desenvolvimento de ações na escala de atuação intraurbana.

As transformações urbanísticas estruturais e a urbanização acessível, ambas orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade, tem sido o foco das estratégias de qualificação de áreas que requeiram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a dinamização do uso e ocupação do solo, a melhoria dos espaços públicos e da infraestrutura urbana, visando o cumprimento da função social da cidade e da propriedade e possibilitando o acesso à terra urbanizada, segura e bem localizada para todos.

Nesse sentido, o governo federal atuou em 2016, principalmente, por meio da contratação de projetos e obras de reabilitação urbana; revisões dos normativos relacionados às Operações Urbanas Consorciadas e da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI; e fomento ao planejamento por meio de parcerias com os demais órgãos governamentais.

No sentido de fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais, tem-se o apoio às transformações urbanísticas estruturais e à urbanização acessível, orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade. Tem também como iniciativas a assistência técnica e o fomento aos municípios para regulamentação e efetivação de Operações Urbanas Consorciadas e o apoio à promoção da urbanização acessível, por meio de ações e intervenções de qualificação de espaços de uso público e eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas.

A promoção de cidades sustentáveis, na perspectiva do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), pressupõe o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade em todas as ações de desenvolvimento urbano. Deve contar com a integração das agendas setoriais e planos regionais com os Planos Diretores municipais no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a ser instituída.

Desta forma a transformação das cidades deve ser ordenada pelo planejamento e gestão do uso do solo de modo democrático e institucionalmente articulado entre os entes federativos, valendo-se, inclusive, dos arranjos interfederativos trazidos pelo Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015).

A efetivação de instrumentos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais tem sido o foco das estratégias de atuação do governo federal com vistas a promover a regulamentação de instrumentos de gestão de solo urbano nos municípios brasileiros mediante ações de capacitação, da elaboração de marcos legais e articulações com órgãos do executivo federal, bem como com o próprio legislativo no tema do Estatuto da Metrópole. Esse foco necessita ser ampliado para contemplar questões de eficiência na gestão urbana e nos investimentos em infraestrutura.

Além disso, o Conselho das Cidades, órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério das Cidades com representantes do poder público e da sociedade civil e responsável pela proposição de diretrizes para a formulação e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, contribuiu com o Estado Brasileiro na preparação de sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em Quito, em outubro de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No âmbito das diretrizes ambientais, destaca-se a elaboração de roteiro metodológico de zoneamento ambiental em escala municipal, subsidiando a revisão de Planos Diretores. Em 2016, foi contratada consultoria, via Interáguas/Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 8074-BR; Contrato 116162), para a elaboração do Documento-base da Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana. Há, ainda, a previsão de iniciativas-piloto de inserção do roteiro metodológico de zoneamento ambiental em planos diretores de municípios.

Destaca-se, também, o investimento em projetos urbanos estratégicos em territórios de especial interesse e em parceria com a iniciativa privada, como por exemplo, o projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

O objetivo de 'promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana' tem como metas a ampliação do programa Papel Passado e a regularização fundiária urbana em imóveis da União.

A irregularidade fundiária urbana é um dos traços marcantes do processo de ocupação do território e de urbanização brasileiros, com impactos negativos para o desenvolvimento econômico e social das cidades e das comunidades envolvidas.

Considerando a dimensão estratégica da regularização fundiária para o desenvolvimento urbano, para a efetivação do direito constitucional à moradia e para o exercício pleno da cidadania pela população moradora em cidades e assentamentos informais, o governo federal atua, desde 2003, em ações com o objetivo de fomentar a regularização fundiária urbana por todo o país.

Embora vários avanços tenham sido alcançados, a demanda dos municípios em relação à regularização fundiária tem sido crescente, indicando que ainda existem entraves a serem superados para sua implementação, como a complexidade de procedimentos, o desconhecimento dos atores envolvidos quanto às normas vigentes, e a fragilidade institucional, técnica e financeira de muitos governos locais.

Neste contexto, as ações do governo federal no exercício de 2016 se concentraram na elaboração de uma nova legislação sobre regularização fundiária urbana. Essas ações culminaram com a publicação da Medida Provisória 759/2016, que visa desburocratizar e dar agilidade e transparência às ações de regularização fundiária no país, criando novos instrumentos e procedimentos que viabilizam a efetividade da política pública. A Medida Provisória traz diversas inovações, dentre elas:

- Um novo conceito de informalidade denominado núcleo urbano informal;
- Um novo instrumento de regularização chamado legitimação fundiária;
- Desburocratização dos procedimentos de aprovação e registro;
- Criação do Direito de Laje.

Ainda, com os avanços estabelecidos pela MP 759/2016, o governo federal, por meio da Secretaria do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Patrimônio da União, deve ampliar as ações de regularização fundiária urbana em imóveis de seu próprio domínio, seja por meio de ações indiretas, de destinação de imóveis da União a entes federativos visando este fim, seja por meio de ações diretas de regularização fundiária, com foco nos assentamentos ocupados por populações de baixa renda, visando o reconhecimento do direito à moradia.

Paralelamente à atuação nas atividades de regularização fundiária, o governo federal busca ações articuladas com entes federativos parceiros nos diferentes níveis administrativos para o fortalecimento e articulação interinstitucional, já que a regularização fundiária de assentamentos urbanos depende da coordenação da atuação de diversos agentes, dentre os quais os cartórios de registro de imóveis, as corregedorias de justiça, municípios, estados e sociedade civil.

Conforme os últimos dados do indicador "número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária", identifica-se que, desde 2004, foram beneficiadas 408.149 famílias por atividades de regularização jurídica do parcelamento do solo ou de entrega de títulos de concessão de direito real de uso e de propriedade. Na aferição de 28/12/2012, foram contabilizadas 337.976 famílias beneficiadas, somam-se ao indicador 60.353 famílias em 2013 contempladas por contratos de repasse no âmbito do Programa Papel Passado, mais 8.820 famílias beneficiadas em 2014 por contratos de repasse e termos de execução descentralizada (TED), além de outras 1000 famílias beneficiadas por atividades de Termo de Execução Descentralizada em 2016. Salienta-se que, ainda no ano de 2016, foram publicadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) portarias autorizativas e extratos de contrato de destinação referentes a 56 imóveis, em benefício de aproximadamente 19,9 mil famílias, envolvendo a regularização fundiária urbana em imóveis da União.

No que tange à instituição de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUI), a Lei 13.089/15 conferiu prazo de três anos para que as redes metropolitanas instituídas até janeiro de 2015 elaborem o documento, de modo que o prazo legal vence em janeiro de 2018. Segundo levantamento recente do Ministério das Cidades, os PDUIs ainda não foram iniciados ou estão em elaboração.

A atuação do governo federal com vistas a promover e fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável ocorre de forma indireta, mediante ações de capacitação. Desde 2013, já foram finalizados e publicados cadernos técnicos, vídeos e cursos à distância sobre o tema, a exemplo de caderno técnico sobre Operações Urbanas Consorciadas (OUC), em parceria com o *Lincoln Institute of Land Policy*, e o caderno técnico sobre Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), em cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), além do curso à distância sobre Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), hospedado no portal Capacidades do Ministério das Cidades.

Importante salientar também que, por meio da Plataforma de Educação a Distância do Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br) e de sua plataforma virtual, no âmbito do programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC, foram capacitadas 13.629 pessoas ao longo de 2016, em cursos que envolveram temas como a gestão de projetos urbanos (2.555 capacitados), estruturas e políticas sob a responsabilidade do Ministério das Cidades (1.723 capacitados) e reabilitação urbana com foco em áreas centrais (1.659 capacitados), entre outros.

As atividades de capacitação levadas a cabo pelo governo federal contribuíram para que se observasse, entre 2013 e 2015, incremento do volume de municípios dotados de legislação na área de planejamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e gestão urbana, cuja aferição compõe alguns dos indicadores do programa 2054. Em especial, observou-se incremento da taxa de municípios que possuem legislações sobre operação urbana consorciada (de 18,6 para 25,15%), outorga onerosa do direito de construir (de 23,25 para 34,93%) e zona e/ou área de interesse social (de 44,45 para 50,57%).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No primeiro ano do PPA 2016-2019, o programa de Planejamento Urbano deu continuidade ao trabalho iniciado na vigência do PPA anterior, com a contratação de obras e projetos de arquitetura e engenharia, pesquisas, estudos, consolidação de metodologias, sistematização de procedimentos e elaboração de atos normativos sobre diversos instrumentos da política urbana – nas escalas regional/interfederativa, municipal e intraurbana. Também contribuiu com a ampliação das capacidades municipais na utilização desses instrumentos e na gestão do território e dos investimentos na política de desenvolvimento urbano. Destaca-se, ainda, um importante avanço no fortalecimento da cooperação horizontal entre os órgãos federais formuladores e executores de políticas territoriais e a articulação vertical com os governos municipais e estaduais no desenvolvimento de abordagens integradas de políticas urbanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2068
SANEAMENTO BÁSICO

Apesar dos grandes desafios ainda existentes para universalização do saneamento básico no Brasil, observa-se que a cobertura dos serviços avançou de forma positiva nos últimos anos.

Consoante os princípios e as diretrizes nacionais do saneamento básico e a Política Federal de Saneamento Básico (Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007), a União tem atuado em articulação com os estados, os municípios e a iniciativa privada a fim de viabilizar a universalização do serviços de saneamento. Conforme delimitado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), as medidas desenvolvidas podem ser classificadas em duas categorias:

Medidas estruturais, as quais correspondem aos tradicionais investimentos em infraestrutura, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para conformação da infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

Medidas estruturantes, que se referem ao suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços, compreendendo as medidas de aperfeiçoamento de gestão e de planejamento dos serviços de saneamento.

O Plano Plurianual 2016-2019 contemplou as duas categorias de medidas ao elaborar os três objetivos que constam no programa 2068 (Saneamento Básico). No tópico seguinte podem ser visualizados resumidamente os principais resultados de cada um desses objetivos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados do programa são apresentados a seguir agrupados por objetivo.

No âmbito do objetivo de implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos, que abrange principalmente as medidas estruturantes, deve-se destacar o apoio técnico e financeiro dado pelo governo federal à elaboração dos planos municipais de saneamento básico. Em se tratando de pequenos municípios com menos de 50 mil habitantes, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) já celebrou parcerias que beneficiarão 620 municípios. Somente em 2016 foram firmadas parcerias para apoiar 136 municípios (nove em Roraima, 100 em Minas Gerais e 27 em Sergipe) com previsão de investimentos da ordem de R$ 22 milhões). Já o Ministério das Cidades apoia financeiramente 129 municípios, incluindo quatro Consórcios Públicos, totalizando cerca de R$ 64 milhões. Ao se considerar o relatório "Panorama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil" publicado pelo Ministério das Cidades em janeiro de 2017, pode-se considerar que, em 19 de outubro de 2016, 30% dos municípios brasileiros declararam possuir seu respectivo plano de saneamento.

Outra medida estruturante do objetivo refere-se ao apoio dado aos municípios por meio da realização de coletas e análises da água para consumo humano, de orientações técnicas e capacitações destinadas aos operadores-técnicos dos Sistemas de Abastecimento de Águas (SAA). Segundo os Relatórios de Atividades do Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano de 25 Superintendências estaduais da Funasa, 594 municípios foram beneficiados com atividade de apoio ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano, envolvendo as seguintes atividades: análises laboratoriais, capacitações, orientações técnicas e diagnósticos situacionais. Esse quantitativo de municípios apoiados correspondem ao alcance de 29,7% da meta no 1º ano de vigência do Plano Plurianual, demonstrando o ótimo andamento rumo ao alcance da meta final.

Em se tratando do objetivo de implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico, o governo federal tem desenvolvido ações visando a implantação, ampliação ou melhoria do abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos; inclusive, com a realização de melhorias sanitárias domiciliares desse público alvo. Com a publicação de portarias específicas pela Funasa, foram selecionadas 111 propostas que receberão apoio técnico e financeiro para a implantação de unidades hidrossanitárias e de rede coletora ou fosse séptica em domicílios rurais. Além disso, com aprovação de outras propostas também serão beneficiados 195 comunidades e cerca de 15 mil domicílios com abastecimento de água por rede de distribuição ou poço ou nascente em áreas rurais e comunidades tradicionais. Destaca-se também o apoio dado a 873 comunidades rurais e tradicionais, nas quais foram realizadas ações de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.

Destaca-se a evolução do indicador "Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica", de 17% para 38% domicílios entre 2012 e 2015, resultado das ações desempenhadas no presente objetivo.

No âmbito do objetivo de implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, por meio de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, observa-se que o governo federal tem apresentado uma atuação bastante satisfatória, principalmente, se for considerado que praticamente todas as metas foram alcançadas ou até mesmo superadas durante o 1º ano de vigência do PPA 2016-2019. Nesse sentido, citam-se as seguintes metas e as respectivas quantidades alcançadas ao final de 2016:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

meta "040N – Ampliar de 4,5 para 4,8 bilhões de m³ o volume anual de esgoto tratado", cuja quantidade alcançada foi de 4,9 bilhões de m³ de volume anual de esgoto tratado, e; meta "040L – Ampliar de 54,8 para 57,8 milhões o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna", com o alcance de 57,4 milhões de domicílios urbanos atendidos.

Em 2016 foram concluídos 59 empreendimentos de esgotamento sanitário que totalizaram R$ 918,4 milhões. Ainda em 2016, foram iniciados 38 empreendimentos que totalizam R$ 1.840,8 milhões. Já a execução financeira em 2016, foi de R$ 1.521,0 milhões. Cabe ainda registrar que estão em andamento 453 empreendimentos, totalizando R$ 18.945,5 milhões, sendo que 173 são do Orçamento da União, com um montante de R$ 5.487,7 milhões, e 280 de financiamento, com um montante de R$ 13.457,7 milhões.

Em 2016, foram concluídos 66 empreendimentos de abastecimento de água que totalizaram R$ 1.039,1 milhão. Ainda em 2016, foram iniciados 31 empreendimentos que totalizam R$ 1.670,5 milhão. A execução financeira em 2016 foi de R$ 1.541,2 milhões. Cabe ainda registrar que, para essa modalidade, estão em andamento 353 empreendimentos, totalizando R$ 13.972,5 milhões, sendo que 218 são de financiamento e 135 do Orçamento da União.

Com relação aos indicadores relacionados ao presente objetivo, destaca-se o "Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna", o qual indica uma ampliação da cobertura, entre 2002 e 2015, de 94% para 98,6% dos domicílios. No mesmo período, o "Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica" cresceu de 77% para 87%.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao programa Saneamento Básico, observa-se que os resultados são bastante satisfatórios, em especial quanto ao atingimento ou até mesmo a superação das metas de medidas estruturais na área de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. No entanto, a considerar os desafios prementes nesse setor, deve-se sempre buscar alinhar expectativas com relação às metas dos serviços previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), sem negligenciar a situação de restrição fiscal pela qual passa o país nesse momento.

Nesse cenário, deve-se destacar a promissora iniciativa do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) do governo federal, o qual, se valendo da experiência e competência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na área de privatizações e concessões de infraestrutura, tem estimulado e apoiado os governos estaduais a contratarem estudos de avaliação da viabilidade de futuras parcerias com a iniciativa privada. Atualmente, 18 estados formalizaram sua adesão ao programa, com a previsão de que, até ao fim de 2017, os serviços técnicos especializados apontem os modelos de negócios (concessões, subconcessões, parceria público-privada, privatização) a serem adotados em cada unidade federativa. Além disso, o governo tem envidado esforços para aperfeiçoar o marco regulatório do setor, a partir de constante discussão com os diversos atores envolvidos, de forma a contribuir para os esforços de melhoria da qualidade e universalização dos serviços de saneamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2086
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

O programa de Transporte Aquaviário foi estruturado de forma a dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços de transportes no Brasil e, assim, elenca ações que, no período de 2016-2019, possam fazer frente aos principais desafios do setor. Como estratégia, foram formulados objetivos voltados à adequação da capacidade portuária às demandas de carga e passageiros, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor portuário, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental das áreas portuárias de portos organizados. Estão previstas ainda ações direcionadas à expansão da cobertura e ampliação da capacidade da rede de transporte aquaviário no país, assegurando sua disponibilidade e promovendo a modernização da frota mercante.

A estratégia proposta pelo Programa 2086 busca alinhar o potencial de crescimento dos fluxos de transporte em portos e hidrovias à necessidade de melhor qualificar a infraestrutura de transporte de nosso país, ou seja, aquela que possibilitará uma maior inserção dos meios de transporte nacionais aos fluxos do comércio internacional. O caminho a ser percorrido é consistente, já que se mostra alavancado pela contínua disposição do país em aumentar seu volume de exportações de modo sustentado. O Programa de Transporte Aquaviário está focado na adequação de nossas capacidades e instalações portuárias e suas vias de acesso. Os acessos terrestres são hoje considerados um dos principais gargalos logísticos portuários, sendo sua melhoria uma condição vital para o aumento da eficiência de transporte do modal. Deste modo, os investimentos na ampliação da capacidade de movimentação de carga de um determinado porto devem ser planejados e implementados de forma integrada aos investimentos em melhoria dos acessos terrestres, considerando ainda a possibilidade de expansão da área ocupada pelo porto. Para tanto, as iniciativas propostas pelo programa contemplam obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo, bem como a execução de obras e serviços de dragagem em alguns portos nacionais. Está prevista também a realização de arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.

No âmbito do programa, o governo federal objetiva implementar medidas que visem incentivar a modernização da infraestrutura e da gestão portuária, a expansão dos investimentos privados no setor, a redução de custos e o aumento da eficiência, além da retomada da capacidade de planejamento portuário com a reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais.

O programa Transporte Aquaviário também contempla iniciativas voltadas à rede fluvial nacional, que possui cerca de 42.000 km de extensão, subdivididos em 28.000 km de vias navegáveis, dos quaiscerca de 60% estão localizadas na Bacia Amazônica. Dos 28.000 km de vias navegáveis, 13.000 km são utilizados economicamente e destes, 9.785 km são utilizados comercialmente. É importante destacar que há cerca de 14.000 km da rede fluvial nacional que dependem de intervenções para se tornarem navegáveis.

Pelo exposto, apesar do Brasil possuir infraestrutura natural para navegação, a maioria de suas vias navegáveis precisa de intervenções como dragagens para se tornar plenamente navegáveis durante todo o ano. Além disso, ações como sinalização, balizamento, derrocamento e destocamento são exemplos de intervenções que ampliam a capacidade e tornam as vias mais seguras para a navegação fluvial e lacustre, garantindo assim, redução de acidentes, além do aumento na velocidade média de deslocamento e redução no tempo de viagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira e do parque nacional de estaleiros também se fazem necessários como instrumentos na busca do aumento da participação do modal aquaviário na matriz de transportes do país. Além de contribuir para o aumento da utilização do modal e, consequentemente, para a redução dos custos de transportes, é um grande incentivo à indústria naval brasileira. O instrumento central de incentivo é o financiamento a embarcações e construção de estaleiros. Sendo assim, uma das metas previstas no programa contempla o fomento à contratação de projetos (embarcações e/ou estaleiros) e incentivos voltados à navegação de cabotagem.

Em suma, os objetivos estruturados para o Transporte Aquaviário visam tornar o sistema aquaviário brasileiro mais competitivo frente ao mercado internacional. Além da busca de torná-lo ambientalmente mais sustentável, o programa vem atuando nos temas de aumento da capacidade de movimentação de cargas e passageiros nos portos e hidrovias, na ampliação do transporte de cabotagem e de navegação interior, na redução dos custos de movimentação portuária, na simplificação de procedimentos administrativos e fiscais de desembaraço de mercadorias, e na garantia da continuidade do funcionamento do sistema aquaviário como um todo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Abaixo são apresentados os resultados do programa de forma resumida, destacando os oito objetivos.

No âmbito do objetivo de ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte, destaca-se a contratação emergencial das obras de adequação das IP4 de Humaitá e Manacapuru, concluindo-se os dois empreendimentos ao longo do ano de 2016, o que corresponde a 50% da meta proposta para os quatros anos do PPA 2016-2019. Além disso, na hidrovia do Tietê, em 2016, foi concluída a obra de ampliação do vão da ponte ferroviária Ayrosa Galvão. Também foi concluída, em novembro de 2016, a licitação do derrocamento do pedral de Nova Avanhandava, com previsão de assinatura de contrato em 2017. No mesmo ano, foi também iniciada a obra de proteção dos pilares da ponte da rodovia SP-595. No que se refere às Hidrovias do Sul, em 2016, estavam em fase de conclusão a elaboração do novo projeto básico de sinalização e dragagem da Lagoa Mirim, no estado do Rio Grande do Sul.

Frente ao objetivo de expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte, destaca-se como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

resultado, no exercício de 2016, a implantação de Instalações Públicas de Pequeno Porte em Carauari, Manacapuru e Autazes, todas na região Norte do país.

Em relação à construção das eclusas de Marabá e de São Luís do Tapajós, apesar de não terem sido contratadas, os estudos estão bem adiantados de acordo com o MTPA.

Observa-se que, a fim de garantir o fortalecimento dos corredores hidroviários, são necessárias intervenções que assegurem sua manutenção, proporcionando melhores condições de segurança à navegação, independentemente das condições climáticas e visuais a fim de minimizar a quantidade de acidentes e otimizar o tempo e o conforto das viagens. Essas intervenções incluem: sinalização e balizamento; limpeza e destocamento; elaboração e disponibilização de cartas náuticas; e dragagem de manutenção. Nesse contexto, há contratos vigentes de manutenção e melhoramento de corredores hidroviários para as seguintes hidrovias: Paraguai; Paraná; Tocantins; do Sul.

Além disso, há previsão de contratação da manutenção dos corredores hidroviários do São Francisco e Tapajós, bem como o aprimoramento da manutenção das hidrovias do Sul, especialmente para aseclusas. Quanto à hidrovia do Madeira, encontra-se em fase de elaboração de cartas náuticas.

Nesse objetivo, destaca-se também a manutenção de 40 Instalações Portuárias Pública de Pequeno Porte, localizadas na região Norte, dentro das normas estabelecidas pela Marinha; e a realização dos os Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA) das hidrovias do São Francisco; Paraguai; Paraná; Madeira; Tocantins; do Sul e Tapajós. Apesar do sucesso na manutenção dessas instalações, a crise econômica nacional afetou a utilização do transporte hidroviário, isso é visualizado na redução em 1,04% da movimentação de carga de navegação interior.

Com relação a meta de melhorar ou implantar a sinalização em sete hidrovias, no Madeira e Paraguai, há termo de compromisso com a Marinha para execução dessa atividade e, no Paraná e na Hidrovia do sul do rio Taquari, o termo foi realizado com a Administração Hidroviária.

Sob este objetivo, visualiza-se que a modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e do parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), busca ampliar a participação do transporte aquaviário na matriz de transporte brasileira, planejada para avançar de um patamar avaliado em 13% de participação (dados do PNLT – 2011) para 29% até 2025.

Assim, no âmbito da navegação de cabotagem, a frota mercante brasileira foi incrementada pela conclusão da construção de três gaseiros e um petroleiro SUEZMAX, integrantes do programa de Modernização e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Expansão da Frota da Transpetro (Promef), e a conclusão de um navio graneleiro. Ou seja, 50% da meta proposta para o PPA 2016-2019. Em adendo, em 2016, foram concluídas as obras de 119 embarcações que contam com apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante. Dentre estas, vale destacar a conclusão de 76 barcaças e cinco empurradores que aumentaram a frota nacional de navegação interior e cinco navios destinados à cabotagem. Atualmente, existem mais de 300 embarcações contratadas e em construção.

As metas de ampliação da frota mercante na navegação interior e na navegação de cabotagem estão sendo cumpridas apesar do cenário econômico pouco promissor. Isso é visualizado nos indicadores referentes às movimentações de carga por modalidade de navegação. Em 2016, no longo curso, a variação percentual de movimentação de carga foi de 0,15%, na cabotagem foi de -2,18% e, por fim, nos portos foi de 0,04%.

Frente ao objetivo de adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias, em 2016 foi leiloado o Terminal Marítimo de Passageiros e Receptivo Turístico do Porto de Salvador, com valor de outorga de R$ 8,5 milhões, pelo prazo de 25 anos; e em novembro, foram publicados os editais das áreas denominadas STM 4 e STM 5, ambas localizadas no Porto de Santarém/PA, destinadas à movimentação de granel líquido.

Referente ao objetivo de aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário, desde 2013 a gestão por resultados vem sendo aprimorada. Em 2014, foi implantado o Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), que reestruturou a gestão e os processos de três das sete companhias docas: a Companhia Docas do estado de São Paulo (Codesp), a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e a Companhia Docas do Pará (CDP), e implantou melhorias nos processos de gestão organizacional e logístico-portuários que envolvem os demais órgãos anuentes da atividade portuária. Em 2016, foram iniciadas tratativas para sua expansão para as demais Companhias Docas, com possibilidade de adesão também pelos portos delegados que manifestem interesse. No que diz respeito às outorgas portuárias, em 2016 destaca-se a entrega da primeira versão do Plano Geral de Outorgas (PGO), com a elaboração da base de dados eletrônica e georreferenciada e o guia de procedimentos para outorgas portuárias. Para a segunda versão do PGO, prevista para ser entregue em julho de 2017, está previsto o aperfeiçoamento do instrumento, com a entrega dos seguintes produtos: manual do investidor em outorgas portuárias; guia de procedimentos internos para outorgas portuárias; aprimoramento da base de dados eletrônica e georreferenciada.

Como resultado do objetivo de melhorar a produtividade, nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros, destaca-se em 2016 a conclusão dos estudos para implantação das áreas de apoio logístico portuário (AALP) em 16 portos públicos brasileiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que apontaram a viabilidade de implantação dessas áreas com recursos do setor privado. Nesse sentido, já foram publicados os Regramentos de Credenciamento de AALP dos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

Como resultado deste objetivo, destaca-se também a implantação do sistema de gerenciamento e informação do tráfego de embarcações (VTMIS). Os recursos estimados para as implantações em seis portos brasileiros são de R$ 162,3 milhões, sendo eles: Rio de Janeiro (RJ), Itaguaí (RJ), Santos (SP), Salvador e Aratu (BA) e Vitória (ES). Esses portos estão contemplados na primeira fase de implantação do sistema. Em 2016, foram concluídos os estudos de implantação para outros 10 portos: Rio Grande (RS), São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba (SC), Fortaleza (CE), Itaqui (MA), Suape (PE), Belém e Vila do Conde (PA) e Manaus (AM). Os projetos de instalação em estágio mais avançado são os dos portos de Santos e Vitória, com expectativa de início pleno da operação em 2017.

A medida que novas áreas de apoio logístico são implementadas, a eficiência da operação portuária tende a aumentar continuamente, o que resultará na elevação da quantidade de carga movimentada nos portos. Isso já é visualizado na quantidade de contêineres movimentados por hora nos portos brasileiros. Esse índice foi de 49 contêineres/hora em 2016 frente a referência de 40,95 contêineres/hora.

No âmbito do objetivo de promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados, diversas ações com vistas à promoção da sustentabilidade ambiental foram iniciadas pela Secretaria de Políticas Portuárias em 2016, cabendo destacar o início do processo de fiscalização das ações de implantação do programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Tratamento de Efluentes Líquido e Fauna Sinantrópica em 22 (vinte e dois) Porto Públicos Brasileiros.

Tais ações fizeram com que a meta do PPA 2016-2019, referente ao índice de Desempenho Ambiental, fosse atingida já em 2016, devendo ser mantida anualmente por se tratar de meta de natureza continuada.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O programa transporte aquaviário do PPA 2016-2019, que engloba o setor portuário e hidroviário, segue as linhas básicas do Plano Plurianual anterior, com destaque para a melhoria na gestão, a continuidade na modernização do setor, a adequação, a manutenção e a expansão da infraestrutura, tanto por meio de investimento público como por concessões e arrendamentos.

Um aperfeiçoamento importante no programa foi a definição mais clara da quantificação das metas, o que permitirá uma medição mais adequada dos resultados do programa durante o processo de monitoramento e avaliação.

O potencial brasileiro para operações portuárias é indiscutível e pode significar um diferencial logístico incomparável para o país em relação à competitividade na exportação e diminuição de custos de produtos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os planos para melhoria da produtividade e eficiência do setor continuam na pauta, cabendo destacar as estratégias para mobilizar e incluir a iniciativa privada no processo de ampliação e manutenção da infraestrutura logística do país. Nesse contexto, com o novo ciclo do Planejamento Portuário Nacional 2016-2019, a revisão da metodologia de elaboração do próximo PNLP e a definição da metodologia de elaboração do Plano Geral de Outorgas, permitirão a prospecção de investimentos potenciais do mercado e do setor portuário nacional, caracterizado pela concessão à iniciativa privada de diversos elementos de infraestrutura logística, que tem gerado diversos resultados positivos na sua implantação e detém grande potencial de expansão.

Pretende-se, no que concerne ao Transporte Aquaviário, dar prosseguimento à adequação da capacidade portuária e hidroviária à demanda de carga e passageiros, contando com investimentos públicos e privados; ao aprimoramento da governança e modernização da gestão do setor portuário e hidroviário; à melhoria da produtividade, nível de serviços e otimização dos fluxos logísticos na movimentação de carga e transporte de passageiros; à promoção da sustentabilidade ambiental e à revitalização de áreas portuárias nos portos organizados e nas instalações públicas de pequeno porte (IP4).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2087
TRANSPORTE TERRESTRE

O programa Transporte Terrestre do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) foi estruturado com a finalidade de solucionar os principais desafios do setor. Para tanto, está baseado em quatro pilares principais: cobertura da malha, capacidade das rodovias e ferrovias, eficiência e segurança viária.

Para o desenvolvimento do Transporte Terrestre no país, algumas estratégias ganharam destaque no PPA 2016-2019, conforme a seguir:

- Fortalecimento das concessões rodoviárias e ferroviárias. As concessões têm forte impacto na melhoria do transporte do país, já que se concentram em eixos viários estruturantes e de grande demanda de cargas e passageiros. Contribuem para a expansão da capacidade da rede de transportes, sua adequação e melhoria da segurança e eficiência viárias;
- Continuidade das obras de construção e pavimentação de rodovias, construção de novas ferrovias e construção de conexões ferroviárias e acessos, que permitem ampliar a cobertura e a eficiência da rede de transporte terrestre;
- Intervenções para ampliação de capacidade viária, que se dá por meio da duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas e adequação de acessos rodoviários aos portos. Decorrem da necessidade de atendimento do aumento da demanda e contribuem para uma melhor eficiência e segurança do transporte;
- Manutenção da malha rodoviária federal, como estratégia de preservação do patrimônio público, que impacta na eficiência e segurança dos transportes. O programa de Transporte Terrestre do PPA 2016-2019 prevê a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal. Isso representa um importante marco para o setor;
- Intervenções com obras ferroviárias e rodoviárias, em perímetros urbanos. A estratégia foca na melhoria da eficiência dos modos de transporte terrestre, com aumento da velocidade média e da segurança viária;
- Sinalização viária, fiscalização e controle da operação. Essas estratégias estão diretamente relacionadas ao aumento da segurança, contribuindo para a redução do número de acidentes nas rodovias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

De modo a atingir os quatro pilares que compuseram o programa de transportes do PPA 2016-2019, foram propostos oito objetivos, cujos resultados e principais indicadores são apresentados resumidamente abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que diz respeito ao objetivo de promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados, evidencia-se a importância deste para desconcentrar a gestão da malha do Subsistema Rodoviário Federal dentro do Sistema Nacional de Viação (SNV); reduzir a pressão de custos sobre os recursos do Orçamento Geral da União (OGU); dar maior velocidade no processo de adequação/duplicação das rodovias federais, capaz de ser obtida pela associação aos recursos e meios, dispostos pela iniciativa privada; oferecer aos usuários de rodovias federais concedidas conforto e segurança ao trafegar, com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, sistema de informação ao usuário, serviços de apoio ao usuário e sistema de comunicação com telefones para emergências; aperfeiçoar a estratégia de concessão que abre caminho para outras estratégias, como o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas, orientadas para o aprimoramento da logística de transportes nacional.

Dentre as metas para o período de 2016-2019, previa-se a concessão de 6.944,9 km de rodovias, cujo processo de início dos estudos foi realizado. Nesse mesmo ano, o governo federal lançou o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), com a edição da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016. O programa busca ampliar e consolidar a interação entre o Estado e a iniciativa privada, com qualificação de processos de articulação institucionais e de empreendimentos públicos federais, celebração de contratos de parceria para a sua execução e outras medidas de desestatização. Entre seus objetivos destacam-se: ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do país; garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas; promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços; assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; e fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

Como característica dos novos modelos de concessões do Brasil, destaca-se no modal rodoviário que as duplicações serão realizadas conforme a demanda (acaba a obrigatoriedade de duplicar a rodovia nos primeiros cinco anos); os trechos serão duplicados quando atingirem um fluxo de tráfego definido no Edital e a oferta de serviços (socorro médico, atendimento mecânico e demais serviços operacionais) será disponibilizada de acordo com as necessidades de cada trecho de rodovia.

Os empreendimentos do PPI serão tratados como prioridade nacional, tendo sido priorizados em 2016, no âmbito do modal rodoviário, aqueles qualificados de acordo com o Decreto 8.916, de 25 de novembro de 2016, a saber:

- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437,00 km) – relevante corredor para escoamento da produção agroindustrial do Sudeste goiano/Triângulo Mineiro. A concessão visa interligar a região a trechos já concedidos das BR-050 e BR-153, possibilitando acesso ao mercado consumidor do Sudeste e ao Porto de Santos;
- BR-101/290/386/448/SC/RS, BR-101/SC – Km 455,9 – Divisa SC/RS; BR-101/RS – Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-290/RS: Osório/RS – Km 98; BR-386/RS: Entroncamento BR-285/377(B) (p/ Passo Fundo)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

– Entroncamento BR-448; BR-448/RS: Entroncamento BR-386 – Entroncamento BR-116/290 (581,3 km) – engloba corredores na Região Metropolitana de Porto Alegre e entorno que já estão saturados e necessitam de urgentes intervenções. A concessão tem como objetivo possibilitar a ampliação da capacidade e melhorar o nível de serviço, proporcionando redução de acidentes e melhoria na trafegabilidade; e

- BR – 116/RJ/SP: O trecho da rodovia BR-116/RJ/SP (Presidente Dutra) tem 402 km de extensão e faz ligação entre as duas maiores regiões metropolitanas do País (São Paulo e Rio). Além disso, a rodovia faz parte da principal ligação entre o Nordeste e o Sul do país, cortando 34 cidades. O volume médio diário é de 42.000 veículos e a concessionária atual é responsável por atender mais de 600 ocorrências por dia. Trata-se de um trecho já em concessão, cujo contrato encerra-se em março de 2021. A qualificação do projeto no Programa de Parcerias de Investimento sinaliza o início dos estudos para a realização de nova concessão, a ser implantada ao término do contrato atual.

A expectativa é de que os leilões dos empreendimentos priorizados em 2016 tenham a publicação dos Editais no primeiro semestre de 2017 e a realização dos Leilões no segundo semestre do mesmo ano.

O esforço em ampliação da malha rodoviária, seja por meio de novas concessões ou investimento direto do governo federal, tem tido sucesso no sentido de não elevar o número de vítimas em acidentes rodoviários em estradas federais, o qual tem se mantido na faixa de 100.96 vítimas de acidentes por ano.

Em relação ao objetivo de adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego, destaca-se a adequação de dois acessos portuários, um no porto de Aratu, que está em fase de licitação, e outro no porto de Pecém, que está em fase de elaboração e aprovação dos projetos básicos e executivos. Além disso, há a meta de adequar 694 km de rodovias federais (BR-101/AL, BR-135/MA, BR-158/RS, BR-163/PR, BR-163/PR, BR-163/SC, BR-392/RS e BR-163/364/MT).

Tratando-se do objetivo de ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções, observa-se que a construção de contornos, anéis e travessias urbanas contribui para o ordenamento do tráfego nos perímetros urbanos. Esses dispositivos geram melhoria no desempenho do transporte rodoviário, com a preservação do nível de serviço necessário para o transporte de cargas e passageiros, além de auxiliar na organização do tráfego, segregando o trânsito pesado de veículos dos fluxos urbanos.

Dos sete contornos ou anéis previstos, foi realizada a execução acumulada de 29 km de pavimentação do Macro Anel de Campo Grande, nas BR260/060/163/MS; execução acumulada de 28 km de pavimentação, com previsão de licitação dos remanescentes para 2017 do Anel Viário de Fortaleza, na BR-020/CE; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conclusão dos projetos básicos do Contorno Norte de Cuiabá BR163/364/MT, com previsão de início das obras em 2017.

Além desses empreendimentos estão executados 50% das obras do Anel Viário de Jataí, na BR-060/GO e a execução de 25% da obra do Contorno de Barra do Garças, na BR-158/MT.

Da previsão das obras de adequação em quatro travessias urbanas, em execução a passagem inferior da Travessia Urbana de Uberaba/MG, na região Sudeste, 2 km da Travessia Urbana de Santa Maria, na região sul e 2 km da adequação da travessia urbana de Juazeiro, nas BR235/407/BA, na região Nordeste. Para a região Sudeste, destacam-se os serviços concentrados na execução de quatro obras de arte especiais na travessia urbana de São José do Rio Preto/SP; e 1,5% de andamento da travessia urbana de Uberlândia/MG.

No objetivo de promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis, a escolha dos empreendimentos a serem executados levou em conta principalmente: os aspectos logísticos, a integração com o planejamento territorial, o respeito ao meio ambiente e a abordagem de projetos de cunho sociopolítico voltados à redução de desigualdades regionais, à indução ao desenvolvimento, à integração continental e à segurança nacional. Dentre estes se destacam a execução de 91,7 km de obras de construção/ pavimentação rodoviária, nas rodovias BR-163/PA, BR-230/PA, BR-242/TO, BR-235/BA, BR-235/PI, BR-020/CE, BR-487/PR, BR-158/MT; a construção da ponte sobre o rio Madeira em Abunã (RO), com execução de 99,7% da infraestrutura; 60,7% da mesoestrutura; e 55,4% da superestrutura; e a construção da segunda ponte sobre o rio Guaíba na BR-116/290/RS com execução de 86,0% de infraestrutura, 58,0% da mesoestrutura e 14,0% da superestrutura.

Frente ao objetivo de melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade, constitui-se a meta de implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso. Nesse âmbito, o Governo apresentou proposta baseada em novo modelo de fiscalização, por meio de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF), que foram criados para facilitar a coleta de dados automatizada de veículos pesados, visando redução do tempo de parada. As principais vantagens do novo modelo decorrem da possibilidade de o posto de fiscalização poder operar de forma centralizada em Centros de Controle Operacionais remotos (CCO). Assim, até que se se inicie a implantação dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização, alguns Postos de Pesagem de Veículos foram priorizados para serem reativados em 2016: os postos fixos nos municípios de Formosa/GO, Cáceres/MT e Feira de Santana/BA, que iniciaram a fiscalização do excesso de peso por verificação de Nota Fiscal; e o posto fixo instalado no município de Araranguá/SC, que executa a fiscalização de excesso de peso através da utilização de equipamento eletrônico de pesagem e também iniciará a fiscalização por verificação de Nota Fiscal. Para 2017, há previsão de que sejam reativados mais dez Postos de Pesagem de Veículos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que diz respeito a meta de implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade, todos os contratos do programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) tiveram seus prazos contratuais encerrados entre novembro e dezembro de 2016. Como solução de continuidade para a fiscalização, foi realizada prorrogação contratual, em caráter emergencial, de 3.160 equipamentos, por até 180 dias, prazo julgado adequado para o novo PNCV estar contratado, com previsão de operação por mais cinco anos e escopo ampliado para 3.873 equipamentos.

Por fim, na meta de manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal, dados de manutenção consolidados em dezembro de 2016, indicaram que a extensão total da malha rodoviária federal pavimentada era de aproximadamente 52,9 mil km. Desses, 48,8 mil km, que correspondem a 92,3% da malha, estavam cobertos com contratos de manutenção rodoviária. Do mesmo modo, quanto à malha rodoviária não pavimentada, 8,5 mil km, que representam 79,9% do total de aproximadamente 10,6 mil km, estava coberta com contratos de manutenção, por meio de conservação tradicional. Portanto, o total da cobertura contratual, em 2016, sobre rodovias pavimentadas e não pavimentadas, alcançou 90,2% da malha rodoviária total.

No que diz respeito ao indicador da malha rodoviária federal pavimentada, percebe-se que esta manteve-se constante frente ao ano anterior. Ou seja, a perseguição a este objetivo deve ser continuada para que o indicador se eleve.

No objetivo de promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos, frisa-se que os investimentos relacionados a projetos ferroviários são complexos e demandam expressivos recursos, tanto financeiros (privados ou públicos), quanto tecnológicos. Assim, abre-se a possibilidade de mesclar a utilização de recursos públicos nacionais e também internacionais, em associação ao capital privado em Concessões, Parcerias Público-Privadas ou outros arranjos que possam viabilizar a construção de novas ferrovias. Nesse âmbito, em 2016 foram implantados 68,00 km de grade ferroviária na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul. Ainda foram executados 3,8% de infraestrutura, 2,7% de superestrutura e 8,6% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho ao final de 2016 é de 94,9% de infraestrutura, 88,4% de superestrutura e 88,9% de obras de arte especiais.

Com relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, prossegue a implantação do trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA (FIOL I) com as seguintes execuções: 0,6% de infraestrutura e 10,1% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho ao final de 2016 é de 70,2% de infraestrutura, 68,4% de superestrutura e 80,1% de obras de arte especiais. Vale destacar a conclusão do túnel Mandacaru (Jequié/BA). No que se refere ao trecho Caetité/BA – Barreiras/BA (FIOL II) foram executados 8,2% de infraestrutura, 1,7% de superestrutura e 12,1% de obras de arte especiais em 2016. O avanço físico acumulado de todo o trecho ao final de 2016 é de 19,0% de infraestrutura, 11,0% de superestrutura e 15,3% de obras de arte especiais.

As obras públicas mencionadas em expansão da malha ferroviária, resultaram na elevação do indicador de malha ferroviária em operação, em 2016 atingiu 29.073 km. O que significa uma elevação de 40 km

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

operacionais frente ao ano de 2014. Isso por vez, resultou na ampliação do total de cargas transportadas neste modal, que passou de 298.616 TKU (tonelada por quilômetro útil) em 2013 para 312.982 TKU.

Por fim, no objetivo de ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes, destaca-se a alcance da meta de manutenção permanente de 100 % da malha ferroviária sob administração federal, que atualmente se restringe ao o trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (Tramo Central), integrante da Ferrovia Norte-Sul, com extensão total de 855,0 km. Também destaca-se a meta de concessão de 1.537 km, que foi definida para ser alcançada por meio da concessão de dois trechos da Ferrovia Norte-Sul (FNS) (EF-151): o primeiro, de Porto Nacional/TO a Ouro Verde/GO (incluindo o ramal de acesso ao pátio de Anápolis/GO) com 855,00 km de extensão, e o segundo, de Ouro Verde/GO a Estrela D´Oeste/SP com 682,00 km de extensão.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O programa transporte terrestre do PPA 2016-2019, foi criado a partir da consolidação dos programas transporte rodoviário e transporte ferroviário do PPA 2012-2015, com destaque para a melhoria na gestão, a adequação, a manutenção e a expansão da infraestrutura, tanto por meio de investimentos público como por concessões.

Um aperfeiçoamento importante no programa foi a definição mais clara da quantificação das metas, o que permitirá uma medição mais adequada dos resultados do programa durante o processo de monitoramento e avaliação.

Os planos para melhoria da produtividade e eficiência do setor continuam na pauta, cabendo destacar as estratégias para mobilizar e incluir a iniciativa privada no processo de ampliação e manutenção da infraestrutura logística do país, por meio do fortalecimento das concessões. Nesse contexto, em 2016, o governo federal lançou o programa de Parceria de Investimentos (PPI).

Sendo assim, com a execução do programa Transporte Terrestre, pretende-se aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável do setor agrícola e mineral, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

PROGRAMAS TEMÁTICOS

- Agropecuária Sustentável
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Comércio Exterior
- Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade
- Defesa Agropecuária
- Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços
- Desenvolvimento e Promoção do Turismo
- Mudança do Clima
- Pesca e Aquicultura
- Pesquisa e Inovações para a Agropecuária
- Qualidade Ambiental
- Recursos Hídricos
- Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2077
AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Um dos maiores e atuais desafios para o desenvolvimento brasileiro é manter o crescimento da produção agropecuária e, ao mesmo tempo, reduzir os impactos dessa produção sobre os recursos naturais. As políticas governamentais para o setor agropecuário estão atentas às questões relativas à sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de programas e metas com esse objetivo. O setor agropecuário vem se destacando na economia brasileira nas últimas décadas por seu expressivo aumento em produtividade e sua crescente importância para a manutenção do equilíbrio da balança comercial do país. Com a modernização da agricultura e o aumento do uso intensivo de máquinas e insumos, elevaram-se os níveis de produtividade da terra e do trabalho, contribuindo também para o crescimento da indústria associada ao setor agropecuário.

Esse setor é estratégico para a economia brasileira e responde entre 5% e 5,5% do PIB e em torno de 40% das exportações do Brasil. Essa atividade é desenvolvida em cerca de 5 milhões de propriedades, que ocupam 350 milhões de hectares, impulsionando as cadeias do agronegócio, que geram cerca de um terço do total de empregos no Brasil. Nos últimos 20 anos, o setor agropecuário tem se mantido quase à margem das crises econômicas.

Um importante instrumento de política agrícola é o crédito rural, que se destina a promover o desenvolvimento do setor, por meio do fomento à produção e da melhoria da infraestrutura produtiva, com ênfase na proteção aos pequenos produtores rurais e modernização da agricultura.

O Brasil é um dos principais líderes mundiais do agronegócio, na produção e exportação de produtos agrícolas, vendendo cerca de 1.800 diferentes produtos para mercados estrangeiros. Ano após ano, o saldo na balança comercial da agropecuária permite o superávit da balança comercial brasileira e aumenta a credibilidade externa do país.

Embora a produção agropecuária tenha aumentado nos últimos anos, as nossas exportações vêm ocorrendo ainda abaixo da sua plena capacidade, não obstante tenham contribuindo de forma positiva para o balanço de pagamento do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O programa da Agropecuária Sustentável, no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, contempla 20 Indicadores, 13 objetivos, 59 metas e 249 iniciativas, voltados a fornecer um panorama representativo das políticas para o desenvolvimento da agropecuária sustentável.

Primeiramente, segue uma breve análise de alguns indicadores formulados para acompanhamento do programa Agropecuária Sustentável no âmbito do PPA 2016-2019. Nesse sentido, o ano de 2016 se encerra com um valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários de R$ 531 bilhões, 1,7% abaixo do valor de 2015. As lavouras tiveram uma redução no valor, de (-) 1,0% e a pecuária sofreu uma redução de (-) 3,0%. Nas lavouras, pesou mais nessa taxa, a retração de valor da produção de milho, algodão e tomate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na pecuária, pesaram mais as carnes bovina e suína e o leite, bastante afetados pelos preços mais baixos em 2016. Neste ano, as secas afetaram várias atividades no país, especialmente no Cerrado e na região Nordeste. Os levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicaram uma redução da safra de grãos de 21,4 milhões de toneladas em relação a 2015, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou uma queda de produção de 25,8 milhões de toneladas de grãos. Esta foi a maior quebra de safra registrada nos últimos 40 anos.

As apólices aprovadas no Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (SISSER) totalizaram uma área de 5,6 milhões de hectares segurados pelo programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), no ano de 2016. Tendo por base a estimativa de área plantada pelo IBGE, o índice apurado para 2016 alcançou o patamar de 7,79% de área coberta pelo seguro rural subvencionado.

O PIB, no 3º trimestre de 2016, sofreu contração de 2,9%, quando comparado a igual período do ano anterior, o décimo resultado negativo consecutivo nesta base de comparação. O Valor Adicionado a preços básicos caiu 2,5% e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios recuaram em 4,8%. Dentre as atividades que contribuem para a geração do Valor Adicionado, a Agropecuária registrou queda de 6,0% em relação a igual período do ano anterior. Este resultado pode ser explicado pelo desempenho de produtos da lavoura no 3º trimestre e pela produtividade, visível na estimativa de variação da quantidade produzida. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), divulgado no mês de novembro, algumas culturas apresentaram retração na estimativa de produção anual e perda de produtividade, a exemplo do milho (-25,5%), algodão (-16,9%), laranja (-4,5%) e cana de açúcar (-2,0%). Cabe mencionar que as culturas de café e mandioca, cujas safras também são significativas nesse trimestre, apontaram crescimento na produção, estimado em 11,0% e 3,6%, respectivamente.

Segundo o IBGE, em 2016, a produção de grãos foi de 184,4 milhões de toneladas, o que representa uma queda de 12,11% em relação a 2015, quando a produção foi de 209,4 milhões de toneladas. O traço mais marcante do ano de 2016 foram as secas que afetaram várias atividades no país, especialmente no Cerrado e na região Nordeste.

A seguir, são apresentados os principais resultados relacionados a cada um dos objetivos do programa.

Em relação ao objetivo de aperfeiçoar o Monitoramento Meteorológico e Climático e os Sistemas de Previsão de Tempo e Clima, com ênfase na disponibilidade dos dados históricos e em tempo real, procurou-se dar continuidade, em 2016, à implementação de atividades que garantissem ampliar as áreas de monitoramento meteorológico e o acesso público às informações meteorológicas e climáticas, para melhor orientar as ações de diminuição do Risco Agrícola climático, da salvaguarda da vida e o uso de informações meteorológicas e climáticas no apoio à decisão, desde o nível do produtor agrícola ao de ações e políticas governamentais.

Sobre a meta de ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície, a capacidade nacional de coleta de dados Meteorológicos foi ampliada com a instalação de 32 novas estações meteorológicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

automáticas, que realizam coletas 24 horárias. No âmbito da Recuperação de Dados Históricos, houve em 2016 um crescimento substancial na oferta de dados meteorológicos históricos (41 milhões de dados).

Ressalta-se a ampliação do número de acessos ao Portal do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), de um total de 5,5 milhões (registrado em 2015) para 7,35 milhões em 2016, sinalizando que a evolução contínua da quantidade e qualidade dos produtos e serviços agrometeorológicos disponibilizados superou a expectativa da sociedade de forma muito positiva.

Para aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural, faz-se necessária a consolidação de políticas específicas, que atendam aos anseios dos produtores rurais, tais como as orientações do zoneamento agrícola e a concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural.

Em 2016, visando maior transparência do programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), foi divulgado um relatório contendo as taxas médias de prêmio contratadas em 2015, de forma detalhada, por modalidade do seguro (agrícola, florestas, pecuário), por tipo (custeio, produtividade, receita agrícola) e por tipo de cobertura (multirrisco e riscos nomeados). Paralelamente, foram disponibilizadas as condições gerais dos produtos de seguro subvencionáveis pelo PSR, separados por seguradoras e classificados em: custeio, produtividade, receita agrícola, florestas e pecuário. Foram gastos, em 2016, o valor de R$ 398,6 milhões em pagamento de subvenção, beneficiando aproximadamente 48 mil produtores rurais e proporcionando cobertura securitária para 5,6 milhões de hectares. Além disso, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) adequou os percentuais e limites de subvenção do PSR à nova realidade, visando alcançar um número maior de beneficiários com os recursos disponíveis. Assim, em 2016, os percentuais de subvenção passaram a variar entre 35% e 55% do prêmio do seguro, enquanto o limite individual, por ano civil, passou a ser de R$ 72 mil para a modalidade agrícola e de R$ 24 mil para as demais modalidades.

Quanto ao objetivo de ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento, foram aplicados, no ano de 2016, R$ 139,890 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial. Desse total, R$ 109,166 bilhões foram destinados às operações de custeio e comercialização e R$ 30,724 bilhões foram destinados às operações de investimento e industrialização. A relação entre o montante dos recursos disponibilizados para o crédito rural e os valores efetivamente contratados historicamente manteve-se relativamente estável. O desembolso do crédito nas regiões Norte e Nordeste foi menor que o do ano anterior, em parte pela forte seca causada pela influência do *El niño*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao objetivo de desenvolver a cafeicultura de maneira sustentável, com geração de emprego, renda e divisas, destaca-se que o Brasil desenvolve o maior programa mundial de pesquisas de café, com geração de tecnologias que promovem sustentabilidade, competitividade, inovação e incremento tecnológico da cafeicultura brasileira. No âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, destaca-se que foram disponibilizadas linhas de crédito no valor de até R$ 4,63 bilhões, para financiamento de custeio, estocagem, contratos de opções e de operações em mercados futuros, capital de giro para indústrias de café solúvel, de torrefação e cooperativas de produção, e recuperação de cafezais danificados. Deste valor foram empenhados R$ 4,17 bilhões e efetivamente pagos R$ 3,53 bilhões, volume registrado como valor alcançado dessa meta no PPA; contudo, ressalta-se que a execução dos valores que foram empenhados ultrapassa o exercício de contratação até julho do ano posterior. Cabe citar ainda o apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para a execução de 92 projetos de pesquisa e capacitação de técnicos, por meio de concessão de bolsas do Consórcio Pesquisa Café, além de apoio à Conab para a realização dos levantamentos da safra de café.

No sentido de promover o conhecimento e elevar a adoção da agricultura de baixa emissão de carbono, o governo federal vem implementando no território nacional o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), uma política pública de grande importância para o Brasil, pois promove a sustentabilidade para o setor agropecuário e está alinhado à Política Nacional de Mudanças sobre o Clima (Lei 12.187/2009).

O Brasil se comprometeu a reduzir as emissões dos gases efeito estufa, até 2020, entre 36,1% e 38,9%, deixando de emitir cerca de 1 bilhão de toneladas de CO2, reduzindo as taxas de desmatamento, ampliando a eficiência energética e adotando práticas e sistemas de uso e manejo sustentáveis dos recursos naturais. O Plano ABC já investiu no campo cerca de R$ 13,2 bilhões, com um total de 28,5 mil contratos firmados com produtores rurais para implementação das tecnologias de baixa emissão de carbono. Existem atualmente 22 Planos estaduais de ABC elaborados.

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando a melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais é essencial para melhoria da qualidade de vida, da organização e sustentabilidade da base produtiva. Os desafios para a manutenção e abertura de espaços no mercado exigirão esforços e investimentos em inovação, criatividade, segurança e qualidade alimentar. Nesse sentido, destaca-se a implementação do programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (Pisacoop), que dissemina tecnologias de produção sustentáveis e de gestão da propriedade rural e incentiva a adoção do cooperativismo, gerando emprego, renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A necessidade de ampliar e diversificar a produção de biomassa agropecuária, com ênfase em cultivos agroenergéticos e florestas plantadas para aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética elevou a agroenergia ao destaque mundial. O Brasil, atualmente, é o segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos. No contexto interno, a participação dos biocombustíveis é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética. Aproximadamente, 26,1% de toda a energia ofertada internamente é originária da agricultura (16, 9% de cana e derivados, 8,2% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel), segundo o Balanço Energético Nacional 2016.

As medidas adotadas em 2016 em benefício do setor sucroenergético visaram estimular o crescimento da produção, dentre as quais destaca-se o PRORENOVA – BNDES, linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais com baixa produtividade e implantação de novos. Foram disponibilizados R$ 1,5 bilhão. Para o setor sucroenergético, a safra 2016/2017 não irá apresentar mudanças significativas em sua área plantada, com cerca de 9 milhões de hectares. A produção esperada de cana-de-açúcar deverá atingir 684,8 milhões de toneladas, um aumento de 2,9% com relação à safra anterior. Tal crescimento será viabilizado pelo aumento da produtividade da cana-de-açúcar da ordem de 0,8% na safra atual. Esta matéria prima permitirá a produção de 27,8 bilhões de litros de etanol e 40 milhões de toneladas de açúcar.

Quanto ao objetivo de disseminar sistemas de produção agropecuária sustentável, com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e conservação dos recursos naturais, foram implementados 187 projetos de fomento com foco na implementação de Boas Práticas Agropecuárias, com 26.071 produtores beneficiados diretamente e outros 14.932 produtores e técnicos beneficiados indiretamente. Além disso, está em andamento a capacitação de 16.636 profissionais (técnicos e produtores rurais).

No tocante ao objetivo de desenvolver a agropecuária irrigada de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, com racionalização dos recursos hídricos, verificou-se um aumento de 199 mil hectares de área irrigada pela iniciativa privada. A irrigação se constitui no principal item para a modernização da agropecuária brasileira, possibilitando maior produção, maiores níveis de produtividade, melhor qualidade e valor agregado dos produtos, com reflexos econômicos, sociais e ambientais altamente significativos. A meta de incorporar 1,5 milhão de hectares irrigados às áreas de produção agropecuária é coerente com a tendência verificada no PPA anterior, onde foram incorporados ao processo produtivo agrícola 900 mil hectares irrigados, contribuindo para a elevação das safras agrícolas daquele período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao objetivo de concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação, destaca-se o processo de regulamentação da Política Nacional de Irrigação. Em 2016, ocorreram discussões sobre a proposta e está prevista a publicação do decreto regulamentador ainda em 2017. Na implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, houve avanços na elaboração dos Planos Diretores de Agricultura Irrigada (PDAI) dos estados contemplados pelo programa de Desenvolvimento do Setor Água, com recursos oriundos do acordo de empréstimo internacional com o Banco Mundial.

Com relação à implantação de infraestruturas de irrigação em 30 projetos públicos de irrigação – PPIs, cabe destacar que, para viabilizar a produção em PPIs existentes, foram priorizados investimentos para a implantação de infraestruturas de irrigação em projetos cujas obras estão aptas a serem concluídas até 2018.

Assim, em 2016, foi concluída a parte da infraestrutura do PPI Pontal, Etapa Sul, com 3.683,23 hectares irrigáveis, restando a parte "*on farm*", e houve avanço de 15% na execução física do PPI Marrecas-Jenipapo, com 1.000 hectares, dos quais 78% já se encontram executados. No tocante à revitalização de 46 infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção visando à transferência de gestão dos perímetros públicos, visou-se recuperar as infraestruturas de irrigação para que os projetos pudessem irrigar toda a área útil planejada.

Quanto à meta que trata da transferência de gestão de 5 Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações, em que, uma das iniciativas é a celebração de Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Pelotas/RS para a elaboração dos estudos, é importante destacar que, devido à sua complexidade, a transferência de gestão dos PPIs para as organizações de irrigantes requer um prazo superior a quatro anos, ultrapassando, na maioria das vezes, a vigência de dois planos plurianuais para alcançar sua maturação e emancipação econômica, sendo estas as principais premissas para o início desse processo.

A produção e a comercialização interagem com a regulação da oferta de alimentos e com a organização da comercialização, implicando a formação de estoques públicos por meio de instrumentos para tal fim, resultando em garantia de renda aos produtores rurais, com suporte na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Em 2016, praticamente não houve apoio proveniente da PGPM através de mecanismos de apoio à comercialização. Os preços de mercado para quase todos os produtos estiveram em patamares acima dos preços mínimos. O único produto que teve apoio à comercialização foi o trigo, sendo que a Conab lançou leilões que culminaram no arremate para escoamento de 440 mil toneladas, o que representa uma taxa de apoio de 6,57% da safra de trigo de 2016.

Quanto ao objetivo de ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias, está prevista, desde 2013, a ampliação do parque de armazenagem do setor privado e público. Os financiamentos para reforma, modernização e construção de novos armazéns, no setor privado, nesse período, corresponderam a cerca de R$ 6,3 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na gestão dos estoques governamentais, os produtos pertencentes ao governo federal têm sua guarda e conservação realizada por empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos com a Conab, a qual fiscaliza regularmente as condições do produto, de modo a garantir suas condições fitossanitárias, para reposição ao mercado nos momentos em que é requerida a complementação da oferta privada desses produtos. O processo de fiscalização executado pela Conab, que em 2016 vistoriou 5,87 milhões de toneladas de produtos, como arroz, milho, feijão, café e trigo, tem contribuído para a redução dos índices de perdas e a inibição de desvios dos produtos armazenados.

A diversificação da pauta exportadora é condição fundamental para o país não depender somente das vendas externas de poucos produtos. A ampliação de mercados e consequente desconcentração das vendas externas em poucos mercados contribui para fortalecer o comércio exterior brasileiro. A atuação em negociações sanitárias e fitossanitárias levou à reabertura do mercado para 22 produtos em 17 países, com destaque para carne bovina in natura – EUA, carne de aves termicamente processada – Coreia do Sul, carne de aves e suína – Vietnã e carne bovina termicamente processada – Japão. Foi estabelecido o Acordo de Cooperação entre o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para atuação em três eixos: eventos de promoção comercial e imagem; atração de investimentos e inteligência comercial.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O desenvolvimento da atividade agropecuária, em meio às adversidades climáticas e incertezas econômicas, constitui-se em desafios associados a um ambiente de riscos, demandando ações que buscam propiciar condições mais favoráveis aos produtores rurais, como o zoneamento climático, o seguro rural, as políticas de regulação de preços, as voltadas para o abastecimento e as de concessão de crédito rural.

O setor agropecuário brasileiro tem papel importante para o cumprimento do compromisso do governo federal de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa até 2020. O Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) atende às demandas nacional e internacional pela sustentabilidade dos sistemas e aumento de produção agropecuária, que permitam a redução das emissões de gases de efeito estufa.

É parte desse desafio a recuperação das áreas degradadas, redirecionando-as para o processo produtivo de forma eficiente, mitigando as suas emissões de gases de efeito estufa e buscando uma produção mais equilibrada.

Projeções indicam que o Brasil também será, em pouco tempo, o principal polo mundial de produção de algodão e de biocombustíveis feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. O país tem, historicamente, liderança na tecnologia e abundância de matéria prima para combustíveis gerados a partir de fontes renováveis.

O desafio de desenvolver a produção agropecuária com sustentabilidade, porém, exigirá a adoção de múltiplas estratégias, que passam pela geração e difusão de tecnologias ambientalmente adequadas, estruturação de sistemas de informações agroambientais integrados e aplicação de instrumentos econômicos que possam minimizar as externalidades negativas do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância de se considerar o papel ativo a ser desempenhado pelos sujeitos desse processo de transição, ou seja, os produtores rurais. Assim, serão relevantes as experiências de ação coletiva de produtores, como as associações e cooperativas, que podem contribuir significativamente para a consolidação de formas de produção mais sustentáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2021
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade. Em todo o mundo, inovações científicas e tecnológicas são desenvolvidas em busca de soluções para grandes desafios sociais, ambientais e econômicos. Temas como segurança alimentar, energética e hídrica são prioridades para todas as nações, além daqueles voltados para o enfrentamento da mudança do clima, do uso mais sustentável dos recursos naturais e dos incentivos para aumento da competitividade econômica.

No mesmo sentido, são as inovações que permitem saltos em ganhos de produtividade, de forma a aprimorar a competitividade das empresas nacionais e acelerar a retomada do crescimento econômico, ponto esse já consensual entre as diversas correntes da economia. O governo brasileiro, ciente dessa constatação, não tem se furtado a estabelecer as melhores condições para o desenvolvimento da CT&I no país e, consequentemente, do desenvolvimento econômico e social assentado entre outros pontos na inovação, eixo central das economias contemporâneas.

Portanto, o investimento contínuo em CT&I, aliado à formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, constituem demandas prioritárias às quais o Estado deve buscar atender. Ações de política pública nesta área são necessárias a qualquer país que deseje enfrentar as exigências do processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento, altamente dinâmico e competitivo.

O Brasil, que busca ser reconhecido não como um país em estágio intermediário de desenvolvimento técnico, mas sim como nação de destaque no ambiente internacional, tem, ao longo dos últimos anos, envidado esforços para tal, conduzidos principalmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), e traduzidos por documentos como o Plano de Ação para a Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI 2007-2010), a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI 2012-2015) e, mais recentemente, a nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2019).

O Brasil almeja reduzir a distância que o separa dos países desenvolvidos, propósito que não será alcançado sem um maior aporte de recursos para o setor. Igualmente importante é a constituição de um quadro de recursos humanos qualificados para a realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento, difusão e utilização produtiva do conhecimento e da inovação.

Vislumbra-se que em um futuro próximo, com a melhoria das condições e retomada da expansão econômica, os investimentos para o setor voltem a crescer de maneira cada vez mais sustentável e que esses investimentos passem a contar com aportes mais robustos do setor privado, reduzindo a dependência do orçamento governamental.

Em 2016, ocorreu a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), reunindo as atribuições do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério das Comunicações. O MCTIC tem a responsabilidade de impulsionar e acelerar o avanço científico e tecnológico do país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

especialmente por meio do incentivo a parcerias entre a comunidade científica, o setor empresarial e os órgãos públicos, bem como pela modernização e expansão das tecnologias de comunicação. A fusão ocorrida permeou todo o desenvolvimento e discussões da CT&I no decorrer de 2016, que indicaram também a necessidade de uma revisão dos desafios postos anteriormente ao programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O programa apresenta sete indicadores que, ao serem apurados e analisados, podem assistir os gestores públicos com informações relevantes e buscam retratar o cenário atual e a evolução da C&T como possível reflexo do desempenho do programa. Entre eles destacam-se:

- O percentual de empresas industriais com mais de 500 pessoas que inovaram teve índice apurado, referente a março de 2016, de 37,6%. Esse número fica abaixo do nível de referência (47,8% em dezembro de 2014), contudo considerando as possibilidades de recuperação da economia nacional, é possível que o número melhore substancialmente.
- O número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país em 2016 foi de 8.014, índice superior ao de referência (7.297 em 2014), o que pode ser considerado positivo.
- O indicador de participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus, com número disponível para 2015 de 2,63%, apresenta um alcance superior ao índice de referência (2,5%, em 2014).

Os principais resultados do programa, em cada um de seus objetivos mais relevantes, são descritos a seguir.

O fomento se dá por meio do financiamento não-reembolsável a projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico. Como parte desse esforço, em 2016 foram aprovados recursos para projetos de 102 Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCT), envolvendo investimento total de R$ 628 milhões a serem aplicados em seis anos, sendo que R$ 328 milhões correspondem a recursos federais. Em 2016, esses 102 INCT receberam o aporte de R$ 50 milhões, sendo R$ 30 milhões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e R$ 20 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O apoio aos INCT visa proporcionar aos grupos de pesquisa de determinadas áreas a realização de pesquisas de fronteira e de alto impacto, com possíveis aplicações e que colaborem para estimular a inovação e o empreendedorismo.

A Chamada Universal é importante instrumento de fomento a projetos de pesquisa científica e tecnológica, em qualquer área do conhecimento. Em 2016 o Governo garantiu a continuidade do pagamento dos projetos apoiados ainda em 2014 pela Chamada Universal, sendo que foram utilizados R$ 25 milhões para quitar compromissos com 3.240 projetos selecionados. Com essa quitação em 2016, o total de projetos apoiados com a Chamada Universal atingiu o número de 5.553, totalizando R$ 69 milhões desde 2014. Cabe lembrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, diferentemente do aporte feito aos INCT, mais direcionado a áreas estratégicas prioritárias, os projetos apoiados pela Chamada Universal são distribuídos por todas as áreas do conhecimento e atendem tanto a grupos mais consolidados como novos grupos ou novos pesquisadores, em todas as regiões do país.

Outra chamada pública está integrada no esforço governamental de combate ao vírus da Zika. Em 2016, a FINEP selecionou projetos voltados à produção de vacinas que somaram o valor total de R$ 27,3 milhões. Resultado de outro esforço voltado à saúde pública foi o desenvolvimento do "Larvicida e Repelente", de grande importância para o controle da propagação das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* (transmissor do zika vírus, febre amarela e chikungunya).

Outras ações de fomento foram realizadas para atender a programas específicos, tais como o programa Brasileiro de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD). Os resultados projetam o país internacionalmente por trazerem novos conhecimentos sobre os ecossistemas brasileiros, demonstrando a preocupação do Brasil a esse respeito. Destaque ainda para o protocolo de cooperação assinado entre o CNPq e a Associação Brasileira de Estudos das Abelhas (A.B.E.L.H.A.), visando estudar melhor a atuação dos polinizadores e as estratégias de conservação de abelhas, tendo em vista a importância ecológica e econômica desses estudos, em especial para a produção agrícola.

Visando ainda fortalecer a inserção e a cooperação do país com outros centros mundiais de pesquisa, foram firmadas cooperações internacionais com Noruega, Finlândia e Espanha. Essas Cooperações permitiram a contratação e financiamento de projetos de pesquisa conjuntos. No âmbito regional, destaca-se a Chamada de Cooperação entre o CNPq/Brasil e o CONICYT/CHILE, enfocando uma investigação do envelhecimento populacional. Houve ainda parcerias no âmbito do Mercosul, incluindo projetos como: 1) Biotech II, para estruturação do Observatório de Inovação em Biotecnologia, cujo objetivo é prospectar oportunidades e desafios do setor; 2) Cooperação Bilateral no âmbito do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB) para a formação de recursos humanos, que completou 30 anos em 2016; 3) Lançamento da Plataforma Regional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais de Experimentação do Mercosul (PREMASUL), fortalecendo a área de métodos alternativos ao uso de animais com os demais países do bloco, com vistas ao aumento da competitividade internacional dos produtos fabricados na região, vindo também fortalecer a Rede Nacional de Métodos Alternativos (Renama), tema de interesse da indústria e de segmentos importantes da economia nacional.

Uma das vertentes deste objetivo é a da popularização e difusão da ciência e tecnologia, representada pela meta "Apoiar 360 projetos que contribuam para a melhoria da educação científica e para a popularização e difusão da ciência, tecnologia e inovação no país, distribuídos em todos os estados e no Distrito Federal". Em 2016, destacam-se os 89 projetos apoiados na 13ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que registrou cerca de 19 mil atividades em 461 municípios brasileiros. Merece menção, também, a criação e apoio da Olimpíada Nacional de Ciências(ONC), em parceria entre a Sociedade Brasileira de Física (SBF) e a Associação Brasileira de Química, destinada a estudantes do Ensino Médio e do último ano do Ensino Fundamental, contando com a participação de mais de 80 mil alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No âmbito da meta "Apoiar 40 projetos de tecnologias sociais e assistivas", destaca-se o apoio a projetos selecionados na Chamada Pública Viver sem Limite 1/2015, que contempla Núcleos de Tecnologia Assistiva já constituídos, com a finalidade precípua de desenvolver e entregar produtos ou serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou de mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Os compromissos assumidos com os projetos selecionados em 2015 começaram a ser pagos em 2016. Ainda relacionado à promoção da acessibilidade, destacam-se as inovações para os atletas participantes das Olimpíadas e Paralimpíadas RIO 2016, como o desenvolvimento da Plataforma Digital 3D aplicada ao Treinamento da Esgrima e desenvolvimento de bancos sob medida para os atletas das modalidades arremesso de peso e lançamento de disco; apoio ao projeto "Residências Inclusivas", cooperação entre MCTIC e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA/MDS) para desenvolvimento de Estudos em tecnologia e inovação para Residências Inclusivas e Acessíveis para pessoas com deficiência; e apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para atendimento às diretrizes do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite (Decreto 7.612/2011).

No esforço de oferecer infraestrutura laboratorial de qualidade, destaca-se a construção do acelerador de partículas de quarta geração Sirius. O Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS/CNPEM) é o responsável pela condução do projeto e prevê, numa primeira fase, a construção de 13 linhas de luz no total de 40 previstas. A disponibilização das 13 linhas até 2019 é meta do PPA. Os investimentos são da ordem de R$ 1,3 bilhão e em 2016 o projeto passou a integrar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A previsão é que em 2018 algumas linhas de aceleração já possam estar sendo oferecidas à comunidade científica e ao setor empresarial, que poderá utilizá-las no desenvolvimento de novos produtos nos mais variados setores, como o farmacêutico, de energia e aeronáutico.

O projeto de expansão da capacidade do Laboratório de Integração e Testes (LIT) é outro exemplo e consiste na implantação da capacidade de montagem, integração, testes funcionais e ambientais para satélites de grande porte, em especial de telecomunicações e radar, de até seis toneladas. Houve ainda, em 2016, constituição de 10 novos laboratórios multiusuários no país, a expansão da rede da RNP para 288 novos pontos, investimento no projeto 'Equipamentos e Infraestruturas Multiusuárias para Física – CBPFMULT', para modernização de técnicas de produção e caracterização de superfícies de monocristais e de materiais avançados e também a contratação de 36 novos projetos de expansão, modernização e manutenção de Institutos de Ciência e Tecnologia que representam recursos da ordem de R$ 120 milhões. Ocorreu em 2016 ainda a abertura do uso do supercomputador Santos Dumont (SDumont) para a comunidade, visando apoiar outras pesquisas além dos projetos conduzidos pelo LNCC.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e tem como objetivo estimular o estudo da matemática e revelar talentos na área. No ano de 2016 foram inscritos 17.839.424 alunos, matriculados em 47.474 escolas públicas em 5.544 municípios, representando o alcance de 99,59% dos municípios brasileiros. É meta deste objetivo elevar o número de estudantes participantes para 24 milhões/ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O estímulo à inovação nas empresas ocorre por meio de uma série de instrumentos, incluindo financiamento não-reembolsável, investimento direto e por intermédio de fundos, e financiamento reembolsável com equalização das taxas de juros. A Finep, principal agência de estímulo à inovação no governo federal, tem empreendido esforços para ampliar o volume de recursos ofertados, aumentar a eficiência operacional interna, melhorar as condições de financiamento e incentivar o uso articulado dos diferentes instrumentos de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

A Finep intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes e aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro (TECNOVA e INOVACRED). Parte dos recursos foi aplicada para a continuidade de programas como o Sibratec, voltado para ampliação da capacidade de inovação e competitividade das empresas brasileiras, que se encontra operando com seis Redes estaduais de Extensão Tecnológica, 22 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos e duas Redes Temáticas de Centros de Inovação.

No âmbito da meta "Fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas", em 2016, as redes de extensão do Sibratec realizaram cerca de 300 atendimentos tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas; as redes de inovação contrataram 15 projetos cooperativos e as redes de serviços tecnológicos realizaram, no primeiro semestre, mais de 1,1 milhão de ensaios e calibrações. Também se destacaram a atuação da rede Sibratec Shop de laboratórios abertos – constituída por 11 unidades que oferecem infraestrutura tecnológica e serviços para o desenvolvimento de produtos para empreendedores, startups, micro e pequenas empresas – e do Serviço Brasileiro de Resposta Técnica (SBRT), que disponibiliza informação tecnológica gratuita para a melhoria de qualidade de produtos e processos. Em 2016, o SBRT foi acessado por 30,7 mil pessoas e gerou 1.134 demandas, 330 respostas técnicas e 735 respostas referenciais.

O programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI) também teve uma atuação de destaque: em todo o Brasil, existem 369 incubadoras, responsáveis por 2.310 empresas incubadas, 378 empresas associadas (somando 2.688 empresas atendidas) e 2.815 empresas graduadas. Essas empresas possuem um faturamento anual de cerca R$ 15,3 bilhões e geram 53,3 mil empregos diretos. Até 2019, a meta do PPA é aumentar para 3.100 o número de empresas atendidas em incubadoras.

Uma avaliação recente mostrou que as incubadoras apoiadas pelo PNI possuem mais empresas incubadas e graduadas e que essas empresas têm maior faturamento e empregam mais do que as empresas vinculadas a outras incubadoras. Entre 2013 e 2016, o número de empresas instaladas nos parques tecnológicos brasileiros cresceu 37%, chegando a 1.288 empresas e, assim, alcançando a meta do PPA de atingir 1.250 empresas instaladas em parques tecnológicos. O número de empregos gerados nesses ambientes aumentou 20,5%, passando de 32,2 mil para 38,8 mil. Ademais, estudo encomendado pelo MCTIC revelou que os parques tecnológicos que receberam recursos do PNI abrigavam empresas com maior faturamento médio, geravam mais empresas e empregos, possuíam maior sustentabilidade financeira, registravam maior número de patentes, tiveram maior valorização imobiliária, desenvolveram novos setores econômicos e eram mais maduros em termos de gestão para resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) engloba um conjunto de ações com o objetivo de criar, integrar e fortalecer as atividades governamentais e os agentes atuantes nas áreas de nanociência e nanotecnologia. A ação mais importante é o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), formado por laboratórios multiusuários direcionados à PD&I em nanociências e nanotecnologias, com acesso aberto para usuários dos setores acadêmico e empresarial. O sistema é composto por oito laboratórios estratégicos e 18 laboratórios associados. Em 2016, a IBN priorizou o avanço nas pesquisas regulatórias em nanotecnologia e o fomento ao SisNANO na área de energia, petróleo e gás. Destaques foram as cooperações internacionais com a França, Alemanha, Reino Unido, Noruega e União Europeia nos temas: energia solar heliotérmica; redes elétricas inteligentes; armazenamento de energia e regulação; e tecnologias submarinas para exploração e produção de petróleo e gás em águas profundas.

No âmbito da meta "Estimular 1.250 empresas a cada ano a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais", a Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) possui papel de destaque. Entre 2006 a 2014, o número de empresas que solicitaram os incentivos previstos na Lei aumentou de 130 para 1.206, a renúncia fiscal passou de R$ 229 milhões para R$ 1,7 bilhão e o investimento das empresas cresceu de R$ 2,2 para R$ 8,2 bilhões. No ano-base 2015 foram beneficiadas 1.110 empresas, envolvendo investimentos de R$ 8,9 bilhões e uma renúncia fiscal de 1,7 bilhão (dados preliminares). Os dados de 2016 só serão analisados após o envio das informações pelas empresas até junho de 2017.

Em 2016 também houve avanços no arcabouço regulatório das políticas de inovação, especialmente por meio da promulgação do novo marco legal da CT&I (Lei nº 13.243/2016), que introduziu aprimoramentos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004) e criou outros mecanismos de estímulo à inovação, e da Lei Complementar nº 155/2016 que, entre outros avanços, incentiva o aporte de capital em micro e pequenas empresas inovadoras por meio de investidores-anjo.

A elaboração da Estratégia Nacional de Manufatura Avançada, iniciada em 2015, visa preparar o Brasil para as demandas e transformações advindas da chamada Quarta Revolução Industrial. Em 2016 foram realizados nove eventos com a participação de 500 especialistas para debater o tema e coletar insumos para a elaboração da Estratégia.

A plataforma iTec, um ambiente aberto de negócios tecnológicos que promove o encontro de empresas que buscam ajuda em seus projetos e organizações que têm as soluções para esses desafios, em 2016 obteve 276 mil visualizações, com 2.212 usuários cadastrados, 110 desafios e 737 soluções postadas.

A atuação do MCTIC na gestão do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (PEDEFOR), Decreto nº 8.637/2016, com o objetivo de elevar a competitividade e a inovação da cadeia de fornecedores petróleo e gás e ainda articulou e contribuiu para a criação do programa Inova Mineral, parceria entre a Finep e o BNDES, com objetivo de fomentar planos de investimento que contemplem o desenvolvimento tecnológico, produção e comercialização de produtos, processos e serviços inovadores para o desenvolvimento de empresas e tecnologias brasileiras nas cadeias produtivas da indústria de mineração e de transformação mineral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No primeiro ano do PPA 2016-2019 o desenvolvimento do programa baseou-se na continuidade das ações programadas, apesar da reestruturação administrativa que resultou na criação do MCTIC. Considera-se que o resultado obtido foi satisfatório. Contudo, é necessário avaliar o redesenho de alguns aspectos do programa por meio de uma nova abordagem, foco e prioridade. Além disso, diante da nova estrutura do Ministério e das diretrizes governamentais, uma revisão se faz necessária, visando aprimorar os principais pontos do programa, ainda que buscando preservar seus aspectos basilares.

Destaca-se, ainda, a necessidade de adequação dos investimentos em CT&I e a busca de alternativas de fontes de recursos, a fim de estabelecer as melhores condições para o desenvolvimento da CT&I no país e, consequentemente, do desenvolvimento econômico e social assentado na inovação, que permite saltos em ganhos de produtividade, de forma a aprimorar a competitividade das empresas nacionais e acelerar a retomada do crescimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2024
COMÉRCIO EXTERIOR

Variações nas conjunturas econômicas, nacionais e internacionais marcaram a evolução do Comércio Exterior em momentos distintos no período que antecedeu a elaboração do PPA 2016-2019. Dentre esses momentos destacam-se: déficit comercial no ano 2000; superávits crescentes entre 2001 e 2006, acompanhados por forte expansão da corrente de comércio; desde 2007 até 2013, redução paulatina dos superávits; e, por fim, emergência de um pequeno déficit em 2014.

O ambiente de crise internacional estabelecido a partir de 2008 aumentou a concorrência entre as nações, especialmente dos países desenvolvidos, em virtude, sobretudo, do desaquecimento da demanda mundial. O comércio de bens manufaturados foi o mais disputado e medidas protecionistas voltaram a ser adotadas em diversos países.

Embasado no contexto citado e com vistas a estimular uma ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras foi criado o programa de Comércio Exterior no PPA 2016-2019.

Os objetivos contidos no programa contaram, ao longo de 2016, com o apoio de uma sólida agenda de simplificação, modernização e aprimoramento das normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços, para garantir maior dinamismo e competitividade ao comércio exterior brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados mostrados pelos indicadores do programa refletiram o aumento da concorrência no comércio exterior e o desaquecimento da demanda mundial. Em relação à Exportação total de bens (acumulado em 12 meses), o índice apurado em 2016 foi de 184.453 (US$ milhão FOB); a Exportação total de serviços (acumulado em 12 meses) em 2016 foi de 33.300 (US$ milhão FOB); Participação brasileira no comércio mundial de bens em 2015 e em 2016 foi de 1,16%; tanto as exportações mundiais quanto as brasileiras recuaram em cerca de 3% no ano. A Participação brasileira no comércio mundial de serviços em 2015 foi de 0,694%; e a Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais foi de 23,43%.

O objetivo de fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros foi conduzido por diferentes iniciativas. O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) tem o objetivo de aumentar o número de empresas que operam no comércio exterior e, consequentemente, de provocar aumento nas exportações de produtos e serviços dos estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse Plano se constitui também como o principal instrumento do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para consolidação e fortalecimento da base exportadora nas regiões do Brasil. Assim, com o objetivo de proporcionar uma melhor definição das atividades necessárias às empresas criou-se, em 2015, no âmbito do PNCE o conceito de "trilha de internacionalização". Essa metodologia possibilitou um maior rendimento do PNCE, uma vez que as empresas passaram a ter acesso a atividades adequadas ao estágio de maturidade em que se encontram no momento em que ingressam na referida trilha, além de permitir à instituição gestora do PNCE, aos estados e às instituições participantes, um melhor acompanhamento e interação com as empresas e respectivos setores.

O PNCE foi lançado em 16 unidades da federação ao longo de 2016, as quais também tiveram a formação de seus Comitês Gestores estaduais e respectivos Planos de Ação. Foram realizadas 249 ações em 25 unidades da federação e em 34 munícipios. Essas ações contaram com 8.446 participantes.

Ao longo de 2016 foram realizados sete Cursos Básicos de Exportação, cinco Treinamentos em Exportação para empresas de pequeno porte, três Treinamentos para Agentes de Comércio Exterior e uma Caravana do Exportador, que percorreu as cidades de Londrina, Apucarana, Maringá e Guarapuava.

O PNCE se constitui como um processo dinâmico e como resultado da interação entre o MDIC, instituições parceiras e os principais destinatários desses esforços, que são as empresas e os setores com potencial exportador. Com base nisso, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC) elaborou um sistema informatizado que possibilita a gestão e o acompanhamento do PNCE de acordo com a metodologia das "trilhas de internacionalização".

O Sistema PNCE, o qual já se encontra em operação, conta com 2.900 empresas cadastradas, sendo que 124 empresas realizaram sua primeira exportação em 2016 ou não haviam exportado nos dois anos anteriores, conforme meta de possibilitar a primeira exportação de empresas atendidas pelo sistema.

Para atender a iniciativa de capacitação de profissionais de comércio exterior, prevê-se também para 2017, no âmbito do PNCE, a realização de 27 atividades de capacitação. Pretende-se realizar Treinamentos para Agentes de Comércio Exterior, Oficinas sobre as Ferramentas de Comércio Exterior e Caravana do Exportador; cujas demandas serão analisadas observando-se a convergências entre os objetivos do PNCE e a capacidade operacional da equipe responsável pelo Plano.

Além disso, a Apostila "Treinamento em Comércio Exterior", a qual consiste em material didático distribuído nos Treinamentos para Agentes de Comércio Exterior e Treinamento em Exportação para Empresas de Pequeno Porte, será atualizada também no próximo ano.

O Projeto Brasil *Export,* que teve seu nome alterado para *Invest & Export Brasil* (devido à questão de registro do nome Brasil *Export* que já pertencia a uma revista especializada), se constitui como um guia de Comércio Exterior e Investimento, e contribui significativamente para a promoção comercial de bens e serviços. Esse Projeto contou com a inclusão, em 2016, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(BNDES) no rol de órgãos envolvidos (já faziam parte o MDIC, o Ministério das Relações Exteriores – MRE, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA).

Ao longo do ano houve avanços na implementação da segunda fase do Projeto, especificamente nas áreas de coordenação e planejamento e também algumas melhorias no site *Invest & Export* Brasil. Também foi realizada reunião com a finalidade de se discutir um cronograma de implementação da segunda fase do Projeto, buscando-se a agregação de mais funcionalidades, como novos relatórios gerenciais e ferramentas de inteligência que permitam oferecer conteúdo mais personalizados aos usuários.

No setor de serviços, a Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC) tem buscado estreitar o diálogo com o setor privado e debater propostas e iniciativas visando o aumento da competitividade, o estímulo às exportações e a abertura de novos mercados para o setor.

O Siscoserv é um sistema informatizado, desenvolvido para o aprimoramento das ações de estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas a serviços e intangíveis bem como para a orientação de estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e intangíveis. Em relação à administração desse Sistema, a SCS e a Receita Federal do Brasil (RFB) publicaram duas edições dos Manuais do Siscoserv.

Em 2016 também entrou em produção a versão 1.1 do Siscoserv, com novas funcionalidades para tornar sua utilização menos onerosa às empresas e o registro de informação mais fidedigno. Essa iniciativa, somada à publicação dos Manuais, é parte do esforço contínuo de tornar o registro no Siscoserv mais simples e a comunicação com o setor privado mais clara.

Quanto aos Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), com objetivo de consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil, passou-se a ter uma configuração mais voltada para empresas e setores produtivos e a se configurar como um evento mais técnico. Em novembro de 2016 realizou-se um ENCOMEX em Belo Horizonte incluindo atividades como Painéis de Inteligência Comercial, Adequação de Produtos, Promoção Comercial.

No que tange às ferramentas virtuais de apoio ao exportador, durante 2016 os 13 produtos que compõem a Série Aprendendo a Exportar (_____) obtiveram um total de 632.805 acessos via Internet. A versão mais acessada foi o Aprendendo a Exportar V2 (388.936 acessos), que engloba o planejamento da exportação, os procedimentos operacionais da exportação, formas de comercialização, formas de pagamento, financiamento, termos internacionais de comércio, ferramenta de apoio ao exportador, fluxograma de exportação, simulados de preço de exportação, entre outros temas correlacionados.

O desenvolvimento da nova versão do portal Vitrine do Exportador (VE) pela SCS em conjunto com a SECEX durante o ano de 2015 foi ao encontro da meta de inclusão de empresas exportadoras de serviços e intangíveis no portal. Dessa forma, em 2016 foi realizada divulgação sobre o Vitrine do Exportador para as empresas que haviam registrado operações de comércio exterior de serviços no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (Siscoserv). Atualmente, o Portal Vitrine do Exportador conta com 58 empresas do setor de serviços incluídas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os dados extraídos do Siscoserv permitem a identificação dos setores com maior potencial exportador. Com base nesse levantamento foi criado o Fórum de Alavancagem do Comércio Exterior de Serviços, que inclui os setores de Economia Criativa, Tecnologia da Informação e Engenharia e Construção; e também a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional de Serviços (CNS).

Com a finalidade de fomentar as exportações de serviços, concluiu-se projeto que visa o desenvolvimento de metodologia para mapeamento de oportunidade de negócios para empresas brasileiras do setor de serviços em mercados estrangeiros. Foi constatada a ausência de estudos voltados ao setor e foi observado o potencial de utilização de dados do Siscoserv para conhecer melhor os mercados e ampliar as exportações e a internacionalização das empresas brasileiras de serviços. Em 2015 elaborou-se estudo-piloto sobre a Colômbia, compartilhando-o com o setor privado, governo e acadêmicos. A partir da avaliação recebida, a metodologia foi revisada e consolidada em 2016.

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) se caracterizam como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. Atualmente existem 25 ZPEs. Dentre essas, a ZPE do Pecém/CE se encontra em efetiva operação e já possui quatro projetos industriais aprovados pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE).

A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), empresa instalada na ZPE do Pecém/CE, iniciou suas operações em meados de 2016 e sua primeira exportação de placas de aço ocorreu em agosto de 2016. Já foram investidos na CSP cerca de US$ 5,48 bilhões e estima-se que foram gerados 16 mil empregos diretos. Quando em plena operação, estima-se que o impacto da CSP e de sua cadeia de fornecedores na economia do estado do Ceará deverá ampliar o PIB industrial em 48% e o PIB estadual em 12%.

Em 2016, foi realizado o monitoramento e oferecido todo o apoio necessário à evolução dos processos de implantação das ZPEs. Nove Resoluções que tratam sobre prorrogação de prazos para comprovação de início ou conclusão de obras e outras duas que tratam da aprovação de projetos industriais nas ZPEs do Acre e de Parnaíba/PI foram publicadas durante o ano.

A meta de realização de missões governamentais a mercados prioritários contou com a realização de sete missões durante 2016. Dentre essas, houve assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial, do Protocolo Adicional ao ACE-58, e de convênio de criação da Comissão Permanente de Facilitação de Comércio Peru-Brasil.

Nesse sentido, em agosto ocorreram as assinaturas do Memorando de Entendimento sobre Facilitação de Comércio entre Brasil, Argentina e Banco Interamericano. O acordo visa melhorar o fluxo de comércio e cria o Certificado de Origem Digital que torna eletrônica a verificação de origem da mercadoria, de adequação legal e do cumprimento de regras de defesa sanitária (se for o caso), eliminando burocracia excessiva. Em outubro de 2016, foi assinada a Declaração Conjunta com o Escritório Europeu de Patentes para cooperação em programa piloto de compartilhamento de análise de patentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação à meta de implementar o Portal Único de Comércio Exterior, foram desenvolvidos, em 2016, módulos de sistemas para declaração de exportação e controle de cargas de exportação e o lançamento do Ambiente de Validação do Portal Único Siscomex para o setor privado.

É importante ressaltar que o mapeamento dos processos atuais de importação de 15 órgãos anuentes foi concluído. O Relatório da Situação Atual do Processo de Importação foi produzido e validado em maio de 2016, apresentando o mapa dos processos dos órgãos intervenientes com identificação dos principais problemas e gargalos, sugestões e recomendações de melhorias. Iniciou-se, também, a análise das causas raízes das ineficiências apontadas no mapeamento de processo, com vistas à construção de soluções.

Ainda no âmbito do Portal Único, foram desenvolvidas soluções que permitirão maior coordenação dos controles exercidos por órgãos do governo em exportações, a eliminação de redundâncias na recepção de dados e o aumento de eficiência nas operações. Também houve a expansão de sistema para recepção de cópias digitais e documentos eletrônicos, em substituição ao papel, e a integração do módulo Anexação Eletrônica de Documentos com o sistema da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), possibilitando sua completa adesão à ferramenta.

Com respeito ao regime aduaneiro de drawback, que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado, houve a implementação, em dezembro de 2016, da possibilidade das empresas beneficiárias do regime de drawback isenção poderem utilizar a importação por conta e ordem. A importação por conta e ordem de terceiro é um serviço prestado por uma empresa – a importadora –, a qual promove, em seu nome, a importação de mercadorias adquiridas por outra empresa – a adquirente –, em razão de contrato previamente firmado. Até junho de 2017, a previsão é que a medida esteja também disponível para a modalidade suspenção.

Em 2016 também teve início o Plano de Divulgação do regime de drawback, com a realização de palestras para diversos setores da economia. Foram realizados 14 seminários para setores como os de carnes de aves e suínos, químicos, celulose, gemas e metais preciosos. Em 2017, pretende-se promover a integração dos dados do regime de drawback suspenção e isenção com as bases de dados da Certidão Negativa de Débitos (CND), o que irá possibilitar maior celeridade e segurança para a concessão do regime.

Essas iniciativas desenvolvidas no âmbito do regime de drawback buscam o aumento da participação das exportações amparadas pelo regime de drawback no total das exportações brasileiras. Em 2016, segundo o Banco Mundial, o crescimento econômico mundial ficou abaixo do previsto, em função da desaceleração nos países ricos e nas economias emergentes, o que prejudicou as exportações brasileiras de forma geral. Dessa forma, houve uma participação de 22,8% das operações com drawback em relação às exportações totais no Brasil.

Sob o objetivo de aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações, o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) instituiu ainda em 2015 um Grupo de Trabalho (GT) visando à modernização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e ao aprimoramento das estruturas de governança e dos normativos dos programas oficiais de financiamento à exportação. Em 2016, o GT, objetivando ampliar a transparência de suas decisões, definiu que um resumo das reuniões do Comitê será disponibilizado na internet, resguardadas as hipóteses de sigilo.

O Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (Confac), integrado por representantes do MDIC, do MF, do MRE, da Casa Civil da Presidência da República, do MAPA e da Secretaria-Executiva da CAMEX, publicou a Resolução 122/2016, que aprova as regras regimentais do Conselho. O Confac tem o objetivo de apresentar propostas e recomendações relativas à implementação dos compromissos constantes do Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e relativas a medidas de racionalização de trâmites processuais, de controles e exigências relativas a importações e exportações.

No que se refere ao objetivo de ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários, houve avanços em 2016. A conclusão de acordos comerciais que visam propiciar segurança jurídica e acesso ao setor de bens, serviços e investimentos pelos operadores brasileiros, possibilitaram a ampliação de acessos aos mercados prioritários.

Destacam-se dentre esses acordos (i) o Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina a respeito do Certificado de Origem Digital (COD); (ii) o 6º Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica (ACE) 55 (Mercosul – México); (iii) o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru; e (iv) a Assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com a Índia.

Quanto ao objetivo de aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro, frentes de trabalho permitiram o seu aperfeiçoamento em 2016. A ação realizada com vistas à modernização do Regulamento Brasileiro de Medidas Compensatórias teve minuta apresentada aos membros do Grupo Técnico de Defesa Comercial e ao Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público e será discutida no presente exercício na CAMEX.

Em relação, ao DECOM Digital (SDD), que é um sistema de informatização dos processos de defesa comercial que substitui os documentos impressos, colaborando para a redução de custos e aumento da transparência no âmbito dos processos conduzidos pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM/MDIC), foram implementadas atualizações que possibilitaram uma interação mais fácil e amigável do usuário com os documentos protocolados no âmbito de cada processo.

No segundo semestre de 2016 teve início, também, o desenvolvimento das funcionalidades de envio e de análise em bloco, que darão maior flexibilidade ao usuário no momento do envio de documentos e maior agilidade às análises realizadas pelos investigadores. O processo de homologação dessas alterações já foi iniciado e a implementação dessas atualizações deverá ocorrer em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Os resultados do programa de Comércio Exterior refletem o compromisso da gestão em prol da abertura do comércio internacional, da desburocratização, e do fortalecimento das instituições e eficiência do Estado, por meio de políticas transversais, como o PNCE, que permitem grande impacto sobre a competitividade das empresas e a consequente construção de bases para a retomada de um crescimento mais sustentável e duradouro.

Entretanto, a exportação de Bens e Serviços enfrenta alguns desafios, uma vez que a Exportação Total de Bens teve redução de U$ 5,6 bilhões e a Exportação de Serviços obteve em 2016 um déficit de U$ 477 milhões. Diante desse contexto, entende-se que o conceito de competitividade só existe em termos globais e que, portanto, é fundamental que junto a esse ciclo de políticas de incentivo à produção, seja implementada uma estratégia comercial ativa.

Essa estratégia está alinhada aos projetos desenvolvidos pelo MDIC ao longo de 2016 e àqueles que serão implementados em 2017, que vão desde a modernização da gestão pública à melhoria do ambiente de negócio, dos quais se destacam o projeto de reestruturação do sistema do Portal Único de Comércio Exterior e os esforços de simplificação de procedimentos internos e marcos legais que geram custos de transação desnecessários à iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2078
CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta. Dispondo de seis biomas continentais e de vários ecossistemas marinhos, o país detém o maior número de espécies conhecidas, com grande variabilidade genética, além de ser referência mundial em percentual de áreas protegidas, tendo em vista que 18% do seu território é coberto por Unidades de Conservação (UC) e 13% por terras indígenas, aproximadamente.

Entre as iniciativas do Brasil voltadas para a proteção, conservação e utilização sustentável da biodiversidade, destacam-se: a Convenção de Diversidade Biológica, ratificada pelo Congresso Nacional em 1994; a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; o Decreto 4.339/2002, que estabelece a Política Nacional de Biodiversidade (PNB) e as diretrizes para a implementação dessa política; a Lei 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas; o novo Código Florestal, Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e a Lei 13.123/2015, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

O programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade também é outra importante iniciativa dessa temática, uma vez que tem como propósito enfrentar os seguintes desafios: reduzir a ameaça de extinção de espécies; ampliar o uso do patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, com a repartição justa e equitativa dos benefícios; elevar a renda e promover a inclusão produtiva das famílias que contribuem para a conservação da biodiversidade; regularizar, no âmbito do contexto ambiental, os imóveis rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e ampliar a produção florestal e o número de unidades de conservação federais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação ao indicador "Percentual da área de propriedades rurais cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR)", conforme o último levantamento realizado, considerando dados registrados até 31 de dezembro de 2016, obteve-se registro de 3,92 milhões de imóveis rurais, cujas declarações totalizaram 399 milhões de hectares e 25 milhões de hectares de Unidades de Conservação, ou seja, acima de 100% da área passível de cadastro, estimada em 423,35 milhões de hectares.

Quanto aos indicadores relacionados às Unidades de Conservação, para o percentual de área regularizada das Unidades de Conservação Federais, o valor aferido em junho de 2016 foi de 22,52%. Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo de 1,9 milhão de hectares. Considerando o percentual de Unidades de Conservação federais com Conselhos Gestores formados, em 2015, após a definição da linha de base, foram criados sete conselhos gestores, e em 2016, foram instituídos mais quatro novos conselhos. Dessa forma, ao final de 2016, 276 unidades de conservação apresentaram conselhos gestores, o que representa 84,7% do universo total. O percentual de Unidades de Conservação federais com Plano de Manejo teve valor aferido de 53,07%. Além da elaboração de novos planos de manejo, foram concluídas 4 revisões. O Percentual de Unidades de Conservação federais demarcadas se manteve estável em 24,31%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No âmbito do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, destacam-se como principais resultados relacionados ao objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e Consolidar as Unidades de Conservação Federais para o ano de 2016: o recebimento de 14,80 milhões de hectares (ha) de áreas públicas federais situadas em Unidades de Conservação (UCs), sendo que, destes, 2.630,14 foram em doação por compensação de reserva legal e 1,9 milhões foram repassados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e a soma de mais 18 Unidades de Conservação dotadas com Plano de Manejo, em atendimento à meta de 60 novos planos previstos até 2019, totalizando 173 Unidades de Conservação com planos finalizados.

Sobre a meta de aumentar de 265 para 283 as Unidades de Conservação com Conselhos Gestores criados, atualmente, 276 UCs federais contam com Conselhos Gestores criados, o que representa 84,7% do universo total de 326 Unidades geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ainda em 2015, após a definição da linha de base para a meta, foram criados 7 novos conselhos, e, em 2016, foram instituídos mais 4.

Quanto à efetividade da gestão das UCs, foi constatado, por meio de monitoramento, que 48,18% das unidades de conservação tiveram melhoras em seus resultados. Como parâmetros, são avaliados, entre outros, a proteção, o planejamento, a pesquisa, a gestão participativa e o uso público, conforme os objetivos de criação das unidades. A previsão é de que, em 2017, as unidades de conservação avaliadas apresentem melhoria na sua efetividade de gestão, aproximando o resultado alcançado da meta de 60% prevista para 2019, em função do desenvolvimento dos projetos Gef-Terrestre, Gef-Mar, *Lifeweb* e do Programa Arpa.

Quanto à meta de aumentar o número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais de 6,7 milhões para 8,2 milhões, os resultados superaram as expectativas para todo o período do Plano, atingindo 8,3 milhões em 2016.

Sobre a meta de redução da área atingida por incêndios florestais em 30%, a despeito das influências climáticas do fenômeno El Niño ocorrido em 2015, fenômeno este que causa menor precipitação nas UCs do bioma Cerrado, houve redução da área queimada (em 13,10%), quando comparado com a linha de base.

No contexto do objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundos da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, a meta referente à deliberação sobre 85% dos processos instruídos no âmbito do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) não é mais aplicável devido à alteração no marco legal sobre acesso e repartição de benefícios instituído pela Lei nº 13.123/2015 e pelo Decreto nº 8.772/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De acordo com os novos procedimentos, a Secretaria Executiva do CGen será o órgão responsável legal pela operacionalização do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), ferramenta por meio da qual será possível realizar: (1) o cadastro de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado de atividades; (2) o cadastro de remessa; (3) a notificação de produtos acabados e materiais reprodutivos oriundos de acesso; e (4) efetuar o cálculo da repartição de benefícios a ser depositada no Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios.

No âmbito do objetivo de promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal, e visando fomentar ações necessárias para prover incentivo à recuperação das áreas degradadas dos imóveis rurais que aderiram ao programa de Regularização Ambiental – PRA, foram disponibilizados aos estados e ao Distrito Federal o módulo de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), aplicação que será utilizada para verificação das informações e documentos prestados no momento do cadastro, primeira etapa da verificação da regularidade ambiental dos imóveis.

Ainda em relação ao incentivo à recuperação das áreas degradadas de imóveis rurais e à promoção da recuperação ambiental e uso sustentável das áreas de reserva legal, de preservação permanente, de uso restrito, de interesse ambiental, prioritárias para a conservação da biodiversidade e de bacias hidrográficas críticas, em dezembro de 2016, durante a Convenção das Partes sobre Diversidade Biológica (COP 13), o governo brasileiro aderiu ao Desafio de Bonn e à iniciativa 20x20.

No âmbito do Desafio de Bonn, o país estabeleceu uma contribuição voluntária de, até 2030, restaurar, reflorestar e induzir a regeneração natural de 12 milhões de hectares de florestas para múltiplos usos e implementar 5 milhões de hectares de sistemas integrados que combinem lavoura-pecuária-floresta, em qualquer arranjo (no contexto do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, Plano ABC). Já a contribuição voluntária do Brasil à iniciativa 20x20 inclui a recuperação de 5 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2020, assim como outras tecnologias que visam ao aumento da resiliência da agricultura brasileira às mudanças do clima.

Quanto à gestão do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) no monitoramento da regularização ambiental dos imóveis rurais do Brasil, conforme último levantamento realizado, considerando dados registrados até 30 de novembro de 2016, obteve-se registro de 3.903.603 imóveis rurais, cujas declarações totalizaram 422.472.081 hectares, ou seja, 99,79 % da área passível de cadastro, estimada em 423.352.144 hectares.

No que diz respeito às unidades da federação integradas ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, em 2016, os estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Pará (PA) concluíram seu processo de integração ao SICAR. Resta finalizar a integração dos dados do CAR no Espírito Santo (ES). Verificam-se, portanto, 26 unidades integradas ao SICAR, de um total de 27, sendo que 21 destas utilizam o pacote tecnológico do SICAR. No que diz respeito à capacitação de usuários para utilização do SICAR, em 2016, foi executado um curso em EAD de capacitação no módulo de Cadastro e realizados 12 eventos de capacitação presencial, totalizando 10.292 participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Neste programa de biodiversidade torna-se importante mencionar também os resultados do objetivo de ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras. No intuito de ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras, no ano de 2016, foram analisados dados coletados no Inventário Florestal Nacional (IFN) nos estados do Ceará e Sergipe, bem como foram publicados relatórios técnicos e divulgados mapas com informações sobre o Distrito Federal e Ceará no sítio do Serviço Florestal. Foram atingidos 158,30 milhões de hectares inventariados, dos quais 12,62 milhões de hectares foram executados no exercício de 2016.

Além disso, a ampliação da oferta de florestas públicas para concessões florestais assegura o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento da economia florestal local. Em 2016, foram assinados os contratos de concessão florestal da Floresta Nacional de Caxiuanã, com total de 176, 6 mil ha, bem como foi publicado o edital da Flona de Crepori Lote II, com 248,71 mil ha.

A caracterização tecnológica de madeiras brasileiras, principalmente aquelas oriundas de concessões florestais e de planos de manejo comunitário, é fundamental para oferecer ao mercado novas opções de madeiras cujas características físico-mecânicas são desconhecidas. Das 40 espécies a serem caracterizadas no período 2016-2019, 10 (dez) espécies da Caatinga foram caracterizadas, todas oriundas de planos de manejo comunitário. Além das propriedades físico-mecânicas, foram realizados estudos sobre suas características químicas, anatômicas, energéticas, bem como indicados métodos para sua correta secagem.

A meta de inclusão de pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis atingiu o montante de 48.844 pessoas assistidas em 2016, sendo 3.965 agricultores familiares e extrativistas com atividades de ATER com orçamento próprio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), 33.570 agricultores familiares e quilombolas no semiárido brasileiro com recursos de Acordo de Cooperação Técnica do Fundo Sócio Ambiental da Caixa Econômica Federal (FSA/CAIXA), além de 1.309 pessoas capacitadas por meio de outras fontes e projetos.

De acordo com as listas das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção vigentes (Portarias MMA 444/2014 e MMA 445/2014), 1.173 espécies, entre vertebrados e invertebrados, encontram-se ameaçadas de extinção. Dessas, 42% possuem planos de ação para combater as ameaças que colocam em risco a população. Em relação à flora, o país apresenta 46.097 espécies, sendo que, conforme a lista de espécies da flora ameaçadas de extinção (Portaria 443, de 17 de dezembro de 2014), 2.113 espécies estão ameaçadas, com 3,78% possuindo planos de ação. Com base nas informações coletadas em 2013, estima-se que 77% das espécies da fauna ameaçadas de extinção apresentam populações nas unidades de conservação federais.

A fim de disponibilizar informações que auxiliem a reduzir a ameaça de extinção das espécies, estão disponíveis, publicamente, 1.059.182 registros de ocorrência de táxons da biodiversidade brasileira, por meio do Portal da Biodiversidade – PortalBio (_____).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentro do objetivo de reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável, a meta de controlar três espécies exóticas invasoras será trabalhada por etapas, tendo em vista a grande dimensão desse desafio. Em 2016, foi elaborado o "Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (Sus scrofa) no Brasil – Plano Javali", em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O processo de elaboração do Plano Javali envolveu a realização de um seminário de nivelamento e a elaboração de um diagnóstico sobre a invasão da espécie no país, consulta pública e realização da oficina de planejamento participativo. Ainda em 2016, foi realizado seminário de nivelamento e elaboração do diagnóstico sobre a invasão do coral-sol (Tubastraea spp.) no país, com o objetivo de subsidiar a elaboração do "Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Coral-Sol (Tubastraea spp.) – Plano Coral-sol". Para o ano de 2017, está prevista a finalização da elaboração do Plano Coral-sol, bem como a priorização e definição da próxima espécie a ser trabalhada.

Em relação à integração, harmonização e padronização das informações de gestão do uso da biodiversidade nas unidades da federação, houve bastante avanço. A União, por intermédio do Ibama, desenvolve, mantém e disponibiliza aos Órgãos estaduais de Meio Ambiente (OEMA) e à sociedade, ferramentas eletrônicas para o controle e gestão dos recursos da flora e da fauna silvestre ex situ. Tais ferramentas são: Sistema Nacional de Gestão de Fauna Silvestre – SISFAUNA; Sistema de Gestão de Criadores de Passeriformes Silvestres – SISPASS; Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR e Documento de Origem Florestal – DOF.

No caso da redução do risco de extinção das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais, foram iniciados em 2016 novos ciclos de avaliação do estado de conservação das espécies, conduzidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), para subsidiar a revisão das referidas listas, o que deve ocorrer em 2019. A Portaria 162, de 11 de maio de 2016, estabelece procedimentos para elaboração e publicação dessas listas. Neste ano, foram avaliados cerca de 480 táxons em oficinas. No entanto, a categoria final da espécie só será conhecida após a etapa de validação, quando será possível uma comparação com a categoria da avaliação anterior. A validação da categoria dessas espécies só será realizada em 2017.

Ainda em 2016, foram elaborados 2 Planos de Recuperação para espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção (guaiamum e budiões) e o Plano de Recuperação para os bagres-marinhos encontra-se em processo de conclusão.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, as metas, em geral, tiveram resultados conforme o programado. No entanto, destacam-se, a seguir, alguns dos desafios para a consecução do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à ampliação de UCs Federais dotadas com Planos de Manejo, para o pleno cumprimento da meta pactuada, é necessário garantir os processos de aporte de recursos oriundos de projetos de cooperação e compensação ambiental; dar continuidade ao processo de melhoria da eficiência e efetividade das metodologias de trabalho para a elaboração dos Planos de Manejo, destacando-se o aprofundamento das adaptações do modelo do Serviço de Parques Estadunidense e ações de formalização de diretrizes, procedimentos e normas.

Para ampliar a regularização fundiária nas UCs Federais, a incorporação dos recursos de compensação de reserva legal ao Orçamento Geral da União (OGU) é uma alternativa de fonte de recursos. Essa medida possibilitaria a retomada da execução dos contratos de Serviços Técnicos especializados para promover o levantamento de dados voltados para instrução dos processos de regularização fundiária, quais sejam: consultas cartoriais, georreferenciamento, vistorias e avaliações de imóveis e montagem da malha fundiária das UCs, além do pagamento de imóveis privados inseridos em UCs.

Após a entrada em vigor da Lei 13.123/2015, precisa ser reavaliado o escopo da meta sobre Patrimônio Genético, visto não haver mais necessidade de autorização prévia do CGen para que as atividades de acesso tenham início.

Em relação ao processo de autorização de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, o fato de a Secretaria Executiva do CGen ainda não ter sido criada, conforme estabelecido no artigo 6º do Decreto 8.772/2016, impacta diretamente na adequada implementação da Lei 13.123/2015 e, também, na realização de pesquisas e no desenvolvimento tecnológico do país.

A meta relativa ao programa Bolsa Verde (PBV), que previa aumento de 70.000 para 90.000 famílias beneficiárias ao fim de 2019, necessita ser revista para se adequar ao novo cenário fiscal. Atualmente (dez/16), existem mais de 68.000 famílias cadastradas no banco de dados e aptas a receber o benefício. Para tanto, será necessária a compatibilização entre a programação orçamentária-financeira e o dimensionamento da meta.

Quanto à meta de beneficiar com ações de inclusão produtiva 15 Unidades de Conservação de uso sustentável federais, ressalta-se que, em 2017, há a expectativa de beneficiar ao menos 10 UCs, por meio do Projeto Ecoforte Extrativista, realizado em parceria com o Fundo Amazônia. Essas UCs serão beneficiadas com o valor total de R$ 8,0 milhões, sendo previstos R$ 600,0 mil para cada projeto.

Para o CAR, embora tenha sido disponibilizado aos estados e DF o módulo de análise do referido cadastro, a entrega do módulo de PRA do SICAR está prevista para 2017 e permitirá que os passivos ambientais identificados na análise sejam objeto de compromisso de regularização, e que os projetos de recomposição ou compensação possam ser elaborados e monitorados, consumando-se o ciclo de regularização previsto no Código Florestal. Dessa forma, apesar da meta não ter tido avanço em 2016, há previsão para que o alcance da meta chegue a 100% (ou 20% das áreas degradadas dos imóveis rurais que aderiram ao programa de Regularização Ambiental – PRA recuperadas) em 2019.

Paralelamente, no que concerne ao incentivo à recuperação das áreas degradadas de imóveis rurais e à promoção da recuperação ambiental e uso sustentável das áreas de reserva legal, de preservação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

permanente, de uso restrito, de interesse ambiental, prioritárias para a conservação da biodiversidade e de bacias hidrográficas críticas, foi publicado o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Planaveg e está em revisão a Instrução Normativa Mapa 56, de 2011, que trata da regulamentação da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas de espécies florestais ou de interesse ambiental ou medicinal, nativas e exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade. Ademais, a definição de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa, por bioma, e de mecanismos de financiamento para recuperação da vegetação nativa está prevista em diversos projetos de cooperação internacional a serem executados pelo MMA.

No âmbito dos procedimentos para as concessões florestais, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) tem sido elaborado e publicado anualmente, em conformidade com a Lei 11.284/2006. Nele, constam as áreas passíveis de concessão e a descrição de todas as florestas públicas passíveis de serem submetidas a processos de concessão no ano em que vigorar. Verifica-se, entretanto, que há uma defasagem entre as áreas potenciais para a concessão e a efetiva publicação de editais de licitação.

Em 2016, foram assinados os contratos de concessão florestal da Floresta Nacional de Caxiuanã, com total de 176.600,41 ha. Além disso, foi publicado o edital da Flona de Crepori Lote II, com 248.714,10 ha. Para o ano de 2017, está prevista a assinatura de novos contratos, perfazendo o total de 282.000,00 ha. Contudo, dificuldades encontradas para a realização das concessões florestais, como por exemplo, conflitos fundiários nas áreas de interesse e judicialização de processos de concessão, dificultam o atingimento da meta estabelecida de 3,5 milhões de ha concedidos até 2019.

Quanto à meta de integrar, harmonizar e padronizar as informações de gestão do uso da biodiversidade nas 27 unidades da federação visando garantir sua sustentabilidade, há dificuldades na integração do SINAFLOR com o SICAR, mantido pelo SFB/MMA. Importante destacar que, com a finalização da implementação dos instrumentos de cooperação, independentemente da formalização de novos acordos, em atenção ao disposto no artigo 7º da LC 140/2011, incisos VI e VII, o Ibama continuará fornecendo os sistemas, respectivas capacitações e prestando apoio à gestão, sempre que demandado. A principal dificuldade para o cumprimento da meta está relacionada à Tecnologia da Informação, como falta de fábrica de software para o desenvolvimento/manutenção de alguns dos sistemas indicados e dificuldades de integração com sistemas estaduais e com o SICAR, em grande parte por questões alheias a área técnica.

Finalmente, para que a meta de redução do risco de extinção das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais, no que se refere às espécies aquáticas, não seja comprometida, é necessário avançar na implementação de medidas de proteção para estas espécies, como Unidades de Conservação, Planos de Ação Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas, instrumentos de gestão pesqueira, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2028
DEFESA AGROPECUÁRIA

O Brasil é um dos maiores produtores e fornecedores mundiais de produtos agropecuários, que possuem um peso significativo na balança comercial de nosso país, mas a competitividade das exportações brasileiras desses produtos depende em grande parte da credibilidade da defesa agropecuária brasileira junto ao mercado internacional. As questões sanitárias têm sido utilizadas, cada vez mais, como barreiras ao comércio internacional. As maiores exigências são aquelas atinentes aos riscos à saúde pública, devido à possibilidade de transmissão aos seres humanos de doenças dos animais e da ocorrência de intoxicações devido à presença nos alimentos de contaminantes como bactérias e fungos ou de resíduos de antibióticos ou agroquímicos além dos limites toleráveis. São também de grande relevância os riscos de introdução de zoonoses e pragas, que prejudicam a sanidade e a produtividade dos rebanhos e plantações. O Brasil possui um vasto território de 851 milhões de hectares e extensos 15.179kmdefronteiras com dez diferentes países, além de grandes diversidades climáticas e de sistemas produtivos. Portanto, o efetivo controle do trânsito internacional e interestadual de produtos e insumos agropecuários é fundamental para impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças no território nacional.

Dessa forma, são postos os grandes desafios da defesa agropecuária brasileira, quais sejam: assegurar a sanidade de rebanhos e plantações, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária, a identidade, a rastreabilidade e a segurança higiênico-sanitária dos alimentos que chegam à mesa do consumidor no Brasil e no mundo.

Com o objetivo de enfrentar tais desafios são conduzidas permanentemente pelo poder público as ações de defesa agropecuária, como a vigilância do trânsito internacional e interestadual de produtos e insumos agropecuários, a inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos e serviços utilizados na agropecuária, a adoção de boas práticas e de sistemas de rastreabilidade e certificação. Também têm sido fortalecidas as ações de combate e erradicação de pragas e doenças que podem afetar a produção agropecuária nacional, por meio do reconhecimento de áreas livres de pragas.

Visando modernizar e fortalecer a defesa agropecuária brasileira, o programa Defesa Agropecuária do PPA 2016-2019 está ancorado nos seguintes objetivos: Modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários; Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa); Modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro).

PRINCIPAIS RESULTADOS

Quanto à evolução dos principais indicadores, o índice de conformidade dos produtos de origem vegetal mudou de 81,83% em 2015 para 74,24% em 2016. Já a taxa de conformidade de processos produtivos de produtos de origem animal aumentou de 89% em 2015 para 91,7% em 2016 e o índice de conformidade de insumos agropecuários apresentou leve decréscimo de 90,17% em 2015 para 89,22% em 2016. O índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produtos e de insumos agropecuários aumentou de 97,05% em 2015 para 98,79% em 2016. No âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC, o índice de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal foi de 59 ocorrências em 10 mil amostras analisadas no ano de 2014, o último resultado publicado para este índice, enquanto o índice de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal foi de 17,6% em 2015, último resultado disponível.

Com relação ao objetivo de modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários, o governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), executou as atividades programadas no Plano Plurianual (PPA), tendo conseguido obter a maioria dos resultados planejados para 2016.

O ano de 2016 deu início à implementação do Plano de Defesa Agropecuária (PDA), com duração prevista de cinco anos, sobre o qual é estruturado o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. O PDA 2015-2020 é estruturado em seis eixos principais: Modernização e Desburocratização, Marco Regulatório, Conhecimento e Suporte Estratégico, Sustentabilidade Institucional e Financeira, programas e Projetos Técnicos e Monitoramento e Avaliação. Entre as prioridades do PDA estão a atualização do marco regulatório de defesa agropecuária, padronizando legislações conflitantes em diferentes instâncias, e a redução do tempo de trâmite dos processos.

No eixo de programas e Projetos Técnicos foram elencados, dentre outros: programa de Vigilância em Defesa Agropecuária na Faixa de Fronteiras; programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; programa de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose; programa Nacional de Controle e Erradicação da Mosca das Frutas; e programa de Modernização dos Laboratórios Agropecuários.

Foram destinados R$ 27 milhões para convênios com 18 estados, com a finalidade de informatização e simplificação de processos. O governo federal está negociando um pedido de linha de crédito de R$ 1,2 bilhão, junto ao Banco Mundial (Bird) ou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a implementação do PDA.

Nos eixos Marco Regulatório e Modernização e Desburocratização do PDA, destaca-se o Plano Agro+, voltado à desburocratização de normas e procedimentos, a fim de tornar mais ágil e eficiente o atendimento à cadeia produtiva agropecuária. De um total de 332 demandas apresentadas pelas entidades do setor produtivo, 251 foram consideradas procedentes e iniciaram algum tipo de ação relacionada a alteração normativa ou melhoria de processo de trabalho. Aproximadamente 30% já foram concluídas, 22% estão em andamento e 9% encontram-se em análise. Como exemplo, pode-se citar a simplificação das regras de rotulagem de alimentos e certificação sanitária. Também foi abolida a reinspeção nos portos de carregamentos provenientes do Sistema de Inspeção Federal (SIF). Estimativas do setor indicam que o Agro+ deve resultar em uma economia de R$ 1 bilhão por ano ao agronegócio brasileiro. Ainda no âmbito do PDA, encontra-se em revisão o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária Animal (Riispoa), datado de 1952, e o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, que é de 1934.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Encontra-se em implementação o Sistema Eletrônico Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários – Sipeagro. O Sipeagro permite o registro e o cadastro de estabelecimentos e produtos, o gerenciamento da inspeção e fiscalização agropecuária, o controle dos procedimentos de produção, importação, exportação, comercialização e uso, e o gerenciamento dos procedimentos de apuração de infração. Até 2016, foram disponibilizados aos usuários do Sipeagro os módulos de registro de estabelecimentos e produtos nas áreas de qualidade vegetal, vinhos e bebidas, fertilizantes, produtos veterinários e agrotóxicos. Para 2017, existe a previsão de disponibilização das áreas de Alimentação Animal e Material Genético Animal, assim como do novo Sistema Integrado de Controle de Arrecadação – SICAR, como módulo do SIPEAGRO.

Quanto ao registro de agrotóxicos, foram concedidos 277 registros de novos produtos em 2016. Desta forma, a fim de agilizar o processo de registro de novas moléculas, encontra-se em estudo o desenvolvimento do Sistema Integrado de Agrotóxicos, que permitirá o compartilhamento de dados entre os órgãos intervenientes no processo de avaliação do registro: o MAPA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em 2016, o MAPA iniciou a reavaliação dos fungicidas registrados para o controle da ferrugem asiática da soja, uma vez que muitos deles têm mostrado pouco ou nenhum resultado a campo, devido ao desenvolvimento de resistência do fungo a alguns ingredientes ativos.

O uso de insumos ilegais nas lavouras compromete a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos e acarreta prejuízos ambientais, além de afetar a credibilidade dos produtos agropecuários brasileiros no mercado mundial, prejudicando as exportações brasileiras desses produtos. Estima-se que o contrabando de agrotóxicos chegue a 20% do mercado. A fim de reduzir danos à saúde dos consumidores e ao meio ambiente, são conduzidas ações de combate ao contrabando de agrotóxicos nas fronteiras. Os delitos de produção, transporte, compra, venda e utilização de agroquímicos contrabandeados ou falsificados são considerados crimes de sonegação, contrabando e descaminho e também enquadrados na Lei dos Crimes Ambientais; e contrabando ou descaminho (art. 334 e 334-A do Código Penal). Em 2016, o Ministério da Agricultura participou da Operação Ágata 11, que teve como objetivo reprimir crimes transfronteiriços, dentre os quais o contrabando de agrotóxicos proibidos no país. Da mesma forma, tem sido intensificado o combate ao contrabando de agrotóxicos por meio de ações de inteligência da Polícia Federal, na chamada operação "Poison Cachè", expressão francesa que significa "veneno oculto".

Objetivando abrir mercado à exportação brasileira de material genético bovino, foram elaborados e encaminhados, ao longo do ano, 49 propostas de Certificados Zoossanitários Internacionais a serviços veterinários estrangeiros. O Brasil é o maior produtor mundial de embrião bovino in vitro, com uma produção anual em torno de 320 mil unidades, o que representa cerca de 50% do mercado mundial. Em 2016, houve crescimento de 20% na exportação de sêmen bovino, em relação ao ano anterior. O material foi exportado para 14 países, totalizando, até outubro, US$ 1,28 milhão, tendo como destinos principais Colômbia, Paraguai, Costa Rica, Equador e Bolívia.

A área considerada livre de febre aftosa reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE, sigla em inglês) abrange 77% do território nacional e 99% dos rebanhos, sendo que somente os estados do Amazonas, Roraima e Amapá ainda não são considerados áreas livres. Foram apresentados planos de ação para a conquista do status de área livre nesses estados, para que todo o território nacional seja declarado livre de febre aftosa com vacinação até 2018. Até o momento, somente o estado de Santa Catarina possui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

status de área livre sem vacinação, em que o uso da vacina seria indicado apenas em casos de emergência sanitária. A fim de possibilitar a ampliação da área livre de febre aftosa sem vacinação com segurança, foi iniciado, pelo Instituto Biológico de São Paulo, o desenvolvimento de uma vacina que apresente uma resposta imunológica rápida, com objetivo de conter focos em caso de reintrodução do vírus. Espera-se que o desenvolvimento da nova vacina seja concluído em dez anos. Além do Instituto Biológico, a iniciativa tem a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Instituto Pirbright do Reino Unido, do Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e da Universidade de São Paulo (USP).

Foi publicada a Instrução Normativa 19/2016, que regulamenta o programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) e classifica as unidades da federação de acordo com o grau de risco para essas doenças, assim como define procedimentos de defesa sanitária animal a serem adotados conforme a classificação.

Estão ocorrendo surtos de Influenza Aviária em diversos lugares do mundo. Por ser livre da doença, o Brasil precisa redobrar seus esforços para proteger a sanidade de seus plantéis de aves, principalmente devido ao risco de introdução da doença pelas aves migratórias. Foi emitido, em dezembro de 2016, alerta sanitário por tempo indeterminado para intensificar as ações de prevenção à entrada da gripe aviária no país. Os procedimentos de vigilância epidemiológica e de biossegurança para o acesso às granjas ficarão ainda mais rigorosos e será intensificado o treinamento das equipes de veterinários. Foram adquiridos materiais e equipamentos para situações de emergência e revisados os planos de contenção da doença. O território brasileiro possui 20 sítios de monitoramento de entrada das aves migratórias, com vigilância para a influenza aviária e a Doença de Newscastle (DNC) em aves migratórias e silvestres e aves domésticas em um raio de 10 km desses locais. Além disso, foi dada continuidade à certificação sanitária por compartimentação na cadeia produtiva avícola, que visa reconhecer o status sanitário diferenciado quanto à influenza aviária e DNC de uma subpopulação de aves (compartimento), por meio da adoção de procedimentos de biossegurança e vigilância epidemiológica.

Sobre a peste suína clássica, em 2016, mais 13 estados e o Distrito Federal foram declarados livres da doença pela OIE. Considerando os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que já possuíam o status de áreas livres, a área livre da doença abrange mais de 90% do rebanho nacional, o que facilita a abertura do mercado internacional para a carne suína brasileira.

Quanto ao cancro cítrico, foi publicada a Instrução Normativa 37/2016, que institui novos critérios e procedimentos para o estabelecimento e manutenção do status fitossanitário relativo a essa praga. A norma estabelece quatro cenários: Área com Praga Ausente, Área Livre da Praga (ALP), Área sob Erradicação ou Supressão e Área sob Sistema de Mitigação de Risco (SMR). A norma abre a possibilidade de que estados com a incidência de cancro cítrico, como São Paulo e Paraná, adotem um sistema integrado de medidas fitossanitárias para manejo do risco associado à praga nos produtos comercializados, incluindo novas estratégias de controle, que não exclusivamente a erradicação das plantas infectadas, tais como a aplicação de medidas de manejo integrado da praga minador dos citros, a inspeção e tratamento higienizante dos frutos, embalagens e veículos e a destruição dos frutos e restos vegetais infectados, além do uso de cultivares mais resistentes à bactéria. O estabelecimento do SMR tem como principais objetivos reduzir o potencial de inóculo, visando à proteção de áreas ainda sem a ocorrência da praga, permitir o trânsito para outras unidades da federação de frutos cítricos oriundos de áreas de ocorrência do cancro cítrico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

permitir a exportação de frutos cítricos oriundos de áreas de ocorrência para países que reconheçam o SMR como medida fitossanitária, desde que atestada no certificado fitossanitário de origem (CFO). O CFO só será emitido e a colheita autorizada pela organização estadual de defesa sanitária estadual (OEDSV) para os talhões que apresentem no máximo 1% de frutos sintomáticos.

A *Bractocera carambolae*, ou mosca da carambola, é uma praga de grande relevância para a fruticultura nacional, podendo prejudicar as exportações brasileiras. Atualmente, 21 municípios apresentam incidência da praga nos estados do Pará, Amapá e Roraima. São desenvolvidas ações de supressão e contenção da praga nesses estados, impedindo sua dispersão para outras partes do território nacional. A erradicação nas regiões transfronteiriças dos três estados é tecnicamente inviável sem que haja ações conjuntas na fronteira com a Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Em 2016, o governo federal destinou R$ 2,68 milhões para combate às moscas das frutas nos estados de Pernambuco, Amapá, Roraima e Bahia.

Para o objetivo que trata de fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, foram estabelecidas, para o quadriênio 2016-2019, metas e iniciativas que, em seu conjunto, permitirão o realinhamento do Sistema, objetivando seu reconhecimento como um sistema de excelência na certificação e na garantia da qualidade dos produtos agropecuários, estabelecendo uma estrutura ágil, eficiente, transparente e permeável, que atue de forma participativa, integrada e corresponsável.

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária visa à integração e à modernização dos serviços nacionais, estaduais e municipais de defesa agropecuária em um sistema unificado, como forma de ampliar o alcance, a abrangência e a efetividade de suas ações em todo o território nacional. O Suasa é articulado em três sistemas de inspeção: Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI – POA), Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI – POV) e Sistemas Brasileiros de Inspeção e Fiscalização de Insumos Agropecuários (SISBI – Insumos). A adesão dos estados e municípios ao Suasa e aos seus sistemas de inspeção (SISBI) ocorre de forma voluntária, e implica no atendimento dos requisitos para o reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção estaduais ou municipais ao Sistema de Inspeção Federal (SIF). Com o reconhecimento da equivalência, os produtos inspecionados pelos serviços de inspeção estaduais ou municipais poderão ser comercializados em todo o território nacional sem a necessidade de os produtos passarem pela inspeção federal. Isso irá facilitar o comércio interestadual de produtos de origem animal, ao possibilitar o acesso de produtores de qualquer parte do país a todo o mercado nacional.

A atual situação econômica dos estados tem impedido uma maior celeridade da implantação do Suasa. A fim de superar este entrave, foi publicado o Decreto 8.613 de 21/12/2015, que viabiliza os repasses de recursos federais para as ações de fiscalização e inspeção de alimentos ou insumos que integrem sua cadeia produtiva mesmo aos estados impedidos de receber transferências voluntárias por estarem inadimplentes com o governo federal.

Quanto à implementação do Suasa nos estados, destaca-se em 2016 a conclusão do processo no Mato Grosso do Sul. Com isso, oito estados e o Distrito Federal obtiveram o reconhecimento da equivalência de seus sistemas de inspeção de Produtos de Origem Animal com o Sistema de Inspeção Federal e, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concluíram o processo de adesão ao SISBI-POA/ Suasa. São eles: BA, PR, MG, RS, SC, ES, GO e MS, além do DF. Também aderiram ao SISBI/POA 12 municípios e três consórcios intermunicipais, além de 150 estabelecimentos produtivos.

Quanto à Implementação do Sistema Nacional de Emergências Zoosanitárias e Fitossanitárias, destaca-se a instituição da Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (FN-Suasa), pelo Decreto Nº 8.762/2016. A FN-Suasa deverá ser convocada pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em caso de emergência fitossanitária ou zoossanitária ou de comprovada necessidade técnica. A FN-Suasa, a qual poderão aderir voluntariamente os estados e os municípios interessados, executará medidas de prevenção, de vigilância, de assistência e de controle de situações de risco epidemiológico e de desastres fitossanitários e zoossanitários que afetam as lavouras e os rebanhos. A FN-Suasa poderá integrar ações internacionais coordenadas, relacionadas a emergências fitossanitárias ou zoossanitárias, quando solicitado pela Presidência da República.

A Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA**)** é um sistema informatizado que disponibiliza módulos de gestão de informações de interesse da defesa agropecuária e do agronegócio brasileiro em uma base de dados única. A PGA possibilita o acesso direto de produtores rurais, técnicos e demais estabelecimentos a produtos e serviços, permitindo o registro e cadastro de produtores e estabelecimentos. No ano de 2016, foram implementadas as funcionalidades (módulos): Banco de Dados Único – Área Animal, Registro de Produtos do Sistema de Informações Gerenciais do Sistema de inspeção Federal – SIGSIF e Guia de Trânsito Animal – GTA. Para 2017, prevê-se a implantação de mais 11 funcionalidades da PGA relacionadas à complementação do SIGSIF, Guia de Trânsito Animal, Guia de Trânsito Vegetal e Sistema de Rastreabilidade Bovina – SISBOV.

Para o objetivo de modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, as metas estabelecidas no PPA 2016-2019 relacionam-se à redução do tempo de liberação das cargas na fiscalização regular do comércio exterior de produtos e insumos agropecuários e à elevação da taxa de fiscalização das operações de trânsito internacional irregular de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário.

O Vigiagro visa salvaguardar o Brasil quanto à introdução no território nacional de doenças e pragas que afetam os animais e os vegetais e impedir o ingresso de mercadorias de interesse agropecuário que não atendam aos requisitos de sanidade, de identidade e de qualidade, além de evitar a exportação de produtos agropecuários que não atendam às exigências internacionais e do país importador. O Vigiagro é responsável pelos controles oficiais na exportação, importação e trânsito internacional de produtos de origem animal, vegetal e insumos agropecuários.

Para reduzir o tempo médio dos processos de fiscalização no comércio exterior de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário, encontra-se em desenvolvimento a Plataforma Tecnológica de Gerenciamento do Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários, em cooperação com a Universidade de São Paulo (USP), a fim de construir soluções tecnológicas inteligentes que contribuam na redução do tempo de fiscalização. Também está sendo revisado o Manual de normas do Vigiagro, que deverá ser concluído nos próximos meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Foi firmado, em 2016, acordo de cooperação com a Embrapa Gestão Territorial, a fim de apoiar o Vigiagro. O acordo envolve a realização, pela Embrapa, de análises geoespaciais que permitirão a identificação de áreas mais vulneráveis à entrada e estabelecimento de pragas exóticas, prioritárias para a implantação de unidades móveis de vigilância ao longo da faixa de fronteira do Brasil.

O Operador Econômico Autorizado (OEA) certifica intervenientes da cadeia logística que representam baixo risco em termos de segurança e em relação ao cumprimento das obrigações aduaneiras. A Portaria Conjunta RFB/SDA 1.700/2016, da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria de Defesa Agropecuária, trata do projeto-piloto do programa Brasileiro do OEA – Integrado, composto do módulo principal da Receita Federal e de um módulo complementar, específico para a Agricultura, a fim de agilizar ainda mais os procedimentos aduaneiros, visando atingir 50% de declarações registradas por operadores do comércio exterior certificados como OEA até 2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A Modernização das ações de Defesa Agropecuária visa o aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários.

Para o PPA 2016-2019, o programa Defesa Agropecuária está alicerçado no Plano de Defesa Agropecuária – PDA 2015/2020, que tem por objetivo otimizar e agilizar os serviços de defesa agropecuária do país. Adicionalmente, o lançamento do programa AGRO+ irá simplificar e desburocratizar os serviços de Defesa Agropecuária brasileira. Além disso, são executadas continuamente as ações de fiscalização e vigilância e de combate e erradicação de pragas e doenças com a finalidade de obter o reconhecimento de áreas livres pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE).

Da sanidade vegetal, da saúde dos rebanhos e da eficiência dos sistemas de fiscalização dependem a inocuidade e a credibilidade dos produtos agrícolas brasileiros, que, se comprometidas, podem resultar em sérios danos à saúde pública e prejuízos à economia brasileira, como a redução das exportações, o desemprego, dentre outros. Por essas razões, é fundamental o aprimoramento da política de defesa agropecuária, que constitui capítulo de grande relevância na política agrícola brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2079
DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Brasil atravessa um momento econômico desafiador. O cenário atual exige que o país realize os ajustes necessários, com a finalidade de melhorar sua competitividade e produtividade, e, ao mesmo tempo, aumentar o nível de investimentos.

Dessa forma, a política industrial se constitui em um conjunto de medidas que pode alterar os padrões e a estrutura produtiva do país, por meio de ações pactuadas entre Estado, setor privado e sociedade civil, visando ao aumento da qualidade, da competitividade e da eficiência.

Considerando esse contexto e a necessidade de reinvenção dos instrumentos de política industrial, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) direcionou seus esforços ao longo de 2016 para desenhar ou aperfeiçoar políticas de intervenções rápidas, precisas, de baixo custo e realizadas em parceria para impactar a produtividade do setor produtivo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação aos indicadores no âmbito do programa Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviço, estes refletem os desafios enfrentados ao longo do período, a exemplo do indicador Participação do Comércio e Serviços no Valor Adicionado do PIB, que aumentou de 71,3%, em março de 2015, para 73,2%, em setembro de 2016; e do indicador Participação da Indústria no Valor Adicionado do PIB, que diminuiu de 23,1%, em março de 2015, para 21,4%, em setembro de 2016.

Abaixo podem ser visualizados os principais avanços para cada um dos objetivos do programa.

Um dos objetivos do programa temático Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços é elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.

Alinhado ao objetivo acima descrito, foi lançado programa Brasil Mais Produtivo (BMP) que se destina a atender 3 mil empresas de pequeno e médio porte em todos os estados do país até 2017 e visa aumentar em pelo menos 20% a produtividade no setor com a aplicação das ferramentas de manufatura enxuta nas empresas atendidas. Além disso, o programa tem a preocupação de avaliar e monitorar, de forma constante, o andamento e os resultados obtidos. Fortaleceu, ainda, a interlocução com outras instituições públicas e privadas, tendo como parceiros o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Apex-Brasil e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e conta com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O MDIC também vem trabalhando para expandir o programa a partir de ferramentas que abarquem dimensões da produtividade.

Entre as ações no âmbito da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI) http://investimentos.mdic.gov.br/, destacam-se a finalização do Catálogo de Oportunidades de Investimentos no Brasil (5ª edição); a organização do conteúdo do Guia de Investimentos nos estados, com informações a respeito das potencialidades regionais; a divulgação do relatório de Anúncios de Investimentos dos três primeiros trimestres de 2016.

Quanto à difusão e ao monitoramento periódico do regime de Ex-Tarifário, aprimorou-se o registro de informações na base de dados da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial (SDCI), com implementação de novos métodos para garantir a precisão das estatísticas produzidas. Em 2016, trabalhou-se para implantação de um sistema eletrônico, que possibilitará a substituição do recebimento e do trâmite dos pleitos por meio de formulários impressos em papel. Desenvolveu-se sistema "piloto", que se encontra em fase de testes e ajustes antes de ser disponibilizado ao público externo. Para 2017, prevê-se a disponibilização ao público externo do sistema eletrônico *online* definitivo que trará a redução da burocracia, bem como uma base de dados mais confiável e completa para o aprimoramento do monitoramento periódico.

Na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), foram regulamentados os níveis de preponderância de matérias-primas regionais para viabilizar a aplicação de incentivos fiscais para a industrialização. Em face da regulamentação, a Suframa está promovendo a reavaliação dos normativos internos relativos à apresentação e ao acompanhamento de projetos industriais, como forma de contemplar as particularidades dos empreendimentos localizados nas áreas de livre comércio que utilizem matérias-primas regionais de forma preponderante em seus produtos.

Quanto aos avanços em eficiência energética e ambiental, em 2016 foram realizadas articulações para consolidação das parcerias com Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Agência Nacional das Águas (ANA) que resultaram na assinatura de dois Acordos de Cooperação Técnica (ACT): a) ACT MDIC-CNI-ANA (recursos hídricos no Brasil e uso eficiente da água no setor industrial); e b) ACT MDIC-CNI-MMA (Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil. Preparar a indústria nacional para atender aos requisitos de sustentabilidade exigidos pelo processo de compras públicas sustentáveis no Brasil e no Exterior). Além disso, o MDIC participou da implementação de projetos de cooperação técnica para melhoria da eficiência ambiental de segmentos específicos da indústria junto ao programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), à Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), ao Centro de Conservação de Energia do Japão (ECCJ). Para 2017, estão previstas ações para incremento da produtividade energética em pequenas e médias empresas para setores da indústria e de serviços; e em indústrias de grande porte, por meio da Aliança Empresarial para Eficiência Energética (A3E) da CNI. Nessa temática é fundamental a revisão dos marcos regulatórios do setor energético e para isso, em 2016, o MDIC consolidou sua interlocução com o Ministério de Minas e Energia (MME). Com isso foram realizadas mudanças significativas no marco regulatório de apoio a iniciativas de eficiência energética na indústria, bem como a criação de Comitê Técnico de Eficiência Energética no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Destaca-se ainda o objetivo que visa apoiar os Arranjos Produtivos Locais (APL) para o adensamento das cadeias produtivas nacionais. Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Assim, com o objetivo de incentivar os APL, o governo Federal criou o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), coordenado pelo MDIC e integrado por 35 instituições públicas e privadas. As ações do GTP APL têm por finalidade a consolidação do tema nas esferas federativas e nos âmbitos da administração direta e indireta; e contribuem para que seus instrumentos sejam utilizados por diversos atores, públicos e privados.

Destacam-se os seguintes resultados apresentados por integrantes do GTP APL em 2016: (i) Convênio firmado entre a ABDI, o MDIC e a Petrobrás para fortalecer a governança de APL do setor de gás, petróleo e energia, desenvolvidos nos estados como Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. (ii) Apoio a 417 APL pelo Banco Bradesco com linhas de crédito e seguridade especiais; participação em eventos de APL e do GTP e em fóruns regionais, com mais de 100 especialistas; oferta de três produtos especiais para APL: crédito para investimento, para compra e para venda de produtos dos APL.

É importante ressaltar ainda que os Núcleos estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (NEs) possuem o papel de organizar as demandas dos APL locais, analisar suas propostas e promover as articulações institucionais com vistas ao apoio demandado. Em novembro de 2016 foi realizado o Encontro dos Núcleos estaduais com a Secretaria Executiva do GTP APL, quando os estados apresentaram suas ações e programas voltados aos APL, tais como: (i) NE de Pernambuco: apresentação de mapa dos APL do estado, e destaque ao apoio aos APL de têxtil, piscicultura, mel, cachaça e gesso. (ii) NE do Rio Grande do Norte: Núcleo apoiado pelo SEBRAE, que está presente na governança de 90% dos APL; desenvolvimento de um projeto do Estado com o Banco Mundial que contempla seis atividades produtivas voltadas para a área de agricultura familiar; criação de linhas de crédito específicas para certos setores pela agência de fomento do Estado, juntamente com o programa de Apoio a Indústria (PROAID).

Ainda no contexto de incentivo aos APL, destaca-se o Observatório Brasileiro de APL (OBAPL), que é uma plataforma *online (http://portalapl.ibict.br/)* para centralização das informações sobre APL no Brasil. Nele são veiculadas notícias, eventos e informações correlacionadas ao tema, há um vasto conteúdo, em forma de biblioteca, disponível para todos os visitantes; e, também, um banco de dados onde são catalogadas informações sobre os APL, as instituições de apoio e sobre os Núcleos estaduais de Apoio aos APL.

O MDIC vem concentrado esforços para ampliar as potencialidades do Observatório e desenvolveu dois projetos. Um deles, com a ABDI, tem o objetivo de elaborar uma base de dados secundários sobre os APL, contendo diversas informações socioeconômicas dos municípios envolvidos com APL de forma que possam ser analisadas diferentes situações de desempenho e monitoramento desses territórios. O projeto encerrou-se em 2016, a base de dados já foi entregue e aprovada. O segundo projeto é uma parceria com Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que pretende modernizar o OBAPL, dando nova tecnologia ao portal, e incluindo a base de dados fornecida pelo projeto acima descrito para que as informações possam ser cruzadas e analisadas facilmente. Essa atividade deve se encerrar até 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O GTP APL participou de missão internacional a Lyon, na França, em 2016. Foram realizados encontros entre *clusters*/APL europeus e brasileiros, por ocasião da Feira Pollutec, voltada para produtos e serviços ambientais e sustentáveis. Essa iniciativa possibilita a formação de Redes de *Clusters*, além de facilitar o desenvolvimento de fornecedores e acesso à inovação desenvolvida em outros países.

Outro objetivo importante do programa é o de promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional. Assim, quanto à inovação, considerada elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e social de um país, as ações de fomento envolvem iniciativas de caráter horizontal que geram impactos generalizados sobre a atividade econômica, impulsionando não só a sua competitividade, mas também de toda a estrutura produtiva do país. Ao analisar a inserção das empresas brasileiras no mercado global, observa-se que atividades ligadas à inovação ainda carecem de um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento. O grande desafio para geração de inovação no Brasil é a transformação do conhecimento em produtos e serviços para o mercado.

Atualmente, o MDIC trabalha na elaboração de projetos de lei para a melhoria do ambiente de inovação. Destaca-se a sanção da Lei 13.243/2016, que aprimorou a Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação) e outras normas, principalmente, no sentido de facilitar a interação universidade-empresa, a importação de insumos para pesquisas, a transferência tecnológica, e estimular a inovação nas empresas.

A aprovação do Art. 61-A na Lei Complementar 123/2006, considerado um importante avanço na agenda de capital empreendedor, cria a figura do "investidor anjo" e confere proteções adicionais frente à cobrança de dívidas contraídas pela empresa investida. Essa aprovação é resultado da articulação com parceiros como o SEBRAE, a Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência de República (SMPE-PR), Anjos do Brasil e o Grupo DÍnamo.

Já o InovAtiva Brasil, programa focado na aceleração de negócios inovadores, conta com mais de 21.000 empreendedores e 600 mentores. Em 2016, pela primeira vez desde sua estruturação, o InovAtiva recebeu projetos de todos os estados e ofertou duas edições (ciclos), dobrando assim a capacidade do programa. Das 420 startups que chegaram à etapa final de conexão, 228 vieram dos ciclos de 2016, apontando uma perspectiva positiva de alcance da meta do PPA de conectar 600 negócios nascentes inovadores a investidores e grandes empresas. Em 2016 criou-se também o InovAtiva de Impacto, voltado a empreendimentos que têm a missão de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que geram resultado financeiro de forma sustentável. Em fevereiro de 2016, o InovAtiva organizou, em parceria com o governo britânico, missão de startups ao Reino Unido. Na ocasião, 14 empresas apresentaram seus negócios a investidores e clientes britânicos. Tendo em vista o sucesso da iniciativa, a Secretaria de Inovação e Novos Negócios (SIN) passou a desenvolver programa estruturado de internacionalização de *startups* também a outros mercados. O primeiro ocorrerá na França em 2017. Destaca-se que o InovAtiva Brasil recebeu o prêmio de a Melhor Aceleradora no *Startup Awards*, promovido pela Associação Brasileira de *Startups* (ABStartups).

O governo federal tem conjugado esforços para a atração de centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. A priorização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inovação (PD&I) representa questão estratégica para que o país consiga elevar seu nível de produtividade industrial e caminhar em direção ao desenvolvimento econômico.

Em 2016, foram inaugurados sete centros de P&D no Brasil. Tendo em vista o contexto econômico, que tem dificultado investimentos de longo prazo, como os relacionados à PD&I, considera-se importante a abertura desses centros, uma vez que se espera uma retomada da confiança da economia nos próximos anos. Os setores contemplados foram: automobilístico, com dois centros (Toyota, São Bernardo do Campo/SP; e Ficosa, Jandira/SP); construção civil (Saint-Gobain, Capivari/SP); telecomunicações (RFS, Embu das Artes/SP); tecnologia da informação (Google, Belo Horizonte/MG); petroquímico (BG Group, Salvador/BA); e alimentação (AAK, Jundiaí/SP).

A propriedade intelectual, por sua vez, é importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo um papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países. Ao se conferir o direito de propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e a absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do país e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável, tanto no mercado interno, frente aos importados quanto no mercado externo, pela inserção de tecnologia nacional por meio dos mecanismos de propriedade intelectual nos outros países. O sistema de propriedade intelectual também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no país.

Nesse sentido, ao longo de 2016, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) buscou a melhoria do desempenho operacional por meio da otimização de procedimentos técnicos, da organização de forças-tarefa e da implementação de projeto-piloto de trabalho remoto. Assim, verificou-se uma melhoria do desempenho das atividades de exame de pedidos de direitos de propriedade industrial: de 6.995 decisões técnicas de pedidos de concessão de patentes em 2015 para 8.442 decisões técnicas em 2016 (+21%); de 189.096 decisões técnicas de pedidos de registro de marca em 2015 para 193.639 decisões técnicas em 2016 (+2,4%); de 3.500 decisões técnicas de pedidos de registro de desenho industrial para 7.741 decisões técnicas em 2016 (+121%); e de 12.861 instruções técnicas de recursos e processos administrativos de nulidade de patentes, marcas e desenho industrial em 2015 para 18.405 instruções técnicas em 2016 (+43%).

No campo da disseminação da cultura da propriedade industrial, os resultados superaram as metas: foram 3.955 participantes em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI e instituições parceiras, 28% acima da meta de 3.080 participantes; e 9.148 participantes em eventos de propriedade intelectual, contra uma previsão de 5.796 participantes (+58%). Na cooperação técnica internacional, implementou-se o projeto-piloto do acordo do tipo *Patent Prosecution Highway* com o Escritório Norte-Americano de Propriedade Industrial. Esse acordo visa o compartilhamento de informações e a aceleração do exame técnico de pedidos de patentes. Também houve avanço das tratativas para implementação de um projeto-piloto com o Escritório Europeu de Patentes, com o Escritório Japonês de Patentes e com os escritórios de propriedade industrial dos países sul-americanos integrantes do acordo de cooperação técnica do PROSUL, que devem ser implementados em 2017. Em 2016, o INPI realizou duas grandes ações voltadas para exames prioritários de patentes. A primeira foi a implementação do piloto para oferecer exame prioritário para microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, o chamado "Patentes MPE". A segunda foi a implementação da priorização dada às patentes relacionadas às tecnologias verdes. O projeto "Patentes Verdes", que começou como piloto em 2012, tornou-se serviço oferecido em caráter definitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também importante para o desenvolvimento produtivo do país é o objetivo de fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica. Assim, no âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), foram verificados mais de 26 milhões de instrumentos de medição, tais como balanças, bombas de combustíveis e medidores de pressão arterial, em todo território nacional. Além disso, 25 mil estabelecimentos foram visitados para a realização de 798 mil exames da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, em especial os que compõem a cesta básica. Para garantir mais segurança nas estradas, foram realizadas quase 1,5 milhão de verificações de cronotacógrafos e fiscalizados 234 mil veículos em 2016. Ainda no contexto da metrologia legal, foi publicado o novo Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras de combustível. A solução básica passa pela criptografia, que irá autenticar a quantidade de combustível abastecido, reduzindo a possibilidade de fraude. O Inmetro está desenvolvendo um aplicativo na qual o consumidor poderá conferir o volume abastecido.

O Inmetro também aprovou, ao longo de 2016, quatro modelos de medidores inteligentes de energia elétrica (baixa tensão). Tais medidores possuem recursos tecnológicos inovadores, como, por exemplo, religação e corte à distância, leitura remota e a possibilidade do registro de medições em faixas de horários com tarifas diferenciadas, permitindo ao consumidor programar a utilização de determinados eletrodomésticos ao longo do dia, com racionalização do consumo de energia elétrica.

A fim de apoiar a expansão do comércio exterior brasileiro, o Inmetro deferiu 152.398 licenças de importação de produtos sob sua regulamentação e concluiu 21.192 registros de objetos entre novas concessões, manutenções e renovações. Destaca-se que os registros consistem em atos pelos quais o Inmetro autoriza a comercialização de um produto ou serviço e a utilização do selo de identificação da conformidade.

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras em parceria com a indústria nacional, no ano de 2016, o Inmetro depositou junto ao INPI quatro pedidos de patente e dois registros de *software*.

Em 2016, o número de novos modelos de produtos no mercado com selo de avaliação da conformidade foi de 90.426, totalizando valor acumulado de 892.637. Esse número varia de acordo com a quantidade de programas que entram em vigor, com o tipo de objeto regulamentado e com o número de modelos existentes daquele objeto. Também reflete a capacidade de inovação das empresas na colocação de novos produtos no mercado. O Inmetro utiliza um processo de identificação proativa de objetos que apresentem dados de risco à saúde, à segurança e ao meio ambiente. Além disso, estudos de análise de impacto regulatório e avaliação de resultado regulatório auxiliam na definição de que medidas podem interromper ou mitigar os problemas identificados.

Destaca-se ainda a publicação da Portaria Inmetro 100, de 07/03/2016, que aprova os requisitos gerais do programa de Rotulagem Ambiental Tipo III – Declaração Ambiental de Produto (DAP). A DAP descreve impactos ambientais das etapas do ciclo de vida de produtos, desde a extração das matérias-primas até seu descarte final. É um programa voluntário baseado em referenciais normativos reconhecidos internacionalmente. A elaboração de uma DAP permite às empresas identificarem pontos críticos, facilitando a definição de ações para melhoria da eficiência do processo produtivo, incluindo a eficiência energética e hídrica. Esta iniciativa também permite aos consumidores incluírem critérios ambientais como fator de decisão de compra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O último objetivo do programa é o de fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva. Nesta linha, em especial no âmbito do Diálogo Comercial entre o MDIC e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, finalizou-se relatório sobre a cadeia logística do frio (transporte frigorificado de produtos) no país. Foram mapeados, por amostragem, os principais desafios do setor produtivo no segmento. O resultado foi apresentado em Reunião Plenária do Diálogo Comercial em julho/2016 em Washington/EUA e disponibilizado ao setor privado no 2º semestre. Em novembro/2016, o MDIC participou de evento da *Global Cold Chain Alliance* (GCCA) e da Associação Brasileira da Indústria de Armazenagem Frigorificada (ABIAF).

A Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC) coordenou, ao longo de 2015 e 2016, a elaboração do "Estudo Comparativo sobre Comércio Eletrônico nas Pequenas e Médias Empresas no Brasil e União Europeia", publicado em formato *online*. A fim de permitir uma compreensão comparativa entre o cenário brasileiro e o europeu, o material apresenta, de forma geral, os benefícios do comércio eletrônico para o desenvolvimento do ambiente de negócios para pequenas e médias empresas (PME). O estudo foi capaz de apontar um conjunto de pontos fortes para o desenvolvimento do comércio eletrônico no país, dentre os quais se destacam a dimensão do mercado interno, o elevado grau de sofisticação de serviços de pagamentos eletrônicos, as plataformas digitais de comércio eletrônico modernas e preparadas para demandas em escala e a existência de serviços sofisticados de logística nos grandes centros. Aponta, por outro lado, um conjunto de fatores a serem aprimorados em termos de comércio eletrônico no Brasil. Por fim, compreende as mudanças de comportamento dos consumidores e empreendedores, aborda os principais desafios enfrentados pelas empresas, aponta melhores práticas nos mercados e apresenta iniciativas e políticas públicas em desenvolvimento para o setor tanto na União Europeia quanto no Brasil. O estudo foi a primeira etapa no apoio à elaboração de diretrizes do marco regulatório do comércio eletrônico no Brasil, apresentando subsídios para discussão e priorização de temas que impactem o setor.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O ano de 2016 apresentou um cenário de desafios econômicos e de restrição fiscal que impôs limitações aos instrumentos tradicionais de incentivo ao desenvolvimento produtivo.

Nesse sentido, foram iniciadas tratativas com três instituições para avaliação e monitoramento de ferramentas de política industrial. Iniciou-se a avaliação da Lei de Informática e do Processo Produtivo Básico (PPB) junto ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Do mesmo modo, o Banco Mundial ficou responsável por avaliar os impactos do Inovar-Auto para a economia do país. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por sua vez, iniciou estudo mais abrangente sobre a política industrial brasileira. Essas ações estão previstas para o ano de 2017.

Considerando os desafios relatados nesta avaliação, o MDIC continuará a envidar seus esforços ao longo de 2017 para desenhar ou aperfeiçoar políticas de intervenções rápidas, precisas, de baixo custo e realizadas em parceria para impactar a produtividade do setor produtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2076
DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

O setor de turismo desempenha relevante papel na economia mundial, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT). As políticas públicas de turismo buscam dinamizar o setor por meio de melhorias da base legal e do ambiente de negócios, investimentos, estímulos ao empreendedorismo, apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos, aprimoramento da qualidade da oferta turística e consolidação da inteligência competitiva.

O Ministério do Turismo (MTur) tem a missão de desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas. Assim sendo, competem ao MTur os assuntos relacionados à política nacional de desenvolvimento do turismo; à promoção e divulgação do turismo nacional no Brasil e no exterior; ao estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; ao planejamento; à coordenação; à supervisão e à avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo, à gestão do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e ao desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e equipamentos de prestadores de serviços turísticos.

As políticas públicas de turismo estão expressas no PPA 2016-2019 por meio do programa 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo, amparado na diretriz estratégica de "promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com a ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia".

O programa possui no PPA dois objetivos que se relacionam aos objetivos estratégicos da Política de Nacional de Turismo, preconizada na Lei Geral do Turismo (11.771/2008): aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos; e, promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no país e no exterior.

As metas estabelecidas pelo programa propõem, entre outras ações, qualificar profissionais, concluir obras de infraestrutura turística, e aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O setor de turismo desempenha relevante papel na economia mundial, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT). Conforme dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), a contribuição direta do turismo no PIB, em 2015, no Brasil, foi de R$ 190,5 bilhões, o que corresponde a 3,3% do PIB. O Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego aponta que as ocupações, no setor de turismo atingiram a marca de 2,074 milhões trabalhadores. Esse resultado representa, no período de 2014 para 2015, um acréscimo de 1,5%, mesmo diante de um momento em que na economia brasileira ocorreu um decréscimo da ordem de 3,5%.

Ação de destaque no período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a Casa Brasil – espaço de promoção do país no Boulevard Olímpico – recebeu mais de meio milhão de visitantes, transformando-se em um cartão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

postal que apresentou, de forma singular, a diversidade natural, cultural e econômica do país, fortalecendo a imagem nacional e promovendo o Brasil como destino turístico e de negócios.

Visando aumentar a competitividade do turismo brasileiro, foi realizada a dispensa do visto de turismo, durante o período olímpico, para cidadãos dos Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália.

Cabe mencionar, ainda, a redução de 25% para 6% da alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), sobre remessas ao exteriorpara pagamentos de gastos com viagens. Essa medida foi formalizada por meio da Lei 13.315/2016.

A Copa do Mundo FIFA de 2014, bem como os preparativos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, motivou investimentos significativos, fazendo com que o Brasil passasse do 48º lugar para o 41º lugar em infraestrutura aeroportuária e passasse a ocupar o 10º lugar entre os países que mais organizam eventos internacionais no mundo, segundo ranking da ICCA – International Congress and Convention Association.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 também contribuíram para o aumento da participação do turismo na receita cambial de serviços. Mesmo diante de uma queda no total da receita cambial de serviços de 1,41%, de 2015 para 2016, o índice de participação do turismo na receita cambial de serviços aumentou de 17,30%, em 2015, para 18,09%, em 2016.

Esses dados reforçam a importância dos grandes eventos mundiais para o turismo internacional no Brasil.

Com relação ao objetivo do PPA de Aumentar a Competitividade dos Destinos, Produtos e Serviços Turísticos do Plano Plurianual, no ano de 2016, foram desenvolvidas ações voltadas para o aumento da competitividade dos destinos e produtos turísticos do Brasil.

No mês de março foi realizada a oficina "Festejos Juninos Brasileiros como Produtos Turísticos", que tratou das questões conceituais relacionadas aos produtos turísticos de São João. Além disso, entre junho e agosto, as ações do MTur resultaram na edição de matérias jornalísticas, promovendo os festejos juninos e os destinos turísticos associados. Durante os Jogos Olímpicos, a Casa Brasil exibiu a exposição Brasil Junino, que apresentou ao público manifestações culturais e pratos típicos desse produto cultural brasileiro: as festas de São João.

Em novembro, realizou-se a 1ª reunião da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo, que reúne representantes dos órgãos oficiais de turismo das Unidades Federativas, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do MTur. O objetivo da rede é formar uma aliança entre atores públicos e privados para análise conjunta de informações e compartilhamento permanente de experiências, de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados. Pretende-se profissionalizar o marketing turístico nos destinos brasileiros e, consequentemente, melhorar o desempenho desses destinos no mercado. A ação permanecerá em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Paralelamente, o MTur iniciou a construção de um sistema integrado de informações turísticas sobre destinos, com vistas a aperfeiçoar a promoção do turismo nacional. O calendário de eventos já está disposição dos destinos que desejam promover seus eventos pelo endereço www.turismo.gov.br.

Observa-se que a qualificação profissional tem papel preponderante no aumento da produtividade e na competitividade da economia nos destinos turísticos, propiciando a melhoria dos serviços prestados, além de promover a fidelização dos turistas e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

As ações de qualificação ocorreram por meio do Pronatec Turismo, no âmbito das quatro linhas do programa: Pronatec Turismo da Empresa, Pronatec Turismo Cidadão, Pronatec Turismo Social e Pronatec Turismo Desenvolvimento Local, que realizaram um total de 6.100 capacitações, frente à meta total de 24 mil qualificações previstas para todo o período do PPA.

Visando prestar atendimento de qualidade aos turistas que vieram assistir os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foram ofertados, na cidade do Rio de Janeiro, cursos de idiomas para a força de segurança, contemplando a Polícia Civil, Guarda municipal, Segurança Pública, Polícia Federal e Militar.

Destaca-se, ainda, a parceria firmada com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), para o desenvolvimento de uma Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA), ferramenta de oferta de cursos à distância que permite a formatação e a inclusão de novos públicos e ações de qualificação, a qual disponibilizou o Canal Braços Abertos, cujo piloto foi desenvolvido na cidade do Rio por ocasião dos jogos Olímpicos e Paralímpicos.

No que concerne à inteligência territorial, o programa de Regionalização do Turismo (PRT) auxilia o governo federal e os estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo. Durante o exercício de 2016, foram realizados encontros nacionais com os interlocutores do PRT.

O Mapa do Turismo Brasileiro é o instrumento do PRT que define o recorte territorial a ser trabalhado prioritariamente pelo MTur. Sua atualização foi publicada por meio da Portaria 172, MTur de 11 de julho de 2016, definindo as 291 regiões turísticas e seus 2.175 municípios. A nova versão do instrumento está disponível no sítio www.mapa.turismo.gov.br.

Em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, foram apoiados 851 novos projetos de infraestrutura turística, que totalizam repasse de mais de R$519,70 milhões. Além disso, foram concluídas 1.215 obras de infraestrutura turística, que já estavam em andamento, cuja celebração ocorreu em exercícios anteriores. Importante ressaltar, ainda, que em função do sistemático acompanhamento feito pelo MTur, verifica-se que a meta prevista de execução de 2.300 obras nos quatro anos no PPA não será prejudicada.

A Portaria 15 MTur, de 29 de dezembro de 2015, aperfeiçoou os mecanismos de acompanhamento e supervisão da execução dos contratos de repasse para a execução das obras.

Para subsidiar as decisões de potenciais investidores e melhor posicionar o Brasil como relevante destino para investimentos privados, foi desenvolvido e lançado o portal www.investimento.turismo.gov.br, no qual o investidor interessado pode obter maiores informações sobre segmentos turísticos no Brasil, projetos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oportunidades, incentivos e linhas de financiamento existentes. No ano de 2016, também foram realizados nove eventos de promoção de investimentos privados em turismo.

Foram mobilizados, em 2016, via Fundo Geral de Turismo (Fungetur), R$ 36 milhões para o financiamento de diversos empreendimentos. Buscou-se também garantir acesso ao crédito público de maneira diferenciada, notadamente, com relação às micro e pequenas empresas, levando em conta a elevação dos níveis de investimento em capital fixo, redução dos encargos financeiros e ampliação das oportunidades de investimento, em implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos.

Foram criados e aperfeiçoados produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final e às empresas prestadoras de serviços turísticos. No entanto, houve uma retração dos desembolsos das instituições financeiras oficiais dirigidos às operações de capital de giro e investimentos. Até setembro de 2016, os desembolsos atingiram R$ 6,2 bilhões.

O ano de 2016 também foi marcado pelo início dos trabalhos de elaboração da nova versão do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). O novo sistema irá contribuir para o combate à informalidade do setor, colaborando para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados. No exercício, o Cadastur atingiu a expressiva marca de 59.007 cadastros vigentes.

No âmbito do fortalecimento do modelo de gestão descentralizada adotado pelo governo federal, foram realizados três Encontros Nacionais dos Interlocutores do programa de Regionalização do Turismo, nas cidades de Brasília, Foz do Iguaçu e Belo Horizonte. Os encontros tiveram o objetivo de, por meio do programa de Regionalização, fortalecer os laços institucionais entre os interlocutores das unidades federativas, bem como fomentar a cooperação entre os estados e os representantes do MTur.

O Índice de Competitividade tem por objetivo oferecer aos destinos a capacidade de autoanalisarem-se e, assim, possibilitar o planejamento e o desenvolvimento de vantagens competitivas. Desse modo, busca analisar os pontos fortes e fracos dos destinos turísticos. De acordo com o índice internacional de competitividade do turismo divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, de 2013 para 2015, o Brasil passou do 51º lugar para o 28º lugar no *ranking* geral, do 7º lugar para o 3º lugar nas Américas, mantendo-se em 1º lugar na América do Sul. Com sua rica biodiversidade, mantém-se em 1º lugar em termos de recursos naturais e número de espécies conhecidas.

Com relação ao objetivo do PPA de Promover os Destinos, Produtos e Serviços Turísticos Brasileiros no país e no Exterior, o MTur estimulou o turismo doméstico, tendo em vista a realização das Olimpíadas Rio 2016 e o sentimento de orgulho gerado na população brasileira pelo sucesso dos jogos. Foram desenvolvidas também campanhas educativas e de utilidade pública sobre os programas Viaje Legal e Sustentabilidade.

Ao final do exercício, o Ministério realizou a campanha "Verão Nordeste". A campanha teve grande projeção, alcance e frequência junto ao público, trazendo resultados de mídia e exposição muito maiores do que os normalmente praticados pelo MTur.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A realização do press trip "Destinos do Revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016" levou, nos meses de maio a agosto, jornalistas e blogueiros de veículos de repercussão nacional para conhecerem cinco destinos (Cabo Frio, Dourados, Joinville, Porto Seguro e Santarém). Os convidados produziram cerca de 50 reportagens, notas e posts positivos sobre os destinos visitados. A ação também foi objeto de outras 113 matérias de veículos nacionais. O MTur investiu cerca de R$ 210 mil na ação e obteve retorno publicitário equivalente a mais de R$ 3,3 milhões. A ação fortaleceu o posicionamento dos destinos turísticos selecionados, auxiliando em sua competitividade.

Destaca-se ainda o lançamento de publicações voltadas para a melhoria do atendimento e da ampliação da acessibilidade, já que atender bem é uma premissa universal do turismo: o Guia para Atender Bem o Turista LGBT,o Guia para Atender Bem Turistas Idosos e oGuia para Atender Bem Turistas com Deficiência.

O Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) também enfrentou dificuldades, no que tange à disponibilidade de recursos, para o cumprimento da agenda de promoção internacional do Brasil. A desvalorização do real frente ao dólar também interferiu diretamente no escopo e na qualidade das ações do Instituto, que desenvolve a maior parte de seu trabalho no exterior. Em 2016, foram investidos R$ 68 milhões em promoção internacional dos produtos e destinos brasileiros e na divulgação do país por meio de ferramentas digitais, como o portal visitbrasil.com.

Dentre as ações concretizadas pela Embratur no ano de 2016, destacam-se a realização em 21 press trips e a participação em 16 feiras internacionais de turismo nos principais mercados emissores de turistas para o Brasil.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 motivou a necessidade de realizar uma campanha de alcance mundial, que atingiu 125 países localizados na América Latina, Europa, Oriente Médio, África, Ásia e Oceania. A estratégia de campanha foi focada no público considerado formador de opinião, pelo fato de proporcionar um curso de ação mais bem alinhado aos objetivos do Instituto. A ação de mídia foi lançada em agosto, com período prolongado e amplo alcance de países, por meio da CNN. A campanha foi estendida durante os meses de agosto a dezembro de 2016. O meio contemplado (TV fechada) foi escolhido pelo fato de atender às necessidades de alto alcance, cobertura mundial, frequência durante todo período e impacto da mensagem pelas características visuais. Foi selecionada a emissora CNN porque possui maior alcance entre tomadores e influenciadores de decisões, investidores e empresários que viajam frequentemente. Nesse projeto, também foi contemplada a entrega de mídia no site na CNN para aumento do esforço de comunicação e da frequência da mensagem da campanha, impactando o público formador de opinião em outros momentos do dia.

Destaca-se ainda que no ano de 2016 foi realizada a Pesquisa da Demanda Turística Internacional, que é um estudo que apresenta as características gerais do turista internacional ao visitar o Brasil, revela o perfil socioeconômico desses turistas, bem como as motivações, interesses e o comportamento em suas viagens.

Os dados preliminares indicam que o número de chegadas de turistas não residentes ao Brasil deve atingir a marca dos 6,6 milhões. Os dados ainda estão sendo trabalhados pelo MTur e deverão ser divulgados de forma conclusiva em abril de 2017. Caso a estimativa se confirme, demonstrará um crescimento de 4,8% no número de visitantes em relação a 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A receita cambial turística, no ano de 2016, ultrapassou a marca dos US$6 bilhões, o que representa um volume 3,1% maior que o registrado no ano anterior.

Por sua vez, as Sondagens Conjunturais colaboram para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil ao revelar a intenção da família brasileira em realizar viagens, tanto nacionais quanto internacionais, nos seis meses subsequentes (curto prazo). O estudo também apresenta a avaliação dos empresários e dirigentes de diversos setores vinculados às atividades características de turismo (ACT) sobre a evolução recente e as perspectivas futuras de tais atividades. São opiniões valiosas que incrementam o conhecimento acerca da atividade e a promoção turística, uma vez que estão incluídos nos resultados dessa avaliação os setores de meios de hospedagem, agências de viagem, companhias aéreas, locadoras de automóveis, promotores de feiras e organizadores de eventos, restaurantes, empresas de fretamento de turismo rodoviário, parques temáticos e atrações turísticas.

No ano de 2016, a Pesquisa de Sondagem ao Consumidor revelou que, em dezembro, 29% das famílias brasileiras tinham intenção de viajar e 48,1% dessas famílias afirmaram que pretendiam utilizar o avião como meio de transporte. Isso representa um crescimento, em relação ao mesmo período de 2015, de 2,3 e 9,3 pontos percentuais, respectivamente.

A dimensão *Marketing* e Promoção do Destino busca retratar se os destinos possuem plano de *marketing*; se participam em feiras e eventos; se promovem o destino e se adotam estratégias de promoção digital. No ano de 2015, época da última realização da pesquisa, apenas uma parte dos destinos possuía um plano de *marketing* vigente; apesar da instabilidade da economia brasileira, grande parte produziu algum evento promocional dentro e fora de seu território; metade deles possui página promocional do destino na internet e estão presentes em redes sociais com o intuito de divulgar suas atrações e eventos para turistas.

Ressalta-se, por fim, a realização de oficinas para disseminação de conhecimentos acerca do Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT), por meio da ferramenta "extrator de dados". O SIMT dispõe de dados sobre o emprego no turismo formal e informal, bem como sobre o perfil da mão de obra ocupada nas Atividades Características do Turismo (ACTs) para as regiões e as unidades da federação.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional referentes ao exercício de 2016 ainda não foram divulgados, portanto não há ainda a apuração de duas metas previstas no PPA: o aumento da nota da dimensão monitoramento e o aumento da nota da dimensão marketing e promoção do destino.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O ano foi marcado pela realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que geraram um aumento de 38% na receita cambial do turismo do mês de agosto.

AOlimpíadareforçou a imagem de "bom anfitrião" do Brasil e gerou um legado de imagem sem precedentes também para a cidade do Rio de Janeiro. Mais de87% dos turistas estrangeiros manifestaram intenção de retornar ao país e 94,2% dos brasileiros disseram que pretendem voltar ao Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

A isenção temporária de vistos, adotada no período, foi usada por 74,7% dos turistas dos países beneficiados (Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália). Mais de 82% dos visitantes disseram que a medida facilitaria um retorno ao Brasil.

O objetivo, para o ano de 2022, é alcançar a marca de 12 milhões de turistas internacionais e US$ 19 bilhões de receita cambial. O Brasil possui um potencial gigantesco para desenvolver o turismo em todas suas dimensões e, até 2026, deverá ocorrer um aumento na contribuição direta do turismo no PIB do Brasil para R$ 251,8 bilhões (3,7% do PIB).

Para 2017, além da meta de qualificar 6.000 pessoas, estão previstos: o lançamento da Política Nacional de Formação Profissional em Turismo para o Turismo (PNQT), que indicará o rumo a ser trilhado para a qualificação no setor de turismo no país; a disponibilização do Canal Braços Abertos para todo o país; o desenvolvimento de um canal de qualificação específico para gestores públicos na PEA, alinhado ao Design do curso de capacitação de gestores elaborado pela Universidade de Brasília (UnB).

Dado o sucesso da ação de incentivo à região Nordeste, planeja-se manter as ações de campanhas segmentadas no ano de 2017. Dessa vez, promovendo as regiões remanescentes (Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul), tendo em vista o número de feriados no ano. Para a efetivação dessa iniciativa será necessário um grande aporte de orçamento e, por isso, o órgão continuará a buscar fontes de financiamento.

Em 2017, o MTur dará continuidade à disseminação das informações do SIMT, agregando, para tanto, dados a respeito dos meios de hospedagem existentes no Brasil. Essas informações são de grande importância para aumentar o conhecimento a respeito da oferta hoteleira. Destaca-se que, de posse desses dados, o Ministério poderá definir parâmetros mais precisos que contribuirão para o melhor entendimento e fomento da ocupação hoteleira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2050
MUDANÇA DO CLIMA

O tema Mudança do Clima foi abordado diretamente pela primeira vez no PPA 2000-2003 com o programa 0475 – Mudanças Climáticas – cujo objetivo era "desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas".

O programa 2050 – Mudança do Clima, traz um conjunto de objetivos que, integrados com as metas e as iniciativas propostas, procura uma evolução do estágio atual da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

A PNMC foi instituída pela Lei 12.187, de 2009, e, posteriormente regulamentada pelo Decreto 7.390, de 2010. A política estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos a serem adotados com relação à mudança do clima. Embora o Brasil não esteja vinculado a metas obrigatórias de redução pela Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (em inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC, doravante denominada Convenção do Clima), em linha com o princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", a PNMC declara um compromisso nacional voluntário de redução de emissões de GEE entre 36,1% a 38,9% das emissões projetas para 2020.

O Decreto 7.390/2010, entre outras ações, detalha os instrumentos da PNMC para cumprimento do compromisso voluntário brasileiro. Para efeito da regulamentação são considerados o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Plano de Emissões da Siderurgia. A PNMC ainda prevê planos para os setores de transporte (urbano e interestadual de passageiros e carga), saúde, indústria (transformação, bens duráveis, química fina e de base, papel e celulose, construção civil) e mineração.

Além dos instrumentos institucionais citados, a PNMC estabelece instrumentos técnico-científicos que, uma vez implementados, devem subsidiar políticas e decisões por meio da geração e disseminação de informações, conhecimentos e tecnologias correlatas. Nesse sentido, torna-se fundamental o investimento em: pesquisas sobre mudança do clima; aprimoramento contínuo de modelos do sistema terrestre; expansão e aprimoramento do monitoramento de desmatamento, queimadas e incêndios florestais, e elaboração de relatórios que forneçam informações sobre a implementação dessas diversas iniciativas.

Além do que foi previsto na PNMC, devem ser considerados os novos compromissos assumidos pelo país junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC da sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016. Para atender ao desafio de reduzir em 37% a emissão de GEE para o conjunto da economia brasileira até 2025, em relação a 2005, conforme apresentado na NDC, o governo federal buscará articular junto aos atores relevantes a efetiva mitigação e adaptação à mudança do clima por meio da implementação, aprimoramento e revisão dos instrumentos existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro desafio a ser enfrentado consiste no desenho da estratégia de mensuração, relato e verificação – MRV, a qual deverá ser repensada com base nos novos contextos nacional e internacional sobre mudança do clima trazidos pela NDC e pelo Acordo de Paris, de maneira que se implemente uma ferramenta de transparência e divulgação de informações que permita o acompanhamento das principais ações de mitigação e adaptação à mudança do clima associadas à NDC, bem como facilite o acesso público à informação disponível.

Em matéria de adaptação aos efeitos da mudança do clima, em 2016 foi iniciada a implementação do Plano Nacional de Adaptação, concluído no ano anterior, e que busca promover o desenvolvimento nacional resiliente à mudança do clima, evitar e minimizar perdas e aproveitar possíveis oportunidades.

O financiamento de atividades que reduzam as emissões e promovam a remoção por sumidouros de GEE e a adaptação à mudança do clima continua a ser desempenhado em conjunto pelo Fundo Clima, um dos instrumentos da PNMC, e pelo Fundo Amazônia. Outros investimentos e potenciais fontes de mobilização de recursos serão prospectados, em apoio à implementação dos compromissos assumidos pelo país.

Uma das principais consequências da mudança do clima para o Brasil é o aumento da susceptibilidade aos incêndios florestais, com consequências negativas sobre a emissão de GEE, a conservação da biodiversidade, a qualidade do ar e a economia. A prévia consolidação do programa Brigadas Federais do Ibama/Prevfogo nas regiões mais críticas do país, permitiu traçar metas mais concretas no PPA 2016-2019, como a redução dos incêndios florestais. As áreas prioritárias foram definidas em função da legislação (Lei Complementar 140/2011), do histórico de ocorrência de incêndios florestais e da presença de remanescentes florestais, resultando na proposta de proteção de 20 milhões de hectares de Terras Indígenas, assentamentos da reforma agrária e territórios quilombolas.

O programa 2050 – Mudança do Clima visa, portanto, à continuidade e ao aprofundamento da implementação da PNMC e ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção do Clima. Pretende-se que o efetivo cumprimento dos objetivos propostos possa levar o país a progredir em sua trajetória de mitigação e de adaptação à Mudança do Clima de forma compatível com o desenvolvimento econômico e social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Conforme apontam os indicadores do programa, o cenário demonstrado para o ano de 2014 indicou que apesar do aumento das emissões para os setores de energia, agropecuária e processos industriais, as emissões setoriais se mantiveram menores que o previsto, permitindo avaliar de forma positiva a implementação das ações de mitigação para os diferentes setores, em especial, para o setor Mudança do Uso da Terra e Floresta, que apresentou queda.

Segundo dados do PRODES/INPE, o desmatamento da Amazônia em 2016 foi de 7.989 km², o que representa emissões de 387.546.390 tCO_2e. Considera-se como referência para redução do desmatamento da Amazônia a média de desmatamento no período 1996-2005, que é da ordem de 19.625 km² e que corresponde a 952.028.154 tCO_2e emitidos. Com base nessas premissas, nota-se que houve uma redução de 59% no desmatamento (-11.636 km²) e nas emissões (-564.481.764 tCO_2e) de 2016 comparada à média 1996-2005.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apesar da significativa redução do desmatamento e das emissões associadas a partir de 2004, nos dois últimos anos (2015 e 2016) houve uma demonstração de redução das políticas públicas de comando e controle para conter o desmatamento e uma sinalização clara da necessidade de geração de planos estratégicos com outros atores-chave, principalmente os estados. Desta forma, foi importante priorizar o leque de ações necessárias para prevenir e combater o desmatamento e buscar criar ou fortalecer parcerias que auxiliem a implementação nas áreas prioritárias. Nesse contexto, em 2016 foram revistos e aprovados novos Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento para os biomas Amazônia (PPCDAm) e Cerrado (PPCerrado) para o período até 2020.

Em relação à meta de redução de focos de calor, provocados por incêndios florestais no período crítico, nas terras indígenas, territórios quilombolas e projetos de assentamentos prioritários, com base na média histórica dos últimos dez anos (2005-2014), nota-se um aumento de 31,10% do número de focos de calor em relação à série histórica. Entretanto, em relação ao programa de Brigadas Federais, importa salientar que a meta de redução de focos de calor foi alcançada e superada em 21 brigadas. Em outras seis, ocorreu um pequeno aumento do número de focos que não superou 10% e, em nove brigadas, o aumento do número de focos superou 50%.

Análise importante é a de que as brigadas com elevado índice de focos de calor/incêndios florestais encontram-se, principalmente, nos estados do Mato Grosso e Rondônia onde ocorre uma intensificação do desmatamento e da mudança do uso e ocupação do solo. Este fato também está diretamente relacionado ao clima mais seco ocorrido em 2016 com um dos mais intensos El Niño da história. Esses fatores climáticos trazem um incremento significativo ao número de focos de calor e dificultam a mensuração do esforço empregado na contenção dos incêndios, por esse fato, entende-se que o resultado será melhor observado em um horizonte de 4 anos. Em 2017, será dado prosseguimento à elaboração de uma Política Nacional de Combate a Incêndios Florestais e Manejo Controlado do Fogo.

Quanto à meta de desenvolvimento e implementação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE), em 2013, o MMA delineou, em articulação com os Ministérios coordenadores dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, uma proposta para monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de GEE associadas às ações daqueles Planos. Essa proposta resultou no SMMARE, para o qual, em 2014, foram estabelecidas diretrizes e bases metodológicas. Embora o Sistema tenha seu arcabouço teórico delineado, será necessário revisá-lo à luz da NDC com a entrada em vigor do Acordo de Paris. Essa revisão tem como objetivo otimizar recursos financeiros e humanos, evitando-se duplicação e desperdício de esforços.

Em relação à meta "Elaborar Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima", em 2016, foi encerrado o projeto de cooperação técnica internacional que permitiu a elaboração, publicação e distribuição da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(TCN – disponível em _____). Este relatório é composto por três volumes e um Sumário Executivo, sendo que o primeiro volume trata dos principais aspectos socioeconômicos considerados na implementação da Convenção do Clima no Brasil e dos Arranjos Institucionais Relevantes para a Elaboração da Comunicação Nacional em Bases Permanentes. O segundo volume apresenta um levantamento dos aspectos legais relacionados às questões do clima e um detalhamento dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação do Clima, e, ainda, apresenta uma análise setorial de oito diferentes áreas do conhecimento. O terceiro volume compreende o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal (1990 a 2010).

Ainda em 2016, deu-se início à organização dos trabalhos relativos à preparação da Quarta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima e ao processo de elaboração do Segundo Relatório de Atualização Bienal à Convenção do Clima.

Em maio de 2016, juntamente com a apresentação da TCN à Convenção do Clima, foi lançado o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE), que é um sistema computacional cujo objetivo principal é disponibilizar os resultados de emissões de gases de feito estufa do Brasil. O SIRENE confere segurança e transparência ao processo de confecção de inventários de emissões de gases de efeito estufa, além de ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudança do clima. No SIRENE pode-se acessar a série temporal de emissões referente aos últimos resultados publicados, cujos dados dos gráficos e Tabelas podem ser exportados para programas de planilhas eletrônicas. Encontram-se disponíveis no sistema resultados de emissões de 1990 a 2010, pertinentes ao Terceiro Inventário Nacional de Emissões Antrópicas e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Esses resultados de emissões estão acessíveis no Sirene por tipo de gás (CO_2, CH_4, N_2O, CF_4, C_2F_6, HFC-23, HFC125, HFC134a, HFC143a, HFC152a, SF_6, CO, NOx e NMVOC), por setor (Tratamento de Resíduos, Agropecuária, Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Floresta, Energia e Processos Industriais), por subsetor, por ano e por Unidade Federativa para os setores Agropecuária e Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas. Além disso, podem ser encontradas as informações da 3ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que contemplam as emissões de 1990 a 2014 (disponíveis em _____).

No âmbito de outro projeto de cooperação técnica internacional, o Projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, treinamentos foram realizados e estudos técnicos e articulações entre atores governamentais foram continuados com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas), contribuindo para a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos planos setoriais e nacional, bem como para sua revisão.

Em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, houve avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multiescala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor. Em relação à meta de implementação do monitoramento anual do desmatamento dos demais biomas, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos, um projeto foi submetido ao Fundo Amazônia.

Quanto à meta "Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens", o monitoramento do desmatamento da Amazônia Legal evoluiu com a aquisição de novos computadores e o início da etapa de testes de detecção de desmatamento com imagens de redar orbital.

Na área de modelagem, foram realizados esforços para o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre. Dentre os avanços, destacam-se: (a) avanços na modelagem regionalclimática para geração de projeções da mudança do clima para a América do Sul; (b) evolução do modelo INLAND, que trata das interações superfície terrestre-atmosfera; (c) evolução da plataforma de modelagem ambiental espacialmente explícita (TERRA-ME); (d) o aprimoramento ecalibração dos modelos de mudanças de uso da terra (LUCC-ME: *Land Useand Cover Change Modeling Environment*) e de emissões de gases do efeitoestufa (INPE-EM); (e) o desenvolvimento do Modelo HidrológicoDistribuído (MHD-INPE) e do Modelo Regional do Sistema TerrestreEta/NOAH-MP-INPE.

As atividades operacionais em meteorologia e climatologia envolveram a disponibilização diária de previsões de tempo, de clima, qualidade do ar, monitoramento ambiental e satelitário para a sociedade brasileira em _____. Diversas pesquisas e desenvolvimentos também foram realizados quanto ao monitoramento de queimadas, descargas elétricas, estimativa de chuvas por satélite e nevoeiro, por meio dos sistemas SIGMA e SIGMACAst e desenvolvimento de ferramentas para manipulação de dados de novos satélites. As informações sobre condições de tempo severo ganharam uma nova página, com formato mais amigável: _____. Além disso, uma primeira versão do Modelo Brasileiro Atmosférico Global (BAM) foi desenvolvida. Este modelo possui adaptações para as condições climáticas observadas na América do Sul. Outra importante contribuição para a sociedade foi o desenvolvimento de produtos e previsões específicos que apoiaram a realização das competições esportivas das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio-2016.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

De forma geral, as metas do programa apresentaram bom andamento, com exceção de algumas que necessitam de ajuste em sua programação no sentido de superar entraves para o pleno alcance dos resultados esperados.

Em relação à redução dos focos de calor, provocados por incêndios florestais no período crítico, a mensuração da média histórica de focos de calor deverá ser feita com um intervalo mínimo de 10 anos, estando previsto para os próximos anos a ampliação desse intervalo de análise para 2004 a 2015. Atualmente não há informações disponíveis para a ampliação do período de análise, nas áreas prioritárias. Além disso, será analisada a relação dos focos de calor com outras variáveis relativas à mudança do uso da terra e quão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sensível a metodologia é com o aumento e redução do número de brigadistas, para validação do método de mensuração da meta proposta ou alteração.

Para desenvolver e implementar o Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões – SMMARE, primeiramente, o projeto será revisado em 2017, de maneira que se implemente uma ferramenta de divulgação de informações que permita o acompanhamento das principais ações de mitigação e adaptação à mudança do clima, associadas à NDC do Brasil, bem como facilite o acesso público à informação disponível. Ainda que de maneira diferente daquela idealizada para o contexto anterior à NDC e ao Acordo de Paris, a necessidade de acompanhamento e de relato das ações governamentais à sociedade brasileira permanece – tanto para as ações do período pré-2020 como do pós-2020. Entretanto, a abordagem para o pré-2020 deverá ser reorientada com base nas necessidades do MRV atrelado aos novos contextos nacional e internacional sobre mudança do clima trazidos pela NDC e pelo Acordo de Paris.

Em relação aos objetivos de gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e de desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas, importantes resultados foram alcançados com o aprimoramento e desenvolvimento tecnológico de monitoramento de desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais na Amazônia e no Cerrado, a publicação da Terceira Comunicação do Brasil à Convenção do Clima, o lançamento do SIRENE, o desenvolvimento de produtos e previsões específicos que apoiaram a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio-2016, e o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre.

Há grande expectativa em torno de uma solução para o problema do supercomputador Tupã, responsável pelos cálculos numéricos usados na previsão de tempo e clima sazonal e capaz de gerar cenários futuros de clima e de rodar modelos do sistema terrestre. A implementação de possíveis soluções envolve novos e vultosos recursos.

É notável a importância da execução de projetos de cooperação técnica internacional para o alcance de parte relevante das metas deste programa, que constituem os compromissos assumidos na PNMC, na Convenção do Clima, e os subsídios de outras políticas públicas como o Código Florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

PROGRAMA 2052
PESCA E AQUICULTURA

O Brasil possui cerca de 8,5 mil km de costa e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de mais de 3,5 milhões de km², além de aproximadamente 13% da reserva de água doce disponível no mundo, incluindo cerca de 5,5 milhões de hectares de lâminas d'água em reservatórios públicos e abundante biodiversidade aquática. Esses fatores propiciam a natural vocação brasileira para a atividade pesqueira e aquícola, que apresenta grande potencial de geração de renda e exportação. No entanto, a despeito desse potencial, o setor pesqueiro e aquícola nacional apresenta baixo ritmo de desenvolvimento e organização, além de questões ambientais, sanitárias e sociais.

Quanto aos indicadores do programa, segundo os últimos dados disponíveis da Pesquisa Pecuária municipal realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção da aquicultura, em 2015, foi de 574,2 mil toneladas, sendo 483,2 mil toneladas da piscicultura, 69,9 mil toneladas da carcinicultura (camarões) e 21,1 mil toneladas da malacocultura (moluscos). Já a produção da pesca extrativa estimada foi de 765,28 mil toneladas em 2014. A balança comercial de pescado vem apresentando déficits crescentes desde 2006 e os valores de importação de pescado foram de US$ 1,56 bilhão em 2016, devido, principalmente, à importação de espécies asiáticas de baixo preço, enquanto as exportações de pescado foram de US$ 236,22 milhões em 2016, principalmente o camarão e a lagosta (Secex/MDIC).

Os principais desafios relacionados ao programa Pesca e Aquicultura do PPA 2016-2019 estão vinculados à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca definida na Lei 11.959/2009, que tem como objetivos: o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura; o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira; a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos; e o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

O programa Pesca e Aquicultura do PPA 2016-2019, por meio de seus objetivos, metas e iniciativas, prevê a adoção de medidas de apoio ao setor pesqueiro e aquícola, com incentivos e investimentos na cadeia produtiva da pesca e aquicultura, que fomentem o aumento da produção de pescado com sustentabilidade ambiental e socioeconômica. São os seguintes os seus objetivos declarados no PPA 2016-2019: Estimular a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva; Promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira; Promover a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas; Promover a inclusão social da população envolvida na pesca e aquicultura.

O Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto pela Lei 13.266/2016, de conversão da Medida Provisória 696/2015, sendo suas atribuições repassadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Assim, os objetivos do programa Pesca e Aquicultura do PPA 2016-2019 ficaram sob a responsabilidade do MAPA.

PRINCIPAIS RESULTADOS

São apresentados a seguir os principais resultados de forma agregada conforme os objetivos do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao objetivo de estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva, o governo federal gere os recursos naturais e as águas da União e assim autoriza a implantação de projetos de aquicultura em reservatórios de domínio da União, seja por cessão não onerosa para projetos sociais mediante chamamento público, ou por cessão onerosa por meio de procedimento licitatório. Até 2016, foram licitados e firmados os contratos de cessão de uso do reservatório de Manso/MT. Foram implantados, regularizados e licitados os parques aquícolas dos reservatórios de Serra da Mesa/GO e Cana Brava/GO no Rio Tocantins, faltando firmar os contratos de cessão de uso de Serra da Mesa. Os parques aquícolas de Lajeado/TO foram implantados e regularizados e Tucuruí/PA encontra-se em processo de regularização. Nos reservatórios de Xingó, Itaparica, Sobradinho e Boa Esperança, os parques aquícolas estão em diferentes fases de tramitação e regularização e, no Castanhão, foi requerida a renovação da licença ambiental. Encontram-se regularizados parques aquícolas em Itaipu e foram licenciados Parques Aquícolas situados em toda a calha do Rio Paranapanema. Ainda em 2016, foram concluídos os parques aquícolas de Ilha Solteira/MS/SP/MG, Três Marias/MG e Furnas/MG.

Os Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) são estruturas voltadas a atender às necessidades das atividades de movimentação e armazenagem de pescado, podendo ser dotados de entreposto de comercialização ou beneficiamento de pescado e de apoio a embarcações pesqueiras. Os TPP são parte fundamental da infraestrutura pesqueira do país e funcionarão como entrepostos de pesca, de acordo com a necessidade e o interesse público. Atualmente, a administração dos TPP está a cargo do MAPA, diretamente ou mediante contrato de arrendamento ou de permissão de uso, respeitado o procedimento licitatório.

O Poder Público visa a implantação, aparelhamento e operação de Terminais Pesqueiros Públicos localizados em todas as regiões do país. Encontram-se em operação os TPP de Vitória/ES, Cananéia/SP, Santos/SP e Laguna/SC. O TPP de Manaus/AM encontra-se em operação parcial e ainda necessita de aparelhamento e adequação. Em fase de pré-operação e concessão estão os TPP de Cabedelo/PB, Salvador/BA, Ilhéus/BA e Niterói/RJ, este último pendente de dragagem do canal de acesso. Encontram-se em fase de execução das obras civis os TPP de Belém/PA, Aracajú/SE, Camocim/CE e Natal/RN.

Quanto à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola, os convênios firmados até o momento preveem o atendimento de aproximadamente 15 mil pescadores e aquicultores. Porém, a perspectiva é de ampliação do número de beneficiários, priorizando-se as regiões com maior concentração de público ou potencial para a produção de pescado. Em 2016, foram celebrados dois novos convênios com os estados de Rondônia e Goiás, com a finalidade de disponibilizar serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 825 aquicultores e a capacitação de 115 técnicos.

Em 2016, o Pronatec Pesca e Aquicultura foi incorporado ao Pronatec Agro. Foi realizado levantamento de demanda por cursos do Pronatec na área pesqueira e aquícola, que foi encaminhado ao Ministério da Educação visando o início das capacitações ainda em 2017.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) promovem ações de produção de formas jovens e povoamentos de corpos d'água, capacitação de técnicos e produtores em técnicas de piscicultura, controle para a conservação dos recursos pesqueiros, educação ambiental, estudos de biologia pesqueira e monitoramento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da qualidade da água. O Dnocs mantém as Estações de Piscicultura e o Instituto de Pesquisa em Ictiologia Rodolpho von Ilhering, que atua no desenvolvimento de pesquisas aplicadas e transferência de tecnologia.

O MAPA possui, em sua estrutura organizacional, Câmaras Setoriais compostas por representantes de órgãos e entidades, públicas e privadas, que compõem os elos de uma cadeia produtiva. Destaca-se a criação de três novas câmaras setoriais, a da Aquicultura, a da Carcinicultura e a da Pesca, que já se encontram em funcionamento.

O Sistema Nacional de Informações em Pesca e Aquicultura (Sinpesq), criado pelo Decreto 1.694/1995, sob a coordenação do IBGE, tem o objetivo de coletar e processar informações sobre o setor pesqueiro nacional. Desde 2013, a aquicultura compõe a Pesquisa Pecuária municipal (PPM) realizada pelo IBGE.

A Embrapa Pesca e Aquicultura possui a missão institucional de gerar conhecimento e tecnologias para toda a cadeia produtiva da pesca e aquicultura. Por meio do seu Portfólio de Pesquisa em Aquicultura, são coordenadas pesquisas sobre a cadeia produtiva do pescado como um todo, com foco nas espécies tilápia, tambaqui, pirarucu, cachara, camarão cinza, bijupirá, jundiá, peixes ornamentais e outras. O projeto envolve pesquisas voltadas à reprodução, ao manejo produtivo, à genética, à nutrição, à sanidade e à transferência de tecnologias geradas no âmbito do projeto. Nesse sentido, destaca-se o Projeto "Pirarucu da Amazônia – Pesquisa e Transferência de Tecnologia", conduzido pela Embrapa Pesca e Aquicultura, com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do MAPA, cujos principais objetivos são desenvolver e transferir tecnologias para a cadeia produtiva do pirarucu. Também foi apoiado o projeto de desenvolvimento e implantação de novas tecnologias de produção de microalgas e de espécies nativas de moluscos bivalves, desenvolvido pelo laboratório de moluscos marinhos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Visando o estímulo à adoção de procedimentos mais ágeis voltados ao licenciamento ambiental da aquicultura, foram realizadas interlocuções junto aos Órgãos estaduais de Meio Ambiente (OEMA). Como resultado, alguns estados editaram atos normativos padronizando os procedimentos com as normas federais vigentes, as Resoluções Conama 413/2009 e 459/2013, que tratam do licenciamento ambiental da agricultura. Foram realizadas gestões junto aos OEMA, IBAMA e demais órgãos ambientais quanto à necessidade de simplificação do licenciamento ambiental da atividade aquícola, envolvendo os principais aspectos relacionados ao licenciamento de espécies exóticas e híbridos, bem como as questões fundiárias e programas de regularização ambiental para a aquicultura.

O Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, estabelecido pelo Decreto 6.981/2009, tem o objetivo de subsidiar a elaboração e implementação das normas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, expresso no objetivo de promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira. A gestão compartilhada é exercida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em conjunto com o do Meio Ambiente, com a participação da sociedade civil e do setor privado. O sistema é estruturado em Comitês Permanentes de Gestão (CPG), Câmaras Técnicas (CT) e Grupos de Trabalho. Os Grupos de trabalho e Câmaras Técnicas analisam proposições sobre temas específicos. Já os Comitês Permanentes de Gestão (CPG) são instâncias consultivas e de assessoramento para a definição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de normas, critérios e padrões relativos ao ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros. Atualmente, o sistema compreende nove CPG, sendo seis marinhos (Lagosta, Atuns e Afins, Demersais Sudeste/Sul, Pelágicos Sudeste/Sul, Camarões Norte/Nordeste, Demersais e Pelágicos Norte/Nordeste) e três continentais (CPG Norte, CPG Nordeste e CPG Centro-Sul). Ao final de 2016, encontram-se efetivamente em operação os CPG da Lagosta, CPG Atuns e Afins, CPG Pelágicos SE-S, CPG Norte e CPG Nordeste.

Os Planos de Gestão de Recursos Pesqueiros, elaborados pelos CPG, são documentos que estabelecem as diretrizes para uso dos recursos pesqueiros em uma determinada unidade de gestão **(**espécie ou grupo de espécies, ecossistema, região ou bacia hidrográfica). Em 2016, foi dada continuidade à Implementação do Plano de Gestão da tainha nas regiões Sudeste e Sul e iniciada a elaboração da proposta do Plano de Gestão do pargo.

Outro objetivo importante do programa é o de promover a inclusão social da população envolvida nas atividades de pesca e aquicultura. Neste contexto, o Seguro-Defeso é o benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, pago ao pescador artesanal durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. O Relatório CGU nº 9/2016 apresentou que a ocorrência de irregularidades devido à existência de não pescadores no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é de aproximadamente 66%. Estes obtêm o registro de forma fraudulenta a fim de receberem indevidamente o benefício do Seguro-Defeso. Foram efetivadas ações que resultaram na suspensão de 250 mil registros de pescadores artesanais, cujos titulares não apresentaram os relatórios anuais de pesca para manutenção do registro. Os estados que tiveram o maior número de registros suspensos foram o Amazonas (58.530 registros) e o Pará (57.576 registros).

No ano de 2016, foram realizadas tratativas e discussões que culminarão na publicação de decreto que determina que o seguro defeso só poderá ser concedido aos pescadores artesanais profissionais que tenham a atividade pesqueira como única fonte de renda e que tenham contribuído para a Previdência Social relativamente ao exercício exclusivo dessa atividade. Não será devido o benefício quando houver disponibilidade de alternativas de pesca nos municípios alcançados pelos períodos de defeso, devendoas normas de ordenamento definirem se há alternativas de pesca disponíveis e se elas abrangem todos os pescadores ou apenas aqueles que atuam de forma embarcada. A norma também deverá definir as espécies objeto de conservação, as medidas de proteção à reprodução e ao recrutamento, os petrechos e métodos de pesca proibidos; estabelecer a abrangência geográfica do defeso, de modo a indicar as bacias hidrográficas, a região ou a área costeiro-marinha e discriminar os municípios alcançados; bem como estabelecer mecanismos de monitoramento da biodiversidade e da atividade pesqueira e de avaliação da eficácia dos períodos de defeso como medida de ordenamento. Ainda, deverá ser revogado ou suspenso o defeso quando comprovada a sua ineficácia na preservação dos recursos pesqueiros. Além disso, o Poder Executivo poderá condicionar o recebimento do seguro-defeso à comprovação da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas.

Ainda em relação às ações de fiscalização e ordenamento da atividade pesqueira, destaca-se a elaboração do Plano de Ação "Pescador Legal". O novo Cadastro de Pescadores Profissionais Artesanais proporcionará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o cruzamento de dados com os demais sistemas da União, como o da Receita Federal, o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), o Sistema de Controle de Óbitos (Sisobinet), o Cadastro da Previdência (Dataprev), dentre outros.O Plano de Ação prevê o recadastramento dos pescadores profissionais artesanais dentro do Sistema de Cadastro do Produtor Rural e Demais Agentes (Sican), sediado junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O Sistema encontra-se em fase de adaptação para a incorporação de ferramentas de inteligência, que permitirão maior controle e prevenção de possíveis fraudes.

De acordo com o Decreto 7.024/2009, a sanidade pesqueira e aquícola – contida no objetivo de promover a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas – era atribuída ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e ao MAPA, de forma compartilhada, sendo que o MPA exercia suas atribuições por meio de um acordo de cooperação técnica com o MAPA. Ao MPA cabia o controle da saúde dos organismos aquáticos sob cultivo e da qualidade do pescado *in natura* que não estivesse sob o Sistema de Inspeção Federal (SIF). Já ao MAPA cabiam as demais atividades, como a inspeção e fiscalização higiênico-sanitária dos estabelecimentos sob SIF, como os terminais pesqueiros e as agroindústrias. Com a extinção do MPA, a responsabilidade pelas ações de sanidade pesqueira e aquícola passou integralmente para o MAPA, que a exerce por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária, onde foi criada a Coordenação de Animais Aquáticos do Departamento de Saúde Animal.

Também a Rede Nacional de Laboratórios – Renaqua foi incorporada oficialmente ao MAPA. São integrantes da Renaqua os laboratórios oficiais centrais de referência Aquacen – Saúde Animal e Aquacen – Resíduos e Contaminantes, os Laboratórios Oficiais (Laquas), capacitados em áreas de atuação específicas, e os laboratórios credenciados públicos e privados capacitados para execução de ensaios laboratoriais de rotina.

Foi dado início ao Projeto de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) em mionecrose infecciosa do camarão, do qual participam o Brasil, China, Equador, Indonésia, México e Tailândia. O acordo tem por finalidade contribuir nas discussões internacionais sobre a doença e disponibilizar treinamentos em nível internacional para seu controle e prevenção.

Quanto ao programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo – Aquicultura com Sanidade, que visa a prevenção, controle e erradicação de doenças nos sistemas de produção de animais aquáticos, está prevista para 2017 a capacitação dos serviços veterinários oficiais, de médicos veterinários privados e de aquicultores.

O programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB) define os procedimentos de amostragem e análise de resíduos e contaminantes, em moluscos bivalves (ostras, berbigões, vieiras e mexilhões) nas etapas de coleta, trânsito e processamento desses organismos. Pelo PNCMB, vêm sendo monitoradas 15 áreas em Santa Catarina. Para 2017, está prevista a expansão do monitoramento para outras UFs (PR, SP e RJ) e o aprimoramento das análises laboratoriais.

A Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária (Aquaepi), constituída por instituições públicas de ensino superior e pesquisa, é responsável pelo suporte técnico e científico a políticas de sanidade aquícola e pesqueira, por meio de estudos epidemiológicos e projetos de pesquisa. Por meio do programa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Monitoramento Sanitário de Alevinos e Juvenis, foram iniciados projetos-piloto de prospecção de patógenos e elaboração de legislação de monitoramento sanitário de formas jovens de tilápia e tambaqui em RO, MT, MG, DF, PR e CE e de camarão marinho no CE, RN e PE. Também foram iniciados estudos para a detecção de sete patógenos que acometem as ostras no estado de Santa Catarina.

O programa *Twinning* da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE, sigla em inglês) objetiva implantar laboratórios de referência em países em desenvolvimento por meio da cooperação de laboratórios de referência localizados em países desenvolvidos. Foi firmado, em 2014, um acordo de cooperação de três anos entre o Aquacen, – Saúde animal e o Instituto Veterinário Nacional da Noruega, o qual se finda em 2017. O acordo envolve pesquisas sobre doenças da tilápia e o cultivo celular para a cultura de vírus de espécies de peixes nativos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A aquicultura é a atividade de produção animal que mais cresce mundialmente e deve responder por 62% do consumo mundial de pescado até 2030. O declínio da captura pela pesca extrativa a torna o principal meio de suprimento da demanda mundial de pescado.

Em 2017, o MAPA ampliará as ações de desburocratização dos processos, revisará normas e continuará no desenvolvimento de ações de apoio e desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola, bem como buscará o aumento das parcerias com outras instituições para implementar de forma mais célere e eficaz esta política.

Além disso, o MAPA deverá buscar dar continuidade e ampliar a estruturação da cadeia produtiva com as principais espécies da aquicultura e da pesca de forma sustentável; apoiar o desenvolvimento de linhas de pesquisas e tecnologias inovadoras, em especial buscando a otimização da produção; melhorar o grau de sustentabilidade dos sistemas produtivos da aquicultura, buscando e apoiando o desenvolvimento de métricas adequadas a cada situação (região e espécies); e aumentar e qualificar a produção aquícola e pesqueira nacional.

Garantir a segurança alimentar, a sanidade dos produtos pesqueiros, a competitividade nos mercados interno e externo, a qualificação e a renda de trabalhadores que dependem direta ou indiretamente da atividade aquícola e pesqueira deverão continuar sendo os desafios norteadores do programa Pesca e Aquicultura no PPA 2016-2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2042
PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

A competitividade da agropecuária brasileira é reconhecidamente importante para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Os 84,9 bilhões de dólares exportados pelo agronegócio brasileiro em 2016 contribuíram para o país obter um superávit de 71,3 bilhões de dólares na balança comercial do setor. Além de contribuir com a retomada do crescimento econômico e no equilíbrio das contas externas, o setor desempenha papel fundamental no abastecimento do mercado interno de alimentos, fibras e energia, na geração de riqueza, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos internos migratórios, entre outros benefícios.

Entre os principais fatores responsáveis por esse papel se encontra a capacidade brasileira de investir em ciência e tecnologia e a decorrente adoção, por parte do setor produtivo, das soluções tecnológicas inovadoras promovidas pela pesquisa agropecuária, com apoio das organizações públicas e privadas de extensão rural. Os resultados dessa integração entre pesquisa, extensão e produção têm sido tão satisfatórios que o país se transformou, nas últimas quatro décadas, de antigo importador de alimentos em um dos maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários do mundo.

Os benefícios conquistados pelos altos índices de produtividade da moderna agropecuária brasileira se refletem, no âmbito interno, na redução do impacto do preço dos alimentos na cesta de consumo das famílias, contribuindo, assim, para a melhor distribuição de renda e a segurança alimentar da população; no âmbito externo, a agropecuária desempenha papel fundamental no crescimento econômico do país, na medida em que a exportação garante o saldo positivo de sua balança comercial.

O programa temático "Pesquisa e Inovações para a Agropecuária" está inserido neste contexto, no sentido de garantir a continuidade desses avanços por meio do desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias, de sua incorporação pelo setor produtivo, além da disseminação da cultura e da ampliação do processo de inovação. Dessa forma, o programa busca contribuir para a superação de desafios relacionados à produtividade e competitividade do setor; à segurança alimentar; à sustentabilidade produtiva e ambiental, com destaque para a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, e à inclusão social dos pequenos agricultores e daqueles de base familiar. Também se dedica a inovações organizacionais, por meio da incorporação de novos processos e arranjos para o aprimoramento da estrutura da pesquisa agropecuária brasileira, do fortalecimento e consolidação da atuação internacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da gestão da inovação no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Para superar desafios como esses, o programa está organizado em seis objetivos distintos e complementares: (i) Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na conservação de recursos genéticos, na promoção da proteção de cultivares e no desenvolvimento da tecnologia agropecuária; (ii) Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia; (iii) – Produzir conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária; (iv) Promover a incorporação de soluções inovadoras pelas cadeias e arranjos produtivos da agropecuária para aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade; (v) Aprimorar parcerias, processos, recursos humanos e infraestruturas estratégicas no país para a pesquisa, o desenvolvimento e as inovações da agropecuária; (vi) Desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária, e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau. O atendimento a esses objetivos exigiu do governo federal uma série de iniciativas, cujos resultados encontram-se a seguir. De forma geral, esses resultados atenderam ao programa Inovações para a Agropecuária.

Uma robusta carteira de projetos de pesquisa e transferência de tecnologias é elemento essencial para uma constante geração de novos conhecimentos e inovações tecnológicas. Além da manutenção da carteira de projetos e da geração de novos produtos, este conjunto de esforços gerou impactos positivos no setor agropecuário e ainda ajudou na preservação do ambiente em que atua. Desta forma, a pesquisa agropecuária desenvolvida cumpriu seu papel nos aspectos de meio ambiente, sociedade, geração de emprego e retorno dos investimentos realizados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Considerando o conjunto dos indicadores do programa temático, especificamente quanto aos impactos das tecnologias lançadas pela Embrapa em termos de empregos no meio rural, foram verificados 71.787 novos postos de trabalho em 2015. Ainda no mesmo ano, 1.224 tecnologias, produtos e serviços foram desenvolvidos. Isso representa um aumento de 14,5 % em relação ao ano anterior. Outro indicador importante dos impactos dos resultados da pesquisa desenvolvida pela Embrapa é o valor do retorno dos investimentos para cada real aplicado. No ano de 2015, foram obtidos em média R$ 9,23 por real aplicado.

Em relação ao objetivo de fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na conservação de recursos genéticos, na promoção da proteção de cultivares e no desenvolvimento da tecnologia agropecuária, destacam-se 301 cultivares protegidas em 2016, perfazendo um total acumulado de 3.111 cultivares já protegidas. Isto atende à expectativa de pessoas físicas e jurídicas que buscam segurança no retorno dos investimentos realizados em pesquisa e inovação na área de melhoramento genético vegetal. O estímulo à obtenção de novas variedades de plantas, proporcionado pela proteção de cultivares, incentiva a competição entre empresas e reflete na melhoria da qualidade dos materiais lançados no comércio de sementes, beneficiando os agricultores e consumidores. Foram também incluídas no regime de proteção nove novas espécies, totalizando-se 181 espécies que podem ter suas cultivares protegidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No ano de 2016, os esforços para ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) continuada como instrumento de difusão de tecnologia concentraram-se na articulação com entidades e formalização de parcerias com os órgãos estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para tanto, foi feita uma pesquisa com os objetivos de avaliar o perfil do médio produtor, compreender o efeito da ATER para o produtor, levantar problemas no serviço de ATER e coletar sugestões para melhoria dos serviços. Tal pesquisa funcionará como um mapeamento da demanda de ATER pelos médios produtores e servirá de subsídio para a realização de projetos prioritários nessa área.

Após identificada a demanda, buscou-se estabelecer projetos prioritários de ATER que suprissem as carências de cada Estado. Para tanto, foram firmadas parcerias em forma de convênios e Termos de Execução Descentralizadas com outras entidades, que viabilizarão o atendimento de 27.955 beneficiários, entre produtores rurais, técnicos e estudantes, e a implementação de 372 Unidades de Referência Tecnológica.

No que diz respeito à agricultura irrigada, foram selecionados 16 perímetros para a implantação de unidades demonstrativas, que têm a função de difundir conhecimentos e tecnologias, propiciando os meios para a experimentação e aprendizado de propostas de cunho tecnológico ou organizacionais. Além disso, foram capacitados 1.421 técnicos em agricultura irrigada, por meio do curso Irrigaweb, promovido na modalidade a distância, em parceria com a Embrapa Produtos e Mercado.

Em relação a produzir conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária, em 2016, a meta de 800 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em execução por ano foi superada com um conjunto de 1.390 projetos finalizados e em andamento, sendo que 46% deles foram parcialmente custeados por fontes externas. No total, esses projetos geraram ganhos para vários temas, entre os quais os seguintes destaques:

- Aproveitamento sustentável dos recursos naturais com vistas à sustentabilidade da agricultura: o sistema de irrigação por gotejamento, acionado e controlado por luz solar, foi a solução tecnológica mais demandada via atendimentos do SAC Embrapa. Foram quase 2,5 mil atendimentos em 2016 relacionados à tecnologia disponibilizada. Outros destaques foram o desenvolvimento de protocolos silviculturais para espécies florestais; descrição de novas espécies e valoração de serviços ambientais; aprimoramento do zoneamento agrícola do sistema de produção de soja e milho safrinha em Mato Grosso do Sul com a elaboração de uma base de dados georreferenciados; indicação de modelo de Sistemas Agroflorestais para regiões específicas do estado do Amazonas; metodologia de clonagem de babaçu; planejamento do uso da água no Perímetro Irrigado Pontal Sul, no Vale do São Francisco; lançamento de uma cultivar de maracujazeiro silvestre para consumo *in natura;* recomendação de sistemas de cultivo e cultivares de maracujazeiro; cultivar de mandioca mais produtiva para a indústria, indicada para cultivo nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná (BRS CS 1); e o software WebGIS-GeoSaltus, que permite a integração de bases de dados geográficos provenientes de várias fontes;
- Soluções para ampliar a capacidade de adaptação da agricultura face às mudanças climáticas: sistema de informação para avaliação das alterações em variáveis meteorológicas causadas pelas mudanças climáticas; balanço de estoques de carbono e emissões de gases de efeito estufa em sistemas agropecuários; diferentes formas de controle da população fúngica associada às sementes de dendê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e definição de níveis de emissões de gases de efeito estufa em ambientes de produção do Nordeste; lançamento de cultivares de dendezeiro BRS Tenera indicadas para cultivo em Roraima; e software associado para coleta de dados;

- Produção de conhecimento em ciências emergentes como biotecnologia, nanotecnologia e geotecnologias: um dos destaques do ano com ampla repercussão na mídia foi a tecnologia denominada transferência intrafolicular de ovócitos imaturos (TIFOI), desenvolvida pela Embrapa e parceiros. Trata-se de uma biotécnica que apresenta todas as vantagens da fecundação in vitro (FIV) com um benefício adicional: o fato de não precisar de laboratório para ser realizada. Outros destaques foram as cultivares de soja lançadas pela Embrapa e a Fundação Meridional de Apoio à Pesquisa – a BRS 1010 IPRO, a BRS 388RR e a BRS 399RR. A Embrapa desenvolveu ainda ações de enriquecimento e/ou manutenção de coleção biológica, adensamento de plantio de citros no Nordeste e Norte, identificação de genes relacionados à resistência de trigo à brusone, identificação de proteínas diferencialmente expressas relacionadas à qualidade da carne, banco de dados de sequências expressas em *Cenchrus ciliaris* em resposta ao déficit hídrico, mapeamento do estoque de carbono de florestas naturais por sensoriamento remoto e teste tipo ELISA visando à detecção do vírus da bronquite infecciosa aviária;
- Produção de conhecimentos em automação, agricultura de precisão e tecnologias da informação e comunicação (TICs): a Embrapa, em parceria com a iniciativa privada, desenvolveu um pacote tecnológico destinado à análise de solos. Denominado SpecSolo, ele tem a vantagem de analisar as amostras de solo de forma não destrutiva, rápida e econômica. Adicionalmente, destacam-se nesta vertente: identificação de regiões genômicas relacionadas às características de produção da raça Guzerá; base de dados geoespaciais da dinâmica de gases de efeito estufa em sistemas de produção da agropecuária brasileira; avaliação do escore da condição corporal em vacas de leite por análise de imagens; método para detecção de adulteração em leite por ressonância magnética nuclear; modelos de transferência e licenciamento de TICs para a agropecuária; e software para predição de valores genômicos;
- Segurança biológica e proteção zoofitosanitária das cadeias produtivas para a produção agropecuária sustentável e competitiva: lançada em 2016, a BRS Catiana é a nova opção cultivar de arroz irrigado, desenvolvida pela Embrapa e adaptada para os produtores rurais tocantinenses e para várias regiões do país. Além da alta produtividade, são características do arroz a resistência à brusone, principal doença que ataca a cultura no Brasil, alta tolerância ao acamamento e facilidade de cozimento. Outros resultados de destaque nesta vertente são: protótipo de equipamento para mensuração automatizada de variáveis fisiológicas em bovinos; avanço no conhecimento da biologia e epidemiologia das infecções causadas pelo *Senecavirus A* em suínos nos Estados Unidos e no Brasil; conjunto de dados sobre ocorrência de pragas, doenças e plantas daninhas em função de práticas de manejo em sistema de produção de cana-de-açúcar; monitoramento e manejo de pragas na cultura da soja; banco de dados sobre *Psylloidea* no Brasil; avaliação da adaptabilidade ao calor em bovinos e ovinos de corte e processo de detecção de *Mycobacterium bovis* no leite, queijos frescos e carne;
- Desenvolvimento de sistemas de produção inovadores e sustentáveis para a produção agropecuária, florestal e aquícola brasileiras: em 2016, a uva BRS Vitória conquistou espaço em redes supermercadistas de todo o Brasil. Outro destaque dos programas de melhoramento da Embrapa é a cultivar de trigo BRS 394, para a região do Cerrado do Brasil central, que começou a conquistar o mercado em 2016. O trigo desenvolvido apresenta qualidade industrial voltada à panificação. Para a cadeia produtiva do arroz, destaque para a nova cultivar BRS 358 com um aspecto mais pegajoso, bastante valorizado, por exemplo, pela culinária japonesa. Outro destaque foi o lançamento de processos agroindustriais para produtos cárneos ovinos: presunto ovino curado tipo espanhol (defumado ou não), presunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ovino curado tipo norueguês (defumado ou não), copa ovina (defumada ou não), copa ovina defumada *winery*, copa ovina defumada *brewery* e linguiça ovina *light*;

- Produção de conhecimento para apoiar a formulação e a melhoria de políticas públicas, mercados, política e desenvolvimento rural: estruturação e implantação de sistema de vigilância epidemiológica de suídeos asselvajados, estruturação e diagnóstico do Pacto pelo Sinal Verde da Qualidade da Carne Bovina no MS.

Em relação ao objetivo de promover a incorporação de soluções inovadoras pelas cadeias e arranjos produtivos da agropecuária para aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade, em 2016, os principais resultados da Embrapa para o alcance desse objetivo foram os seguintes: realização de 537 acordos de âmbito nacional na área de propriedade industrial e de melhoramento genético, linha de ação que contribui diretamente para o crescimento sustentável do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que garante a estratégica presença do Estado no mercado de inovações e ativos agropecuários, e capacitação de 2.000 multiplicadores, no âmbito nacional, em soluções tecnológicas desenvolvidas e validadas pela Embrapa. Outros resultados incluem a produção e veiculação de um total de 192 programas de rádio e de 38 programas televisivos Dia de Campo na TV e a distribuição de 170 kits de Minibibliotecas; o desenvolvimento do sistema corporativo para gerenciar as soluções tecnológicas da Empresa – GESTEC; o desenvolvimento e disponibilização de oito aplicativos móveis, por meio de suas unidades de pesquisa: (i) Custo Fácil (Cálculo simplificado do custo de produção para produtores integrados), (ii) Roda da Reprodução (Gerenciamento de rebanhos leiteiros), (iii) Agritempo Móvel – (Informações agrometeorológicas dos estados brasileiros), (iv)Granucalc (Cálculo do Diâmetro Geométrico Médio e do Desvio Padrão Geométrico de partículas de ingredientes para ração de frangos e suínos), (v) DiagSui Embrapa (Orientações para diagnóstico laboratorial de doenças em suínos), (vi) GD Arroz (Planejamento e tomada de decisão no manejo da cultura do arroz irrigado), (vii) Sumário de Touros Nelore – Gene Plus (Sumário de touros da raça Nelore do programa Geneplus da Embrapa Gado de Corte) e (viii) Sumário de Touros Senepol (Sumário de touros da raça Senepol do programa Geneplus da Embrapa Gado de Corte); e a implantação de 70 Unidades de Referência Tecnológica, que disponibilizaram soluções tecnológicas recomendadas pelo programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono e 20 Unidades de Aprendizagem – UAs.

No objetivo de aprimorar parcerias, processos, recursos humanos e infraestruturas estratégicas no país para a pesquisa, o desenvolvimento e as inovações da agropecuária, a Embrapa centrou sua atenção em duas frentes: a primeira, relacionada ao seu contexto de atuação, envolveu esforços para construção de parcerias de cooperação técnica e financeira, transferência de tecnologia e inovação, bem como atuação na formulação de políticas públicas; a segunda, voltada para sua gestão, buscou avanços no compartilhamento e gestão conjunta de infraestruturas laboratoriais e aprimoramento do seu processo de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os resultados alcançados no âmbito externo são os seguintes: assinatura de 225 contratos para cooperação técnica ou financeira, nacionais e internacionais, além da elaboração de projetos em inovação e transferência de tecnologia com 537 instituições brasileiras; colaboração na execução de várias políticas e planos de governo, tais como: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Plano Brasil sem Miséria, Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), Política Nacional de integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), Plano Nacional de Inovação para Agricultura Familiar, entre outras; consolidação de alianças estratégicas com 103 instituições em 92 projetos de P,D&I no programa Pesquisa Café. Foram também assinados instrumentos de cooperação científica com centros de pesquisa de diversos países, incluindo França, Uruguai, EUA, Tunísia, Uganda e Cuba. Destaca-se também a promoção da integração da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural, em colaboração com a Anater, pelo fomento à adoção de novas tecnologias pelos produtores e à qualificação de profissionais de assistência técnica e extensão rural com foco no desenvolvimento rural sustentável.

Por último, destaca-se o objetivo para desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária, e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau.

No ano de 2016, a grande maioria dos projetos executados de pesquisa contemplaram as demandas identificadas nos processos produtivos do cacau, borracha, dendê, palmiteiros e pastagens utilizadas nos sistemas de produção de leite e carne. Desses projetos, aproximadamente 90 atenderam às demandas da cadeia produtiva do cacau, correspondendo a 73,17% dos projetos trabalhados. As pesquisas executadas se concentraram nas seguintes áreas de conhecimento: melhoramento genético, biotecnologia, biologia molecular, controle integrado de pragas, fisiologia e nutrição de plantas, fertilidade e conservação de solos, desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Foram priorizados os sistemas agroflorestais, a melhoria das técnicas de manejo do cacau e outros cultivos tropicais perenes, a melhoria da qualidade de produtos e o aperfeiçoamento e expansão da agroindústria, além de estudos econômicos sobre mercados e custo de produção.

As tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção, com o uso de sistemas agroflorestais (SAFs) envolvendo cacau, seringueira e outros cultivos, com ampla receptividade e adesão dos produtores da agricultura familiar, como também dos médios e grandes produtores. Os SAFs são, efetivamente, uma alternativa competitiva aos modelos convencionais de produção, tanto pelas interações biológicas dos sistemas, como pelos resultados mais expressivos obtidos, sob todos os aspectos da sustentabilidade.

A nova conjuntura dos bons preços, aliada à execução integrada dos objetivos de PD&I e ATER em parceria com diversas instituições e entidades, tem gerado reflexos positivos, com mais ênfase para a cadeia do cacau. Isto tem contribuído para criar um novo ambiente de trabalho e esperança para o agronegócio regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O desenvolvimento dessas iniciativas e projetos conjuntamente com as diversas instituições parceiras facilitou e propiciou o acesso às novas tecnologias, o que proporcionou os seguintes resultados, quando se compara com o período de menor produção, produtividade e área colhida no início da década de 2000: Um crescimento real, de 60,66% na produção nacional de cacau, saindo de 170.004 em 2003 para 273.124 toneladas em 2015, e crescimento da produtividade média cresceu de 278 em 2000, para 403 Kg/ha em 2015. Enquanto isso, a área plantada no mesmo período cresceu de 582.315 ha em 2002, para 676.902 ha em 2015.

Neste contexto, segundo as previsões do IBGE, em 2016, a produção deverá cair para 214.741 toneladas, representando uma redução de 21,38%, a produtividade deverá cair para 303,66 kg/ha, representando uma redução de 24,74%, enquanto a área colhida deverá crescer para 707.169 ha, representando um crescimento de 4,47%, quando comparado aos dados de 2015.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O cenário mundial traz desafios cada vez mais complexos, principalmente no que diz respeito à adaptação às mudanças climáticas e à capacidade de atender às demandas do mercado internacional, entre outros, sendo que o país tem a oportunidade de se posicionar vantajosamente, com sustentabilidade e competitividade, em função da disponibilização do seu acervo científico e tecnológico para o setor produtivo.

Tais desafios trazem implicações importantes em termos de segurança alimentar frente ao cenário tendencial de aumento populacional em regiões com menor aporte tecnológico para produção de alimentos, produção de energia e fibras a partir da biomassa, zoneamento agro-climatológico, que estão incluídos na orientação estratégica da Embrapa no corrente ciclo de planejamento.

Adicionalmente, novos compromissos foram assumidos pelo Brasil dentro da Agenda 2030 da ONU, expressos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Embrapa tem hoje uma programação de P,D&I que dialoga em grande parte com as questões envolvidas nestes objetivos. Esse alinhamento ao compromisso internacional com os ODS é uma maneira de prestar contas à sociedade e mostrar como a pesquisa agropecuária pode ajudar na erradicação da pobreza no Brasil, contribuindo com alternativas que poderão também ser adotadas em várias partes do mundo. Neste contexto, a pesquisa agropecuária se coloca como alavanca que contribui para o desenvolvimento nacional e garante a estratégica presença do Estado no mercado de inovações e ativos agropecuários.

É relevante registrar também a importância de se financiar programas corporativos de educação direcionados à aquisição e ao aprimoramento de competências e necessários à modernização e à ampliação da infraestrutura física de suporte às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovações para a agropecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2083
QUALIDADE AMBIENTAL

No conjunto das atividades voltadas para a promoção da qualidade ambiental, destacam-se o licenciamento ambiental e fiscalização, a gestão dos resíduos sólidos e a gestão ambientalmente adequada das substâncias químicas poluidoras e degradadoras do meio ambiente, bem como o controle de emissões atmosféricas de poluentes para melhoria da qualidade do ar.

O licenciamento ambiental é o principal processo de garantia de que obras de infraestrutura e outros tipos de empreendimentos sejam realizados em consonância com padrões ambientalmente sustentáveis. Constitui desafio para o licenciamento ambiental o fortalecimento das diretrizes de sustentabilidade ambiental no planejamento e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do país. Esse desafio torna-se maior quando considerado o aumento e a diversidade do número dos projetos de infraestrutura, planejados e em implantação, com especificação e clareza de normativos técnicos, de modo a diminuir inseguranças jurídicas.

Atualmente, os resíduos sólidos não são mais vistos como uma responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social, com um mínimo de impacto ambiental e movimentando a economia no processo.

Nesse sentido, a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, em conjunto com o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conferem um novo ordenamento que requer uma participação mais atuante do poder público, do setor produtivo, das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores e também da sociedade.

Cabe à União, sobretudo, o papel de indutora e fomentadora dessas novas práticas, o que pode ser feito pela alocação de recursos, definição de diretrizes, formulação dos acordos setoriais, instituição de novas normas, ou pelo incentivo à integração entre os atores que atuam no setor. Destaca-se que o programa Qualidade Ambiental tem como uma de suas metas elevar de 37%, em 2013, para 70%, em 2019, a parcela da população beneficiada por planos de resíduos sólidos.

Destaca-se ainda que está previsto, até o final do PPA 2016-2019, o fomento de 1.000 cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis, para atuação na coleta seletiva e na cadeia produtiva da reciclagem. O sucesso dessa ação fortalecerá outra, a de elevar a taxa de recuperação de materiais recicláveis de 1,8%, em 2013, para 3,6% em 2019.

Enquanto componente do saneamento básico, a gestão e manejo de resíduos sólidos deve estar articulada com os demais componentes – abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana – visando à integralidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme institui o Plano Nacional de Sneamento Básico.

Assim como o licenciamento ambiental, a fiscalização também se sobressai, dada a sua finalidade precípua de exercer o poder de polícia administrativa para a proteção do meio ambiente, garantindo o controle e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

remediação de áreas poluídas, contaminadas e degradadas, aplicando aos infratores as devidas sanções. Além disso, a fiscalização atua no combate aos ilícitos que envolvem produtos ou substâncias tóxicas, perigosas ou nocivas à saúde humana ou ao meio ambiente.

No que tange à produção e emissão de substâncias químicas, ressalta-se que o Brasil é hoje o 9º maior produtor mundial de substâncias químicas industriais e almeja posicionar-se entre os cinco maiores do mundo, até 2020. A gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos, ao longo de todo o seu ciclo de vida, é um tema de preocupação global permanente, cuja implementação contribui, explicitamente, para o alcance dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) referentes à "saúde", "água e saneamento" e a "padrões de consumo e produção sustentáveis".

Nesse contexto, pode-se dizer que a gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos avançou com a elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POPs) e com a proposição de ações conjuntas para a redução do uso de agrotóxicos, no âmbito do programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara). O programa deverá avançar na eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos, inventariados nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia.

O controle das emissões de substâncias poluidoras na atmosfera é outra especificidade da gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos, para a promoção da qualidade ambiental. O aumento do número de veículos automotores em circulação tem gerado acréscimo significativo nas emissões de poluentes na atmosfera.

Entretanto, muitos progressos foram alcançados a partir da criação do programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar), pela Resolução 5, de 15 de junho de 1989, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estabeleceu as estratégias e os instrumentos para a gestão nacional da qualidade do ar. O programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), que já existia, e que foi incorporado ao Pronar como um de seus instrumentos, teve fundamental importância na diminuição das emissões na atmosfera nas últimas décadas, limitando a venda no país apenas para veículos cujas emissões se enquadrem nos limites vigentes estabelecidos.

O Pronar visa reduzir as concentrações de contaminantes na atmosfera, como a redução e a manutenção da concentração máxima de material particulado inalável, com diâmetro aerodinâmico igual ou menor que 10 micrômetros (MP10), em no máximo 35 μg/m³ (média anual) em 2019. Desde a sua criação, muito já foi feito para o controle das emissões atmosféricas, contando o país, atualmente, com limites de emissão extremamente rigorosos, tanto para as fontes industriais como veiculares.

Contudo, muito ainda precisa ser feito na implementação dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, como: a revisão dos padrões de qualidade do ar, a criação da rede nacional de monitoramento e a implantação do programa Nacional de Inventários de Emissões.

Embora se considerem essas questões como delineadoras do programa Qualidade Ambiental, há necessidade de se destacar a importância da implementação de uma gestão dos riscos relacionados a emergências ambientais decorrentes de acidentes com substâncias químicas, óleos e outros produtos perigosos. Nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sentido, ressalta-se que já existem 17 comissões estaduais do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais (P2R2), que realizam mapeamento de áreas de risco, por meio da avaliação criteriosa dos planos de ação de emergência das mais diversas tipologias de empreendimentos e pela elaboração de planos de resposta a acidentes em que o poluidor é desconhecido ou incapaz e, finalmente, pela articulação desses planos no P2R2.

Por fim, como forma de coroar e enriquecer a política de qualidade ambiental, o programa também prioriza a educação ambiental, cada vez mais aprimorada e difundida por meio de plataformas de educação a distância para formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos.

Sendo assim, os grandes desafios a serem enfrentados pelo programa são: reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis ; controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar; promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana e; realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e de empreendimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Houve melhoria dos indicadores relacionados à fiscalização ambiental. O "Número de autos de infração lavrados pelo IBAMA" aumentou de 12.500 em 2014 para 15.739 em 2016. O "Número de embargos realizados pelo IBAMA decorrentes de infração ambiental", que havia sido de 4.000 em 2014, subiu para 4.227 em 2016. Já o "Número de termos de apreensão, emitidos pelo IBAMA, de bens envolvidos em infração ambiental" apurado para 2016 foi de 4.071. Em 2014 haviam sido emitidos 3.000.

O indicador "Licenças de Operação Emitidas pelo IBAMA" se manteve estável, com 58 licenças emitidas em 2016. Em relação à emissão de licenças prévias e de instalação emitidas, houve uma redução, de 35 em 2015 para 22 em 2016 no caso das licenças prévias e de 73 em 2015 para 43 em 2016 no caso das licenças de instalação. Essa redução pode ser explicada por fatores diversos, como a baixa atividade econômica no período, questões operacionais e complexidade do processo de licenciamento.

Em relação ao objetivo de reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, mais especificamente quanto à elevação da taxa de recuperação de materiais recicláveis, tem–se um aumento dessa taxa que estava estagnada em 1,8% para 2%. A tendência é que esse número aumente ainda mais com ações do governo de apoio a cooperativas e logística reversa. Em relação ao intuito de elevar o patamar da população brasileira beneficiada por Planos municipais de Resíduos Sólidos, o último levantamento, realizado em junho de 2016, indica a existência de 2,2 mil municípios com Planos municipais/Intermunicipais de Resíduos Sólidos (PGIRS), alcançando uma população de 110 milhões de habitantes, ou seja, 53,5% da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao objetivo de controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar, obteve-se a redução da concentração máxima de Material Particulado Inalável (MP10) atingindo a média anual de 33 µg/m³ em 2016, sendo que: i) Estações Cerqueira César e Marginal Tietê-Ponte alcançaram, em 2016, a meta estabelecida para ser alcançada em 2019 (35 µg/m³): i) Estação Cerqueira César: 26 µg/m³); ii) Estação Marginal Tietê-Ponte: 32 µg/m³ e; iii) Estação Osasco: 40 µg/m³. Em relação à redução da concentração máxima de Dióxido de Enxofre (SO2) a meta foi superada em 2016, atingindo a média anual de 2 µg/m³, com os seguintes resultados: i) Estação Cerqueira César: 2 µg/m³); ii) Estação Marginal Tietê-Ponte: 2 µg/m³ e; iii) Estação Osasco 2 µg/m³. A concentração máxima de Dióxido de Nitrogênio (NO2) foi reduzida, em 2016, em média anual, para 46 µg/m³, obtendo os seguintes resultados: i) Estação Cerqueira César: 38 µg/m³); ii) Estação Marginal Tietê-Ponte: 52 µg/m³ e; iii) Estação Osasco 49 µg/m³. As Estações Cerqueira César e Osasco alcançaram, já em 2016, a meta estabelecida para ser alcançada em 2019.

Em relação ao objetivo de promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana, a meta de eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia terá início de implementação em 2017. Em 2016, os estados realizaram o recolhimento dos estoques de agrotóxicos POPs para a posterior eliminação. Quanto a eliminação das Bifenilas Policloradas (PCB) em 3 empresas do Setor Elétrico inventariadas, em 2016, foram realizadas as seguintes ações-piloto no âmbito do Projeto PCBs: (i) investigação e elaboração de plano de intervenção em área supostamente contaminada com PCBs; ii) elaboração de Inventários demonstrativos de PCBs, avaliação da gestão de PCBs e elaboração do Plano de Gestão e Ação para a retirada de uso e destinação final ambientalmente adequada dessas substâncias e de seus resíduos em 3 empresas do setor elétrico: Amazonas Energia (AM), CHESF (PE) e COPEL (PR). Os inventários e planos de ação indicarão o montante e a forma de destinação final das PCBs levantadas nos equipamentos inventariados.

Quanto ao objetivo de realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, no ano de 2016 foi prevista a elaboração de 5 perfis ambientais, dos quais foram elaborados 4 (3 relativos a produtos biológicos e 1 relativo a substância química). A tendência para 2017 é de melhoria na execução da meta com o ingresso de analistas ambientais, responsáveis pela elaboração dos perfis, que proporcionará o fortalecimento da área.

Na questão da implementação do Sistema de Gerenciamento das Informações do Licenciamento Ambiental Federal – SIGA, em 2016, foi iniciado o mapeamento dos módulos Avaliação de Impacto Ambiental – AIA e Compensação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ambiental – CA. Ainda em 2016 foram desenvolvidas novas funcionalidades para a área do empreendedor e área interna, que, atualmente encontram-se em teste e cuja implantação está prevista para 2017.

Para a realização das ações de fiscalização ambiental em todo o território nacional, conforme dados coletados no Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI, foram realizadas 785 ações de fiscalização no período de janeiro a dezembro de 2016, atingindo cerca de 49% da meta estabelecida para os 4 anos.

Quanto a apuração de instauração de processos administrativos de apuração de infração ambiental, conforme dados coletados no Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI foram instaurados 15.739 processos administrativos de apuração de infração ambiental no período de janeiro a dezembro de 2016, atingindo em torno de 31% da meta estabelecida. Em relação ao julgamento de processos administrativos de apuração de infração ambiental pelas autoridades julgadoras competentes no âmbito do Ibama, o resultado para o período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 24.849 processos julgados, o que representa alcance de 41% da meta prevista para o período do PPA.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao programa Qualidade Ambiental a maioria das metas encontram-se em bom andamento. No entanto, algumas questões ainda precisam ser superadas para o pleno alcance de todos os resultados esperados.

Para a agenda da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, relativamente à inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, tem-se as seguintes limitações que dificultam a elevação da taxa de recuperação de materiais recicláveis: i) necessidade de análise e monitoramento dos acordos setoriais de logística reversa em especial de embalagens em geral; ii) necessidade de apoio a cooperativa de catadores de materiais recicláveis tanto por meio da logística reversa como por meio do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores; e iii) ampliação do projeto Cataforte, que visa possibilitar a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos.

Verificou-se que nos primeiros quatro anos da PNRS, houve um crescimento acentuado do número de municípios que declaram possuir Planos municipais e Intermunicipais. Entretanto, nos últimos dois anos a situação se estagnou. Algumas hipóteses podem ser formuladas para explicar a redução do crescimento. A primeira é a ausência de programa federal específico de apoio aos municípios e consórcios para elaboração dos Planos. A segunda é o entendimento equivocado dos municípios e da sociedade em geral que a PNRS teve seus prazos dilatados, pois encontra-se no Congresso Nacional a discussão sobre o assunto, mas até o atual momento a dilatação de prazo não se concretizou. Uma terceira possibilidade é que os municípios têm apresentado dificuldades técnicas e financeiras para executar os Planos com recursos próprios. Outro fator que também pode ter influenciado é o fato de a existência dos planos de resíduos ser condicionante para acessar recursos federais para resíduos sólidos; a baixa disponibilidade destes recursos pode ter desestimulado os municípios a acelerarem a elaboração de seus respectivos planos.

No que diz respeito à implementação dos sistemas de logística reversa previstos na PNRS, a dificuldade fica em torno do atendimento às demandas e exigências do setor privado ao Ministério do Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como condicionantes para a assinatura dos acordos que extrapolam a competência do ministério, tais como incentivos fiscais e questões comerciais. Assim, para que os sistemas sejam implementados com sucesso, faz-se necessária uma intensa articulação entre os ministérios que compõem o Comitê Orientador para Implementação dos Sistemas de Logística Reversa – CORI, comitê este que não se reuniu em 2016 devido às mudanças no executivo federal.

Para a agenda de controle das emissões atmosféricas de poluentes para a melhoria da qualidade do ar, tem-se a necessidade da atualização e maiores restrições dos padrões de Qualidade do Ar estabelecidos por Resolução CONAMA. Tema a ser discutido em 2017.

A gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos, em especial em relação a eliminação dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia terá início de implementação em 2017. Está sendo construída e negociada junto ao GEF proposta de um Projeto para a implementação do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo, com a eliminação de alguns estoques de POPs identificados. Já em relação à eliminação das Bifenilas Policloradas (PCB), deverão ser realizados os inventários demonstrativos em mais 3 empresas (1 do setor elétrico e 2 do setor industrial) e assinada Carta de Acordo com a CETESB, Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a América Latina e o Caribe, para elaboração da estratégia de comunicação do projeto PCBs e realização de cursos à distância de gestão de PCBs.

Quanto ao controle e à fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, todas as metas previstas estão sendo executadas como programado. Em relação à publicação e divulgação de perfis ambientais de substâncias químicas e agentes biológicos perigosos, providências estão sendo tomadas no sentido de estabelecer parcerias junto a Universidades e Institutos de Pesquisa para colaborar na elaboração dos perfis. Ressalta-se que o Ibama vem buscando a modernização da área de apuração de infrações ambientais e aplicação de sanções, a fim de dar celeridade ao procedimento para julgamento de processos administrativos de apuração de infração ambiental (fonte: Sicafi, Módulo Câmara; acesso em 12.2016).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2084
RECURSOS HÍDRICOS

Em termos globais, o Brasil possui grande quantidade de água, passando pelo território nacional cerca de 260.000 m³/s em média, dos quais, 205.000 m³/s centralizam-se na bacia do Rio Amazonas, ficando para o restante do território apenas 55.000 m³/s de vazão média. Como se observa, os recursos hídricos estão distribuídos de maneira heterogênea no território nacional, o que compromete a oferta de água no país.

Quando considerados os problemas de abastecimento público de água, causados pela ocorrência de eventos hidrológicos críticos nos últimos anos, principalmente no semiárido e nas regiões metropolitanas mais populosas e com maior demanda hídrica, caso dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, torna-se imprescindível uma gestão de recursos hídricos que seja capaz de superar essa situação, de forma a garantir o bem-estar da população e atender às necessidades do desenvolvimento socioeconômico.

É nesse contexto que se ressalta a importância do programa Recursos Hídricos, empenhado em organizar a ação de governo para assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

O objetivo 1025 do programa é dedicado à implementação dos seguintes instrumentos da PNRH: planos de recursos hídricos; enquadramento de corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes; outorga de direito de uso; cobrança pelo uso da água e sistema nacional de informações.

O objetivo 1026 visa fortalecer a estrutura funcional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), que compreende os seguintes entes: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Agência Nacional de Águas (ANA), conselhos de recursos hídricos dos estados e do Distrito Federal, comitês de bacias hidrográficas e órgãos públicos.

Já o objetivo 1027 busca promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, merecendo destaque o programa Produtor de Água, que se baseia no pagamento por serviços ambientais para a redução de processos erosivos e para o aumento da disponibilidade de água; e o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), que utiliza uma estratégia inovadora de estímulo financeiro a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos.

O objetivo 0479 propõe ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas. Nesse sentido, os investimentos visam atender à demanda por água decorrente do desenvolvimento do país e do seu crescimento populacional (*necessidade estrutural*), assim como elevar a margem de segurança em situações de estiagens atipicamente prolongadas (*necessidade conjuntural*). Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes em 390 municípios, nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Por sua vez, o objetivo 0480 visa garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção com ações de recuperação que contemplam a reabilitação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais, sua modernização e/ou ampliação, objetivando a segurança de seus usuários, bem como a seguridade hídrica.

No caso do objetivo 0549, propõe-se fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica, mediante elaboração do marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH); implementação do modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e conclusão do Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União (Planerb).

O objetivo 1024 pretende ampliar o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações, buscando uma visão integrada desse tema, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas. É essencial que se tenha uma melhor compreensão dessas interações, dado que mais da metade dos municípios brasileiros (53%) depende de mananciais subterrâneos para o abastecimento de suas sedes urbanas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Com relação aos indicadores do programa, destaca-se a evolução da capacidade do reservatório equivalente que afere a soma dos volumes dos reservatórios do setor elétrico, dos principais reservatórios da região Nordeste e dos principais reservatórios que atendem regiões metropolitanas. Em 2014, esse índice registrou o valor de 567.445 milhões de m^3. Já em 2016, o valor registrado foi de 608.266 milhões de m^3.

Não obstante, como resultado do prolongamento da seca na região Nordeste, que adentra seu quinto ano consecutivo, caiu a acumulação de água nas barragens da região, conforme registrado pelo indicador "Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade – Nordeste". Em junho de 2015, o valor aferido para o índice foi de 24,9%; já em dezembro de 2016 registrou-se o valor de 14,16%.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas e dos órgãos gestores estaduais, a vazão total outorgada em rios de domínios federal e estaduais, em julho de 2015, foi de 4.850,22 m^3/s. Isso representa um aumento de 14,5% em relação ao ano de 2014 e é um reflexo das ações de regularização dos usuários de recursos hídricos com os objetivos de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Destacam-se como principais resultados relacionados à disponibilidade de água para usos múltiplos, no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que a ampliação da Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real está em 28%, aproximando-se, portanto, da meta de 30% prevista para 2019. No ano de 2016, foram modernizadas 160 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 1.256 estações hidrometeorológicas.

Quanto à ampliação da cobertura do território nacional com Planos estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), para 2016 não era prevista progressão na meta em relação a 2015 quanto ao percentual do território

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nacional com PERHs. Por outro lado, no último trimestre do ano, os estados do Maranhão e de Rondônia realizaram contratações de consultorias especializadas para a elaboração dos estudos técnicos e realização das consultas públicas para elaboração dos seus planos de recursos hídricos. A expectativa é de que esses dois estados concluam a elaboração dos seus planos estaduais até 2017, aumentando de 58 para 64% a cobertura do território com PERHs. O estado do Amazonas também deu início ao processo licitatório para elaboração do seu PERH, com previsão de conclusão em 2018. Até 2019 é prevista a conclusão dos PERHs do Amapá, Pará, Espírito Santo e Santa Catarina, sendo que estes dois últimos estão elaborando seus PERHs por conta própria, sem o apoio financeiro do MMA.

Quanto à disponibilização de dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), no âmbito do programa Qualiágua, em 2016, foram celebrados contratos com 15 estados. A divulgação dos dados de qualidade da água desses 15 estados está disponível no portal do SNIRH, no sítio http://portalpnqa.ana.gov.br/Qualiagua.aspx e http://www.snirh.gov.br.

Em relação aos planos de bacias interestaduais e respectivos estudos de enquadramento, em 2016 foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (Região Hidrográfica do Paraná) e estão em elaboração os Planos de Recursos Hídricos da bacia do Rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e da região hidrográfica do Paraguai. A previsão de conclusão dos respectivos planos é 2017 e 2018.

Para as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos foram implementadas algumas ações na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, como: a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia do Piancó-Piranhas-Açu; implementação da alocação negociada de água em vários reservatórios estratégicos cujas informações estão disponíveis em http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/alocacao_agu a_hoje.aspx; e conclusão das atividades do termo de cooperação – TC 3/ANA/2013, firmado entre a ANA e a Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo é a elaboração de estudo para avaliar a adaptação do planejamento e da operação dos recursos hídricos à variabilidade e mudanças climáticas na bacia estendida do São Francisco, incluindo a bacia do Piancó-Piranhas-Açu.

Quanto à implementação de regras de uso da água em bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa, destacam-se informações do andamento da alocação negociada de água em seis bacias hidrográficas:

- Bacia Hidrográfica do Rio Negro (RS): discussão e definição de regras de uso por meio da Resolução 1.310/2015;
- Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (MG/ES): discussão e definição de regras de restrição de uso;
- Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos (GO/MG/DF): (i) discussão de prioridades de uso junto ao comitê de bacia, (ii) preparação de termo de referência (minuta preliminar em andamento) para contratação de empresa para apoio técnico ao monitoramento de usos, monitoramento hidrológico e acompanhamento da situação de barragens, (iii) articulação com os órgãos gestores estaduais com vistas à coordenação das ações e definição de regras conjuntas;
- Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF): instituição de grupo de trabalho e discussões sobre regras gerais de operação dos reservatórios da bacia;
- Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (BA/MG): (i) Definição de regras de alocação de água e (ii) intensificação do monitoramento de usos durante a estiagem (SFI) e;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas Açu (PB/RN): (i) Definição de regras especiais para a atual situação extrema de escassez hídrica; (ii) discussão e aprovação no comitê de bacia de regras gerais no âmbito do plano de bacia; (iii) implantação de escritório técnico na bacia por meio do Contrato 63/2016/ANA, específico apoio à implementação das regras.

No que tange aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), reporta-se que 14 unidades da federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água e 25 receberam recursos financeiros no âmbito do programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão, o que representa 70% da meta prevista até 2019.

O Progestão, regulamentado por meio da Resolução ANA 379/2013, baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. Para o cumprimento de seus objetivos, o programa aporta recursos orçamentários da ANA, na forma de transferência pelo alcance de metas acordadas entre a Agência e as entidades estaduais, sendo interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). As informações detalhadas do Progestão estão disponíveis em http://progestao.ana.gov.br/.

O trabalho de refinamento e atualização das informações do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água será iniciado em 2017, quando será feito o procedimento licitatório para execução de parte dos serviços. O Atlas consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o país. Insere-se em um contexto mais amplo de planejamento e formulação de políticas públicas, oferecendo um portfólio de projetos e obras abrangente e disponibilizando ferramenta adequada para a tomada de decisões e a racionalização de investimentos.

O Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas está previsto para ser lançado no primeiro semestre de 2017. O estudo está em fase final de elaboração de diagnóstico e de prognóstico das condições de atendimento por coleta e tratamento de esgoto urbano das sedes municipais de todo o país. O Atlas contará com um banco de dados com informações e indicadores de saneamento com abrangência nacional.

O estudo busca analisar os sistemas de esgotamento sanitário das sedes de todos os 5.570 municípios do Brasil. Além disso, o Atlas tem o objetivo de propor ações e obras em coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos na área.

Para atender ao intuito de promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, no âmbito do programa Produtor de Água, em 2016 foram celebrados 4 convênios em nível estadual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e firmados 4 contratos de repasse com prefeituras municipais. Ainda não é possível quantificar a área beneficiada, pois esses dados serão definidos durante a execução dos projetos, os quais possuem um tempo de maturação diferenciada, dependendo das características regionais.

O programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas. São voltados a produtores rurais que se proponham, voluntariamente, a adotar práticas e manejos conservacionistas em suas propriedades com vistas à conservação de solo e água.

O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) busca a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado. Estima-se que no ano de 2016 foram removidas cerca de 12.500 toneladas de DBO por 14 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) participantes do Programa. O valor a ser removido por ano será crescente em razão do início de operação de ETEs já contratadas e outras que ainda serão contratadas durante a vigência do PPA 2016-2019. O PRODES consiste na concessão de estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, desde que cumpridas as condições previstas em contrato, aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de ETEs.

No objetivo "Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas", estão inseridas três metas que visam ampliar a reservação e a adução de água bruta e concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF.

Para atender à meta de "Ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³" deu-se andamento, no decorrer de 2016, às obras de barragens, dentre as quais se destacam as Barragens Germinal (CE), Mato Verde (MG), Arroio Taquarembó (RS) e Pedregulho (PI).

Para cumprir a meta de ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s, o governo federal apoiou a execução de obras de adução. Nesse sentido, em 2016, deu-se prosseguimento às obras Canal do Sertão Alagoano (AL), Cinturão das Águas do Ceará (CAC), Sistema Adutor do Agreste (PE), Canal da Vertente Litorânea (PB), Adutora do Pajeú (PE), Ampliação do Sistema Adutor do Oeste (PE); Sistema Adutor de Guanambi – 2ª etapa (BA).

No que se refere à meta de concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), houve evolução na implementação da ordem de 94,44% de execução física, sendo que o Eixo Norte conta com 93,42% e o Eixo Leste com 96,44% de execução, correspondente à evolução dos projetos executivos, das obras civis, das instalações eletromecânicas e das ações ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro objetivo relevante do programa é o de garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção. Na primeira meta desse objetivo, visa-se a recuperação de 19 infraestruturas hídricas. As ações consistem na execução de estudos, projetos e obras de revitalização ou recuperação e adequação de infraestruturas hídricas, e de ações complementares para assegurar a continuidade do abastecimento de água.

Ainda no âmbito desta meta, insere-se a operação e a manutenção do Projeto de Integração do rio São Francisco – PISF e, também, as ações de recuperação dos reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco. Diante da constatação da situação de deterioração e inadequação de muitos açudes existentes nos estados atendidos pelo Pisf e frente ao reconhecimento da importância de que tais estruturas estejam em condições apropriadas para o recebimento das águas transpostas, foram firmados termos de compromisso entre a União e os estados receptores, bem como termos de execução descentralizada (TED), a fim de promover a recuperação desses açudes estratégicos, garantindo a maior efetividade possível à distribuição e ao aproveitamento dos recursos hídricos na região beneficiada.

Na segunda meta, busca-se realizar a regularização fundiária, ambiental, de outorga, e de segurança de 11 barragens da União. As ações consistem na execução de estudos e intervenções para a regularização legal de barragens já construídas, referentes às questões fundiárias e ambientais (Lei 6.938/81), de outorga (Lei 9.433/97) e de segurança de barragens (Lei 12.334/10).

Quanto à execução dessa meta, a Codevasf trabalhou com recursos próprios na execução de alguns estudos e atividades, como na digitalização de projetos existentes, na elaboração do 1º Volume do Plano de Segurança e do Plano de Contingência Simplificado para 12 barragens. No total, serão elaborados seis volumes que englobarão 35 barragens.

Quanto à ampliação e à difusão do conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais busca-se realizar o diagnóstico de duas Regiões Metropolitanas, nas quais essa fonte é componente relevante no abastecimento, incluindo plano de gestão, estratégias de ampliação da oferta e avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação.

Em 2016 foi celebrado Termo de Execução Descentralizada (TED) da ANA com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) para avaliação hidrogeológica da Região Metropolitana de São Luís/MA (RMSL), cujo objetivo é o de gerar conhecimento para o órgão gestor de recursos hídricos estadual sobre os sistemas aquíferos da Ilha de São Luís, sobre as relações entre eles e com os corpos d'água superficiais e a avaliação de locais com restrições de uso, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade. A previsão de conclusão desse estudo é 2018 com a entrega do relatório final. Adicionalmente, para a realização dos estudos hidrogeológicos para a definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas de Belém/PA e municípios adjacentes, foi celebrado contrato da ANA com a empresa Profill Engenharia e Ambiente Ltda. O contrato está em execução e a previsão da entrega do relatório final é 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No objetivo "Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica", estão previstas metas para elaboração do marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH); implementação do modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e conclusão do Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União (Planerb).

Referente à meta "Elaborar o marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica", foi contratada, em 2014, pelo Banco Mundial, uma empresa de consultoria visando a elaboração de diagnóstico, indicadores, critérios de priorização e hierarquização das obras estruturantes que subsidiarão a definição das diretrizes para o marco legal.

Outra meta relevante para o objetivo, "Concluir o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do país e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos", busca definir diretrizes, conceitos e critérios que permitam a seleção e o detalhamento das principais intervenções estratégicas do país. Entretanto, o contrato para implementação das duas metas foi rescindido com a empresa contratada em julho de 2016 com 35 % de desembolso e 15% a serem pagos. Uma nova seleção está em andamento no procedimento do Banco Mundial e atualmente encontra-se na fase de solicitação de propostas da Lista Curta, com previsão de contratação de uma nova empresa para maio de 2017.

Em relação à meta "Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)", no exercício 2016, o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI-PISF, composto por MI, Casa Civil, Ministério do Planejamento, Codevasf e ANA), criado em agosto de 2015, finalizou propostas de modelo tarifário, de cobrança, de garantias e de cessão dos reservatórios estratégicos para os estados (conforme previu o Termo de Compromisso de 2005 que possibilitou a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos). Essas propostas foram apresentadas aos estados em junho de 2016 para que fossem debatidas, podendo haver contraproposta desses entes.

No caso da meta "Concluir o Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União – Planerb", com a edição da Lei nº 12.334/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), tornou-se obrigatória a elaboração do Plano de Segurança de Barragem (PSB), a ser implantado pelo empreendedor da barragem, com a União assumindo a responsabilidade em função da extinção do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), assim como as suas vinculadas Dnocs e Codevasf.

Para o Planerb, cujos trabalhos estão em pleno desenvolvimento, foram selecionadas todas as barragens do extinto DNOS, 44 barragens da Codesvasf e 61 do Dnocs, totalizando 164 barragens da União para a execução dos diagnósticos estrutural, jurídico, fundiário e ambiental e a elaboração de um plano de ações estratégicas para a reabilitação, visando à implementação de seus Planos de Segurança, em cumprimento às determinações estabelecidas pela Lei 12.334/2010. Atualmente, estão sendo feitas as inspeções nas barragens com a finalidade de se elaborar o R1- Diagnóstico das barragens. A previsão de encerramento do contrato é dezembro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao se considerar a necessidade de garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção, busca-se desenvolver e implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).

O SNISB foi criado pela Lei 12.334/2010, que define a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A fase de testes do Sistema pelas entidades fiscalizadoras de barragens foi concluída e os ajustes necessários estão sendo executados. O sistema encontra-se em fase de conclusão.

Em paralelo ao início das atividades de fiscalização, procedeu-se a revisão e definição dos procedimentos e normativos internos para orientação das atividades de fiscalização e sua adequação para o tema de segurança de barragens. No período de 2012 a 2016, 100% das barragens fiscalizadas pela ANA foram inspecionadas e avaliadas quanto a segurança. Como resultado das ações de fiscalização, três barragens que apresentavam anomalias importantes que comprometiam a segurança dos empreendimentos foram recuperadas pelos empreendedores.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao programa Recursos Hídricos, a maioria das metas encontra-se em bom andamento. No entanto, alguns entraves ainda precisam ser superados para o pleno alcance de todos os resultados esperados.

Para a agenda de promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, há a necessidade de superar fatores limitantes ao atingimento da redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de DBO lançada nos rios. De acordo com a situação das iniciativas do programa, o objetivo de ampliar a oferta de água deverá ser alcançado até 2019 com a conclusão das obras previstas. Quanto ao objetivo que busca fortalecer o planejamento e a gestão de infraestruturas hídricas, encontra-se em fase de implementação por meio de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional – por meio de sua Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH) e a Agência Nacional das Águas (ANA). Com isso, dá-se prosseguimento à atual agenda, com especial ênfase na promoção da segurança hídrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2047
SIMPLIFICAÇÃO DA VIDA DA EMPRESA E DO CIDADÃO: BEM MAIS SIMPLES BRASIL

Para fins de estabelecimento de políticas públicas no país, Micro e Pequenas Empresas (MPE) são definidas com base em seu faturamento anual. Atualmente, microempresas são definidas como as que faturam até R$ 360 mil por ano e pequenas empresas as que faturam até R$ 4,8 milhões por ano. Empresas nesta condição representam 98% dos estabelecimentos em operação no país. Por sua representatividade, são determinantes na geração de emprego e renda, diversificação da atividade produtiva e promoção do desenvolvimento tecnológico. Estão presentes em todo o território nacional, exercendo ainda papel importante na desconcentração espacial da atividade produtiva e na inclusão socioeconômica de parcela expressiva da população brasileira.

Considerando a relevância econômica e social do segmento de MPE, as políticas de desenvolvimento econômico, especialmente a política industrial, têm, desde a década de 1970, reconhecido a importância da construção de uma agenda de políticas públicas que promovam o desenvolvimento destas empresas em bases sustentáveis. Este esforço tem se caracterizado especialmente por enfrentar distorções que dificultam o crescimento econômico, mas também, em determinados casos, miram estratégias que focam desafios do futuro.

Em linha com as políticas públicas anteriores, o programa 2047 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 definiu como uma de suas prioridades corrigir algumas das distorções enfrentadas por MPE no acesso a mercados, especialmente os de compras públicas e exportação, e no acesso à inovação, à tecnologia, à capacitação e ao crédito.

A definição deste desafio como estratégia principal partiu do reconhecimento de que as distorções enfrentadas pelas MPE estão associadas em grande medida à conjunção dos seguintes fatores: i) custos de transação proporcionalmente maiores que os enfrentados por empresas de maior porte econômico relativo; ii) inexistência de instrumentos providos pelo mercado que promovam uma alocação de recursos capaz de anular ou pelo menos suavizar os efeitos distorcidos dos custos de transação proporcionalmente maiores; e iii) a tradução destes custos de transação em baixa competitividade e alto índice de mortalidade empresarial nos primeiros anos de vida do negócio.

Portanto, é necessário combater essas distorções, promovendo instrumentos capazes de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios, reduzindo custos sistêmicos, especialmente os de tributação e regulação, e eliminando barreiras à entrada em mercados específicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

As MPE continuam sendo as maiores empregadoras no Brasil. De uma participação de 52,1% dos empregos em 2014, passou-se a 53,9% em 2015, segundo a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os dados de 2016 devem ser divulgados em outubro de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A pauta exportadora passou, também, a contar com maior participação das MPE: de 0,87% em 2014 para 1,08% em 2015. Os dados de 2016 ainda não foram publicados.

O número de Microempreendedores individuais optantes pelo Simples Nacional (SIMEI) continua aumentando: de 5.767.299 no ano de 2015, para 6.649.896 em 2016, um crescimento de 15,3%. O número de empresas optantes pelo simples também continua subindo, porém de maneira menos acentuada (0,92%), de 4.893.380 em 2015 para 4.938.385 em 2016.

Em relação ao objetivo de promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro, destaca-se que no segundo semestre de 2016, se revisaram todas as Instruções Normativas que visam promover melhorias no ambiente de negócios, em conformidade com o que preconiza a Lei 11.598/2007, que criou a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM. Essa revisão destinou-se a simplificar e a desburocratizar procedimentos necessários para abertura, alteração e baixa de empresas no Brasil.

Com apoio do programa do Artesanato Brasileiro (PAB), 708 artesãos participaram de seis Feiras de comercialização, atingindo a meta do PPA, com crescimento de 50% em relação ao ano anterior.

Em 2016, realizaram-se mais de 6.800 novos cadastros no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB). Dentre esses, os quilombolas são 300 artesãos e 108 trabalhadores manuais, cumprindo a meta prevista no PPA.

Além dessa iniciativa, empenharam-se esforços no aprimoramento do Cadastro Nacional de Empresas e na promoção da integração nacional dos órgãos de registro e legalização empresarial, mediante articulação com os entes de todas as esferas, na racionalização das exigências, na redução do número de dias de abertura de empresas no país com foco na meta de cinco dias estabelecida na REDESIM, e na consolidação de informações relativas ao nível de integração alcançado nos estados e municípios, propiciando tais informações aos cidadãos brasileiros de forma atualizada e transparente.

Destaca-se ainda, em relação ao tema, a retomada das reuniões do Comitê para Gestão da REDESIM – CGSIM, que tem por finalidade regulamentar, administrar e gerir a implantação e o funcionamento da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

A fim de permitir maior inserção das MPE no comércio exterior brasileiro, em outubro de 2016, foi editado o Decreto 8.870, que regulamenta o SIMPLES EXPORTAÇÃO – regime simplificado de exportação para MPE, previsto no art. 49-A da Lei Complementar 123/2006. Por meio do novo procedimento, um operador logístico irá realizar pela MPE todos os procedimentos necessários à efetivação da exportação. Além disso, foram estabelecidas outras simplificações para operações realizadas diretamente pelas MPE, principalmente no que se refere a licenciamento de exportação e habilitação da empresa para operar no comércio exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os novos procedimentos permitirão redução de custos e do tempo necessário à conclusão das operações, proporcionando maior competitividade às empresas de pequeno porte.

Em outubro de 2016, no intuito de interromper o ciclo de queda na oferta de crédito ao segmento de MPE, o governo federal lançou o compromisso de retomada da confiança, no qual os principais bancos do país assumiram o compromisso de disponibilização de R$ 30 bilhões para os pequenos negócios, nas linhas de crédito destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos, capital de giro, antecipação de receitas e pagamento de fornecedores.

Após o lançamento, foi identificado um aquecimento na demanda de crédito que resultou em um desembolso de cerca de R$ 9 bilhões, o que demonstra a assertividade da medida, bem como a sua contribuição para que haja uma maior confiança no ambiente de negócios.

Também em outubro, foi sancionada a Lei Complementar 155/2016, que alterou a Lei Complementar 123/2006. A nova Lei criou uma faixa de saída dentro do Supersimples que consiste em um sistema de tributação diferenciado para as micro e pequenas empresas. Esta faixa de transição é destinada para as empresas que ultrapassarem o teto de R$ 3,6 milhões de faturamento anual até o limite de R$ 4,8 milhões de faturamento e evitará o desenquadramento da empresa do regime do Simples Nacional de imediato.Ela funcionará de maneira análoga à progressão de alíquota já praticada no Imposto de Renda de Pessoa Física, ou seja, quando uma empresa exceder o limite de faturamento da sua faixa a nova alíquota será aplicada somente no montante ultrapassado, aumentando a carga tributáriaprogressivamente. Hoje a cargatributária inibe os investimentosde empresas potencialmente emcrescimento.

Alguns outros benefícios constantes da Lei Complementar são: a redução da quantidade de Tabelas (de seis para cinco) e de faixas (de 20 para seis); a ampliação do prazo de parcelamento de dívidas tributárias de micro e pequenas empresas de 60 para 120 meses; a adesão ao SIMPLES por empresas produtores de bebidas artesanais de pequeno porte; a possibilidade de Tabelas mais favoráveis aos prestadores de serviços que tenham, no mínimo, 28% do faturamento com pagamento de pessoal, incluindo o pró-labore do proprietário; e o tratamento diferenciado em relação à fiscalização orientadora, ampliando o critério de dupla visita, estabelecidapela Lei 147/2014, tambémaos órgãos de consumo, como o PROCON.

A aprovação da Lei Complementar também trouxe avanços na política pública voltada ao Micro Empreendedor Individual (MEI), por meio da alteração do limite de enquadramento para R$ 81 mil, a partir de 1º de janeiro de 2018, e da ampliação das regras referentes ao registro profissional do MEI, além da possibilidade de enquadramento como MEI do empreendedor rural que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, com faturamento anual de até R$ 81 mil. Dessa maneira, caso o produtor rural opte por sua formalização como MEI, este não será dispensado de suas obrigações na condição de produtor rural ou agricultor familiar. Além disso, a legislação passou a prever que na hipótese de ocorrência de fraude, a solicitação eletrônica de exclusão de registro seja realizada mediante ato declaratório eletrônico, com vistas a oferecer ao usuário prejudicado procedimento mais simplificado e seguro. Outra conquista foi a criação de um novo formato de relação trabalhista entre salões de beleza e estética e seus profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Lei Complementar também definiu os critérios para estabelecimento e reconhecimento do Investidor-Anjo como potencial alavancador da econômica nacional, principalmente no que tange à inovação do empreendedorismo brasileiro.

No âmbito do programa do Artesanato Brasileiro – PAB, o ano de 2016 destaca-se pela participação de artesãos em cinco eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas cerca de 255 mil peças, com faturamento aproximado de R$ 5,4 milhões. Outra ação importante deste programa é o registro do artesão e do trabalhador manual no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, desenvolvido com o propósito de prover informações necessárias à implantação de políticas públicas para o setor artesanal, possibilitando o cadastro único dos artesãos do Brasil e a emissão da Carteira Nacional do Artesão. Em 2016, houve um crescimento de 34% do registro do artesão/trabalhador manual, se comparado a 2015, perfazendo, até outubro de 2016, um total de 11 mil novos beneficiários no programa do Artesanato Brasileiro.

Realizou-se um acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que resultou no lançamento do programa Brasil Mais Competitivo, cujo objetivo é melhorar a produtividade da MPE atravésda implantação de uma gestão enxuta, com foco na alteração de processos e uma análise mais detalhada dos desperdícios, para melhorar a competitividade dessas empresas no mercado atual.

No eixo da Educação Empreendedora foi lançado,em dezembro/2016,o Projeto MPE Assistida, o qual visa capacitar administradores em gestão empreendedora para que os beneficiados possam, em contrapartida, oferecer consultoria gratuita às MPE, a fim de melhorar os índices de mortalidade das empresas no Brasil. O Projeto é fruto de acordo firmado com o Conselho Federal de Administração (CFA).

A fim de proporcionar um ambiente favorável para abertura de novos negócios e melhorar o ambiente de competitividade da MPE, está sendo elaborada, em conjunto com demais órgãos da Presidência da República, a Cartilha Prefeito Empreendedor, com medidas norteadoras aos novos prefeitos para implementar o tratamento diferenciado às MPE.

Da parceria entre a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE) e a Secretaria Nacional da Juventude está nascendo o programa Jovem Empreendedor que visa criar subsídios para inseriros jovens de 18 a 29 anos no mundo empresarial, de forma menos burocrática e com os incentivos necessários, fomentando, assim, uma nova perspectiva de atuação do jovem em sua carreira profissional: ser um empreendedor.

O programa Instituição Amiga do Empreendedor trata de aproximar a academia e os empreendedores. Prevê a criação de disciplinas sobre empreendedorismo, a criação de espaço para integração entre academia e empreendedores, consultoria gratuita para pequenos negócios e também o reconhecimento das instituições participantes através de uma certificação do governo. Essas iniciativas melhorarão a capacitação dos empreendedores, a formação dos alunos e contribuirão para um melhor ambiente de negócios. Para tanto, foi assinado um protocolo de intenções entre SEMPE, MEC e nove Instituições de Ensino Superior (IES) visando à definição de um modelo que possa ser disseminado para todas as IES.

O Acordo de Cooperação Técnica com a Embratur tem por objeto a conjugação de esforços dos partícipes para identificar, ordenar, promover, valorizar e fortalecer, no âmbito do programa do Artesanato Brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(PAB) e da Política Nacional de Turismo (PNT), o artesanato brasileiro no mercado internacional, em especial nos eventos promovidos pela Embratur no exterior, inclusive a sua comercialização. Como primeira ação do Projeto Internacionalização do Artesanato Brasileiro, foi realizado em novembro deste ano, a 1ª Mostra de artesanato brasileiro na *Word Travel Market* – WTM, principal evento da indústria do turismo.

Encontra-se em desenvolvimento, junto com as Juntas Comerciais e a Receita Federal do Brasil, uma metodologia de apuração de tempo médio para legalização de empresas. A atual metodologia contempla apenas as cidades Rio de Janeiro e São Paulo, no qual se tem a média de 73,25 dias para abertura das empresas. A meta do PPA é de reduzir o tempo médio para legalização de empresas de baixo risco de 83 para cinco dias.

Em relação ao objetivo de simplificar, integrar e agilizar o acesso da sociedade aos serviços públicos, foi iniciado dentro do programa Bem Mais Simples Brasil (PBMS) a construção de uma ferramenta pelo Serpro denominada Portal Único de Serviços Públicos, com objetivo de integração de informações cadastrais do cidadão e fornecimento de serviços públicos digitais em ambiente único e seguro. Adicionalmente, destaca-se a existência de outra iniciativa sendo conduzida pelo Ministério do Planejamento, denominada Plataforma de Cidadania Digital, regulamentada pelo Decreto 8936/2016. O projeto da Plataforma também faz interlocução com o "Projeto e-cidadão", sistema que irá consolidar virtualmente as informações do cidadão e realizará autenticação para acesso aos serviços disponibilizados na Plataforma Digital. Desta forma, a Plataforma de Cidadania Digital foi definida como o canal de distribuição dos serviços públicos digitais do governo federal.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O programa promoveu a melhoria do ambiente de negócios e contribuiu para a retomada do nível de confiança na economia. Atuando em oito grandes áreas: educação, inovação, artesanato e MEI, crédito, desburocratização e simplificação, competitividade, comércio exterior e agenda de cooperação.

Assim, o caminho para 2017-2019 está traçado com foco na necessidade das MPE, reforçando o diálogo com a sociedade, de forma a viabilizar o crescimento e a perenidade dessas empresas, a melhoria do ambiente de negócios e as condições para impulsionar a geração de empregos nesse segmento.

Nos próximos anos do PPA, permanecerá o foco na simplificação da legislação atinente ao registro empresarial, mediante a apresentação de propostas de alterações legislativas capazes de reduzir a burocracia existente para o registro de empresas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TEMAS ESPECIAIS

PROGRAMAS TEMÁTICOS

- Defesa Nacional
- Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
- Desenvolvimento Regional e Territorial
- Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios
- Oceanos, Zona Costeira e Antártica
- Política Espacial
- Política Externa
- Política Nuclear

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2058
DEFESA NACIONAL

A política de defesa de um país determina a capacidade do Estado de oferecer proteção ao seu povo e de garantir a não ingerência externa em seu território. A Política Nacional de Defesa (PND) conceitua a Defesa Nacional como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; e desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia estão entre os principais objetivos da PND e se constituem, também, nos seus principais desafios.

O programa temático Defesa Nacional é composto por dez objetivos, concretizados pela ação harmônica e integrada das unidades da Administração Central do Ministério da Defesa, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos Militares, e se encontram alinhados à diretriz estratégica do governo federal de "Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e da promoção da defesa da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações", tendo como eixo estratégico de atuação a ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura.

A principal estratégia adotada para a evolução da Política de Defesa, no decorrer da vigência do Plano Plurianual 2016-2019, é a implementação de uma série de medidas que visam à elevação do poder de dissuasão do Estado Brasileiro e da capacidade operativa das Forças Armadas, entre as quais o adestramento das tropas; a capacitação dos profissionais de defesa; o aparelhamento das Forças Armadas (FA); o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa; a melhoria da infraestrutura das organizações militares; o desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial; e o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Para avaliar os principais resultados alcançados pela Política de Defesa, no decorrer do PPA 2016-2019, foram estabelecidos os seguintes indicadores: disponibilidade da frota da Força Aérea Brasileira (FAB); Índice de Operacionalidade da Força Terrestre; Meios operativos da Marinha; Monitoramento do espaço aéreo; e Participação da Base Industrial de Defesa no PIB.

No que tange aos Indicadores do programa, no exercício de 2016, o Índice de Disponibilidade da frota da Força Aérea Brasileira atingiu 41,10% e o Índice de Operacionalidade da Força Terrestre 50%. Ambos apresentaram variação positiva em relação aos valores de referência. O Índice de Monitoramento do espaço aéreo se manteve inalterado em 93,13%. Em contraponto, o percentual de Meios operativos da Marinha e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Participação da Base Industrial de Defesa no PIB apresentaram variação negativa de -8,33% e -16,40%, respectivamente, se comparados aos seus índices de referência, notadamente em decorrência da situação macroeconômica do país.

Nesse primeiro ano de vigência do corrente Plano Plurianual as ações implementadas permitiram avanços significativos para o alcance dos objetivos e metas do programa, conforme demonstração dos resultados atingidos por objetivo, caracterizados a seguir:

No decorrer de 2016, com vistas a reforçar a capacidade de inserção diplomática militar brasileira no cenário internacional, intensificou-se a participação de representantes brasileiros em fóruns multilaterais, o que possibilitou a atualização de conhecimentos e a identificação de possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas.

Em relação às atividades desenvolvidas pela Escola Sul-Americana de Defesa (Esude), merece destaque a implantação do portal de ensino a distância que permitirá a ampliação da oferta de cursos destinados a instituições de defesa nacionais e regionais.

Ao longo de 2016, a Escola Superior de Guerra, o Instituto Logístico da Aeronáutica, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica e a Universidade Federal do Rio de Janeiro realizaram diversos eventos de formação e capacitação que contribuíram para o aprimoramento da performance do profissional de defesa.

No âmbito da administração central do Ministério da Defesa, em cumprimento à meta de capitação de servidores civis em áreas de interesse da Defesa, foram formados e capacitados 600 servidores civis e militares pela Escola Superior de Guerra, nas áreas de Política, Estratégia, Logística, Mobilização, Defesa, Inteligência, Defesa sul-americana, Direito Internacional Humanitário, Segurança e Desenvolvimento. No decorrer do exercício de 2016, a Marinha capacitou, no Brasil e no exterior, 17.024 militares e servidores civis para o emprego em atividades de natureza técnico profissional; o Comando do Exército formou e capacitou 16.015 militares; e o Comando da Aeronáutica, capacitou 13.596 militares e servidores civis, com destaque para os cursos de Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais e de Política e Estratégia Aeroespaciais.

Visando à elevação da capacidade operativa, foram priorizadas, para o exercício de 2016, as atividades de capacitação, adestramento e logística das Forças Armadas (FA). A capacitação refere-se à qualificação e à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

habilitação de civis e militares para as atividades de planejamento e gestão. O adestramento contínuo e sistemático se dá por intermédio de exercícios militares, realizados com simulações de situações as mais próximas possíveis de um emprego real. A logística trata da previsão de necessidades e da provisão dos recursos para emprego das forças militares.

A meta de aprimorar e promover o treinamento anual de 90% do efetivo das unidades operacionais do Exército Brasileiro (EB) foi cumprida com a realização dos exercícios militares realizados nos campos de instrução, ao longo do exercício de 2016. O adestramento das Forças Armadas Brasileiras também ocorreu por meio dos exercícios de simulação de combate, a exemplo do "Azuver", realizados na cidade do Rio de Janeiro; Felino, executado com países de língua portuguesa; e Panamax, que contou com a participação de mais de vinte nações dos diversos continentes. Da mesma forma, a participação das FA nas operações Amazônia e Ágata 11 e em Missões de Paz como a Minustah, possibilitou o planejamento e a execução de operações reais, se constituindo, portanto, em oportunidades de preparo e adestramento das Forças Armadas Brasileiras.

No campo da logística, merece destaque a ativação do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização, responsável pela coordenação das atividades de logística e mobilização das operações conjuntas das Forças Armadas, realizadas em 2016, principalmente durante as Olimpíadas e Paralimpíadas.

No exercício de 2016, foram realizadas adequações nas instalações militares em unidades dos três comandos, as quais refletem na ampliação da capacidade de atuação e de mobilidade das Forças Armadas.

Nas unidades do Comando da Marinha foram realizadas obras visando à ampliação e à revitalização das organizações do Sistema de Ensino Naval, dentre as quais, dos Centros de Instrução Almirante Wandenkok e Almirante Alexandrino, da Escola Naval e do Colégio Naval.

Com o propósito de implementar a estratégia de presença na Região Amazônica, o Exército Brasileiro deu prosseguimento às metas de ampliação de adequação das organizações militares dentro e fora da Amazônia. Na Região Amazônica, merece destaque a adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira. Em outras localidades foram executadas obras para melhorar as condições operacionais e administrativas de organizações militares em vários estados e no Distrito Federal.

O Comando da Aeronáutica realizou adequações em algumas instalações militares, as quais possibilitaram a retomada das condições de operabilidade dos setores de apoio logístico, operações aéreas, recursos humanos e ensino.

No âmbito da vertente militar do programa Calha Norte, foram realizadas obras de infraestrutura em benefício de diversas organizações militares situados na área de abrangência do programa. Cita-se, como exemplo, a reconstrução de aproximadamente 80% das instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteiras (PEF) e a conclusão da construção de ponte de acesso à pista de pouso do PEF de Estirão do Equador/AM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na área da cibernética, cabe ressaltar a implantação do Comando de Defesa Cibernética e a aprovação da diretriz de implantação do Projeto de criação e implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética, importantes iniciativas de reforço à estratégia de defesa cibernética nacional. No exercício de 2016, o nível de implantação do programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional atingiu 1%, face à meta estabelecida de 10% para o quadriênio 2016-2019. A despeito desse desempenho, foram dados importantes passos para a implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, merecendo destaque a ativação do Comando de Defesa Cibernética e para o aprimoramento da doutrina militar de defesa cibernética.

No que diz respeito à área nuclear, houve avanços tanto no desenvolvimento da propulsão nuclear do submarino quanto na construção do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), que será utilizado para validar as condições de projeto e ensaiar as condições de operação possíveis para uma planta de propulsão nuclear.

Na área espacial, foi aprovado o programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), o qual estabelece a estratégia de implantação em longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso dual: militar e civil. O Pese permitirá que as operações das Forças Armadas tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e integrada.

Os procedimentos e a doutrina de comando e controle, assim como da inteligência operacional foram aprimorados com o emprego de aeronaves remotamente pilotadas, utilizadas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016. A transmissão de vídeos em tempo real permitiu a elevação da consciência situacional e o assessoramento oportuno para a tomada de decisão.

No âmbito do Comando do Exército, foram adquiridos modernos equipamentos para integração dos sistemas de comando e controle das viaturas do Projeto Guarani e do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron). A inteligência operacional é de fundamental importância para a manutenção da adequada consciência situacional da área de operações militares, uma vez que produz as informações oportunas e necessárias para o devido planejamento das operações e ações táticas. Nesse sentido, em 2016, foi celebrado um comodato não oneroso por meio do qual o MD recebeu imagens de empresas parceiras e desenvolveu a capacitação em planejar passes satelitais para observação e download de imagens de áreas de interesse no território nacional.

Com o propósito de ampliar a segurança da informação, a Força Aérea Brasileira editou norma na qual estabelece a unidade central e as equipes de tratamento e resposta a incidentes de segurança em redes de computadores, em especial daqueles voltados à defesa aérea e ao controle do tráfego aéreo.

No que concerne ao desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), em 2016, o Ministério da Defesa prosseguiu com o aporte de recursos para desenvolvimento da Banda X do satélite, a qual abrigará o tráfego de informações das Forças Armadas e permitirá a ampliação da banda larga, além de proporcionar maior segurança às comunicações militares.

No que diz respeito à segurança da informação das redes computacionais do governo federal, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República iniciou os estudos com vistas à definição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

metodologia de exercícios de ataques cibernéticos e testes de intrusão para as redes computacionais. Uma vez definida a metodologia, os órgãos e entidades da administração federal poderão realizar os exercícios de forma autônoma em suas próprias redes.

Uma das principais prioridades da Política de Defesa é o reaparelhamento das Forças Armadas (FA). Assim, nos últimos anos o Brasil vem investindo em projetos estratégicos que visam à modernização dos meios de defesa e o desenvolvimento da indústria nacional. Dessa forma, o cumprimento do objetivo vem ocorrendo por meio da execução de nove projetos estratégicos implementados no âmbito das FA, além de outras medidas importantes, porém, de menor impacto.

No que concerne aos projetos da Força Naval, o programa de desenvolvimento de Submarinos (Prosub) avançou na implantação do estaleiro e da base Naval, com a finalização das obras do prédio principal, da oficina de apoio à fabricação e dos escritórios. O Projeto de Construção de Submarinos Convencionais também evoluiu na montagem e equipagem das unidades.

Quanto à meta de incorporação de 10 meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, foram entregues em 2016 ao Comando da Marinha o Navio Doca Multipropósito "Bahia" do programa de obtenção de Navios Anfíbios (Pronanf) e a embarcação de desembarque de carga geral.

No âmbito da Força Aérea Brasileira, houve avanços nos Projeto F-X2, cuja finalidade é o desenvolvimento e a aquisição de 36 aeronaves Gripen NG. Em 2016 foi inaugurado o *Gripen Design and Development Network*, local em que ocorrerá todo o processo de desenvolvimento e transferência de tecnologia da aeronave no Brasil.

No que diz respeito ao Projeto KC-390, destinado ao desenvolvimento e produção de um avião de transporte tático e de reabastecimento em voo, foram realizados 6,88% da "Aeronave de Série Nº 1" na primeira estação da linha de produção, o que equivale à evolução de 0,23% de todo o Projeto.

No âmbito do Projeto HX-BR, que tem como objeto a aquisição de 50 helicópteros para atender as demandas das Forças Armadas, foram efetivamente adquiridas duas aeronaves do modelo I-X, relativas à meta de aquisição de 22 unidades, até o final de 2019.

Também no exercício de 2016, foram modernizadas dez aeronaves de transporte de carga/tropa modelo C-95. Nesse sentido, tanto as unidades adquiridas como as modernizadas foram importantes para a manutenção da operacionalidade da Força Aérea Brasileira.

Em relação ao Projeto Astros 2020, foram finalizadas as etapas de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro e do Foguete Guiado, além de ter dado sequência ao desenvolvimento do Sistema de Simulação Integrado Astros (Sis-Astros).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Projeto Guarani tem por objetivo transformar as organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada. Para o período de 2016-2019, planejou-se a meta de aquisição de 300 viaturas blindadas, contudo, em face das dificuldades macroeconômicas, foram adquiridas, no exercício, 35 unidades.

Em cumprimento à meta de realização de operações militares conjuntas e com forças armadas estrangeiras, o Ministério da Defesa realizou as Operações Amazônia 2016 e Ágata 11 e participou de exercícios de Simulação de Combate Azuver, na cidade do Rio de Janeiro. No âmbito internacional, participou dos exercícios multinacionais Felino (países de língua portuguesa) e Panamax (países do Continente Americano).

Destaca-se, ainda, a participação brasileira em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) como a Minustah e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), as quais contribuíram para a busca da paz no cenário internacional e proporcionaram, o adestramento de efetivos militares.

Uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa é organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento e controle, mobilidade e presença. Dessa forma, o Ministério da Defesa conduziu ao longo de 2016 diversas ações, a fim de conferir efetividade ao comando normativo.

No que se refere à defesa do espaço terrestre, prosseguiu-se com a implantação do Projeto Piloto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul e nos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia Paraná e Santa Catarina. O Sisfron está se adequando às novas diretrizes estabelecidas pelo programa de Proteção Integrada de Fronteiras, instituído, por meio do Decreto 8.903, de novembro de 2016.

O monitoramento e controle do espaço amazônico foi aprimorado a partir da elaboração de 16 novas cartas topográficas e processamento de 165mil km²de área aerolevantada. Ademais, em virtude da meta de ampliação do conhecimento cartográfico foi imageada uma área de 152 mil km² daquela região.

No que diz respeito à defesa antiaérea, foram aperfeiçoados os Sistemas de controle do tráfego aéreo e de defesa aeroespacial. Com as realizações em 2016, a meta de elevação da cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, atingiu o patamar de monitoramento em aerovias de 53,48% do espaço aéreo. Isto considerando a ampliação do espaço monitorado para a altitude de 3.300m.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para atingir o objetivo em comento, em 2016, prosseguiu-se com a implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército (PCTEG) em Guaratiba/RJ. Esse empreendimento será um centro promotor da cultura da inovação aberta, da competitividade e do aumento da capacidade da indústria, fundamentado na transferência de conhecimento e de tecnologia. Releva também mencionar, o início da operação do Siscat-BR, novo software responsável pelo fluxo de informações do Sistema Militar de Catalogação (*Sismicat*), ferramenta tecnológica que trará benefícios para a integração da catalogação de produtos entre as Forças Armadas.

A meta de ampliar em 4%, ao ano, o volume de exportações da Base Industrial de Defesa não avançou em 2016, tendo em vista a conjuntura econômica, que afetou os investimentos na indústria de defesa, impactando, dessa forma, a produção e as exportações de produtos de defesa.

Houve avanços consistentes na pesquisa e no desenvolvimento no Setor Aeroespacial, mencionando-se como os mais significativos o início das campanhas de ensaios para certificação do KC-390 e a qualificação técnica do míssil A-Darter.

O Ministério da Defesa, por intermédio das Forças Armadas, realizou, em 2016, diversas ações, visando ao desenvolvimento regional, à mitigação da desigualdade social e à segurança da população.

O programa Calha Norte, em sua vertente Civil, celebrou 455 convênios no decorrer de 2016, em prol do desenvolvimento das comunidades de sua área de abrangência, sendo 248 convênios de obras de infraestrutura básica e 207 de aquisição de equipamentos. Com essa atuação, já no exercício de 2016, atingiu o patamar de 42% da meta quadrienal de atender 75% dos municípios na área de abrangência do programa.

Em cooperação com o desenvolvimento regional, o Exército Brasileiro (EB) realiza obras de engenharia, principalmente, quando a atuação privada não se concretiza. Em 2016 o EB executou obras de construção de pontes, assim, como construção, conservação e duplicação de rodovias, em diversas localidades do país.

Também em cooperação com desenvolvimento regional, as edições do Projeto Rondon, no estado do Rio Grande do Norte e Espírito Santo, envolveram 75 Instituições de Ensino Superior e 750 rondonistas (professores e universitários), cujas atividades desenvolvidas atenderam 36 municípios, com Índice de Desenvolvimento Humano municipal inferior a 0,7.

Em apoio aos jovens egressos do serviço militar, o Projeto Soldado-cidadão (PSC) formou 8.066 jovens nas áreas de alimentação, automobilística, construção civil, informática, eletricidade, comunicação, artes gráficas e comércio. A meta prevista para o exercício era de atendimento a 12.000 formandos pelo PSC, no entanto, em face do contingenciamento orçamentário, mesmo com a parceria com o Pronatec, não foi possível atingir a quantidade planejada para 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que diz respeito à formação dos profissionais aquaviários, em 2016 foram capacitados 13.009 alunos, sendo 10.889 aquaviários, 650 portuários e 1.470 dos cursos do programa de Ensino Profissional Marítimo. Tais cursos representam para a maioria dos beneficiados a primeira formação técnica para a inserção no mercado de trabalho.

No que concerne ao apoio das Forças Armadas na área de segurança, durante a realização dos Jogos Olímpico e Paralímpicos de 2016, foram empregados nas atividades de Defesa Nacional e de policiamento ostensivo complementar cerca de 44 mil militares na cidade do Rio de Janeiro, Manaus, Belo Horizonte, Salvador, São Paulo e Brasília.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Conclui-se que no primeiro ano de execução do Plano Plurianual 2016-2019 o programa de Defesa nacional avançou de forma consistente para o atingimento de seus objetivos, notadamente em razão dos expressivos investimentos do governo federal nos projetos estratégicos de aparelhamento das Forças Armadas, de monitoramento das fronteiras terrestre, aérea e das águas jurisdicionais brasileiras, que passaram a integrar o programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Contudo, o cenário fiscal com o qual a administração pública federal conviveu no decorrer do exercício de 2016 frustrou algumas expectativas, a exemplo da diminuição das exportações de produtos da Base Industrial de Defesa (BID), o que provocou o decréscimo de 16,40% do Índice de Participação da BID, no PIB.

Os principais problemas enfrentados na execução da política pública de defesa foram de ordem financeira e tecnológica. Em relação à gestão financeira, há de se revisar os planejamentos e repactuar os contratos, principalmente, aqueles que demandam maiores volumes de recursos nos próximos anos, tendo em vista a limitação de investimentos do governo federal. No que se refere à questão tecnológica, o país vem investindo em projetos de pesquisas, e aperfeiçoando seus mecanismos de aquisição e desenvolvimento de produtos de defesa, privilegiando contratos com cláusulas de transferência, o que permitirá, no médio prazo, uma maior independência e economia, na produção e manutenção de seus meios e equipamentos.

Por fim, espera-se para os próximos anos, a continuidade das ações necessárias ao atingimento, ao final do plano, dos objetivos, metas e iniciativas traçadas, com vistas à efetividade da Política de Defesa, de forma a proporcionar ao país condições necessárias à defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2038
DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública foi construído, no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019, com o propósito de contribuir para o provimento de serviços públicos de maior qualidade e a realização de ações estruturais e democráticas para que o Brasil alcance seu lugar entre as nações com desenvolvimento pleno e ampla justiça social.

A crise fiscal, originada pela desaceleração econômica e a deterioração das finanças públicas, destacou-se como o principal vetor do desequilíbrio econômico brasileiro recente. Desta forma, o pacto para os próximos anos é o equilíbrio das contas públicas em consonância com a redução da pobreza e o provimento de serviços públicos com maior qualidade. Sendo assim, o alcance desses propósitos requer o enfrentamento, de forma sistêmica e com prioridade, dos desafios de aperfeiçoar e inovar a gestão pública.

Diante desse quadro, o programa tem, como compromisso central, a busca pelo efetivo atendimento às demandas da sociedade brasileira, por meio da simplificação e otimização da prestação de serviços capazes de alavancar a competitividade do país e atrair investimentos. Adicionalmente, outros objetivos do programa tratam da qualificação profissional de agentes públicos; da participação social na gestão pública; da transparência; e da prevenção e combate à corrupção.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os indicadores fixados para o programa 2038 apresentaram, de maneira geral, desempenho satisfatório. Em relação ao índice alcançado pelo "% de negros no Poder Executivo Federal" houve leve melhora, passou de 26,43% em 2014 para 26,67 em 2016. Todavia, destaca-se alterações qualitativas no acesso ao serviço público, como na previsão de instrumentos de verificação paracandidatos autodeclarados negros, a partir do edital do concurso para Analista de Planejamento e Orçamento, lançado em junho de 2015, pretendendo conferir legalidade à Lei 12.990/2014. Atualmente, existe um Grupo de Trabalho atuando especificamente na elaboração de procedimentos para a verificação, no intuito de garantir aocupação das vagas reservadas a pessoas negras por candidatos que efetivamentese enquadrem neste requisito.

No que se refere ao indicador "% Despesa com Pessoal da União/PIB", a despesa, em razão do PIB, tem mostrado tendência à estabilidade e atendeu plenamente ao limite total com pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida, prevista no art. 19 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A aferição da "Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC" demonstra o esforço do poder público em garantir o direito das pessoas em demandar informações públicas a órgãos e entidades, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI). No ano de 2016, houve um crescimento de quase 20% nos pedidos de informação em relação ao ano anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Entre o rol de atributos que compõem o programa, destaca-se o fortalecimento da participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais, cujo principal resultado foi o esforço do governo federal para assegurar a participação de povos e comunidades tradicionais na elaboração e monitoramento de políticas públicas e nos ciclos orçamentários. Uma das ações foi a realização do Fórum Interconselhos, que contou com ampla participação da sociedade no debate sobre o conjunto de programas temáticos que estavam entrando em vigor em 2016 e das questões orçamentárias que iriam influenciar a gestão das diversas políticas.

Outra ação foi a evolução do portal "Participa.br", que facilitou a interação para órgãos governamentais e o cidadão, permitindo uma maior participação social na construção de políticas públicas.

Vinculada a este objetivo, importa ressaltar o alcance da meta que visa consolidar os instrumentos normativos, tecnológicos e de gestão das relações de parceria para fomento e colaboração entre Estado e Organizações da Sociedade Civil, com a regulamentação, por meio do Decreto 8.726/2016, da Lei 13.019/2014, que disciplina a atuação do Estado e das organizações da sociedade civil na consecução de finalidades de interesse público. Um dos objetivos da nova legislação é garantir a qualidade do gasto público, por meio do controle de resultados e monitoramento de indicadores de entregas das políticas públicas à população, a partir das novas regras para as parcerias.

Com relação à meta de articulação das iniciativas de diálogo entre os órgãos do governo federal e os movimentos sociais e grupos organizados, para o atendimento das demandas e a prevenção e resolução de conflitos sociais, está em fase final de elaboração o instrumento legal que instituirá a instância de participação social de forma ampliada, com a inclusão de órgãos do governo federal e de instituições da sociedade civil. Quanto aos processos que envolvem desintrusão de terra indígenas e de outras comunidades tradicionais, foi reforçado o diálogo com os entes governamentais durante o monitoramento das ações de governo afetas ao tema.

Adicionalmente, destaca-se no programa o objetivo de ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos, pautado pela simplificação de procedimentos e o uso da tecnologia da informação, de forma a tornar os serviços públicos compreensíveis e acessíveis ao cidadão.

Dentre as alternativas adotadas pela administração pública, destacam-se o lançamento da Plataforma da Cidadania Digital, ação que implementa a solicitação eletrônica e oferta de serviços públicos digitais aos cidadãos, empresas e outros entes públicos, e o lançamento e formalização da Rede de Inovação no Setor Público (InovaGov), que possibilitou a união de atores visando a criação e disseminação de uma cultura de inovação no governo federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra iniciativa que possibilitou a administração pública tornar-se mais eficiente, refere-se à proposição de normativos para simplificar a governança das atividades de logística e compras governamentais e ofertar melhores garantias contratuais aos trabalhadores terceirizados. Destaca-se, ainda, a formulação do Painel de Preços que proporcionará cotações para bens, serviços e materiais com base em contratações e aquisições anteriores.

Acerca do sistema de transferências discricionárias da União, registra-se o aprimoramento dos normativos vigentes, como a publicação do Decreto 8.493/2016, e da Portaria Interministerial 424/2016, entre os Ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Transparência, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Ressalta-se o desenvolvimento do novo portal dos Convênios, bem como diversas melhorias realizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), como a adequação do Sistema para atender a Lei 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, com a implantação de instrumentos para formalização de parcerias com a União; possibilidade de verificação de regularidade de estados e municípios; desenvolvimento de simuladores do ambiente de treinamento e download de dados.

Outra forma de atuação do Estado junto à sociedade trata da gestão do patrimônio imobiliário da União. O governo iniciou processo de alienação de imóveis não utilizados pela União, caracterizados como inadequados ao uso e de alto custo aos cofres públicos, tendo sido autorizada a venda, em 2016, de 814 imóveis da União e de autarquias federais. Também está em desenvolvimento, o Sistema Único de Administração do Patrimônio Imobiliário da União, cujas atividades estão focadas em alterações da legislação patrimonial que simplifiquem os procedimentos de gestão dos imóveis da União.

O governo federal tem adotado medidas que ampliem a capacidade do Estado em entregar produtos à sociedade com sustentabilidade, com o estabelecimento de critérios para contratações públicas de bens e serviços. Neste sentido, destacam-se as parcerias do governo com entidades internacionais, que resultaram no projeto Paper Brazil – white paper, com recomendações para o aprimoramento do modo como as compras públicas são realizadas pelo governo e sobre o uso de rotulagem ambiental no Brasil.

O fortalecimento dos controles internos e o aperfeiçoamento da gestão de riscos são outras frentes de atuação do governo, com a edição de normativos que identificam e avaliam riscos que podem impactar os objetivos estabelecidos pelo Poder Público, e que institui o Programa de Fomento à Integridade Pública (Profip). Menciona-se, ainda, a realização de auditorias que avaliam os procedimentos para o fortalecimento da integridade e prevenção da corrupção em empresas estatais.

Como medida para aperfeiçoar o marco regulatório das auditorias internas da administração federal – APF, foi construído o Referencial Técnico para a Auditoria Governamental, visando ao fortalecimento dessas instituições para avaliação de políticas públicas.

Com relação às metas vinculadas ao objetivo, na meta para definir diretrizes e promover avaliação da governança, da integridade, dos controles internos e da gestão de riscos a serem adotados no âmbito da administração federal, vale informar a edição da Instrução Normativa CGU/MP 1/2016, que estabeleceu aos órgãos e entidades do Poder Executivo federal o dever de implementar, monitorar e revisar os controles internos da gestão, identificando e gerenciando os riscos que podem impactar os objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No âmbito das Empresas Estatais, o governo federal acompanhou os efeitos da Lei 13.303/2016, com a realização, pelo Controle Interno do Poder Executivo federal, de auditorias para avaliação do grau de maturidade das políticas e procedimentos de integridade, relacionadas à prevenção e mitigação dos riscos associados a fraudes e corrupção em 26 empresas estatais.

Foi instituído também o Programa de Fomento à Integridade Pública (Profip), por meio da Portaria 784/2016, do Ministério da Transparência, programa de adesão voluntária voltado a órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de prevenção de irregularidades e desvios de conduta. Em 2016, 14 entidades entregaram Termos de Adesão ao Profip, que se encontram em diversos estágios de implementação. Alterações na conjuntura política culminaram em trocas dos dirigentes de todos os órgãos aderentes ao Profip, comprometendo, provisoriamente, o processo de adesão ao programa. Espera-se, para 2017, que o ritmo de adesão volte à normalidade, tendo em vista o interesse manifestado pelos órgãos.

No âmbito do fortalecimento das auditorias internas no âmbito da administração federal, foi realizada atividade de dinamização das auditorias internas, que consistiu em diagnóstico de 191 auditorias e elaboração de plano de trabalho visando ao fortalecimento dessas instituições, permitindo-lhes implantar melhores controles na avaliação da gestão e de políticas públicas. Foram realizadas mais de 3.200 auditorias e fiscalizações em órgãos federais, estaduais, municipais e entidades sem fins lucrativos que receberam recursos públicos federais. Na avaliação da execução de programas de governo, foram acompanhadas 14 políticas públicas, com destaque para: Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos; Pescador Artesanal; Polo Industrial de Manaus e programa Minha Casa Minha Vida. No âmbito programa de Fiscalização em Entes Federativos (FEF), foi fiscalizada a aplicação de recursos federais nos 26 estados da federação e no Distrito Federal, no montante de R$ 15,8 bilhões e em 67 municípios, com valores na ordem de R$ 1,5 bilhão.

Quanto à ampliação em 40% do número de adesões à A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) pelas instituições públicas, tomando por base o ano de 2015, onde havia 286 Termos de Adesão – TAs (dado cumulativo), foram firmados 26 novos TAs em 2016, correspondendo a 8,96% do total previsto de 10% para aquele ano. É importante ressaltar que a previsão inicial para o ano de 2016 era de 29 TAs, portanto, o total acumulado de TAs foi alterado para 312 no referido ano, quando o valor esperado era de 315 TAs.

No contexto da implementação do programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, uma das principais entregas foi a implantação do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPU-net), que substituirá os atuais sistemas que não atendem plenamente às demandas. Também houve o lançamento do Portal de Atendimento da SPU (e-SPU), ferramenta vinculada ao SPU-net, canal de relacionamento com a sociedade para acesso aos serviços relativos à gestão do patrimônio da União. A plataforma eletrônica disponibiliza o acesso a 23 serviços relacionados aos bens imobiliários da União, que correspondem a 80% dos serviços prestados, e está alinhada com a Política de Governança Digital na APF (Decreto 8.638, de 2016).

Quanto à meta de estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União, as atividades estiveram focadas na alteração da legislação patrimonial para a simplificação dos procedimentos de gestão dos imóveis da União, em especial no que se refere à regularização dos bens herdados de entidades extintas e aos procedimentos de destinação para políticas públicas e famílias de baixa renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que concerne à instituição do programa de Inovação em Gestão do governo federal, a Rede de Inovação no Setor Público (Rede InovaGov) foi formalizada, sendo permitida a participação de órgãos públicos, dos setores privado e acadêmico e da sociedade civil. Em 2016, a Rede contou com 46 órgãos e entidades da APF, representando os três Poderes da União. Também foi implantada a primeira unidade do Laboratório de Inovação em Gestão Pública (G.Nova), ofertando recursos para o desenvolvimento e aplicação de métodos e ferramentas para a inovação na gestão pública.

Relativamente à reestruturação do Sistema de Serviços Gerais (SISG) nos Órgãos do Poder Executivo Federal, o portal do Sistema está em fase de finalização, com publicação e divulgação prevista para 2017, e complementa o atual Portal de Compras Governamentais, com uma nova organização de conteúdo por temas e áreas de interesse, com vistas a gerar maior transparência, eficiência e eficácia na publicização de informações. Também está em fase de construção o aplicativo móvel para os usuários do Comprasnet, cujo objetivo é ampliar a transparência, o controle de processos licitatórios e as compras governamentais.

No Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), cita-se a gestão de viagens a serviço para grupos de pessoas, o que possibilita economia para a administração pública.

Na implantação do Sistema de Transferências Discricionárias da União (SICONV), foram homologadas ou concluídas no sistema estruturante SICONV, 453 demandas que aprimoraram o sistema. Também foi concluído o desenvolvimento do Novo Portal dos Convênios com gestão total do processo de melhorias, gerando uma economia de R$ 1,2 milhão em seis meses, além da economia de outros R$ 2,4 milhões por ano, decorrente do desligamento do portal no Serpro.

No âmbito do objetivo de aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética, foi iniciado projeto de elaboração e implementação de metodologia de gerenciamento de riscos de segurança da informação e comunicações, a ser disponibilizado como software público. Outra atividade foi a instituição da Política de Dados Abertos, pelo Decreto 8.777/2016, com adesão de 27 órgãos públicos.

Foi instituída também a Plataforma de Cidadania Digital, criada pelo Decreto 8.936/2016, que incentiva os órgãos a disponibilizarem seus serviços em formato aberto, no portal www.servicos.gov.br, objetivando ampliar e simplificar o acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços públicos digitais.

A Infovia Brasília, infraestrutura de comunicação do governo federal com capacidade para transportar dados, voz e imagens, deu seguimento ao seu processo de contínua expansão e adequações de infraestrutura, com a integração de novos órgãos e entidades públicas à rede. Em 2016, 84 órgãos públicos encontravam-se conectados por intermédio de 203 pontos de conexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com vistas ao alcance do objetivo, tem-se a meta de implantar o Processo Eletrônico Nacional nos órgãos do Poder Executivo Federal, que compreende um conjunto de ferramentas, metodologias e instrumentos normativos para permitir a adoção do processo eletrônico por qualquer ente federativo, órgão ou entidade pública. Em 2016, foi atingida a marca de 100 órgãos e entidades federais com uma solução de processo eletrônico implantado ou em fase de implantação.

Na meta de promoção da elevação do nível de maturidade em segurança da informação e comunicações e em segurança cibernética no Governo Federal, foram realizados intercâmbios de experiências, oficinas,workshops e palestrastécnicas para os gestoresde Segurança da Informação e Comunicações da APF; bem como desenvolvidas ações de coordenação e apoio aos órgãos e entidades públicas no processo de resposta a incidentes de segurança; e no credenciamento para o tratamento de informações classificadas.

No âmbito do objetivo de aumento da eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade, foi tarefa permanente do governo o desenvolvimento contínuo dos profissionais que atuam na gestão de pessoas, por meio da capacitação de técnicos dos órgãos e entidades vinculadas ao Sistema de Pessoal Civil da administração federal (Sipec), nas modalidades presencial e à distância.

Adicionalmente, a formação de agentes públicos se deu por meio de realização de parcerias nacionais e internacionais, com o lançamento da 1ª turma do Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento, cuja finalidade é analisar os desafios das instituições públicas na promoção do desenvolvimento social, político e econômico do país. O mestrado oferta 25 vagas e tem início previsto para abril de 2017. Também está em andamento a 2ª turma do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento, que tem por objetivo a melhoria da qualidade dos serviços, políticas e programas governamentais.

Além disso, foi dada continuidade à modernização do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe), com a conclusão de 15 módulos, conferindo maior agilidade no atendimento às necessidades em gestão de pessoas. Destaca-se a implantação da primeira Etapa do Assentamento Funcional Digital (AFD), com a disponibilização de sistema que otimizará o acesso e o compartilhamento de documentos e informações dos servidores públicos federais.

Contribuiu para o alcance do objetivo a meta para fortalecer a atuação das escolas de governo para aprimorar a qualificação profissional dos agentes públicos. No âmbito da Política e Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da APF, instituída pelo Decreto 5.707/2016, foi acordado com o Conselho Nacional de Educação (CNE), em dar celeridade aos processos para tratar do credenciamento das Escolas de Governo para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial e a distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro objetivo que integra o programa é o aprimoramento do conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos. Em 2016, garantiu-se a produção de indicadores conjunturais, estudos e pesquisas estruturais e especiais, que visam à melhoria das informações de natureza estatística. Dentre esses, destacam-se: Índice de Preços ao Produtor-Indústrias Extrativas e de Transformação; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; PNAD Contínua; Prognóstico Safra e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

Destaca-se a meta de ampliação do uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas, com a divulgação de 190 resultados de estudos e pesquisas estatísticas e 181 produtos geocientíficos com o objetivo de aprimorar o conhecimento da realidade brasileira, por meio da disseminação de novos produtos e resultados que ampliam a cobertura territorial e temática dos levantamentos, pesquisas e estudos produzidos.

No âmbito do objetivo de aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação, foram realizadas atividades de incentivo à participação cidadã, por meio do aprimoramento de instrumentos de transparência, como: (i) o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, para uso do cidadão na realização do controle social; (ii) o programa Olho Vivo no Dinheiro Público, para estimular a institucionalização de organizações da sociedade civil voltadas para o controle social; e (iii) a implementação de programas de educação voltados ao controle social, ética e cidadania.

Ainda contribui para o objetivo a adoção de mecanismos de fomento à implementação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas, com a execução de ações para a coordenação do Sistema Federal e de Fortalecimento Institucional da Ouvidoria Pública. A supervisão técnica das atividades de ouvidoria ocorreu por meio de três eixos: (i) capacitação, no âmbito da Política de Formação Continuada em Ouvidoria (Profoco) e das Reuniões Gerais de Ouvidoria, de 749 agentes públicos federais em cursos presenciais e 1.889 na modalidade a distância; (ii) normatização, padronização e monitoramento de 101 unidades, por meio da Sala de Monitoramento de Ouvidorias; e (iii) integração tecnológica de 36% das Ouvidorias Públicas, por meio do sistema e-Ouv, para recebimento e resposta às manifestações de ouvidoria.

Outra meta que merece destaque é a garantia de que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal utilizem o e-Ouv, sistema web que permite que o cidadão manifeste-se aos órgãos da administração pública para denunciar, reclamar, elogiar, sugerir ou fazer solicitações. Em 2016, o e-Ouv alcançou 107

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ouvidorias públicas federais, ou seja, 36% delas, recebendo 49.636 manifestações, com incremento de 150% em relação ao exercício anterior. Além disso, buscou-se integrar o sistema a outros sistemas e canais de acesso, como o sistema SEI, os canais e-SIC, Reclame Aqui e Portal de Serviços.

Na implementação de mecanismos de ampliação da transparência pública e melhoria do serviço de acesso à informação para fomento ao controle social, vale destacar o Portal da Transparência do governo federal (www.transparencia.gov.br), principal ferramenta de divulgação de informações sobre receitas, despesas, contratos e convênios. O Portal teve um total de 21.656.473 visitantes em 2016 e a média mensal de visitas atingiu 1,8 milhão de pessoas (incremento de mais de 30% em relação ao ano de 2015), resultado do aumento do número de dados disponíveis e das melhorias constantes na plataforma. O governo federal iniciou o projeto de reformulação do Portal, a ser disponibilizado no final de 2017, para torná-lo mais interativo e acessível, com tecnologias que facilitam o cruzamento e o compartilhamento de informações em redes sociais, além de acesso por meio de plataformas móveis como smartphones e tablets.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O principal desafio do programa foi o fortalecimento da gestão do Estado visando ao aumento de qualidade dos serviços prestados ao cidadão, à transparência e participação social. Considerando esse aspecto, o programa apresentou um bom desempenho na execução dos objetivos e metas. Entretanto, detecta-se a necessidade de reflexão a respeito de alguns atributos, de forma a tornar o programa mais estratégico, com resultados que efetivamente contribuam para o alcance dos seus objetivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2029
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

O programa de Desenvolvimento Regional e Territorial utiliza os conceitos de região e território como unidades de referência para consecução de seus objetivos. No caso da região, a despeito dos avanços alcançados em termos de redução das desigualdades regionais nos últimos anos, ainda persistem desafios que dizem respeito à inexistência de uma política de ordenamento territorial que trate dos conflitos inerentes ao uso do território por diversos atores com interesses distintos. Vale ressaltar que há um importante instrumento para orientar a ação nesse âmbito, que é o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, principal instrumento de planejamento ambiental territorial em implementação, visando à articulação harmônica entre a questão ambiental e às atividades econômicas, voltadas para o desenvolvimento do país.

Complementarmente, é necessário promover o fortalecimento institucional e o desenvolvimento econômico dos territórios mais vulneráveis, como a Amazônia Legal e o semiárido nordestino. Uma forma relevante de fazê-lo é a partir de Rotas de Integração Nacional, que buscam articular cadeias produtivas com vistas ao aprimoramento tecnológico e ao fortalecimento da comercialização dos bens produzidos nos Arranjos Produtivos Locais (APL) que compõem essas rotas, estimulando a oferta local de serviços e insumos, fortalecendo centros urbanos regionais e revertendo a tendência de concentração da rede de cidades e da metropolização das capitais estaduais.

Na região Norte, especificamente na Amazônia Ocidental, os desafios econômicos, sociais e ambientais representam barreiras secularmente erigidas, tanto pela geografia física da região, quanto pela distância dos grandes centros fornecedores e consumidores nacionais e estrangeiros, requerendo políticas públicas elaboradas a partir de parcerias os diversos setores.

Além disso, é necessário desconcentrar a produção de conhecimento e desenvolver tecnologias voltadas para a agricultura familiar em todas as regiões do Brasil. Neste contexto, a política de desenvolvimento territorial rural constitui-se como uma inovação alicerçada na ampliação dos processos de participação social, na integração de políticas públicas e na articulação interfederativa.

A estratégia territorial rural apoia atualmente 239 territórios que reúnem 3.591 municípios em todas as regiões do país, onde são desenvolvidas ações de apoio às iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, de investimentos em serviços e infraestrutura produtiva e de articulação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social. Importante ressaltar que um desafio ainda presente é a ampliação da participação de grupos historicamente excluídos, como Mulheres, Jovens e Povos e Comunidades Tradicionais na estratégia de desenvolvimento territorial.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os coeficientes de GINI calculados para as operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentam valores entre 0 e 1, que podem estar próximos a 0 (zero), correspondendo a uma menor desigualdade na aplicação dos recursos, ou seja, uma distribuição mais equilibrada dos financiamentos entre as microrregiões. Os valores mais próximos de 1 correspondem à completa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desigualdade, isto é, neste caso a aplicação dos recursos fica concentrada nas microrregiões teoricamente de maior nível de desenvolvimento (ou seja, de maiores PIB).

Sobre os valores apurados em 2016, infere-se que houve, no período em análise, para os três Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO) desconcentração na aplicação dos recursos. Os coeficientes de GINI calculados sobre os valores dos empréstimos per capita, por microrregiões, para os três fundos apresentam o FNE e o FNO com maiores índices de concentração dos recursos, mas também demonstram uma redução nestes valores referentes ao ano de 2016. O FCO apresentou uma elevação de 2014 para 2015 e uma redução de mais de 10% do índice de 2015 para 2016, seguindo a tendência dos outros dois fundos de desconcentração na aplicação dos recursos.

Para os índices calculados levando em consideração os financiamentos dos Fundos Constitucionais, por microrregião, e o PIB, por microrregião, o FNE e o FCO apresentam-se mais concentrados que o FNO, sendo que para as três fontes de financiamento houve, no período em análise, evolução no indicador apontando para uma desconcentração na aplicação dos recursos. Também para este indicador o FCO apresentou uma leve elevação entre 2014 e 2015 e depois seguiu a tendência dos outros dois fundos de desconcentração na aplicação dos recursos.

Os índices apresentados, em geral, indicam uma tendência de desconcentração na aplicação dos recursos dos três Fundos. Neste sentido, uma das razões para tal redução é a obrigatoriedade de aplicação prioritária, pelos bancos administradores, junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores), devendo os bancos aplicar anualmente no mínimo 51% dos recursos junto a este perfil de tomador, contribuindo, assim, para uma maior pulverização do crédito – financiamentos destinados a pequenos tomadores são mais frequentes em pequenas cidades (interiorização do crédito), aonde existe forte presença de agricultores familiares beneficiários do PRONAF.

Com vistas a promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do Território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial, destaca-se a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional, que buscam atrair e incentivar o setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo para a manutenção dos empregos e a geração de novos postos de trabalho, para o incremento das produções regionais, a arrecadação de tributos e a redução do êxodo rural.

No exercício de 2016 os recursos aportados para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) recursos no montante de R$ 28,8 bilhões, resultaram em 6.269,8 mil empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste; 372 mil empregos no Nordeste e 198.370 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades com recursos do FNO.

Relativamente aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), os recursos aportados foram da ordem de R$ 245,0 milhões pelo FDA, R$ 1,9 bilhão pelo FDNE e R$ 494,9 milhões pelo FDCO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O setor de infraestrutura destacou-se com 100% das contratações do FDA, direcionadas para Acre (AC) com 62%, Pará (PA) com 32% e Mato Grosso (MT) com 6%.

Já no FDNE, o setor de infraestrutura obteve 72% das contratações, no Piauí (PI), o de petroquímica 14% na Bahia (BA) e 3% em Alagoas (AL), o de indústria de produtos de madeira 9% no Espírito Santo (ES) e o de energia eólica 1% no Ceará (CE).

Por sua vez, na região Centro Oeste, o setor de indústria obteve 56% em Goiás (GO), o de energia elétrica 29%, Mato Grosso (MT), o de turismo 6% em Goiás (GO), e os setores agrícola e de agroindústria 5% e 3%, respectivamente, no estado do Mato Grosso do Sul (MS).

Para atender à meta de aprimorar e estabelecer mecanismos institucionais e instrumentos financeiros para o Desenvolvimento Regional e o Ordenamento do Território Nacional, no âmbito dos instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os esforços, ao longo de 2016, foram no sentido de desburocratizar, revisar e simplificar o processo de concessão de crédito com recursos dos Fundos Regionais, de forma a tornar mais célere, eficiente e eficaz sua operacionalização.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entregou o Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) que deverá ser homologado para posterior lançamento. Por seu turno, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), atuou para o desenvolvimento dos Planos estaduais de Roraima e Amapá, bem como dos Planos Tapajós, Marajó e Xingú e na Faixa de Fronteira, mediante elaboração de documentos, participação em comissões e grupo de trabalho, mapeamento de ações e identificação de microeixos.

Por sua vez, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), deu andamento a dois convênios celebrados anteriormente, resultando na publicação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área de Influência do Município de Bom Conselho/PE. O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Salgueiro (PE) e Entorno está em fase de elaboração e será publicado em 2017.

Ao longo de 2016, destaca-se o grande avanço na elaboração do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF). Em parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foi contratado o consórcio de empresas Cobrape-Projetec, responsável por realizar a atualização e complementação do diagnóstico do MacroZEE da BHSF, estruturado em torno de oito temas estratégicos: agricultura, pecuária e silvicultura; mineração; infraestrutura logística; energias renováveis; expansão urbana e saneamento; preservação e conservação ambiental; patrimônio físico-cultural; e conflitos de uso.

Paralelamente, finalizou-se, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), a contratação da empresa Nemus para a elaboração das etapas de prognóstico e subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF. Este novo contrato tem início previsto no mês de fevereiro de 2017, após a devida conclusão da etapa de diagnóstico do processo.

Em relação ao MacroZEE da Região Centro-Oeste, cuja elaboração está a cargo da CPRM – Serviço Geológico do Brasil, o ano de 2016 foi marcado pela realização de atividades destinadas ao planejamento da execução desta iniciativa. Após a conclusão da formulação do termo de referência que balizará o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do referido MacroZEE, prevista para o primeiro semestre de 2017, serão iniciadas as tratativas para a captação de recursos que permitam viabilizar a execução deste zoneamento, com previsão de finalização no segundo semestre de 2019.

No âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Sudeco), em 2016, deu-se continuidade à discussão e aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), que deverá ser concluído apenas em 2017, dada a necessidade de ampliar a discussão junto aos estados da região Centro-Oeste.

No objetivo de prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional, mais especificamente para atender a meta de organizar a estratégia de intervenção do governo federal em consonância com os planos estaduais de faixa de fronteira, também foi iniciado um processo de articulação com os estados integrantes da Faixa de Fronteira, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que está desenvolvendo diagnóstico sobre os três arcos fronteiriços: arco sul, arco central e arco norte. Também foi solicitado aos 11 estados que compõem a Faixa de Fronteira que elaborassem Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIF. Entregaram 10 estados, restando, apenas, o estado do Acre que se comprometeu para 2017.

Para promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial, em 2016, foram investidos recursos nas principais rotas e no apoio às cadeias produtivas. Assim, a Rota do Leite apresentou maior destaque no ano de 2016, sendo contemplados quatro projetos. Também houve estruturação das cadeias produtivas de ovinocaprino, apicultura e açaí, com a definição dos polos de produção, elaboração das carteiras de projetos, identificação dos comitês gestores e lideranças setoriais territoriais, com o propósito de criar coordenação, convergência e cooperação entre as ações dos diversos atores envolvidos com as cadeias.

A Sudam apoiou a pavimentação de vias, bem como a aquisição de equipamentos para o Município de Porto Walter/AC, o que beneficiará o trânsito de mercadorias e insumos provindos de outras cidades do Estado e que abastecem Porto Walter, contribuindo para o fortalecimento de Rotas de Integração na região. Foi apoiada também a Construção de Mercado do Peixe no mesmo município com o objetivo de melhorar as condições de conservação e exposição da produção pesqueira. Apoiou-se, também, Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas para municípios do estado do Acre.

Na Sudene, foi apoiado o APL da Rota do Cordeiro, importante atividade econômica para o Nordeste Semiárido (NSA), graças às condições favoráveis da região para a exploração da atividade e à diversidade de produtos que podem ser explorados comercialmente.

Complementando a estruturação das Rotas, houve também "Apoio às Rotas", projetos que estruturam cadeias produtivas distintas das identificadas como prioritárias – bovinocultura leiteira e agricultura familiar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por exemplo – e projetos que apoiam várias cadeias produtivas, com apoio à infraestrutura logística ou à comercialização (feiras).

Ao longo de 2016, destaca-se o grande avanço na elaboração do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF). Em parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com a Sudene, foi contratado o consórcio de empresas Cobrape-Projetec, responsável por realizar a atualização e complementação do diagnóstico do MacroZEE da BHSF.

Paralelamente, finalizou-se, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), a contratação da empresa Nemus para a elaboração das etapas de prognóstico e subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF. Este novo contrato tem início previsto no mês de fevereiro de 2017, após a devida conclusão da etapa de diagnóstico do processo.

Em relação ao MacroZEE da região Centro-Oeste, cuja elaboração está a cargo da CPRM - Serviço Geológico do Brasil, o ano de 2016 foi marcado pela realização de atividades destinadas ao planejamento da execução. Após a conclusão da formulação do termo de referência que balizará o desenvolvimento do referido MacroZEE, prevista para o primeiro semestre de 2017, serão iniciadas as tratativas para a captação de recursos que permitam viabilizar a execução deste zoneamento, com previsão de finalização no segundo semestre de 2019.

Na região da Amazônia Ocidental, a Suframa apoiou e incentivou, em 2016, a implantação de 60 empreendimentos produtivos, que compreendem desde uma planta fabril industrial voltada à produção de bens intermediários e de bens finais de alta tecnologia, assim como indústrias que utilizam matérias-primas regionais em seus produtos, além de empreendimentos agrícolas e de infraestrutura. Desses, estima-se que 46 podem gerar 3.295 postos de trabalho, investimento total de US$ 600 milhões e exportação de US$ 63 milhões.

Com a aprovação da Resolução CAS 1/2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento da predominância e da preponderância de matérias-primas de origem regional para efeitos de fruição de isenção do IPI nas Áreas de Livre Comércio (ALCs), foram cadastradas/habilitadas 13 empresas do segmento industrial que já estão instaladas nas ALCs e estão aptas a usufruírem dos incentivos fiscais especiais. Esses empreendimentos estão assim distribuídos: 6 empreendimentos na ALC de Macapá-Santana (AP), cinco empreendimentos na ALC de Boa Vista (RR), um empreendimento na ALC de Guajará-Mirim (RO) e um empreendimento na ALC de Cruzeiro do Sul (AC).

A abordagem territorial busca integrar espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas, a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, busca-se consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, com o compartilhamento entre poder público e sociedade civil da formulação, gestão e controle das políticas públicas, atualmente realizada nos 239 territórios rurais por meio do apoio ao funcionamento de colegiados territoriais e suas redes, buscando assim, a ampliação do acesso aos inúmeros programas federais, e ao planejamento territorial participativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para a consolidação da abordagem territorial nos territórios rurais e territórios da cidadania, teve-se como ação estruturadora a constituição de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), responsáveis pela assessoria aos Colegiados Territoriais, produzindo dados e informações, gerando e difundindo conhecimentos, métodos e tecnologias sociais; e apoiando o monitoramento e implementação de políticas públicas junto aos territórios. Assim, 185 Núcleos foram criados no período de 2013 a 2014, em cooperação técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, atendendo a 91 territórios rurais e 94 territórios da cidadania, em parceria com 54 Universidades e Institutos Federais e atendendo a todas as unidades da federação. Em 2016, resultados importantes desta parceria foram alcançados para o fortalecimento da gestão social destes territórios tais como o suporte técnico e de logística para a realização de 923 reuniões das institucionalidades; a realização de atividades visando à qualificação dos integrantes dos colegiados por meio de 279 oficinas de formação, 207 seminários e 150 encontros de intercâmbio, bem como o suporte para a discussão, elaboração e apresentação de projetos de infraestrutura produtiva apoiados pelo Proinf.

A gestão social também se intensificou pela criação de espaços específicos de discussão de temas de interesse dos territórios – câmaras técnicas e comitês setoriais. Em 2016, identificou-se a criação e o funcionamento de 567 câmaras técnicas e comitês setoriais, englobando mais de 4.486 representações de instituições, funcionando como espaços de discussão sobre temas ou sobre grupos específicos, que realizaram em 2016 cerca de 612 reuniões. A participação de públicos específicos também foi incentivada pela criação de comitês setoriais, onde destaca-se a ampliação da participação de mulheres, com a criação de 114 comitês de mulheres e a elaboração e apresentação de projetos ao edital do Proinf destinado a este público.

Resultados expressivos também foram alcançados no que se refere a ampliar a oferta e o acesso a bens e serviços nos territórios rurais por meio da articulação intersetorial e interfederativa de políticas públicas, permitindo a atuação dos NEDET em 78% dos territórios apoiados pela política de desenvolvimento territorial e beneficiando indiretamente 2.773 municípios. A atuação dos NEDET no âmbito da articulação de políticas se deu, em especial, por meio das câmaras temáticas criadas nos colegiados territoriais com base nas necessidades e prioridades locais: verifica-se presença majoritária de câmaras temáticas relacionadas à inclusão produtiva, que somam 170, apresentando características variadas, focando-se em setores produtivos prioritários para o território ou tratando de forma abrangente a inclusão produtiva.

Com base nos relatórios das assessorias, pode-se destacar as principais políticas que foram discutidas e monitoradas pelos colegiados territoriais: apoio à infraestrutura produtiva (Proinf), programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e Pronatec Campo. Os resultados alcançam os 185 territórios apoiados.

No ano de 2016, o programa Territórios da Cidadania passou por um processo de rediscussão de seu escopo e formato de atuação, não tendo sido pactuada uma matriz de ações conjuntas com os demais Ministérios e instituições que compõem o programa. No entanto, 94 territórios da cidadania tiveram seus colegiados territoriais apoiados pela atuação dos NEDET, realizando ações de gestão social e articulação de políticas públicas já relatadas acima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com o intuito de ampliar e fortalecer a participação das mulheres rurais na política de desenvolvimento territorial, por meio da inclusão socioprodutiva, do acesso às políticas públicas, dos direitos sociais e da cidadania, destaca-se o programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que emite gratuitamente documentos civis, previdenciários e trabalhistas para as mulheres indocumentadas da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas. No seu bojo, foram realizados 530 mutirões e emitidos em torno de 170 mil documentos.

Quanto à meta de fomentar a participação de organizações de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação estadual, por meio da parceria com CNPq e SPM, foi possível a contratação das Assessoras Territoriais de Gênero (ATGe), que realizam o trabalho de incentivar a presença das mulheres na participação em reuniões e atividades, e sobretudo, nas discussões políticas que afetam diretamente a vida das mulheres rurais.

No que se refere a promover a qualidade de vida e a inclusão socioprodutiva com a oferta de infraestrutura e serviços nos territórios rurais, destacam-se as iniciativas da Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços – PROINF. Tendo em vista a carência em termos de infraestrutura e serviços no Brasil Rural, este objetivo procura viabilizar, priorizando a articulação com programas e políticas públicas, investimentos na implantação, ampliação e modernização de infraestrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais. No exercício de 2016, os recursos disponibilizados para infraestrutura produtiva e serviços nos territórios rurais foram executados a partir da publicação de Chamadas Especiais do PROINF 2016 para: Grupos Extrativistas de Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia Legal; Juventude Rural; Grupos Produtivos de Mulheres; e Suporte Forrageiro. Das 427 propostas apresentadas para apreciação da equipe técnica, fizeram-se aptas à aprovação e contratação 24 projetos territoriais, distribuídos em 10 projetos com Governo de Estado e 14 com prefeituras municipais. Das Chamadas Especiais do PROINF 2016 destaca-se como objeto equipamentos para processamento de produtos agropecuários, veículos para distribuição e comercialização de produtos e fomento à agricultura familiar gerando incremento na renda do agricultor e na dinâmica econômica dos territórios rurais.

No âmbito da meta de beneficiar 15.000 famílias com ações territorializadas voltadas ao combate à pobreza no semiárido do Nordeste, que é realizada por meio do Projeto Dom Hélder Câmara, foram realizadas ações preparatórias junto às famílias, em 2015 e 2016, que permitiram a conclusão do cadastramento de 9.154 famílias em 2016.

Do mesmo modo, o objetivo de promover as capacidades e as competências da população dos territórios rurais por meio da valorização dos saberes locais e da ampliação do acesso à informação, conhecimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e tecnologias merece atenção, tendo isso em vista um importante programa é a Arca das Letras que ao longo de 2016 implantou 375 bibliotecas, atendendo a 48 territórios e possibilitando o acesso à informação e ao conhecimento, por meio da difusão do livro e a criação de bibliotecas no meio rural, em parceria com outras instituições.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No exercício de 2016, alguns resultados de políticas apontaram para as revisões de procedimentos visando seu aperfeiçoamento, as quais terão repercussões na implementação dos programas nos exercícios seguintes.

Dentre as alterações efetivadas pela simplificação e desburocratização dos Fundos de Investimento da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor), destaca-se a permissão para conceder créditos para a aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia por aproveitamento das fontes de biomassa. Também foi revogado o limite da participação dos recursos dos Fundos Constitucionais de até 60% do investimento total de projetos aprovados voltados à geração de "energia limpa" e ficou estabelecido que os Bancos poderão propor o percentual de aplicações mínima ou máxima para o porte dos tomadores, por unidade da federação, por setor (comércio e serviços) e por tipologia da PNDR, podendo, inclusive, não considerar os financiamentos destinados a projetos de infraestrutura para a definição desses percentuais.

Estabeleceu-se, ainda, que poderão ser revisadas, uma única vez, no decorrer do ano, as estimativas de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais, observando a expectativa de arrecadação tributária divulgada pelo Ministério da Fazenda, o histórico de contratações e a perspectiva de negócios para o ano objetivando ampliar a celeridade na redistribuição dos recursos aos espaços e setores dinâmicos observados no decorrer do ano.

No âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), dentre as principais ações que se vislumbram está o redesenho do Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC. Buscando atender aos agricultores familiares e às comunidades do semiárido e na região da Sudene, com o apoio de órgãos colegiados. Outra medida que será adotada é a contratação de consultores e equipe técnica a fim de que esses possam garantir apoio técnico, assessoramento, acompanhamento e qualificação às ações desenvolvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2039
GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA, GARANTIA DA ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O programa 2039, norteado pela diretriz do PPA "*Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia*" envolve órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda e embora os objetivos institucionais de cada ente ser específico, o conjunto dos resultados busca atingir soluções para os problemas macroeconômicos do país, promovendo maior competitividade e produtividade da economia brasileira. Nesse sentido o programa baseia-se, entre outras ações, na busca de mecanismos para aumentar a taxa de investimento da economia com medidas articuladas para a retomada do crescimento e consequente elevação do PIB.

Estão sendo encaminhados programas de concessões em rodovias, aeroportos, setor de energia e ferrovias. O controle da inflação é fator prioritário dentro dos objetivos programáticos, assim como ações importantes para fortalecer o Sistema Financeiro Nacional. Portanto, de forma mais ampla, para o Ciclo 2016-2019, os desafios residem na retomada do crescimento econômico sustentado, na inclusão social, na redução das disparidades sociais e regionais, no cumprimento das metas de inflação e na estabilidade do sistema financeiro nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados mostrados pelos indicadores macroeconômicos do programa refletiram o quadro econômico adverso no decorrer de 2016. Se por um lado a inflação registrada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu para 6,3% ao ano, o que afetou positivamente a redução da taxa de juros, por outro lado, o declínio da inflação foi devido, em grande parte, à recessão econômica que levou a taxa de variação real do PIB a um recuo de 3,6% no ano. Tão importante quanto esse recuo no PIB foi a redução da Formação Bruta de Capital Fixo, que caiu para 16,4% do PIB. A redução da atividade econômica e seu impacto sobre a arrecadação tributária, a estrutura rígida das despesas e o custo das políticas anticíclicas levaram à piora do Resultado Primário do Setor Público, que apresentou um déficit de 2,48% em relação ao PIB.

O primeiro objetivo do programa é o de desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional. Nesse contexto, uma das variáveis macroeconômicas mais importantes da economia brasileira é a inflação. A meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2016 foi 4,5%, com tolerância de dois pontos percentuais. A elevada inflação em anos anteriores, principalmente em 2015, os mecanismos de indexação da economia e as condições climáticas desfavoráveis, dificultaram sua queda em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo IBGE, referência do sistema de metas, foi 10,67%. Já em 2016, o IPCA encerrou o ano em 6,29% devido a elevações menores de preços administrados e do preço dos alimentos e ficou dentro dos limites da meta estabelecida pelo CMN. Com menor pressão inflacionária, o Comitê de Política Monetária – COPOM iniciou a redução da taxa básica de juros (Selic) em outubro de 2016, e encerrou o ano em 13,75% a.a., o que possibilita uma gradual retomada do crescimento econômico.

Um dos pontos importantes para economia do país, neste momento, é o fortalecimento das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional – SFN. Para isso, foram adotadas diversas medidas regulatórias para a segurança e a eficiência das operações, como novas regras nas operações dos cartões de crédito internacionais e a ampliação das formas de pagamento com o exterior, o aperfeiçoamento do marco regulatório prudencial para risco de crédito, bem como a incorporação de recomendações do *Financial Stability Board* (FSB).

Houve ajuste também no Sistema Financeiro de Habitação – SFH, que passou a computar imóveis entre R$ 750 mil e R$ 1,5 milhão nas suas operações. Já o Sistema de Informações de Crédito – SCR foi aperfeiçoado e passou a identificar dados de operações de clientes com endividamento superior a R$ 200, antes era R$ 1 mil, o que ampliou o número de informações recebidas de 77 milhões (pessoas físicas e jurídicas) para 105 milhões, possibilitando melhores decisões nas relações entre credores e tomadores de crédito.

O acompanhamento regular dessas informações permite melhor avaliação das condições econômico-financeiras das instituições e do mercado de crédito. Nesta trajetória de proporcionar mais informações para análise foi lançado ainda pelo Banco Central o Portal de Dados abertos que conta com 454 conjuntos de dados publicados, com destaque para os indicadores de crédito, de finanças públicas, de inclusão financeira, do setor externo e de atividade econômica.

Em relação ao objetivo de desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência, foram criadas medidas de estímulo ao crescimento econômico por meio de investimentos públicos e privados em infraestrutura, da melhora no ambiente de negócios e da promoção da concorrência. Nesse sentido, encontram-se em curso concessões em setores como rodovias, aeroportos, energia e ferrovias, para incentivar a participação do recurso privado na taxa de investimento brasileiro, e a busca por mais eficiência do gasto público nos investimentos em infraestrutura.

No campo de regulamentação de novos investimentos, foram implementadas novas políticas regulatórias e concorrenciais para estimular o desenvolvimento e o financiamento privado em infraestrutura. Dentre estas medidas está o Decreto 8.874, de 11/10/2016, que regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados prioritários na área de infraestrutura. Esse decreto objetiva adequar as priorizações dos projetos, e seus benefícios fiscais, ao Planejamento Estratégico traçado pelo programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para atrair investimentos privados e promover o aumento estrutural da produtividade e da competitividade do país, o Ministério da Fazenda e o Banco Mundial patrocinaram também o Seminário Internacional Melhoria do Ambiente de Negócios. Realizado entre os dias 30/11 e 2/12/16, o evento resultou na criação de um indicador subnacional de ambiente de negócios para avaliar todos os estados brasileiros.

A fim de aumentar a taxa de investimentos do país e buscar alongar a dívida pública, foi proposta a atualização normativa dos produtos de seguro de vida e de previdência complementar aberta, além da criação de novos tipos de seguro de vida com o objetivo de tornar os produtos mais atrativos para a formação de poupança de longo prazo.

Para o aumento da formação de poupança de longo prazo, relacionadas aos produtos de vida e previdência complementar aberta, estão em discussão minutas para alteração normativa dos produtos de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, além de minuta de Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP para criação do "Seguro de Vida Universal". Para 2017, espera-se concluir a atualização normativa desses produtos.

Com o intuito de promover a concorrência e o crescimento da economia, fomentar o empreendedorismo, a inovação e a produtividade, foram propostas medidas como o Projeto de Lei 4.855/2016, que pretende alterar o processo de recuperação judicial, extrajudicial e falência, quando forem verificadas dificuldades para a recuperação dos ativos das empresas devedoras.

Por outro lado, quanto ao objetivo de ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo, em 2016 também foram firmados acordos e compromissos para ampliar e consolidar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais, Banco Mundial e G20, grupo formado por ministros das finanças e presidentes dos Bancos Centrais das maiores economias do mundo e da União Europeia. No Fundo Monetário Internacional-FMI, em especial, a quota brasileira foi elevada de 1,78% para 2,32%.

No âmbito do G20, em 2016, os representantes brasileiros estiveram nas quatro reuniões de Ministros de Finanças e Presidentes de Banco Centrais, nas Reuniões de Representantes (*Deputies*), e nas reuniões do Grupo de Trabalho do Marco para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado (Grupo de Trabalho do Framework). Em relação ao Novo Banco de Desenvolvimento – NBD, entre as atividades exercidas pelo Brasil, em 2016, estão o pagamento das duas primeiras parcelas de integralização de capital e o exercício da presidência do Conselho de Diretores do NBD. Dessa forma, o Brasil busca aumentar sua atuação no cenário econômico internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para aperfeiçoar a regulação das atividades econômicas e financeiras, foram destaque o programa de Distribuição de Debêntures, a Instrução Normativa sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, a regulamentação das ofertas dos Contratos de Investimento Coletivo Hoteleiro, a 4ª Conferência Internacional de Educação Financeira e a implementação do Centro CVM/OCDE de Educação e Letramento Financeiro para América Latina e Caribe.

No âmbito externo, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM foi reeleita para a liderança do C8 (Comitê de Educação Financeira da IOSCO), e se tornou membro permanente do Comitê de Governança da OCDE, e ainda manteve a participação no *International Forum of Independent Audit Regulators* – IFIAR e no Grupo de Ação Financeira – GAFI (FATF).

Já a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP definiu como um dos objetivos estratégicos de seu novo Planejamento Estratégico 2016-2019 "o aperfeiçoamento da regulação dos mercados supervisionados pela SUSEP" e a supervisão baseada em riscos foi definida como um dos direcionadores estratégicos para esse período. Com intuito de fortalecer a articulação com órgãos em que as áreas de seguros e de previdência complementar aberta sejam relevantes, foram firmados acordos com a SENACON/MJ e estão sendo negociados acordos com o Banco Central do Brasil, Conselho Federal de Contabilidade, Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil e Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A atuação brasileira nos fóruns e organismos internacionais de seguro foi ampliada, por meio da participação nos Comitês Técnicos e de Implementação da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS) e da Diretoria da Associação dos Supervisores da América Latina (ASSAL).

Sobre o desenvolvimento e a gestão dos sistemas de informação que aprimoram a execução das atividades de regulação, foram realizadas ações como: a implementação do ambiente de processo eletrônico, com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI); a finalização do desenvolvimento de nova versão do Sistema de Arrecadação da SUSEP (SIAS); a iniciação do desenvolvimento de nova versão do Registro Eletrônico de Produtos (REP); a iniciação do desenvolvimento de sistema de administração de Recursos Humanos (SisRH); a contratação e iniciação do desenvolvimento de Portal de Educação Financeira; e a iniciação e desenvolvimento de nova versão do Sistema de Penalidades (SisPen).

Manter o equilíbrio fiscal do país é fundamental para que o Estado possa cumprir suas funções de modo sustentável ao longo do tempo, assim é importante aprimorar a gestão de receitas e despesas de forma a buscar esse equilíbrio. Nesse sentido, do lado da receita em 2016, foi instituído o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, também conhecida como "lei da anistia ou de repatriamento de bens no exterior". Do lado da despesa o grande esforço para a redução do estoque de restos a pagar, implicando em aumento do espaço fiscal para despesas realizadas no próprio ano, tornando mais transparente a execução fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

De modo geral foram destaques em 2016 as iniciativas adotadas que promovem o suporte e o estímulo à retomada do crescimento econômico, o aperfeiçoamento das políticas regulatórias e concorrenciais para incentivar o financiamento privado em infraestrutura, o desenvolvimento econômico e a melhoria do ambiente de negócios brasileiro, e ainda o aumento da participação nos fóruns mundiais e a busca por uma posição de destaque no cenário econômico internacional.

Acredita-se que as iniciativas realizadas, e as que se encontram em andamento pelo MF, sejam efetivas para estimular o crescimento econômico e produzam resultados rapidamente, com garantia de estabilidade do sistema financeiro e aperfeiçoamento do ambiente de negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2046
OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

O programa temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica, em sua dimensão geográfica não se limita ao Mar Territorial, à Zona Contígua, à Zona Econômica Exclusiva e à Plataforma Continental Brasileiras, numa extensão de cerca de 4,5 milhões de km², conhecida como "Amazônia Azul", mas abrange todos os espaços marítimos além de sua jurisdição nacional que sejam de interesse do país, a exemplo das Águas Internacionais (ÁREA) e da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Não obstante a relevância do Oceano Atlântico Sul e Tropical e da Zona Costeira para o país, o conhecimento científico disponível sobre os mesmos ainda é limitado. Desta forma, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)[9], a Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR)[10], a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM)[11] e as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)[12], que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar nas políticas públicas acima descritas, visam orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária para obtenção do conhecimento, assim como ao desenvolvimento das ações governamentais para o uso sustentável e preservação dos recursos do mar.

As mencionadas Políticas foram desdobradas em Planos, a saber: o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)[13], o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), de execução quadrienal; e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)[14]. Além disso, pode valer-se de membros *ad hoc* e de organismos internos como subcomissões, grupos de trabalho e comitês executivos, criados, quando necessários, para implementar as deliberações emanadas pela CIRM. Existe, também, a SECIRM, com sede em Brasília e subordinada diretamente ao Comando da Marinha, que tem as atribuições de assessorar o Coordenador da CIRM e de executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da referida Comissão.

O programa temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica, que está associado à diretriz estratégica do Plano Plurianual 2016-2019: "Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia", está constituído por 5 objetivos que abrangem diversas ações do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), LEPLAC, Gerenciamento Costeiro e Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, Potencial Mineral e Biológico dos Fundos Marinhos, e programa Antártico Brasileiro (PROANTAR),

9 Aprovada pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.

10 Aprovada pelo Decreto 94401, de 3 de junho de 1987.

11 Aprovada pelo Decreto 5.377/2005.

12 Criada pelo Decreto 74.557/1974 e alterada pelo Decreto 6.979/2009, é um colegiado coordenado pelo Comandante da Marinha na qualidade de Autoridade Marítima, sendo, atualmente, composto por representantes de 19 órgãos a seguir discriminados: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Ministério dos Transportes; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Planejamento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Esporte; Ministério da Saúde; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Turismo; Ministério da Pesca e Aquicultura; e Secretaria de Portos da Presidência da República.

13 Aprovado pelo Decreto 98.145/1989.

14 Aprovada pela Lei 7.661, de 16 de maio de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com foco na pesquisa, desenvolvimento sustentável, preservação e gestão ambiental, monitoramento oceanográfico e climatológico, formação de Recursos Humanos, presença do Estado e na consolidação de uma mentalidade marítima, expressadas nas 28 iniciativas e 15 metas, distribuídas nos respectivos objetivos.

Os objetivos são voltados: ao estabelecimento do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira, além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento de recursos naturais; à ampliação da presença brasileira em águas nacionais, internacionais e ilhas oceânicas; à garantia da presença brasileira na Antártica; à promoção de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e operação dos sistemas de observação dos oceanos; à promoção do uso compartilhado do ambiente marinho e ao gerenciamento da zona costeira de forma sustentável e, por fim, à pesquisa e prospecção do potencial mineral e biológico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2016, o programa deu continuidade na formação de recursos humanos, nas pesquisas científicas, no monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos, na presença física na Amazônia Azul e Antártica e na logística necessária, no gerenciamento costeiro e no conhecimento e no uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica, assim como o desenvolvimento das ações que possibilitaram a implementação da PNRM e da POLANTAR. Além disso, ressalta-se a manutenção da posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo com a assinatura entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) do contrato para exploração de crostas ferromanganesíferas, ricas em cobalto, na Elevação do Rio Grande (ERG) e a manutenção da presença brasileira no Continente Antártico, com a decisão de reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz.

Abaixo estão relacionados os principais resultados de 2016, detalhados por objetivos.

Em relação ao objetivo de estabelecer o Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, tem como meta a ampliação, até 2019, do limite da Plataforma Continental Brasileira para até 350 milhas, incorporando uma área marítima de 960 Km² que, somadas aos 3,5 milhões de km² da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), totalizarão cerca de 4,5 milhões de Km², correspondendo, aproximadamente, à metade da área terrestre do nosso território. Em 2016, o GT-LEPLAC deu continuidade à preparação da **Submissão Parcial Revista da Região Equatorial", aprovada na 66ª Sessão Ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2016, que deverá ser apresentada à Comissão de Limites da ONU em 2017.**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro objetivo do programa é o de promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas. Neste caso, destaca-se que o PSRM, como principal desdobramento da PNRM, tem como propósitos conhecer as potencialidades do mar e das Ilhas Oceânicas Brasileiras, promover a formação de recursos humanos, a pesquisa científica, o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos e dos recursos marinhos, com vistas à manutenção das funcionalidades dos ecossistemas e à garantia da sustentabilidade do uso desses recursos, bem como visa integrar o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental ao espaço brasileiro. Para tal, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) criou os programas de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLAC); de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA); Biotecnologia Marinha (BIOMAR); Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (REVIMAR); Aquicultura e Pesca (AQUIPESCA); Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR); Mentalidade Marítima (PROMAR); programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO), programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE); e o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil).

Em 2016, foi consolidada a nona edição do PSRM, a vigorar de 2016 a 2019, que envolveu diversos colaboradores e exigiu grande esforço de articulação. Foram realizadas várias reuniões e oficinas temáticas, com a participação de representantes do governo federal e membros da comunidade científica, ligados às mais diversas áreas do conhecimento.

No âmbito da Biotecnologia Marinha, em julho de 2016, foi realizada a 14ª Sessão Ordinária do Comitê Executivo para o BIOMAR, ocasião em que foi aprovado o Plano de Trabalho para Biotecnologia Marinha para o período 2016-2019. Esse documento estabelece uma estratégia de comunicação em biotecnologia marinha com o objetivo de fortalecer esta área de pesquisa no país e consolidar e ampliar redes de pesquisa multidisciplinares sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha (Chamada MCTI/CNPq/FNDCT 63/2013). Em dezembro de 2016, foi realizado um seminário para estruturação dessas redes onde ficou decidido a criação da Rede Nacional de Biotecnologia Marinha - BiotecMar.

No programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha, em 2016 foram realizadas comissões, por embarcações do IBAMA, de fiscalização para controle e monitoramento dos estoques pesqueiros.

Na Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar, em 2016 foi dada continuidade à construção dos quatro navios laboratórios de ensino flutuante, sendo prevista a conclusão do 1º navio para o 1º semestre de 2017.

As atividades de Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas são desenvolvidas pelos programas de Pesquisas Científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO) e de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e águas marítimas adjacentes (PROTRINDADE). A Estação Científica no Arquipelágo de São Pedro e São Paulo, permanentemente guarnecida por 3 a 4 pesquisadores, vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

operando sem restrições. Em 2016, foram apoiados 24 projetos de pesquisa que se vinculam a universidades espalhadas por todo o território nacional. Ainda sobre o PROARQUIPELAGO, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo está coordenando o desenvolvimento do projeto de uma nova Estação Científica para 2017. O PROTRINDADE, em 2016, apoiou 25 Projetos de Pesquisa vinculados às mais diversas áreas do conhecimento. No ano de 2015, foi lançada a Chamada CNPq 15/2015 – PROGRAMA ARQUIPÉLAGO E ILHAS OCEÂNICAS, pela qual se contratou 10 projetos de pesquisa. A Estação Científica da Ilha da Trindade é equipada com dois laboratórios, abriga até 8 pesquisadores e vem operando sem restrições. Quanto à geração de energia utilizando fontes renováveis na ilha da Trindade, está em análise a viabilidade de parceria entre a Marinha do Brasil e Itaipú Binacional para instalação de um módulo de geração de energia, por fontes renováveis, com nova tecnologia desenvolvida por Itaipu, com maior eficiência. Sobre a implantação de uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha, a SECIRM, em parceria com o MCTIC, continua se articulando no sentido de oficializar a realocação do terreno junto aos órgãos envolvidos, em face do tombamento do conjunto histórico e paisagístico pelo IPHAN do local anterior. O desenvolvimento do projeto das edificações está a cargo da PUC/Rio, com base no Termo de Cooperação celebrado para esse fim específico, que deverá apresentar uma versão preliminar em 2017. No âmbito do MCTIC, já se encontra em discussão, no contexto técnico-científico, a base de pesquisa (observatório meteoceanográfico) a ser conduzida na futura estação, bem como a possibilidade de a mesma fazer parte de uma rede mundial de coleta de dados. O segundo observatório deverá ser instalado no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, composto por boia meteoceanográfica e estação meteorológica em terra.

Importante mencionar também o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima (GOOS-Brasil). Ao longo de 2016, todas as redes do GOOS-Brasil operaram normalmente, coletando informações meteorológicas e climatológicas no Oceano Atlântico Sul. Os dados coletados pelas Redes de Observação são recebidos e disponibilizados na página www.goosbrasil.org. A manutenção desse sistema é realizada empregando-se navios da Marinha do Brasil e técnicos das instituições responsáveis pela Coordenação das Redes.

Por fim, o programa de Mentalidade Marítima (PROMAR) valoriza a comunicação como instrumento, nas redes sociais da MB, adequando os conteúdos ao *Facebook* e demais mídias. As postagens já atingiram 90.000 visualizações. Cada vez mais, o PROMAR busca, modernizar a apresentação, ampliar o conteúdo científico e a distribuição digital do INFOCIRM, que atinge 13.000 endereços. Em 2016, o PROMAR realizou exposições e palestras divulgando o conceito "Amazônia Azul" por meio dos programas da CIRM

Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira é outra vertente importante do programa. Ressalta-se, por exemplo, a Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial – PROAREA, no qual, em 2016, foram realizadas reuniões para definição das prioridades de pesquisa e planejamento para a 1ª missão do NPqHO Vital de Oliveira na ERG, prevista para janeiro de 2017. O foco será realizar levantamentos para definição das condições e características do meio ambiente, para atender as obrigações contratuais, como subsídios na preparação do 1º Relatório Anual de atividades da CPRM, a ser entregue na ISBA em março de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Além disso, em relação à Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira – REMPLAC, foi realizado o reprocessamento de dados referentes aos projetos granulados marinhos na costa Nordeste, diamantes na foz do Rio Jequitinhonha e fosforita nas Bacias de Santos e Pelotas, com o propósito de quantificar estes recursos minerais.

Ainda no contexto do PSRM e do Plano de Mineração 2030, do MME, ressalta-se que os mares e oceanos são as novas fronteiras minerais, com as maiores áreas do mundo e vastas riquezas a serem exploradas. Estudos recentes indicam que diversas riquezas minerais estão notadamente concentradas nos elevados ou "altos-topográficos" oceânicos, em águas brasileiras e internacionais adjacentes, sobre os quais o país pode avançar estrategicamente, estudando e requerendo, no caso das Águas Internacionais, direitos de pesquisa de minerais junto à ISBA. No final de 2016, foi possível celebrar o contrato entre CPRM e UNIVALI e realizar um acordo de cooperação com a VALE S.A. para entrada da CPRM no comitê gestor e para a utilização do Navio Hidroceanográfico Vital de Oliveira e, também, do Navio Oceanográfico Atlântico Sul da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), para viabilizar a realização dos levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos em 2017.

Com o objetivo de promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável, a CIRM, em 2016, desenvolveu ações para legitimar formalmente o "Uso Compartilhado do Ambiente Marinho" (UCAM), por meio de proposição de adequação de marco institucional, normativo e regulatório vigente. Também é fundamental estabelecer diretrizes, ferramentas e metodologias adequadas para apoiar o processo de tomada de decisões relacionado ao uso do mar, tanto em nível governamental, quanto privado. Durante o ano de 2016, esteve em curso, no âmbito do Grupo de Trabalho do UCAM (GT-UCAM), o processo de construção de um Plano de Trabalho que busca a proposição de orientações e diretrizes para elaboração de um Planejamento Espacial Marinho (PEM). A proposta de plano foi analisada na Reunião GT-UCAM e seus Subgrupos, realizada em 24 de novembro de 2016, na SECIRM, onde foi decidido a continuidade dos trabalhos e discussões para a montagem do citado plano em 2017. Esse Plano de Trabalho possibilitará a implementação de um Planejamento Espacial Marinho a nível nacional e, posteriormente, a confecção de um Plano de Uso Compartilhado do Ambiente Marinho.

No que se refere à Zona Costeira, uma das principais ações de 2016 foi o trabalho relacionado à atualização do Macrodiagnóstico da Zona Costeira (MDZC), na escala da União. A terceira versão do MDZC foi prevista em duas etapas: planejamento (premissas, identificação de público-alvo, acessibilidade, conteúdos, formato) e produção (elaboração do produto final e acessibilidade). A fase de planejamento está em execução pela Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) via Termo de Execução Descentralizada (TED). Em 2016, foi alcançado 25% da meta prevista para todo o período do Plano de Trabalho. Em 2017, pretende-se finalizar a fase de planejamento e início da fase de produção. Ainda em relação à atualização do Macrodiagnóstico da Zona Costeira (MDZC), na escala da União, para a continuidade do bom andamento da meta, há apenas a necessidade de: i) finalização da etapa de planejamento em 2017, junto aos executores do TED e; ii) a contratação dos serviços da etapa de produção pelos executores do TR, que requer aporte de recursos financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentro do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), foi mantido o percentual de 5% de municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação da orla marítima definidas. Iniciado em meados de 2005, o Projeto Orla é um dos instrumentos previstos no PNGC tendo tido uma adesão voluntária por parte das prefeituras em mais de 90 municípios costeiros nos últimos 11 anos. Nesse sentido, embora o Projeto Orla conte com uma boa adesão, ressalta-se que a maioria dos municípios costeiros brasileiros ainda não elaborou seus Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima (PGI) e muitos acabaram desistindo da implantação deste importante instrumento de ordenamento costeiro. Em 2016, foram realizadas seis Audiências Públicas promovidas pelo Ministério Público Federal (MPF) para discussão da portaria e seus impactos nas políticas de gerenciamento costeiro. O MMA promoveu duas reuniões com o Secretário da SPU/MP sobre a minuta da Portaria. Assim, o MMA, estados e municípios aguardam a publicação de dessa Portaria da SPU/MP que regulamenta o art. 14 da Lei 13.240/2015 que estabelece os critérios de transferência da gestão das praias marítimas urbanas da União para os municípios.

No âmbito do MMA/SRHQ/DGAT, a Gerência Costeira vem elaborando uma proposta para criação do Programa Nacional de Conservação de Linha de Costa – PROCOSTA, que será composto por quatro Projetos:

Projeto Alt-Bat: tem por finalidade validar uma metodologia científica nacional para integração das componentes verticais terrestres (altimetria) e marinha (batimetria);

Projeto Perigos Costeiros e Projeção da Linha de Costa Futuras: tem por finalidade aplicar com acurácia (Projeto Alt-Bat) metodologias de modelagem costeira e disponibilizar o conhecimento dos cenários futuros da linha de costa para 10, 25, 50 anos;

Projeto Riscos e Vulnerabilidade Costeira: irá inserir nos cenários futuros da linha de costa, as informações sociais, econômicas e ambientais com a finalidade de valorizar os possíveis prejuízos econômicos e da própria salvaguarda da vida humana frente aos impactos das mudanças climáticas;

Gestão da Linha de Costa Atual e Oportunidades Futuras: tem por finalidade planejar (intervenção e/ou prevenção) em áreas críticas e também estrategicamente observar possíveis oportunidades econômicas e ambientais em cenários de até 50 anos.

Cabe ainda destacar que a Gerência Costeira vem trabalhando na agenda ODS 14 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 14 – Oceanos, onde os temas principais são: Combate ao Lixo no Mar, Planejamento Espacial Marinho e a Formação de Quatro Núcleos de Referência para Adaptação na Zona Costeira (PNA).

No âmbito do objetivo de garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente e da POLANTAR, a CIRM coordena o programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) há mais de 34 anos. Nesse período, o país consolidou sua posição no seleto grupo de países que decidem o destino da Antártica dentro do Tratado Antártico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O PROANTAR é gerenciado pela SECIRM, que coordena os trabalhos da Subcomissão para o PROANTAR, promovendo a implementação das atividades do programa, que estão apoiadas em três vertentes: a científica, a cargo do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; a ambiental, a cargo do Ministério do Meio Ambiente; e a logística, a cargo da SECIRM.

O PROANTAR tem como metas fomentar o aumento das pesquisas antárticas, de forma sustentável, por meio da formação de recursos humanos qualificados, da produção de artigos científicos especializados, da manutenção da capacidade logística e, como grande desafio, a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz até 2018, destruída por um incêndio em FEV/2012, imprescindível para o desenvolvimento das pesquisas científicas e a permanência do pavilhão nacional naquele continente. Todas essas metas tiveram um crescimento satisfatório em 2016.

Sobre as metas relacionadas à pesquisa Antártica, a cargo do MCTIC, em 2016, registrou-se a publicação de 65 artigos científicos e a formação de 10 doutores titulados a partir de pesquisas na Antártica.

No apoio logístico, no dia 10 de outubro de 2016, foi iniciada a Operação Antártica Trinta e Cinco (Operantar XXXV), com o suspender dos Navios de Apoio Oceanográfico (NApOc) Ary Rongel e do Navio Polar (NP) Almirante Maximiano da cidade do Rio de Janeiro com destino à Antártica, onde permanecerão durante o verão antártico, retornando ao Brasil em abril de 2017. Nessa Operação, serão apoiados 25 projetos de pesquisas científicas, incluindo acampamentos, apoiados pelo Navio Polar Almirante Maximiano, envolvendo cerca de 260 pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa de todo o país. Além disso, também serão iniciadas as obras em campo para a reconstrução da Estação Antártica Almirante Ferraz (EACF). Em novembro de 2016, foi realizada a substituição do Grupo-Base ENDURANCE, depois de permanecer por 1 ano e 20 dias na Antártica, guarnecendo a Estação Ferraz, sendo substituído pelo Grupo-Base POSEIDON.

Na área ambiental, destaca-se como principal resultado relacionado à normatização para conformidade ambiental das atividades brasileiras na Antártica, que busca garantir a presença brasileira na região, a apresentação de uma proposta de atualização da Portaria do Grupo de Avaliação Ambiental do programa Antártico Brasileiro – GAAm/PROANTAR, que institui o colegiado e define suas competências. A proposta da Portaria foi apresentada na reunião do GAAm, em junho de 2016, e o texto final será consolidado com base nas contribuições recebidas dos membros do colegiado.

Ainda para garantir a conformidade ambiental das atividades brasileiras na Antártica, foram analisados e aprovados mais de vinte projetos de pesquisa, sob o ponto de vista do respectivo impacto ambiental, sendo que diversos destes foram autorizados a adentrar as Áreas Antárticas Especialmente Protegidas (ASPAs), totalizando cerca de 70 documentos relacionados.

O IBAMA, vinculada ao MMA, enviou nove servidores a campo na Operantar XXXV visando à fiscalização ambiental da obra de reconstrução da EACF e ao cumprimento do Plano Ambiental da Construção.

No que se refere à Reconstrução da EACF, foram iniciadas e concluídas, em Xangai, as obras de pré-montagem do prédio principal da EACF, composto dos blocos leste, oeste e técnico. Após essa fase de pré-montagem, o navio contratado pela empresa CEIEC, responsável pela reconstrução da EACF, suspendeu de Xangai em 02 de novembro de 2016. Com a chegada na Antártica, deu início aos trabalhos de campo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compostos pela montagem do canteiro de obras e pela implantação das fundações da EACF que serão montados no verão antártico 2017/2018, e das unidades isoladas. A obra está prevista para terminar em março de 2018. Um segundo navio suspendeu de Xangai em 29 de dezembro de 2016, com destino à Punta Arenas, levando material para execução de redes de drenagem e elétricas, torres para instalação de antenas de comunicação, abrigo provisório para máquinas e equipamentos, além do material necessário para a implantação do monitoramento geotécnico do solo local.

É importante salientar que as fases de pré-montagem na China e na Antártica estão sendo acompanhadas por fiscais da Marinha, com o reforço de três fiscais do Ministério do Meio Ambiente, para acompanhar as atividades realizadas na Antártica

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No primeiro ano do PPA 2016-2019, o programa temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica deu continuidade à consolidação da posição ativa do Brasil nas negociações globais acerca das mudanças climáticas, do uso sustentável dos recursos do mar, focado em inovações tecnológicas que propiciarão o desenvolvimento de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio logístico para a realização de pesquisas multidisciplinares na Zona Costeiras, nos Oceanos, Ilhas Oceânicas Brasileiras e na região Antártica.

As ações decorrentes dos objetivos, iniciativas e para alcance das metas foram conduzidas de modo a aumentar a pesquisa científica, a formação de recursos humanos, a presença física, o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos e o gerenciamento costeiro. Apesar das dificuldades financeiras que o país atravessa, houve avanço nos resultados das metas.

Ressaltam-se as seguintes Ações: a manutenção da posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico; em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo, a atualização do MDZC, na escala da União; o processo de construção de um Plano de Trabalho para elaboração de um Planejamento Espacial Marinho; e a manutenção da presença brasileira no Continente Antártico com a decisão de reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz, atendendo a todos os requisitos científicos, ambientais e operacionais.

Desta forma, fica evidenciado que as Políticas que orientam as atividades da CIRM, bem como os Planos que as implementam, têm caráter transversal e multissetorial, principalmente no que se refere a formalização de parcerias entre órgãos federais, universidades, empresas e institutos de pesquisa nacionais e internacionais, adequando-se plenamente aos princípios que norteiam o Planejamento Plurianual do governo federal, evidenciando os desafios estratégicos a serem suplantados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2056
POLÍTICA ESPACIAL

O planejamento do Programa 2056 – Política Espacial, como uma política pública governamental, dá continuidade aos planos plurianuais anteriores, e parte do seu reconhecimento como importante iniciativa em favor do desenvolvimento econômico e social nacional, quer pelo seu elevado conteúdo científico-tecnológico e de inovação, quer pelo aspecto geopolítico e estratégico que ocupa na política governamental, contribuindo também, de maneira decisiva, para a soberania e autonomia do país.

Neste contexto, o principal desafio da Política Espacial, estabelecido no PPA 2016-2019 e na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) aprovada pelo Decreto nº 1.332/1994, continua sendo o de capacitar o país no desenvolvimento e implantação de um conjunto de ativos e aplicações espaciais, voltados para a solução de problemas do Estado brasileiro e para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações e da sociedade, de forma sustentada e com a participação da indústria.

Os ativos espaciais, entendidos como equipamentos que estão ou que podem ser colocados no espaço, tais como um satélite ou um veículo lançador, bem como os equipamentos baseados em solo para apoiar as atividades espaciais, tais como estações de controle de satélite e recepção de dados, são de alto valor político-estratégico para o desenvolvimento das nações.

No processo de construção e desenvolvimento dessa infraestrutura espacial ou desses ativos espaciais, desafios complementares também se impõem, revestidos por ações que envolvem: pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, visando a criação e fabricação de sistemas espaciais completos de satélites e foguetes; desenvolvimento de aplicações que exploram as tecnologias e os dados espaciais nas áreas de observação da Terra, meteorologia, comunicações, ciência e navegação; participação contínua e crescente da indústria nacional nos programas e projetos espaciais; implantação e atualização da infraestrutura espacial básica (laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, centros de lançamentos e centros de operação e controle de satélites); formação e desenvolvimento de novas competências humanas, e integração do setor acadêmico nas atividades espaciais.

No desenvolvimento da capacitação e na construção da necessária autonomia nacional, a política espacial deve-se orientar também pela redução, quando possível e vantajosa, da dependência do país com relação ao acesso a dados e informações providos por sistemas espaciais estrangeiros.

Nesse contexto, a capacitação da indústria nacional para desenvolver e produzir sistemas espaciais completos passa a ter grande relevância e constitui em outro importante desafio da política espacial, que reside na necessidade de ampliação e organização da sua cadeia de valores e de fornecedores de bens e serviços espaciais, ainda em estágio nascente no Brasil.

Por fim, diante da análise e estudos de oportunidade para a exploração comercial de serviços de lançamento de satélites, dada a localização estratégica do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), para a adequada manutenção e plena utilização de sua infraestrutura, permanece o desafio da inserção sustentável do Brasil no restrito mercado internacional de serviços comerciais de lançamento de satélites. Outro desafio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reside na contribuição do programa espacial para a promoção do maior desenvolvimento econômico-social da região de Alcântara e do seu entorno, o que será possível após a implantação dessa infraestrutura e a atração de empresas prestadoras de serviços de apoio aos lançamentos, promovendo a geração de empregos qualificados e uma melhor distribuição de renda na Região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Para o período do PPA 2016-2019, destacam-se dois indicadores: o Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2), que expressa a relação percentual entre o total dos valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços tecnológicos e o montante de dispêndios totais das ações orçamentárias de caráter finalístico do Programa Temático Política Espacial. O segundo indicador é o Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT), que mostra a razão entre o número de imagens fornecidas pelo satélite CBERS-4 e entregues aos usuários, e o total de imagens entregues, incluindo aquelas fornecidas pelos satélites estrangeiros, como o LANDSAT-8 e o Resourcesat-2.

O IPSEN – 2 apurado para o ano de 2016 foi de 40,14, que reflete o aumento das contratações de projetos de transferência de tecnologia (ToT) no contexto da aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que geraram contratos de subvenção econômica voltados para empresas nacionais.

Quanto ao índice expresso no GAOT, o valor apurado foi de 21,67%. Este indicador representa, em última análise, a autonomia do Brasil em imagens de sensoriamento remoto, implica que quanto mais alto o índice, maior a autonomia brasileira, e vice-versa.

Abaixo são apresentados os principais resultados consolidados por Objetivo.

Neste objetivo de aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais, observou-se ser altamente necessária e estratégica a consolidação no país de uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.

Este objetivo ancora-se em duas metas e nove iniciativas, todas associadas ao desenvolvimento de missões de satélites que buscam atender ao espectro de aplicações considerado prioritário pelo Programa Espacial Brasileiro.

Uma das metas visa lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazonia, o Amazonia-1, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concentrou-se, em 2016, no trabalho de elaboração de convênio com fundação de apoio e no planejamento e estabelecimento das contratações necessárias para concluir a fabricação do satélite. Os obstáculos burocráticos do processo, motivados pelas demandas legais, demandaram todo o ano de 2016. Na vertente técnica, o projeto prosseguiu com a conclusão da primeira versão do software de bordo, com avanços na fabricação da cablagem, e com o início da integração mecânica do satélite, entre outras providências.

A outra Meta tem como objetivo lançar o satélite CBERS-4A, e teve o ano de 2016 dedicado à elaboração de convênio com fundação de apoio e ao planejamento dos contratos industriais necessários para atender à responsabilidade brasileira pelo projeto. Na vertente técnica, o projeto avançou nos preparativos para as atividades de Montagem, Integração e Testes (AIT), que serão realizadas no Brasil, e nas adaptações dos subsistemas remanescentes dos satélites CBERS-3 e 4 que serão utilizados no CBERS-4A. Também é importante mencionar que, somente em novembro de 2016, foi obtida a sanção presidencial ao Protocolo Complementar para o desenvolvimento conjunto desse satélite. O cronograma que prevê seu lançamento ao final de 2018 está mantido, mas dependerá da capacidade da indústria nacional atender aos prazos dos contratos ainda por serem firmados.

Essas duas metas, quando alcançadas, significarão importante avanço na capacitação do país nessa área. O satélite CBERS-4A atenderá a comunidade usuária dos produtos que hoje utilizam as imagens do CBERS-4, que se encontra em órbita e operacional, e ainda contará com os dados de uma câmera de alta resolução.

O satélite Amazonia-1 fornecerá dados semelhantes ao do satélite CBERS, com a vantagem de ampliar a taxa de revisita e diversificar a fonte de dados. Este também será o primeiro satélite de sensoriamento remoto nacional, inaugurando uma série de satélites que devem atender a variadas demandas nacionais.

As várias Iniciativas deste Objetivo atendem a uma ampla gama de missões e aplicações. Dentre as missões indicadas, encontra-se um segundo satélite da série Amazonia, o SCD-Hidro, o SABIA-Mar em parceria com a Argentina, e também a missão EQUARS. Todas essas missões deverão ser iniciadas ainda durante o período de vigência do PPA atual, mas com execução reduzida frente às missões prioritárias, associadas às Metas já citadas.

Neste objetivo ainda é importante destacar a evolução das negociações junto à China para a definição dos requisitos para os satélites CBERS-5 e 6, atividade que recebeu grande impulso, graças ao avanço no projeto do CBERS-4A.

O objetivo de prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e da respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial visa à conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, por meio do desenvolvimento de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, continua sendo um dos principais objetivos estratégicos perseguidos pela política espacial brasileira.

Após o acidente com o protótipo V03 em 2003, o projeto VLS-1 sofreu uma revisão completa com a participação da empresa russa *Makeyev*. Dessa revisão foi gerada uma série de recomendações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

implicaram modificações técnicas do projeto e, em alguns casos, o re-projeto de alguns de seus sistemas, destacando-se os Sistemas de Redes Elétricas e o de Redes Pirotécnicas. A revisão crítica também recomendou a construção de um *mock-up* de integração de Redes, no qual seriam instalados e testados todos os sistemas, tal como no veículo de voo.

Limitações de natureza técnica, orçamentária e de pessoal levaram a uma simplificação do protótipo XVT-01. Dessa forma, mantendo-se o objetivo de avaliar o voo dos 1º e 2º estágios, incluindo a separação entre eles, foi proposto o veículo VLS-1/VSISNAV que, também, tinha como meta o ensaio em voo da plataforma inercial brasileira, dentro do escopo do Projeto SIA (Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial).

O veículo VSISNAV estava em fase avançada de fabricação, mas a sua conclusão e integração dependiam da definição dos equipamentos eletrônicos e das respectivas interfaces com os módulos do veículo (rede elétrica). Com a rescisão em 2015 do contrato industrial para o desenvolvimento dos equipamentos eletrônicos embarcados, por descumprimento de requisitos técnicos, o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) buscou soluções para mitigar os impactos causados, concentrando-se nas seguintes estratégias mitigadoras:

Desenvolvimento de soluções para Controle, Guiamento e Navegação por meio do desenvolvimento interno e da aquisição de equipamentos, utilizando as equipes de hardware e software do próprio IAE; e

Contratação direta de hardware e software de empresa nacional com a integração no IAE.

Em ambas as estratégias, será necessário um ensaio em voo em veículo controlado, a fim de mitigar os riscos observados no desenvolvimento do VSISNAV. Para tal ensaio, vislumbra-se agora um veículo menor de estágio único: o VS-43 (Veículo Suborbital, baseado na parte alta do VLS-1). Adicionalmente, foi elaborado um Plano de Gerenciamento de Riscos do projeto VLS-1/VSISNAV, no qual diversos pontos críticos foram evidenciados, tais como: validade de componentes pirotécnicos, validade dos motores S43 e dificuldades tecnológicas.

Em análise atual, impossível de ter sido realizada quando da concepção do Projeto, percebe-se que a decisão de se partir para o desenvolvimento da configuração do veículo VLS-1 deixou uma lacuna na sequência lógica empregada até então. A complexidade dos veículos Sonda IV e VS-40 é bem inferior à complexidade do VLS-1. Isso considerando não só os sistemas e subsistemas embarcados, como também as metodologias de gerenciamento e de engenharia de sistemas necessárias para um projeto com tal complexidade. Assim sendo, frente a todas as dificuldades já mencionadas, surgiu a necessidade de reavaliar a decisão tomada e dar alguns passos atrás, aproveitando o material em estoque e principalmente todo o conhecimento adquirido com o projeto até o presente momento.

Adicionalmente, também foi definido o lançamento do veículo VS-43, carregando consigo a carga útil SARA Suborbital 1.1, que está sendo recontratada junto à indústria nacional para ser uma plataforma de realização de testes e experimentos científicos e tecnológicos em prol do Programa Espacial Brasileiro. Tal lançamento ocorrerá em meados de 2019.

A outra plataforma em desenvolvimento para a realização de experimentos suborbitais, a Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM), tem seu voo planejado para 2018. A campanha de lançamento desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Plataforma promoverá a execução dos experimentos selecionados pela 2ª Chamada do 4º Anúncio de Oportunidades (AO) do Programa Microgravidade da Agência Espacial Brasileira (AEB).

O Programa Microgravidade proporcionou a realização da operação de lançamento, denominada Operação Rio Verde, com experimentos da 1ª Chamada do 4º AO em dezembro de 2016, mas por motivos que ainda estão em análise técnica pelo órgão responsável pela campanha, a carga útil não atingiu o apogeu esperado e, com isso, não propiciou o tempo de microgravidade previsto para a realização de alguns experimentos. Contudo, pode-se afirmar que vários objetivos da Operação Rio Verde foram plenamente atingidos, incluindo a recuperação da carga útil, mesmo o veículo não tendo proporcionado aos experimentos os esperados 6 minutos de voo em ambiente de microgravidade. Este lançamento propiciou a validação da operacionalidade de toda infraestrutura de solo necessária para a realização de campanha de lançamento no CLA.

Com relação aos veículos lançadores, atualmente a demanda do mercado, de amplo conhecimento da comunidade técnico-científica, aponta para o nicho de veículos lançadores de micro e minissatélites. Neste contexto, aproveitando todo o aprendizado, os conceitos e as tecnologias adquiridas com o projeto do veículo VLS-1, o IAE e a AEB trabalham no desenvolvimento e certificação do projeto de um Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), com menor custo, tecnologias mais atuais e com viabilidade comercial. O VLM-1 é um Lançador de Satélites que terá a capacidade de colocar cargas úteis (microssatélites e Cubesats) de até 150 kg em órbita terrestre baixa (LEO) – equatorial, polar ou de reentrada. Este veículo está sendo desenvolvido em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), visando atender às necessidades tanto do Programa Espacial Brasileiro (PEB), quanto do equivalente Programa alemão e entrar em um nicho de mercado pouco explorado, o de veículos específicos para o lançamento de microssatélites, segmento este em crescimento, devido ao grande número de novas aplicações científicas e operacionais para satélites de até 100 kg.

Para o desenvolvimento do VLM-1, é necessário o domínio de novas tecnologias em propulsão, em especial o motor S50. Neste projeto o grande diferencial é a tecnologia que será aplicada no desenvolvimento do envelope motor. Diferentemente dos motores anteriores que eram produzidos com invólucros metálicos, este será construído usando materiais compostos, reduzindo o peso total e o tempo de produção de dezoito (18) para três (3) meses. Em sua primeira missão, o VLM-1 deverá lançar uma carga útil tecnológica nacional, conforme consta no PPA 2016-2019.

Nesse contexto, o evento mais importante foi a assinatura de contrato, em dezembro de 2016, junto à indústria nacional, para o fornecimento dos motores foguetes que serão utilizados no VLM-1, denominados S50. Outra atividade importante que ocorreu em 2016 foi a Revisão de Definição da Missão (MDR), onde foram revisados e homologados os requisitos de missão desse veículo. Para 2017, estão previstos outros marcos importantes, como a realização da Revisão Preliminar de Projeto (PDR), a Revisão Crítica de Projeto (CDR), e a entrega dos primeiros motores S50.

Por fim, o objetivo de promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial visa ampliar o domínio das tecnologias críticas, além de desenvolver e consolidar competências e capital humano, visando garantir autonomia e sustentabilidade ao desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Este objetivo vem sendo alcançado com o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos obtidos na execução dos programas, projetos e missões do Programa Nacional de Atividades Espaciais que, direta ou indiretamente, também apoiam a formação de novos talentos por meio de capacitação continuada de especialistas na área espacial.

Em 2016, dentro do contexto deste objetivo, é importante citar:

A criação do espaço educacional dentro do Programa E2T – Espaço, Escola e Tecnologia, na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Espera-se que no primeiro semestre de 2017 seja inaugurado o Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial) do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI). Está em elaboração o plano de gestão a ser implementado no Centro, com vistas à sua operacionalização;

No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de satélites de pequeno porte, serão lançados satélites universitários do Programa SERPENS (Programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites);

A capacitação de expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros integrantes do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que se capacitaram na França por meio de cursos teóricos introdutórios e avançados. Estes profissionais, após familiarização com o projeto do SGDC e seus respectivos requisitos de missão, seguiram treinamentos especializadas envolvendo questões práticas (*On-Job-Training*) nos diferentes sistemas e subsistemas do satélite. O grupo deverá, ao final desta missão, estar capacitado para conduzir atividades técnicas e gerenciais de projeto, fabricação, testes e operação desse, e de outros tipos de satélite;

No desenvolvimento tecnológico aplicado a sistemas espaciais de veículos lançadores, grande parte dos esforços estão direcionados ao atingimento da meta de conclusão do modelo de engenharia do motor foguete a propelente líquido de 7,5 toneladas de empuxo (L75). Dentre as atividades executadas em 2016, destaca-se o início da implantação dos Bancos de Ensaios e também, com apoio do Centro Espacial Alemão (DLR), foram realizados ensaios e testes na Alemanha. Para 2017 está prevista a conclusão da fase 1 no 1º semestre, e o início da fase 2 do projeto;

No desenvolvimento de tecnologias críticas referentes ao motor foguete a propelente sólido S50, está sendo desenvolvido envelope motor utilizando-se materiais compostos que reduz o seu peso total, bem como o seu tempo de produção, de dezoito (18) para três (3) meses. Estes motores serão submetidos a testes e ensaios hidráulicos e estruturais, seguida da queima em banco de teste dos primeiros motores, com vistas à liberação para voo.

No âmbito deste objetivo, aguarda-se o avanço, ou mesmo o início, de importantes programas, projetos e missões ainda em fase de consolidação. Dentre essas iniciativas, citam-se:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A necessidade de alinhamento do programa espacial brasileiro com as tendências mundiais. Para tanto, busca-se o domínio das tecnologias de plataformas para satélites de até 10 kg para industrialização;

Nas ações de infraestrutura, espera-se que no INPE seja desenvolvido o projeto do Banco de Ensaios de Propulsores Líquidos, além da necessidade de ampliação e modernização dos bancos de testes de propulsores químicos e implantação de banco de testes de propulsores elétricos;

Conclusão e lançamento do experimento astrofísico Monitor e Imageador de Raios-X (Proto-MIRAX) por meio de balão estratosférico;

Realização de Testes em Banco da vários Subsistemas do Motor a Propulsão Líquida (L75) e o Projeto Básico do Banco de Ensaios do Motor de 100 kN.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

É importante reconhecer que o Programa Espacial Brasileiro tem sido capaz de avançar no objetivo maior de devolver à sociedade brasileira, em produtos, serviços e inovação tecnológica, os investimentos nele realizados. A presença de satélites nacionais em órbita em condição operacional, a proximidade da conclusão de novos projetos de satélites, o avanço no desenvolvimento daquele que será o primeiro lançador de satélites nacional, o forte engajamento da comunidade acadêmica e de estudantes universitários nas iniciativas voltadas para nanossatélites, a recente preparação de uma nova geração de profissionais treinados no exterior, dentre outros, são resultados de projetos iniciados anos atrás, que continuam sendo apoiados no presente PPA.

Cabe ressaltar que deve ser reconhecida a importância e a necessidade da implementação de um conjunto de ações governamentais para impulsionar a política espacial brasileira, tais como: o aumento, a estabilidade e a continuidade dos investimentos no setor, tendo em vista a natureza dos projetos espaciais que têm características de longo prazo de desenvolvimento; o contínuo investimento nos quadros de especialistas das duas principais instituições de pesquisas espaciais no país (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC, e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/MD); a revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, direcionada para a contratação de projetos que envolvam desenvolvimentos tecnológicos; e a priorização permanente da Política Espacial dentre as ações de governo, pela sua importância geopolítica e estratégica para o país, em especial pelo aperfeiçoamento do seu sistema de governança, estabelecido no Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2082
POLÍTICA EXTERNA

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) levou adiante, em 2016, uma nova política externa representativa dos valores e interesses fundamentais do Brasil e de sua sociedade, com o objetivo de contribuir de maneira concreta para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a consolidação da posição brasileira como ator relevante no cenário internacional. Essa nova política externa tem como eixos fundamentais a defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos, a maior inserção nos eixos dinâmicos da economia mundial, o exercício da liderança natural do Brasil em temas de desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do universalismo de nossas relações exteriores, por meio da ampliação das relações com países de diferentes regiões e níveis de desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Seguem abaixo os principais resultados registrados em 2016, organizados conforme os objetivos do programa.

Ao longo de 2016, o Brasil empregou a diplomacia presidencial para fortalecer sua posição de ator global. Houve participação presidencial em visitas de reforço das relações bilaterais à Argentina, à Índia, ao Japão e ao Paraguai, e ainda na Cúpula do BRICS (Índia, outubro de 2016), na Cúpula do G-20 (China, setembro de 2016) e na abertura da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas (EUA, setembro de 2016). O titular do Ministério das Relações Exteriores realizou 17 visitas para participar em encontros bilaterais ou multilaterais. O chanceler brasileiro recebeu também ministros das relações exteriores ou do comércio exterior da Argentina, Dinamarca, Finlândia, países Baixos, Paraguai, Suíça, Reino Unido e Portugal.

Ademais, o Brasil sediou a 11ª Cúpula da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, nos dias 30 e 31 de outubro de 2016, em Brasília. O evento contou com a participação de presidentes, primeiros-ministros e vice-presidentes de sete dos países-membro da Comunidade, além do Secretário-Geral eleito das Nações Unidas.

O universalismo da política externa brasileira é refletido no fato do país ser um dos poucos no mundo a manter relações diplomáticas com todos os cento e noventa e três membros da Organização das Nações Unidas. Ao longo de 2016, o Brasil fortaleceu sua tradicional atuação nos principais foros multilaterais, trabalhando em defesa da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, em constante diálogo com a sociedade civil e com os mais variados setores. A atuação do Brasil nos foros multilaterais ocorre em estrita observância ao disposto no art. 4º da Constituição, que estabelece os princípios orientadores de suas relações internacionais, entre eles a solução pacífica de controvérsias, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Entre as ações mais relevantes de 2016 no contexto multilateral, destacam-se as seguintes: a ratificação pelo Brasil do Acordo de Paris da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a eleição do Brasil para um assento no Conselho de Direitos Humanos (CDH) e a participação do Presidente da República na abertura do debate geral da 71ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU) e na Reunião de Alto Nível sobre Refugiados e Migrantes, em Nova York, simbolizando o claro compromisso do Brasil com a promoção e proteção dos direitos humanos. Também em 2016, foram regularizados pagamentos a número considerável de organismos multilaterais, dentre eles a ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na ONU, o Brasil manteve seu engajamento nas negociações sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, durante a reunião ministerial do G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), à margem da abertura da AGNU, em setembro de 2016, promoveu a criação do Grupo de Amigos da Reforma do CSNU. O Brasil esteve também engajado no processo de revitalização da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobretudo nas negociações que resultaram em maior transparência para o processo de seleção do novo Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), que veio a ser o português António Guterres.

Nos debates do BRICS, do qual também fazem parte a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, cujo acordo constitutivo entrou em vigor em 3 de julho de 2015) constitui importante instrumento para superar desafios sistêmicos no financiamento do desenvolvimento. As primeiras operações de empréstimos do NDB foram aprovadas em abril e julho de 2016, totalizando US$ 911 milhões para financiamento de projetos na área de energias renováveis. O Brasil foi contemplado com US$ 300 milhões (via BNDES) para projetos na área de energia eólica.

Em âmbito regional, a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina constitui como objetivo permanente da política externa nacional, previsto na Constituição. Nesse contexto, o Mercosul permaneceu como principal eixo da política brasileira de integração regional. Ao longo de 2016, o Mercosul foi objeto de sérias dificuldades institucionais derivadas do descumprimento dos compromissos de adesão pela Venezuela, resultando em questionamentos sobre seus objetivos e os meios para alcançá-los. Assim, os membros fundadores do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – deram início a um esforço conjunto de revitalização do processo de integração econômica e comercial em todas as suas vertentes. Espera-se que, em 2017, possam ser definitivamente superados os obstáculos institucionais, com a retomada do funcionamento pleno do Mercosul.

Em relação a outros países da região, o Brasil desenvolveu, em 2016, uma agenda dinâmica de negociações econômico-comerciais, tanto em temas tarifários quanto não tarifários (serviços, investimentos, compras governamentais e facilitação de comércio). Nesse sentido, foi firmado, em abril passado, o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru, que tratou de investimentos, serviços, e compras governamentais. Igualmente, iniciaram-se tratativas sobre compras governamentais com o Chile, e avançaram as negociações com o México para a ampliação e o aprofundamento do acordo bilateral de preferências tarifárias, tendo sido realizadas quatro rodadas de negociações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil também buscou promover o diálogo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, que realizaram uma reunião de Vice-Ministros, em Lima, no mês de maio, ocasião em que foi definida uma agenda de temas de interesse comum para amparar a cooperação entre os dois agrupamentos. De outra parte, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Cúpula da Comunidade dos estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) continuaram sendo foros relevantes de articulação política entre os países da região. Em 2017, o Brasil continuará a favorecer o processo de consolidação institucional da Unasul, com a escolha de um novo Secretário-Geral e a transferência da Presidência *pro tempore* para a Argentina. Já no âmbito da Celac, foi realizada a I Reunião de Ministros das Relações Exteriores Celac-União Europeia, em outubro de 2016, em São Domingos, da qual resultou documento de avaliação de uma série de ações e dos programas.

No que tange à integração da estrutura física regional, o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) se reuniu em *Santa Cruz de la Sierra* (7 de abril de 2016) e em Brasília (21 de dezembro de 2016). Nesta última reunião, os cinco países (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) avançaram na negociação de acordo de sede entre o CIH e a Argentina e discutiram aspectos relacionados ao fortalecimento institucional e ao melhor aproveitamento do potencial da hidrovia como rota de comércio. Já no contexto do Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC), as negociações entre Brasil e Bolívia encontram-se em estágio de estudos de pré-viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. As equipes técnicas de ambos os países mantiveram entendimentos em 2016 para avaliar a viabilidade do projeto, que implicaria a revitalização da ferrovia Novoeste, a modernização da Ferrovia Boliviana Oriental e da Ferrovia Andina, assim como a construção da interconexão desses dois eixos ferroviários.

O acesso a mercados de economias mais desenvolvidas é buscado por meio das negociações comerciais tanto no plano multilateral como no plano bilateral e inter-regional. O Brasil dinamizou a negociação de novos acordos bilaterais e regionais, em conjunto com os sócios do Mercosul, tanto na região quanto com parceiros extra-regionais – como a União Europeia, a Índia, a EFTA e o Canadá. O bloco tenciona avançar em conversações sobre outras negociações potenciais, como Líbano, Tunísia, Coreia e Japão. O Brasil, como país emergente com peso modesto nos fluxos internacionais de comércio (cerca de 1,2%), também segue engajado nas negociações em curso na OMC, em diferentes segmentos: redução do apoio doméstico à produção agrícola, disciplinamento de medidas de subsídio à atividade pesqueira, facilitação de investimentos, maior embasamento científico para a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, melhor regulamentação do comércio eletrônico, medidas de apoio a pequenas e médias empresas, entre outras.

Paralelamente, o país participa de modo bastante ativo do G-20. Sob a presidência alemã, em 2017, o G-20 deverá dedicar-se à vinculação entre o desenvolvimento econômico e os objetivos de sustentabilidade da Agenda 2030, aos conflitos que minam a estabilidade econômica de países e regiões e às demandas de desenvolvimento da África. O G-20 vem progressivamente alargando a sua pauta de assuntos, o que requer atenção para evitar que se diluam os temas econômico-financeiros.

Em 2016, no campo da promoção comercial, cabe destacar a grande relevância da área de inteligência comercial, que produziu centenas de levantamentos estatísticos sobre comércio exterior, para subsidiar a atuação das diversas áreas do MRE, do governo federal e da iniciativa privada, com vistas a identificar oportunidades de mercado para as exportações brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

Na área de cooperação internacional, o governo brasileiro deu prioridade a projetos que tenham por objetivo a erradicação da fome e da pobreza, o combate à desigualdade e à exclusão social, a promoção do desenvolvimento sustentável e a formação de capital humano. Em 2016, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, formulou estratégia de cooperação técnica, cujas prioridades geográficas foram África, América Latina e Caribe. A cooperação com os países de língua oficial portuguesa é prioridade da cooperação brasileira para o desenvolvimento – em 2016, o orçamento destinado à cooperação bilateral com os estados membros da CPLP (Comunidade dos países de Língua Portuguesa) correspondeu a cerca de 30% do orçamento geral da ABC. Esse montante viabilizou a continuidade de 45 ações em diversas áreas de desenvolvimento: saúde, agricultura, educação, formação profissional, justiça, administração pública e desenvolvimento urbano. A pauta de cooperação técnica entre o Brasil e países da África, Ásia, Oceania e Oriente Médio atualmente conta com 19 projetos em execução em 20 países. Essas iniciativas envolvem diferentes setores, sendo a maioria na área de agropecuária, mas há também projetos em saúde, portos marítimos, formação profissional e educação.

Em agosto de 2016, a ABC incorporou às suas atividades as atribuições de cooperação humanitária internacional, respondendo a crises humanitárias mediante doações de alimentos, medicamentos e contribuições financeiras a agências humanitárias do Sistema ONU. Em paralelo, devido à passagem do furacão Matthew pelo Haiti, o Brasil contribuiu com doação de US$ 250 mil ao programa Mundial de Alimentos (PMA), para a assistência alimentar à população afetada pelo furacão. Ademais, o Brasil atendeu, em coordenação ente o MRE e o Ministério da Saúde, aos pedidos de emergência em Angola, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Portugal, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Trinidad e Tobago e Uruguai, apoiando operacionalmente a doação de cerca de 10 mil toneladas de medicamentos.

Em relação à comunidade brasileira no exterior ao longo de 2016, foram realizadas várias medidas para ampliar a oferta e a qualidade dos serviços consulares, tanto no segmento de assistência quanto no de atendimento, o que propiciou uma melhora qualitativa na prestação de serviço pela rede consular brasileira. Estão sendo feitos testes em novo modelo de chip para cadernetas de passaporte que aumentará a segurança dos documentos brasileiros emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores. No âmbito tecnológico e informático, foram estabelecidas como prioridades para 2017 as seguintes ações: continuidade do projeto de implantação do Sistema Consular Integrado – nova geração (SCI.ng) nos postos no exterior; modernização contínua dos equipamentos à disposição da Rede Consular Brasileira; aprofundamento da integração das bases de dados do MRE e da Polícia Federal; início da integração com outros órgãos (SIRC-Cartórios); modernização do design gráfico e ampliação de funcionalidades do SCI.ng; participação no Grupo Técnico (GT), coordenado pela PF, para a modernização do passaporte brasileiro; e ainda participação nos encontros do *ICAO Public Key Directory* (PKD) em Montreal/Canadá.

Em 2016, foram também desenvolvidos esforços para a ampliação da rede de acordos de isenção de vistos e de cooperação jurídica internacional. Entraram em vigor acordos com os seguintes países: Belarus, Cazaquistão, Macedônia, Montenegro e Seicheles (os cinco sobre isenção de vistos); Japão (transferência de pessoas condenadas e facilitação de vistos de turismo); e Suriname (transferência de pessoas condenadas).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outro fator relevante para os cidadãos foi a entrada em vigor para o país, em 14 de agosto de 2016, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, que simplificou o procedimento de validação (legalização) de documentos estrangeiros – desde que emitidos em estado parte da Convenção – para sua aceitação no Brasil, e vice-versa. Paralelamente, entraram em funcionamento, no final de 2015, com efeitos a partir de 2016, Centros de Processamento de Serviços Consulares (Visa Centers) em Cantão, Pequim e Xangai. No mesmo sentido, estão em etapa avançada planos para o estabelecimento de Visa Centers na África e na Ásia, bem como de visto de turista por via eletrônica, voltado para países de alto potencial turístico e baixo risco migratório. Destaca-se, ainda, o êxito dos esforços do Itamaraty para atender à intensa demanda por vistos para os Jogos Olímpicos Rio 2016. Com relação ao fluxo de migrantes haitianos para o Brasil, o MRE segue atuando em cooperação com os países vizinhos. Foi drasticamente reduzida a entrada irregular de estrangeiros pelo Acre, ao passo que foi expandida a capacidade de emissão de vistos em Porto Príncipe.

O MRE, por fim, realizou atividades junto à comunidade brasileira com vistas à difusão da língua portuguesa como língua de herança ao longo de 2016, além de manter rede de Centros Culturais e de Leitorados. Também foi dado apoio à realização de eventos culturais, nas mais variadas manifestações artísticas (entre elas o samba, que em 2016 celebrou 100 anos), e às iniciativas voltadas tanto para a troca de experiências entre artistas brasileiros e estrangeiros quanto para o fortalecimento da economia criativa brasileira. As ações tiveram como foco prioritário a América Latina e os países membros da CPLP, dos BRICS e do G-20. Em 2017, pretende-se apoiar a realização de seminários, apresentações musicais, ciclos de cinema, clubes de leitura e residências artísticas. Prevê-se a participação brasileira nas feiras do livro de Havana, Paris, Bolonha, Bogotá, Buenos Aires, Lisboa e Maputo, Pequim e Xangai, Frankfurt e Guadalajara, bem como na Mostra de Arte de Veneza.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Nesse sentido, a política externa brasileira deve continuar promovendo, em 2017 e até o final da vigência do PPA 2016-2019, a inserção internacional do Brasil e a promoção do intercâmbio comercial, cultural e institucional, entre outras áreas, conforme os objetivos constitucionais e as diretrizes governamentais do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA 2059
POLÍTICA NUCLEAR

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia, além de atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

De acordo com a Constituição, a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados são monopólio da União, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas, sob regime de permissão. Em termos estratégicos, o país registra a sétima maior reserva geológica de urânio conhecida no mundo, com cerca de 309 mil toneladas de U_3O_8, com apenas um percentual entre 25% e 30% do território nacional já pesquisados. Assim sendo, o país poderá ocupar uma posição estratégica em relação à oferta de fontes energéticas.

O domínio completo do ciclo do combustível é de vital relevância, uma vez que os elementos combustíveis produzidos são empregados nos reatores de potência, que proporcionam a produção da energia elétrica, e nos reatores de pesquisa, para produção de radiofármacos.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial ainda não há capacidade instalada nas etapas de conversão e enriquecimento suficiente para atendimento da atual demanda de Angra I, Angra II e Angra III.

Para atender a operação da Usina de Angra III, ganha ainda mais relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear, uma vez que se acentuará a atual dependência de serviços e insumos externos.

A primeira etapa do ciclo do combustível nuclear é representada pela planta industrial da Unidade de Concentrado de Urânio – URA da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, com capacidade nominal instalada de 400 t de U_3O_8/ano, suficientes para o atendimento das Usinas Nucleares de Angra I e Angra II, mas insuficiente para atender Angra III.

A etapa de conversão do U_3O_8 em UF_6 necessário para o combustível das Usinas de Angra I, II e III é integralmente realizada no exterior por meio de contratação de serviços.

A Usina de Enriquecimento de Urânio, em implantação pela INB, em Resende – RJ é a responsável pela etapa de enriquecimento realizada no país, tendo atingido, ao final de 2015, uma capacidade nominal instalada correspondente a apenas 7% da demanda total nacional de serviços de enriquecimento estimada para suprir as Usinas Nucleares de Angra I, II e III, frente à meta de 10% do PPA 2016-2019.

As etapas de reconversão e fabricação de pastilhas e de montagem são totalmente nacionalizadas, com a aquisição de alguns materiais e componentes no exterior nesta última etapa. As fábricas possuem capacidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nominal instalada de 120 t de UO_2/ano, sendo 160 t de pó de UO_2/ano, 120 t de pastilhas de UO_2/ano) e 240 t na FCN Montagem, suficiente para o atendimento das usinas atuais em operação e de Angra III.

A principal vantagem de uma Central Nuclear é a capacidade de geração de energia em grande quantidade com baixo consumo de combustível. Para geração de 1000 MWe por ano, por exemplo, uma central nuclear consome cerca de 21 t de urânio (cerca de 200 t de urânio natural), enquanto que uma central térmica a carvão consome cerca de 3 milhões de t de carvão. O uso da energia nuclear, no mundo, evita a emissão anual de 2,5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO2) que seriam lançados na atmosfera pelas fontes térmicas convencionais.

A NUCLEP (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.), empresa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, localizada no município de Itaguaí/RJ, é uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, que atua preferencialmente na área de caldeiraria pesada. O objetivo da NUCLEP é projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e "offshore" e a outros projetos. Desta forma, é imprescindível que o Brasil preserve e também amplie a capacidade que hoje dispõe para a fabricação de componentes pesados para a indústria nuclear, atividade esta que se encontra concentrada na própria NUCLEP, além de atividades do setor de defesa e estar incluída na EED (Empresa Estratégica de Defesa).

Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

A Medicina Nuclear é a área de aplicação da energia nuclear onde são utilizados os radioisótopos, tanto em diagnósticos como em terapias, para a avaliação e o tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades.

Para o setor de medicina nuclear, cujos procedimentos para diagnóstico ou terapia utilizam radiofármacos, o país conta com 432 serviços de medicina nuclear distribuídos por todo o território brasileiro. O Brasil apresenta uma demanda crescente por este tipo de serviço, em torno de 10% ao ano. Os insumos que viabilizam a realização destes procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Os reatores de pesquisa existentes no país não têm capacidade para produzir esses insumos em escala comercial, o que traz para o país uma forte dependência em relação aos fornecedores estrangeiros. Nesse sentido, o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) possibilitará o atendimento integral da demanda nacional por esses insumos.

Outro setor que será beneficiado com a implantação do RMB é o da indústria nuclear, que hoje depende de serviços contratados no exterior para realizar testes com componentes estruturais e com materiais utilizados na fabricação de elementos combustíveis. Além disso, outros serviços que utilizam tratamento por irradiação poderão ser realizados em maior escala no país.

É importante ressaltar que ao longo dos últimos anos, o setor nuclear brasileiro vem passando por uma expansão de suas atividades, caracterizada pelo crescente número de instalações nucleares e radiativas existentes no país e que atuam nos mais diversos segmentos de aplicação, como energia, saúde, indústria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agricultura e meio ambiente. Atualmente, o país conta com um conjunto de profissionais experientes, com sólida formação e conhecimento da área nuclear, entretanto, este grupo não está dimensionado para atender ao crescimento da demanda, sendo necessário incrementar a renovação e a reposição dos quadros técnicos existentes, de tal forma a possibilitar a sustentabilidade da competência hoje existente. Desde 2006, o setor nuclear conta com um programa que oferece bolsas de mestrado e doutorado direcionadas a alunos de pós-graduação de várias instituições de ensino do país. No entanto, esse esforço é insuficiente para atender às demandas do setor, sendo necessário duplicar, a médio prazo, o número de profissionais formados nos diversos segmentos.

Dentre as organizações do MCTIC que executam a política nuclear merecem destaque três instituições. A CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), autarquia vinculada ao MCTIC, sendo a autoridade máxima do governo no setor, tem a atribuição legal de garantir o uso seguro da energia nuclear e das radiações ionizantes, visando proteger os trabalhadores e o público em geral, bem como preservar o meio ambiente. É responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos gerados nestas atividades. Responde, ainda, pela orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica na área nuclear. Também, compete a CNEN garantir a aplicação da tecnologia e o uso dos materiais nucleares para fins exclusivamente pacíficos e devidamente autorizados em todas as atividades nucleares executadas no país, em cumprimento as normas nacionais e acordos internacionais assumidos pelo Brasil, como também assegurar que as instalações, que utilizam materiais nucleares e radioativos, operem de acordo com a norma nacional de proteção física que estabelece mecanismos contra atos de roubo, furto, sabotagem e atos terroristas.

A INB (Indústrias Nucleares do Brasil) tem por missão garantir o fornecimento do combustível nuclear para geração de energia elétrica. A NUCLEP tem como missão fornecer equipamentos pesados para indústria nuclear, já tendo fornecido diversos componentes pesados para as usinas Angra I e Angra II. E no momento, encontra-se fabricando novos componentes para a usina Angra III e desenvolvendo o projeto de fabricação do vaso de pressão do reator e dos geradores de vapor da planta de propulsão do primeiro submarino nuclear brasileiro.

Como principais desafios para a política nuclear, destacam-se: (i) buscar a autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoelétrica; (ii) ter autossuficiência tecnológica e industrial nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; (iii) ampliar a oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio-ambiente, agricultura e indústria); e (iv) atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere ao desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear.

Com o alcance desses desafios, espera-se, como principais resultados, um maior equilíbrio da matriz energética, o acesso da população aos benefícios da tecnologia nuclear aplicada à medicina, a ampliação do uso de tecnologia nuclear na indústria e a economia de divisas, contribuindo para a soberania nacional e para o acesso a mercados internacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Para o quadriênio 2016-2019, foram definidos três indicadores do programa: número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas; quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos; e taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O indicador de número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas, que compreende a totalidade de pedidos de proteção de propriedade intelectual e do número de instrumentos jurídicos firmados no âmbito da Lei de Inovação, tinha o índice de referência de 24 no ano de 2014. No final de 2016 foi alcançado o índice de 18 produtos e serviços tecnológicos. Este índice está dentro da variação anual normal de itens tecnológicos desenvolvidos, tendo em vista os diversos componentes que influenciam este indicador (tipo e complexidade do item desenvolvido, recursos financeiros e humanos).

O indicador de quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos tinha como índice de referência, em 2014, o quantitativo de 1.328.745. No final de 2016, o total de exames realizados foi de 1.600.000. O DATASUS ainda não emitiu informação sobre o número de exames realizados no ano de 2016, portanto, o valor acima aferido corresponde a um valor estimado, atribuindo um crescimento em torno de 20% do número de exames referentes a 2014. Este valor leva em conta aspectos tais como a melhoria da performance dos profissionais da área de produção, as inovações tecnológicas desenvolvidas para o setor, a instalação de novos cíclotrons em diferentes regiões do país sendo 7 públicos e 7 privados assim como de vários equipamentos PET/CT também instalados no ano de 2016.

Por fim, o indicador atinente à INB, do programa Política Nuclear, taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional, evoluiu de 63,6%, ao final de 2011, para 69,9%, ao final de 2015. Esse incremento se deve ao aumento da capacidade nominal instalada e comissionada da Usina de Enriquecimento de Urânio. Como não houve comissionamento de novas cascatas em 2016, permanece o percentual alcançado até 2015.

A continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução desse indicador (35% da taxa).

Destaca-se que o programa de Política Nuclear foi estruturado em seis objetivos que englobam o conjunto de ações necessárias para o atendimento das atividades nucleares no país, cujos principais resultados serão apresentados resumidamente a seguir.

O objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira, é fundamental para a política, pois, apesar da oferta de molibdênio 99 (Mo-99) no país ser da ordem de 4% da demanda mundial, o número per capta de exames de medicina nuclear executados no Brasil é ainda 2,5 vezes menor do que na Argentina e seis vezes menor do que nos EUA. Portanto, o segmento apresenta uma demanda potencial ainda a ser atendida, o que requer uma ampliação na capacidade de produção da CNEN.

Para isso foram definidas duas metas: a primeira de ampliar o fornecimento de radiofármacos para os centros de medicina nuclear de 450 para 535 ci por semana até o final de 2019. No ano de 2016 houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um pequeno decréscimo na produção, com o índice de 440,1, em função dos problemas de fornecimento do mercado mundial e dos preços praticados nesse mercado, bem como da variação cambial. Entretanto, em função destas dificuldades a segurança no fornecimento somente será alcançada com a entrada em operação do RMB.

A segunda meta é justamente a implantação do RMB, com características e capacidades para prestar os serviços de produção de radioisótopos – em especial o molibdênio 99 (Mo-99) – para realizar testes de irradiação de combustíveis nucleares e de materiais, as respectivas análises pós-irradiação e para realizar pesquisas científicas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento. O RMB é um empreendimento de arraste tecnológico e de organização para o setor nuclear, de importância fundamental para viabilizar políticas ministeriais e objetivos estratégicos do país.

Para o ciclo do PPA 2016-2019 a meta prevista é atingir 20% de execução física do RMB. Até 2016 foi possível atingir 14,0% da implantação do empreendimento.

Consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no país é outro objetivo, cujas principais ações estão relacionadas ao controle da exposição das pessoas à radiação, ao controle da liberação de material radioativo para o meio ambiente, à diminuição da probabilidade de ocorrência de eventos que possam levar a perda de controle sobre o núcleo do reator nuclear, da reação em cadeia e de fontes radioativas e, ainda, à mitigação de consequências no caso de ocorrência de eventos.

Para este objetivo foram definidas duas metas, sendo a primeira de atender a demanda de 30 novos empreendimentos nucleares a serem licenciados. Neste ponto, o andamento das atividades regulatórias na área de instalações nucleares segue dentro do planejado, com o atendimento em 2016 de 28 novos empreendimentos.

A segunda meta está relacionada com o controle, por ano, de 2.600 instalações com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e pesquisa. Em 2016, com o aumento destas instalações a CNEN controlou 2.684.

O objetivo de desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil, abrange as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nos mais variados campos de aplicação como na geração de energia elétrica, na saúde, na agricultura, meio ambiente e na indústria, de forma a apresentar soluções técnicas (processos, produtos e serviços) demandadas pelos segmentos empresariais. Dentro deste escopo, o objetivo possui duas metas importantes: publicar 1.200 artigos em periódicos indexados e formar 700 profissionais em temas de interesse do setor nuclear, ambos os índices para serem atingidos em 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 2016 foram publicados 295 artigos em periódicos indexados, o que representa 25% da meta estabelecida para o ciclo e 98% da meta anual. Também em 2016 foram formados 199 profissionais, representando 28% da meta prevista para o PPA e 114% da meta anual.

Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e respostas a situações de emergência é outro objetivo importante para o programa de Política Nuclear, pois a geração de eletricidade por meio de fonte nuclear, as aplicações das radiações ionizantes na saúde, indústria, agricultura e meio ambiente e o processamento de materiais brutos que contenham radionuclídeos de ocorrência natural produzem rejeitos radioativos que ocorrem de formas variadas e com características físicas e químicas bastante diferentes. Rejeitos radioativos são fontes de emissão de radiação ionizante e, como tal, constituem agentes de risco devendo, portanto, serem gerenciados de tal forma que a proteção à saúde humana e ao meio ambiente seja garantida no presente e no futuro.

A principal meta para este objetivo está relacionada com a implantação do Repositório Nacional para Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação – RBMN. Em 2016 foi realizado workshop para a avaliação do projeto conceitual entre os técnicos do Projeto e da empresa ANDRA, tendo como produto o Relatório do Projeto Conceitual. Após este relatório, iniciou-se identificação e pré-seleção dos locais para implantação do Repositório. A seleção definitiva está em deliberação. Com esta solicitação, os editais para as licitações para contratar o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), de acordo com o Termo de Referência emitido pelo IBAMA, e o projeto básico, foram adiados, pois estão ligados ao local onde será construído o Repositório.

O objetivo de expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear gerou diversos resultados.

A Usina de Enriquecimento já possui 6 cascatas em operação e registrou, em 2016, um progresso físico de 1,3% em sua implantação, buscando atingir uma capacidade nominal instalada da ordem de 500.000 kg UTS/ano, para atendimento das três usinas nucleares de Angra. Destaca-se que as dificuldades relacionadas à complementação das infraestruturas prediais e eletromecânicas dos módulos já construídos e ao fornecimento de ultracentrífugas em escala ampla são as principais causas para a lenta evolução do empreendimento.

Nesse contexto, encontra-se inserida na ação de implantação da Usina de Enriquecimento, a necessária construção da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica – UTSI, a qual tem por objetivo ampliar a capacidade de produção de ultracentrífugas, realizar a manutenção das ultracentrífugas existentes e promover sua permanente evolução tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, priorizou-se a implantação da Usina de Enriquecimento. Concomitantemente, buscam-se alternativas para financiar a implementação da Fábrica de UC e dar celeridade ao processo de implantação da Usina de Enriquecimento.

Ao longo de 2016, a produção de Urânio Enriquecido atingiu 4.652 kg de UF6 enriquecidos. Com o estoque acumulado e a produção de 2016, parte do UF6 enriquecido foi destinado à produção de pó de UO2 para a empresa argentina CONUAR (4.693,7 kg de pó de UO2, com diferentes níveis de enriquecimento); outra parte destinou-se ao Centro Tecnológico da Marinha em Aramar – CTMSP em atendimento ao contrato 010/FP-2016/00; e outra parte do foi destinada à produção de elementos combustíveis da 23ª recarga de Angra 1, a ser concluída em 2017.

A meta prevista de aumentar de 96 para 148 a quantidade de elementos combustíveis produzidos anualmente para as centrais de Angra I, II e III, foi impactada pela paralisação das obras de construção da Usina Nuclear de Angra III. Todavia, estão estocados 69 elementos combustíveis, referentes à primeira região do Núcleo da Usina de Angra III, produzidos em exercícios anteriores, já que a fabricação de todo o Núcleo, que representa o equivalente a três recargas anuais, precede em um longo período o início da operação da usina.

Em 2016, foram produzidos 85 elementos combustíveis para as usinas termonucleares Angra 1 e Angra 2, atendendo a demanda do exercício, conforme cronograma de entrega.

Outro fato a destacar foi a pioneira exportação de 4.693,7 kg de pó de UO2 para a empresa argentina CONUAR S.A., com diferentes níveis de enriquecimento.

No que se refere à extração e beneficiamento de Urânio em Caetité/BA, a exploração da lavra a céu aberto da Mina do Engenho, alternativa à lavra subterrânea da Mina da Cachoeira, ainda está no início do seu desenvolvimento. Essas dificuldades fizeram com que fosse necessário importar 349 toneladas de UF6 Natural, equivalente a 414 toneladas de U3O8, no exercício de 2016, para atendimento da demanda das usinas termonucleares brasileiras.

Visando restabelecer e ampliar a produção de Urânio, em 2016 se observou um progresso físico de 2,07%, com um acumulado de 3,06% na Duplicação da Unidade de Concentrado de Urânio – URA.

Em 2016, foram realizados trabalhos de terraplenagem, construção de estradas de acesso, de canteiros de obra e prédios de apoio, também foi iniciado o decapeamento da mina, que permitirá o início da produção, bem como concluído projeto básico de duplicação.

Também importante para a autonomia na geração de energia elétrica de fonte nuclear e para geração de excedentes exportáveis, a implantação da Usina de Extração e Beneficiamento de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria/CE, que apresentou avanço no seu processo de licenciamento, com a INB ainda buscando o aperfeiçoamento da rota tecnológica para retirada do Tório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O objetivo de produzir equipamentos pesados para as indústrias nucleares e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor é composto por duas metas:

Produzir 8 equipamentos e componentes para indústria nuclear e de alta tecnologia sendo: 1 para usina nuclear de Angra-III, 3 para o submarino nuclear e 4 cascos de submarinos convencionais.

Manter as certificações nacionais e internacionais para a fabricação de componentes para usinas nucleares – certificações NPT, NS e NA, concedida pelo ASME (*American Society of Mechanical Engineers*).

Para a primeira meta de produzir 8 equipamentos e componentes para indústria nuclear e de alta tecnologia sendo: 1 para usina nuclear de Angra-III, 3 para o submarino nuclear e 4 cascos de submarinos convencionais, a empresa produziu no ano de 2016, 949 toneladas. Dentre esses, merecem destaque algumas obras concluídas e em andamento no período:

- Continuidade da construção de 4 Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para a Marinha do Brasil, com avanço na prontificação do 1º – 99,92%, do 2º – 96,09%, do 3º – 86,53% e do 4º – 37,06%.
- Fornecimento/fabricação de 3 Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III, com avanço na prontificação de 77%.
- Fornecimento/fabricação de 8 Acumuladores para Usina Nuclear de Angra-III, com avanço na prontificação de 98%.
- Fornecimento/fabricação de 1 Vaso de Pressão de reator para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 4%.
- Fornecimento/fabricação de 2 Geradores de Vapor para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 4%.

Em relação à meta de manter as certificações nacionais e internacionais para a fabricação de componentes para usinas nucleares – certificações NPT, NS e NA, concedida pelo ASME (*American Society of Mechanical Engineers*), os Selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

Cabe destacar também que o início das atividades de engenharia para a fabricação de 1 Vaso de Pressão do Reator (VPR) e 2 Geradores de Vapor (GV) do sistema de propulsão do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro.

É importante ainda destacar a iniciativa de modernização e adequação da infraestrutura da NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, para atender ao programa Nuclear Brasileiro e ao mercado nacional e internacional. Para tanto, foram modernizados/adquiridos 20 equipamentos para o parque fabril da NUCLEP, dando mais um passo na preparação da fábrica da NUCLEP para os desafios tecnológicos dos próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

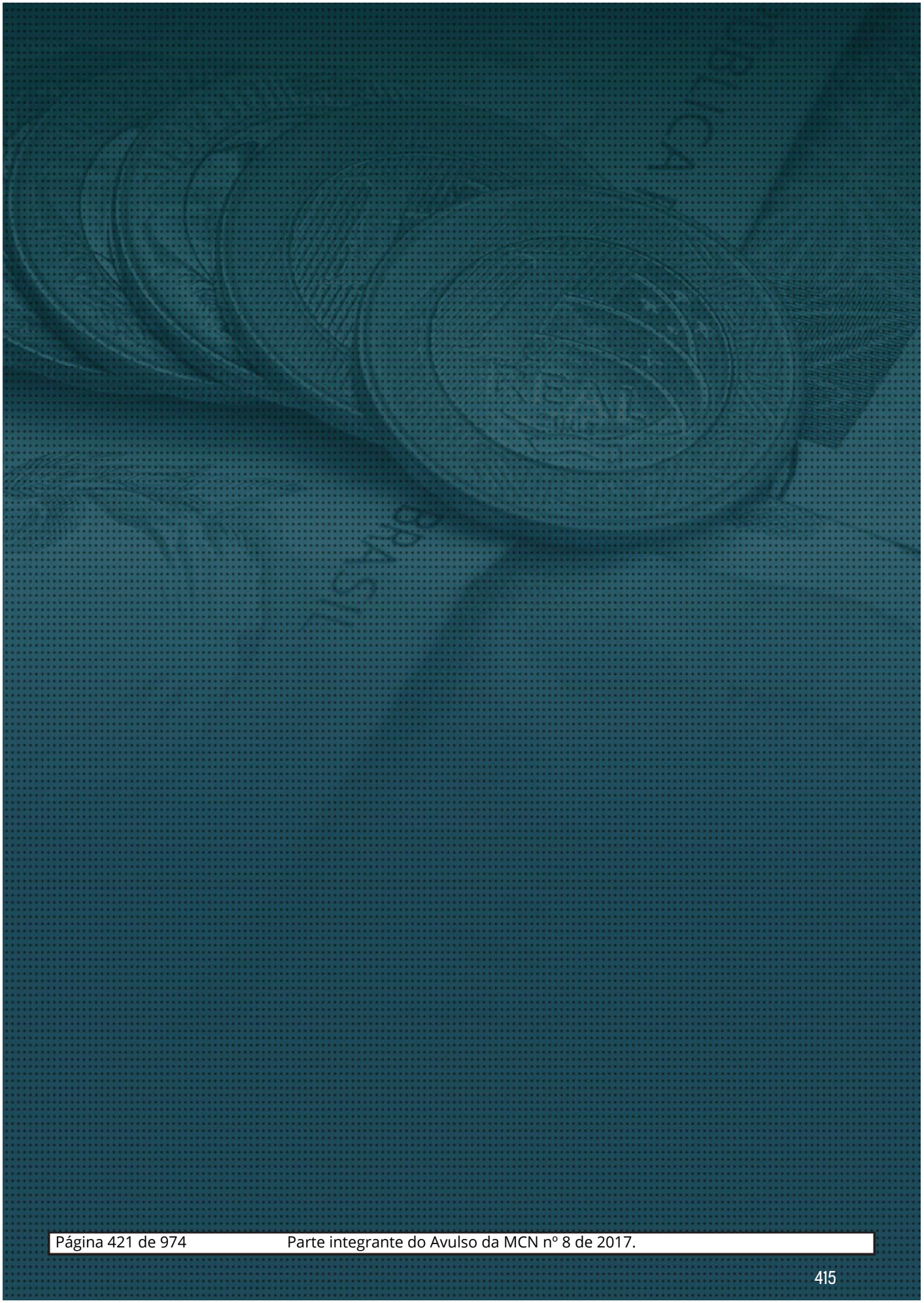
00100.087661/2017-60

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

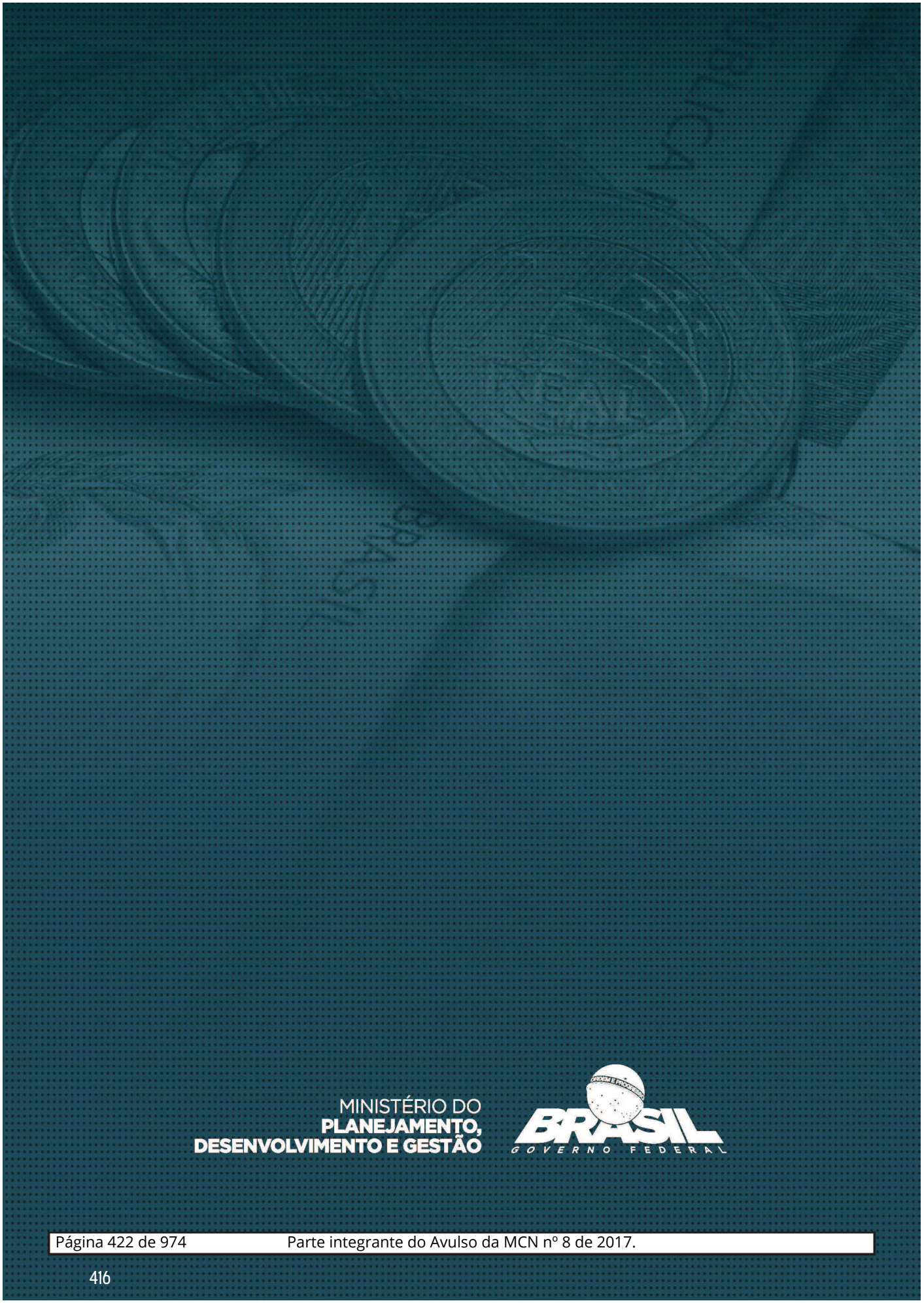
Considerando a importância da política nuclear para o país, dois grandes projetos estão contemplados nesse PPA e foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir de 2016: Implementação do empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro e Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité no estado da Bahia (INB).

Como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoelétrica; a autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria).

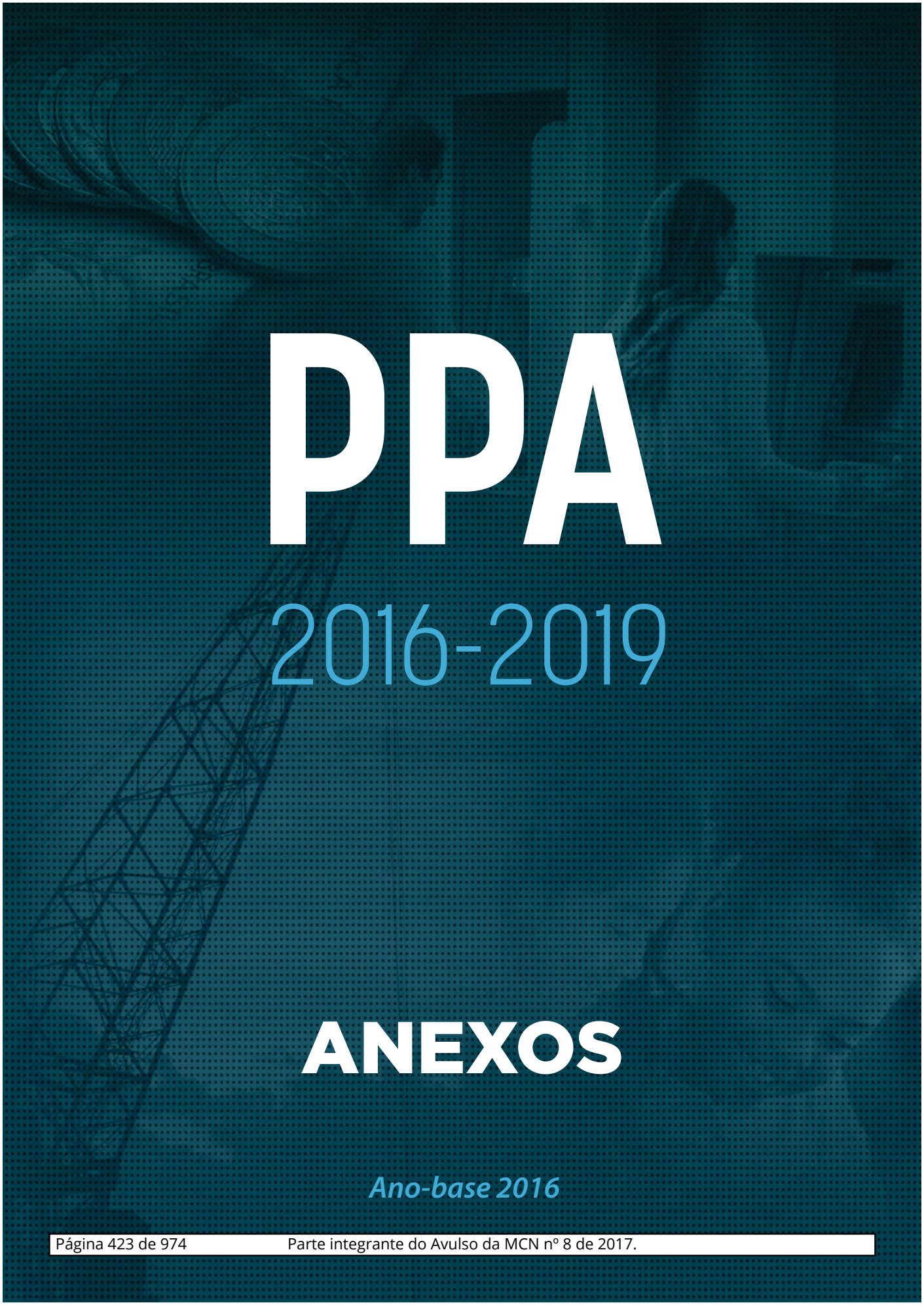
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COORDENAÇÃO: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTRO DE ESTADO
Dyogo Henrique de Oliveira

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Esteves Pedro Colnago Junior

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS
Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS
Júlio Alexandre Menezes da Silva

DIR. DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS
Roberto Endrigo Rosa

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MACROECONÔMICOS E FISCAIS
Fábio Ribeiro Servo

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MICROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS
Cláudio Evangelista de Carvalho

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FINANCEIROS
Sérgio Ricardo Calderini Rosa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUMÁRIO

ANEXO 1

Evolução dos Indicadores 4

ANEXO 2

Evolução das Metas 61

ANEXO 3

Execução Financeira dos Programas 364

ANEXO 4

Execução Financeira das Ações Vinculadas aos Objetivos 420

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PPA
2016-2019

ANEXO 1

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

Ano-base 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R$	30/09/2013	512,19	30/09/2015	582,26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura da Triagem Auditiva Neonatal	%	31/12/2014	29	31/12/2016	34
Cobertura de Equipe de Saúde Bucal	%	31/12/2015	40,33	31/12/2016	40,33
Cobertura de Equipe de Saúde da Família	%	31/12/2015	60,95	31/12/2016	62,63
Cobertura de municípios no Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular	unidade	31/10/2014	4.282	31/12/2016	4.487
Cobertura de serviços de reabilitação	razão	03/08/2015	1,25	31/12/2016	1,84
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	31/12/2013	51,7	31/12/2015	41,8
Cobertura populacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192	%	01/06/2015	75	31/12/2016	80,61
Cobertura vacinal contra gripe	%	04/12/2014	86,02	31/12/2016	94,43
Coeficiente de prevalência de hanseníase	1/10.000	31/12/2013	1,3	31/12/2016	1,8
Esperança de vida ao nascer	ano	31/12/2014	75,14	31/12/2015	75,44
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2013	13.705	31/12/2015	19.228
Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	31/12/2013	63	31/12/2016	66,88
Índice de transplantes de órgãos sólidos	1/1.000.000	31/12/2014	37,95	31/12/2016	38,65
Letalidade por dengue	%	31/12/2014	0,081	31/12/2015	0,058
Número de Unidades da Federação com pelo menos 85% de óbitos de mulheres em idade fértil ? MIF investigados	unidade	31/12/2013	16	31/12/2015	16
Número de Unidades da Federação com pelo menos 90% de óbitos maternos investigados	unidade	31/12/2013	20	31/12/2015	22
Número de Unidades da Federação com pelo menos 95% de óbitos com causa básica definida	unidade	31/08/2013	11	31/12/2015	12
Percentual de ampliação de campos de radioterapia realizados no país	%	31/12/2015	0,7	31/12/2015	0,7
Percentual de cobertura municipal de notificação de violência doméstica, sexual, e outras violências	%	31/12/2013	59	31/12/2016	65
Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Visa consideradas necessárias a todos os municípios, no ano	%	31/12/2014	34	31/12/2016	38,9
Percentual de óbitos em menores de 15 anos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs)	%	31/12/2011	13,5	31/12/2016	11
Percentual de pacientes com câncer, atendidos no Sistema Único de Saúde, que iniciam tratamento em até 60 dias após o diagnóstico	%	30/04/2015	57	31/12/2015	57

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Proporção de estados com suficiência de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN)	%	01/03/2015	37	31/12/2016	41
Proporção de partos normais	%	13/07/2015	58	31/12/2015	60
Razão de mortalidade materna	1/100.000	31/12/2012	62	31/12/2015	57,1
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	31/12/2012	20,2	31/12/2015	19,01
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	31/12/2013	35	31/12/2015	33,6
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	31/12/2011	94,4	31/12/2015	100,03
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2012	14,6	31/12/2015	13,3
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	31/12/2012	7,8	31/12/2014	7,5
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	31/12/2012	2,5	31/12/2014	2,4
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	31/12/2011	174,2	31/12/2015	169,6
Taxa de mortalidade prematura (30 a 70 anos) por DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	1/100.000	31/12/2012	368,65	31/12/2015	302,8
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	31/12/2013	50,8	31/12/2016	58,06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2013	68,7	31/12/2015	81,9
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/10/2014	44,4	31/12/2015	44,4
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/11/2013	4,5	31/12/2015	6,3
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/12/2014	45,5	31/12/2016	60,8
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/12/2014	92,6	30/04/2016	100
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/12/2014	12,1	31/12/2016	13,7
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	31/12/2014	531	31/12/2016	535
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2014	13.783	31/12/2016	425
Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras	unidade	31/12/2014	30	31/12/2016	7
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	31/12/2014	1.010	31/12/2016	1.100
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	30/09/2013	70,21	30/09/2015	72,8
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher	%	30/06/2014	10,91	31/12/2016	12,38
Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2014	74,32	31/12/2016	40,57
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	30/09/2013	1,41	30/09/2015	1,4
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2013	8,24	30/09/2015	7,7
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2013	32,29	30/09/2015	30,67
Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2013	23,25	30/09/2015	25,6
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	30/06/2013	14,5	31/12/2015	11,9
Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2014	47	31/12/2016	15,86

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Movimentação de aeronaves na aviação regular e não-regular (exceto Aviação Geral)	milhões de unidades	31/12/2014	2,02	31/12/2016	1,78
Movimentação de carga aérea na aviação regular e não-regular (exceto Aviação Geral)	milhões de toneladas	31/12/2014	1,49	31/12/2016	1,27
Movimentação de passageiros na aviação regular e não-regular (exceto Aviação Geral)	milhões de unidades	31/12/2014	215,45	31/12/2016	201,11
Percentual de atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2014	7,95	31/10/2016	5,5
Percentual de atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2014	3,36	31/10/2016	2,42
Percentual de cancelamento	%	31/12/2014	11,95	31/10/2016	11,16
Tarifa aérea média nominal	R$	30/06/2014	319,76	30/10/2016	317,71

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2014	91,67	31/12/2016	92,13
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/12/2014	74,02	30/06/2016	69,87
Taxa de Atualização Cadastral	%	01/07/2015	72,9	31/12/2016	74

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2013	1,61	31/12/2014	1,66
Dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2013	1,2	31/12/2014	1,27
Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2014	7.297	31/12/2016	8.014
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	31/12/2014	2,5	31/12/2015	2,6322
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2013	42,3	31/12/2014	47,33
Percentual de empresas industriais com mais de 500 pessoas ocupadas que inovaram	%	31/12/2014	47,8	30/06/2016	43,5
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2014	35	31/12/2016	23,83

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Participação da agricultura familiar no valor da produção do biodiesel	%	31/12/2014	28,27	31/12/2016	28,77
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2014	23,42	31/12/2016	20,8
Taxa da produção nacional de biodiesel sobre a demanda nacional de biodiesel	%	31/12/2014	100	31/12/2016	100
Taxa da produção nacional de etanol sobre a demanda nacional de etanol	%	31/12/2014	114,34	31/01/2017	107,083
Taxa de exportação de etanol sobre a produção nacional	%	31/12/2014	10,39	31/01/2017	6,3914
Taxa de importação de gasolina A sobre o consumo interno	%	31/12/2014	6,54	31/12/2016	7,02
Taxa de importação de óleo diesel sobre o consumo interno	%	31/12/2014	18,78	31/12/2016	12,81
Taxa de importação de Querosene de Aviação - QAV sobre o consumo interno	%	31/12/2014	20,13	31/12/2017	18,4
Taxa de importação Gás Liquefeito de Petróleo - GLP sobre o consumo interno	%	31/12/2014	28,73	31/12/2016	17,09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Exportação Total de Bens (acumulado em 12 meses)	US$ milhão FOB	31/12/2015	190.092,1	31/12/2016	184.452,9
Exportação Total de Serviços (acumulado em 12 meses)	US$ milhão	31/12/2015	33.777,5	31/12/2016	33.300,3
Participação Brasileira no Comércio Mundial de Bens	%	31/12/2014	1,1846	31/12/2015	1,1596
Participação Brasileira no Comércio Mundial de Serviços	%	31/12/2014	0,7711	31/12/2015	0,6939
Participação das Exportações da Indústria de Alta e Média-Alta Intensidade Tecnológica nas Exportações de Produtos Industriais	%	31/12/2014	31,9	31/12/2016	23,43
Taxa de Participação das Exportações Amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em Relação ao Valor Total das Exportações Brasileiras	%	31/12/2014	23,7	31/12/2016	22,8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Exportações de equipamentos de telecomunicações	US$ milhão FOB	31/12/2014	263	31/12/2015	224
Faturamento da indústria do setor de telecomunicações	R$ milhão	31/12/2014	29.592	31/12/2015	28.309
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/12/2014	20.912.922	31/12/2015	21.207.931
Número de usuários de internet com acesso em banda larga móvel e fixa	unidade	31/12/2013	85.600.000	31/12/2015	126.301.750
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	26/06/2014	82	31/12/2015	84
Percentual da população que é usuária da internet	%	31/12/2013	49,4	31/12/2015	57,5
Percentual da população que é usuária de internet exclusivamente por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador	%	31/12/2013	4,1	31/12/2015	16,6
Percentual da população rural que é usuária de internet	%	31/12/2013	18,6	31/12/2015	24,5
Percentual da população rural que é usuária de internet exclusivamente por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador	%	31/12/2013	2,9	31/12/2015	10,4
Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga	%	31/12/2013	46,85	31/12/2015	57,57
Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga exclusivamente móvel (3G ou 4G)	%	31/12/2013	20,89	31/12/2015	26,6
Percentual de domicílios com posse de televisão de tela fina	%	31/12/2013	45,46	31/12/2015	62,1
Percentual de domicílios com recepção de sinal digital de televisão aberta	%	31/12/2013	31,2	31/12/2015	45,1
Percentual de domicílios rurais com acesso à internet em banda larga	%	31/12/2013	13,1	31/12/2015	21,1
Percentual de domicílios rurais com acesso à internet em banda larga exclusivamente móvel (3G ou 4G)	%	31/12/2013	5,4	31/12/2015	10,3
Percentual de domicílios sem recepção de sinal digital de televisão aberta, antena parabólica ou acesso a serviço de TV por assinatuta	%	31/12/2013	28,5	31/12/2015	19,7
Percentual de escolas públicas com internet em banda larga	%	31/12/2014	42,86	31/12/2015	46,82
Percentual de escolas públicas rurais com internet em banda larga	%	31/12/2014	8,1	31/12/2015	13,33
Velocidade média do acesso à internet em banda larga das escolas públicas urbanas abrangidas pelo Programa Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas - PBLE	Mbps	23/02/2015	1,9	12/07/2016	2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Aspecto Cultural no Índice de Competitividade do Turismo Nacional	unidade	31/12/2014	62	31/12/2015	64
Emprego formal do setor cultural	unidade	31/12/2013	1.690.265	31/10/2016	1.612.519
Recursos públicos federais para a Cultura em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	percentual	31/12/2013	0,071	21/03/2016	0,03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Conformidade de Insumos Agropecuários	%	31/12/2014	90,25	30/06/2016	89,22
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	%	31/12/2014	83	31/12/2015	91,7
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal	%	31/12/2014	81	31/12/2016	74,24
Índice de Conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	31/12/2014	100	31/12/2016	98,79
Índice de Não Conformidade de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal (violações em 10.000 amostras)	unidade	31/12/2014	59	31/12/2014	59
Índice de Não Conformidade de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal	%	31/12/2014	6,4	31/12/2015	17,6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste	índice numérico	31/12/2014	0,4299	31/12/2016	0,414
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste	índice numérico	31/12/2014	0,5994	31/12/2016	0,609
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Norte	índice numérico	31/12/2014	0,6546	31/12/2016	0,577
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e o PIB microrregional	índice numérico	30/06/2015	0,4491	31/12/2016	0,455
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste e o PIB microrregional	índice numérico	30/06/2015	0,5539	31/12/2016	0,522
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Norte e o PIB microrregional	índice numérico	30/06/2015	0,8376	31/12/2016	0,372
Coeficiente de Gini do PIB per capita dos territórios rurais	índice numérico	30/06/2015	0,4415	30/06/2015	0,4415
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Centro-Oeste)	índice numérico	30/06/2015	0,2822	30/06/2015	0,2822
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Nordeste)	índice numérico	30/06/2015	0,297	30/06/2015	0,297
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Norte)	índice numérico	30/06/2015	0,309	30/06/2015	0,309
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Sudeste)	índice numérico	30/06/2015	0,3028	30/06/2015	0,3028
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Sul)	índice numérico	30/06/2015	0,1751	30/06/2015	0,1751
Taxa de Crescimento do PIB per capita dos territórios rurais (a preços constantes)	%	30/06/2015	1,07	30/06/2015	1,07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	31/12/2014	133.913	31/12/2016	150.337
Capacidade instalada de Transformação	MVA	31/12/2014	15.672	31/10/2016	9.247
Carga interrompida no Sistema Elétrico Brasileiro	MW	31/12/2014	26.443	31/10/2016	27.092
Extensão de linhas de Transmissão	km	31/12/2014	125.727	31/10/2016	133.395
Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC	%	31/12/2014	67,74	30/11/2016	64,86
Índice de perdas no segmento de distribuição	%	31/12/2014	4,3	31/10/2016	4,8
Número de Unidades Consumidoras	unidade	31/12/2014	77.008.816	30/09/2016	80.342.715
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R$/MWh	31/12/2014	277,18	30/09/2016	421,72
Taxa de Expansão da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica - Não Renováveis	%	31/12/2014	1,21	31/10/2016	0,81
Taxa de Expansão da Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Renováveis	%	31/12/2014	6,81	31/10/2016	8,2
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/12/2014	4,36	31/10/2016	3,94
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/12/2014	9,3	31/10/2016	9,5
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/12/2014	2,7	31/10/2016	2,4
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/12/2014	3,6	31/12/2016	6,7
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/12/2014	9,4	31/10/2016	8,8
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/12/2014	66,6	31/12/2016	64,4
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/12/2014	6,8	31/10/2016	6,9
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Solar	%	31/12/2014	0,01	31/10/2016	0,015
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/12/2014	1,5	31/10/2016	1,3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	02/12/2014	1.010.770,317	31/12/2016	1.040.906,77
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2013	1,64	30/09/2015	1,57
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	29/01/2015	2.414	13/01/2017	2.890
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	02/12/2014	221	31/12/2016	239
Número de entes federados com adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)	unidade	29/06/2015	19	31/12/2016	43
Número de famílias ciganas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2014	3.367	30/11/2016	4.929
Número de famílias pertencentes a comunidades de terreiro no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2014	4.316	30/11/2016	5.609
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2014	131.787	30/11/2016	160.255
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/09/2014	1.386	26/09/2016	1.536
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	30/09/2013	53	30/09/2015	53,9
Razão entre a renda domiciliar per capita em domicílios cujo responsável são mulheres negras e brancas	razão	30/09/2013	0,53	30/09/2015	0,53
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	30/09/2013	0,54	30/09/2015	0,56
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	30/09/2013	2,64	30/09/2013	2,64
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	30/09/2013	0,93	30/09/2015	0,94
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	30/09/2013	0,79	30/09/2015	0,79
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	30/09/2013	1,72	30/09/2013	1,72
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	30/09/2013	1,95	30/09/2013	1,95
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	30/09/2013	0,98	30/09/2015	0,97
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	30/09/2013	0,46	30/09/2015	0,5
Razão entre o número de brancos e negros entre os 20% mais pobres	razão	30/09/2013	0,38	30/09/2015	0,38
Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	30/09/2013	0,57	30/09/2015	0,58
Razão entre o rendimento médio de todos os trabalhos de mulheres negras e brancas ocupadas com 16 anos ou mais de idade	razão	30/09/2013	0,58	30/09/2016	0,58

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Agentes capacitados para a realização de exames antidoping	unidade	31/12/2014	185	31/12/2016	129
Índice de sedentarismo	%	31/12/2013	45,9	31/12/2013	45,9
Proporção da população atendida com infraestrutura financiada pelo Ministério do Esporte (ME)	%	31/12/2014	93,33	31/12/2016	93,81
Proporção de Municípios com infraestrutura atendida pelo Ministério do Esporte (ME)	%	31/12/2014	81,58	31/12/2016	83,52
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2014	45,76	31/12/2016	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com mais de 100 mil habitantes	%	31/12/2014	86,16	31/12/2016	72,1
Taxa de cobertura de serviços de média complexidade em Municípios com até 20 mil habitantes	%	31/12/2014	14,8	31/12/2016	23,23
Taxa de pobreza da população idosa de 65 anos ou mais	%	30/09/2013	1,2	30/09/2015	0,68

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
% de negros no Poder Executivo Federal	%	30/06/2014	26,43	31/12/2016	26,67
% de servidoras no Poder Executivo	%	31/12/2014	45,96	31/12/2016	45,58
% Despesa com Pessoal da União\/PIB	%	01/10/2012	4,11	31/10/2016	4,2
Índice de Governo Eletrônico	decimal	31/12/2014	0,6008	31/12/2016	0,6377
Índice de Participação Eletrônica	decimal	31/12/2014	0,7059	31/12/2016	0,7288
Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC	unidade	31/05/2015	7.914	31/12/2016	9.305,75

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Basiléia	%	31/03/2015	15,51	31/12/2016	17,1
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (acumulado em 12 meses)	% do PIB	30/06/2015	-0,8	31/12/2016	-2,48
Taxa de Formação Bruta de Capital Fixo	% do PIB	31/03/2015	19,5163	31/12/2016	16,3848
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado	% do PIB	31/03/2015	40,22	30/12/2016	39,78
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	% do PIB	31/12/2014	3,88	31/10/2016	3,82
Taxa de Variação Real do Produto Interno Bruto - PIB	%	31/03/2015	-0,8877	31/12/2016	-3,5492
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (acumulado em 12 meses)	%	31/07/2015	9,5586	31/12/2016	6,2881

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de desalojados e desabrigados provocados por desastres	unidade	31/12/2014	425.673	31/12/2016	148.714
Número de municípios com decreto de situação de emergência ou calamidade pública reconhecido pelo governo federal (apenas estiagem/seca)	município	31/12/2014	1.265	31/12/2016	1.782
Número de municípios com decreto de situação de emergência ou calamidade pública reconhecido pelo governo federal (exceto estiagem/seca)	município	31/12/2014	655	31/12/2016	289
Número de óbitos provocados por desastres	unidade	31/12/2014	89	31/12/2016	92

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral - CFEM	R$ bilhão	31/12/2014	1,712	31/12/2016	1,7974
Empregos diretos do setor de Mineração e Transformação Mineral	unidade	31/12/2013	909.900	31/12/2015	824.500
Exportações do setor de Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2014	51,5	31/12/2016	36,581
Grau de dependência do Brasil com relação ao fosfato	porcentagem (%)	31/12/2014	22,1	31/12/2015	24,1
Grau de dependência do Brasil com relação ao potássio	porcentagem (%)	31/12/2014	94,7	31/12/2015	94,2
Importações de agrominerais	US$ bilhão	31/12/2014	3,4	31/12/2016	2,335
Importações do setor de Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2014	28	31/12/2016	18,528
Participação da Mineração e Transformação Mineral no PIB brasileiro	porcentagem (%)	31/12/2014	3,84	31/12/2015	3,9
Razão entre o volume exportado de minério de ferro e o volume exportado de aço	razão	31/12/2014	35,1	31/12/2016	27,6
Volume da produção de aço	milhões de toneladas	31/12/2014	34	31/12/2015	33,2
Volume da produção de bens minerais metálicos - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	423,2362	31/12/2014	448,1692
Volume da produção de bens minerais não metálicos - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	752,9451	31/12/2014	784,0722
Volume da produção de bens semimanufaturados metálicos de base mineral - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	45,6361	31/12/2015	41,8563
Volume da produção de bens semimanufaturados não metálicos de base mineral - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	84,6	31/12/2015	64,8
Volume da produção de minério de ferro	milhões de toneladas	31/12/2014	399,4	31/12/2015	439
Volume da produção de minérios de elementos terras raras	tonelada	31/12/2013	600	31/12/2014	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Conservação Produtiva (ICP) das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2014	61,54	31/12/2016	61,6
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias avaliadas no ano	número índice	31/12/2014	1,29	31/12/2015	1,16
Índice médio de Impacto Social das tecnologias avaliadas no ano	número índice	31/12/2014	2,05	31/12/2015	2,1
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	31/12/2014	66.255	31/12/2015	71.787
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/12/2014	1.069	31/12/2015	1.224
Produtividade média nacional de cacau	kg por ha	31/12/2014	403	31/12/2016	304
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada Real (R$) aplicado	R$	31/12/2014	8,53	31/12/2015	9,23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2014	386.931	31/12/2016	387.704
Média de anos de estudos de pessoas entre 15 a 17 anos	unidade	30/09/2013	7,6	30/09/2015	7,76
Média de anos de estudos de pessoas entre 18 a 24 anos	unidade	30/09/2013	9,7	30/09/2015	9,88
Média de anos de estudos de pessoas entre 25 a 29 anos	unidade	30/09/2013	10	30/09/2015	10,2
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	30/09/2013	24,2	30/09/2015	25,58
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	30/09/2013	57,7	30/09/2015	56,71
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2013	18,3	31/12/2016	40,5
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	30/09/2013	22,25	30/09/2015	31,9
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	30/09/2013	13,56	30/09/2015	21,28
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	30/09/2013	8,05	30/09/2015	11,62
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas entre 16 a 17 anos	%	30/09/2013	23,6	30/09/2015	23,28
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas entre 18 a 24 anos	%	30/09/2013	59,4	30/09/2015	57,25
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas entre 25 a 29 anos	%	30/09/2013	65,3	30/09/2015	63,97
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos de idade	1/100.000	30/09/2013	61,65	31/12/2014	64,95
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2014	63,4	31/12/2016	11
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 29 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	30/09/2013	28,55	31/12/2014	29,54
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2013	46,03	30/09/2016	22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Área abrangida por instrumento de Planejamento Espacial Marinho	percentual alcançado	30/06/2015	0	31/12/2016	0
Cumprimento do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande	percentual	31/12/2015	0	31/12/2016	10
Levantamento do potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais	número índice	30/06/2015	0	31/12/2016	0
Taxa de atendimento logístico da demanda de pesquisa em oceanos e na antártica	percentual	31/12/2014	87	31/12/2016	84,81

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Participação das Micro e Pequenas Empresas no Emprego Formal	%	31/12/2013	52,1	31/12/2015	53,94
Participação das Micro e Pequenas Empresas no Volume Total de Exportações	%	31/12/2014	0,87	31/12/2015	1,08
Total de Microempreendedores Individuais optantes pelo Simples Nacional (SIMEI)	unidade	31/12/2014	4.653.080	31/12/2016	6.649.896
Total de Micro Empresas e Empresas optantes pelo Simples Nacional	unidade	31/12/2014	4.224.250	31/12/2016	4.938.385

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Demanda por dia útil nos sistemas metroferroviários federais	pessoa	31/12/2014	788.674	31/12/2015	780.036
Demanda total transportada nos sistemas metroferroviários federais	pessoa por ano	31/12/2014	239.251.395	31/12/2015	237.441.810
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000 habitantes	31/12/2013	21,48	31/12/2014	21
Infraestrutura exclusiva para transporte público coletivo	km	26/08/2015	2.300	26/08/2015	2.300
Participação do modo de transporte sobre trilhos no Transporte Público Coletivo	%	31/12/2012	13,41	31/12/2014	13,52
Participação modal do transporte público coletivo	%	31/12/2012	29	31/12/2014	28,4
Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado	%	31/03/2015	6	30/04/2016	3
Percentual de municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito	%	18/08/2014	26	31/12/2016	27
Percentual de pessoas que gastam mais de 1 hora no percurso casa-trabalho	%	31/12/2013	10,65	31/12/2015	10,3
Percentual de pessoas que gastam mais de 1 hora no percurso casa-trabalho, em Regiões Metropolitanas	%	31/12/2013	20,87	31/12/2015	19,7
Regularidade dos sistemas metroferroviários federais	%	31/12/2014	95,96	31/12/2015	97,4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2012	5.430.562	31/12/2014	6.068.061
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2012	766.449	31/12/2014	75.281
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2012	4.664.113	31/12/2014	5.315.251
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2012	1.073.720	31/12/2014	366.890
Percentual de municípios regulares no SNHIS	%	19/08/2015	21,35	31/12/2016	22,55

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2050 - Mudança do Clima

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Agropecuário	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	414.575	31/12/2014	424.473
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Energia	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	419.087	31/12/2014	469.832
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Mudança no Uso da Terra e Florestas	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	252.011	31/12/2014	233.140
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Processos Industriais	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	93.970	31/12/2014	94.263
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Tratamento de Resíduos	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	57.048	31/12/2014	62.787
Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no PIB real	Mil toneladas por bilhões de reais	31/12/2012	255,3362	31/12/2014	225,8534
Taxa de Desmatamento Anual da Amazônia Legal	km²/ano	31/12/2015	6.207	31/07/2016	7.989

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2013	10,77	31/12/2013	10,77
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2013	480.809	31/12/2015	574.164,713
Produção da pesca	tonelada	31/12/2014	765.287	31/12/2014	765.287
Valor exportado	US$ milhões	31/12/2014	234,36	31/12/2016	236,22
Valor Importado	US$ milhões	31/12/2014	1.560,625	31/12/2016	1.156,69
Volume exportado	tonelada	31/12/2014	34.931	31/12/2016	39.675,451
Volume Importado	tonelada	31/12/2014	411.580	31/12/2016	354.993

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Despesa com Importação de Petróleo	US$ milhão por ano	31/12/2014	15.874	31/12/2015	11.826
Oferta Total de Gás Natural ao Mercado Interno	milhão de m³ por dia	31/12/2014	100	31/10/2015	102,27
Participação do Gás Nacional na Oferta Total ao Mercado Interno	percentagem	31/12/2014	48,3	31/10/2015	60,1
Participações Governamentais - Participações Especiais	R$ bilhão por ano	31/12/2014	16,83	31/12/2015	11,4
Participações Governamentais - Royalties	R$ bilhão por ano	31/12/2014	18,53	31/12/2015	13,9
Produção de Petróleo - Pré sal	mil barris por dia	31/12/2014	493	31/12/2015	767,3
Receita com Exportação de Petróleo	US$ milhão por ano	31/12/2014	16.357	31/12/2015	11.781
Reservas Provadas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2014	471.095	31/12/2015	430.000
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2014	16.184	31/12/2015	24.400
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2014	189,4	31/12/2015	268,9
Volume de Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2014	52,93	31/12/2015	50,43
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2014	144,15	31/12/2015	118,3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	12/12/2014	398.329	31/12/2016	408.149
Taxa de municípios abrangidos pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades	%	29/07/2015	81,9	31/12/2016	84,973
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2013	50	31/12/2015	50,02
Taxa de municípios que possuem legislação sobre Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento ou Código de Obras	%	31/12/2013	74,65	31/12/2015	78,06
Taxa de municípios que possuem legislação sobre operação urbana consorciada	%	31/12/2013	18,6	31/12/2015	25,15
Taxa de municípios que possuem legislação sobre Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios ? PEUC	%	31/12/2012	9,35	31/12/2012	9,35
Taxa de municípios que possuem legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	%	31/12/2013	23,25	31/12/2015	34,93
Taxa de municípios que possuem legislação sobre zona e/ou área de interesse social	%	31/12/2013	44,45	31/12/2015	50,57
Taxa de Regiões Metropolitanas que instituíram Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado	%	31/12/2015	0	31/12/2016	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT)	percentual	31/12/2014	25	31/12/2016	21,67
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2)	percentual	31/12/2014	30,56	23/01/2017	40,14
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2014	11	24/01/2017	11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira	%	31/12/2014	40,11	31/12/2016	41,1
Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	%	31/12/2014	45	31/12/2016	50
Meios operativos da Marinha, na condição de Pronto para Operar	%	31/12/2014	48	31/12/2016	44
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2014	93,13	31/12/2016	93,13
Participação da Base Industrial de Defesa no PIB	%	31/12/2014	0,15	31/12/2016	0,1254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Exames de medicina nuclear utilizando radiofármaco	unidade	31/12/2014	1.328.745	31/12/2016	1.600.000
Produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas	unidade	31/12/2014	24	31/12/2016	18
Taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear	%	31/12/2014	67,4	31/12/2015	69,9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	30/06/2014	41,91	31/12/2014	37,6
Índice de Gravidade dos Benefícios Decorrentes de Acidentes e Doenças do Trabalho	unidade	31/12/2013	9,43	27/12/2016	6,25
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2014	1,07	31/10/2016	0,98
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/01/2014	1,03	10/11/2016	2,4
Resultado Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-20,21	27/12/2016	-19,99
Resultado Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-49,77	27/12/2016	-74,33
Resultado Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-9,87	13/01/2017	-12,37
Resultado Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-0,75	31/01/2017	-0,69
Resultado Financeiro dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-0,92	19/12/2016	-1,44
Resultado Financeiro dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	0,2	19/12/2016	0,18
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	12,75	31/10/2016	12,95
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	23/01/2015	3,6	16/01/2017	2,82
Taxa de cobertura previdenciária	%	30/09/2013	72,5	30/09/2015	72,5
Taxa de cobertura previdenciária de mulheres trabalhadoras	%	30/09/2013	72,3	30/09/2015	72,7
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	20/01/2015	2,42	31/12/2014	3,88

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2014	5.522	31/12/2016	2.429
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2014	884	30/09/2016	593
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	30/09/2013	1.312.989	30/09/2015	1.064.117
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	28/01/2014	3,32	28/12/2014	3,65
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2014	20.532	30/11/2014	25.377
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2012	35	31/12/2012	35
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2014	4,28	31/12/2015	3,77
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	30/09/2013	33,85	30/09/2015	34,89
Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	30/09/2013	90,76	30/09/2015	92,5
Taxa de frequência líquida ao ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	30/09/2013	36,1	30/09/2015	41,01
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2011	15,3	31/12/2014	12,9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2013	19	31/12/2015	35,7
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2013	25	31/12/2015	30,7
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2013	77	31/12/2015	80,7
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2014	1,03	31/12/2016	1
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	05/01/2015	0,64	31/12/2016	0,68
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2013	63,4	31/12/2016	55,7
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2013	35,89	31/12/2015	31,08
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2013	35,89	31/12/2015	10,42

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2013	5,1	31/12/2014	1
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	31/12/2014	22	14/12/2016	22
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	31/12/2014	14	11/01/2017	14
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	31/12/2014	6	12/01/2017	5
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	31/12/2014	16	11/01/2017	14
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	30/09/2013	13,3	30/09/2015	16,8
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2013	24,31	30/09/2015	22,32
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2013	25,34	31/12/2014	24,32
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2013	33,39	31/12/2014	32,61
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2014	1.398	31/12/2016	667

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Coeficiente de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2013	43,46	31/12/2016	29,5
Incidência Parasitária Anual (IPA) de Malária nos 25 Distritos Sanitários Especiais Indígenas da Amazônia Legal	1/1.000	31/12/2014	78	31/12/2016	49,68
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2014	386	31/12/2016	395
Percentual de aldeias com tratamento de água	%	31/12/2014	36,5	31/12/2016	32,52
Percentual de baixo peso em gestantes indígenas	%	31/12/2014	12,4	31/12/2016	17,09
Percentual de Déficit Nutricional em crianças indígenas menores de 5 anos	%	31/12/2014	8,8	31/12/2016	7,7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	31/12/2014	1,77	05/05/2015	4,7
Índice de Governança da Malha Fundiária	%	12/06/2015	55,1	20/01/2017	64,11
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	31/12/2014	42,4	31/12/2016	36
Índice de Regularização Fundiária na Amazônia Legal	%	31/12/2014	20,04	31/12/2014	20,04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo médio per capita de água por dia	l/hab/dia	31/12/2013	166,3	31/12/2015	154,02
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2013	73,5	26/09/2015	77,68
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2013	29,7	26/09/2015	38,72
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2013	98,1	26/09/2015	98,64
Percentual de domicílios urbanos e rurais com renda de até 3 salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade	%	31/12/2013	95,84	26/09/2015	96,83
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2013	83,9	26/09/2015	87,64
Percentual de tratamento de esgoto coletado	%	31/12/2013	68,5	31/12/2015	74,02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit de peso para idade de crianças indígenas de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	%	31/12/2014	8	31/12/2014	8
Déficit de peso para idade de crianças quilombolas de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	%	31/12/2014	5,7	31/12/2014	5,7
Percentual de adultos com excesso de peso	%	31/12/2014	52,5	31/12/2015	53,9
Percentual de crianças de 0 a 5 anos com baixo peso para a idade	%	31/07/2015	3,52	31/12/2016	3,01
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	08/01/2015	1,5978	31/12/2016	3,8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2014	9.798	31/12/2016	2.429
Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2014	1.398	31/12/2016	702
Relação percentual entre os recursos do FAT destinados a políticas ativas e os destinados a políticas passivas	%	31/12/2014	0,27	31/01/2017	0,09
Taxa de crescimento do emprego formal	%	01/01/2015	0,98	31/12/2016	-2,7
Taxa de empreendimentos econômicos solidários apoiados	%	30/06/2015	32,55	31/12/2016	11
Taxa de formalização	%	30/09/2013	61,2	30/09/2016	65,56
Taxa de formalização de mulheres no mercado de trabalho	%	30/09/2013	57,3	30/09/2016	67,51
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/100.000	31/12/2013	42,3	31/12/2015	32,22
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional	1/1.000	31/12/2013	14,55	31/12/2015	12,06
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2013	35,89	31/12/2015	32,24
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2013	1,55	31/12/2015	1,23
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2013	46,03	30/09/2016	22
Taxa de reincidentes do Seguro-Desemprego pré-matriculados no PRONATEC	%	31/12/2014	2,3	31/12/2016	0,0032
Taxa de requerentes do seguro desemprego recolocados no mercado de trabalho por meio de intermediação de mão de obra	%	31/12/2014	1	31/12/2016	0,66
Taxa de rotatividade	%	20/08/2014	43,8	31/12/2016	32,2
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/1.000	31/12/2013	24,56	31/12/2015	22,09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Contribuição Direta do Turismo no PIB	% do PIB	31/12/2014	3,55	31/12/2015	3,3
Empregos Formais no Setor de Turismo	milhão	31/12/2014	2,045	31/12/2015	2,0749
Índice Internacional de Competitividade do Turismo Brasileiro	pontos	31/12/2014	4,37	31/12/2015	4,37
Participação do Turismo na Receita Cambial Total de Serviços	%	31/12/2015	17,3	31/12/2016	18,09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2077 - Agropecuária Sustentável

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Área Cultivada em PPIs selecionados	ha	31/12/2014	127.313	31/12/2015	145.950
Área Implantada com Infraestrutura de Irrigação em PPIs selecionados	ha	31/12/2014	211.724	31/12/2015	214.110
Área Irrigada total no Brasil	milhões de hectares	31/12/2012	5,8	31/12/2014	6,11
Área plantada com grãos	milhões de hectares	31/12/2014	56,99	31/12/2016	58,3
Exportações da Agropecuária	US$ milhão	31/12/2014	96,75	31/12/2016	84,93
Importações da Agropecuária	US$ milhão	31/12/2014	16,61	31/12/2016	13,63
Incremento da área sob utilização de Sistemas Sustentáveis (produção integrada)	ha	01/01/2015	1.564,57	31/12/2016	2.093
Número de produtores orgânicos atendidos por políticas do MAPA para desenvolvimento da agroecologia e produção orgânica	unidade	30/06/2015	10.510	31/12/2016	15.590
Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários	%	31/12/2014	5,6	31/12/2016	6,9
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2014	6,59	31/12/2016	7,79
Produção nacional de cana-de-açúcar	mil toneladas	15/04/2015	634.767	20/12/2016	694.544
Produção nacional de carnes	milhão de t	31/12/2014	25,49	13/10/2016	26,5
Produção nacional de grãos	milhão de t	31/12/2014	193,86	31/12/2016	186,4
Produto Interno Bruto da Agropecuária	R$ milhão	31/12/2014	262.346	31/12/2015	256.254,95
Renda gerada em projetos públicos de irrigação	R$/ha	31/12/2014	18.708	31/12/2015	19.878,45
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2014	4,05	31/12/2016	6,57
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2014	4,62	31/12/2016	-3,73
Valor Bruto da Produção dos Principais Produtos Agropecuários	R$ milhões	31/12/2014	448.398,3	31/12/2016	527.905,23
Variação anual da área com produção orgânica	%	31/12/2015	16,88	31/12/2016	23,62
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhão de t	31/12/2015	19,96	31/12/2016	16,62

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de acordos de repartição de benefícios de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional firmados	unidade	31/12/2014	38	31/12/2014	38
Número de cadastros de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado	unidade	31/12/2014	355	31/12/2014	355
Número de notificações de produto acabado registradas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGen	unidade				
Percentual da área de floresta pública concedida	%	01/07/2014	0,02	31/05/2016	0,02
Percentual da área de propriedades rurais cadastradas no Cadastro Ambiental Rural - CAR	%	30/05/2015	53,56	31/12/0016	100
Percentual de área regularizada das Unidades de Conservação Federais	%	18/06/2015	19,63	31/12/2016	22,52
Percentual de cobertura vegetal anual em Assentamentos da Reforma Agrária beneficiados pelo Programa Bolsa Verde	%	31/12/0014	91,2	05/05/2016	91,94
Percentual de cobertura vegetal anual em Unidades de Conservação Federais beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde	%	31/12/2014	98,7777	05/05/2016	98,83
Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação para recuperação e conservação	%	31/12/2014	42,45	31/12/2016	41
Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção representadas em Unidades de Conservação federais	%	18/06/2015	41,6	31/12/2016	47,6
Percentual de espécies da fauna que tiveram o risco de extinção reduzido	%			31/12/2016	2
Percentual de espécies da flora ameaçadas de extinção representadas em Unidades de Conservação federais	%	18/06/2015	70,3	31/12/2016	70,3
Percentual de espécies da flora avaliadas quanto ao risco de extinção	%	31/12/2014	11,35	31/12/2016	17
Percentual de espécies da flora com Planos de Ação para recuperação e conservação	%	18/06/2015	4,35	31/12/2016	12,8
Percentual de Unidades de Conservação federais com Conselhos Gestores formados	%	18/06/2015	82,81	31/12/2016	84,66
Percentual de Unidades de Conservação federais com Plano de Manejo	%	18/06/2015	48,44	31/12/2016	53,07
Percentual de Unidades de Conservação federais demarcadas	%	18/06/2015	24,31	31/12/2016	24,31
Percentual do Território coberto por Unidades de Conservação federais	%	17/02/2015	8,9	09/08/2016	9,2
Recursos financeiros depositados pelo usuário no Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios	R$			31/12/2016	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Participação da Indústria no Total de Empregos	%	31/07/2015	21,9864	28/02/2016	21,7
Participação da Indústria no Valor Adicionado do PIB	%	31/03/2015	23,1472	31/12/2016	21,243
Participação do Comércio e Serviços no Total de Empregos	%	31/07/2015	78,0136	28/02/2016	78,4
Participação do Comércio e Serviços no Valor Adicionado do PIB	%	31/03/2015	71,3071	31/12/2016	73,305
Percentual de Empresas Industriais com mais de 500 Pessoas Ocupadas que Inovaram	%	31/12/2014	47,8	30/06/2016	43,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2080 - Educação de qualidade para todos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos	ano	31/12/2013	9,8	30/09/2015	10
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos da região de menor escolaridade do país	ano	31/12/2013	9	30/09/2015	9,2
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres	ano	31/12/2013	7,8	30/09/2015	8,3
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural	ano	31/12/2013	7,8	30/09/2015	8,3
Escolaridade média da população negra de 18 a 29 anos	ano	31/12/2013	9,2	30/09/2015	9,5
IDEB do ensino médio	unidade	31/12/2013	3,7	31/12/2015	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	31/12/2013	4,2	31/12/2015	4,5
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	31/12/2013	5,2	31/12/2015	5,5
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	31/12/2013	7,75	31/12/2015	9,11
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	31/12/2013	25,19	31/12/2015	26,86
Número de Bolsas de estudo no exterior concedidas	unidade	31/12/2014	44.402	31/12/2016	1.698
Número de bolsas de pós-graduação concedidas no país	unidade	31/12/2014	94.985	31/12/2016	100.580
Número de estudantes de licenciatura que recebem bolsa do Programa de Iniciação à Docência - PIBID	unidade	31/12/2014	72.845	31/12/2016	59.125
Número de jovens de 15 a 29 anos atendidos em processos formativos nas temáticas do meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental	unidade				
Número de matriculados em pós-graduação stricto sensu	unidade	31/12/2014	233.459	31/12/2015	251.681
Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	milhar	31/12/2014	1.886,167	31/12/2015	1.826,289
Número de matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica	unidade				
Número de pessoas presas que participam de atividades educacionais	unidade	31/12/2014	85.949	31/12/2015	69.300
Número de territórios etnoeducacionais (TEE) implementados no país	unidade	31/12/2014	25	31/12/2016	25
Número de títulos de doutorado concedidos por ano	unidade	31/12/2014	17.048	31/12/2015	18.625
Número de títulos de mestrado concedidos por ano	unidade	31/12/2014	51.527	31/12/2015	54.924
Número de vagas de graduação em medicina autorizadas	unidade	31/12/2014	4.460	31/12/2016	7.950
Número de vagas em cursos de formação continuada para professores da educação básica, dentro [illegible]	unidade				

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do PBF com frequencia escolar informada no Sistema Presença	%	31/12/2013	87,96	31/12/2016	87,87
Percentual de escolas atendidas nas ações desenvolvidas para educação em direitos humanos, ambiental, alimentar e nutricional, para relações étnico-raciais, promoção da inclusão escolar e da cultura	%				
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2013	6	31/12/2014	6,04
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	%	31/12/2014	2,8	31/12/2015	3
Percentual de matrículas em educação integral nas escolas públicas de educação básica	%	31/12/2013	13,5	31/12/2015	18,7
Percentual de mestres ou doutores no corpo docente das Instituições de Ensino Superior	%	31/12/2013	71,8	31/12/2014	73,4
Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu	%	31/12/2013	30,2	31/12/2015	32,87
Percentual de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) utilizado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar	%	31/12/2014	19,4	31/12/2014	19,4
Percentual de unidades da federação que cumprem a Lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738/2008)	%	31/12/2014	67	31/12/2014	67
Pronatec - Total de matrículas confirmadas	unidade	31/12/2014	8.118.340	31/12/2016	512.127
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	31/12/2013	30,3	30/09/2015	32,6
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	31/12/2013	7,3	30/09/2015	9,8
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	31/12/2013	24,5	30/09/2015	26,2
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	31/12/2013	22,1	30/09/2015	24,8
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	31/12/2013	8,5	30/09/2015	8
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	31/12/2013	18,1	30/09/2015	17,1
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	30/09/2013	97,5	30/09/2015	97,9
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	30/09/2013	64,4	30/09/2015	66,7
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	30/09/2013	31,4	30/09/2015	34,1
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	30/09/2013	84,1	30/09/2015	85,2
Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	30/09/2013	89	30/09/2015	91
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	31/12/2014	87,1	31/12/2015	88,4
Taxa de ocupação das vagas de R1 (1º ano) nos Programas de Residência Médica	%	31/03/2015	69,6	31/12/2016	78

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de acesso à Justiça	índice numérico	31/12/2014	36,94	31/12/2016	49,06
População atendida no âmbito dos sistemas de informação de Defesa do Consumidor	pessoa por ano	30/06/2015	1.735.820	31/12/2016	2.747.127
Taxa de acidentes graves em rodovias federais	acidentes graves/1 milhão de veículos	31/12/2014	297,44	31/12/2016	227,35
Taxa de encarceramento	pessoas presas/100.000 habitantes	30/06/2014	299,7	31/12/2014	306,22
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2014	23,22	31/12/2014	29,37
Taxa de Homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	30/09/2013	146,59	31/12/2014	153,65
Taxa de Homicídios de mulheres	1/100.000	30/09/2013	4,6	31/12/2014	4,61
Taxa de mortos em acidentes em rodovias federais	mortos em acidentes/1 milhão de veículos	31/12/2014	97,57	04/01/2017	69,2
Valor recolhido ao Fundo de Direitos Difusos (FDD) referente a multas e contribuições pecuniárias relativas ao combate a condutas anticoncorrenciais e ao controle de atos de concentração	R$	31/12/2014	169.098.785,48	31/12/2016	700.381.945,87

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2082 - Política Externa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da África	pessoa por ano	31/12/2013	94.832	31/12/2015	110.983
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da América Central e do Caribe	pessoa por ano	31/12/2013	52.520	31/12/2015	53.709
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da América do Norte	pessoa por ano	31/12/2013	737.175	31/12/2015	734.450
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da América do Sul	pessoa por ano	31/12/2013	2.936.753	31/12/2015	3.420.349
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da Ásia	pessoa por ano	31/12/2013	300.998	31/12/2015	299.270
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da Europa	pessoa por ano	31/12/2013	1.636.569	31/12/2015	1.631.514
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da Oceania	pessoa por ano	31/12/2013	54.281	31/12/2015	55.421
Corrente de Comércio Brasil-África	US$ milhão por ano	31/12/2014	26.761,8394	31/12/2016	12.433,516
Corrente de Comércio Brasil-ALADI	US$ milhão por ano	31/12/2014	76.491,2094	31/12/2016	24.892,7521
Corrente de Comércio Brasil-América do Sul	US$ milhão por ano	31/12/2014	66.596,9728	31/12/2016	48.585,5138
Corrente de Comércio Brasil-América do Sul Exclusive Mercosul	US$ milhão por ano	31/12/2014	23.097,9845	31/12/2016	16.920,3416
Corrente de Comércio Brasil-América Latina e Caribe	US$ milhão por ano	31/12/2014	83.609,2791	31/12/2016	59.892,16
Corrente de Comércio Brasil-Ásia Exclusive Oriente Médio	US$ milhão por ano	31/12/2014	144.686,687	31/12/2016	105.387,8505
Corrente de Comércio Brasil-BRICS	US$ milhão por ano	31/12/2014	98.191,1614	31/12/2016	70.195,9439
Corrente de Comércio Brasil-Mercosul	US$ milhão por ano	31/12/2014	43.498,9882	31/12/2016	29.974,2383
Corrente de Comércio Brasil-NAFTA	US$ milhão por ano	31/12/2014	76.515,5633	31/12/2016	58.921,6726
Corrente de Comércio Brasil-Oceania	US$ milhão por ano	31/12/2014	1.740,3465	31/12/2016	1.420,459
Corrente de Comércio Brasil-Oriente Médio	US$ milhão por ano	31/12/2014	18.418,5814	31/12/2016	13.715,0485
Corrente de Comércio Brasil-União Europeia	US$ milhão por ano	31/12/2014	88.764,0566	31/12/2016	64.419,6528

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2083 - Qualidade Ambiental

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Concentração de Dióxido de Enxofre (SO2)	Micrograma por m3	31/08/2014	5	31/12/2016	2
Concentração de Dióxido de Nitrogênio (NO2)	Micrograma por m3	31/08/2014	77	31/12/2016	46
Concentração de Material Particulado Inalável (MP10)	Micrograma por m3	31/08/2014	58	31/08/2016	33
Licenças de Instalação Emitidas pelo IBAMA	unidade	31/12/2015	73	31/12/2016	43
Licenças de Operação Emitidas pelo IBAMA	unidade	31/12/2015	59	31/12/2016	58
Licenças Prévias Emitidas pelo IBAMA	unidade	31/12/2015	35	31/12/2016	22
Número de autos de infração lavrados pelo IBAMA	unidade	31/12/2014	12.500	05/12/2016	15.739
Número de embargos realizados pelo IBAMA decorrentes de infração ambiental	unidade	31/12/2014	4.000	05/12/2016	4.227
Número de termos de apreensão, emitidos pelo IBAMA, de bens envolvidos em infração ambiental	unidade	31/12/2014	3.000	05/12/2016	4.071
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada por meio de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis	percentual	31/12/2013	11,4	31/12/2015	15,43
Percentual de sanções pecuniárias cumpridas (multa paga) decorrentes de sanções ambientais apuradas pelo IBAMA	percentual	31/12/2014	25	31/12/2016	13,96
Percentual eliminado das Bifenilas Policloradas (PCB) inventariadas	percentual				
Quantidade de agrotóxicos obsoletos eliminados	tonelada				
Quantidade de catadores de materiais recicláveis associados	quantidade	31/12/2013	22.412	31/12/2015	23.567
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	percentual	31/12/2013	1,8	31/12/2014	2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de reservação de água per capita	m3/hab	31/12/2013	3.607	31/12/2016	2.951,58
Capacidade do reservatório equivalente - Brasil (inclui reservatórios do setor elétrico)	milhão de m³	31/12/2014	567.445	31/12/2016	608.266
Capacidade do reservatório equivalente - Nordeste	milhão de m³	15/06/2015	38.010,08	31/12/2016	38.273,23
Percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	percentual	31/12/2011	24	31/12/2012	24
Percentual do território com comitês de bacias hidrográficas interestaduais instalados	percentual	31/12/2014	15,74	31/12/2016	15,74
Percentual do território com planos de bacias hidrográficas interestaduais elaborados	percentual	31/12/2014	55	31/12/2016	56,25
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Brasil	%	31/12/2014	53,42	31/12/2016	55,64
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Nordeste (incluindo reservatórios de qualquer capacidade)	%	15/06/2015	24,9	31/12/2016	14,16
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	percentual	31/12/2012	8	31/12/2012	8
Relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total retirada para atendimento aos usos consuntivos em rios federais (demanda existente estimada)	percentual	31/12/2011	64	31/12/2011	64
Vazão outorgada acumulada em rios de domínio da União	m³/s	31/12/2014	4.235,96	31/12/2015	4.850,22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de adolescentes internos nas unidades do Sistema Socioeducativo em meio fechado com problemas decorrentes do uso e/ou comércio ilegal do álcool de álcool e outras drogas	%	31/12/2013	24,81	31/12/2013	24,81
Percentual de escolares de 9º ano que já experimentaram bebida alcoólica alguma vez	%	31/12/2012	66,6	31/12/2015	55
Percentual de escolares de 9º ano que já experimentaram cigarro alguma vez	%	31/12/2012	19,6	31/12/2015	18,4
Proporção de municípios abaixo de 20 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	16/07/2015	55,66	16/07/2015	55,66
Proporção de municípios com mais de 150 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	30/04/2015	19,05	30/04/2015	19,05
Proporção de municípios entre 20 e 70 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	16/07/2015	41,91	16/07/2015	41,91
Proporção de municípios entre 70 e 150 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	16/07/2015	19,92	16/07/2015	19,92

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2086 - Transporte Aquaviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Quantidade de carga movimentada por hora	Toneladas/hora	31/12/2014	321	20/12/2016	217
Quantidade de contêiners movimentados por hora	Unidade/Hora	21/12/2014	40,95	20/12/2016	49
Tempo médio de espera para atracação (Contêiners)	hora	31/12/2014	12,2	20/12/2016	17,8
Tempo médio de espera para atracação (Grupo de mercadoria)	hora	31/12/2014	38,5	20/12/2016	130,1
Variação de movimentação de carga de navegação interior	%	31/12/2014	1,22	31/10/2016	-1,04
Variação percentual de movimentação de carga de longo curso	%	21/12/2014	4,3	31/10/2016	0,15
Variação percentual na movimentação de cargas de cabotagem	%	31/12/2014	3,18	31/10/2016	-2,18
Variação percentual na movimentação de cargas nos portos	%	31/12/2014	4,25	31/12/2016	0,04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2087 - Transporte Terrestre

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	181.272	31/12/2014	181.272
Densidade da malha ferroviária em operação	km de ferrovia/1000 km2	31/12/2014	3,23	31/12/2016	3,41
Densidade da malha rodoviária federal	km de rodovia federal/1000 km2	30/03/2015	8,9	30/03/2015	8,9
Índice de acidentes ferroviários	acidentes / (milhão.trens.km)	31/12/2013	12	31/12/2016	10,59
Malha ferroviária em operação	km	31/12/2014	29.013	31/12/2016	29.073
Malha rodoviária federal pavimentada	km	30/03/2015	64.395,6	30/03/2015	64.395,6
Malha rodoviária não-concedida classificada entre bom e ótimo estado de conservação	porcentagem (%)	31/12/2014	60	31/12/2014	60
Número de vítimas em acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	100.396	31/12/2014	100.396
Número de vítimas fatais em acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	8.227	31/12/2014	8.227
Quantidade de acidentes no transporte ferroviário de carga	unidade por ano	31/12/2013	866	31/12/2016	682
Tempo médio de interdição das rodovias federais	hora	30/06/2015	9,45	30/06/2015	9,45
Total de carga transportada no modal ferroviário	Milhão TKU - Tonelada por Quilômetro Útil	31/12/2013	298.616	31/12/2016	312.982
Utilização percentual da malha ferroviária	porcentagem (%)	31/12/2014	41	31/12/2014	41
Velocidade média de percurso dos trens	km/h	31/12/2013	22,6	31/12/2016	22,51

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PPA
2016-2019

ANEXO 2

EVOLUÇÃO DAS METAS

Ano-base 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Quadro de Metas

Objetivo: 0411 - Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041Z - Disponibilizar os meios para efetivar 1,8 milhão de operações da linha de microcrédito orientado e acompanhado do PRONAF	1,80	milhões	20000 - Presidência da República	0,78	11/01/2017	Meta com andamento adequado.
041Y - Disponibilizar os meios para efetivar 7,8 milhões de operações do crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF	7,80	milhões	20000 - Presidência da República	1,65	11/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
0420 - Disponibilizar os meios para efetivar a contratação por mulheres rurais de pelo menos 35% das operações de crédito efetivadas e 20% do volume total de crédito acessado no âmbito do PRONAF	35,00	%	20000 - Presidência da República	30,00	11/01/2017	Meta com andamento adequado.
0421 - Disponibilizar os meios para efetivar a contratação por mulheres rurais de pelo menos 50% das operações efetivadas na linha de microcrédito orientado e acompanhado do PRONAF	50,00	%	20000 - Presidência da República	47,50	11/01/2017	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0422 - Possibilitar a adesão ao Garantia-Safra para 1,35 milhão de famílias da agricultura familiar, mantendo a adesão preferencialmente em nome das mulheres rurais	1,35	milhões	20000 - Presidência da República	0,99	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0412 - Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0426 - Efetivar a participação de 8 mil pesquisadores, agentes de ATER e agricultores familiares em redes temáticas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias	8.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	4.280,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0424 - Prestar ATER qualificada, direcionada e continuada para 1 milhão de famílias da agricultura familiar, incluindo ATER específica para jovens rurais e povos e comunidades tradicionais, e assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres	1,00	milhão	20000 - Presidência da República	0,27	13/01/2017	Meta com andamento adequado.
04QH - Prestar ATER qualificada, direcionada e continuada para 700.000 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres	700.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	323.744,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04QI - Qualificar 20 mil agentes da ATER, inclusive com conhecimentos de agroecologia, garantindo a participacao de pelo menos 40% de mulheres entre as pessoas capacitadas.	20.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	4.721,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0413 - Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0427 - Qualificar 2.000 organizações da agricultura familiar, sendo 1.600 cooperativas e associações e 400 empreendimentos coletivos de povos e comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e capacitação, com enfoque na gestão, organização da produção e comercialização, e considerando sua diversidade e suas especificidades.	2.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	211,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
042I - Atender 15.000 mulheres agricultoras familiares com ATER específica para mulheres	15.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
042G - Atender 1.500 grupos produtivos de mulheres rurais com ações integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica	1.500,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
042H - Capacitar 1.000 agentes de ATER para atuarem com mulheres e com foco na agroecologia	1.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	719,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
042F - Implementar 5.000 quintais produtivos para o apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres	5.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	15,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0760 - Ampliar a inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0450 - Estimular que 1 milhão de agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, incluindo a juventude rural, estejam inseridos em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica ou em transição agroecológica.	20000 - Presidência da República	Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 0761 - Promover e garantir o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0467 - Ampliar o apoio para a implementação e a criação dos registros nacionais e dos selos de identificação da agricultura familiar no Mercosul.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
0466 - Desenvolver e implementar a estratégia de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar brasileira em mercados externos.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1033 - Contribuir para a permanência da juventude no campo e a sucessão rural, por meio da ampliação da sua autonomia econômica e social

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
042L - Ampliação do Programa de Formação Agroecológica e Cidadã para 20 mil jovens	20.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	2.880,00	13/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
042K - Atendimento de 80 mil jovens da agricultura familiar com ATER específica para a juventude rural.	80.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	13/01/2017	Meta não iniciada ou suspensa.
04QO - Efetivação da contratação por jovens rurais de pelo menos 20% das operações de crédito do PRONAF	20,00	%	20000 - Presidência da República	10,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QN - Elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1035 - Promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
042T - Apoiar a agroindustrialização em 600 empreendimentos coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais.	600,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
042R - Efetivar a emissão de 100 mil DAPs para Povos e Comunidades Tradicionais.	100.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	50.863,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
042Q - Efetivar a emissão de 200 Selos Indígenas do Brasil, visando a qualificação da produção tradicional indígena e ampliando o acesso a mercados institucionais e privados.	200,00	unidades	20000 - Presidência da República	2,00	31/12/2016	Realização de ações de divulgação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1138 - Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MY - Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia	12.500,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	24/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Quadro de Metas

Objetivo: 0713 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03Z5 - Alcançar 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros atuando em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica – PROVAB.	20.335,00	Médicos	36000 - Ministério da Saúde	18.240,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04F0 - Ampliar em 5.994 o número de leitos, sendo 4.080 novos leitos de UTI Adulto, Pediátrico, Neonatal e Unidade Coronariana (UCO) e 1.914 leitos de UCI Convencional e Canguru no SUS, em todas as regiões do País.	5.994,00	Leitos	36000 - Ministério da Saúde	2.038,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0266 - Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para 29 mil equipes de saúde bucal implantadas.	29.000,00	Equipes	36000 - Ministério da Saúde	24.383,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
0265 - Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família para 46 mil.	46.000,00	Equipes	36000 - Ministério da Saúde	40.097,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04S5 - Ampliar o número de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF para 7.000.	7.000,00	Equipes	36000 - Ministério da Saúde	4.406,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0263 - Apoiar a construção, reforma e ampliação de mais 16.000 obras do Programa de Requalificação de UBS – RequalificaUBS.	16.000,00	UBSs	36000 - Ministério da Saúde	4.596,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
026P - Aumentar de 18 para 20,7 milhões o número de educandos cobertos pelo Programa Saúde na Escola (PSE).	20.700.000,00	Educandos	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
026I - Aumentar de 20 para 160 as Centrais de Regulação que recebem incentivo federal de custeio para a melhoria do acesso aos serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.	160,00	Centrais de Regulação	36000 - Ministério da Saúde	51,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04DV - Aumentar em 4% ao ano o Índice de Doadores Efetivos de Órgãos por milhão da população (pmp), passando de 13,36 pmp para 16,25 pmp.	16,25	pmp	36000 - Ministério da Saúde	14,47	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0268 - Aumentar em 4% ao ano o Índice de Transplantes de Órgãos Sólidos por milhão da população (pmp), passando de 37,95 pmp para 46,18 pmp.	46,18	pmp	36000 - Ministério da Saúde	38,65	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.
04EN - Avaliar e certificar a qualidade de 40 mil equipes de atenção básica no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).	40.000,00	Equipes	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04EH - Custear a conectividade de banda larga de 25 mil Unidades Básicas de Saúde.	25.000,00	UBSs	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DQ - Disponibilizar teste de ácido nucléico - NAT brasileiro para HIV / HCV / HBV para 100% das doações de sangue realizadas no âmbito do SUS.	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	86,40	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04EI - Garantir 14 mil Unidades Básicas de Saúde utilizando prontuário eletrônico.	14.000,00	UBSs	36000 - Ministério da Saúde	12.187,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
026M - Implantar 500 novos Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs.	500,00	Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs	36000 - Ministério da Saúde	39,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação.
026O - Implantar 684 novas equipes de atenção domiciliar, sendo 432 novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 252 novas Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).	684,00	Equipes de Atenção Domiciliar	36000 - Ministério da Saúde	4,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta
04G9 - Implantar 732 novos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.	732,00	Laboratórios	36000 - Ministério da Saúde	70,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04TA - Implementar brinquedotecas em todos os hospitais federais que realizem atendimento pediátrico em regime de internação, em cumprimento da lei nº 11.104/2005		brinquedotecas	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0714 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
026U - Ampliar para, no mínimo, 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) da vacina Pentavalente (DTP+HB+Hib) em menores de 1 ano.	70,00	%	36000 - Ministério da Saúde	34,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
026Z - Assegurar 100% das regiões de saúde com cobertura de pelo menos um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	38,13	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04H4 - Aumentar para 95% a proporção de examinados entre os contatos intradomiciliares registrados dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	95,00	%	36000 - Ministério da Saúde	76,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.Adoção de medidas de
026X - Aumentar para, no mínimo, 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados.	76,00	%	36000 - Ministério da Saúde	67,10	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04H6 - Aumentar para, no mínimo, 80% a proporção de testagem para HIV entre casos novos de tuberculose.	80,00	%	36000 - Ministério da Saúde	70,20	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04H5 - Aumentar para, no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV/Aids, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida.	90,00	%	36000 - Ministério da Saúde	91,50	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
04SD - Custear 3.500 polos do Programa Academia da Saude	3.500,00	Pólos	36000 - Ministério da Saúde	635,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.
04JG - Garantir a aquisição de 100% dos imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde.	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	100,00	31/10/2016	Meta anual atingida no exercício.
04QU - Reduzir a prevalência de uso do tabaco para 9,6%.	9,60	%	36000 - Ministério da Saúde	10,40	31/12/2015	Meta com andamento adequado.
027N - Reduzir, para no máximo 100.000, o número de casos autóctones de malária no Brasil.	100.000,00	Casos	36000 - Ministério da Saúde	113.449,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0721 - Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
029N - Alcançar 38.500 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência.	38.500,00	Bolsistas	36000 - Ministério da Saúde	15.114,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04HF - Qualificar 380.000 profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários.	380.000,00	profissionais e gestores de saúde	36000 - Ministério da Saúde	137.774,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04QZ - Universalizar o acesso, para egressos dos cursos de graduação em medicina, a programas de residência médica, com ênfase na especialidade de Medicina Geral de Família e Comunidade.	100,00	%	26000 - Ministério da Educação	78,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0724 - Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02AJ - Ampliar em 20% o número de ouvidorias do SUS.	20,00	%	36000 - Ministério da Saúde	3,65	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02A6 - Capacitar 80.000 lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS.	80.000,00	Pessoas	36000 - Ministério da Saúde	12.848,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação.
04HN - Implantar 20 comitês de políticas de promoção de equidade em saúde para populações em situação de vulnerabilidade social.	20,00	Comitês	36000 - Ministério da Saúde	6,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0725 - Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04IS - Apoiar os entes da federação para que 100% tenham Conselhos de Saúde legalmente instituídos e em funcionamento.	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	80,61	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04IR - Apoiar os entes da Federação para que 100% tenham Planos de Saúde.	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	87,86	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02AK - Apoiar os Estados, Municípios e Distrito Federal para que 100% dos Fundos de Saúde sejam instituídos por Lei e estejam em funcionamento.	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	100,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04IO - Implantar o Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde em 60% das regiões de saúde.	60,00	%	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
04IP - Implantar pelo menos 1 Núcleo de Economia, Informação, Monitoramento e Avaliação da Saúde em cada região do País.	5,00	núcleos implantados	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04I9 - Implantar o e-Saúde no Brasil, com destaque para o Registro Eletrônico em Saúde (RES) e para os Centros de Inteligência para suporte às decisões dos gestores públicos e decisões clínicas dos profissionais de saúde.	36000 - Ministério da Saúde	Meta com andamento adequado.
04IQ - Reduzir, anualmente, o prazo médio dos processos de aquisição de Insumos Estratégicos para Saúde (IES).	36000 - Ministério da Saúde	Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 0726 - Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02AZ - Ampliar o "Aqui Tem Farmácia Popular" para pelo menos 83% dos municípios brasileiros que possuam farmácias e drogarias, priorizando os municípios do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Mais Médicos.	83,00	%	36000 - Ministério da Saúde	80,55	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04GJ - Ampliar para pelo menos 65% a aquisição de medicamentos produzidos pela rede de laboratórios públicos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico selecionadas.	65,00	%	36000 - Ministério da Saúde	46,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
03X5 - Disponibilizar 100% dos medicamentos e insumos estratégicos adquiridos pelo Ministério da Saúde.	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	100,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
04GM - Implantar o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) em 70% dos municípios brasileiros.	70,00	%	36000 - Ministério da Saúde	28,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
026F - Disponibilizar 3,0 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	36000 - Ministério da Saúde	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0727 - Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HO - Ampliar de 13 para pelo menos 18 o número de parques produtivos apoiados por meio do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS).	18,00	Parques produtivos	36000 - Ministério da Saúde	26,00	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
04HK - Ampliar de 1 para 9 o número de internalizações de tecnologias no SUS, produzidas por meio de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).	9,00	internalizações de tecnologia	36000 - Ministério da Saúde	1,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.Adoção de medidas de gestão.
04OG - Desenvolver e/ou absorver através de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) 8 novos medicamentos.	8,00	Medicamentos	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.Adoção de medidas de
00CJ - Disponibilizar 220 mil litros anuais de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados pela Hemobrás.	220.000,00	Litros de plasma/ano	36000 - Ministério da Saúde	114.973,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04HH - Elaborar e/ou revisar 50 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para a produção do cuidado em saúde.	50,00	Protocolos	36000 - Ministério da Saúde	20,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04HX - Executar 75% do processo de transferência de tecnologia dos hemoderivados, visando a produção pela Hemobrás.	75,00	%	36000 - Ministério da Saúde	23,49	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 80

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HB - Fomentar pesquisas científicas, tecnológicas e a inovação voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e para o aprimoramento dos mecanismos e ferramentas de gestão, regulação e atenção à saúde no âmbito do SUS.	960,00	Pesquisas	36000 - Ministério da Saúde	291,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04HR - Iniciar pelo menos 4 projetos de parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), no âmbito das novas parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).	4,00	Projetos de parceria	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
04R0 - Realizar 465 pesquisas na área de meio ambiente e medicina tropical.	465,00	Pesquisas	36000 - Ministério da Saúde	452,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HS - Implementar o Acordo de Compensação Tecnológica (ACT), incluindo a construção de fábrica de aceleradores lineares, no âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS).	36000 - Ministério da Saúde	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0728 - Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HG - Alcançar o patamar de 70% no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar.	70,00	%	36000 - Ministério da Saúde	76,34	03/10/2016	Meta anual atingida no exercício.
04HE - Disponibilizar para 100% dos beneficiários com o Cartão Nacional de Saúde o Registro Individualizado de Saúde.	100,00	%	36000 - Ministério da Saúde	0,00	02/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HI - Estimular a adesão ao Plano Nascer Saudável e a novos modelos assistenciais, visando a redução anual de parto cesariano nos serviços ofertados pela saúde suplementar.	36000 - Ministério da Saúde	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1120 - Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
027U - Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma e aquisição de equipamentos) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.	120,00	Maternidades	36000 - Ministério da Saúde	27,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GH - Ampliar de 166 mil para 182 mil o número de recém-nascidos beneficiados ao ano pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil.	182.000,00	Recém-nascidos/ano	36000 - Ministério da Saúde	164.209,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
028U - Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa - PVC, passando de 4.364 para 6.764.	6.764,00	Pessoas	36000 - Ministério da Saúde	4.804,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.Adoção de medidas de
04FW - Ampliar o acesso à Triagem Auditiva Neonatal por meio da equipagem de 737 maternidades no país, passando de 75 para 812 maternidades equipadas em funcionamento, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	812,00	Maternidades	36000 - Ministério da Saúde	75,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
03WT - Apoiar a construção de 160 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS III - 24 horas.	160,00	Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
028S - Apoiar a implantação de 175 UPA 24h.	175,00	UPAs	36000 - Ministério da Saúde	98,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04GV - Apoiar a implantação de 300 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).	300,00	Serviços Residenciais Terapêuticos - SRTs	36000 - Ministério da Saúde	127,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04SC - Apoiar a implantação de 37 Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil - UAI.	37,00	Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil - UAI	36000 - Ministério da Saúde	1,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.
04SA - Elaborar e publicar 10 novas Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, no âmbito do Programa Viver sem Limite.	10,00	Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência	36000 - Ministério da Saúde	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0282 - Habilitar 140 novos serviços como Maternidade de Referência para Atenção à Gestação de Alto Risco (GAR).	140,00	serviços	36000 - Ministério da Saúde	9,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04SB - Habilitar 18 unidades que realizam acompanhamento multiprofissonal das pessoas com Doença Renal Crônica (DRC) nos estágios clínicos IV e V (pré dialítico).	18,00	Unidades	36000 - Ministério da Saúde	8,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
028C - Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera - CGBP.	20,00	Casas de Gestante, Bebê e Puérpera - CGBP	36000 - Ministério da Saúde	3,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03X0 - Implantar 50 oficinas ortopédicas no País, passando de 24 para 74 oficinas em funcionamento.	74,00	Oficinas ortopédicas	36000 - Ministério da Saúde	33,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
028E - Implantar 60 novos Centros de Parto Normal – CPN.	60,00	Centros de Parto Normal – CPN	36000 - Ministério da Saúde	3,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
03WE - Implantar 80 soluções de radioterapia contempladas no Plano de Expansão da Radioterapia.	80,00	soluções de radioterapia implantadas	36000 - Ministério da Saúde	1,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
03WY - Implantar 98 Centros Especializados em Reabilitação - CER, passando de 124 para 222 CER em funcionamento.	222,00	Centros Especializados em Reabilitação - CER	36000 - Ministério da Saúde	185,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03WX - Incentivar a adesão de 400 Centros de Especialidades Odontológicas à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.	400,00	Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta
028X - Incentivar a implantação de 480 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).	480,00	Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	36000 - Ministério da Saúde	102,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FV - Ofertar 98 novos veículos adaptados acessíveis para transporte de pessoas com deficiência, passando de 103 para 201 veículos entregues.	201,00	Veículos adaptados	36000 - Ministério da Saúde	108,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
028H - Realizar 15 milhões de mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50-69 anos.	15.000.000,00	Mamografias	36000 - Ministério da Saúde	2.299.169,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
028I - Realizar 30 milhões de exames citopatológicos para rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres de 25-64 anos.	30.000.000,00	Exames	36000 - Ministério da Saúde	6.248.201,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1126 - Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04G6 - Ampliar o número das equipes de saúde de referência no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, passando de 65 para 110 equipes implantadas.	110,00	Equipes	36000 - Ministério da Saúde	64,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GI - Implantar 80 serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual em hospitais de referência do SUS, para a realização do registro de informações e da coleta de vestígios.	80,00	Serviços de referência	36000 - Ministério da Saúde	4,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04H7 - Suplementar 330 mil crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, por meio da Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, nas creches participantes do Programa Saúde na Escola, anualmente.	330.000,00	Crianças/ano	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1130 - Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HT - Alcançar o patamar de 86,5% para as notificações de reações transfusionais concluídas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.	86,50	%	36000 - Ministério da Saúde	81,30	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 86

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HV - Aumentar para 60% a proporção dos atos normativos publicados pela Anvisa resultantes de sua Agenda Regulatória.	60,00	%	36000 - Ministério da Saúde	63,30	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
04IT - Implementar em 10 Vigilâncias Sanitárias, estaduais e municipais, os procedimentos harmonizados em nível tripartite, visando o atendimento aos padrões internacionais de referência.	10,00	Vigilâncias Sanitárias estaduais e municipais	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04LZ - Reavaliar 11 ingredientes ativos de produtos agrotóxicos já registrados, considerando novos indícios de risco à saúde humana.	11,00	Ingredientes ativos de produtos agrotóxicos	36000 - Ministério da Saúde	2,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.
04HU - Reduzir o prazo médio da primeira manifestação para o registro de medicamentos genéricos inéditos para até 60 dias.	60,00	dias	36000 - Ministério da Saúde	33,70	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1136 - Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04J8 - Aumentar, anualmente, o ressarcimento dos planos de saúde ao SUS em decorrência das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais especializados.		% ao ano	36000 - Ministério da Saúde	40,03	05/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04J9 - Aprimorar o processo de execução das emendas individuais, com ênfase na pactuação de critérios para projetos prioritários, na eficiência dos investimentos e na sustentabilidade do SUS.	36000 - Ministério da Saúde	Meta com andamento adequado.
04JE - Instituir novas modalidades de repasse de recursos, induzindo linhas de cuidado integral para acesso às especialidades.	36000 - Ministério da Saúde	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Meta não iniciada ou suspensa.
04J6 - Pactuar novos critérios de rateio entre os entes federados a partir das responsabilidades sanitárias.	36000 - Ministério da Saúde	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.
04JF - Reduzir, anualmente, o preço médio das aquisições contratuais baseadas em Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).	36000 - Ministério da Saúde	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

Quadro de Metas

Objetivo: 0931 - Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BH - Capacitar 10.000 mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho	10.000,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	425,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04BI - Estimular a participação de 100 organizações públicas e privadas de médio e grande porte no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça	100,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	122,00	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
04FS - Fomentar a participação de 80.000 mulheres em empreendimentos econômicos solidários, por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias, aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo	80.000,00	unidades	40000 - Ministério do Trabalho	2.200,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BK - Articular a realização e a divulgação da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo para produção contínua de estatísticas sobre o tema, que permitam a formulação de políticas públicas de igualdade de gênero, com recortes racial e geracional.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04BL - Implantar ações integradas, focadas no desenvolvimento de políticas públicas que garantam direitos e proteção, voltadas para as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas, negras, mulheres com deficiência, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0934 - Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GA - Realizar 16 atividades do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, visando ao fortalecimento e à participação das mulheres nos partidos políticos	16,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	1,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04CJ - Ampliar ações para o fortalecimento institucional de organizações de mulheres negras	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04CH - Fomentar a ampliação da participação das mulheres nos conselhos diretivos e na alta direção das empresas públicas e privadas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04CI - Fomentar a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão em todas as instâncias e entidades de representação (partidos políticos, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0935 - Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FT - Criar o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta não iniciada ou suspensa.
04BN - Fomentar a produção e circulação de conteúdos culturais e científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04BO - Fomentar maior participação das meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04BM - Fomentar os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, prioritariamente em municípios com população maior ou igual a 50.000 habitantes	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta.
04BP - Repactuar, implementar e monitorar o Plano Nacional de Políticas para Mulheres - PNPM	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0936 - Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04C6 - Ampliar o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero na educação e direitos do trabalho da mulher no Brasil	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04C5 - Constituir rede de participação dos Conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta não iniciada ou suspensa.
04C3 - Realizar a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

Objetivo: 0998 - Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BR - Ampliar de 16 para 30 países a cobertura internacional da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.	30,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	16,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BV - Ampliar para 1.650 os serviços especializados para os diversos tipos de violência contra as mulheres e aprimorar a articulação em rede.	1.650,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	1.100,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04BS - Construir 7 Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca.	7,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	31/12/2016	Meta não iniciada ou suspensa.
04BQ - Construir e implementar a Casa da Mulher Brasileira em 25 capitais brasileiras	25,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	1,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BW - Articular a Implementação da legislação de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e o Decreto nº 7.958/2013, que estabelece o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual, entre outras.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Quadro de Metas

Objetivo: 0083 - Adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, por meio de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias e medidas de gestão.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0056 - Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 385 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC.	385,00	milhões de passageiros	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	386,61	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
0058 - Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas, por meio de investimentos públicos e privados.	2,40	milhões de toneladas	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	2,21	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03ZG - Realizar estudos e investimentos para aumentar a disponibilidade de infraestrutura nos 270 aeroportos contemplados no Programa de Aviação Regional.	270,00	aeroportos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	93,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZH - Elaborar o Novo Plano Aeroviário Nacional - PAN.	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0084 - Ampliar a oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
005F - Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.	1.000,00	rotas	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	742,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
005G - Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.	150,00	aeroportos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	111,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
005K - Manter, até 2019, o índice anual de acidentes aeronáuticos em nível igual ou melhor que a média mundial, índice de 0,39 no ano de 2013, considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens.	0,39	acidentes/milhão de decolagens	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0086 - Promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
005P - Formar e/ou capacitar 3.586 profissionais para suprir as demandas decorrentes do crescimento no setor de aviação civil, bem como atender aos padrões normativos em vigor.	3.586,00	pessoas	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	248,00	10/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
005R - Revisar o marco legal do setor de aviação civil.	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0087 - Aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor por meio do desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
005T - Ampliar em 40 aeroportos a prestação de serviços de tráfego aéreo e/ou de sistemas de auxílio à navegação, visando o aumento da segurança operacional e a ampliação da oferta de voos.	40,00	aeroportos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZI - Desenvolver o marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas visando sua inserção no setor aéreo de forma segura, harmonizando interesses públicos, privados, científicos e comerciais.	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

Quadro de Metas

Objetivo: 0374 - Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00SV - Acompanhar 50% de famílias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão, por descumprimento de condicionalidades, nos serviços socioassistenciais, prioritariamente, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	50,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	18,60	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
00SW - Acompanhar na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com as condicionalidades de saúde	73,00	%	36000 - Ministério da Saúde	65,38	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
00SY - Ampliar para 89,5% a média anual de crianças e adolescentes do Programa Bolsa Família com frequência escolar informada no Sistema Presença.	89,50	% ao ano	26000 - Ministério da Educação	87,87	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04HW - Fomentar o acesso a creche de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família		crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do PBF	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	23/01/2017	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0375 - Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00T2 - Ampliar o número de municípios com padrão de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único que estão aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)	5.383,00	Municípios	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	5.356,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04I1 - Aumentar o desempenho médio dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único, com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD)	83,80	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	78,56	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04I3 - Aperfeiçoar mecanismos de qualificação do Cadastro Único e da gestão do PBF por meio da institucionalização dos procedimentos de verificação da consistência e atualidade das informações das famílias	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Meta com andamento adequado.
04I2 - Apoiar o fortalecimento das equipes de gestão do PBF e do Cadastro Único nos municípios, Distrito Federal e estados	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0619 - Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03U4 - Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família	100,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	98,77	01/01/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1134 - Fortalecer o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04I5 - Aperfeiçoar os instrumentos de coleta e acesso aos dados do Cadastro Único	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Meta com andamento adequado.
04I4 - Construir mecanismos de governança e coordenação dos programas usuários do Cadastro Único	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 100

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Quadro de Metas

Objetivo: 0400 - Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040O - Apoiar 300 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa nas instituições científicas e tecnológicas (ICT).	300,00	Projetos	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	36,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00W0 - Apoiar anualmente 7 mil projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação.	7.000,00	Projetos/ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	4.116,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
042Y - Disponibilizar para a comunidade científica, empresarial e setor produtivo cinco das 13 linhas de luz da nova fonte de Luz Síncrotron de 4ª Geração.	5,00	Linhas de luz	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00WJ - Elevar de 61 para 179 o número anual de tecnologias desenvolvidas e aprovadas para transferência de tecnologia nas Unidades de Pesquisa do MCTI.	179,00	Tecnologias/ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	70,00	24/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta.
042Z - Promover a difusão de conhecimento científico através da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP elevando o número de estudantes participantes de 18 milhões/ano para 24 milhões/ano.	24,00	milhões de alunos/ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	17,84	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0430 - Expandir, até 2019, a capacidade do Laboratório de Integração e Testes (LIT) para montar, integrar e testar satélites de grande porte e o uso do LIT para apoio a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) da indústria.	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Objetivo: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0434 - Ampliar de 9 para 25 o número de empreendimentos para a fabricação de componentes e dispositivos eletrônicos avançados.	25,00	empreendimentos	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	19,00	31/01/2017	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
0431 - Apoiar 4 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas de tecnologias digitais, incluindo projetos no segmento de segurança cibernética, internet das coisas, big data e computação em nuvem.	4,00	Projetos apoiados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	30/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
0432 - Apoiar projetos de 300 empresas nascentes de tecnologias digitais.	300,00	Empresas apoiadas	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	40,00	30/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
0433 - Capacitar com êxito, por meio de ensino à distância pela plataforma Brasil Mais TI, 100 mil novos alunos para a carreira de tecnologia da informação.	100.000,00	Alunos capacitados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	13.337,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0497 - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 104

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
019Z - Alcançar o número de 22.000 bolsas de mestrado e doutorado concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.	22.000,00	Bolsa-ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	17.818,00	04/01/2017	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
01A0 - Conceder 5.100 bolsas voltadas para a internacionalização do Ensino Superior e da ciência, tecnologia e inovação brasileira pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prioritariamente pelo Programa Ciência sem Fronteiras.	5.100,00	Bolsa-ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	651,00	05/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
019Y - Conceder anualmente 17.000 bolsas-ano de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.	17.000,00	Bolsa-ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	15.064,00	10/01/2017	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
01A1 - Conceder anualmente 41.000 bolsas-ano de iniciação à pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.	41.000,00	Bolsa-ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	33.757,00	04/01/2017	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1055 - Promover políticas e ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044D - Apoiar 360 projetos que contribuam para a melhoria da educação científica e para a popularização e difusão da ciência, tecnologia e inovação no país, distribuídos em todos os estados e no Distrito Federal.	360,00	Projetos apoiados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	227,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
044F - Apoiar 40 projetos de tecnologias sociais e assistivas.	40,00	Projetos apoiados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	38,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
044E - Apoiar 80 projetos de extensão tecnológica.	80,00	Projetos apoiados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	30,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04JU - Implantar dois Centros Tecnológicos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) em soluções de mobilidade urbana e logística e educação.	2,00	Centros implantados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044U - Apoiar 300 projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas.	300,00	Projetos apoiados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	50,00	30/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
044Y - Apoiar, via recursos de crédito ou de participação acionária, 1.000 micro e pequenas empresas de base tecnológica.	1.000,00	Empresas apoiadas	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	132,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04SI - Aumentar de 2.650 para 3.100 as empresas atendidas em incubadoras de empresas.	3.100,00	Empresas/ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2.688,00	15/07/2016	Meta com andamento adequado.
044T - Aumentar de 950 para 1.250 o número de empresas instaladas em parques tecnológicos.	1.250,00	Empresas	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.288,00	10/12/2016	Meta com andamento adequado.
044R - Estimular 1.250 empresas a cada ano a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais.	1.250,00	Empresas apoiadas/ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.110,00	13/08/2016	Meta com andamento adequado.
044S - Fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas.	1,50	milhões de atendimentos realizados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1,10	21/12/2016	Meta com andamento adequado.
044V - Lançar 12 editais do Programa Inova Empresa II, com articulação entre ministérios e agências, e foco nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Federal.	12,00	Editais lançados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1057 - Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0453 - Apoiar 130 projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas.	130,00	Projetos apoiados	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	18,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0454 - Expandir o Sistema de Informação sobre Biodiversidade e Recursos Naturais.	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Quadro de Metas

Objetivo: 0054 - Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0479 - Acrescentar 4.700.000 unidades de botijões de GLP de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico.	4.700.000,00	botijões	32000 - Ministério de Minas e Energia	2.958.759,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0478 - Ampliar a capacidade da frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis em 1.208.000 toneladas de porte bruto (tpb).	1.208.000,00	TPB	32000 - Ministério de Minas e Energia	172.121,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04SN - Expandir a capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia de modo a processar 2.500 mbpd.	156.000,00	barris/dia	32000 - Ministério de Minas e Energia	37.600,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00AY - Atender à estimativa de produção nacional de biodiesel indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente		milhões de m³	32000 - Ministério de Minas e Energia	3,80	27/01/2017	Meta com andamento adequado.
04RO - Atender à estimativa de produção nacional de etanol indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia Vigente		milhões de m³	32000 - Ministério de Minas e Energia	27,70	27/01/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0187 - Qualificar e consolidar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QS - Promover a inserção de 100% dos Agricultores Familiares participantes do PNPB no Cadastro Ambiental Rural – CAR.	100,00	%	20000 - Presidência da República	15,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QR - Ampliar a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QQ - Promover a diversificação das matérias-primas adquiridas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0553 - Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04SP - Ampliar em 1 milhão de m³ a capacidade nominal de armazenamento de gasolina, QAV, GLP e diesel nas distribuidoras.	1.000.000,00	m³	32000 - Ministério de Minas e Energia	75.300,47	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LY - Garantir o abastecimento de óleo diesel S-10 em 34.389 mil m3 por ano até 2019	34.338.000,00	m³/ano	32000 - Ministério de Minas e Energia	15.000.000,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
01LZ - Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%	96,00	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	97,62	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RP - Atender à demanda de biodiesel tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.
01LX - Atender à demanda de etanol tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0604 - Promover o uso racional de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis por meio de medidas de incentivo à eficiência energética.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0480 - Etiquetar 100% dos veículos leves fabricados e comercializados no Brasil com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.	100,00	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	90,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Quadro de Metas

Objetivo: 0805 - Aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043G - Reduzir o prazo médio de análise das petições de investigações originais antidumping de 60 para 45 dias.	45,00	dias	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	62,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043F - Elaborar novos regulamentos de subsídios e medidas compensatórias, e de salvaguardas.	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0807 - Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043N - Ampliar de 6 para 10 o número de países parceiros do Programa Mais Alimentos Internacional.	10,00	países de destino	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	6,00	31/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02PA - Aumentar de 487 para 550 o número de empresas beneficiadas pelo PROEX-financiamento.	550,00	empresas beneficiadas	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	183,00	31/12/2016	Realização de ações de divulgação.
02P8 - Aumentar de 58 para 70 o número de empresas beneficiadas pelo PROEX-equalização.	70,00	empresas beneficiadas	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	19,00	31/12/2016	Realização de ações de divulgação.
02P9 - Aumentar de 83 para 107 o número de empresas com cobertura do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) em operações com prazo superior a dois anos.	107,00	empresas com cobertura	25000 - Ministério da Fazenda	94,00	31/12/2016	Realização de ações de divulgação; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0808 - Consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0441 - Possibilitar que empresas atendidas pelo Plano Nacional da Cultura Exportadora, que ainda não exportem, realizem a primeira exportação.	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0809 - Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0442 - Incluir 1.500 empresas do setor de serviços na página eletrônica da Vitrine do Exportador.	1.500,00	empresas incluídas	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	58,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
0443 - Realizar 16 missões governamentais em mercados prioritários.	16,00	missões realizadas	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	7,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0816 - Ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045V - Negociar 20 novos acordos comerciais ou acordos de investimento.	20,00	acordos negociados	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	6,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1061 - Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0463 - Aumentar de 24% para 26,4% a participação das exportações amparadas pelo regime de Drawback no total das exportações brasileiras.	26,40	%	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	22,80	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
0464 - Realizar 32 seminários sobre operações de comércio exterior.	32,00	seminários	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	5,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0462 - Implementar o Portal Único de Comércio Exterior.	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1115 - Aprimorar o controle aduaneiro do comércio exterior, com vistas à facilitação dos procedimentos e exigências, garantindo a segurança no fluxo de bens e mercadorias.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04F1 - Diminuir o tempo médio total para liberação de bens e mercadorias na importação, de 17 para 10 dias, e na exportação, de 13 para 8 dias.	25000 - Ministério da Fazenda	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Quadro de Metas

Objetivo: 1020 - Expandir o acesso à internet em banda larga para todos promovendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048J - Alcançar 1 milhão de participantes pelos Programas de Inclusão Digital	1,00	milhão	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1,45	02/01/2017	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
048I - Ampliar a parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica		%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	86,00	01/11/2016	Meta com andamento adequado.
048L - Atender 11.000 áreas de vulnerabilidade digital com acesso à internet pelo Programa GESAC	11.000,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	6.291,00	02/01/2017	Meta com andamento adequado.
048H - Aumentar a proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) para 90% dos acessos móveis pessoais	90,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	75,27	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
048G - Aumentar a velocidade média da banda larga fixa		Mbps	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	13,80	01/09/2016	Meta com andamento adequado.
04EC - Disponibilizar o serviço de banda larga móvel em todos os municípios do país	100,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	93,20	01/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048K - Implantar 262 cidades digitais	262,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	4,00	02/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1021 - Viabilizar a implantação da TV Digital com inclusão social

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0483 - Disponibilizar gratuitamente 24 aplicativos interativos de TV Digital, à população	24,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	4,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
0482 - Distribuir conversores digitais para os 100% dos domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família	100,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1,14	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
0481 - Implantar a TV Digital em 3.244 municípios, em substituição ao padrão analógico	3.244,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.890,00	30/11/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1022 - Ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase no Sistema Público

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048T - Alcançar 75% dos municípios brasileiros com pelo menos uma estação de Rádio Comunitária	75,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	71,15	30/11/2016	Meta com andamento adequado.
048Q - Alcançar 90% dos municípios brasileiros, que possuem Instituições de Ensino Superior Públicas, com pelo menos uma estação de Radiodifusão Educativa	90,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	69,82	30/11/2016	Meta com andamento adequado.
048R - Ampliar o número de geradoras de televisão comerciais em 55 novas estações	55,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2,00	30/11/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
048S - Ampliar o número de Rádios Comunitárias no país em 400 novas estações	400,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	48,00	30/11/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
048P - Ampliar o número de rádios e televisões educativas em 140 novas estações	140,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	44,00	30/11/2016	Meta com andamento adequado.
048U - Disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes	100,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	92,60	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
048V - Disponibilizar os serviços postais de distribuição postal externa a 97,5% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes	97,50	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	85,90	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MT - Entregar objetos postais, dentro do prazo, em 92,5% das remessas	92,50	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	97,38	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1023 - Incentivar a produção nacional e a distribuição de conteúdos digitais criativos

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048W - Disponibilizar de forma gratuita ao cidadão 400 aplicativos de utilidade pública	400,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	68,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04S4 - Fomentar a produção de 500 aplicativos nacionais por meio da política de desoneração de smartphones	500,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	472,00	30/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.Adoção de medidas de gestão.
048X - Viabilizar a consolidação de 10 Arranjos Produtivos Locais-APL Conteúdos Digitais Criativos	10,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	30/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1062 - Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, cientifica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04CL - Ampliar a cobertura das Rádios Públicas, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádio			20000 - Presidência da República	1,40	30/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04CK - Ampliar a cobertura em sinal digital da TV Brasil, por meio da geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão			20000 - Presidência da República	25,78	30/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1135 - Promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04IJ - Ampliar para 70% a proporção de modelos de smartphone com tecnologia 4G produzidos no Brasil, dentre os beneficiados pela "Lei do Bem"	70,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	24,70	20/01/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.Adoção de medidas de gestão.
04IK - Aumentar em 20% a quantidade de habilitações de produtos de telecomunicações produzidos no Brasil cumprindo o Processo Produtivo Básico	20,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2,40	30/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04IM - Chegar a 20 milhões de acessos do tipo máquina a máquina	20,00	milhões	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	12,73	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04IL - Gerar 80 registros de patentes de produtos desenvolvidos com apoio do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel	80,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

Quadro de Metas

Objetivo: 0779 - Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados

Órgão Responsável: 42000 - Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04K5 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 100% dos estados aderentes ao Sistema Nacional de Cultura	100,00	%	42000 - Ministério da Cultura	29,62	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04K6 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 30% municípios aderentes ao Sistema Nacional de Cultura	30,00	%	42000 - Ministério da Cultura	0,00	30/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04K4 - Implementar o Programa Ocupe Cultura, para o fortalecimento de arranjos institucionais, organizando e difundindo informações, circulação e o fomento de atividades nos espaços culturais	42000 - Ministério da Cultura	Meta não iniciada ou suspensa.
04LX - Instituir o sistema de participação social do MinC	42000 - Ministério da Cultura	Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 0783 - Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro

Órgão Responsável: 42000 - Ministério da Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04JP - Ampliar de 38 para 50 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos.	50,00	bens culturais imateriais	42000 - Ministério da Cultura	2,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04JQ - Ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país.	5,00	%	42000 - Ministério da Cultura	0,60	30/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04JR - Apoiar 200 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva.	200,00	pontos de memória	42000 - Ministério da Cultura	40,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04QA - Fomentar 200 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura.	200,00	Grupos, comunidades ou coletivos	42000 - Ministério da Cultura	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04JS - Fomentar 600 atividades culturais de povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares.	600,00	Projetos apoiados e Prêmios concedidos	42000 - Ministério da Cultura	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04JT - Identificar o patrmônio museológico de 300 instituições brasileiras	300,00	Museus	42000 - Ministério da Cultura	0,00	30/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0785 - Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais

Órgão Responsável: 42000 - Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LB - Ampliar a rede de núcleos de produção digital audiovisual de 17 para 35 unidades	35,00	núcleos implantados	42000 - Ministério da Cultura	14,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LD - Apoiar a produção de 240 obras audiovisuais voltadas a povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares.	240,00	projetos	42000 - Ministério da Cultura	37,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LC - Apoiar a produção regional de 200 obras audiovisuais	200,00	projetos	42000 - Ministério da Cultura	37,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LF - Apoiar, de 2016 a 2019, 600 participações de obras audiovisuais brasileiras em festivais e mostras internacionais.	600,00	participações	42000 - Ministério da Cultura	120,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LE - Atingir a marca de 130 filmes brasileiros de longa-metragem em salas de cinema.	130,00	filmes/ano	42000 - Ministério da Cultura	143,00	30/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
04LG - Baixar de 70 mil para 52 mil o índice de habitantes por sala de cinema no país	52.000,00	pessoas	42000 - Ministério da Cultura	65.071,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LH - Obter 15% de participação do conteúdo audiovisual brasileiro que constitui espaço qualificado produzido por produtora brasileira independente na programação dos canais de espaço qualificado da TV por assinatura no horário nobre anualmente.	15,00	%	42000 - Ministério da Cultura	0,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0786 - Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística.

Órgão Responsável: 42000 - Ministério da Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04ID - Ampliar de 5 para 20 o número de Laboratórios de Arte e Cultura Digital, sendo pelo menos dois em cada estado da federação	20,00	Laboratórios de arte e cultura digital	42000 - Ministério da Cultura	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
02MT - Apoiar 7.000 atividades de difusão cultural em intercâmbio, nacional e internacional	7.000,00	Atividades de difusão cultural	42000 - Ministério da Cultura	114,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
03W6 - Fomentar 6 mil Pontos de Cultura, em consonância com a Política Nacional Cultura Viva.	6.000,00	pontos de cultura	42000 - Ministério da Cultura	84,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil	2.000,00	Projetos artísticos	42000 - Ministério da Cultura	71,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0787 - Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais

Órgão Responsável: 42000 - Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento	20,00	%	42000 - Ministério da Cultura	5,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04JZ - Beneficiar 2 milhões de trabalhadores pelo Programa de Cultura do Trabalhador - VALE-CULTURA	2.000.000,00	trabalhadores	42000 - Ministério da Cultura	58.000,00	30/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação.Adoção de medidas de gestão.
04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.	600,00	Equipamentos culturais	42000 - Ministério da Cultura	46,00	23/03/2017	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04K0 - Disponibilizar para consulta pública virtual obras culturais em domínio público ou licenciadas.	42000 - Ministério da Cultura	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0788 - Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural

Órgão Responsável: 42000 - Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.	5.000,00	Pessoas	42000 - Ministério da Cultura	14,00	30/12/2016	Realização de ações de divulgação.
04SE - Produzir e difundir 570 estudos, pesquisas e eventos sobre cultura no Brasil	570,00	Estudos, pesquisas e eventos	42000 - Ministério da Cultura	229,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1085 - Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país

Órgão Responsável: 42000 - Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04JN - Apoiar 100 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais.	100,00	projetos	42000 - Ministério da Cultura	0,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04JM - Mapear as cadeias econômicas de ao menos 6 segmentos culturais.	6,00	cadeias econômicas	42000 - Ministério da Cultura	1,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura	42000 - Ministério da Cultura	Meta com andamento adequado.
04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor	42000 - Ministério da Cultura	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Quadro de Metas

Objetivo: 0366 - Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04CP - Aperfeiçoar e implantar novas funcionalidades para gestão de dados da Defesa Agropecuária no âmbito da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) para o SUASA	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.
04CO - Reestruturar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) através da sua modernização, desburocratização, revisão do marco regulatório e do estabelecimento de instrumentos que garantam sua sustentabilidade	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 1052 - Modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04SV - Ampliar a zona livre de febre aftosa com vacinação em 1,94 milhão de Km2 do Território Nacional	1.940.000,00	km²	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04CE - Ampliar a zona livre de febre aftosa sem vacinação em 481 mil km2 do Território Nacional	481.000,00	km²	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	20/10/2016	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.
04SW - Ampliar a zona livre de Peste Suína Clássica (PSC) em 4.027.670 km2 do Território Nacional	4.027.670,00	km²	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.027.670,00	24/05/2016	Meta com andamento adequado.
04CG - Ampliar o monitoramento de pragas dos cultivos perenes, nas regiões produtoras de cacau, de 550 mil para 700 mil ha	700.000,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	415.747,00	31/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04CB - Erradicar a Peste Suína Clássica (PSC) em 2.215.598 km2 do Território Nacional	2.215.598,00	km²	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	20/10/2016	Meta com andamento adequado.
04CD - Erradicar a praga Bactrocera carambolae nos Estados do Pará, Amapá e Roraima, impedindo sua dispersão para outras partes do território nacional	3,00	Unidades da Federação	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04CF - Executar projetos prioritários de modernização da infraestrutura dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS)		% de projetos em execução	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	58,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04C9 - Aperfeiçoar os mecanismos de auto controle, definindo as responsabilidades dos agentes das cadeias produtivas através de norma específica	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.
04C8 - Estruturar programas nacionais de avaliação de conformidade e de gerenciamento de risco de produtos de origem animal e vegetal	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.
04CC - Implementar o sistema nacional de emergências zoosanitárias e fitossanitárias	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.
04CA - Modernizar o Sistema de Registro de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO)	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.
04T6 - Reduzir o uso de agrotóxicos classificados nos grupos de "extremamente tóxicos" e "altamente tóxicos".	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 1053 - Modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04CN - Elevar em 40% a taxa de fiscalização das operações irregulares, não declaradas, de trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário nas áreas alfandegadas e não alfandegadas	40,00	%	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04CM - Reduzir de 3 para 1,5 dias o tempo médio de conclusão dos processos de fiscalização de cargas nas operações regulares de comércio exterior de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário	1,50	dias	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial

Quadro de Metas

Objetivo: 0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02N5 - Apoiar e incentivar a implantação de 135 projetos e empreendimentos produtivos na área de atuação da Suframa.	135,00	unidades	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	60,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
02MY - Incrementar de 60% para 75% do território brasileiro com diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis, definidas por meio de iniciativas de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) validadas pelos colegiados responsáveis.	75,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	60,00	05/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02N0 - Aprimorar e estabelecer mecanismos institucionais e instrumentos financeiros para o Desenvolvimento Regional e o Ordenamento do território nacional.	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.
02N1 - Estabelecer estratégias de desenvolvimento para centros urbano-regionais, visando ao equilíbrio do território nacional.	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0792 - Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional.

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02NG - Organizar a estratégia de intervenção do governo federal em consonância com os planos estaduais de faixa de fronteira.	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02W6 - Estruturar 5 Rotas de Integração Nacional existentes.	5,00	unidades	53000 - Ministério da Integração Nacional	3,00	19/12/2016	Meta com andamento adequado.
03S6 - Fortalecer as cadeias produtivas associadas a 5 Rotas de Integração Nacional.	5,00	unidades	53000 - Ministério da Integração Nacional	3,00	19/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0978 - Consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, com o compartilhamento entre poder público e sociedade civil da formulação, gestão e controle das políticas públicas.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049M - Apoiar 239 Colegiados Territoriais para realização da gestão social nos territórios rurais, com ênfase na constituição e funcionamento das instâncias colegiadas de Juventude, Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais.	239,00	unidades	20000 - Presidência da República	185,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
049L - Apoiar a elaboração de planos territoriais nos 239 territórios rurais e de planos estaduais em 26 unidades da federação, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.	239,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0979 - Promover a qualidade de vida e a inclusão socioprodutiva com a oferta de infraestrutura e serviços nos territórios rurais.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049P - Apoiar 600 projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais.	600,00	unidades	20000 - Presidência da República	24,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
049Q - Beneficiar 15.000 famílias com ações territorializadas voltadas ao combate à pobreza no semiárido do Nordeste.	15.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	9.154,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0980 - Ampliar a oferta e o acesso a bens e serviços nos territórios rurais por meio da articulação intersetorial e interfederativa de políticas públicas.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049J - Apoiar 239 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, com participação social.	239,00	unidades	20000 - Presidência da República	185,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
049K - Implementar o Programa Territórios da Cidadania em 120 territórios rurais.	120,00	unidades	20000 - Presidência da República	120,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0981 - Ampliar e fortalecer a participação das mulheres rurais na política de desenvolvimento territorial, por meio da inclusão socioprodutiva, do acesso às políticas públicas, dos direitos sociais e da cidadania.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049X - Emitir gratuitamente 1.000.000 de documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais em territórios rurais.	1,00	milhão	20000 - Presidência da República	0,17	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
049W - Fomentar a participação de organizações de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação Estadual.		unidades	20000 - Presidência da República	13,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
049V - Promover a participação paritária de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação Estadual para ampliar o acesso às políticas públicas.		unidades	20000 - Presidência da República	98,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1098 - Promover as capacidades e as competências da população dos territórios rurais por meio da valorização dos saberes locais e da ampliação do acesso à informação, conhecimentos e tecnologias.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04AG - Apoiar a formação de 10.000 atores locais nos territórios rurais em desenvolvimento territorial.	10.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	359,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.
04AI - Implantar 3.200 Bibliotecas Rurais Arca das Letras nos territórios rurais.	3.200,00	unidades	20000 - Presidência da República	375,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Quadro de Metas

Objetivo: 0019 - Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0001 - Adicionar 14.655 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica	14.655,00	MW	32000 - Ministério de Minas e Energia	5.204,69	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0005 - Adicionar 6.400 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas	6.400,00	MW	32000 - Ministério de Minas e Energia	1.757,60	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
0008 - Adicionar 7.500 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	7.500,00	MW	32000 - Ministério de Minas e Energia	2.564,10	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0007 - Adicionar 810 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de outras fontes alternativas	810,00	MW	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 140

Objetivo: 0029 - Acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional por meio do monitoramento da expansão, do desempenho e da comercialização de energia elétrica, e pela definição de diretrizes de política tarifária.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
000D - Monitorar e viabilizar a entrada em operação de 670 empreendimentos para expansão da Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)	670,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	452,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04FX - Monitorar e viabilizar a entrada em operação de 730 empreendimentos para expansão da capacidade de geração do Sistema Elétrico Brasileiro, em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)	730,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	617,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
044Z - Promover a ampliação do intercâmbio energético com países vizinhos, por meio da comercialização de 7.500 GWh de trocas de energia por acordos bilaterais	7.500,00	GWh	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04JX - Desenvolver políticas voltadas às Redes Elétricas Inteligentes (Smart Grid)	32000 - Ministério de Minas e Energia	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica por meio da elaboração de estudos de expansão da geração e da transmissão, bem como da promoção de leilões.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
001Q - Inventariar o equivalente a 7.200 MW de capacidade de geração hidrelétrica	7.200,00	MW	32000 - Ministério de Minas e Energia	211,00	23/01/2017	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
044N - Realizar e aprovar estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 5.600 MW	5.600,00	MW	32000 - Ministério de Minas e Energia	62,00	23/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
001X - Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para 4 novas usinas nucleares.	4,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	23/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Meta não iniciada ou suspensa
04NP - Realizar Leilões para Expansão da capacidade de transformação em 88.000 MVA	88.000,00	MVA	32000 - Ministério de Minas e Energia	13.363,00	23/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
044P - Realizar Leilões para expansão da geração em 28.700 MW	28.700,00	MW	32000 - Ministério de Minas e Energia	709,09	23/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
044O - Realizar Leilões para Expansão da Transmissão em 34.000km	34.000,00	km	32000 - Ministério de Minas e Energia	9.528,00	23/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0036 - Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0029 - Adicionar 20.000 MVA de capacidade nas subestações de transmissão existentes	20.000,00	MVA	32000 - Ministério de Minas e Energia	7.052,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0023 - Implantar 23.000 km de novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional	23.000,00	km	32000 - Ministério de Minas e Energia	5.696,80	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0026 - Implantar 27.500 MVA de novas subestações no Sistema Elétrico Nacional	27.500,00	MVA	32000 - Ministério de Minas e Energia	4.278,60	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
002D - Reforçar ou recapacitar 1.160 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Elétrico Nacional	1.160,00	km	32000 - Ministério de Minas e Energia	541,40	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0031 - Atender 128.226 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos	128.226,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	73.641,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0456 - Universalizar 8 áreas de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, atingindo 95 das 101 áreas de concessão.	8,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	1,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0047 - Assegurar serviços de energia elétrica adequados e com qualidade por meio dos instrumentos regulatórios.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
003K - Reduzir a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC, nacional, para 13,51 horas/ano	13,51	horas/ano	32000 - Ministério de Minas e Energia	16,24	24/01/2017	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
003N - Reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, nacional, para 8,94 vezes/ano	8,94	unidades/ano	32000 - Ministério de Minas e Energia	8,98	24/01/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0048 - Estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
003Q - Evitar o consumo de 30.000 GWh de energia elétrica por meio de ações de eficiência energética	30.000,00	GWh	32000 - Ministério de Minas e Energia	12.000,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044G - Adicionar 4.400 km de linhas de distribuição de alta tensão ao sistema elétrico	4.400,00	km	32000 - Ministério de Minas e Energia	166,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.
044H - Adicionar 6.500 MVA de capacidade de transformação em subestações	6.500,00	MVA	32000 - Ministério de Minas e Energia	102,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.
012W - Adicionar 8.300 km de redes de distribuição em média tensão ao sistema elétrico	8.300,00	km	32000 - Ministério de Minas e Energia	3.030,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0130 - Reduzir em 4% o índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição	4,00	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	1,51	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0437 - Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044M - Implementar 632 ações previstas no PMI (Plano de Modernização de Instalações) para melhoria no desempenho do sistema elétrico nacional	632,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	206,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
044I - Manter o índice de disponibilidade do sistema de geração igual ou superior a 92%	92,00	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	89,65	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
044L - Manter o índice de disponibilidade do sistema de transmissão igual ou superior a 99%	99,00	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	99,56	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
044J - Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada (TEIF) dos sistemas de geração em 2,4%	2,40	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	6,79	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044K - Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4,0 %	4,00	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	6,78	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0439 - Desenvolver e promover soluções tecnológicas para o setor de energia elétrica do País, por meio da realização e aplicação de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045E - Analisar e aprovar 600 projetos de pesquisa nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com recursos de P&D geridos pela ANEEL	600,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045C - Desenvolver e manter, no estado da arte, infraestrutura científica e de pesquisa de tecnologia avançada no campo de equipamentos e sistemas elétricos, com foco em provimento de soluções tecnológicas para o sistema Eletrobras, entidades setoriais e o setor elétrico em geral	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 147

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

Página 569 de 974 Parte integrante do Avulso da MCN nº 8 de 2017.

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

Quadro de Metas

Objetivo: 0773 - Promover ações afirmativas e incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial, no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, com ênfase para a juventude e mulheres negras.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04M9 - Articular a ampliação do número de órgãos públicos e organizações privadas que promovem ações afirmativas e/ou adotem medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo e sexismo institucional		entidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04SG - Aprimorar o monitoramento da implementação da Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012), garantindo a disponibilização de dados sobre a quantidade de vagas ofertadas por curso, bem como da distribuição do preenchimento de vagas.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.
04MB - Articular e incentivar a execução de políticas intersetoriais que possibilitem o aumento da geração de emprego formal e renda para a população negra, com ênfase nas mulheres e jovens.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04MA - Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MC - Contribuir para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, incluindo a atualização do seu Plano Operativo	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MH - Contribuir para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana conforme Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação, que orienta a Implementação da Lei 10.639/2003 em todos os estabelecimentos da educação básica	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.
04MG - Fomentar ações para a valorização da pessoa negra, das manifestações da cultura, da memória e das tradições da população negra	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04MI - Fomentar iniciativas e o fortalecimento institucional de organizações de mídias negras, priorizando aquelas que atuam especificamente com mulheres, juventude e LGBT	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04MJ - Revitalizar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais (quilombolas, matriz africana e ciganos), considerando as suas especificidades históricas e culturais	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0778 - Promover políticas de enfrentamento ao racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes evitáveis e mortes violentas entre mulheres e jovens negros.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04ME - Constituir a Rede de Atendimento às Vítimas de Racismo e Discriminação Racial e implementar o Disque Igualdade Racial	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04MF - Estimular ações de enfrentamento ao racismo institucional que contribuam para a redução da morbidade e mortalidade materna de mulheres negras	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04MD - Fortalecer e ampliar pactos para a redução das barreiras de acesso da população negra ao sistema de justiça	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04M2 - Ampliar o cadastro para acesso e emissão de 600 Selos Quilombos do Brasil	600,00	unidades	20000 - Presidência da República	36,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04M4 - Apoiar a agroindustrialização de pelo menos 400 empreendimentos em comunidades quilombolas, como forma de estimular a comercialização por meio do cooperativismo e associativismo	400,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04SH - Fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária em 300 comunidades quilombolas.	300,00	unidades	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04M3 - Formar e qualificar 5.000 agentes para atuação em comunidades quilombolas visando o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica	5.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	55,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04SJ - Realizar espaços de diálogo e formação com 100 parteiras de comunidades quilombolas, incluindo a distribuição de 100 kits para parteiras tradicionais e realizar 2 seminários envolvendo comunidades quilombolas, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.	100,00	parteiras	36000 - Ministério da Saúde	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação.Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04M0 - Aprimorar os mecanismos de coordenação, gestão, monitoramento e avaliação da Agenda Social Quilombola e fortalecer a participação e controle social das comunidades quilombolas nas políticas públicas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04M1 - Promover e ampliar o acesso de comunidades quilombolas às ações e serviços públicos de infraestrutura e qualidade de vida, de inclusão produtiva e de direitos e cidadania	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão; Meta não iniciada ou suspensa.

Objetivo: 0986 - Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04M5 - Aprimorar os mecanismos de coordenação, gestão, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e fortalecer a participação social das lideranças tradicionais e o controle social das políticas públicas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04M6 - Promover e ampliar o acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana às políticas públicas na perspectiva da proteção e garantia de direitos, territorialidade e cultura, inclusão social e desenvolvimento sustentável	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Identificação, Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04F7 - Publicar 60 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação.	60,00	unidades	20000 - Presidência da República	16,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04F6 - Titular 40.000 hectares em beneficio de comunidades quilombolas.	40.000,00	hectares	20000 - Presidência da República	401,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1075 - Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos ciganos.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04M8 - Articular ações com vistas à garantia dos direitos fundamentais dos povos ciganos por meio do acesso a políticas públicas, com ênfase em promoção da cidadania e inclusão social	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04M7 - Instituir o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Ciganos, respeitando suas características socioculturais e formas de representação, assim como fortalecer a participação e o controle social dos povos ciganos nas políticas públicas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1076 - Fortalecer e expandir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04J1 - Ampliar o número de entes federados com adesão ao SINAPIR, apoiando os órgãos, conselhos, ouvidorias e fóruns estaduais de gestores municipais de promoção da igualdade racial.		entes federados	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	43,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04J3 - Elevar o número de conselhos voltados para a promoção da igualdade racial no país, fortalecendo a gestão democrática e o controle social necessários ao aperfeiçoamento do SINAPIR.		entes federados	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	43,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04J4 - Elevar o número de órgãos de promoção da igualdade racial no país, fortalecendo a institucionalização dessa política.		entes federados	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	43,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04J2 - Estabelecer e aperfeiçoar a participação no SINAPIR dos órgãos setoriais responsáveis pela execução da política de promoção da igualdade racial, garantindo a incorporação da perspectiva étnicoracial nas políticas públicas.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04J5 - Promover ações articuladas de produção e gestão de informação e de conhecimento, incluindo estudos e pesquisas sobre a situação social da população negra e de povos e comunidades tradicionais, para aprimorar a incorporação da perspectiva étnico-racial nas políticas públicas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1077 - Consolidar a atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04J0 - Fortalecer a cooperação internacional, sobretudo com os países da África e da América, visando à promoção da igualdade e inclusão da população negra.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04IZ - Promover a implementação do Programa de Atividades da Década Internacional dos Afrodescendentes – Nações Unidas (2015 a 2024) e do Plano de Ação da Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos – CELAC (2014 a 2023), em nível nacional.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

Quadro de Metas

Objetivo: 1117 - Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor.

Órgão Responsável: 51000 - Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04F9 - Apoiar equipes, atletas e competições para fortalecer a prática do futebol e suas modalidades derivadas.		Eventos e projetos	51000 - Ministério do Esporte	17,00	12/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FA - Apoiar a defesa dos direitos do torcedor e a segurança nos estádios.	51000 - Ministério do Esporte	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Objetivo: 1127 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais.

Órgão Responsável: 51000 - Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GN - Ampliar e qualificar o acesso ao esporte aos escolares, por meio de programas sociais, preferencialmente Segundo Tempo, Forças no Esporte, Esporte da Escola no Programa Mais Educação, voltados à formação integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais.		Beneficiários	51000 - Ministério do Esporte	192.700,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04GO - Ampliar e qualificar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer para todas as idades, por meio de núcleos comunitários, preferencialmente Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável, com ênfase nas áreas de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais.		Atendimentos	51000 - Ministério do Esporte	163.000,00	12/01/2017	Meta com andamento adequado.
04GQ - Ampliar o apoio a eventos esportivos de caráter educacional e participativo, de forma inclusiva e cooperativa, que valorizem a diversidade cultural, com realização de 500 projetos.	500,00	Projetos de eventos	51000 - Ministério do Esporte	12,00	12/01/2017	Meta com andamento adequado.
04S7 - Estender o benefício da renúncia fiscal com ampliação dos valores efetivamente captados em todas as unidades da federação.		Reais	51000 - Ministério do Esporte	234.152.398,55	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GP - Implantar Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Rede CEDES, para difundir e fomentar o conhecimento científico, tecnológico e de inovação a fim de qualificar a gestão do esporte e lazer.		Projetos	51000 - Ministério do Esporte	26,00	12/01/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1128 - Tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas.

Órgão Responsável: 51000 - Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04H0 - Construir e modernizar Infraestrutura Esportiva.		% de contratos concluídos em relação aos firmados	51000 - Ministério do Esporte	68,48	05/01/2017	Meta com andamento adequado.
04H1 - Cumprir o plano de testes de controle de dopagem em competição e fora de competição.		% de atletas testados em relação ao previsto	51000 - Ministério do Esporte	52,00	11/01/2017	Adoção de medidas de gestão.
04GZ - Manter anualmente a contemplação de 100% dos atletas que se candidatarem ao programa bolsa atleta e que preencham todos os requisitos técnicos e esportivos.	100,00	% ao ano	51000 - Ministério do Esporte	100,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GY - Manter anualmente o apoio em 100% das modalidades esportivas dos programas olímpicos e paraolímpicos.	100,00	% ao ano	51000 - Ministério do Esporte	97,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1132 - Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

Órgão Responsável: 51000 - Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HZ - Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016.		% de projetos concluídos em relação ao previsto	51000 - Ministério do Esporte	100,00	05/01/2017	Meta anual atingida no exercício.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HY - Coordenar e acompanhar a preparação e realização dos jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016.	51000 - Ministério do Esporte	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
04I0 - Identificar, fomentar e desenvolver ações que contribuam para a geração do legado esportivo.	51000 - Ministério do Esporte	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Quadro de Metas

Objetivo: 0370 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00RV - Adequar 80% das vagas ofertadas nos serviços de acolhimento para população em situação de rua aos parâmetros do SUAS	80,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	16,75	31/12/2015	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00S1 - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, atingindo a taxa de 1 vaga/2.000 crianças e adolescentes, nas microrregiões não cobertas por serviços municipais	1,00	vaga/2.000 crianças e adolescentes	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,04	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00RI - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial de média complexidade para 1.500 novos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes, totalizando 73% dos municípios desse porte	1.500,00	Municípios	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	64,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049Y - Ampliar a cobertura das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil, expandindo o cofinanciamento de 958 para 1.913 municípios, atingindo 100% dos municípios brasileiros com alta incidência de trabalho infantil	1.913,00	Municípios	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00J1 - Ampliar a cobertura de serviços ofertados às famílias e indivíduos residentes em localidades isoladas ou de difícil acesso, por meio da implantação de 970 novas Equipes Volantes, totalizando 2.224 equipes	970,00	Equipes Volantes	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00J0 - Ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com 650 novas unidades em municípios com população acima de 100 mil habitantes, referenciando 100% da população registrada no Cadúnico nesses municípios	650,00	Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00IU - Ampliar a cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 100% dos municípios brasileiros, expandindo sua cobertura aos 532 municípios ainda não cofinanciados	532,00	Municípios	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049S - Implantar em todas as capitais o serviço de proteção social básica no domicilio, para pessoas com deficiência e idosas, atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC	27,00	capitais estaduais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049T - Acompanhar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) as famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 15% das residentes em municípios com até 20 mil habitantes e 10% das residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0371 - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00SA - Mobilizar e acompanhar 100% das famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC em idade escolar que estão fora da escola, visando assegurar a sua inclusão e permanência na escola e o acesso aos demais direitos sociais	100,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	59,38	01/11/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00S8 - Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços socioassistenciais, na perspectiva da garantia da convivência familiar e comunitária	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 0372 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00SI - Qualificar 120 mil gestores, trabalhadores e conselheiros da assistência social, por meio das ações de capacitação e de formação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS	120.000,00	Agentes qualificados	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	10.298,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00SH - Qualificar a gestão do SUAS nos municípios com um Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-SUAS) inferior a 0,6, reduzindo o percentual desses municípios de 25% para 20%	20,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	13,90	01/07/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04A3 - Desenvolver e implantar sistema nacional de monitoramento do SUAS, definindo instrumentos e metodologias que contemplem todos os benefícios, serviços e programas socioassistenciais (co)financiados com recursos federais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
00SS - Fortalecer o controle social do SUAS, fomentando a organização dos Conselhos de Assistência Social, de forma a garantir a paridade e proporcionalidade das representações	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Quadro de Metas

Objetivo: 1154 - Fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais.

Órgão Responsável: 20101 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QE - Articular as iniciativas de diálogo entre os órgãos do governo federal e os movimentos sociais e grupos organizados, para o atendimento das demandas e a prevenção e resolução de conflitos sociais.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04QB - Compatibilizar os processos de participação social aos ciclos de gestão, planejamento e orçamento.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04QD - Consolidar os instrumentos normativos, tecnológicos e de gestão das relações de parceria para fomento e colaboração entre Estado e Organizações da Sociedade Civil.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04QC - Implementar a Política Nacional de Participação Social na gestão pública federal, diversificando e ampliando a efetividade da participação.	20101 - Presidência da República	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos

Órgão Responsável: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RC - Ampliar em 40% o número de adesões à A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) pelas instituições públicas	40,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	7,74	13/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04R5 - Aprimorar a gestão por resultados por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos, ferramentas e mecanismos de indução e fomento de melhorias na gestão pública	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RA - Definir diretrizes e promover avaliação da governança, da integridade, dos controles internos e da gestão de riscos a serem adotados no âmbito da Administração Pública Federal.	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.
04R4 - Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RB - Fortalecer as auditorias internas no âmbito da Administração Pública Federal	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.
04R8 - Implantar o Sistema de Transferências Discricionárias da União	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04R3 - Implementar o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04R6 - Instituir o Programa de Inovação em Gestão do Governo Federal - InovaGov	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04R9 - Propor marco normativo para o aperfeiçoamento da defesa jurídica do Estado brasileiro em controvérsias jurídicas em foro estrangeiro	63000 - Advocacia-Geral da União	Meta com andamento adequado.
04R7 - Reestruturar o Sistema de Serviços Gerais (SISG) nos Órgãos do Poder Executivo Federal	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética

Órgão Responsável: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RF - Implantar metodologia de aferição do nível de maturidade em segurança da informação e comunicações e em segurança cibernética no Governo Federal	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04RD - Implantar o Processo Eletrônico Nacional nos Órgãos do Poder Executivo Federal	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RE - Integrar o Sistema AGU de Inteligência Jurídica – Sapiens aos Sistemas do Poder Judiciário	63000 - Advocacia-Geral da União	Meta com andamento adequado.
04RG - Promover a elevação do nível de maturidade em segurança da informação e comunicações e em segurança cibernética no Governo Federal	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade

Órgão Responsável: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RK - Aperfeiçoar os mecanismos de articulação e de cooperação federativa	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04RI - Aprimorar o arcabouço normativo com vistas à melhoria da gestão pública	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RJ - Desenvolver e implementar soluções de TI para aperfeiçoar os processos de gestão da força de trabalho e promover a melhoria da capacidade institucional dos órgãos e entidades da administração pública federal	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RH - Fortalecer a atuação das escolas de governo para aprimorar a qualificação profissional dos agentes públicos	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RL - Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos

Órgão Responsável: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RM - Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente aquela relativa aos indicadores de desenvolvimento sustentável	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RN - Ampliar o uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1161 - Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação

Órgão Responsável: 37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RS - Adotar mecanismos de fomento à implementação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.
04RR - Aprimorar as informações sobre a oferta de serviços públicos e a capacidade de avaliação destes serviços pelo usuário	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.
04RU - Elaborar e acompanhar a implementação dos planos de ação bianuais brasileiros para governo aberto em articulação com órgãos de governo e sociedade	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.
04RT - Garantir que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal utilizem o e-Ouv	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RV - Implementar mecanismos de ampliação da transparência pública e melhoria do serviço de acesso à informação para fomento ao controle social	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.
04RQ - Publicar anualmente relatório em linguagem acessível ao cidadão sobre a aplicação dos recursos públicos, com foco nas políticas públicas	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1162 - Fortalecer a comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade, promovendo o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, abrangente, transparente e interativa

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RW - Aperfeiçoar os canais de comunicação do Poder Executivo Federal com foco em multimídias digitais	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04RX - Valorizar a diversidade étnica e cultural e o respeito à igualdade e às questões raciais, geracionais, de gênero, acessibilidade e de orientação sexual nas ações de comunicação do Poder Executivo Federal	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a
e
melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Quadro de Metas

Objetivo: 1092 - Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049A - Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).	25000 - Ministério da Fazenda	Meta com andamento adequado.
049B - Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).	25000 - Ministério da Fazenda	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1094 - Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049F - Desenvolver indicador subnacional de ambiente de negócios, avaliando todos os Estados brasileiros.	25000 - Ministério da Fazenda	Articulação de atores para implementação da meta.
049D - Fomentar o aumento da formação de poupança de longo prazo relacionada aos produtos de vida e previdência complementar aberta, por meio de medidas que incentivem as instituições dos mercados supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a se tornarem investidores institucionais de longo prazo.	25000 - Ministério da Fazenda	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
049E - Implementar políticas integradas de investimento público, financiamento e garantias, e estimular a participação do investimento privado.	25000 - Ministério da Fazenda	Articulação de atores para implementação da meta.

Objetivo: 1095 - Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049O - Cumprir a meta de arrecadação do Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou sua revisão contida no Decreto de Execução Orçamentária.	25000 - Ministério da Fazenda	Meta com andamento adequado.
049N - Cumprir a meta de resultado fiscal para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	25000 - Ministério da Fazenda	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1097 - Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04A0 - Aperfeiçoar a regulação do mercado de valores mobiliários.	25000 - Ministério da Fazenda	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
049Z - Aperfeiçoar a regulação dos mercados de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização.	25000 - Ministério da Fazenda	Adoção de medidas de gestão.
04A1 - Promover a concorrência e aperfeiçoar os modelos de regulação econômica, com ênfase em políticas públicas que promovam a eficiência econômica e a produtividade da economia.	25000 - Ministério da Fazenda	Realização de ações de divulgação.
04A2 - Regular atividades associadas a promoções e sorteios com fins comerciais, loterias e captação antecipada de poupança, visando à proteção da poupança popular.	25000 - Ministério da Fazenda	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.

Objetivo: 1099 - Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04AX - Aumentar a integração do Brasil à economia global, melhorando as condições para o investimento internacional no País e para a internacionalização de suas empresas.	25000 - Ministério da Fazenda	Articulação de atores para implementação da meta.
04R2 - Aumentar a representatividade do Brasil e a efetividade de sua participação na governança do Fundo Monetário Internacional.	25000 - Ministério da Fazenda	Articulação de atores para implementação da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04R1 - Aumentar a representatividade do Brasil e a efetividade de sua participação na governança do Grupo Banco Mundial.	25000 - Ministério da Fazenda	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04AV - Desenvolver e negociar estratégias no âmbito do G20 financeiro para aprimoramento da coordenação macroeconômica global, regulação e supervisão do setor financeiro.	25000 - Ministério da Fazenda	Articulação de atores para implementação da meta.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres

Quadro de Metas

Objetivo: 0169 - Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04SY - Apoiar a conclusão de 64 empreendimentos de contenção de encostas em 50 municípios críticos a deslizamentos	64,00	unidades	56000 - Ministério das Cidades	11,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
008W - Apoiar a conclusão de 87 empreendimentos de drenagem urbana em 79 municípios críticos	87,00	unidades	56000 - Ministério das Cidades	10,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
008Y - Apoiar a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização em 17 municípios críticos	17,00	unidades	56000 - Ministério das Cidades	7,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
040F - Apoiar a elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco em 8 municípios críticos	8,00	unidades	56000 - Ministério das Cidades	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
0090 - Beneficiar 24 municípios críticos com estudos, projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações	24,00	unidades	53000 - Ministério da Integração Nacional	3,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0172 - Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
009F - Elaborar o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil	53000 - Ministério da Integração Nacional	Realização de ações de divulgação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.
009E - Instituir e tornar operante o Comitê Federal de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Desastres	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.
009C - Promover a atuação integrada dos órgãos do SINPDEC na preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação de desastres	53000 - Ministério da Integração Nacional	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Objetivo: 0173 - Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04C1 - Aumentar o tempo de antecedência do alerta de risco muito alto de deslizamentos e enxurradas para no mínimo 2 horas	2,00	horas	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	19/01/2017	Meta com andamento adequado.
04BZ - Estabelecer parcerias com 12 centros federais, estaduais e municipais de monitoramento e alertas de desastres naturais	12,00	centros de monitoramento e alerta	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3,00	19/01/2017	Meta com andamento adequado.
04C2 - Implantar 6 novos sistemas de alerta hidrológicos	6,00	sistemas de alerta	32000 - Ministério de Minas e Energia	1,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04C0 - Melhorar de 65% para 80% a taxa de acerto de previsões das condições deflagradoras de desastres	80,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	100,00	19/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BY - Realizar o monitoramento para emissão de alertas de desastres em municípios críticos, a partir de modelagem dinâmica	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0174 - Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios.

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04EG - Apoiar a elaboração de Planos de Contingência em 250 municípios críticos.	250,00	unidades	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação.Adoção de medidas de gestão;
009X - Aumentar o número de municípios com adesão ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil - CPDC em 60% (3.342 municípios), alcançando a totalidade dos municípios brasileiros.	60,00	%	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,00	31/12/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0602 - Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0437 - Elaborar mapeamentos de identificação de setores de risco de inundações e deslizamentos em 350 municípios	350,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	102,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
0438 - Elaborar mapeamentos de suscetibilidade a inundações e deslizamentos em 309 municípios	309,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	44,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 180

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Quadro de Metas

Objetivo: 0032 - Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
000U - Elaborar 12 mapas de geodiversidade para dar suporte ao planejamento, gestão e ordenamento territorial da União, Estados e Municípios	12,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	3,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0016 - Realizar levantamentos aerogeofísicos em 134.000 km² de áreas territoriais brasileiras emersas	134.000,00	km²	32000 - Ministério de Minas e Energia	25.110,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
0439 - Realizar levantamentos geológicos em 300.000 km² de áreas territoriais brasileiras emersas	300.000,00	km²	32000 - Ministério de Minas e Energia	99.200,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0017 - Realizar levantamentos geoquímicos em 728.000 km² como suporte na avaliação do meio físico e da água	728.000,00	km²	32000 - Ministério de Minas e Energia	252.000,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0038 - Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043A - Detalhar o potencial exploratório de 20 áreas de relevante interesse mineral por meio de levantamentos metalogenéticos nas Províncias Minerais Brasileiras.	20,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	4,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
043B - Identificar e ampliar o conhecimento de 9 áreas de potencial para minerais estratégicos.	9,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	1,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0044 - Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043E - Elaborar e implantar o Programa de Desenvolvimento das Cadeias de Fornecedores de Bens (máquinas e equipamentos) e Serviços para Mineração e a Transformação Mineral – PROMINER com vistas à promoção do conteúdo nacional	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Meta com andamento adequado.
043C - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de agrominerais	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta não iniciada ou suspensa.
043D - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de elementos terras raras	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta não iniciada ou suspensa.

Objetivo: 0478 - Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
016T - Elaborar estudos para subsidiar 4 planos estaduais de mineração	4,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
043J - Incrementar o nível de sustentabilidade do Setor Mineral, elevando o nível de baixo para médio em 2% das minas em atividade (129 Minas)	129,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
043K - Incrementar o nível de sustentabilidade do setor mineral, elevando o nível de médio para alto em 1,2% das minas em atividade (77 minas).	77,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043M - Elaborar o Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala.	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.
043L - Propor diretrizes e procedimentos para a internalização de variáveis socioambientais nas atividades de mineração	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.
043H - Regulamentar o novo marco legal do setor mineral	32000 - Ministério de Minas e Energia	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
043I - Revisar o Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM 2030	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta não iniciada ou suspensa.

Objetivo: 0481 - Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043S - Realizar ações de extensionismo mineral em 100 empreendimentos de pequena mineração	100,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	34,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043T - Elaborar e implantar o programa de apoio ao desenvolvimento sustentável de Arranjos Produtivos Locais - APLs de Base Mineral	32000 - Ministério de Minas e Energia	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Quadro de Metas

Objetivo: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na conservação de recursos genéticos, na promoção da proteção de cultivares e no desenvolvimento da tecnologia agropecuária.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0447 - Ampliar de 2.800 para 3.440 o quantitativo de cultivares protegidas.	3.440,00	cultivares protegidas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.111,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0448 - Aumentar de 170 para 200 o quantitativo de espécies incluídas no regime de proteção de cultivares.	200,00	espécies protegidas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	181,00	02/01/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1005 - Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046D - Assistir 135 mil produtores rurais	135.000,00	produtores assistidos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046C - Capacitar 20.000 produtores, técnicos de nível médio e superior em agricultura irrigada.	20.000,00	produtores ou técnicos capacitados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.421,00	27/10/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
046B - Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para 10.000 produtores em projetos públicos de irrigação - PPIs.	10.000,00	produtores assistidos	53000 - Ministério da Integração Nacional	2.320,00	05/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1028 - Produzir conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041K - Manter uma média anual de 800 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em execução, para a produção de conhecimentos em temas estratégicos da agropecuária.	800,00	projetos desenvolvidos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.390,00	14/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1029 - Promover a incorporação de soluções inovadoras pelas cadeias e arranjos produtivos da agropecuária para aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041R - Capacitar 10.000 agentes multiplicadores de soluções inovadoras para a agropecuária, vinculados a redes públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural (Ater), a cooperativas e organizações não governamentais, além de agricultores.	10.000,00	agentes capacitados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.000,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
041S - Estabelecer 1.000 contratos ou acordos de direitos sobre propriedade industrial ou de direitos sobre melhoramento genético, com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais.	1.000,00	contratos ou acordos estabelecidos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	537,00	30/11/2016	Meta com andamento adequado.
041T - Validar e incorporar 12 tecnologias sociais da Embrapa nas diferentes regiões e biomas brasileiros.	12,00	tecnologias incorporadas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1030 - Aprimorar parcerias, processos, recursos humanos e infraestruturas estratégicas no país para a pesquisa, o desenvolvimento e as inovações da agropecuária.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
042A - Ampliar e modernizar a infraestrutura das 46 unidades de pesquisa e serviços da Embrapa e da sua Sede, e apoiar financeiramente a ampliação e modernização da infraestrutura de 18 Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAs.	46,00	unidades de pesquisa ampliadas ou modernizadas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
0429 - Capacitar e formar 2.200 pesquisadores da Embrapa e Organizações Estaduais parceiras em áreas emergentes do conhecimento ou áreas portadoras de futuro, para a geração de novos conhecimentos e soluções tecnológicas inovadoras.	2.200,00	pesquisadores capacitados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	913,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0428 - Estabelecer 800 convênios ou contratos com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a cooperação técnica e financeira em pesquisa agropecuária, incluindo a cooperação técnica e financeira para melhoramento genético.	800,00	convênios ou contratos estabelecidos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	225,00	30/11/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1034 - Desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária, e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049U - Ampliar de 10 mil para 14 mil ha a área assistida de palmácea dendê para biocombustível nas regiões produtoras de cacau do nordeste.	14.000,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.159,00	31/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
042M - Aumentar de 300 para 360 a quantidade de tecnologias disponibilizadas e validadas nas regiões produtoras de cacau.	360,00	tecnologias disponibilizadas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	402,00	31/01/2017	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
042N - Aumentar de 48 para 100 a quantidade de cultivares desenvolvidas e disponibilizadas nas regiões produtoras de cacau.	100,00	cultivares desenvolvidas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	64,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
042O - Aumentar de 60.000 para 75.000 a quantidade de produtores rurais assistidos com ATER nas regiões produtoras de cacau.	75.000,00	produtores assistidos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	44.244,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude

Quadro de Metas

Objetivo: 0276 - Institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina.

Órgão Responsável: 20101 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04PV - Elaborar e coordenar a implementação do Plano Nacional de Juventude.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04PW - Fortalecer parcerias e instâncias internacionais da política de juventude com foco na integração regional com a América-Latina, na cooperação Sul-Sul e na construção de espaços permanentes de juventude em organismos multilaterais.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04PX - Implementar mecanismos para a garantia de acesso aos direitos, conforme previsto no Estatuto da Juventude: reserva de vagas (2 gratuitas e 2 com 50% de desconto) no transporte coletivo interestadual para jovens de baixa renda; e meia-entrada em eventos culturais, educativos, esportivos e de lazer e entretenimento para estudantes e jovens de baixa renda.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04PU - Institucionalizar, coordenar e fomentar o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).	20101 - Presidência da República	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0960 - Promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.

Órgão Responsável: 20101 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04Q7 - Fomentar redes de articulação nos territórios, facilitando o acesso à justiça, ao conjunto de políticas públicas disponíveis e ao sistema de proteção aos direitos humanos para o jovem		unidades	20101 - Presidência da República	2,00	13/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04Q6 - Articular ações no Governo Federal e no sistema de justiça que promovam o acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
04Q5 - Articular e fomentar ações, políticas e programas do Governo Federal, dos entes federados e da sociedade civil que promovam o acesso a direitos para a juventude, especialmente a negra, nos territórios	20101 - Presidência da República	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04Q8 - Fomentar a implantação de mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violências contra a juventude, especialmente negra, em parceria com a Secretaria de DIreitos Humanos - SDH.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0967 - Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária

Órgão Responsável: 40000 - Ministério do Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OL - Fomentar e fortalecer 300 empreendimentos econômicos solidários compostos majoritariamente por jovens por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo	300,00	unidades	40000 - Ministério do Trabalho	7,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04OK - Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional - PNAP para atingir a admissão de 1.700.000 aprendizes de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência a qualquer tempo	1,70	milhões	40000 - Ministério do Trabalho	0,39	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04OJ - Promover a qualificação de 500.000 jovens em situação de baixa renda por meio do Projovem Trabalhador	500.000,00	unidades	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OM - Articular, em parceria com o MEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a Aprendizagem Profissional	40000 - Ministério do Trabalho	Meta com andamento adequado.
04OI - Integrar ações e políticas para a juventude ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	40000 - Ministério do Trabalho	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0988 - Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.

Órgão Responsável: 20101 - Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QF - Apoiar no mínimo 50 projetos produtivos desenvolvidos por grupos de jovens rurais	50,00	unidades	20000 - Presidência da República	49,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.
04Q4 - Capacitar 1.000 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanha.	1.000,00	unidades	53000 - Ministério da Integração Nacional	602,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04PZ - Consolidar o Programa Estação Juventude como espaço de promoção de direitos e de participação social e política dos jovens nos territórios.		unidades	20101 - Presidência da República	32,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04Q0 - Desenvolver, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, iniciativas que promovam a cultura de viagem entre os jovens.	54000 - Ministério do Turismo	Meta não iniciada ou suspensa.
04PY - Reconhecer e fomentar iniciativas que promovam cidadania cultural com foco na juventude.	42000 - Ministério da Cultura	Meta não iniciada ou suspensa.

Objetivo: 1137 - Promover e integrar ações que contribuam para a efetivação do direito da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LS - Realizar ações que contribuam com a autonomia, emancipação e a inclusão produtiva de mil jovens em unidades de conservação de uso sustentável e entorno no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	1.000,00	unidades	44000 - Ministério do Meio Ambiente	278,00	20/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LT - Realizar processos formativos intersetoriais para 2 mil jovens de 15 a 29 anos, de forma participativa e cidadã, nas temáticas do meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA	2.000,00	unidades	26000 - Ministério da Educação	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LR - Instituir e coordenar a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1143 - Fomentar o direito à participação social e política e à representação juvenil.

Órgão Responsável: 20101 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04Q1 - Ampliar e intensificar o diálogo social dos movimentos, entidades e redes juvenis com o Poder Público por meio do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).	20101 - Presidência da República	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Adoção de medidas de gestão.
04Q2 - Elaborar e instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva da juventude.	20101 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1165 - Promover o acesso da juventude a ações da assistência social, inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04SR - Estimular o acesso e a permanência na Educação Básica por jovens beneficiários do Programa Bolsa Família.	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1166 - Promover ações que contribuam para a atenção integral à saúde e à qualidade de vida dos jovens.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04ST - Envolver 5 mil jovens em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde) a fim de que estudem, pratiquem e pesquisam ações de qualificação da educação em saúde, dos serviços de saúde e atuem em processo de transformação da graduação em saúde orientados pelas Diretrizes Curriculares e às necessidades da população brasileira e do SUS.	5.000,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	2.666,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04SU - Garantir a formação técnica e processos de qualificação para que pelo menos 20 mil jovens possam se tornar e se qualificar como profissionais de saúde.	20.000,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	2.524,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04SS - Promover a realização de experiências na realidade do SUS (VER-SUS) para 10 mil jovens a fim de que conheçam e reflitam sobre experiências concretas de implementação do SUS com o objetivo de atuarem para a mudança da formação, atenção, gestão e participação no e para o SUS nos locais em que vivem, se cuidam, estudam e trabalham.	10.000,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	5.424,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica

Quadro de Metas

Objetivo: 0558 - Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04CW - Ampliar de 20 para 30 os projetos de pesquisa em oceanos e zona costeira.	30,00	projetos	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	22,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.
04CZ - Instalar 2 observatórios meteoceanográficos nas ilhas oceânicas.	2,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	31/01/2017	Meta com andamento adequado.
04D0 - Instalar uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha.	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	5,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01MS - Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0562 - Estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 200

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04D1 - Obter a ampliação do limite da Plataforma Continental Brasileira para até 350 milhas.	350,00	milhas	35000 - Ministério das Relações Exteriores	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0563 - Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LN - Ampliar de 5% para 20% o total de municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação da orla marítima definidas (Projeto Orla).	20,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	5,00	05/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.
04LM - Atualizar o macrodiagnóstico de 100% da Zona Costeira, na escala da União.	100,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	25,00	05/12/2016	Meta com andamento adequado.
04LO - Concluir a primeira versão do Plano de Uso Compartilhado do Ambiente Marinho a partir do Planejamento Espacial Marinho.	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0564 - Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente .

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04E5 - Apoiar a formação de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).	30,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	10,00	26/11/2016	Meta com andamento adequado.
04E4 - Apoiar a publicação de 100 artigos científicos indexados no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).	100,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	65,00	26/11/2016	Meta com andamento adequado.
04E6 - Manter a taxa de atendimento logístico de demanda de pesquisa em 60%.	60,00	%	52000 - Ministério da Defesa	69,63	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04E7 - Reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz conforme padrões de sustentabilidade ambiental aplicáveis à Antártica.	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	47,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04E8 - Estabelecer normatização para conformidade ambiental das atividades brasileiras na Antártica.	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0991 - Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046V - Cumprir 80% da 1ª etapa do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande	80,00	%	32000 - Ministério de Minas e Energia	10,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
046U - Realizar 6 levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos	6,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

Quadro de Metas

Objetivo: 1058 - Simplificar e integrar os processos de legalização de empresas.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045W - Reduzir o tempo médio para legalização de empresas de baixo risco de 83 dias para 5 dias.	5,00	dias	20000 - Presidência da República	73,25	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1059 - Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0460 - Aumentar de 294 para 400 o número de artesãos ou trabalhadores manuais quilombolas cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).	400,00	cadastros	20000 - Presidência da República	408,00	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045Z - Ampliar a participação de artesãos e trabalhadores manuais em feiras, eventos e espaços de comercialização permanente apoiados pelo Programa do Artesanato Brasileiro.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.
045Y - Implantar a Praça Eletrônica de Negócios no portal Empresa Simples.	20000 - Presidência da República	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Objetivo: 1060 - Simplificar, integrar e agilizar o acesso da sociedade aos serviços públicos.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0461 - Implementar o Portal Único de Serviços Públicos.	20000 - Presidência da República	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Quadro de Metas

Objetivo: 0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01S4 - Apoiar a implantação de sistemas não motorizados: 8.000 km de calçadas.	8.000,00	km	56000 - Ministério das Cidades	1.465,70	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.
01QW - Apoiar a implantação e/ou requalificação de 1.480 km de sistemas sobre pneus em 72 municípios.	1.480,00	km	56000 - Ministério das Cidades	84,41	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
03SX - Apoiar a implantação e/ou requalificação de 320 km de sistemas sobre trilhos em 16 municípios.	320,00	km	56000 - Ministério das Cidades	45,11	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
01RS - Apoiar a qualificação e pavimentação de 4.000 km de infraestrutura de mobilidade urbana, incluindo obras civis, priorizando medidas moderadoras de tráfego, equipamentos urbanos e sinalização, mitigando os conflitos entre os diversos modos de transporte, com objetivo de promover a redução dos acidentes de trânsito.	4.000,00	km	56000 - Ministério das Cidades	1.114,09	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01S3 - Apoiar a implantação de infraestrutura de transporte cicloviário.	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.
0499 - Requalificar, reequipar, modernizar e atualizar tecnologicamente os sistemas metroferroviários existentes sob gestão do governo federal.	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0584 - Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01S5 - Apoiar a elaboração e/ou revisão de Planos, Estudos, em especial os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), e Projetos de Mobilidade Urbana em pelo menos 42 municípios.	42,00	unidades	56000 - Ministério das Cidades	3,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
01TD - Prestar assistência técnica a 1.500 municípios para elaboração de Planos de Mobilidade Urbana e implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, orientando sobre seus princípios, diretrizes e instrumentos (Lei. 12.587/12).	1.500,00	unidades	56000 - Ministério das Cidades	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01TF - Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0591 - Promover a Segurança e a Educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito - PNT.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01U9 - Fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito, promovendo a Fiscalização, Regulamentação Setorial, Pesquisa, Elaboração de Planos, Programas e Projetos de Trânsito.	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.
01UA - Promover ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, destinados à prevenção de acidentes.	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.
01UB - Promover a Segurança Viária e a Infraestrutura de Trânsito, por meio da fiscalização e da engenharia.	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Quadro de Metas

Objetivo: 0382 - Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00UI - Alcançar a execução de 64% da carteira contratada de 834 intervenções em assentamentos precários.	64,00	%	56000 - Ministério das Cidades	31,00	30/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0383 - Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LP - Disponibilizar 3 milhões de moradias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.	3.000.000,00	Moradias	56000 - Ministério das Cidades	338.273,00	30/11/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0384 - Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00UU - Contratar R$ 320 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.	320,00	Bilhões de reais	56000 - Ministério das Cidades	39,70	30/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta
00UT - Contratar R$ 60 bilhões de recursos do FGTS para operações de financiamento imobiliário, destinadas à construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado.	60,00	Bilhões de reais	56000 - Ministério das Cidades	7,05	30/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 210

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00UW - Ampliar em 100% os municípios regulares no SNHIS.	100,00	%	56000 - Ministério das Cidades	0,33	30/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LU - Beneficiar todas as famílias atendidas por programas habitacionais de interesse social com ações de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda.	56000 - Ministério das Cidades	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Objetivo: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LV - Atingir a conformidade de todos os componentes, subsistemas, sistemas construtivos, serviços e obras da construção civil, por meio dos regulamentos do SiMaC e SiAC do PBQP-H; bem como Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador - DATec (Chancela SiNAT/PBQP-H) a todas as empresas que pretendam utilizar componentes, subsistemas e sistemas construtivos inovadores nos empreendimentos de habitações de interesse social.	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 211

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2050 - Mudança do Clima

Quadro de Metas

Objetivo: 0540 - Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047J - Desenvolver e aprimorar modelos do sistema terrestre visando à construção e análise de cenários de mudanças climáticas		versões de modelos	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	13,00	16/12/2016	Meta com andamento adequado.
047L - Elaborar dois Relatórios de Atualização Bienal à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	2,00	Relatórios	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	09/12/2016	Meta com andamento adequado.
047I - Fomentar 15 pesquisas e projetos sobre Mudanças Climáticas	15,00	pesquisas e projetos	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1,00	16/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047K - Elaborar Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1067 - Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047B - Atingir uma redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) por fontes do setor florestal de 737.465.122 tCO2 eq, por meio do controle do desmatamento, na Amazônia Legal	737.465.122,00	tCO2 eq	44000 - Ministério do Meio Ambiente	564.481.764,00	01/12/2016	Meta com andamento adequado.
047G - Desenvolver e implementar o Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões – SMMARE	5,00	módulos do sistema	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	08/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
047E - Reduzir as emissões de GEE projetadas para 2019 do setor agropecuária em 70 milhões de toneladas de CO2e.	70,00	Milhões de tCO2 eq	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	21,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
047C - Reduzir em 10% os focos de calor, provocados por incêndios florestais no período crítico, nas terras indígenas, territórios quilombolas e projetos de assentamentos prioritários, com base na média histórica dos últimos dez anos (2005-2014).	10,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	-31,10	16/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1069 - Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.
047R - Expandir o monitoramento da área queimada, do risco de queima e da severidade do fogo para todo território nacional por meio de imagens de satélite	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
047Q - Expandir para todos os biomas, além da Amazônia, o monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e do uso da terra	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Quadro de Metas

Objetivo: 0620 - Promover a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01YW - Elaborar 10 planos de Contingência para doenças de animais aquáticos	10,00	Planos de Contingência elaborados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
01YX - Reconhecer 5 áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos	5,00	Compartimentos ou Áreas reconhecidos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1129 - Promover a inclusão social da população envolvida nas atividades de pesca e aquicultura

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04H8 - Promover a qualificação e a melhoria da qualidade de vida da população envolvida nas atividades de pesca e aquicultura, por meio de parcerias com os Ministérios da Educação, das Cidades, das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e demais órgãos com interface com as políticas de inclusão social	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Objetivo: 1131 - Promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HL - Criar e operacionalizar 9 Comitês Permanentes de Gestão (CPG) e 2 Câmaras Técnicas (CT), para as diversas pescarias e regiões do País com seus respectivos Subcomitês Científicos	9,00	Comitês Permanentes de Gestão operacionalizados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4,00	20/01/2017	Meta com andamento adequado.
04HJ - Elaborar e implementar 20 Planos de Gestão das principais pescarias brasileiras, de forma a assegurar a sustentabilidade socioeconômica da atividade pesqueira e a conservação das espécies explotadas, além do desenvolvimento de técnicas e processos que minimizem os impactos sobre a fauna acompanhante e espécies ameaçadas	20,00	Planos de Gestão elaborados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1,00	20/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HM - Implementar o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Sinpesq) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1133 - Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04II - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito para pescadores e aquicultores		Reais	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04IF - Atender 14.400 famílias no âmbito do programa de aquicultura familiar, com foco na construção de viveiros escavados	14.400,00	famílias atendidas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	100,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04IH - Consolidar 60 cooperativas e associações de pescadores e aquicultores	60,00	Cooperativas consolidadas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 218

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04JW - Disponibilizar assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 40.000 famílias	40.000,00	famílias assistidas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04IG - Financiar a execução de 40 projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica em pesca e aquicultura	40,00	projetos financiados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04JV - Implantar e adequar terminais pesqueiros públicos		Terminais pesqueiros públicos	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04IE - Implantar o programa para interiorização da carcinicultura em 11 unidades da federação	11,00	Unidades da Federação	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04IA - Promover a implantação e a regularização da aquicultura em 25 reservatórios da União	25,00	Reservatórios	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04IB - Promover a implantação e a regularização da aquicultura marinha em 14 estados costeiros	14,00	Unidades da Federação	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04IC - Reestruturar 19 unidades de produção de formas jovens para aquicultura	19,00	Unidades de Produção	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Quadro de Metas

Objetivo: 0053 - Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048E - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.
048F - Propor novas diretrizes estratégicas a serem alcançadas pela política de exploração e produção de petróleo e gás natural	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.
0041 - Revisar e atualizar bienalmente o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0057 - Produzir petróleo e gás natural por meio da implantação de sistemas coordenados de exploração, produção e processamento, atendendo à política de conteúdo local.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048Y - Produzir anualmente em média 2,5 milhões de barris de petróleo por dia	2,50	milhões de barris/dia	32000 - Ministério de Minas e Energia	2.144,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048Z - Produzir anualmente em média 95 milhões de m3 de gás natural por dia	95,00	milhões de m³/dia	32000 - Ministério de Minas e Energia	81,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0494 - Elaborar diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D constante nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.
0493 - Implementar a política para aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0529 - Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural, tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0492 - Expandir a oferta interna potencial de gás natural		milhões de m³	32000 - Ministério de Minas e Energia	120,40	30/11/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0491 - Publicar revisões do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT) a cada dois anos.	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1091 - Promover a sustentabilidade ambiental nos processos de exploração e produção na cadeia produtiva do petróleo e gás.

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0496 - Implementar cinco instrumentos do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional	5,00	instrumentos	44000 - Ministério do Meio Ambiente	1,00	16/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Quadro de Metas

Objetivo: 0321 - Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZO - Investir R$ 2 bilhões em projetos urbanos estratégicos em territórios de especial interesse, em parceria com a iniciativa privada, para expansão e/ou reabilitação urbana.	2.000,00	milhões	56000 - Ministério das Cidades	0,00	03/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0322 - Fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZQ - Apoiar a instituição de elementos de gestão plena em regiões metropolitanas, nos termos do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015).	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.
03ZR - Elaborar diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano e difundi-las, prioritariamente, nos municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes.	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Meta com andamento adequado.
01TW - Fortalecer a capacidade dos gestores, técnicos e agentes sociais em gestão urbana, territorial e ambiental por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.
03ZP - Fortalecer a implementação de instrumentos de Planejamento Territorial e de Gestão Urbana Municipal para aplicação efetiva do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00MN - Ampliar o apoio para implementação de processos de regularização fundiária urbana nos municípios, no âmbito do Programa Papel Passado.	56000 - Ministério das Cidades	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
00MQ - Promover a regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União	47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 225

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

Página 647 de 974 Parte integrante do Avulso da MCN nº 8 de 2017.

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Quadro de Metas

Objetivo: 0397 - Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00VC - Realizar voo de qualificação do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) com carga útil nacional.	1,00	unidade	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
00VF - Realizar voo tecnológico para qualificação do sistema de navegação inercial do Veículo Lançador de Satélites.	1,00	unidade	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0702 - Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03TE - Lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia.	1,00	unidade	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	16/01/2017	Meta com andamento adequado.
04CV - Lançar o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres CBERS-4A.	1,00	unidade	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	16/01/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1108 - Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DO - Concluir o desenvolvimento de Sistema de Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo de satélites.	1,00	unidade	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	17/01/2017	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04DN - Concluir o modelo de engenharia do motor foguete a propelente líquido de 7,5 toneladas de empuxo, em continuidade ao desenvolvimento do motor.	1,00	unidade	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	30/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão; Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DP - Firmar 6 contratos de prestação de serviços de engenharia para a transferência de tecnologias espaciais a indústrias nacionais ou entidades governamentais no âmbito do Programa de Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).	6,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	5,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional

Quadro de Metas

Objetivo: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04EV - Celebrar e ratificar acordos de cooperação e memorandos de entendimento na área de defesa com países de interesse estratégico brasileiro, como instrumento da Defesa Nacional.	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.
04EU - Cooperação e intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais como forma de contribuir para a paz, segurança e estabilidade regional e internacional.	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.
04SK - Implementar as atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE)	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%.	23,00	%	52000 - Ministério da Defesa	7,00	05/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44%.	44,00	%	52000 - Ministério da Defesa	30,71	05/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04FR - Capacitar 8.000 servidores civis em áreas de interesse da Defesa, em instituições de qualidade reconhecida.	8.000,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	1.671,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04FQ - Formar e capacitar 54.600 militares da Marinha.	54.600,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	17.024,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04FO - Formar e capacitar 60.000 militares do Exército Brasileiro.	60.000,00	militares formados	52000 - Ministério da Defesa	16.015,00	08/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04F2 - Alcançar índice de 65% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para Operar".	65,00	%	52000 - Ministério da Defesa	44,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04EW - Aprimorar e promover o treinamento anual de 90% do efetivo das unidades operacionais do Exército.	90,00	% ao ano	52000 - Ministério da Defesa	90,00	29/11/2016	Meta com andamento adequado.
04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses.	24,00	meses	52000 - Ministério da Defesa	36,00	05/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04F8 - Aumentar de 50% para 60% a adequação das Organizações Militares na Amazônia.	60,00	%	52000 - Ministério da Defesa	56,00	07/12/2016	Meta com andamento adequado.
04FC - Aumentar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.	80,00	%	52000 - Ministério da Defesa	79,00	07/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 232

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390.	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	0,00	05/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos. Compatibilzação entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04FD - Modernizar ou revitalizar 15% das Organizações Militares terrestres da Marinha	15,00	%	52000 - Ministério da Defesa	3,92	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FH - Alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército.	50,00	%	52000 - Ministério da Defesa	40,00	08/12/2016	Meta com andamento adequado.
04FG - Implantar 10% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional.	10,00	%	52000 - Ministério da Defesa	1,00	20/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FI - Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear.	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.
04FK - Integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS - Defesa) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.	52000 - Ministério da Defesa	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04FJ - Reduzir os riscos de ataques cibernéticos às redes computacionais do Governo Federal.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04G2 - Adquirir 22 aeronaves Militares.	22,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	2,00	05/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04G3 - Atingir 44% do desenvolvimento do Projeto da Aeronave Caça Multimissão (F-X2).	44,00	%	52000 - Ministério da Defesa	4,11	05/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos. Compatibilzação entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FY - Implantar 85% do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020.	85,00	%	52000 - Ministério da Defesa	40,00	08/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04G0 - Incorporar 10 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.	10,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04G1 - Modernizar 15 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.	15,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	4,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04G4 - Modernizar 17 aeronaves mlitares.	17,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	10,00	05/01/2017	Meta com andamento adequado.
04FZ - Obter 300 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas.	300,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	35,00	29/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04G8 - Realizar 20 exercícios militares conjuntos.	20,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	4,00	19/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04G7 - Integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas.	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GB - Concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado do Mato Grosso do Sul.	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	0,08	08/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m.	75,00	%	52000 - Ministério da Defesa	53,48	05/01/2017	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 236

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GC - Implantar 11% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina.	11,00	%	52000 - Ministério da Defesa	0,30	08/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04GD - Implantar 30 módulos de defesa antiaerea de estruturas civis críticas - Projeto de Defesa Antiaerea da Força Terrestre.	30,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	5,00	08/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04GE - Realizar, anualmente, 100 operações de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras.	100,00	unidades/ano	52000 - Ministério da Defesa	124,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GG - Ampliar o Conhecimento Cartográfico na Amazônia.	52000 - Ministério da Defesa	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04SM - Ampliar em 4% ao ano o volume de exportações da Base Industrial de Defesa.	4,00	% ao ano	52000 - Ministério da Defesa	0,00	28/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04SL - Catalogar 40% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN.	40,00	%	52000 - Ministério da Defesa	20,00	16/12/2016	Meta com andamento adequado.
04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER.	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	95,26	22/12/2016	Meta com andamento adequado.
04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390.	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	0,00	05/01/2017	Meta com andamento adequado.
04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2).	1,00	unidade	52000 - Ministério da Defesa	0,00	05/01/2017	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04GT - Implantar 33% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).	33,00	%	52000 - Ministério da Defesa	2,70	30/11/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: 52000 - Ministério da Defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04HA - Apoiar a participação de 4.000 universitários no Projeto Rondon, para o fortalecimento da consciência cidadã.	4.000,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	750,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04HC - Atender 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes.	75,00	%	52000 - Ministério da Defesa	42,00	06/01/2017	Meta com andamento adequado.
04H9 - Capacitar profissionalmente 48.000 jovens egressos do serviço militar para inserção no mercado de trabalho - Projeto Soldado-Cidadão.	48.000,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	8.066,00	14/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04HD - Formar e capacitar 25.000 profissionais aquaviários.	25.000,00	unidades	52000 - Ministério da Defesa	10.889,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Quadro de Metas

Objetivo: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no País.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00MK - Atingir 20% do empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).	20,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	14,00	23/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.
00MJ - Aumentar o fornecimento de radiofármacos para os centros de medicina nuclear de 450 para 535 Ci por semana.	535,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	440,10	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0325 - Expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível nuclear em escala capaz de atender a demanda das usinas termonucleares brasileiras.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 240

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047T - Atender com produção nacional 10% da demanda anual de urânio enriquecido das centrais de Angra 1, 2 e 3.	10,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	7,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04SX - Atingir 82% da execução da ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité.	82,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3,24	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
047U - Aumentar de 96 para 148 a quantidade de elementos combustíveis produzidos anualmente para a operação das centrais de Angra 1, 2 e 3.	148,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	0,00	31/12/2016	Meta não iniciada ou suspensa.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0327 - Consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no País.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047H - Atender a demanda de 30 novos empreendimentos nucleares a serem licenciados, incluindo a usina de Angra III.	30,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	28,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047F - Controlar, por ano, 2.600 instalações com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e pesquisa.	2.600,00	unidades/ano	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2.684,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0328 - Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações para atender aos diversos usos pela sociedade.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047N - Formar 700 profissionais em temas de interesse do setor nuclear.	700,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	199,00	26/12/2016	Meta com andamento adequado.
047M - Publicar 1.200 artigos em periódicos indexados.	1.200,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	295,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1068 - Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e resposta a situações de emergência.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
047O - Atingir 15% da implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN).	15,00	%	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	17,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
047P - Aumentar de 3 para 6 a frequência dos exercícios de emergência e de segurança nuclear.	6,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1081 - Produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor.

Órgão Responsável: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048O - Produzir 8 equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, sendo 1 para Usina Nuclear Angra-III, 3 para o Submarino Nuclear e 4 Cascos de Submarinos Convencionais.	8,00	unidades	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
048N - Manter as certificações nacionais e internacionais para a fabricação de componentes para usinas nucleares - certificações NPT, NS e NA, concedidas pelo ASME (American Society of Mechanical Engineers).	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Quadro de Metas

Objetivo: 0250 - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NJ - Ampliar em 20% a quantidade de pessoas atendidas nas ações de educação previdenciária.	20,00	%	25000 - Ministério da Fazenda	77,30	30/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00F9 - Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação a População Ocupada com rendimento acima do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.	42,00	%	25000 - Ministério da Fazenda	0,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NK - Adequar ao padrão institucional do INSS 80% da rede de atendimento da Previdência Social.	80,00	%	25000 - Ministério da Fazenda	0,00	31/12/2016	Meta não iniciada ou suspensa; Articulação de atores para implementação da meta; revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;
04NL - Reduzir o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios para 45 dias.	45,00	dias	25000 - Ministério da Fazenda	62,00	06/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.

Órgão Responsável: 25000 - Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00FJ - Reabilitar 60% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional	60,00	%	25000 - Ministério da Fazenda	55,80	06/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.; Adoção de medidas de gestão
04NN - Realizar anualmente a supervisão atuarial, contábil, de investimentos, do caráter contributivo e de informações previdenciárias em cada Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, por meio de auditoria indireta.	100,00	% ao ano	25000 - Ministério da Fazenda	46,44	29/12/2016	Adoção de medidas de gestão; Articulação de atores para implementação da meta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 246

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NM - Reduzir o tempo médio de auditoria direta nos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS de seis para três anos.	3,00	Anos	25000 - Ministério da Fazenda	3,44	21/12/2016	Meta anual atingida no exercício.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NO - Realizar ações de promoção para adesão dos entes federados ao Regime de Previdência Complementar.	25000 - Ministério da Fazenda	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Quadro de Metas

Objetivo: 0259 - Coordenar a consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00GS - Aprimorar e disseminar a implementação da Agenda de Convergência Proteja Brasil no contexto de grandes eventos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04CS - Articular ações de educação aos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) sobre a política e a temática de direitos da criança e do adolescente.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00GO - Desenvolver e promover a implementação da Agenda de Convergência no contexto de Obras e Empreendimentos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04CQ - Fortalecer a atuação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e demais instâncias de participação e controle social.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00GU - Fortalecer a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e promover a sua implementação nos Estados e no Distrito Federal.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta.
04CR - Gerir, produzir e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre a política nacional dos direitos da criança e do adolescente em articulação com as esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, incluindo a integração e o aprimoramento dos sistemas de informação.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00GM - Institucionalizar o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, de modo a dar organicidade e fortalecer a política nacional dos direitos da criança e do adolescente	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0260 - Promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00GW - Aperfeiçoar e implementar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00H3 - Coordenar as ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador .	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00GY - Estruturar e articular ações intersetoriais para o enfrentamento da violência letal e para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00GZ - Fomentar, articular e integrar iniciativas para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes com direito à convivência familiar e comunitária ameaçado ou restrito	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00GX - Promover a integração e qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00H0 - Promover a integração e qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, ameaçados ou restritos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 250

PROGRAMA: 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Quadro de Metas

Objetivo: 0442 - Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03UR - Apoiar a inclusão de pessoas com deficiência em 250 empreendimentos econômicos solidários ou cooperativas sociais	250,00	Empreendimentos	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	31/12/2016	Meta não iniciada ou suspensa.
013L - Estruturar cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	5,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	1,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
013I - Fomentar a criação de Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência		unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
013N - Ampliar o intercâmbio de boas práticas, o compartilhamento de informações e as atividades de treinamento e capacitação no âmbito da cooperação internacional para os direitos das pessoas com deficiência	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04LK - Implantar Centrais de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais em parceria com Estados e Municípios	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
013J - Implantar o Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências, o qual possibilitará eficiência e harmonia na avaliação da deficiência, necessárias em diversas políticas públicas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04LL - Promover ações para ampliar a proporção de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0736 - Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03UU - Adequar os sistemas metroferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (Trensurb) à Acessibilidade Universal, conforme Decreto nº 5.296/2004	56000 - Ministério das Cidades	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
02D3 - Ampliar a acessibilidade nas bibliotecas públicas brasileiras	42000 - Ministério da Cultura	Meta com andamento adequado.
02CY - Articular um plano nacional para tornar acessíveis os prédios públicos federais, com prioridade para aqueles em que há atendimento ao público.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04EM - Implantar praias acessíveis	54000 - Ministério do Turismo	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
03UW - Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), bem como nas calçadas ou passeios dos empreendimentos	56000 - Ministério das Cidades	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 252

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Quadro de Metas

Objetivo: 0255 - Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00FY - Universalizar o registro civil de nascimento entre crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica, em seus diferentes níveis e modalidades.	100,00	%	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	40,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MV - Acompanhar e apoiar a implementação da política nacional de saúde mental, contribuindo para a garantia da universalidade e equidade de acesso e cumprimento da agenda nacional de direitos humanos consubstanciada no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), por meio de estratégias e ações colaborativas intersetoriais e interfederativas.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta.
04JK - Articular a ampliação e qualificação, nos três níveis federativos, de políticas, programas e serviços para a população idosa, contemplando as áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00FU - Articular a criação e implementação do Sistema Nacional dos Direitos Humanos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00FZ - Articular em todos os níveis federativos para que serviços e programas para a população em situação de rua sejam contemplados nas políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00FW - Consolidar o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
00FV - Fomentar a implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos nas capitais brasileiras e em localidades estratégicas conforme indicadores em direitos humanos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04JI - Formular e implementar o Plano Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
00G0 - Fortalecer institucionalmente o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e sua implantação.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00FX - Fortalecer parcerias com empresas públicas e estatais para garantir em suas estratégias e compromissos corporativos diretrizes e ações de direitos humanos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04MW - Promover o direito à memória e à verdade e a reparação por graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado Brasileiro, inclusive por meio da busca, localização e identificação dos restos mortais de pessoas desaparecidas, reconhecidas como tais nos termos da Lei 9.140/95, para a entrega aos seus familiares.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04JJ - Revisar, atualizar e implementar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados e prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MS - Fortalecer a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e promover a articulação federativa com o objetivo de criar Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs) nos 26 Estados e no Distrito Federal	27,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	15,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MR - Apoiar e fomentar Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura nas unidades federativas	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
03LR - Articular com os entes federativos a ampliação, manutenção e fortalecimento dos programas de proteção às testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados, assim como para suas famílias, preservando seus direitos e sigilo das informações	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04S9 - Desenvolver, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ/SG/PR), metodologia de apoio e proteção a jovens de 18 a 29 anos ameaçados de morte e implementar projeto piloto.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Objetivo: 0975 - Promover e fortalecer canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, buscando a garantia de direitos.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04RY - Aprimorar o processo de acolhimento, análise e encaminhamento de manifestações de denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
03LX - Implementar o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos - #HumanizaRedes	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
03LW - Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas pelas Ouvidorias de Segurança Pública e Defesa Social dos Estados	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
03LY - Regulamentar a Política de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos com o objetivo de garantir os Direitos Humanos das pessoas atingidas por conflitos fundiários.	56000 - Ministério das Cidades	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Quadro de Metas

Objetivo: 0962 - Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04IU - Alcançar 70% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento	70,00	%	36000 - Ministério da Saúde	39,70	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04IV - Ampliar de 38,6% em 2014 para 60% a cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática	60,00	%	36000 - Ministério da Saúde	18,53	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04IW - Ampliar de 68% em 2014 para 90% as crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional	90,00	%	36000 - Ministério da Saúde	68,89	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03KJ - Ampliar de 76% em 2014 para 85% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo de acordo com o calendário indígena de vacinação	85,00	%	36000 - Ministério da Saúde	77,60	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04G5 - Ampliar de 83% em 2013 para 90% as gestantes indígenas com acesso ao pré-natal	90,00	%	36000 - Ministério da Saúde	98,00	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03KM - Implantar 281 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes	281,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	26,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação.
04IY - Implantar em 148 aldeias a destinação final adequada dos dejetos	148,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	24,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04IX - Reformar e/ou ampliar 250 sistemas de abastecimento de água em aldeias	250,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	30,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação.
03YW - Reformar e/ou ampliar 26 Casas de Saúde Indígena (CASAI)	26,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	3,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1012 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041F - Apoiar 30 projetos de infraestrutura comunitária para os povos indígenas.	30,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	13,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0418 - Criar e implementar 7 programas específicos de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas considerados de recente contato.	7,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	22/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0417 - Apoiar a mobilização e participação de indígenas, em espaços de governança, promovendo processos de formação e informação no âmbito dos direitos dos povos indígenas.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
0413 - Articular a apropriação das especificidades dos povos indígenas, visando à qualificação das políticas públicas, em especial as de segurança alimentar, educação escolar indígena, habitação, energia, previdência social, assistência social, saúde e cultura.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
0416 - Fomentar e apoiar ações de transversalização da temática de gênero e geracional nas políticas públicas que contemplem povos indígenas.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
0415 - Promover e apoiar processos educativos próprios dos povos indígenas voltados ao fortalecimento de sua autonomia, bem como à valorização de suas culturas, línguas, identidades étnicas e formas de organização social.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
0414 - Propor diretrizes para o reconhecimento de direitos dos povos indígenas considerando a documentação básica, em especial o Registro Civil de Nascimento, sobretudo em região de fronteira.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1013 - Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 260

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041D - Apoiar a elaboração e revisão de 20 Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA's e a implementação de ações integradas em 40 terras indígenas.	20,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	26,00	19/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
0419 - Apresentar pelo menos 400 manifestações técnicas conclusivas em processos de licenciamento ambiental, nas suas diversas etapas.	400,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	101,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
041B - Atender 40.000 famílias indígenas por ano, com projetos de etnodesenvolvimento voltados à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda.	40.000,00	unidades/ano	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	9.074,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
041C - Executar ou apoiar pelo menos 30 projetos de recuperação e conservação ambiental em terras indígenas.	30,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	15,00	19/12/2016	Meta com andamento adequado.
041A - Reverter situações de arrendamento em pelo menos 5 terras indígenas.	5,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041E - Articular a apropriação das especificidades dos povos indígenas, visando à qualificação das políticas territoriais e ambientais.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
041G - Promover e apoiar iniciativas de qualificação das políticas públicas e das ações da agricultura familiar, garantindo atendimento à especificidades indígenas.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1014 - Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040Z - Ampliar gradativamente de 180 para 250 o número de terras indígenas fiscalizadas anualmente, com vistas ao usufruto exclusivo das terras e de seus recursos pelos povos indígenas.	250,00	unidades/ano	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	138,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0410 - Apoiar as ações de vigilância com participação indígena, ampliando gradativamente de 45 para 60 o número de terras indígenas atendidas anualmente.	60,00	unidades/ano	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	42,00	30/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
040V - Constituir 6 reservas indígenas para atender os casos de maior vulnerabilidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras.	6,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	30/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão; Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Meta não iniciada ou suspensa.
040W - Delimitar 25 terras indígenas.	25,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	12,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
040X - Elaborar 7 planos de proteção de povos indígenas isolados.	7,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	22/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação.Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 262

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040Y - Indenizar benfeitorias em pelo menos 800 ocupações de não-índios em 30 terras indígenas.	800,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	111,00	30/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
0412 - Promover o reassentamento de pelo menos 3000 ocupantes não índios de terras indígenas.	3.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão; Meta não iniciada ou suspensa.
0411 - Realizar a demarcação física e georreferenciamento de 30 terras indígenas.	30,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	1,00	30/12/2016	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1015 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZM - Apoiar 160 produtos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI.	160,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	34,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZL - Desenvolver 40 projetos visando à formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de seus povos.	40,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	9,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03ZN - Registrar, preservar e difundir 160 mil itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas.	160.000,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	94.329,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária

Quadro de Metas

Objetivo: 0418 - Ampliar a governança sobre a malha fundiária nacional, promovendo a regularização fundiária, qualificando a gestão, o uso da terra e dos recursos naturais.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZY - Adequar 100% do acervo fundiário do Incra e MDA aos padrões da INDE.	100,00	%	20000 - Presidência da República	20,00	10/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
03ZU - Apoiar os governos estaduais no Cadastramento e georreferenciamento de 50 mil imóveis rurais visando a regularização fundiária.	50.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	9.923,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03ZW - Arrecadar 2 milhões de hectares de terras devolutas da União.	2.000.000,00	hectares	20000 - Presidência da República	755.142,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03ZV - Cadastrar e georreferenciar 50 mil imóveis rurais em apoio à regularização fundiária executada pelos estados, ratificação em faixa de fronteira e titulação de imóveis rurais de domínio da União e/ou INCRA.	50.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	13.690,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
03ZS - Georreferenciar 10 milhões de hectares, na Amazônia Legal.	10.000.000,00	hectares	20000 - Presidência da República	14.689.957,00	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZT - Promover a regularização fundiária por meio da destinação de 20 milhões de hectares de terras públicas federais e apoio aos estados na destinação das terras estaduais, na Amazônia Legal.	20.000.000,00	hectares	20000 - Presidência da República	1.200.518,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
03ZX - Implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, nos termos da Lei nº 10.267/01.	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0420 - Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, criar projetos de assentamento de forma sustentável e considerando, sempre que possível, a abordagem territorial, priorizando e assistindo famílias acampadas, com garantia de equidade de gênero e do acesso e permanência da juventude no campo.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0400 - Assentar 120 mil famílias	120.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	1.695,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0421 - Implantar, qualificar e consolidar os projetos de assentamento de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0402 - Atender 120 mil famílias com abastecimento d'agua, construção/recuperação de estradas e outras obras para o desenvolvimento de projetos de assentamento	120.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	34.383,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
0407 - Atender 16 mil famílias com projetos de agroindustrialização e comercialização.	16.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	6.212,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0404 - Atender 180 mil mulheres com crédito instalação na modalidade fomento mulher. .	180.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	3.772,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
0403 - Atender 320 mil famílias com crédito instalação nas modalidades apoio inicial e fomento	320.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	1.683,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
0405 - Atender 3.500 projetos de assentamento pelo Programa Assentamentos Verdes, ampliando a atuação para a Caatinga e o Cerrado.	3.500,00	unidades	20000 - Presidência da República	2.936,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0406 - Atender 55 mil famílias com políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica	55.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	24.205,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0422 - Proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0408 - Incorporar 15.000 novos beneficiários ao Pronera.	15.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	230,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0423 - Combater a violência no campo decorrente de conflitos agrários.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040C - Contribuir para a redução dos homicídios decorrentes de conflitos agrários.	20000 - Presidência da República	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040A - Beneficiar 60 mil famílias com crédito fundiário.	60.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	864,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
040B - Recuperar a capacidade produtiva de 7 mil familias, por meio de investimentos basicos e produtivos	7.000,00	unidades	20000 - Presidência da República	1.000,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Quadro de Metas

Objetivo: 0353 - Implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00OL - Ampliar de 10% para 32% os municípios com plano municipal de saneamento básico.	32,00	%	56000 - Ministério das Cidades	30,00	19/10/2016	Meta com andamento adequado.
040K - Apoiar a elaboração de estudos e projetos de engenharia em 369 municípios, visando a ampliação da oferta e do acesso aos serviços de saneamento básico.	369,00	unidades	56000 - Ministério das Cidades	30,00	31/12/2015	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04ON - Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 2.000 municípios.	2.000,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	594,00	14/02/2017	Meta com andamento adequado.
04JY - Induzir a implementação de programas locais de combate às perdas e ao desperdício de água, e apoiar medidas que contribuam para a redução das perdas no abastecimento de água de 37% para 35%.	35,00	%	56000 - Ministério das Cidades	36,70	31/12/2015	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0355 - Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico.

Órgão Responsável: 36000 - Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04I7 - Ampliar de 2,8 para 3,0 milhões o número de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.	3,00	milhões	36000 - Ministério da Saúde	3,77	26/09/2015	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
04I8 - Ampliar de 6,0 para 6,4 milhões o número domicílios rurais, com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.	6,40	milhões	36000 - Ministério da Saúde	6,65	26/09/2015	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
04I6 - Ampliar de 6,8 para 7,4 milhões o número de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna.	7,40	milhões	36000 - Ministério da Saúde	7,56	26/09/2015	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
04K3 - Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 3.000 Comunidades Rurais e Tradicionais.	3.000,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	873,00	14/02/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0610 - Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

Órgão Responsável: 56000 - Ministério das Cidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04Q9 - Ampliar de 27,5 para 30,1 milhões o número de domicílios urbanos com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.	30,10	milhões	36000 - Ministério da Saúde	30,09	26/09/2015	Meta com andamento adequado.
040N - Ampliar de 4,5 para 4,8 bilhões de m3 o volume anual de esgoto tratado.	4,80	bilhões de m³/ano	56000 - Ministério das Cidades	4,90	31/12/2015	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
040M - Ampliar de 46,8 para 49,6 milhões o número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.	49,60	milhões	56000 - Ministério das Cidades	51,10	31/12/2015	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
040L - Ampliar de 54,8 para 57,8 milhões o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna.	57,80	milhões	56000 - Ministério das Cidades	57,40	31/12/2015	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Quadro de Metas

Objetivo: 0377 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00TE - Promover a adesão de 600 municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com prioridade aos municípios com população acima de 200.000 habitantes	600,00	Municípios	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	212,00	12/01/2017	Meta com andamento adequado.
00TD - Promover a elaboração de Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todos estados	27,00	Planos estaduais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	1,00	12/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00TI - Realizar um Pacto Federativo pela garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) com estados e municípios	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	Articulação de atores para implementação da meta.

Objetivo: 0380 - Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04EF - Alcançar 30% do recurso federal repassado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	30,00	%	26000 - Ministério da Educação	19,40	31/12/2014	Meta com andamento adequado.
00U5 - Ampliar a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos de 41% para 45% do total de fornecedores	45,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	44,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
00U3 - Ampliar as compras compras publicas da Agricultura Familiar alcançando R$ 2,5 bilhoes	2,50	Bilhões de reais	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,58	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0614 - Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QP - Implantar 13.000 sistemas coletivos de abastecimento	13.000,00	sistemas coletivos de abastecimento	53000 - Ministério da Integração Nacional	267,00	09/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01Y7 - Implantar 60 sistemas de dessalinização de água, incorporando cuidados técnicos, sociais e ambientais na gestão destes sistemas	60,00	sistemas de dessalinização de água	44000 - Ministério do Meio Ambiente	15,00	08/12/2016	Meta com andamento adequado.
01Y1 - Implantar 8.000 cisternas na escolas	8.000,00	Cisternas	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	1.504,00	27/03/2017	Meta com andamento adequado.
01Y6 - Implantar cisternas de placa e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano		Tecnologias sociais de acesso à agua	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	55.885,00	27/03/2017	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0615 - Combater a insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04ES - Atender 100.000 famílias de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza por meio de uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção	100.000,00	Famílias	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	4.411,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04ER - Reduzir 20% do déficit de peso para idade de crianças quilombolas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	20,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/01/2017	Meta não iniciada ou suspensa.
04EQ - Reduzir 25% do déficit de peso para idade de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	25,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/01/2017	Meta não iniciada ou suspensa.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1109 - Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação

Órgão Responsável: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DZ - Ampliar de 36,5% para 43% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	43,00	%	36000 - Ministério da Saúde	37,60	31/12/2015	Meta com andamento adequado.
04E0 - Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	52,50	%	36000 - Ministério da Saúde	53,90	31/12/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação.
04E1 - Reduzir em 50% o número de casos novos de beribéri notificados, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	50,00	%	36000 - Ministério da Saúde	8,80	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04DY - Reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial de 20,8% para 14% da população, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	14,00	%	36000 - Ministério da Saúde	19,00	31/12/2015	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1118 - Consolidar o Diálogo e a Cooperação Internacional do Brasil para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FB - Inserir o Brasil de forma coordenada nas discussões sobre governança global dos sistemas alimentares internacionais saudáveis, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), do Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outros fóruns multilaterais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1155 - Ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis

Órgão Responsável: 20000 - Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04QK - Ampliar a oferta de alimentos orgânicos e agroecológicos, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO)	20000 - Presidência da República	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Quadro de Metas

Objetivo: 0287 - Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.

Órgão Responsável: 40000 - Ministério do Trabalho

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NT - Ampliar de 23,5% para 30% a inserção dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho	30,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	06/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04NQ - Aumentar de 3,36% para 5% a taxa de participação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda nas admissões do mercado de trabalho formal	5,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	3,34	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Realização de ações de divulgação.
04NS - Promover a qualificação profissional de 760 mil trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	760.000,00	Trabalhadores	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	06/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NR - Consolidar o portal Mais Emprego como instrumento de execução e gestão integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	40000 - Ministério do Trabalho	Realização de ações de divulgação; Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Adoção de medidas de gestão.

Objetivo: 0289 - Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado

Órgão Responsável: 40000 - Ministério do Trabalho

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NW - Atender 18.560.000 clientes em operações de microcrédito produtivo orientado	18.560.000,00	Clientes	40000 - Ministério do Trabalho	3.693.923,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04NV - Atingir o volume de R$ 37,5 bilhões de recursos aplicados em microcrédito produtivo orientado	37,50	Bilhões de reais	40000 - Ministério do Trabalho	11,18	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04NX - Beneficiar 4.000.000 de trabalhadores por meio da concessão de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER	4.000.000,00	trabalhadores	40000 - Ministério do Trabalho	1.410.190,00	31/01/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador

Órgão Responsável: 40000 - Ministério do Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 280

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04O8 - Alcançar 4 milhões de pessoas por meio de ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho	4.000.000,00	Pessoas	40000 - Ministério do Trabalho	1.676.334,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04O6 - Aumentar em 10% a atuação da Inspeção do Trabalho para inserção de aprendizes adolescentes no mercado de trabalho	10,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	1,52	30/11/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04O5 - Aumentar em 10% as ações de Inspeção do Trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados	10,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	1,76	30/11/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04O4 - Aumentar em 20% as ações de Inspeção do Trabalho para erradicação das piores formas de trabalho infantil	20,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	4,91	30/11/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04O3 - Aumentar em 20% as ações planejadas de Inspeção do Trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, em especial nas áreas geográficas isoladas do país	20,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	5,05	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04O2 - Aumentar em 30% as ações de Inspeção para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho realizadas nos segmentos econômicos prioritários	30,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	30/11/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04O9 - Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho	180,00	Estudos/pesquisas	40000 - Ministério do Trabalho	55,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04QG - Garantir 85% de regularização das entidades sindicais registradas.	85,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	68,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04OB - Reduzir de 45 para 15 dias o tempo médio de espera do trabalhador para assistência e homologação da rescisão do contrato de trabalho, nas unidades da rede de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego.	15,00	dias	40000 - Ministério do Trabalho	20,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
04O7 - Reduzir em 50% o tempo médio de tramitação processual relativo aos autos de infração e notificações de débito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	50,00	%	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OA - Reduzir o tempo médio da análise dos processos de registro sindical de 1.730 dias para 270 dias.	270,00	dias	40000 - Ministério do Trabalho	900,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1096 - Promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas.

Órgão Responsável: 40000 - Ministério do Trabalho

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OC - Apoiar e fortalecer 20 mil empreendimentos econômicos solidários com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários	20.000,00	Empreendimentos Econômicos Solidários	40000 - Ministério do Trabalho	2.263,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação de meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04OE - Fomentar 2 mil iniciativas de finanças solidárias com Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário na promoção da dinamização econômica territorial	2.000,00	iniciativas	40000 - Ministério do Trabalho	266,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação de meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OD - Fomentar a organização em redes de cooperação de 4,5 mil empreendimentos econômicos solidários visando o adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo	4.500,00	Empreendimentos Econômicos Solidários	40000 - Ministério do Trabalho	550,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04OF - Promover a formação de 200 mil pessoas em economia solidária contemplando as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos	200.000,00	beneficiários	40000 - Ministério do Trabalho	39.113,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação de meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Quadro de Metas

Objetivo: 1111 - Aumentar a competividade dos destinos, produtos e serviços turísticos..

Órgão Responsável: 54000 - Ministério do Turismo

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04EL - Aumentar de 58,1 para 70,0 a nota da dimensão Políticas Públicas no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.	70,00	pontos	54000 - Ministério do Turismo	58,01	31/12/2015	Meta com andamento adequado.
04ET - Concluir 2.300 obras de infraestrutura turística	2.300,00	obras	54000 - Ministério do Turismo	1.215,00	13/01/2017	Meta com andamento adequado.
04EP - Qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo.	24.000,00	qualificações	54000 - Ministério do Turismo	6.100,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.

Órgão Responsável: 54000 - Ministério do Turismo

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04EZ - Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no país de 6,2 milhões para 7,5 milhões	7,50	milhões de turistas estrangeiros/ano	54000 - Ministério do Turismo	6,60	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04EY - Aumentar de 36,2 para 38,1 a nota da dimensão Monitoramento no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.	38,10	pontos	54000 - Ministério do Turismo	36,30	31/12/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04EX - Aumentar de 48,4 para 53 a nota de dimensão Marketing e Promoção do Destino no índice de Competitividade do Turismo Nacional	53,00	pontos	54000 - Ministério do Turismo	48,50	31/12/2015	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2077 - Agropecuária Sustentável

Quadro de Metas

Objetivo: 0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00A5 - Revitalizar 46 infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção visando à transferência de gestão	46,00	infraestruturas de irrigação	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
00A8 - Transferir a gestão de 5 Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações.	5,00	projetos públicos de irrigação	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
009Z - Implantar infraestruturas de irrigação em 30 projetos públicos de irrigação.	53000 - Ministério da Integração Nacional	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 0600 - Aperfeiçoar o Monitoramento Meteorológico e Climático e os Sistemas de Previsão de Tempo e Clima, com ênfase na disponibilidade dos Dados Históricos e em Tempo Real.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046J - Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 598 para 800 estações.	800,00	estações meteorológicas ampliadas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	522,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
046I - Digitalizar 6,6 milhões de documentos históricos que contêm dados horários registrados em papel por instrumental meteorológico.	6.600.000,00	documentos digitalizados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.468.684,00	20/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0601 - Aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046O - Ampliar o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).		produtores	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	48.000,00	05/01/2017	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046P - Elevar a área coberta pelo seguro rural subvencionado.		hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5.600.000,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
046Q - Revisar as metodologias para o Zoneamento Agrícola de Risco Climático de 12 culturas	12,00	metodologias revisadas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046N - Aumentar o volume de crédito rural aplicado na agricultura empresarial		Reais	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	139.890.803.280,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0661 - Desenvolver a cafeicultura de maneira sustentável, com geração de emprego, renda e divisas.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046R - Ampliar para R$ 1,5 bilhão, ao ano, o montante das linhas de financiamentos com recursos do Funcafé.	1.500.000.000,00	Reais/ano	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.526.691.780,21	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0743 - Promover o conhecimento e elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046M - Ampliar a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 5 milhões de hectares.	5.000.000,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	236.900,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
046K - Expandir a adoção de sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) em 2 milhões de hectares.	2.000.000,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	17.648,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046L - Promover a Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD) em 4 milhões de hectares.	4.000.000,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.362.597,00	30/06/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0747 - Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046E - Promover a capacitação profissional em gestão de cooperativas e associações rurais de 7.000 dirigentes e empregados dessas instituições.	7.000,00	profissionais capacitados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.000,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
046F - Promover a educação, formação e capacitação de 9.000 associados ou não de cooperativas e associações rurais, e organização da base produtiva e gestão da propriedade rural.	9.000,00	produtores capacitados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.789,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0750 - Ampliar e diversificar a produção de biomassa agropecuária, com ênfase em cultivos agroenergéticos e florestas plantadas.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046T - Ampliar a área plantada de florestas de 7,6 milhões de hectares para 9,0 milhões de hectares.	9.000.000,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7.600.000,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1042 - Disseminar sistemas de produção agropecuária sustentável, com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e conservação dos recursos naturais

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 292

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043U - Ampliar de 1.564,57 ha para 50.500 ha a área certificada em Produção Integrada com a rastreabilidade assegurada.	50.500,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.350,37	04/11/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
046A - Promover a implementação de 15 projetos estaduais para adoção de práticas e sistemas conservacionistas de solo	15,00	projetos implementados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5,00	30/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045X - Ampliar o uso de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas em regiões de produtos tradicionais	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Realização de ações de divulgação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
043Y - Melhorar a produtividade e qualidade dos produtos agropecuários, disseminar o uso e promover a adoção de boas práticas agropecuárias com sustentabilidade	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1048 - Promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0490 - Ampliar de 15.000 para 35.000 a quantidade de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial	35.000,00	unidades de produção controladas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15.590,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.
048M - Ampliar de 90 para 200 a quantidade de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de ensino de educação profissional e superior.	200,00	Núcleos implantados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	86,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
049R - Tornar acessíveis 500 tecnologias apropriadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica.	500,00	tecnologias disponibilizadas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	103,00	30/06/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Adoção de medidas de gestão

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1049 - Promover o desenvolvimento da agropecuária irrigada de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, com racionalização dos recursos hídricos.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04A4 - Incorporar 1,5 milhão de hectares irrigados às áreas de produção agropecuária.	1.500.000,00	hectares	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	199.000,00	31/01/2017	Articulação de atores para implementação da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1050 - Incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais das classes C e D, em suas diversidades e amplitudes, com vistas à expansão da classe média rural.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04A8 - Expandir a renda dos estabelecimentos rurais das classes C e D.		Reais	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	15/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04A9 - Qualificar profissionalmente 80.000 produtores rurais das classes C e D.	80.000,00	produtores capacitados	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	15/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04AA - Realizar ações coletivas em parceria com instituições públicas e privadas para criar, estruturar e aumentar o número de cooperativas e associações rurais.		cooperativas e associações	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04A8 - Expandir a renda dos estabelecimentos rurais das classes C e D.	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04AA - Realizar ações coletivas em parceria com instituições públicas e privadas para criar, estruturar e aumentar o número de cooperativas e associações rurais.	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1051 - Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.

Órgão Responsável: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BD - Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Armazenagem	700.000,00	toneladas	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,00	19/10/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BE - Ampliar a capacidade estática do parque de armazenagem nacional no âmbito privado	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04BF - Aprimorar mecanismos para o desenvolvimento da inteligência estratégica da agropecuária e do abastecimento alimentar e nutricional.	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 296

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

Página 718 de 974 Parte integrante do Avulso da MCN nº 8 de 2017.

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Quadro de Metas

Objetivo: 1063 - Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundos da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046W - Deliberar sobre 85% dos processos instruídos no âmbito do CGEN, anualmente	85,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	16/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1064 - Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046Y - Incentivar a recuperação de 20% das áreas degradadas dos imóveis rurais que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.	20,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	20/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046X - Promover a gestão do Sicar - Sistema de Cadastro Ambiental Rural no monitoramento da regularização ambiental dos imóveis rurais do Brasil.	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1065 - Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
046Z - Ampliar de 70 mil para 90 mil as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde.	90.000,00	famílias	44000 - Ministério do Meio Ambiente	48.012,00	20/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
0470 - Beneficiar com Ações de Inclusão Produtiva 15 unidades de conservação de uso sustentável federais, territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar, com ênfase na promoção dos produtos da sociobiodiversidade.	15,00	Ucs	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	20/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1066 - Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04D5 - Ampliar a área do Inventário Florestal Nacional de 100 milhões para 400 milhões de hectares, com dados e informações quantitativos e qualitativos sobre as florestas disponibilizados	400,00	milhões de hectares	44000 - Ministério do Meio Ambiente	158,30	20/12/2016	Meta com andamento adequado.
04D3 - Ampliar de 840 mil para 3,5 milhões de hectares sob concessão florestal para a produção sustentável.	3,50	milhões de hectares	44000 - Ministério do Meio Ambiente	1,02	20/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
0471 - Caracterizar, tecnologicamente, 40 novas espécies florestais, indicando seu potencial de uso produtivo madeireiro.	40,00	espécies	44000 - Ministério do Meio Ambiente	10,00	20/12/2016	Meta com andamento adequado.
04D4 - Incluir 4000 pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis por meio de assistência técnica e capacitação.	4.000,00	produtores rurais e extrativistas	44000 - Ministério do Meio Ambiente	48.844,00	20/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1070 - Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais.

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 300

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04GR - Ampliar a regularização fundiária de 12,9 milhões de hectares para 17,9 milhões de hectares nas Unidades de Conservação Federais.	17,90	milhões de hectares	44000 - Ministério do Meio Ambiente	14,80	16/12/2016	Meta com andamento adequado.
047W - Ampliar de 155 para 215 Unidades de Conservação Federais dotadas com planos de Manejo.	215,00	Ucs	44000 - Ministério do Meio Ambiente	173,00	14/12/2016	Meta com andamento adequado.
047X - Aumentar de 265 para 283 Unidades de Conservação Federais com conselhos gestores criados.	283,00	Ucs	44000 - Ministério do Meio Ambiente	276,00	14/12/2016	Meta com andamento adequado.
047V - Aumentar de 40% para 60% a área das Unidades de Conservação avaliadas e cumprindo com seus objetivos de criação conforme metodologia de monitoramento de efetividade de gestão.	60,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	48,18	20/12/2016	Meta com andamento adequado.
047Y - Aumentar de 6,7 milhões para 8,2 milhões o número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais.	8,20	milhões de visitantes /ano	44000 - Ministério do Meio Ambiente	8,30	31/12/2015	Meta anual atingida no exercício.
047Z - Reduzir em 30% a área atingida por incêndios florestais até 2019, nas unidades de conservação federais, com base na média de áreas atingidas por incêndio considerando os anos de estiagem, 2010, 2012 e 2014.	30,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	13,10	09/11/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1078 - Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável.

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0488 - Ampliar de 500 mil para 2 milhões o número de registros de ocorrência de espécies visando à disponibilização de conhecimento sobre a biodiversidade para a sociedade.	2,00	milhões de registros	44000 - Ministério do Meio Ambiente	1,06	13/12/2016	Meta com andamento adequado.
0486 - Controlar 3 espécies exóticas invasoras, mitigando o impacto sobre a biodiversidade brasileira.	3,00	espécies	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	20/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
0485 - Integrar, harmonizar e padronizar as informações de gestão do uso da biodiversidade nas 27 unidades da federação visando garantir sua sustentabilidade.	27,00	Unidades da Federação	44000 - Ministério do Meio Ambiente	27,00	16/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
0484 - Reduzir o risco de extinção de 20% das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de espécies ameaçadas de Extinção.	20,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	20/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Quadro de Metas

Objetivo: 0859 - Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
02YF - Ampliar de 3 para 40 os laboratórios da Rede Laboratórios Associados ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para Inovação e Competitividade (RELAI).	40,00	laboratórios da RELAI	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	3,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
042U - Ampliar de 550.311 para 1.000.000 o número de modelos de produtos no mercado com selo de avaliação da conformidade.	1.000.000,00	modelos com selo	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	892.637,00	02/01/2017	Meta com andamento adequado.
042P - Implantar 20 projetos de desenvolvimento de fontes alternativas para geração de energia e uso racional da energia elétrica e dos recursos hídricos.	20,00	projetos implantados	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1038 - Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043P - Atrair ao Brasil 30 centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I).	30,00	centros de PD&I atraídos	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	7,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
043O - Conectar 600 negócios nascentes inovadores (startups) a investidores e grandes empresas.	600,00	negócios conectados	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	228,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1079 - Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0489 - Elaborar as diretrizes do marco regulatório do comércio eletrônico no Brasil.	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Meta com andamento adequado.
048A - Elaborar versão revisada da Nomenclatura Brasileira de Serviços e Intangíveis (NBS), para aperfeiçoamento das políticas públicas aplicadas ao setor de serviços.	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1093 - Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049I - Ampliar o percentual anual de investimento em P&D e Engenharia pelo setor automobilístico de 1,00% para 1,39% da receita operacional bruta menos impostos e contribuições.	1,39	% ao ano	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	3,88	31/12/2015	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
049H - Incrementar a eficiência energética média dos veículos de Ciclo Otto comercializados no país de 2,07MJ/km para 1,82MJ/km.	1,82	MJ/km	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2,07	31/12/2011	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
049G - Reduzir a idade média da frota de equipamentos rodoviários e ferroviários de transportes de cargas.	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Objetivo: 1101 - Apoiar os Arranjos Produtivos Locais para o adensamento das cadeias produtivas nacionais.

Órgão Responsável: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04BX - Ampliar as ações de apoio aos Arranjos Produtivos Locais no País, como cursos de capacitação de gestores, aporte de recursos, visitas técnicas, orientação para desenho de projetos.	28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2080 - Educação de qualidade para todos

Quadro de Metas

Objetivo: 1007 - Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Órgão Responsável: 26000 - Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04KG - Apoiar a construção de 4 mil escolas de educação básica, em consonância com o disposto nas Metas 2 e 3 do Plano Nacional de Educação.	4.000,00	Escolas	26000 - Ministério da Educação	98,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04KH - Apoiar a oferta de educação em tempo integral de forma a ampliar gradualmente o atendimento para 6,5 milhões de matrículas, em consonância com o disposto na Meta 6 do Plano Nacional de Educação.	6.500.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	6.744.425,00	31/12/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Meta com andamento adequado
04KN - Apoiar, em 100 mil escolas de educação básica, ações voltadas para a educação em direitos humanos, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, educação para as relações étnico-raciais, promoção da inclusão escolar e da cultura, por meio da articulação com sistemas e redes de ensino.	100.000,00	Escolas	26000 - Ministério da Educação	59.800,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04KL - Atender 8 milhões de pessoas com ações voltadas à alfabetização e à elevação da escolaridade média da população de 15 anos ou mais, visando ao desenvolvimento da participação social e cidadã ao longo da vida, a diversidade e inclusão, em consonância com o disposto nas Metas 8 e 9 do Plano Nacional de Educação.	8.000.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	3.659.869,00	31/12/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04KM - Ofertar 560 mil vagas a jovens de 18 a 29 anos por meio de ações voltadas à elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã.	560.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	0,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Articulação de atores para implementação da meta.
04UA - Promover ações com vistas a alfabetizar 80% dos estudantes até, no máximo, o final do 3º ano do ensino fundamental, em consonância com o disposto na Meta 5 do Plano Nacional de Educação.	80,00	%	26000 - Ministério da Educação	76,00	31/12/2014	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04TJ - Promover ações com vistas a elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 70%, em consonância com o disposto na Meta 3 do Plano Nacional de Educação.	70,00	%	26000 - Ministério da Educação	66,70	30/09/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão; Meta com andamento adequado.
04TI - Promover ações com vistas a universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, em consonância com o disposto na Meta 3 do Plano Nacional de Educação.	100,00	%	26000 - Ministério da Educação	85,20	30/09/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04KI - Promover ações com vistas a universalizar o atendimento escolar para toda população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns da rede regular de ensino, em consonância com o disposto na Meta 4 do Plano Nacional de Educação.	100,00	%	26000 - Ministério da Educação	88,40	31/12/2015	Meta com andamento adequado.
04TN - Promover ações com vistas a universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos, em consonância com o disposto na Meta 2 do Plano Nacional de Educação.	100,00	%	26000 - Ministério da Educação	97,90	30/09/2015	Meta com andamento adequado.
04T4 - Promover ações de forma a ampliar o acesso à educação infantil em creches e pré-escolas, universalizando o atendimento às crianças de 4 a 5 anos, em consonância com o disposto na Meta 1 do Plano Nacional de Educação.	100,00	%	26000 - Ministério da Educação	91,00	31/12/2015	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04KJ - Promover ações voltadas para elevar em 335 mil o total de matrículas em escolas das populações do campo, das comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas nas diversas etapas e modalidades da educação básica.	335.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	-117.370,00	31/12/2015	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04TM - Aperfeiçoar o conceito e implantar uma metodologia de cálculo do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como mecanismo para orientar políticas de equidade na educação básica, em consonância com o disposto na Meta 20 do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04KF - Apoiar a implantação de unidades de educação infantil, em consonância com o disposto na Meta 1 do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04KE - Aprovar e apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a ser pactuada no âmbito de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, conforme o estabelecido no Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.
04TO - Implementar, até 2016, o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ, em consonância com o disposto na Meta 20 do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04T3 - Promover ações com vistas a elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 10 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e elevar para 92% a razão entre a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em consonância com o disposto na Meta 8 do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04T5 - Promover ações com vistas a elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 95% e à redução para 25% da taxa de analfabetismo funcional, em consonância com o disposto na Meta 9 do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 310

Objetivo: 1008 - Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Órgão Responsável: 26000 - Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04K8 - Ampliar gradualmente de 90 mil para 120 mil o número de bolsas ofertadas anualmente pelo programa de iniciação à docência visando à promoção da qualidade da formação docente.	120.000,00	Bolsas/ano	26000 - Ministério da Educação	59.125,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; .
04KA - Apoiar a oferta de 1,2 milhão de vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação e gestores, em colaboração com os sistemas de ensino, em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação.	1.200.000,00	Vagas	26000 - Ministério da Educação	516.225,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04KB - Apoiar a oferta de 365 mil vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação, gestores e membros da comunidade escolar nas modalidades e temas da diversidade e inclusão, em colaboração com os sistemas de ensino e em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação.	365.000,00	Vagas	26000 - Ministério da Educação	6.974,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04KC - Disponibilizar rede de assistência técnica, nas 27 unidades da federação, pra apoiar estados, Distrito Federal e municípios na elaboração, adequação e no desenvolvimento de políticas de valorização dos profissionais da educação, considerando condições de trabalho, carreira e remuneração, tomando como referência o piso salarial profissional nacional, em consonância com o disposto nas Metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação.	27,00	Unidades da Federação	26000 - Ministério da Educação	27,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04K9 - Ofertar 115 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação (especializações e mestrados profissionais) ofertados nas modalidades a distância e semipresencial, destinados a professores da educação básica, em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação.	115.000,00	Vagas	26000 - Ministério da Educação	25.303,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04K7 - Realizar 400 mil novas matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com o disposto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação.	400.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	330.388,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04U1 - Coordenar a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, resultante de pactuação da União, estados, Distrito Federal e municípios, em consonância com o disposto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Órgão Responsável: 26000 - Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04KQ - Ofertar 5 milhões vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada no conjunto de iniciativas do Pronatec.	5.000.000,00	Vagas	26000 - Ministério da Educação	512.127,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04KP - Promover ações com vistas a expandir as matriculas da educação profissional técnica de nível médio para 2,4 milhões de estudantes matriculados, em consonância com o disposto na Meta 11 do Plano Nacional de Educação.	2.400.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	1.826.289,00	31/12/2015	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04KO - Promover ações para a oferta de 10% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional, em consonância com o disposto na Meta 10 do Plano Nacional de Educação.	10,00	%	26000 - Ministério da Educação	3,00	31/12/2015	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Órgão Responsável: 26000 - Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04L4 - Alcançar 25 mil novas bolsas de estudos no exterior.	25.000,00	Bolsas	26000 - Ministério da Educação	1.698,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04L1 - Ampliar de 245 mil para 305 mil o número de matrículas anuais em programas de pós-graduação stricto sensu.	305.000,00	Matrículas/ano	26000 - Ministério da Educação	251.681,00	31/12/2015	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04L2 - Ampliar de 73 mil para 91 mil o número de mestres e doutores titulados anualmente em programas de pósgraduação stricto sensu, em consonância com o disposto na Meta 14 do Plano Nacional de Educação.	91.000,00	Mestres e doutores/ano	26000 - Ministério da Educação	73.549,00	31/12/2015	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta. .
04L3 - Ampliar de 95 mil para 110 mil o número de bolsas de estudo no país concedidas anualmente em programas de pós graduação stricto sensu.	110.000,00	Bolsas/ano	26000 - Ministério da Educação	100.580,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04KX - Ampliar para 1,4 milhão o número de matrículas em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.	1.400.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	1.133.172,00	31/12/2015	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04TL - Ampliar para 73% o percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superuior, em consonância com o disposto na Meta 13 do Plano Nacional de Educação.	73,00	%	26000 - Ministério da Educação	73,40	31/12/2014	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04L5 - Autorizar 2.620 novas vagas de graduação em medicina, com ênfase na interiorização dos cursos e no atendimento de regiões com maior carência de profissionais.	2.620,00	vagas	26000 - Ministério da Educação	2.101,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04L0 - Conceder 1,4 milhão de novos financiamentos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).	1.400.000,00	Financiamentos	26000 - Ministério da Educação	203.255,00	31/12/2016	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04KY - Elevar de 180 mil para 400 mil o número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância, pelo Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), em todas as áreas do conhecimento, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.	400.000,00	Matrículas	26000 - Ministério da Educação	131.694,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04KZ - Ofertar 1 milhão de novas bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni).	1.000.000,00	Bolsas	26000 - Ministério da Educação	329.180,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1011 - Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Órgão Responsável: 26000 - Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04LJ - Implementar a política de gestão da Educação Escolar Indígena por meio da ampliação de 25 para 41 territórios etnoeducacionais (TEEs) em regime de colaboração com os sistemas de ensino.	41,00	territórios	26000 - Ministério da Educação	25,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04L9 - Criação e disponibilização de sistemas informacionais e gerenciais integrados, em colaboração com os sistemas de ensino, visando ao aprimoramento da gestão e da avaliação educacionais.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.
04LA - Fortalecer a gestão escolar por meio da criação e disponibilização de mecanismos que facilitem a interpretação pedagógica dos resultados de testes educacionais e a interlocução com a sociedade.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.
04L8 - Implementar o Plano de Ações Articuladas 2015-2018, pactuando com as secretarias de educação de estados, Distrito Federal e municípios a execução de metas dos planos subnacionais consonantes ao Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.
04L7 - Promover, em cooperação federativa, o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa, considerando o princípio constitucional da gestão democrática, em consonância com o disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04L6 - Realizar o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Quadro de Metas

Objetivo: 1039 - Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045H - Celebrar e implementar 27 planos integrados com os estados no âmbito do Pacto Nacional de Redução de Homicídios.	27,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
0455 - Reduzir em 15% o número de homicídios.	15,00	%	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1040 - Promover a redução da violência no trânsito das rodovias federais.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043R - Reduzir o número de mortos em acidentes em rodovias federais de 98 para 80 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.	80,00	1/milhão	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	69,20	04/01/2017	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
043Q - Reduzir os acidentes graves em rodovias federais de 298 para 260 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.	260,00	1/milhão	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	225,90	04/01/2017	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1041 - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0469 - Aprimorar o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e munições e demais crimes transfronteiriços ampliando o número de procedimentos de fiscalização policial em rodovias federais.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04SQ - Aprimorar os mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo fortalecendo os procedimentos de supervisão e inteligência financeira.	25000 - Ministério da Fazenda	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0468 - Contribuir para a redução da impunidade ampliando o percentual de elucidação de infrações penais de atribuição da Polícia Federal.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
0465 - Incrementar o combate ao crime organizado por meio de operações especiais de polícia judiciária da União.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1043 - Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045Q - Alcançar 6 milhões de acessos do cidadão ao acervo da memória nacional no período 2016-2019.	6,00	milhões	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	2,84	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
045N - Apreciar 5.000 requerimentos de anistia política.	5.000,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	718,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045U - Aprimorar o atendimento de demandas de migrantes, reduzindo o tempo médio dos processos de naturalização, igualdade de direitos e permanência.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04S3 - Aumentar a eficiência, celeridade e racionalidade na prestação dos serviços judiciais à população.	63000 - Advocacia-Geral da União	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045P - Fortalecer ações educativas, de memória e reparação integral, por meio da implantação e manutenção do Memorial da Anistia Política do Brasil e promoção dos projetos Caravanas da Anistia, Marcas da Memória e Clínicas do Testemunho.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Adoção de medidas de gestão.
04ML - Fortalecer a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em todas as suas modalidades, com ênfase nas situações relacionadas à exploração do trabalho análogo ao escravo e à exploração sexual.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
045S - Modernizar a gestão dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, com foco nos conselhos federais de profissões regulamentadas, hospitais federais e hospitais de universidades federais, ampliando o acesso à informação.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04S2 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário nas ações judiciais em que a União e suas Autarquias e Fundações figurem como partes.	63000 - Advocacia-Geral da União	Meta com andamento adequado.
045I - Reduzir o grau de desigualdade de acesso à Justiça por Estado, por meio da ampliação do acesso da população a serviços judiciais e extrajudiciais e da articulação com órgãos do sistema de justiça.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1044 - Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 322

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045F - Capacitar mais de 855.000 profissionais de segurança pública até 2019, em diversas temáticas, com ênfase na redução de homicídios, na prevenção e no enfrentamento à criminalidade violenta, considerando a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.	855.000,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	217.733,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0458 - Fomentar o funcionamento de 27 Gabinetes de Gestão Integrada - GGIs estaduais.	27,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	25,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
045A - Implantar Centros Integrados de Comando e Controle em todas as capitais.	27,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	12,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045K - Sistematizar dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1045 - Promover sistema penal justo e que viabilize a reintegração social.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0459 - Ampliar a cobertura da atenção básica à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.		Unidade	36000 - Ministério da Saúde	249,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0457 - Ampliar de 86 mil para 160 mil o número de pessoas presas que participam de atividades educacionais	160.000,00	unidades	26000 - Ministério da Educação	69.300,00	31/12/2015	Meta com andamento adequado.
045B - Aumentar de 130 mil para 250 mil o número de pessoas presas que participam de atividades laborais, incluindo a inserção laboral em cooperativas sociais.	250.000,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	115.805,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
045G - Promover a modernização e qualificação de 120 estabelecimentos prisionais com requisitos mínimos de estrutura, aparelhamento e serviços, visando a humanização do sistema penal .	120,00	unidades	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
045J - Promover a redução do número de pessoas presas.		pessoas presas/100.000	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	306,22	31/12/2014	Articulação de atores para implementação da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1046 - Fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor por meio da ampliação da escala e da efetividade das políticas públicas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045R - Ampliar em 60% o número de atendimentos realizados aos consumidores, alcançando mais de 15 milhões de atendimentos ao final de 2019.	15,00	milhões	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	2,40	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
045L - Analisar Atos de Concentração com celeridade, mantendo o tempo médio de instrução pelo rito sumário abaixo de 30 dias, priorizando a solução de problemas concorrenciais por meio de acordos.	30,00	dias	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	16,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
045M - Investigar infrações contra a ordem econômica com mais celeridade de modo que o número de casos em investigação há mais de 5 anos não ultrapasse 20% do estoque.	20,00	%	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	13,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
045T - Aprimorar as ações de produção do conhecimento referente aos direitos do consumidor por meio do fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) e do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
045O - Elevar a efetividade do combate a condutas anticompetitivas, por meio de uso crescente de técnicas de investigação e de gestão de processos.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1164 - Enfrentar a corrupção na Administração Pública Federal aprimorando os mecanismos de prevenção, detecção e punição

Órgão Responsável: 37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04S0 - Fomentar a atuação célere e efetiva dos órgãos e entidades diante de atos de corrupção	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.
04RZ - Instituir mecanismos que aprimorem o tratamento e apuração das denúncias	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.
04S1 - Reduzir o percentual das reintegrações e das prescrições de penas disciplinares	37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU	Meta com andamento adequado.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2082 - Política Externa

Quadro de Metas

Objetivo: 1140 - Fortalecer a integração regional, com ênfase na América do Sul, contribuindo para a formação de um espaço de paz e desenvolvimento.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04MZ - Ampliar e fortalecer mecanismos de negociação, incentivando a integração regional, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), por meio do aprofundamento da desgravação tarifária e da diversificação temática dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com os demais Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N5 - Aperfeiçoar a cooperação entre os Estados Partes do MERCOSUL na área aduaneira.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N2 - Avançar na implementação do Plano de Ação para a Conformação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Articulação de atores para implementação da meta.
04N1 - Avançar na implementação do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS).	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Articulação de atores para implementação da meta.
04N4 - Consolidar a ampliação do MERCOSUL.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N9 - Consolidar instrumentos financeiros de mitigação dos efeitos das assimetrias de nível de desenvolvimento na América do Sul e, quando couber, entre Estados Partes do MERCOSUL.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NE - Consolidar o tratamento dos temas de direitos humanos no MERCOSUL e desenvolver a institucionalidade da UNASUL em matéria de direitos humanos.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N7 - Definir as condições de acesso ao mercado de contratações públicas entre Estados Partes do MERCOSUL, por meio da revisão da Decisão Nº CMC 23/06 – Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N6 - Estabelecer novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital não Produzidos no MERCOSUL.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04NC - Fortalecer a participação brasileira nos órgãos setoriais da UNASUL.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04NB - Fortalecer e ampliar a aproximação do Brasil e da América do Sul com os países da América Central e com o México.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04NA - Fortalecer e ampliar a aproximação do Brasil e da América do Sul com os países do Caribe.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04ND - Fortalecer o processo de integração da infraestrutura física regional em suas diferentes dimensões.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N3 - Incrementar a participação de organizações da sociedade civil nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N8 - Intensificar a integração produtiva com os Estados Partes do MERCOSUL, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e/ou da facilitação de acesso a diferentes formas de financiamento.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04N0 - Promover o desenvolvimento econômico e social das zonas de fronteira, por meio do incentivo a iniciativas conjuntas com os países vizinhos que permitam o enfrentamento dos desafios comuns, nas áreas de saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, dentre outros, com vistas à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1141 - Consolidar o papel do Brasil como ator global, reforçando relações estratégicas em todos os continentes.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04NH - Fortalecer e ampliar ações de diálogo político e de cooperação com os países do BRICS e do IBAS, na esfera bilateral e no âmbito desses mecanismos e de outros organismos internacionais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04NI - Fortalecer e ampliar mecanismos e ações de diálogo político e cooperação com os países de língua portuguesa, na esfera bilateral e no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04NF - Fortalecer e ampliar mecanismos e ações de diálogo político e cooperação com os países desenvolvidos, na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04NG - Fortalecer e ampliar mecanismos e ações de diálogo político e cooperação com os países em desenvolvimento, na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1144 - Zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior, ampliando a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares, garantindo a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras, com foco no bem-estar coletivo.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OV - Aprimorar a qualidade e a confiabilidade dos documentos brasileiros emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da renovação dos insumos e da atualização dos elementos de segurança.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04OW - Aprimorar normas migratórias, negociações e gestões junto a outros países, foros regionais e instâncias multilaterais, com vistas à celebração de acordos, criação de mecanismos de consultas e promoção de mudanças no direito internacional que favoreçam os brasileiros no exterior.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04OU - Garantir o apoio às comunidades brasileiras no exterior, com foco nos grupos vulneráveis, com ações que visem ao empoderamento e à facilitação de sua inserção nos países de acolhimento.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04OX - Manutenção de canais abertos com a sociedade civil em diferentes níveis, de modo a aumentar a transparência das atividades desenvolvidas e garantir o bom desempenho da rede de postos com serviços consulares no exterior.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1145 - Fortalecer a participação ativa e promover os interesses do Brasil nos debates acerca de temas globais, tais como direitos humanos, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia e meio ambiente, em instâncias bilaterais, regionais, multilaterais e multissetoriais.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OZ - Acompanhar, implementar e rever a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04P4 - Aprofundar a participação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Cúpula das Américas, com vistas a avançar na reforma da Organização.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04P0 - Contribuir para o avanço do processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
04QJ - Fortalecer a interlocução com a sociedade civil organizada, a academia e o setor privado brasileiros, com vistas a subsidiar as posições de Governo nos órgãos e fóruns multilaterais e multissetoriais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04P1 - Fortalecer a posição brasileira nos fóruns multilaterais e multissetoriais sobre internet, segurança da informação e das comunicações e segurança cibernética, com base nos princípios do multissetorialismo, multilateralismo, democracia, direito à privacidade, transparência e soberania nacional.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04P2 - Fortalecer a presença internacional brasileira na área de energia	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04OY - Promover a implementação e acompanhar o acordo multilateral sobre mudança do clima sob a Convenção-Quadro das Nações unidas sobre Mudança do Clima, a partir de sua aprovação pela 21ª Conferência das Partes (COP-21).	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04P3 - Promover o diálogo e a cooperação internacional no âmbito da promoção e proteção dos direitos humanos e em temas sociais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04P5 - Promover o diálogo e a cooperação internacional, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, em coordenação com parceiros estratégicos do Brasil, no enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais e à corrupção.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1146 - Projetar a imagem, a cultura e a língua do Brasil no exterior.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04OT - Difundir a cultura brasileira no exterior, em suas mais diversas variantes, com vistas a fortalecer as economias criativas nacionais e a consolidar o soft power do País junto a governos e a sociedades civis estrangeiras.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04OS - Promover a variante brasileira da língua portuguesa por meio do aperfeiçoamento das atividades dos Centros Culturais, dos Leitorados e da realização de projetos voltados para o Português como Língua de Herança, com o público total de seis mil alunos por ano.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1148 - Reforçar a atuação da diplomacia econômica e comercial, de forma a alcançar uma melhor inserção do Brasil nos circuitos globais de comércio e investimento.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04P9 - Ampliar acordos comerciais do MERCOSUL com novos parceiros extrarregionais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04P8 - Ampliar o número de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), como instrumento de internacionalização de empresas brasileiras e de atração de investimentos externos.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PB - Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação, no âmbito do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG).	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04PA - Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PE - Contribuir para aumentar o volume e a qualidade de investimentos estrangeiros para as obras prioritárias de infraestrutura brasileiras e para ampliar a internacionalização de empresas brasileiras, por meio do reforço dos laços diplomáticos com países estratégicos.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PF - Desenvolver programas de capacitação e de intercâmbio de experiências em promoção comercial, em atração de investimentos e em promoção do produto turístico brasileiro para as organizações públicas e privadas participantes do sistema de promoção comercial brasileiro.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PG - Fortalecer ações de inteligência comercial no âmbito do sistema de promoção comercial brasileiro, por meio da produção de conhecimento que contribua a uma maior inserção do Brasil em mercados selecionados.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PD - Fortalecer o processo de agregação de valor e de diversificação de pauta e dos destinos das exportações, por meio do estímulo à expansão da participação brasileira em mercados prioritários e/ou com potencial para crescimento das relações comerciais.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1149 - Atuar em prol da reforma e do reforço das estruturas de governança global, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e ampliar a participação do Brasil, aumentando seu peso nos processos decisórios internacionais.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04PL - Contribuir ativamente para a atualização e a reforma da governança econômica internacional, por meio da maior participação do Brasil nas Instituições Financeiras Internacionais e em novos mecanismos e instituições, em consonância com o maior peso do País na economia global.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PM - Garantir tratamento adequado dos interesses dos Estados Nacionais e da comunidade multissetorial global no sistema de governança da internet, atualmente em processo de transição.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PH - Incrementar a participação do Brasil nos esforços internacionais para a promoção e consolidação da paz e da segurança, inclusive por meio da participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PI - Intensificar as negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e dos órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Conselho de Segurança (CSNU).	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PK - Organizar e coordenar a participação do Brasil, no âmbito do G-20 Financeiro, nas reuniões de cúpula e em reuniões dos representantes dos lideres dos países-membros ("sherpas").	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PJ - Promover esforços para alcançar um mundo livre de armas de destruição em massa, em particular de armas nucleares, assegurada a plena fruição pelos Estados de seu direito aos usos pacíficos de bens e tecnologias de uso dual.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1150 - Estruturar e consolidar a cooperação internacional, em suas diversas modalidades, por meio da coordenação entre órgãos do Governo Federal, da interlocução com entes federativos e do diálogo com a sociedade civil, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e ampliar a inserção internacional do Brasil.

Órgão Responsável: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04PO - Ampliar a capacidade de resposta rápida e efetiva da cooperação internacional humanitária.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PS - Desenvolver projetos internacionais de cooperação geocientífica.	32000 - Ministério de Minas e Energia	Meta com andamento adequado.
04PN - Elaborar propostas de marcos legais e regulatórios para a cooperação internacional.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Meta com andamento adequado.
04PQ - Priorizar o componente da inovação nas iniciativas de cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação com países estratégicos, mediante a coordenação com os setores privado e acadêmico.	35000 - Ministério das Relações Exteriores	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2083 - Qualidade Ambiental

Quadro de Metas

Objetivo: 1102 - Reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DM - Elevar de 1,8% em 2013 para 3,6% em 2019 a taxa de recuperação de materiais recicláveis.	3,60	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	2,00	01/02/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04LI - Elevar de 37%, em 2013, para 70% em 2019 o patamar da população brasileira beneficiada por Planos Municipais de Resíduos Sólidos.	70,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	53,50	01/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
04S6 - Fomentar e fortalecer 1.000 cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e na cadeia produtiva da reciclagem	1.000,00	cooperativas, associações e redes de cooperação	40000 - Ministério do Trabalho	143,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1103 - Controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar.

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DT - Reduzir a concentração máxima de Dióxido de Enxofre (SO2) para até 30 µg/m³ (média anual) em 2019	30,00	µg/m³	44000 - Ministério do Meio Ambiente	2,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
04DS - Reduzir a concentração máxima de Material Particulado Inalável (MP10) para até 35 µg/m³ (média anual) em 2019	35,00	µg/m³	44000 - Ministério do Meio Ambiente	33,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
04DU - Reduzir a concentração máxima Dióxido de Nitrogênio (NO2) para até 50 µg/m³ (média anual) em 2019	50,00	µg/m³	44000 - Ministério do Meio Ambiente	46,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1104 - Promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DW - Promover a eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia.	100,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	20/12/2016	Meta com andamento adequado.
04DX - Promover a eliminação de 50% das Bifenilas Policloradas (PCB) em 3 empresas do Setor Elétrico inventariadas	50,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	20/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1105 - Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04EA - Instaurar 50.000 processos administrativos de apuração de infração ambiental.	50.000,00	processos	44000 - Ministério do Meio Ambiente	15.739,00	16/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04EB - Julgar 60.000 processos administrativos de apuração de infração ambiental.	60.000,00	processos	44000 - Ministério do Meio Ambiente	24.849,00	16/12/2016	Meta com andamento adequado.
04E2 - Publicar e divulgar 50 perfis ambientais de substâncias químicas e agentes biológicos perigosos.	50,00	perfis	44000 - Ministério do Meio Ambiente	4,00	16/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04E9 - Realizar 1.600 ações de fiscalização ambiental em todo o território nacional.	1.600,00	ações	44000 - Ministério do Meio Ambiente	785,00	16/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04E3 - Implementar o Sistema de Gerenciamento das Informações do Licenciamento Ambiental Federal - SIGA.	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Adoção de medidas de gestão.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos

Quadro de Metas

Objetivo: 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044B - Ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s	97,30	m³/s	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,50	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
016Z - Ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³	1.939,70	milhões de m³	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044C - Concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 340

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FL - Realizar a regularização fundiária, ambiental, de outorga e de segurança de 11 barragens da União	11,00	unidades	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
0171 - Recuperar 19 infraestruturas hídricas	19,00	unidades	53000 - Ministério da Integração Nacional	0,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04FN - Desenvolver e implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 0549 - Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica

Órgão Responsável: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
044A - Concluir o Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União - Planerb	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.
01LM - Concluir o Plano Nacional de Segurança Hídrica, por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do País e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
01LL - Elaborar o marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.
01LN - Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF	53000 - Ministério da Integração Nacional	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1024 - Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas

Órgão Responsável: 32000 - Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040Q - Ampliar a base de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS por meio da inclusão de 44.000 novos poços	44.000,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	9.401,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
040P - Ampliar a Rede Nacional Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS com a inclusão de 280 novos poços	280,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	8,00	31/12/2016	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.
040S - Desenvolver três estudos hidrológicos integrados, visando o entendimento da dinâmica hídrica chuva-água subterrânea-água superficial, utilizando novas tecnologias de coleta e medições	3,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
040R - Elaborar 20 mapas de água subterrânea (diversas escalas) em ambiência regional, nacional e internacional, com base no desenvolvimento de pesquisas e estudos hidrogeológicos	20,00	unidades	32000 - Ministério de Minas e Energia	3,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040T - Realizar o diagnóstico de água subterrânea de duas Regiões Metropolitanas, nas quais essa fonte é componente relevante no abastecimento, incluindo plano de gestão, estratégias de ampliação da oferta e avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação	2,00	unidades	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1025 - Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041O - Ampliar de 21% para 30% a Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real	30,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	28,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
041P - Ampliar de 58% para 100% a cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos	100,00	%	44000 - Ministério do Meio Ambiente	58,00	12/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041N - Disponibilizar dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH, no âmbito do Programa Qualiágua, de 16 Unidades da Federação	16,00	Unidades da Federação	44000 - Ministério do Meio Ambiente	15,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
041Q - Elaborar 3 planos de bacias interestaduais, e respectivos estudos de enquadramento	3,00	planos de bacia interestaduais	44000 - Ministério do Meio Ambiente	1,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
041M - Implementar as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos de 2 bacias interestaduais	2,00	bacias interestaduais	44000 - Ministério do Meio Ambiente	1,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.
041L - Implementar regras de uso da água em 5 bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa	5,00	regras de uso	44000 - Ministério do Meio Ambiente	6,00	30/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 344

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041W - Avançar nas metas estaduais referentes à Capacitação setorial, Cadastro de usuários, Monitoramento hidrometeorológico, Monitoramento da qualidade da água e Outorga em 20 unidades da federação, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão	20,00	Unidades da Federação	44000 - Ministério do Meio Ambiente	14,00	30/12/2016	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
041V - Atualizar o Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, como subsídio para os investimentos em sistemas de abastecimento das cidades	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Adoção de medidas de gestão.
041U - Publicar o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos, como subsídio para os investimentos em coleta e tratamento de esgotos	44000 - Ministério do Meio Ambiente	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1027 - Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas

Órgão Responsável: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0423 - Conservar e recuperar 8.000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes no âmbito do Programa Produtor de Água	8.000,00	hectares	44000 - Ministério do Meio Ambiente	0,00	30/12/2016	Adoção de medidas de gestão.
041X - Reduzir os níveis de poluição hídrica pela remoção de 72.000 toneladas de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)	72.000,00	toneladas	44000 - Ministério do Meio Ambiente	12.500,00	30/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

Quadro de Metas

Objetivo: 1071 - Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04D8 - Formar 50% dos conselheiros tutelares e de direito e profissionais do Sistema Socioeducativo do meio fechado para prevenção ao uso de álcool e outras drogas.	50,00	%	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
04D9 - Promover a qualificação da rede socioassistencial em ações intersetoriais para prevenção ao uso de álcool e outras drogas em 1.008 municípios.	1.008,00	Municípios	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	797,00	17/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04D7 - Ampliar e qualificar canais de comunicação com capacidade de interatividade e intervenção para a prevenção ao uso de álcool e outras drogas.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Adoção de medidas de gestão.
04DA - Promover ações intersetoriais de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em escolas públicas de educação básica, em articulação com estados, municípios e o Distrito Federal.	26000 - Ministério da Educação	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1072 - Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DB - Apoiar a implantação de 162 novos CAPS-AD e CAPS-AD III	162,00	CAPS-AD	36000 - Ministério da Saúde	27,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04JC - Apoiar a implantação de 200 equipes de Consultório na Rua.	200,00	equipes	36000 - Ministério da Saúde	111,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04JB - Apoiar a implantação de 28 unidades de acolhimento adulto	28,00	unidades	36000 - Ministério da Saúde	7,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04JA - Apoiar a implantação de 502 leitos de saúde mental em hospitais gerais	502,00	leitos	36000 - Ministério da Saúde	155,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
04J7 - Fomentar e fortalecer a inserção socioeconômica de 5 mil pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas em empreendimentos econômicos solidários e/ou cooperativas sociais.	5.000,00	beneficiários	40000 - Ministério do Trabalho	0,00	31/12/2016	Meta não iniciada ou suspensa.
04DE - Qualificar 100% das equipes de abordagem social com a adoção de parâmetros de cuidado que respeitem os direitos humanos dos usuários.	100,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta.
04DC - Qualificar os serviços prestados em 80% dos serviços de atenção em regime residencial transitório com a adoção de parâmetros de funcionamento e articulação com a rede de cuidado, respeitando os direitos humanos dos usuários.	80,00	%	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	09/01/2017	Meta não iniciada ou suspensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04JD - Realizar acompanhamento das famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas em 100% dos CREAS.	100,00	%	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	90,00	31/12/2015	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DD - Ampliar as políticas de qualificação profissional por meio do Projovem Trabalhador e da lei de aprendizagem como meio de inserir no mundo do trabalho as pessoas mais vulneráveis às consequências negativas do uso de álcool e outras drogas	40000 - Ministério do Trabalho	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Objetivo: 1073 - Promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DG - Estruturar uma política de educação permanente em prevenção, cuidado e reinserção social para 500 mil profissionais e atores da sociedade civil com foco nos direitos humanos das pessoas que usam álcool e outras drogas.	500.000,00	profissionais	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	0,00	09/01/2017	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DF - Fomentar o funcionamento de instâncias de articulação intersetorial sobre políticas de álcool e outras drogas em todas as unidades da federação e em 95% dos municípios acima de 200 mil habitantes	95,00	%	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	42,85	16/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DH - Aperfeiçoar o planejamento, monitoramento e avaliação da política de drogas, fortalecendo a produção de conhecimento e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.

Objetivo: 1074 - Fomentar a rede de proteção de crianças e adolescentes e suas famílias com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.

Órgão Responsável: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DJ - Articular serviços de cuidado e proteção às crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas .	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DAS METAS 350

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04DK - Construir estratégias com o sistema de justiça para evitar os encaminhamentos de adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool ou outras drogas para o sistema socioeducativo em meio fechado.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Meta com andamento adequado.
04DI - Definir e implementar parâmetros para a proteção social de crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool ou outras drogas.	30000 - Ministério da Justiça e Cidadania	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2086 - Transporte Aquaviário

Quadro de Metas

Objetivo: 0234 - Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
043V - Adequar 4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	4,00	IP4	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	2,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
00F2 - Eliminar 18 pontos críticos em hidrovias.	18,00	pontos críticos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0278 - Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0445 - Contratar a construção de 2 dispositivos de transposição de nível.	2,00	contratos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
00IL - Implantar 23 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	23,00	IP4	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	3,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0444 - Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem.	10,00	embarcações	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	5,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
02IW - Fomentar a contratação de R$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM.	14,00	bilhões de reais	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1054 - Assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas por meio da manutenção e da operação.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00F3 - Manter 7 corredores hidroviários.	7,00	corredores hidroviários	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	4,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
043X - Manter e operar 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.	40,00	IP4	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	40,00	31/12/2016	Meta anual atingida no exercício.
04LQ - Melhorar ou implantar sinalização em 7 hidrovias.	7,00	hidrovias	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	5,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1080 - Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0497 - Executar obras e serviços de dragagem em 12 portos nacionais.	12,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1,00	05/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
0498 - Realizar 83 arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.	83,00	arrendamentos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	2,00	17/01/2017	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
0495 - Realizar obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo em 11 portos nacionais.	11,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	2,00	18/01/2017	Meta com andamento adequado.

Metas Qualitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Orgão responsável pela Meta	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04T1 - Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais em portos marítimos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	Meta não iniciada ou suspensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Objetivo: 1082 - Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04A5 - Alcançar 80% do índice de cumprimento de metas de desempenho empresarial em 10 Administrações Portuárias.	10,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	11,00	13/01/2017	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
04A7 - Atualizar os Planos Mestres para 36 portos organizados.	36,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.
04A6 - Implementar o novo modelo de gestão em 10 Administrações Portuárias.	10,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	8,00	13/01/2017	Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1083 - Melhorar a produtividade, nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04AD - Implantar 4 Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos.	4,00	AALP	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04AE - Implantar em 06 portos sistema para otimizar o fluxo logístico de acesso terrestre.	6,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04AB - Implantar Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações em 04 portos públicos.	4,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
04AC - Implementar o sistema Porto Sem Papel (PSP) em 165 Terminais de Uso Privado alfandegados.	165,00	TUPs	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão; Meta não iniciada ou suspensa.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1084 - Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
04AF - 25% dos portos organizados com Índice de Desempenho Ambiental - IDA igual ou superior a 85.	25,00	%	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	67,00	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2087 - Transporte Terrestre

Quadro de Metas

Objetivo: 0130 - Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
006X - Conceder 6.944,9 km de rodovias	6.994,90	km	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
049C - Duplicar 2.772,5 km de rodovias federais concedidas	2.772,50	km	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	88,55	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
03ZZ - Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros	55,00	pontos críticos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	28,00	31/12/2016	Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0073 - Adequar 2 acessos portuários por meio de rodovias federais	2,00	portos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Meta não iniciada ou suspensa.
006Z - Adequar 694 km de rodovias federais	694,00	km	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	39,17	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
0076 - Adequar 4 travessias urbanas	4,00	travessias	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
0074 - Construir ou adequar 7 contornos ou anéis rodoviários	7,00	contornos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0137 - Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
007G - Construir 2 pontes	2,00	pontes	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
007C - Construir 2 pontes internacionais	2,00	pontes	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos.
0079 - Construir ou pavimentar 1133,0 km de rodovias	1.133,00	km	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	91,70	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0141 - Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040H - Conceder para expandir em 2.510 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada	2.510,00	km	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Realização de ações de divulgação; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
007J - Expandir em 1.101,2 km a malha ferroviária no país, com recursos do Orçamento Geral da União	1.101,20	km	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	68,00	31/12/2016	Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0147 - Ordenar o tráfego nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, de anéis, de variantes ferroviários e de outras intervenções.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
008C - Realizar 3 adequações ferroviárias em perímetro urbano	3,00	adequações	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	30/12/2016	Articulação de atores para implementação da meta; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 0280 - Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
00IQ - Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso	23,00	equipamentos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
00IR - Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade	2.500,00	equipamentos	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	3.160,00	31/12/2016	Meta total do PPA 2016-2019 já atingida.
03ZK - Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR Legal)	100,00	%	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	62,00	31/12/2016	Meta com andamento adequado.
040E - Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal	100,00	%	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	90,20	31/12/2016	Meta com andamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Objetivo: 1002 - Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.

Órgão Responsável: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2016-2019	Meta Prevista 2016-2019	Unidade de Medida	Orgão responsável pela Meta	Meta Realizada Até 2016	Data de Referência	Considerações e medidas propostas para atingimento das metas até 2019
040D - Conceder 1.537,0 km de ferrovias existentes	1.537,00	km	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação; Avaliação da estratégia da política pública e de eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos; Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta; Adoção de medidas de gestão.
017M - Realizar a manutenção permanente de 100% da malha ferroviária sob administração federal	100,00	%	39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	100,00	31/12/2016	Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação; Articulação de atores para implementação da meta; Adoção de medidas de gestão.

Não há informações de metas qualitativas para este objetivo

Nota: A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e da eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento ou capacitação envolve desde a

melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PPA
2016-2019

ANEXO 3

EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROGRAMAS

Ano-base 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Execução Financeira Total PPA 2016-2019 - exercício 2016
(Valores em Reais)

	Valor global PPA 2016-2019 (Lei 13.249/2016) *	Previsão inicial 2016**	Previsão final 2016 ***	Execução 2016****
Recursos Orçamentários (1)				
Orçamento fiscal e Seguridade	5.132.375.538.707	1.133.397.003.919	1.182.945.302.698	1.101.063.230.378
Orçamento de investimento das estatais	384.849.182.139	97.067.051.236	76.202.141.038	56.504.990.677
Total	**5.517.224.720.846**	**1.230.464.055.155**	**1.259.147.443.736**	**1.157.568.221.055**
Recursos Extraorçamentários (2)				
Créditos e demais fontes	2.303.393.682.837	553.287.812.961	551.651.662.149	392.190.947.240
Gastos tributários *****	457.848.430.685	110.291.207.863	99.959.356.944	99.959.356.944
Total	**2.761.242.113.522**	**663.579.020.824**	**651.611.019.093**	**492.150.304.184**
Total do Programa (1+2)	**8.278.466.834.368**	**1.894.043.075.979**	**1.910.758.462.829**	**1.649.718.525.238**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.
** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).
**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.
***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**22.014.119.534**	**7.359.537.068**	**8.102.857.866**	**5.212.106.271**
Despesas Correntes	19.529.463.740	6.772.247.533	7.612.273.091	5.110.200.183
Despesas de Capital	2.484.655.794	587.289.535	490.584.775	101.906.088
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**22.014.119.534**	**7.359.537.068**	**8.102.857.866**	**5.212.106.271**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	110.356.892.834	25.542.053.684	23.742.053.684	22.877.101.422
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**110.356.892.834**	**25.542.053.684**	**23.742.053.684**	**22.877.101.422**

Total do Programa (1+2)	**132.371.012.368**	**32.901.590.752**	**31.844.911.550**	**28.089.207.693**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**420.954.354.326**	**95.486.801.590**	**97.428.158.171**	**87.236.431.969**
Despesas Correntes	405.060.500.952	89.682.713.564	91.723.610.624	85.564.667.654
Despesas de Capital	15.893.853.374	5.804.088.026	5.704.547.547	1.671.764.315
Orçamento de investimento das estatais	1.217.871.508	308.203.604	159.067.023	73.327.003
Total	**422.172.225.834**	**95.795.005.194**	**97.587.225.194**	**87.309.758.972**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	3.630.000.000	950.000.000	950.000.000	367.083.323
Gastos Tributários *****	25.299.724.838	5.721.184.718	7.417.418.302	7.417.418.302
Total	**28.929.724.838**	**6.671.184.718**	**8.367.418.302**	**7.784.501.625**

Total do Programa (1+2)	**451.101.950.672**	**102.466.189.912**	**105.954.643.496**	**95.094.260.596**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência
(Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**531.895.790**	**132.316.937**	**116.480.225**	**40.579.040**
Despesas Correntes	422.014.477	110.108.799	101.031.235	38.147.778
Despesas de Capital	109.881.313	22.208.138	15.448.990	2.431.262
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**531.895.790**	**132.316.937**	**116.480.225**	**40.579.040**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**531.895.790**	**132.316.937**	**116.480.225**	**40.579.040**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**2.906.089.156**	**378.629.685**	**363.970.832**	**87.904.276**
Despesas Correntes	423.997.647	134.234.114	151.162.000	72.242.604
Despesas de Capital	2.482.091.509	244.395.571	212.808.832	15.661.672
Orçamento de investimento das estatais	3.484.743.981	801.535.162	834.742.516	671.048.300
Total	**6.390.833.137**	**1.180.164.847**	**1.198.713.348**	**758.952.576**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	5.358.739.244	1.849.249.187	1.849.249.187	975.628.874
Gastos Tributários *****	2.685.705.799	636.217.468	754.683.880	754.683.880
Total	**8.044.445.043**	**2.485.466.656**	**2.603.933.067**	**1.730.312.754**

Total do Programa (1+2)	**14.435.278.180**	**3.665.631.503**	**3.802.646.415**	**2.489.265.330**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**123.062.761.305**	**28.686.441.368**	**28.285.992.492**	**27.890.013.431**
Despesas Correntes	123.042.446.963	28.681.773.681	28.280.404.519	27.889.879.926
Despesas de Capital	20.314.342	4.667.687	5.587.973	133.505
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**123.062.761.305**	**28.686.441.368**	**28.285.992.492**	**27.890.013.431**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**123.062.761.305**	**28.686.441.368**	**28.285.992.492**	**27.890.013.431**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**13.946.956.925**	**3.309.657.727**	**3.110.161.035**	**2.395.035.884**
Despesas Correntes	12.352.999.854	2.885.005.568	2.676.833.250	2.167.090.019
Despesas de Capital	1.593.957.071	424.652.159	433.327.785	227.945.865
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**13.946.956.925**	**3.309.657.727**	**3.110.161.035**	**2.395.035.884**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	35.003.000.000	8.372.000.000	8.372.000.000	5.414.992.664
Gastos Tributários *****	43.019.909.407	9.472.615.956	8.953.419.167	8.953.419.167
Total	**78.022.909.407**	**17.844.615.956**	**17.325.419.167**	**14.368.411.831**

Total do Programa (1+2)	**91.969.866.332**	**21.154.273.683**	**20.435.580.202**	**16.763.447.716**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**402.609.842**	**117.649.222**	**138.249.222**	**85.988.394**
Despesas Correntes	398.569.842	116.649.222	134.199.222	85.768.594
Despesas de Capital	4.040.000	1.000.000	4.050.000	219.800
Orçamento de investimento das estatais	27.559.873.000	10.095.926.000	7.071.606.000	4.418.473.320
Total	**27.962.482.842**	**10.213.575.222**	**7.209.855.222**	**4.504.461.714**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	10.000.308.000	1.700.000.000	1.700.000.000	1.294.463.207
Gastos Tributários *****	1.836.249.911	1.620.069.629	1.598.176.344	1.598.176.344
Total	**11.836.557.911**	**3.320.069.629**	**3.298.176.344**	**2.892.639.551**

Total do Programa (1+2)	**39.799.040.753**	**13.533.644.851**	**10.508.031.566**	**7.397.101.265**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**15.268.962.269**	**4.398.080.590**	**2.962.198.200**	**2.162.741.101**
Despesas Correntes	5.728.278.423	2.161.318.379	768.976.208	719.165.663
Despesas de Capital	9.540.683.846	2.236.762.211	2.193.221.992	1.443.575.437
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**15.268.962.269**	**4.398.080.590**	**2.962.198.200**	**2.162.741.101**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	66.060.400.000	16.439.000.000	16.439.000.000	15.600.702.634
Gastos Tributários *****	139.078.302	32.992.229	31.240.860	31.240.860
Total	**66.199.478.302**	**16.471.992.229**	**16.470.240.860**	**15.631.943.494**

Total do Programa (1+2)	**81.468.440.571**	**20.870.072.819**	**19.432.439.060**	**17.794.684.595**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**2.351.286.833**	**524.615.793**	**482.093.732**	**395.132.695**
Despesas Correntes	1.181.202.583	244.310.847	243.805.737	188.712.599
Despesas de Capital	1.170.084.250	280.304.946	238.287.995	206.420.096
Orçamento de investimento das estatais	3.320.854.308	900.512.247	865.713.578	350.142.015
Total	**5.672.141.141**	**1.425.128.040**	**1.347.807.310**	**745.274.710**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	4.537.600.000	587.600.000	587.600.000	2.366.000
Gastos Tributários *****	22.889.940.100	7.907.002.942	1.124.255.372	1.124.255.372
Total	**27.427.540.100**	**8.494.602.942**	**1.711.855.372**	**1.126.621.372**

Total do Programa (1+2)	**33.099.681.241**	**9.919.730.982**	**3.059.662.682**	**1.871.896.082**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**5.969.072.106**	**1.376.309.320**	**1.504.576.284**	**251.237.436**
Despesas Correntes	1.717.658.673	377.241.053	495.142.830	185.745.191
Despesas de Capital	4.251.413.433	999.068.267	1.009.433.454	65.492.245
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**5.969.072.106**	**1.376.309.320**	**1.504.576.284**	**251.237.436**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	8.751.269.242	2.074.247.193	2.053.439.024	2.053.439.024
Total	**8.751.269.242**	**2.074.247.193**	**2.053.439.024**	**2.053.439.024**

Total do Programa (1+2)	**14.720.341.348**	**3.450.556.513**	**3.558.015.308**	**2.304.676.460**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**1.323.228.500**	**235.145.687**	**234.965.687**	**156.365.521**
Despesas Correntes	904.478.323	178.969.306	186.032.055	143.946.254
Despesas de Capital	418.750.177	56.176.381	48.933.632	12.419.267
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**1.323.228.500**	**235.145.687**	**234.965.687**	**156.365.521**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**1.323.228.500**	**235.145.687**	**234.965.687**	**156.365.521**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**20.182.570.420**	**5.561.759.968**	**5.549.054.535**	**72.546.153**
Despesas Correntes	336.392.936	103.226.138	69.282.181	14.804.160
Despesas de Capital	19.846.177.484	5.458.533.830	5.479.772.354	57.741.994
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**20.182.570.420**	**5.561.759.968**	**5.549.054.535**	**72.546.153**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	89.738.642.552	19.492.552.215	19.562.552.215	10.786.147.721
Gastos Tributários *****	147.859.198.363	32.714.263.087	27.790.867.195	27.790.867.195
Total	**237.597.840.915**	**52.206.815.303**	**47.353.419.410**	**38.577.014.916**

Total do Programa (1+2)	**257.780.411.335**	**57.768.575.271**	**52.902.473.945**	**38.649.561.069**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**3.923.719.656**	**187.883.147**	**882.552.294**	**818.228.176**
Despesas Correntes	2.900.591.714	178.203.412	861.822.042	806.299.914
Despesas de Capital	1.023.127.942	9.679.735	20.730.252	11.928.262
Orçamento de investimento das estatais	43.363.652.273	10.728.010.306	6.475.864.512	4.151.450.483
Total	**47.287.371.929**	**10.915.893.453**	**7.358.416.806**	**4.969.678.659**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	150.514.692.747	35.281.251.165	35.281.251.165	19.279.424.623
Gastos Tributários *****	13.644.441.391	3.073.988.296	3.465.694.285	3.465.694.285
Total	**164.159.134.138**	**38.355.239.460**	**38.746.945.450**	**22.745.118.908**

Total do Programa (1+2)	**211.446.506.067**	**49.271.132.914**	**46.105.362.256**	**27.714.797.568**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**167.894.925**	**44.872.090**	**39.608.960**	**9.405.817**
Despesas Correntes	118.534.189	33.310.078	28.046.948	5.193.040
Despesas de Capital	49.360.736	11.562.012	11.562.012	4.212.778
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**167.894.925**	**44.872.090**	**39.608.960**	**9.405.817**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**167.894.925**	**44.872.090**	**39.608.960**	**9.405.817**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**5.923.435.509**	**1.519.197.318**	**1.470.886.315**	**363.081.562**
Despesas Correntes	2.809.808.199	706.315.563	460.327.763	155.524.127
Despesas de Capital	3.113.627.310	812.881.755	1.010.558.552	207.557.436
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**5.923.435.509**	**1.519.197.318**	**1.470.886.315**	**363.081.562**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	7.123.135.210	3.152.367.962	2.691.248.853	2.691.248.853
Total	**7.123.135.210**	**3.152.367.962**	**2.691.248.853**	**2.691.248.853**

Total do Programa (1+2)	**13.046.570.719**	**4.671.565.280**	**4.162.135.168**	**3.054.330.415**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**225.716.701.531**	**47.220.335.202**	**50.645.353.169**	**49.598.361.090**
Despesas Correntes	225.582.671.170	47.095.069.107	50.528.720.810	49.584.902.757
Despesas de Capital	134.030.361	125.266.095	116.632.359	13.458.332
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**225.716.701.531**	**47.220.335.202**	**50.645.353.169**	**49.598.361.090**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	17.483.401.125	3.953.630.641	4.021.637.838	4.021.637.838
Total	**17.483.401.125**	**3.953.630.641**	**4.021.637.838**	**4.021.637.838**

Total do Programa (1+2)	**243.200.102.656**	**51.173.965.843**	**54.666.991.007**	**53.619.998.928**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**4.441.937.262**	**842.545.234**	**1.097.800.771**	**407.915.055**
Despesas Correntes	2.875.051.279	573.193.937	681.364.196	404.555.928
Despesas de Capital	1.566.885.983	269.351.297	416.436.575	3.359.127
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**4.441.937.262**	**842.545.234**	**1.097.800.771**	**407.915.055**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**4.441.937.262**	**842.545.234**	**1.097.800.771**	**407.915.055**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**2.311.173.015**	**484.684.809**	**512.269.988**	**413.319.696**
Despesas Correntes	1.472.314.460	292.708.597	339.146.336	299.611.977
Despesas de Capital	838.858.555	191.976.212	173.123.652	113.707.719
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**2.311.173.015**	**484.684.809**	**512.269.988**	**413.319.696**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**2.311.173.015**	**484.684.809**	**512.269.988**	**413.319.696**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**1.688.812.318**	**345.038.321**	**1.801.408.508**	**1.036.514.710**
Despesas Correntes	348.204.725	48.840.088	1.009.669.159	802.197.921
Despesas de Capital	1.340.607.593	296.198.233	791.739.349	234.316.789
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**1.688.812.318**	**345.038.321**	**1.801.408.508**	**1.036.514.710**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	2.417.575.529	1.496.964.364	1.496.964.364	77.340.621
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**2.417.575.529**	**1.496.964.364**	**1.496.964.364**	**77.340.621**

Total do Programa (1+2)	**4.106.387.847**	**1.842.002.685**	**3.298.372.872**	**1.113.855.331**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**270.000.977**	**55.897.954**	**52.536.015**	**33.699.818**
Despesas Correntes	242.027.111	50.911.274	47.440.959	30.838.217
Despesas de Capital	27.973.866	4.986.680	5.095.056	2.861.600
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**270.000.977**	**55.897.954**	**52.536.015**	**33.699.818**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	240.942.704	114.865.192	0	0
Total	**240.942.704**	**114.865.192**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**510.943.681**	**170.763.146**	**52.536.015**	**33.699.818**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**2.206.116.899**	**412.069.335**	**400.861.683**	**243.395.436**
Despesas Correntes	1.616.553.869	324.763.271	350.985.806	238.871.273
Despesas de Capital	589.563.030	87.306.064	49.875.877	4.524.163
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**2.206.116.899**	**412.069.335**	**400.861.683**	**243.395.436**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	518.000.000	129.500.000	129.500.000	515.508.280
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**518.000.000**	**129.500.000**	**129.500.000**	**515.508.280**

Total do Programa (1+2)	**2.724.116.899**	**541.569.335**	**530.361.683**	**758.903.716**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**101.358.101**	**24.102.825**	**22.272.825**	**621.893**
Despesas Correntes	92.667.276	20.809.000	21.607.271	621.893
Despesas de Capital	8.690.825	3.293.825	665.554	0
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**101.358.101**	**24.102.825**	**22.272.825**	**621.893**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	250.000.000	25.000.000	25.000.000	15.014.620
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**250.000.000**	**25.000.000**	**25.000.000**	**15.014.620**

Total do Programa (1+2)	**351.358.101**	**49.102.825**	**47.272.825**	**15.636.513**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**497.033.513**	**167.340.423**	**148.973.855**	**31.398.563**
Despesas Correntes	98.746.056	22.971.618	32.894.016	21.279.330
Despesas de Capital	398.287.457	144.368.805	116.079.839	10.119.233
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**497.033.513**	**167.340.423**	**148.973.855**	**31.398.563**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**497.033.513**	**167.340.423**	**148.973.855**	**31.398.563**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**229.636.664**	**77.998.712**	**74.732.617**	**28.882.990**
Despesas Correntes	196.283.065	61.426.278	59.723.764	23.921.036
Despesas de Capital	33.353.599	16.572.434	15.008.853	4.961.955
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**229.636.664**	**77.998.712**	**74.732.617**	**28.882.990**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	18.931.241.534	4.425.210.029	4.425.210.029	2.852.754.620
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**18.931.241.534**	**4.425.210.029**	**4.425.210.029**	**2.852.754.620**

Total do Programa (1+2)	**19.160.878.198**	**4.503.208.741**	**4.499.942.646**	**2.881.637.610**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**4.385.438.432**	**940.046.771**	**998.410.606**	**395.564.388**
Despesas Correntes	403.584.941	120.595.494	209.290.494	174.239.353
Despesas de Capital	3.981.853.491	819.451.277	789.120.112	221.325.036
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**4.385.438.432**	**940.046.771**	**998.410.606**	**395.564.388**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	54.490.061.685	18.961.644.817	18.961.644.817	3.585.199.000
Gastos Tributários *****	7.106.973.306	1.607.144.241	1.555.478.359	1.555.478.359
Total	**61.597.034.991**	**20.568.789.058**	**20.517.123.176**	**5.140.677.359**

Total do Programa (1+2)	**65.982.473.423**	**21.508.835.829**	**21.515.533.782**	**5.536.241.747**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**58.758.054.768**	**7.097.896.431**	**7.095.489.525**	**6.757.511.882**
Despesas Correntes	14.906.664.030	2.595.137.842	2.446.866.497	2.245.946.322
Despesas de Capital	43.851.390.738	4.502.758.589	4.648.623.028	4.511.565.561
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**58.758.054.768**	**7.097.896.431**	**7.095.489.525**	**6.757.511.882**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	550.390.000.000	137.310.000.000	137.310.000.000	107.259.710.277
Gastos Tributários *****	20.037.918.092	4.711.602.512	2.432.288.230	2.432.288.230
Total	**570.427.918.092**	**142.021.602.512**	**139.742.288.230**	**109.691.998.507**

Total do Programa (1+2)	**629.185.972.860**	**149.119.498.943**	**146.837.777.755**	**116.449.510.390**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2050 - Mudança do Clima (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**1.927.843.953**	**461.246.645**	**473.946.909**	**63.464.715**
Despesas Correntes	324.564.888	82.297.378	87.013.494	63.282.160
Despesas de Capital	1.603.279.065	378.949.267	386.933.415	182.555
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**1.927.843.953**	**461.246.645**	**473.946.909**	**63.464.715**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	625.208.525	213.046.916	220.896.104	99.848.167
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**625.208.525**	**213.046.916**	**220.896.104**	**99.848.167**

Total do Programa (1+2)	**2.553.052.478**	**674.293.561**	**694.843.013**	**163.312.881**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**408.777.802**	**88.904.246**	**88.884.246**	**17.537.468**
Despesas Correntes	277.904.636	57.710.635	57.690.635	13.972.831
Despesas de Capital	130.873.166	31.193.611	31.193.611	3.564.637
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**408.777.802**	**88.904.246**	**88.884.246**	**17.537.468**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**408.777.802**	**88.904.246**	**88.884.246**	**17.537.468**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**525.343.914**	**112.365.873**	**112.265.873**	**31.582.057**
Despesas Correntes	428.126.708	88.168.667	88.168.667	31.500.098
Despesas de Capital	97.217.206	24.197.206	24.097.206	81.959
Orçamento de investimento das estatais	263.042.726.000	64.088.987.000	52.814.994.000	42.722.334.578
Total	**263.568.069.914**	**64.201.352.873**	**52.927.259.873**	**42.753.916.635**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	13.111.744.000	5.804.524.400	5.804.524.400	4.591.846.332
Gastos Tributários *****	4.864.328.019	1.354.698.404	808.992.236	808.992.236
Total	**17.976.072.019**	**7.159.222.804**	**6.613.516.636**	**5.400.838.568**

Total do Programa (1+2)	**281.544.141.933**	**71.360.575.676**	**59.540.776.509**	**48.154.755.203**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**2.001.508.187**	**1.907.508.561**	**2.028.254.418**	**24.137.902**
Despesas Correntes	33.600.079	17.077.639	18.936.935	1.072.583
Despesas de Capital	1.967.908.108	1.890.430.922	2.009.317.483	23.065.320
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**2.001.508.187**	**1.907.508.561**	**2.028.254.418**	**24.137.902**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	2.002.000.000	501.000.000	501.000.000	433.729
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**2.002.000.000**	**501.000.000**	**501.000.000**	**433.729**

Total do Programa (1+2)	**4.003.508.187**	**2.408.508.561**	**2.529.254.418**	**24.571.631**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**895.581.024**	**183.828.706**	**176.015.706**	**64.046.671**
Despesas Correntes	373.093.983	72.052.527	72.505.527	39.697.357
Despesas de Capital	522.487.041	111.776.179	103.510.179	24.349.314
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**895.581.024**	**183.828.706**	**176.015.706**	**64.046.671**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**895.581.024**	**183.828.706**	**176.015.706**	**64.046.671**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**65.361.138.190**	**11.387.869.170**	**11.733.589.683**	**8.089.885.732**
Despesas Correntes	17.635.884.817	4.009.515.238	4.702.105.014	3.561.948.437
Despesas de Capital	47.725.253.373	7.378.353.932	7.031.484.669	4.527.937.295
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**65.361.138.190**	**11.387.869.170**	**11.733.589.683**	**8.089.885.732**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	1.455.000.000	340.000.000	340.000.000	19.000.000
Gastos Tributários *****	296.339.841	67.013.178	65.090.425	65.090.425
Total	**1.751.339.841**	**407.013.178**	**405.090.425**	**84.090.425**

Total do Programa (1+2)	**67.112.478.031**	**11.794.882.348**	**12.138.680.108**	**8.173.976.157**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**3.618.442.120**	**766.393.574**	**891.813.574**	**572.668.329**
Despesas Correntes	3.243.727.610	674.345.031	780.033.017	535.135.013
Despesas de Capital	374.714.510	92.048.543	111.780.557	37.533.315
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**3.618.442.120**	**766.393.574**	**891.813.574**	**572.668.329**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	1.060.048.000	223.168.000	223.168.000	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**1.060.048.000**	**223.168.000**	**223.168.000**	**0**

Total do Programa (1+2)	**4.678.490.120**	**989.561.574**	**1.114.981.574**	**572.668.329**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**2.184.007.827.283**	**481.699.530.163**	**500.791.313.169**	**499.992.236.448**
Despesas Correntes	2.183.667.153.231	481.619.144.151	500.734.388.415	499.987.933.614
Despesas de Capital	340.674.052	80.386.012	56.924.754	4.302.834
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**2.184.007.827.283**	**481.699.530.163**	**500.791.313.169**	**499.992.236.448**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	49.398.128.755	11.613.285.405	13.985.333.129	13.985.333.129
Total	**49.398.128.755**	**11.613.285.405**	**13.985.333.129**	**13.985.333.129**

Total do Programa (1+2)	**2.233.405.956.038**	**493.312.815.568**	**514.776.646.298**	**513.977.569.577**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
(Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**187.388.200**	**80.011.422**	**71.931.173**	**1.198.830**
Despesas Correntes	69.267.624	29.088.949	21.433.908	1.098.830
Despesas de Capital	118.120.576	50.922.473	50.497.265	100.000
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**187.388.200**	**80.011.422**	**71.931.173**	**1.198.830**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	1.421.383.534	323.414.632	327.512.604	327.512.604
Total	**1.421.383.534**	**323.414.632**	**327.512.604**	**327.512.604**

Total do Programa (1+2)	**1.608.771.734**	**403.426.054**	**399.443.777**	**328.711.434**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**56.831.714**	**21.074.831**	**12.418.129**	**5.566.777**
Despesas Correntes	52.895.105	19.373.519	10.971.913	5.566.777
Despesas de Capital	3.936.609	1.701.312	1.446.216	0
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**56.831.714**	**21.074.831**	**12.418.129**	**5.566.777**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	36.500.000	6.500.000	6.500.000	6.140.918
Gastos Tributários *****	1.423.747.262	530.446.287	535.931.515	535.931.515
Total	**1.460.247.262**	**536.946.287**	**542.431.515**	**542.072.432**

Total do Programa (1+2)	**1.517.078.976**	**558.021.118**	**554.849.644**	**547.639.209**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**299.924.767**	**87.818.291**	**78.920.590**	**41.366.792**
Despesas Correntes	286.342.381	77.114.727	73.567.434	41.225.077
Despesas de Capital	13.582.386	10.703.564	5.353.156	141.715
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**299.924.767**	**87.818.291**	**78.920.590**	**41.366.792**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	368.513.319	83.428.555	82.134.892	82.134.892
Total	**368.513.319**	**83.428.555**	**82.134.892**	**82.134.892**

Total do Programa (1+2)	**668.438.086**	**171.246.846**	**161.055.482**	**123.501.683**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**6.553.082.488**	**1.541.178.634**	**1.534.491.073**	**1.227.698.420**
Despesas Correntes	6.091.587.724	1.432.565.697	1.428.562.618	1.179.600.029
Despesas de Capital	461.494.764	108.612.937	105.928.455	48.098.392
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**6.553.082.488**	**1.541.178.634**	**1.534.491.073**	**1.227.698.420**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	107.787.693	31.529.878	31.529.878	14.660.915
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**107.787.693**	**31.529.878**	**31.529.878**	**14.660.915**

Total do Programa (1+2)	**6.660.870.181**	**1.572.708.512**	**1.566.020.951**	**1.242.359.335**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**8.765.827.062**	**1.940.101.664**	**1.847.416.952**	**483.893.175**
Despesas Correntes	597.729.220	131.675.994	139.614.855	71.930.185
Despesas de Capital	8.168.097.842	1.808.425.670	1.707.802.097	411.962.990
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**8.765.827.062**	**1.940.101.664**	**1.847.416.952**	**483.893.175**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	15.000.000	15.000.000	15.000.000	2.783.903
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**15.000.000**	**15.000.000**	**15.000.000**	**2.783.903**

Total do Programa (1+2)	**8.780.827.062**	**1.955.101.664**	**1.862.416.952**	**486.677.078**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**5.472.488.403**	**1.210.242.031**	**1.447.565.383**	**599.508.344**
Despesas Correntes	149.628.211	36.421.411	67.685.185	2.712.618
Despesas de Capital	5.322.860.192	1.173.820.620	1.379.880.198	596.795.726
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**5.472.488.403**	**1.210.242.031**	**1.447.565.383**	**599.508.344**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	34.096.065.578	7.415.968.842	7.415.968.842	931.438.000
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**34.096.065.578**	**7.415.968.842**	**7.415.968.842**	**931.438.000**

Total do Programa (1+2)	**39.568.553.981**	**8.626.210.873**	**8.863.534.225**	**1.530.946.344**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**5.489.421.191**	**935.690.550**	**878.156.299**	**461.966.437**
Despesas Correntes	3.615.891.749	595.178.161	596.677.958	339.296.727
Despesas de Capital	1.873.529.442	340.512.389	281.478.341	122.669.710
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**5.489.421.191**	**935.690.550**	**878.156.299**	**461.966.437**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**5.489.421.191**	**935.690.550**	**878.156.299**	**461.966.437**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**241.629.372.065**	**55.677.295.946**	**56.830.778.887**	**54.440.554.679**
Despesas Correntes	241.386.260.301	55.616.319.182	56.770.183.575	54.420.271.946
Despesas de Capital	243.111.764	60.976.764	60.595.312	20.282.733
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**241.629.372.065**	**55.677.295.946**	**56.830.778.887**	**54.440.554.679**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	63.207.875.322	12.380.345.791	12.466.345.791	9.595.856.200
Gastos Tributários *****	26.688.414.432	6.169.867.937	7.079.233.652	7.079.233.652
Total	**89.896.289.754**	**18.550.213.727**	**19.545.579.443**	**16.675.089.852**

Total do Programa (1+2)	**331.525.661.819**	**74.227.509.673**	**76.376.358.330**	**71.115.644.532**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**1.836.614.433**	**761.647.051**	**968.811.465**	**99.964.577**
Despesas Correntes	756.513.559	200.707.495	226.933.662	95.887.568
Despesas de Capital	1.080.100.874	560.939.556	741.877.803	4.077.009
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**1.836.614.433**	**761.647.051**	**968.811.465**	**99.964.577**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	710.192.857	247.485.714	247.485.714	549.034.628
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**710.192.857**	**247.485.714**	**247.485.714**	**549.034.628**

Total do Programa (1+2)	**2.546.807.290**	**1.009.132.765**	**1.216.297.179**	**648.999.205**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2077 - Agropecuária Sustentável (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**59.265.981.201**	**16.619.013.270**	**16.600.122.784**	**9.083.698.574**
Despesas Correntes	24.600.887.405	8.328.842.771	8.295.305.196	5.206.704.419
Despesas de Capital	34.665.093.796	8.290.170.499	8.304.817.588	3.876.994.155
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**59.265.981.201**	**16.619.013.270**	**16.600.122.784**	**9.083.698.574**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	800.018.740.375	187.000.000.000	187.000.000.000	139.564.177.448
Gastos Tributários *****	33.313.462.719	7.942.942.470	7.284.711.433	7.284.711.433
Total	**833.332.203.094**	**194.942.942.470**	**194.284.711.433**	**146.848.888.880**

Total do Programa (1+2)	**892.598.184.295**	**211.561.955.740**	**210.884.834.217**	**155.932.587.454**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**1.491.180.019**	**355.161.054**	**363.703.839**	**243.934.274**
Despesas Correntes	1.423.428.672	329.297.433	342.232.611	242.681.630
Despesas de Capital	67.751.347	25.863.621	21.471.228	1.252.644
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**1.491.180.019**	**355.161.054**	**363.703.839**	**243.934.274**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	1.398.826.485	371.895.378	371.895.378	221.735.198
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**1.398.826.485**	**371.895.378**	**371.895.378**	**221.735.198**

Total do Programa (1+2)	**2.890.006.504**	**727.056.432**	**735.599.217**	**465.669.472**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**2.352.334.409**	**579.412.267**	**574.279.606**	**516.832.816**
Despesas Correntes	2.279.070.015	533.049.747	529.167.086	514.884.390
Despesas de Capital	73.264.394	46.362.520	45.112.520	1.948.427
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**2.352.334.409**	**579.412.267**	**574.279.606**	**516.832.816**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	238.667.016.340	58.370.000.000	58.370.000.000	43.383.745.246
Gastos Tributários *****	14.370.209.519	3.678.412.222	4.284.215.129	4.284.215.129
Total	**253.037.225.859**	**62.048.412.222**	**62.654.215.129**	**47.667.960.374**

Total do Programa (1+2)	**255.389.560.268**	**62.627.824.489**	**63.228.494.735**	**48.184.793.191**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2080 - Educação de qualidade para todos (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**194.326.980.971**	**46.886.732.003**	**47.659.245.260**	**36.156.384.967**
Despesas Correntes	168.573.543.118	40.668.399.207	41.423.035.429	34.445.547.939
Despesas de Capital	25.753.437.853	6.218.332.796	6.236.209.831	1.710.837.029
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**194.326.980.971**	**46.886.732.003**	**47.659.245.260**	**36.156.384.967**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	844.350.000	344.175.000	344.175.000	199.576.008
Gastos Tributários *****	6.031.781.015	1.384.037.963	1.274.969.874	1.274.969.874
Total	**6.876.131.015**	**1.728.212.963**	**1.619.144.874**	**1.474.545.882**

Total do Programa (1+2)	**201.203.111.986**	**48.614.944.966**	**49.278.390.134**	**37.630.930.849**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**8.122.440.629**	**2.030.520.991**	**4.839.479.825**	**2.548.373.811**
Despesas Correntes	4.828.321.779	1.173.459.867	2.331.262.611	1.323.181.463
Despesas de Capital	3.294.118.850	857.061.124	2.508.217.214	1.225.192.348
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**8.122.440.629**	**2.030.520.991**	**4.839.479.825**	**2.548.373.811**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	725.000.000	245.000.000	245.000.000	21.444.403
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**725.000.000**	**245.000.000**	**245.000.000**	**21.444.403**

Total do Programa (1+2)	**8.847.440.629**	**2.275.520.991**	**5.084.479.825**	**2.569.818.214**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2082 - Política Externa (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**4.098.431.895**	**671.822.116**	**1.129.852.116**	**802.064.496**
Despesas Correntes	4.025.397.356	651.135.897	1.089.035.897	786.960.045
Despesas de Capital	73.034.539	20.686.219	40.816.219	15.104.451
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**4.098.431.895**	**671.822.116**	**1.129.852.116**	**802.064.496**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**4.098.431.895**	**671.822.116**	**1.129.852.116**	**802.064.496**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2083 - Qualidade Ambiental (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**504.951.962**	**137.805.674**	**137.497.191**	**79.954.969**
Despesas Correntes	462.228.137	122.947.766	123.339.283	79.058.130
Despesas de Capital	42.723.825	14.857.908	14.157.908	896.839
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**504.951.962**	**137.805.674**	**137.497.191**	**79.954.969**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	8.901.143	3.253.381	3.253.381	4.611.237
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**8.901.143**	**3.253.381**	**3.253.381**	**4.611.237**

Total do Programa (1+2)	**513.853.105**	**141.059.055**	**140.750.572**	**84.566.206**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**21.087.943.858**	**2.995.079.057**	**3.713.597.235**	**1.600.311.454**
Despesas Correntes	1.726.417.604	264.840.089	275.749.579	181.947.409
Despesas de Capital	19.361.526.254	2.730.238.968	3.437.847.656	1.418.364.045
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**21.087.943.858**	**2.995.079.057**	**3.713.597.235**	**1.600.311.454**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	17.000.000	5.500.000	5.500.000	191.721
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**17.000.000**	**5.500.000**	**5.500.000**	**191.721**

Total do Programa (1+2)	**21.104.943.858**	**3.000.579.057**	**3.719.097.235**	**1.600.503.175**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**653.383.567**	**148.545.816**	**116.715.899**	**14.159.133**
Despesas Correntes	627.690.532	136.293.363	105.413.446	13.920.648
Despesas de Capital	25.693.035	12.252.453	11.302.453	238.485
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**653.383.567**	**148.545.816**	**116.715.899**	**14.159.133**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	0	0	0	0
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**0**	**0**	**0**	**0**

Total do Programa (1+2)	**653.383.567**	**148.545.816**	**116.715.899**	**14.159.133**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

Social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2086 - Transporte Aquaviário (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**24.614.033.795**	**5.926.018.358**	**5.482.376.727**	**3.558.798.510**
Despesas Correntes	587.952.890	118.493.024	137.290.847	54.124.672
Despesas de Capital	24.026.080.905	5.807.525.334	5.345.085.880	3.504.673.838
Orçamento de investimento das estatais	1.587.660.768	414.751.040	729.041.892	231.635.424
Total	**26.201.694.563**	**6.340.769.398**	**6.211.418.619**	**3.790.433.934**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	9.026.634.780	1.356.000.000	1.356.000.000	808.612.479
Gastos Tributários *****	0	0	0	0
Total	**9.026.634.780**	**1.356.000.000**	**1.356.000.000**	**808.612.479**

Total do Programa (1+2)	**35.228.329.343**	**7.696.769.398**	**7.567.418.619**	**4.599.046.413**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2087 - Transporte Terrestre (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução **** Exercício 2016
Orçamento fiscal e da Seguridade Social	**75.260.776.741**	**8.274.296.363**	**8.238.121.015**	**3.984.893.366**
Despesas Correntes	1.497.990.071	308.185.843	473.894.927	328.403.989
Despesas de Capital	73.762.786.670	7.966.110.520	7.764.226.088	3.656.489.376
Orçamento de investimento das estatais	0	0	0	0
Total	**75.260.776.741**	**8.274.296.363**	**8.238.121.015**	**3.984.893.366**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2016-2019 *	Previsão inicial ** Exercício 2016	Previsão atualizada *** Exercício 2016	Execução Exercício 2016
Créditos e demais fontes	34.062.637.614	5.851.394.200	5.851.394.200	1.272.372.822
Gastos Tributários *****	1.554.234.482	351.468.746	341.384.347	341.384.347
Total	**35.616.872.096**	**6.202.862.946**	**6.192.778.547**	**1.613.757.169**

Total do Programa (1+2)	**110.877.648.837**	**14.477.159.309**	**14.430.899.562**	**5.598.650.534**

* Valor constante da Lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, para os quatro anos do PPA.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

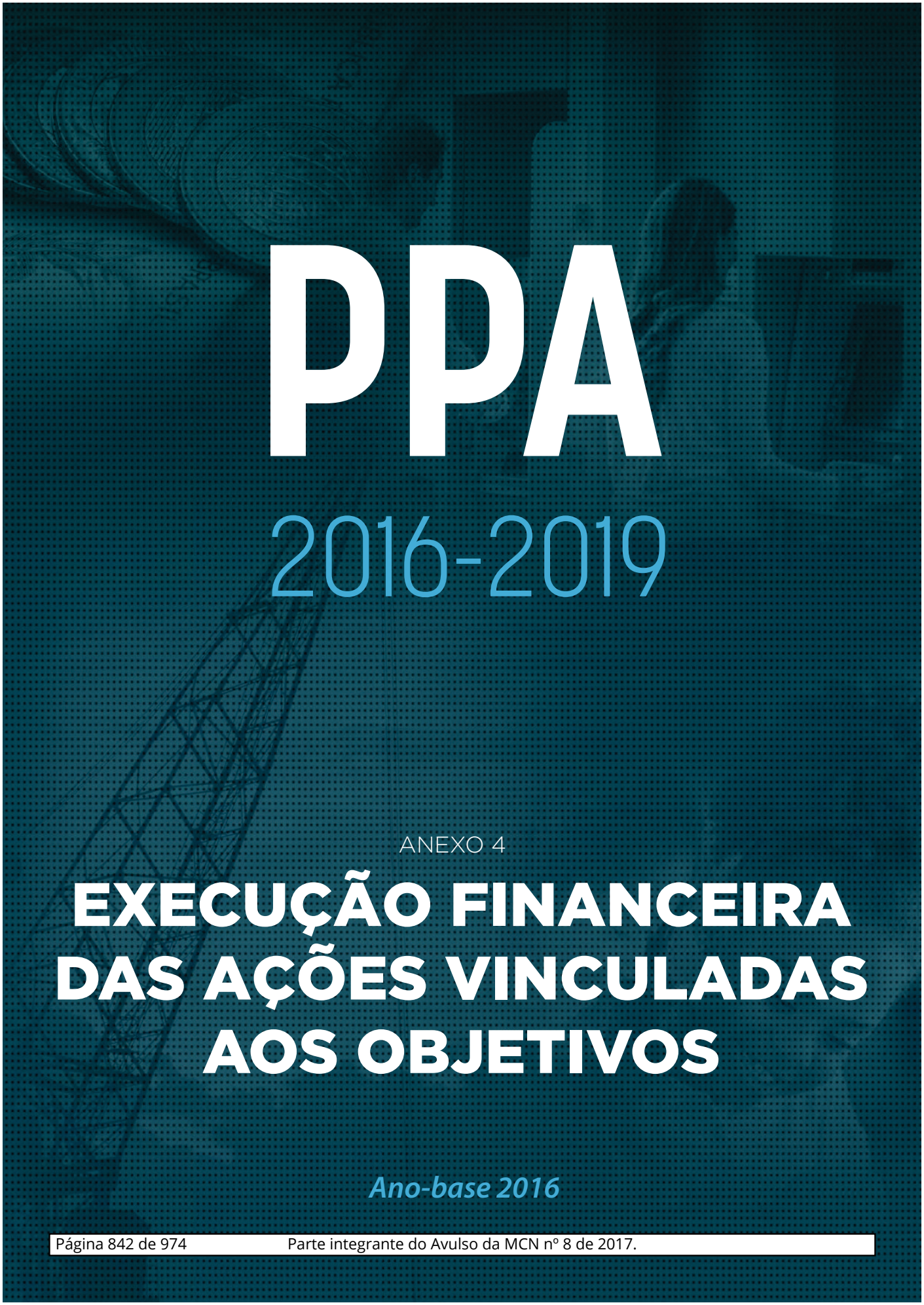
*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2014 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

OBJETIVO: 0411 - Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A81	366.000.000	203.000.000	80.574.366	65.539.366	65.539.366
0281	5.741.071.000	6.345.321.272	6.250.060.743	4.214.136.743	4.214.136.743
0359	203.000.000	748.514.982	748.514.982	712.514.982	712.514.982
00GZ	17.004.000	0	0	0	0
00GW	162.000.000	11.000.000	6.061.571	6.061.571	5.670.140
20GI	200.000.000	200.000.000	0	0	0
Total	6.689.075.000	7.507.836.254	7.085.211.662	4.998.252.662	4.997.861.231

OBJETIVO: 0412 - Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210S	209.571.831	199.571.831	197.151.944	112.052.365	97.143.918
210O	280.710.865	250.967.667	245.526.286	88.605.198	87.834.278
Total	490.282.696	450.539.498	442.678.229	200.657.563	184.978.196

OBJETIVO: 0413 - Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210V	31.742.986	64.662.640	44.061.754	6.342.759	4.795.730
Total	31.742.986	64.662.640	44.061.754	6.342.759	4.795.730

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210W	15.374.877	9.522.883	7.434.292	6.387.526	6.367.402
Total	15.374.877	9.522.883	7.434.292	6.387.526	6.367.402

OBJETIVO: 1138 - Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agricultores e das agricultoras familiares

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GD	133.061.509	70.296.591	68.877.049	465.760	465.760
Total	133.061.509	70.296.591	68.877.049	465.760	465.760

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

OBJETIVO: 0713 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125H	46.800.000	0	0	0	0
Total	46.800.000	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147J	19.621.218	16.181.218	3.440.934	2.213.119	1.963.519
Total	19.621.218	16.181.218	3.440.934	2.213.119	1.963.519

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YL	14.971.167	14.211.167	7.720.000	0	0
8758	306.000.000	315.960.000	310.323.970	289.794.367	278.528.741
8739	5.000.000	5.000.000	500.000	0	0
8305	51.786.000	61.786.000	61.667.671	59.550.660	59.301.922
8585	39.994.659.744	42.777.659.744	42.767.669.144	42.476.143.422	42.378.510.478
8721	80.000.000	64.836.700	53.649.386	48.582.889	48.582.889
4525	1.523.858.893	1.562.038.443	1.272.456.729	1.049.262.222	1.049.262.222
4324	16.050.000	16.050.000	12.079.965	85.239	69.275
8535	3.176.426.908	3.309.761.157	2.235.735.132	538.173.850	537.476.576
20SP	34.280.000	34.280.000	23.560.891	19.313.066	18.167.518
8759	228.000.000	228.000.000	220.945.923	178.547.056	172.898.044
6148	1.002.876.434	1.002.876.434	996.289.871	976.031.120	976.031.120
214U	2.944.000.000	2.844.000.000	2.835.763.514	2.621.592.319	2.621.151.790
8327	13.680.000	13.680.000	13.679.983	12.675.825	12.546.757
12L5	458.322.389	430.095.950	294.966.656	293.590.266	293.590.266
20G8	452.000.000	396.000.000	379.106.441	314.563.530	295.401.629
8581	1.323.252.035	1.299.919.170	985.176.401	303.021.409	303.021.409
20B1	48.500.000	54.633.597	53.695.875	52.888.175	52.888.175
8573	110.400.000	99.041.400	97.939.592	77.201.959	75.159.079
20AD	10.987.000.000	10.824.153.600	10.823.590.466	10.813.795.048	10.811.467.137
8730	253.984.860	230.500.049	201.768.072	196.158.576	196.022.000
7690	48.138.325	43.019.177	18.527.999	8.487.278	8.487.278
8577	5.400.000.000	4.867.000.000	4.861.434.727	4.858.929.273	4.858.929.273
6217	719.390.877	724.390.877	701.196.370	589.255.334	573.701.585
4295	1.225.920.000	1.303.182.259	1.275.456.301	1.097.692.993	1.096.089.307
8755	104.580.000	104.980.000	101.994.456	89.510.794	87.161.689
6516	103.520.000	103.117.741	98.108.716	79.267.739	75.707.449
Total	70.626.597.632	72.730.173.465	70.705.004.249	67.044.114.407	66.880.153.605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15EG	2.000.000	1.600.000	0	0	0
Total	2.000.000	1.600.000	0	0	0

OBJETIVO: 0714 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YJ	828.108.000	735.518.932	609.634.444	305.324.522	304.154.022
20AC	178.500.000	180.400.000	179.801.896	179.801.896	179.801.896
20AL	2.292.000.000	1.933.824.200	1.929.853.882	1.776.056.572	1.775.940.142
6174	8.840.000	8.840.000	8.816.745	8.457.459	8.457.459
3921	32.500.000	32.300.000	30.691.925	750.000	750.000
20K2	4.683.200	4.683.200	4.603	2.500	2.500
20YE	3.255.000.000	3.812.675.800	3.812.117.636	2.767.861.205	2.725.377.213
20T6	12.900.000	12.900.000	7.877.243	13.447	13.447
Total	6.612.531.200	6.721.142.132	6.578.798.374	5.038.267.601	4.994.496.679

OBJETIVO: 0721 - Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YD	995.822.200	994.128.200	868.609.135	777.770.656	777.717.365
212H	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
Total	998.822.200	997.128.200	871.609.135	777.770.656	777.717.365

OBJETIVO: 0724 - Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6182	99.700.000	79.700.000	50.615.722	42.371.553	42.371.553
6179	25.566.400	25.566.400	25.558.911	25.345.881	25.321.403
20Q4	14.860.000	14.860.000	14.859.250	14.841.447	14.841.447
20Q7	7.786.200	7.786.200	7.786.132	7.760.111	7.525.486
8715	16.890.000	16.890.000	7.338.876	6.020.837	6.019.948
20YM	48.701.219	46.511.219	16.849.102	11.380.226	11.380.226
2016	10.960.000	10.960.000	9.126.675	7.328.203	7.328.203
147V	1.300.000	1.690.000	1.690.000	1.690.000	1.690.000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

8708	13.700.000	13.700.000	6.011.691	4.541.870	4.541.870
Total	239.463.819	217.663.819	139.836.359	121.280.129	121.020.137

OBJETIVO: 0725 - Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B52	19.879.000	16.879.000	16.812.112	15.477.460	12.124.470
8287	49.800.000	49.800.000	32.774.403	14.263.084	14.263.084
8753	6.000.000	6.000.000	2.872.541	810.115	810.115
Total	75.679.000	72.679.000	52.459.056	30.550.658	27.197.669

OBJETIVO: 0726 - Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4705	7.000.000.000	7.145.000.000	7.144.666.065	6.657.935.121	6.657.713.095
20AH	98.152.000	96.377.300	52.385.992	31.816.928	31.816.928
4368	340.000.000	310.000.000	309.999.900	194.392.802	194.303.455
211V	1.700.000	1.700.000	0	0	0
20YS	491.397.334	853.072.378	560.759.503	497.371.556	497.371.556
20K5	10.498.000	10.498.000	5.280.188	5.058.688	5.058.688
4370	1.100.000.000	1.100.000.000	1.099.686.607	916.093.393	884.219.101
20AE	1.520.000.000	1.352.000.000	1.351.990.003	1.212.421.246	1.212.181.347
20YR	2.716.640.000	2.281.640.000	2.270.576.985	2.251.880.714	2.251.813.824
Total	13.278.387.334	13.150.287.678	12.795.345.243	11.766.970.447	11.734.477.994

OBJETIVO: 0727 - Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7674	61.550.000	73.265.000	73.179.492	70.989.269	70.791.601
14UO	32.000.000	10.155.000	10.134.450	9.306.821	9.306.821
20K0	1.800.000	1.800.000	1.797.557	1.740.570	1.740.570
20QF	68.600.000	68.600.000	58.210.131	42.536.145	42.505.213
13DT	4.000.000	4.000.000	3.999.900	3.998.900	3.998.900
2B42	27.880.000	27.880.000	21.975.476	16.676.230	15.960.335
8315	103.500.000	123.700.000	123.568.934	119.695.150	118.713.978
13DZ	500.000	500.000	483.824	483.824	483.824
2522	37.000.000	33.650.000	32.647.993	21.450.186	21.364.851
8636	46.966.200	46.966.200	36.287.362	13.583.330	13.583.330
6146	85.228.000	65.228.000	62.236.945	25.633.121	25.633.121

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	20K3	16.200.000	16.168.380	13.416.233	12.057.953	12.057.953
	20K7	90.560.000	70.660.000	59.747.549	18.957.418	18.246.734
	20K4	11.800.000	9.500.000	7.500.000	7.498.449	7.498.449
	20K1	8.424.800	8.424.800	8.419.949	7.787.253	7.761.398
Total		596.009.000	560.497.380	513.605.795	372.394.618	369.647.077

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146V	168.492.759	62.616.728	26.310.196
Total	168.492.759	62.616.728	26.310.196

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1H00	129.710.845	94.450.295	46.965.830
Total	129.710.845	94.450.295	46.965.830

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DU	48.897.556	57.777.556	48.480.000	47.432.216	47.432.216
Total	48.897.556	57.777.556	48.480.000	47.432.216	47.432.216

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DV	4.000.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
Total	4.000.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DW	240.000.000	182.000.000	130.351.000	125.106.066	125.106.066
Total	240.000.000	182.000.000	130.351.000	125.106.066	125.106.066

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
15EY	10.000.000	2.000.000	50.977
Total	10.000.000	2.000.000	50.977

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4339	34.000.000	32.400.000	27.015.824	22.063.857	21.837.843
8727	31.884.278	33.484.278	26.181.493	22.650.383	22.580.934
Total	65.884.278	65.884.278	53.197.317	44.714.240	44.418.777

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OBJETIVO: 1120 - Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6233	9.000.000	9.000.000	4.531.478	4.331.558	3.215.558
20QI	2.800.000	2.800.000	2.001.549	2.001.549	2.001.549
8761	1.100.000.000	1.100.000.000	1.063.323.954	987.258.196	987.258.196
20AI	24.700.000	24.700.000	23.287.408	21.938.904	21.938.904
12L4	95.842.000	89.324.413	11.677.322	11.677.322	11.677.322
8933	151.010.817	160.942.918	50.504.607	31.961.049	31.961.049
20R4	117.000.000	90.140.000	26.086.904	18.310.221	17.394.613
20B0	82.403.728	70.042.883	26.420.200	13.066.890	13.066.890
Total	1.582.756.545	1.546.950.214	1.207.833.423	1.090.545.689	1.088.514.081

OBJETIVO: 1126 - Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6175	21.422.259	21.422.259	2.416.225	2.416.225	2.416.225
8762	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
6178	11.072.410	11.072.410	4.564.572	3.300.865	3.300.865
8735	32.500.000	26.112.803	4.989.175	3.234.545	3.234.545
20YI	58.406.000	58.406.000	35.916.804	25.353.455	24.984.803
Total	125.400.669	119.013.472	49.886.776	36.305.090	35.936.439

OBJETIVO: 1130 - Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AB	188.000.000	188.000.000	185.251.564	177.267.997	177.267.997
8719	165.500.000	164.181.948	121.952.310	97.911.014	97.910.919
157K	1.000.000	1.000.000	0	0	0
6138	17.000.000	18.318.052	13.556.089	12.306.886	12.280.704
Total	371.500.000	371.500.000	320.759.963	287.485.897	287.459.620

OBJETIVO: 1136 - Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 428

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YN	491.300.000	573.383.820	567.184.523	432.043.105	432.043.105
7666	47.263.139	28.444.139	13.701.769	8.934.097	8.934.097
8648	13.888.000	12.651.800	9.856.260	7.103.931	6.338.079
Total	552.451.139	614.479.759	590.742.552	448.081.133	447.315.281

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

OBJETIVO: 0931 - Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8843	10.715.704	11.509.711	5.273.214	2.264.546	2.264.546
Total	10.715.704	11.509.711	5.273.214	2.264.546	2.264.546

OBJETIVO: 0935 - Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210A	17.958.774	16.134.525	9.145.730	4.117.293	4.117.293
Total	17.958.774	16.134.525	9.145.730	4.117.293	4.117.293

OBJETIVO: 0936 - Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	5.434.788	5.434.788	300.000	0	0
Total	5.434.788	5.434.788	300.000	0	0

OBJETIVO: 0998 - Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210B	56.486.118	42.866.748	22.133.275	4.400.444	4.142.013
14XS	15.156.826	8.656.826	1.153.343	1.153.343	1.153.343
8831	26.564.727	31.877.627	31.827.627	28.643.414	28.643.414
Total	98.207.671	83.401.201	55.114.245	34.197.201	33.938.770

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

OBJETIVO: 0083 - Adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, por meio de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias e medidas de gestão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1F52	100.440.871	54.200.998	53.169.367
Total	100.440.871	54.200.998	53.169.367

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10Z9	13.960.949	220.535	179.763
Total	13.960.949	220.535	179.763

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7H34	813.746	29.276.282	28.824.219
Total	813.746	29.276.282	28.824.219

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1J95	136.706.767	254.779.074	253.284.841
Total	136.706.767	254.779.074	253.284.841

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZA	56.989.600	42.251.035	36.600.484
Total	56.989.600	42.251.035	36.600.484

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZB	6.802.264	3.147.037	2.763.262
Total	6.802.264	3.147.037	2.763.262

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LF	24.871.161	21.178.909	21.017.787
Total	24.871.161	21.178.909	21.017.787

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7J01	28.264.579	29.184.765	29.170.957
Total	28.264.579	29.184.765	29.170.957

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
00P6	50.000.000	50.000.000	0	0	0	
14UB	187.635.664	175.713.979	35.719.752	5.945.221	5.945.221	
14UC	38.870.273	31.376.219	18.633.406	3.910.424	3.854.367	
8785	37.806.706	44.487.332	42.782.833	28.670.458	28.670.458	
Total	314.312.643	301.577.530	97.135.991	38.526.103	38.470.046	

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LD	5.806.779	25.525.980	23.796.546
145V	122.017.018	102.232.548	1.692.076
145X	12.092.705	14.399.620	10.185.063
157L	72.763.328	90.088.600	70.323.721
1F53	53.891.062	19.383.560	15.630.508
1F54	5.901.799	5.069.294	4.563.093
1J93	39.864.957	47.489.931	45.305.202
1J98	29.161.295	7.362.532	7.163.632
4099	75.000.000	79.942.803	61.056.336
7U24	9.856.878	6.360.235	6.321.443
7W60	2.648.778	2.648.778	0
Total	429.004.599	400.503.881	246.037.620

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2912	51.383.677	45.631.934	43.917.002	39.025.377	39.025.377
Total	51.383.677	45.631.934	43.917.002	39.025.377	39.025.377

OBJETIVO: 0086 - Promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SW	7.968.414	6.374.732	1.267.860	0	0
211I	4.738.951	10.160.636	10.147.483	10.147.483	10.147.483
6640	226.000	226.000	205.314	205.314	205.314
Total	12.933.365	16.761.368	11.620.657	10.352.797	10.352.797

OBJETIVO: 0087 - Aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor por meio do desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2041	3.680.626	0	0
Total	3.680.626	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

OBJETIVO: 0374 - Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
216K	0	300.000.000	82.200.000	0	0
Total	0	300.000.000	82.200.000	0	0

OBJETIVO: 0375 - Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IT	10.435.472	14.651.390	14.633.390	12.430.813	12.428.513
8446	535.000.000	455.000.000	455.000.000	375.691.098	375.691.098
Total	545.435.472	469.651.390	469.633.390	388.121.911	388.119.611

OBJETIVO: 0619 - Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8442	28.116.590.000	27.491.590.000	27.491.590.000	27.491.590.000	27.491.590.000
Total	28.116.590.000	27.491.590.000	27.491.590.000	27.491.590.000	27.491.590.000

OBJETIVO: 1134 - Fortalecer o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6414	24.415.896	24.751.102	19.394.708	10.301.520	10.301.520
Total	24.415.896	24.751.102	19.394.708	10.301.520	10.301.520

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

políticas sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO: 0400 - Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4053	218.798	12.777.748	12.777.748	11.290.962	10.799.456
4949	218.798	407.548	407.548	106.778	95.324
2119	218.798	290.722	290.722	38.937	30.585
8563	218.798	2.081.199	2.081.199	1.796.101	1.451.747
2191	218.798	15.316	15.316	15.316	10.940
20V6	23.380.511	27.480.511	15.523.049	6.921.947	6.664.989
4031	218.798	2.660.787	2.660.786	2.340.652	2.219.828
2095	255.047.037	214.425.037	213.745.266	124.196.754	100.087.945
2357	218.798	832.382	832.382	634.600	606.215
2223	218.798	2.913.014	2.913.014	2.383.105	1.724.136
6147	4.502.830	4.502.830	4.230.521	2.698.366	2.623.569
4043	218.798	3.750.605	3.750.605	3.115.217	2.095.609
4156	218.798	4.472.998	4.206.292	2.323.158	2.308.242
20US	60.031.260	102.825.100	92.781.228	75.751.626	73.087.455
2189	218.798	4.818.344	4.818.344	3.528.225	2.312.256
6702	34.326.557	37.576.557	23.162.030	19.155.342	18.577.332
20I4	175.806.604	329.921.617	329.511.774	263.118.931	241.454.673
2997	218.798	75.518.774	69.338.754	48.860.536	46.530.397
4947	218.800	1.980.972	1.980.972	853.043	782.586
Total	555.939.175	829.252.061	785.027.549	569.129.597	513.463.285

OBJETIVO: 0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CL	181.962.978	181.962.978	181.962.978	181.962.978	181.962.978
Total	181.962.978	181.962.978	181.962.978	181.962.978	181.962.978

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UI	5.454.735	5.854.735	5.763.274	4.637.858	4.637.858
4125	3.456.533	4.370.218	4.238.864	2.133.255	1.926.591
4132	1.881.896	1.881.896	1.460.768	1.460.768	1.460.768
200D	4.568.813	10.461.810	10.461.810	10.461.810	10.461.810
20UN	6.689.426	6.864.426	6.533.033	4.961.094	4.958.263
212H	234.665.302	253.130.314	253.130.314	244.674.999	244.674.999
20UK	3.881.010	5.803.010	5.749.563	5.168.758	5.168.758
20UM	2.702.708	3.632.202	3.632.202	3.388.644	3.388.644

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	4128	1.854.467	1.854.467	1.788.908	1.336.364	1.180.154
	20UR	11.934.044	13.304.044	13.090.954	9.045.640	9.045.640
	20V7	8.704.058	2.381.594	1.289.555	773.748	773.748
	20UO	1.208.905	855.205	852.228	808.385	808.385
	4139	3.245.569	3.245.569	3.243.889	2.805.108	2.805.108
	154K	1.562.885	2.112.885	2.112.885	0	0
	4126	1.074.988	1.074.988	1.074.463	897.601	871.469
	20UJ	1.303.005	1.303.005	1.186.140	769.486	769.486
	20UL	3.883.459	3.944.525	3.837.682	2.967.396	2.967.396
	2C67	1.768.865	1.768.865	1.733.465	1.539.468	1.539.468
Total		299.840.668	323.843.758	321.179.996	297.830.381	297.438.544

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XT	7.650.460	7.650.460	7.650.460	7.650.460	7.650.460
Total	7.650.460	7.650.460	7.650.460	7.650.460	7.650.460

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UT	2.600.000	4.150.000	3.493.985	267.527	267.527
6432	53.478.034	48.478.034	43.169.749	30.923.891	30.923.891
4185	437.596	4.552.134	4.549.008	3.998.373	3.670.551
Total	56.515.630	57.180.168	51.212.742	35.189.791	34.861.969

OBJETIVO: 0497 - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00LV	1.580.111.300	1.255.926.031	1.238.164.207	957.638.121	956.822.165
Total	1.580.111.300	1.255.926.031	1.238.164.207	957.638.121	956.822.165

OBJETIVO: 1055 - Promover políticas e ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
201W	1.696.963	1.866.563	1.863.534	1.388.760	1.316.064
20V8	24.171.374	28.288.799	15.068.584	6.901.175	6.705.653
20UP	8.637.097	8.637.097	8.448.760	1.926.237	1.835.530
20UQ	32.222.663	32.745.940	14.690.086	6.412.689	2.600.752
Total	66.728.097	71.538.399	40.070.964	16.628.862	12.458.000

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OBJETIVO: 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0741	251.043.561	251.043.561	251.043.561	251.043.561	251.043.561
212I	218.798	15.316	15.316	15.316	10.940
0A29	255.435.021	58.626.766	58.626.766	56.424.655	52.654.460
0745	218.798	10.940	10.940	10.940	10.940
2113	218.798	20.154.809	20.154.809	15.933.080	14.861.068
Total	507.134.976	329.851.392	329.851.392	323.427.552	318.580.969

OBJETIVO: 1057 - Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UU	3.863.567	3.613.567	3.601.016	2.448.062	2.232.182
7W40	100.000	100.000	0	0	0
20VD	5.176.230	4.576.664	4.024.230	2.523.980	2.523.980
215L	44.634.646	44.665.557	606.100	606.100	606.100
Total	53.774.443	52.955.788	8.231.346	5.578.142	5.362.262

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

OBJETIVO: 0054 - Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1P65	756.771.000	473.305.000	216.651.240
Total	756.771.000	473.305.000	216.651.240

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12O9	2.551.041.000	1.389.498.000	352.246.851
Total	2.551.041.000	1.389.498.000	352.246.851

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3155	50.950.000	0	0
Total	50.950.000	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3129	17.934.000	0	0
Total	17.934.000	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3125	11.600.000	237.921.000	90.182.627
Total	11.600.000	237.921.000	90.182.627

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2B43	114.675.000	82.851.000	65.950.392
152H	15.656.000	44.439.000	29.102.183
111S	6.340.000	0	0
11SW	0	1.245.000	1.038.221
15M2	0	32.503.000	28.953.933
1C59	306.974.000	33.105.000	27.378.715
15M1	0	25.473.000	5.238.993
4107	722.674.000	308.939.000	235.661.445
2787	410.038.000	358.368.000	262.607.445
2B44	1.994.000	2.000.000	1.926.669
2B38	85.778.000	69.790.000	44.872.862
2767	150.744.000	88.294.000	80.344.575

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

15M0	0	2.256.000	850.581
15M3	0	17.476.000	1.815.869
1C22	0	45.000	0
15FC	65.892.000	12.811.000	7.999.674
2809	33.211.000	15.880.000	11.314.885
1I92	0	2.808.000	1.546.935
1I88	708.000	801.000	797.794
125Q	0	65.625.000	60.792.445
2D37	70.118.000	94.265.000	89.442.080
15FD	10.813.000	7.158.000	3.851.700
15FB	415.202.000	286.695.000	216.189.802
4451	111.017.000	67.236.000	40.307.638
4864	709.346.000	343.225.000	211.891.364
152G	465.231.000	196.561.000	140.411.262
11UN	12.672.000	2.780.000	2.500.350
125M	0	685.000	572.352
15LZ	0	4.578.000	4.107.282
1063	880.517.000	1.034.963.000	883.865.709
15FF	22.784.000	0	0
15M4	0	5.355.000	0
2797	126.746.000	95.838.000	67.963.954
15FE	12.220.000	9.991.000	6.552.366
2799	38.526.000	31.601.000	19.408.275
4108	1.892.810.000	1.364.851.000	1.197.895.130
146C	0	559.000	0
Total	6.682.686.000	4.711.050.000	3.753.152.880

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
15M6	0	71.333.000	0
124I	11.344.000	5.275.000	2.124.979
15M7	0	75.170.000	0
124N	7.000.000	4.300.000	908.237
124J	6.600.000	5.000.000	3.206.506
15M5	0	98.754.000	0
Total	24.944.000	259.832.000	6.239.722

OBJETIVO: 0553 - Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	212J	57.605.222	55.205.222	52.596.664	29.415.400	29.266.829
	00EI	60.044.000	83.044.000	83.044.000	56.572.994	56.572.994
Total		117.649.222	138.249.222	135.640.664	85.988.394	85.839.824

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

OBJETIVO: 1115 - Aprimorar o controle aduaneiro do comércio exterior, com vistas à facilitação dos procedimentos e exigências, garantindo a segurança no fluxo de bens e mercadorias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
153V	2.000.000	2.000.000	2.000.000	92.086	92.086
Total	2.000.000	2.000.000	2.000.000	92.086	92.086

OBJETIVO: 0805 - Aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2022	1.350.000	1.080.000	1.007.338	1.007.338	1.007.338
Total	1.350.000	1.080.000	1.007.338	1.007.338	1.007.338

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0267	2.100.000.000	705.000.000	663.287.885	660.387.885	660.387.885
0A84	2.200.000.000	2.162.532.000	1.440.110.892	1.440.110.892	1.440.110.892
0027	70.000	70.000	70.000	0	0
Total	4.300.070.000	2.867.602.000	2.103.468.777	2.100.498.777	2.100.498.777

OBJETIVO: 0808 - Consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZO	4.706.777	3.765.422	825.592	777.566	777.566
Total	4.706.777	3.765.422	825.592	777.566	777.566

OBJETIVO: 0809 - Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7W54	2.648.778	2.648.778	0	0	0
Total	2.648.778	2.648.778	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XH	100.000	80.000	0	0	0
Total	100.000	80.000	0	0	0

OBJETIVO: 1061 - Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TT	20.143.908	20.143.908	11.335.008	10.928.604	10.928.604
20TU	52.561.127	53.278.092	49.997.793	46.691.066	46.691.066
Total	72.705.035	73.422.000	61.332.801	57.619.671	57.619.671

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
153V	14.500.000	11.600.000	11.600.000	2.745.663	2.745.663
Total	14.500.000	11.600.000	11.600.000	2.745.663	2.745.663

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

OBJETIVO: 1020 - Expandir o acesso à internet em banda larga para todos promovendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Z	388.666.903	679.775.257	267.461.786
Total	388.666.903	679.775.257	267.461.786

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZB	50.377.291	45.989.774	35.001.922	27.039.123	27.039.123
212N	42.565.376	10.146.293	2.573.000	0	0
Total	92.942.667	56.136.067	37.574.922	27.039.123	27.039.123

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Y	18.000.000	0	0
Total	18.000.000	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12OF	393.845.344	85.701.606	46.397.704
Total	393.845.344	85.701.606	46.397.704

OBJETIVO: 1022 - Ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase no Sistema Público

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZQ	1.300.000	1.100.000	0	0	0
2B68	39.915.690	31.932.552	27.579.249	22.988.714	22.988.714
20ZP	2.861.500	2.289.200	0	0	0
20ZE	101.419	101.419	101.419	101.419	101.419
20ZD	2.498.420	1.998.736	853.757	853.203	844.024
2424	31.559.775	25.247.820	16.556.888	13.695.633	13.657.006
Total	78.236.804	62.669.727	45.091.313	37.638.969	37.591.162

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146W	100.000.000	100.000.000	36.282.525
Total	100.000.000	100.000.000	36.282.525

OBJETIVO: 1023 - Incentivar a produção nacional e a distribuição de conteúdos digitais criativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214L	14.116.219	11.292.976	3.841.140	40.000	40.000
212H	1.017.927	814.342	0	0	0
Total	15.134.146	12.107.318	3.841.140	40.000	40.000

OBJETIVO: 1135 - Promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZR	35.923.944	29.000.000	28.550.000	23.167.100	23.167.100
0505	200.515.207	200.515.207	200.515.207	200.515.207	200.515.207
Total	236.439.151	229.515.207	229.065.207	223.682.307	223.682.307

OBJETIVO: 1062 - Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, cientifica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B5	100.863.025	120.665.413	117.394.187	106.732.297	100.072.601
212H	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0
Total	101.863.025	121.665.413	118.394.187	106.732.297	100.072.601

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

OBJETIVO: 0779 - Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZG	29.004.888	23.004.888	19.902.717	14.223.704	14.221.734
Total	29.004.888	23.004.888	19.902.717	14.223.704	14.221.734

OBJETIVO: 0783 - Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZH	45.186.765	61.898.832	44.549.876	14.503.709	14.340.775
5538	72.284.100	72.284.100	69.653.428	61.522.146	61.431.158
Total	117.470.865	134.182.932	114.203.304	76.025.855	75.771.933

OBJETIVO: 0785 - Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZJ	100.000	100.000	100.000	0	0
006A	591.765.859	591.765.859	591.765.859	0	0
20ZK	16.764.577	16.764.577	14.929.260	1.902.960	1.902.960
212H	5.434.162	4.170.878	3.170.878	0	0
006C	200.000.000	200.000.000	108.234.141	0	0
12PG	8.325.413	9.600.000	9.600.000	0	0
8106	20.287.710	19.013.123	19.013.123	3.390.300	3.390.300
13E1	962	962	0	0	0
20ZI	7.081.399	7.644.332	7.644.332	3.100.992	3.100.992
Total	849.760.082	849.059.731	754.457.592	8.394.253	8.394.253

OBJETIVO: 0786 - Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZF	132.759.411	127.596.801	71.210.617	22.651.764	21.121.726
216I	0	85.000.000	40.662.042	32.666.978	32.664.728
215G	30.319.325	19.167.318	2.234.966	1.235.424	696.668
Total	163.078.736	231.764.119	114.107.625	56.554.166	54.483.122

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OBJETIVO: 0787 - Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
213W	3.000.000	2.500.000	0	0	0
211F	95.111.607	143.612.130	106.353.279	89.136.228	89.007.566
14U2	79.257.320	80.967.803	49.736.934	3.162.834	3.162.834
Total	177.368.927	227.079.933	156.090.213	92.299.061	92.170.399

OBJETIVO: 0788 - Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZM	5.213.497	5.072.356	2.902.577	2.277.060	2.150.070
20KH	6.612.325	6.612.325	5.376.650	1.463.337	1.295.737
Total	11.825.822	11.684.681	8.279.227	3.740.397	3.445.807

OBJETIVO: 1085 - Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0B85	27.000.000	27.000.000	0	0	0
2D07	800.000	800.000	0	0	0
Total	27.800.000	27.800.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO: 0366 - Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214Y	42.471.531	42.471.531	40.117.067	32.980.106	30.996.275
Total	42.471.531	42.471.531	40.117.067	32.980.106	30.996.275

OBJETIVO: 1052 - Modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214W	158.695.634	165.678.383	157.872.851	116.684.405	114.039.490
152L	23.875.832	16.713.083	13.858.690	316.232	227.697
Total	182.571.466	182.391.466	171.731.541	117.000.636	114.267.187

OBJETIVO: 1053 - Modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214X	10.102.690	10.102.690	9.476.716	6.384.779	6.361.042
Total	10.102.690	10.102.690	9.476.716	6.384.779	6.361.042

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial

OBJETIVO: 0979 - Promover a qualidade de vida e a inclusão socioprodutiva com a oferta de infraestrutura e serviços nos territórios rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210X	165.171.895	136.237.756	102.365.333	27.298.406	27.298.406
Total	165.171.895	136.237.756	102.365.333	27.298.406	27.298.406

OBJETIVO: 0980 - Ampliar a oferta e o acesso a bens e serviços nos territórios rurais por meio da articulação intersetorial e interfederativa de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M4	1.300.000	1.300.000	1.299.106	50.682	50.682
Total	1.300.000	1.300.000	1.299.106	50.682	50.682

OBJETIVO: 0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210K	6.390.000	5.346.898	4.297.236	2.938.158	2.938.158
13DM	200.000	200.000	0	0	0
15DT	2.000.000	0	0	0	0
8689	459.000	459.000	0	0	0
20WQ	9.938.577	5.848.577	1.150.000	1.150.000	650.000
0E83	1.102.853.841	1.102.853.841	494.883.315	0	0
20VT	550.000	550.000	549.836	0	0
153Y	4.080.000	3.264.000	0	0	0
0353	1.397.512.880	1.397.512.880	245.034.003	0	0
8917	519.486	559.486	0	0	0
0355	2.022.481.635	2.022.481.635	1.859.599.211	0	0
4640	960.000	960.000	0	0	0
210L	165.291.125	165.291.125	156.264.950	5.995.976	5.995.976
Total	4.713.236.544	4.705.327.442	2.761.778.550	10.084.134	9.584.134

OBJETIVO: 0792 - Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	6553	3.962.038	1.000.000	1.000.000	0	0
Total		3.962.038	1.000.000	1.000.000	0	0

OBJETIVO: 0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7W59	17.834.481	17.834.481	0	0	0
20NC	100.000	100.000	100.000	75.963	75.963
8918	700.000	700.000	200.000	200.000	200.000
214S	86.660.120	92.113.391	71.014.226	7.813.169	7.270.387
7K66	420.790.684	441.044.686	330.832.347	18.625.309	13.658.213
8340	1.007.427	300.000	0	0	0
8902	132.485.561	134.385.561	61.970.314	8.398.490	8.080.688
20NK	18.711.218	18.711.218	12.010.170	0	0
Total	678.289.491	705.189.337	476.127.056	35.112.931	29.285.251

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

OBJETIVO: 0019 - Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G98	42.500.000	27.900.000	19.494.915
Total	42.500.000	27.900.000	19.494.915

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
5E88	3.996.350.912	1.220.666.762	782.771.481
Total	3.996.350.912	1.220.666.762	782.771.481

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
151B	225.065.971	281.350.604	184.853.578
Total	225.065.971	281.350.604	184.853.578

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E75	4.414.630	4.414.630	0	0	0
Total	4.414.630	4.414.630	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
15MQ	0	10.904.110	234.456
15MF	0	1.937.600	68.657
15MP	0	6.473.912	0
1G96	8.407.059	7.407.059	5.908.587
15O6	0	40.000.000	0
14L2	100.000	0	0
10D7	49.877.004	1.576.800	324.297
15MM	0	1.284.941	69.662
14LF	2.100.000	2.016.000	442.774
15MK	0	1.639.918	417.556
10WI	0	11.246.000	4.048.663
15MC	0	1.628.000	0
15O7	0	13.763.532	0
14N8	100.000	100.000	0
15MB	0	1.628.000	13.500
15MD	0	1.937.600	33.219
14LB	83.337.000	50.000	43.313
15ML	0	1.285.377	43.065
15MA	0	1.628.000	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14NC	3.849.850	1.209.785	239.532
14LC	0	18.369.000	2.360.289
15M8	0	32.072.643	6.755.281
12OR	24.625.230	5.291.281	5.274.368
15MJ	0	1.285.963	71.477
15MG	0	1.937.600	58.550
14L5	100.000	0	0
15MO	0	9.807.240	0
14L6	100.000	0	0
14NB	100.000	50.000	0
15MH	0	1.937.600	29.869
14LE	100.000	0	0
15BB	9.002.493	14.200.000	13.288.991
15BC	4.029.541	281.104	67.091
15MI	0	1.377.451	140.693
3414	100.000	3.015.000	98.481
15ME	0	1.937.600	22.039
1H18	21.900.000	1.500.000	1.341.271
15BE	1.000.000	50.000	0
15MR	0	1.347.725	1.262.915
15BD	2.442.560	414.000	0
Total	211.270.737	202.590.841	42.658.596

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14ND	100.000	50.000	0
Total	100.000	50.000	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1H19	19.000.000	1.500.000	886.264
Total	19.000.000	1.500.000	886.264

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146A	74.827.889	74.827.889	63.967.687
Total	74.827.889	74.827.889	63.967.687

OBJETIVO: 0029 - Acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional por meio do monitoramento da expansão, do desempenho e da comercialização de energia elétrica, e pela definição de diretrizes de política tarifária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L7	326.520	261.220	114.100	114.100	114.100
20L6	90.000	72.000	39.614	39.614	39.614

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	20L8	45.000	36.000	7.429	7.429	7.429
Total		461.520	369.220	161.143	161.143	161.143

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica por meio da elaboração de estudos de expansão da geração e da transmissão, bem como da promoção de leilões.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LF	7.740.286	7.694.520	1.352.777	698.229	698.229
20LG	152.556	198.322	142.693	0	0
Total	7.892.842	7.892.842	1.495.469	698.229	698.229

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
6508	10.083.122	10.083.122	1.239.412
Total	10.083.122	10.083.122	1.239.412

OBJETIVO: 0036 - Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
15CY	625.959.381	75.176.642	26.929.340
Total	625.959.381	75.176.642	26.929.340

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14MJ	5.000.000	5.000.000	3.719.564
121X	425.000	3.345.000	372.682
11ZY	100.000	100.000	44.601
15MN	0	126.626.101	6.254.918
14XD	10.000.000	2.965.960	2.625.400
14NA	31.280	0	0
14L3	20.936.375	17.854.928	4.822.224
15M9	0	84.435.382	53.698.898
15L8	0	27.560.213	22.645.942
14MI	5.000.000	5.000.000	1.331.310
12DB	12.891.985	12.891.985	9.827.282
7V16	162.215.463	65.950.000	7.284.407
15KU	74.955.000	0	0
2D94	12.000.000	5.944.000	4.788.481
15L6	0	100.000	0
2D61	259.307.502	301.360.626	212.528.771
20OJ	315.842.668	217.988.736	165.270.708
2C49	1.000.000	1.000.000	991.607

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14XC	795.200	3.217.172	1.193.701
214G	22.198.506	1.037.301	904.100
126T	12.000.000	7.200.051	5.067.653
2C47	325.701.121	325.701.121	321.632.171
1O50	166.742.730	97.251.847	80.347.739
Total	1.407.142.830	1.312.530.423	905.352.159

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
5107	217.556.365	391.149.154	265.436.585
Total	217.556.365	391.149.154	265.436.585

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00NY	101.390.551	802.915.428	788.832.020	773.421.401	773.421.401
215Y	1.704.533	1.363.773	69.020	69.020	69.020
Total	103.095.084	804.279.201	788.901.041	773.490.421	773.490.421

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
15CZ	34.689.638	39.468.818	12.728.385
11X8	23.316.000	29.416.383	28.758.754
11XI	75.067.000	33.035.000	32.959.351
11XE	57.968.000	57.968.000	28.049.333
10WO	702.246	50.000	0
Total	191.742.884	159.938.201	102.495.823

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11YL	106.000.000	35.000.000	22.437.869
Total	106.000.000	35.000.000	22.437.869

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11XU	174.580.561	100.103.857	86.483.553
Total	174.580.561	100.103.857	86.483.553

OBJETIVO: 0047 - Assegurar serviços de energia elétrica adequados e com qualidade por meio dos instrumentos regulatórios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2993	21.951.591	20.008.743	19.848.977	16.557.708	16.557.708
4703	4.249.890	4.249.890	3.722.192	2.441.538	2.441.538

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	4880	36.887.752	33.198.977	30.946.485	20.563.187	20.563.187
	4699	3.392.460	3.053.214	2.887.417	2.471.076	2.471.076
	2C42	5.337.378	4.885.577	4.106.385	1.844.874	1.844.874
Total		71.819.071	65.396.401	61.511.456	43.878.383	43.878.383

OBJETIVO: 0048 - Estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4394	10.279.000	4.510.000	440.602
Total	10.279.000	4.510.000	440.602

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14L1	18.310.646	8.923.450	8.768.038
20P3	107.838.343	110.047.811	62.323.210
4881	44.186.979	42.622.262	38.955.090
3267	7.212.223	8.000.000	7.182.034
6749	59.913.107	49.624.861	49.306.573
20PA	4.742.157	7.258.148	4.202.437
20P0	15.073.354	13.281.037	11.768.701
20P2	41.100.000	18.749.226	14.607.613
15D1	27.611.362	34.149.593	23.773.576
3375	62.072.586	38.734.494	33.977.062
20PI	79.752.179	77.758.017	65.345.413
2D89	56.491.742	55.172.937	43.981.052
20PE	4.500.000	17.040.000	15.488.218
20P7	69.409.940	30.381.888	30.305.612
20PD	129.077.599	101.270.774	80.630.818
14L0	11.005.000	16.214.757	9.793.269
20P5	123.422.355	68.336.896	43.334.667
20PC	18.805.264	18.945.195	11.651.684
214F	120.121.769	71.279.843	53.767.248
Total	1.000.646.605	787.791.189	609.162.315

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14L7	422.738.571	91.316.117	60.231.428
Total	422.738.571	91.316.117	60.231.428

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15D0	200.287.880	263.253.333	192.522.877
Total	200.287.880	263.253.333	192.522.877

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14KY	92.507.649	57.601.717	31.245.038
Total	92.507.649	57.601.717	31.245.038

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14KZ	64.008.823	56.177.538	54.019.940
Total	64.008.823	56.177.538	54.019.940

OBJETIVO: 0437 - Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
216M	0	800.000	447.691
215U	100.000	100.000	0
212U	26.797.000	7.230.471	2.115.147
20OG	11.787.482	11.152.000	5.798.402
4476	46.602.789	35.228.634	33.593.399
216N	0	100.000	0
212V	4.220.000	3.933.000	2.904.658
3292	100.000	12.000.000	29.108
4471	7.511.315	8.482.153	5.140.319
3380	30.470.000	1.590.000	152.468
2D63	99.158.545	117.250.508	105.849.832
4478	300.627.049	268.822.602	168.249.249
6556	690.515.000	481.836.000	185.595.521
4493	18.788.480	20.845.595	3.236.181
3372	30.576.322	5.495.405	2.908.660
20OM	68.900.305	50.452.389	35.088.518
4462	55.000.000	55.000.000	33.471.164
4467	21.000.000	18.700.000	7.643.051
4477	213.206.839	213.328.366	98.193.285
Total	1.625.361.126	1.312.347.123	690.416.653

OBJETIVO: 0439 - Desenvolver e promover soluções tecnológicas para o setor de energia elétrica do País, por meio da realização e aplicação de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AA	200.000	200.000	0	0	0
Total	200.000	200.000	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2745	10.000.000	10.000.000	8.404.368
Total	10.000.000	10.000.000	8.404.368

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Identificação, Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Z	8.003.248	8.003.248	7.717.218	6.221.017	5.992.996
Total	8.003.248	8.003.248	7.717.218	6.221.017	5.992.996

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas e incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial, no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, com ênfase para a juventude e mulheres negras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210H	18.588.892	17.099.992	5.909.814	1.888.286	1.287.841
Total	18.588.892	17.099.992	5.909.814	1.888.286	1.287.841

OBJETIVO: 0778 - Promover políticas de enfrentamento ao racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes evitáveis e mortes violentas entre mulheres e jovens negros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214D	6.521.745	3.069.745	1.999.980	0	0
Total	6.521.745	3.069.745	1.999.980	0	0

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Y	1.611.150	1.288.920	278.748	278.748	0
6440	6.898.778	6.898.778	2.779.324	291.094	290.438
Total	8.509.928	8.187.698	3.058.072	569.842	290.438

OBJETIVO: 1076 - Fortalecer e expandir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
213Q	3.248.277	3.248.277	1.583.953	726.674	726.674

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Total	3.248.277	3.248.277	1.583.953	726.674	726.674

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

OBJETIVO: 1117 - Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JO	14.220.000	14.220.000	13.765.457	1.908.027	1.908.027
Total	14.220.000	14.220.000	13.765.457	1.908.027	1.908.027

OBJETIVO: 1127 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JQ	54.028.075	59.651.463	50.527.495	21.025.135	20.995.809
20JP	154.571.093	44.174.727	31.723.510	17.612.617	16.167.978
Total	208.599.168	103.826.190	82.251.004	38.637.752	37.163.787

OBJETIVO: 1128 - Tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YA	105.627.580	130.610.677	128.597.651	30.008.544	28.318.257
5450	360.460.330	405.333.729	336.891.046	4.092.249	4.092.249
211Z	12.362.308	12.326.023	12.038.429	9.360.258	9.358.343
14TP	1.543.057	1.543.057	1.443.057	1.000.000	1.000.000
09HW	143.000.000	143.000.000	143.000.000	14.603.414	14.603.414
14TR	35.984.919	35.984.919	33.646.630	32.518.169	32.518.169
Total	658.978.194	728.798.405	655.616.813	91.582.635	89.890.432

OBJETIVO: 1132 - Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TQ	460.974.823	466.439.334	324.510.510	163.761.424	162.309.223
20D8	176.425.133	157.602.386	135.092.185	67.191.724	67.151.308
Total	637.399.956	624.041.720	459.602.695	230.953.148	229.460.530

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

OBJETIVO: 0370 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A60	1.285.115.693	1.499.082.593	1.499.082.593	1.057.145.992	1.057.145.992
8662	4.500.000	5.300.000	4.695.650	2.927.255	2.927.255
2A69	212.004.732	278.625.423	278.625.423	179.550.329	179.550.329
2B31	95.152.974	80.491.093	65.913.271	9.136.514	9.136.514
2B30	60.187.913	61.252.913	50.070.959	5.222.606	5.222.606
2A65	341.669.637	488.842.102	488.842.102	275.167.748	275.167.748
20V5	22.070.597	150.000	0	0	0
Total	2.020.701.546	2.413.744.124	2.387.229.998	1.529.150.444	1.529.150.444

OBJETIVO: 0371 - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00H5	19.780.302.653	21.056.928.500	21.040.401.865	21.040.401.865	20.742.313.593
2589	6.858.179	6.858.179	6.834.295	6.674.550	6.672.988
2583	38.555.437	47.640.854	47.640.854	44.781.629	44.781.629
00IN	25.245.139.968	26.943.545.475	26.929.980.489	26.929.979.609	26.612.148.775
Total	45.070.856.237	48.054.973.008	48.024.857.502	48.021.837.652	47.405.916.985

OBJETIVO: 0372 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8893	122.387.066	173.745.684	170.000.874	45.907.925	45.907.925
8249	6.390.353	2.890.353	2.012.440	1.465.069	1.465.069
Total	128.777.419	176.636.037	172.013.314	47.372.994	47.372.994

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

OBJETIVO: 1162 - Fortalecer a comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade, promovendo o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, abrangente, transparente e interativa

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20CT	800.000	640.000	523.209	517.318	517.318
2675	38.268.215	42.268.215	42.268.215	27.842.230	27.842.230
2017	161.983.497	355.548.949	270.548.949	180.817.735	180.741.576
4641	13.831.897	28.831.897	13.831.897	12.629.989	12.629.989
Total	214.883.609	427.289.061	327.172.270	221.807.272	221.731.112

OBJETIVO: 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15FA	500.000	500.000	500.000	0	0
15NT	0	376.300.000	28.524.000	0	0
8785	780.663	780.663	512.550	106.694	106.694
8690	791.580	791.580	269.313	201.642	201.642
213I	3.500.000	3.070.000	786.830	285.610	285.610
20U0	1.099.159	1.099.159	116.296	71.117	71.117
20U4	32.504.642	33.404.642	31.518.768	27.120.443	26.977.912
20QN	1.000.000	800.000	374.180	284.790	284.790
8861	5.756.862	5.756.862	4.533.401	3.406.386	3.406.386
152W	29.861.131	18.468.018	10.516	10.516	10.516
20W8	132.400	119.160	118.379	61.497	61.497
Total	75.926.437	441.090.084	67.264.232	31.548.696	31.406.165

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15L0	59.646.338	1.074.338	0	0	0
Total	59.646.338	1.074.338	0	0	0

OBJETIVO: 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4917	4.838.741	4.238.741	4.232.197	3.657.015	3.657.015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	10TN	23.459.596	5.428.959	5.427.187	69.699	67.000
	20U2	7.715.533	7.715.533	6.391.736	1.662.988	1.662.988
	4858	100.000	100.000	79.585	23.175	23.175
	4912	300.000	300.000	298.511	193.413	193.413
Total		36.413.870	17.783.233	16.429.216	5.606.289	5.603.590

OBJETIVO: 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U9	6.904.868	4.122.372	4.109.110	3.037.618	3.037.618
20SH	480.000	480.000	450.772	203.226	203.226
20U1	9.888.793	9.418.793	3.784.702	491.638	491.638
20VE	3.022.385	3.022.385	415.326	278.551	278.551
10M8	12.911.434	13.311.434	13.277.370	9.701.201	9.701.201
20U3	795.000	795.000	42.859	39.802	39.802
2250	6.130.000	4.904.000	3.476.767	3.259.060	3.259.060
20D5	700.000	700.000	243.267	243.267	243.267
Total	40.832.480	36.753.984	25.800.173	17.254.363	17.254.363

OBJETIVO: 1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2804	35.495.680	42.495.680	42.411.564	37.388.113	37.386.953
20U6	36.788.215	44.589.917	39.858.363	37.054.139	37.033.763
20U7	262.327.454	5.500.000	3.208.921	2.786.061	2.786.061
4727	42.874.769	43.282.014	42.073.528	35.212.875	34.828.118
15DM	2.270.941	2.270.941	1.730.770	1.670.040	1.670.040
20DA	10.000	10.000	9.032	9.032	9.032
20U8	7.287.078	7.361.457	6.640.428	4.933.978	4.933.978
2230	5.435.301	5.947.000	5.775.449	4.151.080	4.151.080
00M6	8.605.081	8.605.081	8.604.531	6.959.389	6.959.389
Total	401.094.519	160.062.090	150.312.588	130.164.708	129.758.415

OBJETIVO: 1154 - Fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E24	12.927.981	12.927.981	1.305.513	937.082	936.228
4901	820.000	820.000	628.446	596.646	596.646

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 462

Total	13.747.981	13.747.981	1.933.959	1.533.728	1.532.874

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

OBJETIVO: 1092 - Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZA	155.000.000	155.000.000	99.841.830	99.841.830	99.841.830
2098	7.150.000	7.322.424	5.685.795	5.685.795	5.685.795
20Y9	3.930.000	3.930.000	3.335.850	3.335.850	3.335.850
4641	783.000	633.000	222.809	222.809	222.809
2089	68.550.000	54.711.476	43.126.734	43.126.734	43.126.734
Total	235.413.000	221.596.900	152.213.018	152.213.018	152.213.018

OBJETIVO: 1095 - Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z7	196.051.306	234.314.136	234.255.122	230.157.619	230.157.619
20Z6	26.863.790	26.379.829	23.718.345	19.685.489	19.684.403
Total	222.915.096	260.693.965	257.973.467	249.843.108	249.842.023

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15EH	5.680.000	10.680.000	10.680.000	1.529.591	1.529.591
Total	5.680.000	10.680.000	10.680.000	1.529.591	1.529.591

OBJETIVO: 1097 - Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z8	762.810	762.810	393.924	349.971	318.217
20VH	2.211.169	2.127.699	829.262	689.097	689.097
20WU	15.132.892	13.370.892	10.736.134	6.148.803	6.148.803
210J	2.569.842	3.037.722	2.850.573	2.546.106	2.546.106
Total	20.676.713	19.299.123	14.809.893	9.733.978	9.702.224

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres

OBJETIVO: 0173 - Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L9	3.402.984	2.649.004	1.502.164	1.376.703	1.371.300
12QB	962.038	962.038	0	0	0
20GB	22.791.172	31.491.172	18.085.225	11.196.651	11.117.197
Total	27.156.194	35.102.214	19.587.389	12.573.354	12.488.497

OBJETIVO: 0602 - Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LA	6.197.343	4.641.333	1.374.541	1.160.425	1.129.536
15DN	450.000	450.000	170.947	164.625	164.625
Total	6.647.343	5.091.333	1.545.488	1.325.051	1.294.162

OBJETIVO: 0172 - Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14LJ	500.000	500.000	500.000	0	0
8172	13.924.670	13.714.839	12.176.511	1.503.834	386.801
Total	14.424.670	14.214.839	12.676.511	1.503.834	386.801

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
22BO	0	1.408.042.652	1.301.270.677	901.361.221	887.877.003
Total	0	1.408.042.652	1.301.270.677	901.361.221	887.877.003

OBJETIVO: 0169 - Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GW	33.563.636	3.563.636	0	0	0
Total	33.563.636	3.563.636	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8865	29.004.292	29.004.292	27.784.050	2.705.086	2.705.086
20NN	1.633.000	1.633.000	763.856	0	0
8348	28.765.549	28.765.549	16.978.423	0	0
14RL	73.917.752	126.801.004	104.785.618	6.821.345	6.821.345
216C	600.000	600.000	0	0	0
127A	350.000	350.000	0	0	0
10SG	128.975.885	148.239.989	130.199.230	110.224.821	110.224.821
Total	263.246.478	335.393.834	280.511.176	119.751.251	119.751.251

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral

OBJETIVO: 0032 - Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D62	797.668	797.668	568.828	471.891	461.856
2B51	9.294.825	9.294.825	8.012.090	5.161.633	5.149.624
2D84	1.170.207	1.170.207	302.479	271.563	269.798
213Y	9.569.641	9.569.641	7.955.134	6.005.613	5.972.875
2B53	4.265.683	4.265.683	4.059.076	3.111.174	3.033.571
Total	25.098.024	25.098.024	20.897.607	15.021.875	14.887.723

OBJETIVO: 0038 - Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2399	19.496.204	14.952.665	9.797.762	9.252.432	9.226.632
4396	182.259	182.259	182.259	51.848	51.848
Total	19.678.463	15.134.924	9.980.021	9.304.280	9.278.480

OBJETIVO: 0044 - Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2489	4.690.862	6.090.862	5.018.999	4.776.609	4.776.609
211G	50.000	40.000	4.066	4.066	4.066
Total	4.740.862	6.130.862	5.023.066	4.780.675	4.780.675

OBJETIVO: 0478 - Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4887	840.386	672.386	351.470	351.470	351.470
215Z	4.800.505	4.800.505	4.466.069	3.973.171	3.965.150
8890	253.865	253.865	248.214	100.806	100.806

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Total	5.894.756	5.726.756	5.065.753	4.425.447	4.417.426

OBJETIVO: 0481 - Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TZ	485.849	445.449	302.917	167.540	167.540
Total	485.849	445.449	302.917	167.540	167.540

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na conservação de recursos genéticos, na promoção da proteção de cultivares e no desenvolvimento da tecnologia agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214Z	613.055	613.055	608.309	347.877	345.226
Total	613.055	613.055	608.309	347.877	345.226

OBJETIVO: 1005 - Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
213S	43.327.548	32.119.896	31.343.516	16.649.398	16.649.398
Total	43.327.548	32.119.896	31.343.516	16.649.398	16.649.398

OBJETIVO: 1028 - Produzir conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y6	237.784.149	245.698.751	236.244.968	169.639.199	167.863.456
Total	237.784.149	245.698.751	236.244.968	169.639.199	167.863.456

OBJETIVO: 1029 - Promover a incorporação de soluções inovadoras pelas cadeias e arranjos produtivos da agropecuária para aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8924	66.265.220	66.265.220	53.240.072	35.769.614	35.529.021
Total	66.265.220	66.265.220	53.240.072	35.769.614	35.529.021

OBJETIVO: 1030 - Aprimorar parcerias, processos, recursos humanos e infraestruturas estratégicas no país para a pesquisa, o desenvolvimento e as inovações da agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147T	6.512.514	5.212.514	734.586	0	0
116Z	10.007.260	9.629.260	600.000	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	212H	5.265.971	5.265.971	5.265.971	5.265.971	5.265.971
	117A	4.810.189	3.367.133	0	0	0
	215C	15.978.488	11.184.942	11.033.165	320.781	261.999
Total		42.574.422	34.659.820	17.633.722	5.586.752	5.527.970

OBJETIVO: 1034 - Desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária, e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZY	21.504.941	21.504.941	16.271.907	15.402.596	15.383.640
Total	21.504.941	21.504.941	16.271.907	15.402.596	15.383.640

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude

OBJETIVO: 0276 - Institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8699	5.902.554	5.902.554	5.445.199	316.034	316.034
8700	2.000.000	2.000.000	176.496	176.496	176.496
Total	7.902.554	7.902.554	5.621.695	492.530	492.530

OBJETIVO: 0960 - Promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	2.000.000	100.000	0	0	0
Total	2.000.000	100.000	0	0	0

OBJETIVO: 0988 - Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TM	13.800.271	13.950.271	12.420.271	0	0
4786	400.000	320.000	135.783	129.364	128.489
Total	14.200.271	14.270.271	12.556.054	129.364	128.489

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7112	4.457.017	4.457.017	4.144.882	2.601.011	2.599.040
20LC	6.102.363	6.102.363	5.206.038	5.087.499	4.032.332
Total	10.559.380	10.559.380	9.350.920	7.688.510	6.631.373

OBJETIVO: 0558 - Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UV	462.165	11.371.914	11.347.047	4.729.678	4.729.678
2518	5.669.673	4.876.112	4.871.392	2.926.980	2.902.666
Total	6.131.838	16.248.026	16.218.439	7.656.657	7.632.344

OBJETIVO: 0563 - Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W0	550.000	550.000	542.413	287.035	1.035
Total	550.000	550.000	542.413	287.035	1.035

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente .

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6618	77.679	59.145	35.174	20.784	0
2345	9.211.019	8.908.898	8.321.042	7.545.259	7.492.830
Total	9.288.698	8.968.043	8.356.217	7.566.044	7.492.830

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14ML	140.810.507	112.648.406	109.530.723	8.200.317	7.992.734
Total	140.810.507	112.648.406	109.530.723	8.200.317	7.992.734

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

OBJETIVO: 1058 - Simplificar e integrar os processos de legalização de empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2031	500.000	500.000	0	0	0
Total	500.000	500.000	0	0	0

OBJETIVO: 1059 - Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0473	2.960.540	2.740.013	439.376	439.376	439.376
15EW	30.800.000	27.754.432	25.919.441	25.765.405	25.761.405
210C	43.238.172	43.238.172	10.041.194	2.678.209	2.678.209
Total	76.998.712	73.732.617	36.400.011	28.882.990	28.878.990

OBJETIVO: 1060 - Simplificar, integrar e agilizar o acesso da sociedade aos serviços públicos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
215D	500.000	500.000	0	0	0
Total	500.000	500.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

OBJETIVO: 0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D47	96.204	76.964	0	0	0
10ST	17.019.356	16.797.356	2.889.082	0	0
5754	0	61.150.000	61.150.000	34.534	34.534
10SS	835.988.803	744.787.359	478.018.333	221.290.501	221.110.971
Total	853.104.363	822.811.679	542.057.415	221.325.036	221.145.506

OBJETIVO: 0584 - Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D49	500.000	400.000	0	0	0
10SR	192.408	153.927	0	0	0
Total	692.408	553.927	0	0	0

OBJETIVO: 0591 - Promover a Segurança e a Educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito - PNT.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4398	800.000	800.000	460.000	0	0
20YZ	85.450.000	174.245.000	174.245.000	174.239.353	174.239.353
Total	86.250.000	175.045.000	174.705.000	174.239.353	174.239.353

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

OBJETIVO: 0382 - Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S3	151.667.565	121.667.565	121.667.562	27.864.333	27.864.333
10S6	5.505.233	33.505.233	33.464.417	8.286.086	8.286.086
Total	157.172.798	155.172.798	155.131.980	36.150.418	36.150.418

OBJETIVO: 0383 - Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CW	918.515.705	918.515.705	918.515.705	918.515.705	918.515.705
0E64	293.925.025	148.410.586	148.410.586	6.899.084	6.636.584
00CY	593.973.489	593.973.489	593.973.488	593.162.159	593.162.159
10SJ	16.822.076	18.822.076	4.698.410	1.119.762	1.119.762
00AF	4.328.780.942	4.474.295.381	4.474.295.380	4.474.295.380	4.474.295.380
00CX	783.800.067	781.473.161	781.473.161	727.369.374	727.369.374
Total	6.935.817.304	6.935.490.398	6.921.366.730	6.721.361.464	6.721.098.964

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8875	751.055	751.055	0	0	0
8873	3.755.274	3.755.274	0	0	0
Total	4.506.329	4.506.329	0	0	0

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z9	400.000	320.000	0	0	0
Total	400.000	320.000	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2050 - Mudança do Clima

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VA	18.724.312	31.674.312	16.667.377	14.117.978	14.117.978
Total	18.724.312	31.674.312	16.667.377	14.117.978	14.117.978

OBJETIVO: 1069 - Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V9	5.378.626	5.378.626	2.997.246	2.563.741	2.563.741
Total	5.378.626	5.378.626	2.997.246	2.563.741	2.563.741

OBJETIVO: 1067 - Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20G4	17.513.119	17.513.119	7.250.338	6.621.258	6.621.258
20W2	2.665.852	2.312.682	900.000	0	0
00J4	360.000.000	360.000.000	360.000.000	0	0
214M	54.298.884	54.452.982	45.936.660	39.594.097	39.594.097
20W1	570.000	532.336	344.192	288.161	288.161
20VU	1.965.852	1.965.852	166.582	166.582	166.582
20M8	130.000	117.000	112.897	112.897	112.897
Total	437.143.707	436.893.971	414.710.669	46.782.995	46.782.995

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

OBJETIVO: 0620 - Promover a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XZ	533.297	533.297	0	0	0
Total	533.297	533.297	0	0	0

OBJETIVO: 1131 - Promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y2	10.720.000	10.720.000	1.168.283	927.364	916.129
Total	10.720.000	10.720.000	1.168.283	927.364	916.129

OBJETIVO: 1133 - Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
213F	7.462.038	8.662.038	5.253.178	4.635.259	4.558.134
153U	2.886.113	2.886.113	0	0	0
0080	13.288.853	13.288.853	13.288.853	0	0
2819	1.300.000	1.300.000	1.299.992	1.134.311	1.134.078
20NE	1.488.732	1.488.732	988.732	488.732	488.732
20Y0	14.887.625	13.687.625	3.843.758	1.960.493	1.960.493
212M	100.000	80.000	74.927	40.588	40.588
20Y1	30.720.994	30.720.994	13.253.091	3.286.006	3.286.006
212Z	5.116.594	5.116.594	5.093.495	5.064.717	5.064.717
09FU	400.000	400.000	0	0	0
Total	77.650.949	77.630.949	43.096.026	16.610.104	16.532.747

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

OBJETIVO: 0053 - Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
213E	381.405	381.405	0	0	0
2050	55.544.241	55.544.241	55.544.241	4.243.485	4.243.485
Total	55.925.646	55.925.646	55.544.241	4.243.485	4.243.485

OBJETIVO: 0057 - Produzir petróleo e gás natural por meio da implantação de sistemas coordenados de exploração, produção e processamento, atendendo à política de conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1I72	48.900.000	22.900.000	17.155.639
Total	48.900.000	22.900.000	17.155.639

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117Q	50.000	137.280.000	52.425.961
Total	50.000	137.280.000	52.425.961

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Q	4.641.608.000	6.170.170.000	3.850.952.356
Total	4.641.608.000	6.170.170.000	3.850.952.356

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
152J	3.731.886.000	2.285.692.000	1.557.615.428
Total	3.731.886.000	2.285.692.000	1.557.615.428

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146F	4.386.597.000	2.310.320.000	2.045.813.767
Total	4.386.597.000	2.310.320.000	2.045.813.767

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146G	905.201.000	445.910.000	430.496.115
Total	905.201.000	445.910.000	430.496.115

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 480

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4237	580.883.000	576.780.000	499.921.929
2851	1.399.304.000	2.152.760.000	1.039.650.982
4867	0	13.356.000	5.369.467
4861	279.446.000	227.177.000	112.481.303
2751	9.822.000	5.230.000	3.321.749
8055	50.326.000	46.086.000	10.457.348
146S	22.220.000	6.318.000	1.348.504
4109	8.101.116.000	7.022.980.000	6.152.859.763
152I	55.938.000	625.677.000	41.975.321
20OT	20.685.000	12.620.000	11.135.615
151A	1.254.014.000	53.250.000	48.177.873
146K	0	5.247.000	15.012
20OQ	5.549.370.000	4.388.410.000	4.083.467.258
2D01	17.998.000	137.200.000	97.861.399
215W	35.873.000	118.513.000	76.338.891
20T7	14.828.000	14.620.000	11.084.266
20OS	18.480.894.000	13.451.380.000	12.497.629.198
146R	177.634.000	0	0
14KK	16.474.000	63.480.000	38.173.230
20OU	2.876.302.000	3.178.940.000	2.738.102.531
213U	7.129.000	5.102.000	3.976.203
213V	207.144.000	183.372.000	86.894.466
215V	2.051.834.000	2.581.511.000	1.560.821.065
15BG	127.688.000	22.770.000	264.916
2761	1.071.086.000	1.136.050.000	1.072.854.472
2D00	120.353.000	45.420.000	37.646.089
20OP	50.000	18.920.000	9.663.881
20OR	5.493.415.000	3.570.799.000	3.269.567.896
215X	463.250.000	235.920.000	121.759.735
Total	48.485.076.000	39.899.888.000	33.632.820.362

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15BM	24.007.206	24.007.206	158.799	51.525	47.962
Total	24.007.206	24.007.206	158.799	51.525	47.962

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212L	9.598.000	9.598.000	9.593.015	8.947.356	8.937.911
212K	21.145.699	21.045.699	21.007.484	18.103.202	18.058.590
Total	30.743.699	30.643.699	30.600.499	27.050.558	26.996.501

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20LE	1.149.437.000	935.554.000	754.396.245
2D83	106.861.000	66.906.000	36.982.101
20OW	251.480.000	221.755.000	122.585.487
20OV	381.891.000	318.619.000	221.091.117
Total	1.889.669.000	1.542.834.000	1.135.054.950

OBJETIVO: 0529 - Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural, tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LH	381.390	381.390	282.489	236.489	236.489
Total	381.390	381.390	282.489	236.489	236.489

OBJETIVO: 1091 - Promover a sustentabilidade ambiental nos processos de exploração e produção na cadeia produtiva do petróleo e gás.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
213E	1.307.932	1.307.932	0	0	0
Total	1.307.932	1.307.932	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

OBJETIVO: 0321 - Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D73	1.888.464.477	2.009.887.134	1.476.347.466	23.059.993	23.059.993
10T2	10.462.454	10.292.454	7.996.567	5.327	5.327
Total	1.898.926.931	2.020.179.588	1.484.344.032	23.065.320	23.065.320

OBJETIVO: 0322 - Fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8872	200.000	200.000	18.427	18.427	18.427
8874	834.000	667.200	0	0	0
20W3	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
4055	200.000	160.000	47.193	47.193	47.193
4420	1.500.000	1.200.000	939.102	878.863	878.863
Total	2.834.000	2.327.200	1.104.721	1.044.483	1.044.483

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8866	5.747.630	5.747.630	1.076.121	28.100	28.100
Total	5.747.630	5.747.630	1.076.121	28.100	28.100

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

OBJETIVO: 0397 - Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V0	36.952.502	33.257.252	31.400.555	9.517.739	9.305.263
Total	36.952.502	33.257.252	31.400.555	9.517.739	9.305.263

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F40	12.506.490	7.506.490	7.506.490	898.862	898.862
Total	12.506.490	7.506.490	7.506.490	898.862	898.862

OBJETIVO: 0702 - Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VC	79.375.495	81.266.495	73.515.818	37.740.198	37.740.198
Total	79.375.495	81.266.495	73.515.818	37.740.198	37.740.198

OBJETIVO: 1108 - Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VB	36.720.597	36.666.597	24.001.762	15.625.532	15.622.330
Total	36.720.597	36.666.597	24.001.762	15.625.532	15.622.330

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
154L	18.273.622	17.318.872	14.617.233	264.340	264.340
Total	18.273.622	17.318.872	14.617.233	264.340	264.340

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D55	14.470.352	11.576.282	9.971.263	8.160.597	8.149.269
Total	14.470.352	11.576.282	9.971.263	8.160.597	8.149.269

OBJETIVO: 1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X9	15.401.232	13.527.964	13.033.349	7.669.938	7.654.492
20X8	5.020.618	3.820.618	3.406.792	1.698.467	1.262.602
2055	7.710.533	6.787.554	6.711.916	4.964.809	4.706.061
8965	51.319.831	56.451.814	56.443.014	42.227.633	41.761.752
20XR	46.778.821	40.621.177	40.354.280	29.800.801	29.255.900
Total	126.231.035	121.209.127	119.949.350	86.361.649	84.640.807

OBJETIVO: 1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2868	157.829.360	242.090.573	240.570.712	216.466.857	216.300.472
20XL	800.000	800.000	790.112	347.441	347.441
2048	282.945.053	495.662.198	473.652.167	252.900.673	252.839.241
4450	220.221.025	239.177.393	236.870.688	157.494.901	155.952.592
2900	7.512.650	7.512.650	7.424.755	6.875.464	6.494.141
20XK	205.249.658	227.449.658	226.053.191	107.110.006	104.156.927
2872	7.132.056	6.753.095	6.405.793	4.256.753	3.996.276
20X3	2.649.241	2.649.241	2.619.400	2.229.671	2.155.043
212O	1.003.356.000	948.356.000	909.756.158	903.181.390	900.896.236
20XN	445.163.610	476.729.705	477.823.448	352.632.876	338.181.715
20XA	71.361.263	63.761.263	62.572.866	33.814.452	33.729.624
Total	2.404.219.916	2.710.941.776	2.644.539.288	2.037.310.484	2.015.049.709

OBJETIVO: 1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	20SE	5.350.294	3.517.437	3.267.366	1.228.093	1.228.093
	14VX	60.346.204	4.015.319	4.015.319	0	0
	20PY	62.309.151	62.309.151	60.744.072	27.112.492	26.603.343
	20S9	30.034.003	23.184.762	22.958.094	4.285.795	4.087.954
	156N	102.702.390	102.702.390	98.200.990	82.971.456	82.679.803
	2452	8.691.512	7.715.993	7.712.161	2.787.909	2.426.071
Total		269.433.554	203.445.052	196.898.002	118.385.746	117.025.265

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	156M	86.729.518	95.809.518	63.464.013	15.005.005	14.422.713
Total		86.729.518	95.809.518	63.464.013	15.005.005	14.422.713

OBJETIVO: 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	147F	43.412.039	43.091.243	42.789.939	23.480.595	22.061.147
	20SA	10.550.000	10.550.000	10.425.392	6.177.169	6.165.350
	20XE	81.213.592	82.824.301	54.710.525	24.947.685	21.711.885
	20X5	26.599.442	24.394.000	24.372.520	21.034.587	20.969.173
	211D	7.094.523	3.866.415	3.864.559	2.166.820	2.129.363
	00P7	117.845.655	117.845.655	117.845.655	117.845.655	117.845.655
Total		286.715.251	282.571.614	254.008.589	195.652.511	190.882.574

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	151S	1.924.075	1.539.260	1.057.930	176.104	171.704
Total		1.924.075	1.539.260	1.057.930	176.104	171.704

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	14T7	200.689.462	161.239.462	160.369.766	113.250.091	113.015.339
Total		200.689.462	161.239.462	160.369.766	113.250.091	113.015.339

OBJETIVO: 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	157N	61.385.849	41.796.327	38.572.931	33.678.174	33.678.174

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	20IH	64.445.255	63.527.638	60.809.087	45.332.963	45.332.963
	14SZ	88.293	70.635	0	0	0
	2911	15.375.504	15.375.504	15.363.199	7.375.508	7.217.154
Total		141.294.901	120.770.104	114.745.217	86.386.645	86.228.290

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	14LW	117.929.179	117.929.179	117.927.759	11.333.315	11.297.928
Total		117.929.179	117.929.179	117.927.759	11.333.315	11.297.928

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	14T4	146.287.784	208.348.712	207.410.834	164.497.951	160.840.783
Total		146.287.784	208.348.712	207.410.834	164.497.951	160.840.783

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	3138	72.046.627	72.046.627	72.030.081	49.962.044	48.616.706
Total		72.046.627	72.046.627	72.030.081	49.962.044	48.616.706

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	14T6	11.167.230	11.167.230	11.142.890	958.166	947.425
Total		11.167.230	11.167.230	11.142.890	958.166	947.425

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	156O	228.638.183	223.904.532	225.984.330	191.506.593	148.779.437
Total		228.638.183	223.904.532	225.984.330	191.506.593	148.779.437

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	1N47	1.154.445	250.396	250.396	243.016	243.016
Total		1.154.445	250.396	250.396	243.016	243.016

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	123H	247.659.860	247.659.860	242.298.173	173.555.683	173.552.674
Total		247.659.860	247.659.860	242.298.173	173.555.683	173.552.674

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	123I	493.590.004	493.590.004	486.440.896	477.388.092	477.287.650
Total		493.590.004	493.590.004	486.440.896	477.388.092	477.287.650

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123G	341.348.666	341.348.666	340.685.870	220.948.420	219.777.358
Total	341.348.666	341.348.666	340.685.870	220.948.420	219.777.358

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XJ	195.211.671	155.761.671	153.928.088	153.928.088	153.928.088
Total	195.211.671	155.761.671	153.928.088	153.928.088	153.928.088

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T0	1.533.000.000	1.533.000.000	1.447.968.418	1.154.329.439	1.154.329.439
Total	1.533.000.000	1.533.000.000	1.447.968.418	1.154.329.439	1.154.329.439

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123J	447.748.925	447.748.925	443.543.758	313.131.877	313.131.877
Total	447.748.925	447.748.925	443.543.758	313.131.877	313.131.877

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TH	26.500.000	25.472.973	24.493.240	14.568.900	14.568.900
156L	4.479.599	3.583.680	0	0	0
Total	30.979.599	29.056.653	24.493.240	14.568.900	14.568.900

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U72	129.948.367	18.483.079	18.460.027	10.965.164	10.965.164
Total	129.948.367	18.483.079	18.460.027	10.965.164	10.965.164

OBJETIVO: 1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X1	194.304.442	194.304.442	189.982.921	121.815.155	96.490.091
15KP	3.330.000	3.213.450	3.203.067	362.454	115.091
20X7	30.498.171	44.498.171	36.083.705	26.503.973	24.809.116
Total	228.132.613	242.016.063	229.269.693	148.681.582	121.414.297

OBJETIVO: 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	20XX	23.942.585	20.404.749	20.300.959	13.646.027	11.671.531
	20XV	1.703.913.786	1.591.056.738	1.551.902.818	1.012.964.878	1.012.611.977
	13F9	2.431.645	1.945.316	146.232	146.232	146.232
	2913	12.999.694	10.899.694	4.398.033	2.586.435	2.567.730
	2919	29.334.524	29.334.524	29.283.928	11.114.896	10.834.153
	20X4	67.940.284	65.807.392	37.519.202	22.419.634	22.060.895
Total		1.840.562.518	1.719.448.413	1.643.551.172	1.062.878.102	1.059.892.519

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	14T5	182.240.222	182.240.222	182.225.523	68.891.101	68.211.145
Total		182.240.222	182.240.222	182.225.523	68.891.101	68.211.145

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	13DB	42.699.942	42.699.942	40.855.136	38.495.931	38.495.931
	151D	962.038	769.631	0	0	0
Total		43.661.980	43.469.573	40.855.136	38.495.931	38.495.931

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	157M	4.636.731	737.339	515.469	208.140	208.140
Total		4.636.731	737.339	515.469	208.140	208.140

OBJETIVO: 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	20XO	33.158.165	23.181.653	23.174.087	23.088.814	23.088.814
	20XB	53.595.354	17.011.895	12.583.003	5.376.261	5.329.533
	20T4	989.366	989.366	982.526	735.968	735.968
	4528	65.330.776	78.296.931	78.280.742	63.897.216	63.895.606
	2B28	900.000	900.000	854.322	253.917	249.374
	2A82	8.053.845	6.443.136	6.006.664	3.248.277	3.171.128
	20XJ	13.974.082	14.479.082	14.265.338	8.443.315	8.433.098
Total		176.001.588	141.302.063	136.146.683	105.043.766	104.903.521

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	123B	430.360.397	430.360.397	418.540.571	418.540.571	418.540.571
Total		430.360.397	430.360.397	418.540.571	418.540.571	418.540.571

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15EZ	4.047.787	3.542.787	3.375.383	2.369.849	2.367.118
Total	4.047.787	3.542.787	3.375.383	2.369.849	2.367.118

OBJETIVO: 1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1211	512.780.290	540.344.237	493.932.613	0	0
20XH	141.863.051	112.863.051	33.854.550	15.498.081	15.465.352
8425	3.234.721	2.963.157	2.851.714	2.196.374	2.035.740
6557	8.163.809	6.531.048	4.436.989	2.388.833	2.200.942
20XY	10.350.000	9.756.000	0	0	0
20IG	5.093.054	4.821.490	3.421.710	2.256.370	1.518.887
20X6	36.838.862	32.737.805	32.520.657	16.599.576	13.444.602
2510	81.413.676	78.518.030	78.424.243	64.309.843	62.908.756
14SY	150.069.267	395.569.267	388.114.799	384.957.425	375.124.241
Total	949.806.730	1.184.104.085	1.037.557.277	488.206.501	472.698.519

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no País.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12P1	1.750.440	1.750.440	1.166.465	176.207	176.207
Total	1.750.440	1.750.440	1.166.465	176.207	176.207

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2478	107.310.905	135.313.501	133.516.086	107.498.980	107.388.250
12P1	59.004.821	59.004.821	59.004.821	43.600.241	2.950.241
Total	166.315.726	194.318.322	192.520.907	151.099.221	110.338.491

OBJETIVO: 0325 - Expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível nuclear em escala capaz de atender a demanda das usinas termonucleares brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CP	36.381.921	36.381.921	36.381.921	8.264.051	8.264.051
Total	36.381.921	36.381.921	36.381.921	8.264.051	8.264.051

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CR	6.685.611	1.385.611	1.385.611	209.525	209.525
Total	6.685.611	1.385.611	1.385.611	209.525	209.525

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1393	25.296.379	46.296.379	46.357.976	16.463.974	16.425.603
Total	25.296.379	46.296.379	46.357.976	16.463.974	16.425.603

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2482	424.310.717	473.610.717	468.265.736	301.626.032	301.626.032
20I3	1.168.141	1.168.141	180.708	144.339	144.339
Total	425.478.858	474.778.858	468.446.444	301.770.371	301.770.371

OBJETIVO: 0327 - Consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no País.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UW	7.089.948	7.089.948	6.797.134	5.605.546	5.605.546
Total	7.089.948	7.089.948	6.797.134	5.605.546	5.605.546

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações para atender aos diversos usos pela sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UX	18.831.091	33.248.495	32.971.843	27.222.919	27.165.720
2B32	4.000.000	4.000.000	3.818.208	3.520.420	3.520.020
13CN	51.000	51.000	0	0	0
2463	700.000	700.000	679.040	679.040	169.760
215N	1.000.000	1.000.000	942.211	596.902	595.572
Total	24.582.091	38.999.495	38.411.303	32.019.281	31.451.073

OBJETIVO: 1068 - Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e resposta a situações de emergência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CM	601.000	601.000	18.013	17.059	17.059
Total	601.000	601.000	18.013	17.059	17.059

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B27	476.963	476.963	408.953	274.753	274.753
215M	3.200.000	3.200.000	2.956.070	2.191.319	2.191.319
Total	3.676.963	3.676.963	3.365.023	2.466.072	2.466.072

OBJETIVO: 1081 - Produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V1	68.534.637	86.534.637	54.577.022	54.577.022	41.219.331
Total	68.534.637	86.534.637	54.577.022	54.577.022	41.219.331

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

OBJETIVO: 0250 - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GN	1.000.000	600.000	517.976	310.779	308.979
2564	118.573.805	252.533.982	252.533.982	238.637.229	238.637.229
20HT	1.000.000	500.000	342.333	342.021	342.021
20HQ	1.127.088	777.088	666.440	665.372	665.372
Total	121.700.893	254.411.070	254.060.731	239.955.401	239.953.601

OBJETIVO: 0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116V	21.950.254	14.080.000	10.994.416	1.902.027	1.586.010
2593	822.561.929	851.636.892	847.547.178	765.518.115	756.630.488
2563	6.861.586	5.241.584	3.741.647	3.714.977	3.675.490
2290	225.990	125.990	97.740	95.716	95.716
0E82	106.991.594.999	109.581.139.144	109.567.975.971	109.383.612.825	106.879.333.287
2015	17.210.653	19.000.543	18.477.131	18.476.824	18.476.824
20EI	1.170.024	950.024	667.654	278.421	278.421
2294	26.468.755	38.893.751	32.547.375	32.198.110	32.034.641
4641	9.057.979	9.057.979	7.899.905	7.899.905	7.899.905
009W	2.540.282.959	2.540.282.959	2.540.282.959	2.354.475.913	2.176.046.708
0E81	370.575.346.318	386.563.592.985	386.370.522.640	386.370.310.080	374.296.436.791
2587	6.047.205	6.676.108	6.675.634	6.569.119	6.569.119
2292	334.209.908	703.038.685	703.038.683	635.019.959	635.019.949
4405	108.322.358	132.363.350	132.363.350	125.663.350	122.946.301
2591	42.586.303	22.070.345	21.470.004	21.252.196	21.030.234
8869	22.926.148	13.000.000	7.806.482	2.306.593	2.290.998
20HR	1.905.628	1.365.628	771.083	764.858	762.982
Total	481.528.728.996	500.502.515.967	500.272.879.851	499.730.058.990	484.961.113.866

OBJETIVO: 0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8452	3.046.904	2.596.904	1.942.273	1.942.273	1.942.273
2592	300.000	300.000	199.991	191.827	191.827
157J	3.135.000	0	0	0	0
2562	6.793.485	5.093.485	3.997.452	3.980.778	3.964.810
212S	593.982	517.021	101.038	75.164	75.164

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	8426	1.000.000	400.000	142.997	137.998	137.998
	2276	2.056.965	1.456.965	1.198.952	1.198.952	1.193.107
	2274	5.000.000	5.000.000	2.910.028	2.910.028	2.910.028
	2585	27.173.938	19.021.757	19.006.258	11.785.037	11.642.980
Total		49.100.274	34.386.132	29.498.990	22.222.058	22.058.188

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210M	27.841.844	20.059.519	12.817.350	1.054.911	1.054.911
4641	50.000	50.000	49.052	43.919	43.919
Total	27.891.844	20.109.519	12.866.401	1.098.830	1.098.830

OBJETIVO: 0260 - Promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UF	52.119.578	51.821.654	38.281.430	100.000	100.000
Total	52.119.578	51.821.654	38.281.430	100.000	100.000

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210N	6.074.831	3.418.129	2.015.020	281.401	279.401
Total	6.074.831	3.418.129	2.015.020	281.401	279.401

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E85	15.000.000	9.000.000	8.685.375	5.285.375	5.285.375
Total	15.000.000	9.000.000	8.685.375	5.285.375	5.285.375

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

OBJETIVO: 0255 - Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0083	5.300.000	5.000.000	0	0	0
20ZN	32.575.349	23.977.648	10.633.561	1.210.000	1.210.000
Total	37.875.349	28.977.648	10.633.561	1.210.000	1.210.000

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados e prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
215J	27.297.993	27.297.993	27.003.563	20.295.808	20.295.808
Total	27.297.993	27.297.993	27.003.563	20.295.808	20.295.808

OBJETIVO: 0975 - Promover e fortalecer canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, buscando a garantia de direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4906	22.644.949	22.644.949	22.644.949	19.860.984	19.860.984
Total	22.644.949	22.644.949	22.644.949	19.860.984	19.860.984

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

OBJETIVO: 1012 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2384	15.656.964	13.803.255	13.347.610	9.387.826	9.013.610
215Q	518.103	492.302	485.633	482.905	482.005
Total	16.175.067	14.295.557	13.833.242	9.870.731	9.495.616

OBJETIVO: 1013 - Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
215O	11.446.702	7.932.544	7.890.679	6.181.314	6.090.681
20W4	200.000	200.000	200.000	4.648	4.648
Total	11.646.702	8.132.544	8.090.679	6.185.962	6.095.328

OBJETIVO: 1014 - Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UF	18.074.992	16.542.795	15.952.354	11.750.021	11.562.921
Total	18.074.992	16.542.795	15.952.354	11.750.021	11.562.921

OBJETIVO: 1015 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8635	4.151.873	4.140.177	4.054.848	2.134.812	2.134.812
Total	4.151.873	4.140.177	4.054.848	2.134.812	2.134.812

OBJETIVO: 0962 - Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 498

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YP	1.438.130.000	1.438.130.000	1.256.251.152	1.172.708.233	1.160.600.558
7684	53.000.000	53.250.000	33.251.880	25.048.662	23.764.486
Total	1.491.130.000	1.491.380.000	1.289.503.032	1.197.756.895	1.184.365.044

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária

OBJETIVO: 0418 - Ampliar a governança sobre a malha fundiária nacional, promovendo a regularização fundiária, qualificando a gestão, o uso da terra e dos recursos naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211C	22.032.789	20.748.766	16.284.107	3.760.264	3.748.157
210U	26.142.843	27.342.843	25.484.606	17.078.109	16.710.115
2105	2.402.598	2.402.598	1.495.304	1.077.819	1.044.989
Total	50.578.230	50.494.207	43.264.017	21.916.193	21.503.261

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, criar projetos de assentamento de forma sustentável e considerando, sempre que possível, a abordagem territorial, priorizando e assistindo famílias acampadas, com garantia de equidade de gênero e do acesso e permanência da juventude no campo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211B	425.501.883	333.401.507	220.613.903	179.619.535	179.455.791
Total	425.501.883	333.401.507	220.613.903	179.619.535	179.455.791

OBJETIVO: 0421 - Implantar, qualificar e consolidar os projetos de assentamento de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211A	168.327.559	168.218.894	146.004.374	37.187.715	32.736.354
0427	946.000.000	946.000.000	0	0	0
Total	1.114.327.559	1.114.218.894	146.004.374	37.187.715	32.736.354

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210T	27.027.196	27.027.196	21.578.305	14.114.797	13.128.960
Total	27.027.196	27.027.196	21.578.305	14.114.797	13.128.960

OBJETIVO: 0423 - Combater a violência no campo decorrente de conflitos agrários.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210R	2.958.241	2.566.593	1.772.891	1.743.793	1.741.119
Total	2.958.241	2.566.593	1.772.891	1.743.793	1.741.119

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0061	300.000.000	300.000.000	249.500.000	214.346.707	214.346.707
210Q	19.708.555	19.708.555	19.708.555	14.964.435	14.964.435
Total	319.708.555	319.708.555	269.208.555	229.311.142	229.311.142

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

OBJETIVO: 0355 - Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7656	251.784.741	223.906.998	208.399.098	192.926	192.926
116F	7.259.651	4.259.651	4.256.812	185.590	185.590
Total	259.044.392	228.166.649	212.655.910	378.516	378.516

OBJETIVO: 0353 - Implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6908	11.425.218	11.425.218	8.727.460	232.726	231.746
20NV	16.989.500	16.989.500	16.989.500	1.640.232	1.640.232
1P95	30.518.429	24.018.429	24.018.422	9.874.041	9.874.041
20AF	6.420.800	6.420.800	975.092	273.585	273.585
8871	1.140.850	410.467	330.284	168.429	168.429
20AG	6.000.000	54.800.000	52.733.399	671.230	671.230
216F	998.102	798.482	0	0	0
Total	73.492.899	114.862.896	103.774.158	12.860.244	12.859.264

OBJETIVO: 0610 - Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GD	81.777.627	198.077.627	143.325.559	110.500.260	106.016.422
10SC	107.313.027	138.353.208	126.318.721	109.882.075	109.882.075
10S5	67.138.896	38.018.117	37.641.430	34.014.532	34.014.532
10RM	42.271.422	44.232.923	44.232.077	9.729.984	8.853.044
7652	137.222.906	136.659.184	114.879.412	987.500	987.500
1I62	420.787	7.420.787	7.000.000	0	0
10GG	77.054.230	58.264.683	41.690.547	0	0
141J	3.205.003	3.205.003	3.205.003	2.273	2.273
10GE	107.432.003	247.809.442	247.047.874	186.794.136	183.949.631
1N08	237.217.621	219.023.646	173.639.361	134.358.823	134.358.823
3883	16.651.218	13.471.218	11.376.722	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 502

Total	877.704.740	1.104.535.838	950.356.706	586.269.583	578.064.301

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO: 0377 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
215I	35.372.665	38.603.462	37.384.162	20.934.142	20.872.495
Total	35.372.665	38.603.462	37.384.162	20.934.142	20.872.495

OBJETIVO: 0380 - Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2798	478.369.945	526.829.061	524.630.770	305.924.221	255.918.091
2B81	17.102.753	13.682.203	9.642.011	9.642.011	4.563.135
20TB	14.900.000	0	0	0	0
Total	510.372.698	540.511.264	534.272.781	315.566.233	260.481.227

OBJETIVO: 0614 - Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8695	3.914.205	3.914.205	3.914.205	3.499.948	3.499.948
8948	154.926.719	129.725.296	129.723.842	85.053.188	85.053.188
12QC	182.893.284	121.412.814	118.966.275	17.997.509	11.600.715
Total	341.734.208	255.052.315	252.604.322	106.550.645	100.153.852

OBJETIVO: 1109 - Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QH	42.700.000	42.700.000	28.753.100	18.896.000	18.896.000
2784	5.510.979	1.289.258	1.289.258	19.418	19.418
Total	48.210.979	43.989.258	30.042.358	18.915.418	18.915.418

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

OBJETIVO: 0287 - Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z3	14.044.012	50.550.147	38.197.271	17.092.713	17.092.713
20YY	15.263.000	8.152.386	4.457.957	1.874.610	1.874.610
4245	5.706.527	8.338.098	8.338.097	7.319.533	7.319.533
20Z1	18.070.214	5.382.558	0	0	0
20YX	17.936.844	45.017.152	42.415.329	18.660.665	18.660.665
0581	16.824.049.711	17.931.730.678	17.931.730.678	17.294.652.718	17.294.652.718
00H4	38.201.577.879	38.406.605.545	37.772.211.559	36.989.254.350	36.989.254.350
2553	12.756.533	11.819.281	8.111.736	7.284.168	7.284.134
20JT	105.915.262	50.157.206	49.135.058	157.206	157.206
4741	56.564.752	168.204.878	130.479.848	60.519.520	56.054.120
2C43	6.528.639	5.374.304	4.426.817	1.272.375	1.272.375
4641	16.265.000	6.001.150	5.500.000	140.262	140.262
Total	55.294.678.373	56.697.333.383	55.995.004.350	54.398.228.121	54.393.762.687

OBJETIVO: 0289 - Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00JO	250.000.000	0	0	0	0
2B12	2.000.000	1.300.000	1.265.132	520.487	520.487
8617	10.547.158	12.989.763	12.562.832	6.877.699	6.877.699
2374	3.587.500	2.870.000	0	0	0
Total	266.134.658	17.159.763	13.827.963	7.398.186	7.398.186

OBJETIVO: 0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YU	54.127.151	54.127.151	40.494.763	16.094.461	16.094.461
20YV	1.103.000	1.103.000	761.425	711.374	711.374
4767	6.122.002	6.122.002	3.642.872	2.402.540	2.402.540
20YW	4.958.241	4.958.241	3.251.247	2.082.173	2.082.173
2599	2.353.640	2.156.466	1.236.844	893.486	893.486
Total	68.664.034	68.466.860	49.387.152	22.184.033	22.184.033

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OBJETIVO: 1096 - Promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
215F	47.818.881	47.818.881	37.749.992	12.744.339	12.744.339
Total	47.818.881	47.818.881	37.749.992	12.744.339	12.744.339

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo

OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competividade dos destinos, produtos e serviços turísticos..

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C01	1.500.000	1.248.547	717.627	116.291	116.291
20Y4	12.355.461	9.944.971	6.400.827	5.655.941	5.655.941
0454	51.565.418	51.565.418	51.565.418	0	0
10V0	509.385.583	683.832.008	546.856.984	3.499.797	3.207.297
4590	12.723.313	8.975.493	976.401	99.134	99.134
14TJ	16.503.377	13.589.503	11.319.966	710.447	710.447
Total	604.033.152	769.155.940	617.837.223	10.081.609	9.789.109

OBJETIVO: 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y3	83.338.987	125.235.595	80.801.025	37.608.066	37.608.066
20Y5	74.274.912	74.419.930	69.664.508	52.274.902	48.910.595
Total	157.613.899	199.655.525	150.465.533	89.882.968	86.518.661

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2077 - Agropecuária Sustentável

OBJETIVO: 0600 - Aperfeiçoar o Monitoramento Meteorológico e Climático e os Sistemas de Previsão de Tempo e Clima, com ênfase na disponibilidade dos Dados Históricos e em Tempo Real.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2161	30.374.325	31.112.497	31.100.798	30.091.356	29.928.673
147S	2.460.575	1.722.403	1.722.368	1.722.368	0
Total	32.834.900	32.834.900	32.823.165	31.813.724	29.928.673

OBJETIVO: 0601 - Aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZU	3.119.817	2.880.955	1.526.291	740.992	723.646
0026	2.000.000	2.000.000	0	0	0
099F	741.611.790	593.289.432	398.583.921	398.583.921	374.829.641
Total	746.731.607	598.170.387	400.110.213	399.324.913	375.553.287

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0301	2.061.861.000	3.343.485.300	3.299.832.358	2.116.993.358	2.116.993.358
0297	7.100.000	7.100.000	0	0	0
0373	40.381.042	44.492.363	44.492.363	0	0
00PL	8.859.000	0	0	0	0
0294	3.952.070.000	2.957.451.930	2.929.009.893	1.819.937.893	1.819.937.893
0298	135.669.000	125.669.000	123.030.355	81.196.355	81.196.355
0611	410.080.000	468.080.000	468.080.000	379.700.636	379.700.636
Total	6.616.020.042	6.946.278.593	6.864.444.969	4.397.828.242	4.397.828.242

OBJETIVO: 0661 - Desenvolver a cafeicultura de maneira sustentável, com geração de emprego, renda e divisas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0012	4.875.584.660	4.875.584.660	4.170.893.104	3.526.691.780	3.526.691.780
20Y8	14.198.000	11.919.134	11.639.638	10.082.706	10.081.242
0A27	143.000.000	143.000.000	142.260.567	94.041.500	94.041.500

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Total	5.032.782.660	5.030.503.794	4.324.793.309	3.630.815.986	3.630.814.522

OBJETIVO: 0743 - Promover o conhecimento e elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8593	3.763.275	3.960.620	3.522.376	1.738.212	1.315.103
Total	3.763.275	3.960.620	3.522.376	1.738.212	1.315.103

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8622	3.100.002	3.100.002	2.597.162	763.327	616.098
Total	3.100.002	3.100.002	2.597.162	763.327	616.098

OBJETIVO: 0750 - Ampliar e diversificar a produção de biomassa agropecuária, com ênfase em cultivos agroenergéticos e florestas plantadas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZS	306.000	244.800	15.500	0	0
Total	306.000	244.800	15.500	0	0

OBJETIVO: 1042 - Disseminar sistemas de produção agropecuária sustentável, com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e conservação dos recursos naturais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZV	720.491.954	785.347.252	584.998.599	106.179.104	103.622.865
0064	250.000	200.000	0	0	0
215A	3.901.595	4.019.729	3.994.901	1.831.079	1.536.625
Total	724.643.549	789.566.981	588.993.500	108.010.183	105.159.490

OBJETIVO: 1048 - Promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8606	5.262.924	5.262.900	4.841.283	3.259.707	3.244.997
Total	5.262.924	5.262.900	4.841.283	3.259.707	3.244.997

OBJETIVO: 1049 - Promover o desenvolvimento da agropecuária irrigada de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, com racionalização dos recursos hídricos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QX	200.000	160.000	159.786	26.587	26.587
Total	200.000	160.000	159.786	26.587	26.587

OBJETIVO: 1050 - Incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais das classes C e D, em suas diversidades e amplitudes, com vistas à expansão da classe média rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
215B	21.081.662	16.933.097	12.700.775	4.366.662	4.366.662
Total	21.081.662	16.933.097	12.700.775	4.366.662	4.366.662

OBJETIVO: 1051 - Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0299	249.384.000	114.672.679	108.471.162	108.471.162	108.471.162
2137	2.000.000	1.800.000	1.422.548	1.112.249	1.112.010
20Y7	6.600.000	5.280.000	2.778.490	1.969.577	1.959.791
20ZT	24.935.451	19.948.361	6.331.766	5.596.194	5.576.465
151O	120.455.068	68.502.727	8.502.727	3.702.560	3.702.560
2130	2.450.000.000	2.450.000.000	252.507.894	235.375.110	234.112.676
0300	250.000.000	177.000.000	124.825.386	47.957.631	47.545.523
Total	3.103.374.519	2.837.203.767	504.839.973	404.184.485	402.480.188

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5314	3.868.160	5.868.160	5.864.450	2.664.753	2.664.653
Total	3.868.160	5.868.160	5.864.450	2.664.753	2.664.653

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
7M16	84.157	0	0	0	0	
Total	84.157	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
12G3	84.157	0	0	0	0	
Total	84.157	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
12FP	84.157	0	0	0	0	
Total	84.157	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
140C	841.574	0	0	0	0	
Total	841.574	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5260	4.059.982	6.059.982	6.059.982	2.644.272	2.615.442	
Total	4.059.982	6.059.982	6.059.982	2.644.272	2.615.442	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
1692	4.240.873	20.240.873	20.240.387	14.745.177	14.589.120	
Total	4.240.873	20.240.873	20.240.387	14.745.177	14.589.120	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
12FR	899.521	0	0	0	0	
Total	899.521	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
1O12	16.663.163	0	0	0	0	
Total	16.663.163	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5322	1.363.351	1.090.681	1.090.681	0	0	
Total	1.363.351	1.090.681	1.090.681	0	0	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	1O28	42.079	42.079	0	0	0
Total		42.079	42.079	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	1O21	150.000.000	150.000.000	0	0	0
Total		150.000.000	150.000.000	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	12G2	84.157	0	0	0	0
Total		84.157	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	100N	19.441.014	8.837.183	0	0	0
Total		19.441.014	8.837.183	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	1676	42.079	0	0	0	0
Total		42.079	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	14XU	84.157	7.184.157	7.039.449	0	0
	20WP	23.085.821	17.658.396	4.993.831	2.814.636	2.711.682
	6566	500.000	440.000	0	0	0
	1686	200.000	160.000	59.096	25.490	19.526
	140X	1.400.000	800.000	424.407	342.821	327.821
	5980	2.272.250	1.272.250	0	0	0
	215H	3.744.688	500.000	0	0	0
	1O83	420.787	0	0	0	0
	5330	841.574	673.259	673.259	0	0
	5E79	157.893	915.893	915.893	0	0
	212Y	168.314	84.157	0	0	0
	20EY	55.906.815	80.483.285	80.467.481	73.200.330	70.985.319
	1O25	1.022.512	715.758	0	0	0
	12OB	13.713.473	11.188.038	7.704.599	4.560.896	4.555.026
	12FT	6.816.748	4.609.356	0	0	0
	15DV	384.815	338.637	0	0	0
	5246	84.157	0	0	0	0
Total		110.804.004	127.023.186	102.278.015	80.944.172	78.599.374

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
14XW	84.157	0	0	0	0	
Total	84.157	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
1P91	84.157	84.157	84.157	0	0	
Total	84.157	84.157	84.157	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5348	673.259	538.607	538.607	0	0	
Total	673.259	538.607	538.607	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5354	2.650.958	2.999.999	2.999.940	108.967	108.967	
Total	2.650.958	2.999.999	2.999.940	108.967	108.967	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5368	2.120.766	1.696.614	1.688.888	22.274	22.274	
Total	2.120.766	1.696.614	1.688.888	22.274	22.274	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5370	7.271.198	8.421.841	8.421.841	0	0	
Total	7.271.198	8.421.841	8.421.841	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5378	1.363.351	1.090.681	690.092	74.164	74.164	
Total	1.363.351	1.090.681	690.092	74.164	74.164	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5442	1.136.125	908.900	908.900	0	0	
Total	1.136.125	908.900	908.900	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
5984	841.574	0	0	0	0	
Total	841.574	0	0	0	0	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XV	84.157	0	0	0	0
Total	84.157	0	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

OBJETIVO: 1063 - Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundos da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TS	255.000	204.000	160.135	124.900	124.900
Total	255.000	204.000	160.135	124.900	124.900

OBJETIVO: 1064 - Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8288	1.020.000	1.016.000	16.000	16.000	16.000
8308	31.654.403	10.908.973	5.786.656	3.262.424	3.262.424
Total	32.674.403	11.924.973	5.802.656	3.278.424	3.278.424

OBJETIVO: 1065 - Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VQ	700.000	700.000	542.223	91.021	91.021
20VP	73.826.485	73.826.485	73.825.352	73.424.347	73.424.347
Total	74.526.485	74.526.485	74.367.575	73.515.368	73.515.368

OBJETIVO: 1066 - Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WA	3.735.000	3.735.000	2.069.843	1.061.898	1.061.898
20WB	2.399.525	2.499.525	1.415.834	272.744	272.445
20WC	2.666.000	7.444.615	7.387.825	569.348	569.348
20WD	24.352.174	24.352.174	1.280.077	1.038.678	1.038.678
Total	33.152.699	38.031.314	12.153.579	2.942.668	2.942.369

OBJETIVO: 1070 - Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WM	110.725.000	132.700.000	126.319.370	107.066.024	100.375.171
20LX	225.000	180.000	163.815	146.117	146.117
214P	24.694.974	29.489.974	29.470.439	24.802.778	24.682.604
20MS	400.000	400.000	290.294	90.294	90.294
Total	136.044.974	162.769.974	156.243.918	132.105.213	125.294.186

OBJETIVO: 1078 - Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WG	900.000	900.000	828.428	662.993	650.932
20VY	1.312.400	1.286.160	1.026.094	176.794	176.794
20LU	225.000	180.000	175.903	152.712	152.712
20WL	2.881.404	4.669.544	4.410.802	3.745.084	3.285.849
20N1	40.031.704	32.842.704	1.183.143	28.545	28.545
20WK	2.675.479	3.904.979	3.894.977	3.071.052	3.071.052
20WN	17.037.200	20.337.200	20.294.304	17.190.005	17.087.179
214O	9.026.814	7.726.814	6.857.386	6.395.506	6.373.406
8499	4.219.504	4.219.504	389.420	389.420	389.420
20VN	125.000	100.000	92.410	87.314	87.314
2972	72.988	80.188	80.188	68.274	68.274
Total	78.507.493	76.247.093	39.233.055	31.967.700	31.371.477

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
153X	5.000.000	4.000.000	2.605.480	0	0
Total	5.000.000	4.000.000	2.605.480	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214K	9.600.000	7.680.000	2.265.567	2.265.567	2.265.567
214I	4.776.000	3.820.800	3.820.039	2.787.557	2.787.557
214J	504.500.000	504.500.000	504.498.876	500.808.831	500.808.824
212H	1.950.000	1.560.000	1.172.068	840.310	840.310
Total	520.826.000	517.560.800	511.756.550	506.702.265	506.702.259

OBJETIVO: 1038 - Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6481	3.198.216	2.558.573	2.290.931	1.477.514	1.477.514
10U2	876.586	876.586	876.586	0	0
210D	2.200.000	2.009.000	2.008.358	1.338.358	1.338.358
Total	6.274.802	5.444.159	5.175.876	2.815.872	2.815.872

OBJETIVO: 1093 - Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2692	183.840	147.072	68.974	68.974	68.974
211W	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
210E	45.627.625	45.627.575	10.516.763	5.745.705	5.745.705
Total	47.311.465	47.274.647	12.085.737	7.314.679	7.314.679

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2080 - Educação de qualidade para todos

OBJETIVO: 1007 - Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RP	943.303.672	1.170.661.487	1.119.739.545	332.729.580	331.917.570
0E36	12.544.724.675	12.544.724.675	12.544.724.675	11.712.025.848	11.712.025.848
213M	12.600.000	12.590.000	4.047.171	2.892.612	2.880.020
20RQ	2.020.000.000	1.778.487.435	1.739.174.291	1.174.081.712	1.172.162.125
0E53	284.444.731	284.183.513	267.884.948	152.283.329	152.283.329
20RI	133.669.722	132.989.271	119.560.188	76.354.100	75.252.229
00O0	1.786.057.669	1.413.018.802	1.315.018.802	970.545.741	970.545.741
214V	321.000.000	235.910.000	221.945.092	216.927.183	216.911.206
00OW	30.000.000	110.000.000	109.992.494	38.998.365	38.998.365
12KU	502.117.808	402.557.808	373.017.049	40.989.179	31.276.779
00PI	3.899.900.000	3.482.605.538	3.476.606.046	3.427.701.246	3.427.306.429
00PH	168.900.000	170.000.000	170.000.000	109.889.000	109.209.100
0509	191.309.061	602.409.061	547.488.514	31.919.380	30.545.650
20TR	344.250.112	142.955.496	140.006.249	140.006.249	140.006.249
0969	594.000.000	573.000.000	564.896.675	564.562.558	564.562.558
0515	1.930.000.000	1.700.000.000	1.697.815.644	1.315.930.927	1.315.930.927
Total	25.706.277.450	24.756.093.086	24.411.917.382	20.307.837.010	20.291.814.125

OBJETIVO: 1008 - Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RJ	262.472.859	267.524.706	234.725.004	157.140.430	150.591.214
Total	262.472.859	267.524.706	234.725.004	157.140.430	150.591.214

OBJETIVO: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	2994	452.653.830	442.283.610	420.668.423	345.738.027	340.184.597
	20RG	628.257.172	570.605.132	435.116.778	129.407.408	112.911.823
	20RL	2.121.987.035	2.104.567.472	1.959.743.689	1.414.423.168	1.375.168.526
	8652	38.450.025	38.550.025	20.322.610	0	0
	6380	116.639.138	110.848.508	76.863.543	36.525.516	32.160.068
	20RW	1.640.000.000	1.740.574.462	1.595.905.753	1.271.104.713	1.261.973.307
Total		4.997.987.200	5.007.429.209	4.508.620.796	3.197.198.832	3.122.398.321

OBJETIVO: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152X	20.000.000	24.000.000	24.000.000	14.483.674	14.483.674
20RX	367.244.389	430.672.189	361.443.389	186.123.296	131.506.864
157G	10.000.000	10.000.000	9.999.994	8.118.995	8.118.995
156Y	6.350.000	6.350.000	3.060.836	195.274	11.424
154R	6.220.380	6.220.380	6.220.380	0	0
20U5	1.460.833	1.464.000	1.328.221	1.043.925	1.043.925
4002	1.016.094.062	1.006.674.625	951.874.877	814.251.944	810.103.868
00P1	637.039.032	591.039.032	580.631.936	580.570.194	579.339.267
4909	996.382	1.095.982	1.095.736	892.056	892.056
6344	4.000.000	3.200.000	904.062	514.682	514.682
2317	334.356.000	357.463.927	330.293.602	324.579.073	324.579.073
0487	3.808.466.959	4.162.807.879	3.998.681.254	3.541.550.347	3.540.394.308
0048	98.458.891	98.525.067	26.713.659	0	0
20GK	640.726.263	628.895.407	565.676.792	446.486.298	440.143.462
0A12	120.000.000	162.000.000	161.508.400	151.591.300	151.591.300
154S	26.954.979	26.954.979	26.954.963	10.549.801	10.535.202
157D	100.600.000	100.600.000	100.600.000	1.354.380	846.889
8282	1.761.898.416	1.705.296.836	1.128.584.707	370.307.824	347.891.812
15F0	4.000.000	420.655	386.454	221.938	221.938
14XN	26.199.851	26.199.851	22.479.667	14.879.359	14.844.821
20RZ	267.822.566	1.059.627.293	910.627.293	670.439.061	670.439.061
154O	25.000.000	25.000.000	18.164.743	5.309.388	5.273.307
20RK	5.211.898.518	5.292.168.586	5.101.336.512	4.237.714.216	4.176.821.425
4086	427.991.465	366.063.236	305.010.745	202.894.664	181.100.719
Total	14.923.778.986	16.092.739.924	14.637.578.224	11.584.071.690	11.410.698.071

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G1	63.681.439	62.242.720	46.848.700	24.563.896	23.655.210
Total	63.681.439	62.242.720	46.848.700	24.563.896	23.655.210

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XO	29.426.425	29.400.372	28.650.089	18.486.717	18.480.490
Total	29.426.425	29.400.372	28.650.089	18.486.717	18.480.490

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XP	27.119.972	26.422.983	22.498.345	11.202.376	11.179.159
Total	27.119.972	26.422.983	22.498.345	11.202.376	11.179.159

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XQ	20.966.787	20.966.787	20.966.783	13.538.259	13.522.330
Total	20.966.787	20.966.787	20.966.783	13.538.259	13.522.330

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
156W	8.000.000	8.000.000	0	0	0
Total	8.000.000	8.000.000	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
156X	8.000.000	8.000.000	889.093	216.171	216.171
Total	8.000.000	8.000.000	889.093	216.171	216.171

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
156Z	6.000.000	6.000.000	0	0	0
Total	6.000.000	6.000.000	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
157A	6.000.000	6.000.000	4.303.072	0	0
Total	6.000.000	6.000.000	4.303.072	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
157B	6.000.000	6.000.000	3.755.026	1.452.119	1.452.119
Total	6.000.000	6.000.000	3.755.026	1.452.119	1.452.119

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148G	100.038.557	100.038.557	100.038.557	99.958.952	97.593.073
Total	100.038.557	100.038.557	100.038.557	99.958.952	97.593.073

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14IM	16.000.000	16.000.000	16.000.000	39.103	39.103
Total	16.000.000	16.000.000	16.000.000	39.103	39.103

OBJETIVO: 1011 - Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RM	537.530.464	1.081.459.224	1.055.779.189	665.647.336	665.489.554
20RN	126.193.767	131.805.722	113.618.972	62.905.928	62.902.815
20RU	4.000.000	3.400.000	1.578.178	1.578.178	1.578.083
6503	3.740.263	2.992.211	889.132	443.659	443.659
4014	21.239.988	16.991.991	10.528.303	7.449.340	7.448.909
4000	12.277.846	9.737.768	2.958.085	2.654.969	2.651.287
Total	704.982.328	1.246.386.916	1.185.351.859	740.679.411	740.514.309

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

OBJETIVO: 1039 - Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UD	14.516.376	4.919.752	3.597.886	2.373.434	2.373.434
8855	149.383.386	142.976.827	87.552.356	14.416.400	14.416.400
Total	163.899.762	147.896.579	91.150.242	16.789.834	16.789.834

OBJETIVO: 1040 - Promover a redução da violência no trânsito das rodovias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2723	79.906.237	71.334.201	65.505.273	33.357.606	33.330.421
154T	35.868.825	30.628.825	18.477.609	1.217.866	1.217.866
86A1	53.945.960	81.118.044	80.943.955	75.138.103	75.014.320
Total	169.721.022	183.081.070	164.926.837	109.713.576	109.562.607

OBJETIVO: 1041 - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
155H	5.800.000	5.800.000	5.800.000	0	0
154Y	8.000.000	0	0	0	0
154W	5.500.000	5.500.000	5.500.000	0	0
20IC	12.566.269	1.060.000	58.583	58.583	58.583
15F2	5.500.000	6.600.000	6.600.000	0	0
15F5	2.000.000	1.600.000	0	0	0
2586	158.883.677	211.897.577	211.896.078	153.903.674	153.903.674
15F9	33.345.498	26.872.667	20.177.079	4.529.071	4.529.071
15F4	500.000	0	0	0	0
2726	226.685.989	221.871.728	204.104.764	124.878.244	124.525.807
15F6	2.800.000	2.783.832	1.931.133	4.032	4.032
154Z	7.000.000	1.200.000	0	0	0
15F3	1.000.000	0	0	0	0
148D	2.244.434	2.244.434	1.807.989	259.551	259.551
Total	471.825.867	487.430.238	457.875.625	283.633.154	283.280.718

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
155D	8.000.000	0	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Total	8.000.000	0	0	0	0

OBJETIVO: 1043 - Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8946	3.638.312	558.836	349.875	287.808	287.808
14UY	2.333.345	0	0	0	0
8974	26.819.561	20.225.049	7.624.488	3.123	3.123
13FC	2.411.202	133.006	0	0	0
2810	19.343.845	25.243.845	23.643.214	19.725.121	19.709.135
20I7	14.487.835	18.738.749	3.560.895	1.714.081	1.714.081
Total	69.034.100	64.899.485	35.178.472	21.730.133	21.714.147

OBJETIVO: 1044 - Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8858	12.759.794	6.318.276	3.332.736	489.858	483.678
15L9	0	118.000.000	70.823.919	56.398.669	56.397.646
215R	92.009.910	80.018.931	79.764.949	73.791.164	73.745.664
2320	15.884.447	14.686.670	14.629.787	10.681.685	10.462.306
20ID	214.699.042	214.379.318	119.675.091	8.726.939	8.726.939
8124	7.990.629	7.740.629	787.059	0	0
15F8	72.686.981	0	0	0	0
2B00	147.418.041	151.212.179	98.876.841	94.571.216	94.526.382
7U23	210.960.041	679.462.595	625.851.450	575.429.707	575.324.746
Total	774.408.885	1.271.818.598	1.013.741.832	820.089.238	819.667.360

OBJETIVO: 1045 - Promover sistema penal justo e que viabilize a reintegração social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UG	43.300.000	704.602.269	50.292.315	3.847.610	3.847.610
15F7	1.000.000	1.800.000	0	0	0
20WS	60.000.000	102.699.996	56.039.796	32.970.293	32.807.321
155N	139.742.713	1.659.464.018	1.338.083.675	1.164.456.901	1.119.672.457
20UH	14.600.000	48.300.000	12.111.719	10.398.068	10.386.734
10M1	1.300.000	41.690.000	17.690.000	0	0
Total	259.942.713	2.558.556.283	1.474.217.506	1.211.672.872	1.166.714.121

OBJETIVO: 1046 - Fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor por meio da ampliação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escala e da efetividade das políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2334	13.310.804	13.310.804	3.427.377	2.005.807	2.002.234
2807	20.211.808	22.232.808	22.229.766	17.296.084	17.225.130
6067	3.845.806	4.856.504	2.402.207	1.589.658	1.567.734
Total	37.368.418	40.400.116	28.059.350	20.891.549	20.795.098

OBJETIVO: 1164 - Enfrentar a corrupção na Administração Pública Federal aprimorando os mecanismos de prevenção, detecção e punição

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D58	76.520.224	85.597.456	83.167.989	63.853.455	63.153.565
Total	76.520.224	85.597.456	83.167.989	63.853.455	63.153.565

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2082 - Política Externa

OBJETIVO: 1140 - Fortalecer a integração regional, com ênfase na América do Sul, contribuindo para a formação de um espaço de paz e desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2536	1.736.889	1.796.889	1.698.523	1.607.892	1.606.896
15L1	7.359.588	7.359.588	7.345.915	0	0
Total	9.096.477	9.156.477	9.044.438	1.607.892	1.606.896

OBJETIVO: 1141 - Consolidar o papel do Brasil como ator global, reforçando relações estratégicas em todos os continentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2534	3.007.455	3.107.455	2.793.767	2.778.003	2.778.003
20WW	445.831.464	832.301.464	671.424.613	601.404.797	600.640.337
00CC	919.656	819.656	810.000	0	0
8495	9.840.974	9.540.974	3.117.298	3.079.406	3.079.406
2532	1.381.813	1.381.813	1.270.826	1.270.826	1.270.826
Total	460.981.362	847.151.362	679.416.505	608.533.032	607.768.571

OBJETIVO: 1144 - Zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior, ampliando a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares, garantindo a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras, com foco no bem-estar coletivo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I5	78.176.441	88.564.441	69.385.514	60.209.049	60.090.266
Total	78.176.441	88.564.441	69.385.514	60.209.049	60.090.266

OBJETIVO: 1145 - Fortalecer a participação ativa e promover os interesses do Brasil nos debates acerca de temas globais, tais como direitos humanos, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia e meio ambiente, em instâncias bilaterais, regionais, multilaterais e multissetoriais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2367	8.157.254	8.157.254	5.965.043	4.417.428	4.417.428
Total	8.157.254	8.157.254	5.965.043	4.417.428	4.417.428

OBJETIVO: 1146 - Projetar a imagem, a cultura e a língua do Brasil no exterior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WY	26.226.297	30.436.297	26.648.618	23.329.990	23.317.096
00CB	2.000.000	1.600.000	1.209.663	1.209.663	1.209.663
Total	28.226.297	32.036.297	27.858.280	24.539.653	24.526.758

OBJETIVO: 1148 - Reforçar a atuação da diplomacia econômica e comercial, de forma a alcançar uma melhor inserção do Brasil nos circuitos globais de comércio e investimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WZ	15.532.247	16.975.247	12.548.968	10.270.824	10.270.824
6105	3.000.000	3.000.000	1.652.050	464.925	464.925
Total	18.532.247	19.975.247	14.201.018	10.735.749	10.735.749

OBJETIVO: 1149 - Atuar em prol da reforma e do reforço das estruturas de governança global, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e ampliar a participação do Brasil, aumentando seu peso nos processos decisórios internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WX	20.929.785	81.495.557	57.877.604	50.786.835	50.601.483
00PN	1.000.000	1.000.000	949.965	949.965	949.965
Total	21.929.785	82.495.557	58.827.569	51.736.800	51.551.448

OBJETIVO: 1150 - Estruturar e consolidar a cooperação internacional, em suas diversas modalidades, por meio da coordenação entre órgãos do Governo Federal, da interlocução com entes federativos e do diálogo com a sociedade civil, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e ampliar a inserção internacional do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X0	15.430.413	7.978.641	7.064.895	7.064.895	7.064.895
2533	31.291.840	34.336.840	33.647.345	33.219.998	33.215.199
Total	46.722.253	42.315.481	40.712.240	40.284.893	40.280.094

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2083 - Qualidade Ambiental

OBJETIVO: 1102 - Reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W6	21.562.935	18.689.070	2.636.634	67.546	67.546
8274	12.950.000	12.950.000	5.448.843	4.005.150	3.995.730
20M6	26.922.883	18.922.883	1.750.800	223.138	223.138
20VZ	102.000	91.800	91.800	91.800	91.800
20AM	1.200.000	1.200.000	0	0	0
Total	62.737.818	51.853.753	9.928.077	4.387.634	4.378.214

OBJETIVO: 1103 - Controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VX	134.000	134.000	93.096	74.037	74.037
Total	134.000	134.000	93.096	74.037	74.037

OBJETIVO: 1104 - Promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VW	426.944	426.944	426.944	40.448	40.448
20W5	200.000	198.914	0	0	0
10TT	190.000	190.000	41.767	22.750	22.750
Total	816.944	815.858	468.711	63.197	63.197

OBJETIVO: 1105 - Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
214N	65.546.582	76.603.059	70.211.423	68.716.490	68.532.300
20WH	2.399.047	1.919.238	1.894.292	1.787.607	1.787.607
6925	6.171.283	6.171.283	5.902.025	4.926.005	4.926.005
Total	74.116.912	84.693.580	78.007.740	75.430.101	75.245.911

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos

OBJETIVO: 1024 - Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2397	4.603.065	4.603.065	3.606.860	3.468.296	3.435.308
Total	4.603.065	4.603.065	3.606.860	3.468.296	3.435.308

OBJETIVO: 1025 - Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VS	1.320.000	1.320.000	1.297.559	724.238	724.238
4926	9.183.444	8.286.253	5.781.478	1.967.008	1.967.008
2378	54.679.129	54.638.729	53.941.347	32.346.004	32.208.163
20WI	175.500.589	175.171.206	159.149.788	91.822.846	90.706.931
Total	240.683.162	239.416.188	220.170.171	126.860.095	125.606.340

OBJETIVO: 1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12DS	3.848.151	3.848.151	3.848.151	0	0
00LX	53.532.500	55.650.944	55.650.944	52.873.234	52.873.234
Total	57.380.651	59.499.095	59.499.095	52.873.234	52.873.234

OBJETIVO: 1027 - Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZW	47.274.849	49.274.849	47.430.370	1.909.148	1.811.609
101P	13.341.992	13.341.992	0	0	0
20VR	402.537	362.537	362.537	107.424	107.424
142D	100.000	80.000	448	448	448
Total	61.119.378	63.059.378	47.793.354	2.017.020	1.919.481

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OBJETIVO: 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5900	855.664.605	773.664.605	766.495.965	292.210.778	250.670.620
Total	855.664.605	773.664.605	766.495.965	292.210.778	250.670.620

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12EP	396.050.903	741.108.729	680.012.850	440.769.822	434.933.874
Total	396.050.903	741.108.729	680.012.850	440.769.822	434.933.874

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10CT	87.538.733	226.196.195	226.196.195	140.206.605	140.206.605
Total	87.538.733	226.196.195	226.196.195	140.206.605	140.206.605

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152D	38.496.366	38.496.366	38.437.166	0	0
Total	38.496.366	38.496.366	38.437.166	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L29	150.000.000	270.000.000	270.000.000	239.898.138	239.898.138
Total	150.000.000	270.000.000	270.000.000	239.898.138	239.898.138

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10F6	67.328.654	125.328.654	125.328.654	109.328.654	109.328.654
Total	67.328.654	125.328.654	125.328.654	109.328.654	109.328.654

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152F	841.574	0	0	0	0
Total	841.574	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G7	53.701.817	153.701.817	153.701.817	88.701.817	88.701.817
Total	53.701.817	153.701.817	153.701.817	88.701.817	88.701.817

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	152E	11.278.740	10.437.166	0	0	0
Total		11.278.740	10.437.166	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3735	841.574	589.102	0	0	0
Total	841.574	589.102	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5308	420.787	910.786	910.329	345.954	345.954
Total	420.787	910.786	910.329	345.954	345.954

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11AA	6.059.332	0	0	0	0
Total	6.059.332	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10DC	23.190.225	88.476.225	79.639.042	20.038.042	14.353.042
Total	23.190.225	88.476.225	79.639.042	20.038.042	14.353.042

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N64	23.523.118	77.580.053	30.560.828	22.715.641	21.176.735
Total	23.523.118	77.580.053	30.560.828	22.715.641	21.176.735

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3715	841.574	0	0	0	0
Total	841.574	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SH	7.574.165	10.207.246	10.207.246	0	0
Total	7.574.165	10.207.246	10.207.246	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
156Q	841.574	0	0	0	0
Total	841.574	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15DX	3.029.666	0	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 530

Total	3.029.666	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14S6	2.272.250	2.272.250	0	0	0
14SC	84.157	1.266.332	1.266.332	0	0
5910	420.787	0	0	0	0
109J	16.732.660	16.732.660	0	0	0
14RR	84.157	4.537.997	4.537.997	4.234.341	4.234.341
1I61	18.935.412	13.935.412	0	0	0
1I60	13.941.846	13.058.594	13.058.594	0	0
109I	12.857.827	12.857.827	6.725.362	0	0
14ST	84.157	0	0	0	0
14SV	4.544.500	9.228.465	6.598.465	0	0
14SD	84.157	3.109.157	3.109.157	0	0
11NF	84.157	0	0	0	0
14SK	84.157	0	0	0	0
7W51	150.000.000	150.000.000	0	0	0
14VJ	7.574.165	31.615	0	0	0
14RU	30.000.000	30.000.000	30.000.000	2.829.421	2.829.421
140N	8.633.054	8.633.054	0	0	0
14SG	7.574.165	7.574.165	7.574.165	7.574.165	7.574.165
140S	15.148.329	10.648.329	5.594.938	0	0
14RQ	84.157	84.157	0	0	0
14SP	168.315	4.398.315	0	0	0
7G88	5.761.025	0	0	0	0
14VI	105.489.328	120.527.827	77.621.746	18.814.931	18.814.931
10GM	17.572.062	8.148.329	3.854.928	1.385.389	1.385.389
14RS	84.157	2.668.749	2.668.749	84.157	84.157
14RX	841.574	2.758.261	0	0	0
14SS	3.787.083	4.088.613	1.100.000	0	0
14S7	84.157	0	0	0	0
14S5	84.157	2.479.157	2.395.000	0	0
14S8	420.787	1.193.247	1.193.247	420.787	420.787
1851	131.280.979	133.280.979	57.927.260	3.311.042	3.310.476
14SR	84.157	0	0	0	0
14RW	3.787.083	0	0	0	0
109H	78.191.274	78.191.274	250.000	0	0
14RY	21.207.660	0	0	0	0
14S9	84.157	4.771.317	4.771.317	4.771.317	4.771.317
14RM	841.574	4.628.657	4.628.657	0	0
14SE	84.157	59.157	0	0	0
13RU	603.720	0	0	0	0
14RZ	84.157	309.157	0	0	0
14LA	8.937.515	19.418.770	4.398.886	4.379.504	4.379.504
14VL	7.574.165	4.960.000	4.960.000	574.165	574.165
Total	676.277.337	675.851.823	244.234.800	48.379.219	48.378.653

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G4	24.165.818	4.165.818	0	0	0
Total	24.165.818	4.165.818	0	0	0

OBJETIVO: 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G6	841.574	841.574	841.547	841.547	841.547
Total	841.574	841.574	841.547	841.547	841.547

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14S0	84.157	84.157	0	0	0
14RP	91.448.837	91.683.837	12.813.218	0	0
14VK	84.157	25.737	0	0	0
140N	7.003.635	3.885.740	2.639.270	1.744.878	1.744.878
20N4	3.826.060	3.446.060	1.862.745	364.724	363.512
213R	100.337.819	50.337.819	48.842.035	9.546.990	9.545.216
Total	202.784.665	149.463.350	66.157.267	11.656.593	11.653.606

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

OBJETIVO: 1071 - Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R9	17.058.981	16.880.981	11.516.663	3.880.526	3.880.526
Total	17.058.981	16.880.981	11.516.663	3.880.526	3.880.526

OBJETIVO: 1072 - Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
215S	88.981.838	77.930.838	71.554.701	6.356.691	6.247.451
Total	88.981.838	77.930.838	71.554.701	6.356.691	6.247.451

OBJETIVO: 1073 - Promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IE	42.504.997	21.904.080	16.907.316	3.921.915	3.857.741
Total	42.504.997	21.904.080	16.907.316	3.921.915	3.857.741

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2086 - Transporte Aquaviário

OBJETIVO: 0234 - Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123M	2.641.766	2.641.766	0	0	0
Total	2.641.766	2.641.766	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KV	36.290.278	6.832.717	3.345.512	1.588.644	1.159.330
Total	36.290.278	6.832.717	3.345.512	1.588.644	1.159.330

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HY	3.302.208	1.811.545	0	0	0
15BS	153.926	153.926	153.926	152.477	152.477
12HL	20.486.448	12.486.448	12.429.697	799.984	668.801
7M52	18.492.362	4.000.001	3.058.000	2.733.336	2.733.336
110S	21.134.127	20.634.127	19.058.680	10.668.415	9.921.308
12J1	3.962.650	3.462.650	3.188.293	0	0
Total	67.531.721	42.548.697	37.888.596	14.354.212	13.475.923

OBJETIVO: 0278 - Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127G	55.355.843	56.298.405	31.813.934	4.546.017	1.985.706
15J1	0	2.000.000	2.000.000	0	0
7W61	100.000.000	100.000.000	0	0	0
Total	155.355.843	158.298.405	33.813.934	4.546.017	1.985.706

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7W49	22.073.148	22.073.148	0
Total	22.073.148	22.073.148	0

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.087661/2017-60

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0118	4.764.726.437	4.764.726.437	3.453.900.418	3.453.900.418	3.453.900.418
Total	4.764.726.437	4.764.726.437	3.453.900.418	3.453.900.418	3.453.900.418

OBJETIVO: 1054 - Assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas por meio da manutenção e da operação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4349	26.917.378	24.682.775	20.535.472	10.610.969	10.541.285
20LN	23.550.747	23.550.747	23.550.747	18.682.895	18.682.895
20LO	5.434.788	6.309.867	2.962.287	2.118.107	1.794.796
Total	55.902.913	54.543.389	47.048.506	31.411.970	31.018.976

OBJETIVO: 1080 - Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122O	128.155.231	22.265.960	20.000.000	0	0
Total	128.155.231	22.265.960	20.000.000	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122E	3.302.208	0	0	0	0
212A	344.690.674	109.777.075	17.000.000	0	0
Total	347.992.882	109.777.075	17.000.000	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122H	66.045	0	0	0	0
Total	66.045	0	0	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14U5	66.045	1.045	0
Total	66.045	1.045	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1C66	66.045	1.308.071	49.520
Total	66.045	1.308.071	49.520

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
138S	66.045	1.045	0	0	0
Total	66.045	1.045	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211X	1.472.881	44	0	0	0
122Z	66.045	66.045	0	0	0
150L	461.778	1.778	0	0	0
156U	66.045	0	0	0	0
12K7	66.045	66.045	0	0	0
122M	40.290.832	40.290.832	38.811.334	0	0
151N	153.926	1.926	0	0	0
131M	66.045	41.925	0	0	0
11XL	66.045	66.045	0	0	0
7L25	31.607.672	55.009.973	55.009.973	21.592.138	21.592.138
12Y0	66.045	0	0	0	0
13LF	66.045	66.045	0	0	0
7W57	22.073.148	22.073.148	0	0	0
11XC	66.045	1.045	0	0	0
8785	11.745.729	17.000.000	16.999.975	10.464.602	10.464.602
14XM	461.778	1.778	0	0	0
12DG	66.045	0	0	0	0
7Q62	80.066.045	27.337.018	27.337.018	0	0
14UD	66.045	0	0	0	0
151H	461.778	1.778	0	0	0
156V	66.045	66.045	0	0	0
128N	66.045	66.045	0	0	0
122I	6.604.416	12.614.416	12.614.416	0	0
122A	58.444.908	68.444.908	62.739.988	0	0
12I0	12.928.569	8.628.569	8.628.569	8.628.569	8.628.569
122L	1.320.883	1.320.883	0	0	0
122B	66.045	0	0	0	0
122F	66.045	0	0	0	0
153G	46.677.005	568.651	0	0	0
12IV	66.045	0	0	0	0
Total	315.762.023	253.734.942	222.141.273	40.685.310	40.685.310

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LS	66.045	66.045	0
12LL	500.000	0	0
145U	4.000.000	1.600.179	177.242
15CN	66.045	1.045	0
143S	1.577.194	1.577.194	0
143A	1.376.697	1.087.883	722.611
144A	2.100.000	2.011.733	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 536

143Q	4.000.000	5.000.000	0
12LQ	36.875.606	128.073.471	73.053.751
12LP	0	18.419.108	17.359.396
14WO	1.000.000	3.800.000	3.779.275
147E	768.430	390.829	116.250
145B	10.988.016	11.469.568	1.636.905
144U	1.800.000	1.800.000	225.486
143B	0	1.840.000	0
144L	500.000	500.000	0
143O	6.000.000	6.000.000	0
145D	3.706.918	3.641.141	57.532
15CO	66.045	1.045	0
144R	1.700.000	1.700.000	90.505
7390	2.479.000	2.129.000	923.653
144Y	6.831.000	5.681.000	0
12LK	30.277.758	77.137.650	3.563.712
143D	10.897.285	55.811.867	38.934.973
15D2	66.045	66.045	0
147D	100.000	0	0
144H	4.000.000	6.500.000	840.613
12LG	1.066.045	66.045	0
12LR	66.045	13.011.250	5.679.383
12LM	4.679.200	7.213.144	7.203.492
144V	500.000	2.257.385	1.557.077
14RG	66.045	8.001.045	1.185.755
144W	3.490.000	1.590.000	0
143N	7.900.000	7.300.000	0
144E	1.000.000	1.000.000	556.426
20HL	13.698.364	15.805.032	237.770
12NK	28.175.007	15.675.007	9.127
144Z	9.612.374	9.612.374	2.910.381
10IO	100.000	0	0
143U	3.500.000	2.000.000	0
143L	11.000.000	10.000.000	0
144C	160.000	160.000	0
144J	110.958	110.958	0
144X	27.747.720	30.744.478	24.159.568
1C67	25.947.973	62.038.053	17.567.695
7376	790.388	1	0
12NJ	2.000.000	14.500.000	9.587.271
12LN	20.066.045	10.898.045	50.766
142Z	1.606.376	1.106.376	33.294
145H	2.000.000	2.015.746	1.048.491
144K	3.500.000	1.000.000	0
20HM	0	1.000.000	0
144T	3.200.000	3.200.000	351.083
143Y	4.967.627	5.922.102	1.871.379
Total	308.692.251	562.531.844	215.490.862

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

OBJETIVO: 1082 - Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B9	24.450.900	42.430.020	27.563.386	12.311.939	12.311.939
12KQ	4.315.297	1.815.297	0	0	0
Total	28.766.197	44.245.317	27.563.386	12.311.939	12.311.939

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14KJ	44.207.635	78.822.187	13.544.850
20HM	9.288.796	11.178.748	39.619
14KL	4.103.960	6.348.991	1.965.071
Total	57.600.391	96.349.926	15.549.540

OBJETIVO: 1083 - Melhorar a produtividade, nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KP	5.547.082	5.547.082	5.531.933	0	0
12KR	33.023	33.023	0	0	0
122X	17.114.826	17.114.826	17.114.826	0	0
7U41	66.046	66.046	0	0	0
Total	22.760.977	22.760.977	22.646.759	0	0

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7U39	6.497	2.600.000	0
12LO	66.045	2.559.076	70.272
7U34	6.497	0	0
7U36	6.497	0	0
7U35	6.497	0	0
7U31	6.497	0	0
11WH	2.723.693	2.723.693	0
7U38	170.000	0	0
14KM	11.940.328	22.255.179	475.230
15DC	6.000.000	3.000.000	0
7U37	162.992	0	0
7U32	6.497	0	0
7U33	6.497	0	0
Total	21.108.537	33.137.948	545.502

OBJETIVO: 1084 - Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES VINCULADAS AOS OBJETIVOS 538

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14RC	5.144.623	13.639.910	0
Total	5.144.623	13.639.910	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROGRAMA: 2087 - Transporte Terrestre

OBJETIVO: 0130 - Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UB	26.376.551	26.376.551	23.834.054	18.785.747	18.700.535
214E	500.000	500.000	0	0	0
2907	53.390.703	53.390.703	49.807.122	39.686.086	39.562.088
Total	80.267.254	80.267.254	73.641.176	58.471.833	58.262.623

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15BW	5.522.106	5.191.886	0	0	0
Total	5.522.106	5.191.886	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1304	330.220	31.154	31.154	31.154	0
Total	330.220	31.154	31.154	31.154	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7I40	2.971.987	980.391	980.391	980.391	980.391
Total	2.971.987	980.391	980.391	980.391	980.391

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7624	63.764.518	110.300.000	110.300.000	45.880.998	44.478.480
Total	63.764.518	110.300.000	110.300.000	45.880.998	44.478.480

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105S	80.645.062	1.923.013	1.923.013	923.012	923.012
13X9	330.220	31.154	0	0	0
Total	80.975.282	1.954.167	1.923.013	923.012	923.012

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	105T	24.642.269	14.642.269	3.928.568	1.431.668	1.431.668
Total		24.642.269	14.642.269	3.928.568	1.431.668	1.431.668

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7435	32.310.054	84.003.070	84.003.070	33.367.236	32.921.391
Total	32.310.054	84.003.070	84.003.070	33.367.236	32.921.391

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7630	7.198.813	7.198.813	7.198.813	0	0
13XP	330.220	0	0	0	0
3E49	660.442	2.310	0	0	0
Total	8.189.475	7.201.123	7.198.813	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7626	21.860.613	963.417	223.389	223.389	223.389
Total	21.860.613	963.417	223.389	223.389	223.389

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1208	594.397	685.991	594.397	557.146	557.146
Total	594.397	685.991	594.397	557.146	557.146

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110Q	35.119.624	3.941.459	3.940.722	1.962.171	1.962.171
110R	20.011.377	57.964	0	0	0
Total	55.131.001	3.999.423	3.940.722	1.962.171	1.962.171

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13X7	19.813.245	1.000.000	1.000.000	950.000	950.000
Total	19.813.245	1.000.000	1.000.000	950.000	950.000

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10KV	330.220	0	0	0	0
7L04	47.940.074	9.494.748	9.488.916	7.579.972	7.084.603
Total	48.270.294	9.494.748	9.488.916	7.579.972	7.084.603

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
15CA	330.220	0	0	0	0
Total	330.220	0	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	15CE	330.220	11.725	0	0	0
Total		330.220	11.725	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	10L1	69.372.096	93.032.107	92.472.107	38.955.853	38.955.853
	7M76	330.220	330.220	330.000	0	0
Total		69.702.316	93.362.327	92.802.107	38.955.853	38.955.853

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	12JL	30.831.817	30.831.817	30.831.817	26.311.522	26.311.522
Total		30.831.817	30.831.817	30.831.817	26.311.522	26.311.522

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	7U27	330.220	31.154	0	0	0
	10L3	330.220	13.257.865	13.257.865	0	0
	12JU	330.220	0	0	0	0
Total		990.660	13.289.019	13.257.865	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	13YE	152.402.717	152.402.717	0	0	0
Total		152.402.717	152.402.717	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	15CM	330.220	1.154	0	0	0
Total		330.220	1.154	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	7M71	330.220	50.330.220	50.330.220	0	0
Total		330.220	50.330.220	50.330.220	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	10JQ	21.002.039	46.701.428	44.701.428	23.101.008	10.021.535
Total		21.002.039	46.701.428	44.701.428	23.101.008	10.021.535

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
	Ação	Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	123U	330.220	0	0	0	0
Total		330.220	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
14YC	330.220	0	0	0	0	
Total	330.220	0	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
10IX	65.793.608	87.454.387	81.264.657	34.045.459	34.045.459	
Total	65.793.608	87.454.387	81.264.657	34.045.459	34.045.459	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
1214	11.491.682	20.368.661	20.368.661	14.930.281	14.699.515	
Total	11.491.682	20.368.661	20.368.661	14.930.281	14.699.515	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
12IW	330.220	31.154	0	0	0	
Total	330.220	31.154	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
14X0	17.613.615	17.283.395	0	0	0	
Total	17.613.615	17.283.395	0	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
7530	37.519.465	37.519.465	37.133.338	24.845.912	24.845.912	
Total	37.519.465	37.519.465	37.133.338	24.845.912	24.845.912	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
3E50	41.259.687	101.259.687	101.259.687	66.071.920	65.570.181	
Total	41.259.687	101.259.687	101.259.687	66.071.920	65.570.181	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
7U06	330.220	30.220	30.220	0	0	
Total	330.220	30.220	30.220	0	0	

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação	Dotação		Execução			
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
13XL	330.220	30.220	0	0	0	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	7U29	11.541.977	3.432.873	0	0	0
	7S75	19.757.038	64.757.038	64.757.038	4.114.576	3.283.392
	7G66	330.220	231.154	0	0	0
	3E56	330.220	31.154	0	0	0
	13XJ	330.220	31.154	0	0	0
	7V23	11.211.757	0	0	0	0
	7V89	8.246.985	0	0	0	0
	13Y0	330.220	0	0	0	0
	7W07	150.000.000	67.195.000	0	0	0
	7W78	13.026.711	0	0	0	0
	10M9	2.179.457	2.179.457	2.179.457	2.168.019	2.168.019
	7U28	330.220	30.220	0	0	0
	7W84	150.000.000	85.000.000	85.000.000	553.905	553.905
	12JT	330.220	231.154	231.154	0	0
	7W09	17.283.395	17.283.395	0	0	0
	13XR	330.220	31.154	0	0	0
	7M88	330.220	231.154	231.154	0	0
	13Y5	20.816.146	2.918.183	0	0	0
	1558	6.274.194	7.000.000	7.000.000	2.603.560	1.609.955
	13YM	330.220	0	0	0	0
	7E90	330.220	31.154	0	0	0
	13X6	330.220	31.154	0	0	0
	7W81	4.000.000	0	0	0	0
	7V02	330.220	31.154	0	0	0
	14K8	962.038	1	0	0	0
	13Y2	330.220	31.154	0	0	0
	15C1	330.220	1.154	0	0	0
	15C8	330.220	0	0	0	0
	7S73	330.220	330.220	300.000	0	0
	7W77	18.177.112	18.177.112	0	0	0
	7U25	8.585.739	30.001	0	0	0
	7M63	15.322.243	16.603.328	16.603.328	7.717.379	7.717.379
	12KF	10.501.020	12.501.020	12.496.574	268.702	187.404
	113K	330.220	5.457.561	3.098.296	578.893	578.893
	1K53	330.220	31.154	31.154	0	0
	7S69	6.306.613	0	0	0	0
	7R82	13.026.711	0	0	0	0
	1K23	4.821.223	3.374.857	0	0	0
	7U30	330.220	0	0	0	0
	7S66	330.220	0	0	0	0
	1310	14.925.978	500.000	0	0	0
	7T98	150.000.000	150.000.000	149.750.000	0	0
	13NC	330.220	231.154	231.154	0	0
	7W04	13.026.711	13.026.711	13.026.711	0	0
	7U22	150.000.000	150.000.000	150.000.000	110.957.685	110.957.685
Total		827.257.888	621.002.199	504.936.020	128.962.719	127.056.632

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XH	330.220	1.154	0	0	0
7M95	13.330.509	13.227.534	6.596.754	6.560.364	6.560.364
Total	13.660.729	13.228.688	6.596.754	6.560.364	6.560.364

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K17	330.220	0	0	0	0
Total	330.220	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JP	170.000.000	170.000.000	170.000.000	161.000.000	161.000.000
Total	170.000.000	170.000.000	170.000.000	161.000.000	161.000.000

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7I71	15.026.711	13.276.711	250.000	122.517	122.517
7M91	500.000	500.000	500.000	0	0
13X5	330.220	1.330.220	1.330.220	0	0
15BT	12.114.513	6.741.957	0	0	0
151V	330.220	31.154	0	0	0
7S51	150.441.463	100.441.463	100.441.463	0	0
11ZK	962.038	769.631	0	0	0
12JV	330.220	31.154	0	0	0
12KG	22.160.392	32.160.392	32.160.392	26.651.970	22.494.423
7S80	20.367.132	48.067.132	48.067.132	0	0
7R27	330.220	0	0	0	0
13YN	13.026.711	0	0	0	0
7L03	29.471.704	0	0	0	0
123S	330.220	31.154	0	0	0
11Z7	330.220	31.154	0	0	0
7P87	330.220	231.154	0	0	0
11WB	330.220	31.154	31.154	0	0
7V85	13.026.711	0	0	0	0
11ZC	330.220	231.154	231.154	116.940	116.940
13XZ	330.220	0	0	0	0
13XW	330.220	0	0	0	0
12HH	330.220	0	0	0	0
7V25	103.338.246	50.855.381	0	0	0
14LV	330.220	330.220	330.220	319.569	319.569
113V	330.220	0	0	0	0
7N46	1.416.276	0	0	0	0
13SQ	481.019	0	0	0	0
12KB	330.220	0	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	12MK	330.220	330.220	330.000	111.643	111.643
	12KY	2.971.987	80.391	80.391	0	0
	7I74	330.220	1	0	0	0
	7S43	13.026.711	0	0	0	0
	12H0	330.220	30.220	0	0	0
	10UL	330.220	17.755	0	0	0
Total		404.605.794	255.549.772	183.752.126	27.322.639	23.165.092

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14X3	330.220	31.154	0	0	0
Total	330.220	31.154	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
150T	330.220	31.154	0	0	0
Total	330.220	31.154	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14YA	330.220	0	0	0	0
Total	330.220	0	0	0	0

OBJETIVO: 0137 - Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13OZ	16.210.512	11.347.358	0	0	0
Total	16.210.512	11.347.358	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7E79	10.434.976	45.800.000	45.800.000	519.609	519.609
Total	10.434.976	45.800.000	45.800.000	519.609	519.609

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V19	330.220	31.154	0	0	0
Total	330.220	31.154	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10IW	4.226.826	6.400.000	6.400.000	0	0
15CK	330.220	0	0	0	0
1C09	6.604.416	5.000.001	5.000.001	512.640	512.640

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	7441	330.220	31.154	0	0	0
Total		11.491.682	11.431.155	11.400.001	512.640	512.640

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	13YK	330.220	30.220	0	0	0
Total		330.220	30.220	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	1490	74.864.055	94.864.055	94.836.284	11.999.783	11.157.219
Total		74.864.055	94.864.055	94.836.284	11.999.783	11.157.219

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	7T97	150.000.000	1.195.000	1.195.000	0	0
Total		150.000.000	1.195.000	1.195.000	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	111D	330.220	188.154	150.739	150.739	150.739
	110I	27.738.651	14.696.636	14.696.636	4.537.185	4.473.454
	10KR	20.084.025	20.058.818	20.058.818	5.385.190	5.385.190
Total		48.152.896	34.943.608	34.906.193	10.073.114	10.009.383

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	7F51	44.953.119	44.467.183	44.067.183	8.820.144	8.713.606
Total		44.953.119	44.467.183	44.067.183	8.820.144	8.713.606

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	10KK	36.992.670	25.894.869	25.894.869	44.209	44.209
Total		36.992.670	25.894.869	25.894.869	44.209	44.209

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	5E15	26.456.784	26.525.279	26.525.279	11.765.581	11.571.588
Total		26.456.784	26.525.279	26.525.279	11.765.581	11.571.588

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
Ação		Dotação		Execução		
		LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
	1248	11.623.770	5.239.000	5.078.713	47.811	47.811
Total		11.623.770	5.239.000	5.078.713	47.811	47.811

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1422	330.220	10.330.220	0	0	0
Total	330.220	10.330.220	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14YB	330.220	0	0	0	0
Total	330.220	0	0	0	0

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
113Y	7.198.813	8.740.357	8.315.308	1.310.097	1.310.097
Total	7.198.813	8.740.357	8.315.308	1.310.097	1.310.097

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L7	330.220	31.154	17.100	9.900	9.900
Total	330.220	31.154	17.100	9.900	9.900

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7K23	16.307.633	6.306.614	6.106.613	814.717	696.350
Total	16.307.633	6.306.614	6.106.613	814.717	696.350

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14PC	65.151.960	165.151.960	165.151.959	95.325.327	95.018.499
Total	65.151.960	165.151.960	165.151.959	95.325.327	95.018.499

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XG	8.858.863	8.515.612	0	0	0
1418	330.220	330.220	0	0	0
13XQ	330.220	231.154	0	0	0
7E87	5.877.930	220	0	0	0
7242	150.000.000	150.000.000	137.673.921	9.807.318	9.807.318
7U21	42.060.933	30.512.884	29.900.000	29.900.000	29.900.000
7M66	330.220	0	0	0	0
7W79	18.434.746	12.904.346	0	0	0
15C2	330.220	1.154	0	0	0
126R	330.220	27.730.220	14.030.220	3.526.051	3.526.051
7G16	330.220	31.154	31.154	0	0
7N22	594.397	5.897.510	900.000	585.258	585.258
7S57	100.000.000	45.000.000	0	0	0
111J	330.220	0	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	7S59	7.529.033	15.819.488	529.033	0	0
	7T74	330.220	31.154	0	0	0
	13SL	6.604.416	13.476.933	13.476.933	1.376.908	1.376.908
	1428	330.220	0	0	0	0
	15JO	354.992	1.583.994	0	0	0
	7V33	330.220	31.154	0	0	0
	12JG	10.765.197	10.765.197	10.765.197	9.289.588	9.289.588
	7S40	13.026.711	0	0	0	0
	7P68	21.000.000	7.982.486	0	0	0
	12JW	330.220	0	0	0	0
	7W70	60.000.000	45.000.000	45.000.000	19.425.032	12.759.273
	7474	330.220	31.154	0	0	0
	15CI	330.220	31.154	0	0	0
	7M32	1.924.075	1.539.260	0	0	0
	7V05	1.416.276	0	0	0	0
	13UW	1.443.057	1.154.446	0	0	0
	7L92	100.000.000	100.000.000	6.000.000	0	0
	7N85	330.220	15.231.154	15.231.154	0	0
	113L	330.220	31.154	0	0	0
	7W76	49.166.831	49.166.831	0	0	0
	15CT	330.220	0	0	0	0
	14X1	16.706.738	20.936.738	20.936.738	16.706.738	16.706.738
	7152	330.220	1.154	0	0	0
	7I84	330.220	0	0	0	0
	11VA	330.220	12.330.220	12.330.220	330.220	330.220
	7V00	330.220	33.135.220	33.135.220	0	0
	1D70	330.220	0	0	0	0
	7S97	50.000.000	20.000.000	20.000.000	0	0
	7S62	18.912.884	38.912.884	38.912.884	0	0
	15CL	330.220	0	0	0	0
	128W	11.541.977	6.722.689	0	0	0
	7M81	8.057.386	12.200.000	12.200.000	11.390.774	7.696.376
	13WQ	330.220	1.154	0	0	0
	110O	27.685.969	3.380.179	3.156.178	0	0
	112N	8.387.608	21.326	0	0	0
	7K18	17.086.629	16.983.654	369.818	365.599	365.599
	1D02	26.456.784	26.456.784	26.456.784	11.811.716	11.186.650
Total		791.488.492	734.112.035	441.035.454	114.515.201	103.529.978

OBJETIVO: 0141 - Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116X	15.190.154	21.675.361	20.645.197	17.558.368	17.474.569
11ZD	57.523.030	57.809.735	48.060.619	23.761.655	23.342.283
5E83	13.208.830	208.830	0	0	0
116E	14.609.082	18.570.182	15.650.681	12.577.387	12.503.279

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	14X6	38.046.266	9.718.946	0	0	0
	11ZH	265.389.822	251.248.171	251.247.812	213.075.122	212.266.100
	11ZI	83.137.207	106.088.320	95.506.918	76.712.465	76.474.812
Total		487.104.391	465.319.545	431.111.228	343.684.998	342.061.043

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10MK	4.623.091	3.408.091	2.221.438	1.208.031	1.208.031
11ZT	173.430.239	173.430.239	173.430.239	140.000.000	140.000.000
Total	178.053.330	176.838.330	175.651.677	141.208.031	141.208.031

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
124G	236.898.845	210.368.141	198.393.780	135.296.755	135.258.624
11ZE	213.958.202	195.454.985	193.999.957	108.284.832	107.894.216
Total	450.857.047	405.823.126	392.393.738	243.581.587	243.152.840

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V58	34.444.526	2.444.526	0	0	0
7S26	35.356.252	2.356.252	0	0	0
Total	69.800.778	4.800.778	0	0	0

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, de anéis, de variantes ferroviários e de outras intervenções.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EK	13.226.709	13.026.709	0	0	0
1K24	660.442	660.442	0	0	0
7T01	20.357.937	20.357.937	0	0	0
7V98	6.861.672	5.061.263	0	0	0
1K25	13.208.830	73.846	0	0	0
13KH	192.408	2.092.408	2.092.408	192.388	192.388
14TL	1.443.057	2.711.389	1.154.446	0	0
7V90	50.000.000	46.543.057	0	0	0
7W64	6.000.000	6.000.000	0	0	0
7W67	1.859.074	16.859.074	16.859.074	1.282.800	0
7V99	12.600.230	8.820.230	0	0	0
1276	660.442	660.442	0	0	0
7T95	8.246.985	0	0	0	0
10H8	50.250.000	0	0	0	0
7W83	2.704.107	0	0	0	0
7W69	1.974.025	1.974.025	0	0	0
7V20	13.026.711	0	0	0	0
7W66	2.918.182	9.623.182	6.705.000	0	0
15BR	240.509	192.408	0	0	0

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	7U54	13.026.711	0	0	0	0
	7V29	15.867.261	15.867.261	0	0	0
	7W73	13.026.711	13.026.711	0	0	0
	7W80	15.867.262	15.867.262	0	0	0
	11H1	11.227.505	17.000.000	8.841.763	2.694.817	2.694.817
	14NR	288.611	30.889	0	0	0
	14MM	288.611	488.611	94.460	0	0
	13EL	240.509	192.408	0	0	0
	7W74	13.026.711	0	0	0	0
	15CV	240.509	192.408	0	0	0
	7W68	11.974.023	11.974.023	0	0	0
	7V06	3.697.607	3.697.607	500.000	0	0
Total		305.203.351	212.993.592	36.247.151	4.170.005	2.887.205

OBJETIVO: 0280 - Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VJ	822.082.480	900.773.908	893.445.035	518.213.769	492.825.596
7W01	150.000.000	110.000.000	76.910.000	0	0
108X	55.823.935	4.018.381	37.335	37.335	37.335
2325	68.449.339	76.500.000	74.661.556	69.877.642	69.342.921
20VM	422.712.484	497.007.608	496.954.274	399.834.853	367.576.882
20VK	656.298.908	728.042.387	722.201.777	513.599.565	498.853.165
20VL	369.691.616	468.758.017	465.816.434	272.231.852	259.380.145
20VI	453.033.620	592.795.337	572.795.144	310.663.178	298.061.852
4482	2.000.000	2.000.000	1.229.790	494.647	494.647
2036	120.006.619	304.642.908	265.195.209	194.062.696	176.718.353
Total	3.120.099.001	3.684.538.546	3.569.246.553	2.279.015.537	2.163.290.896

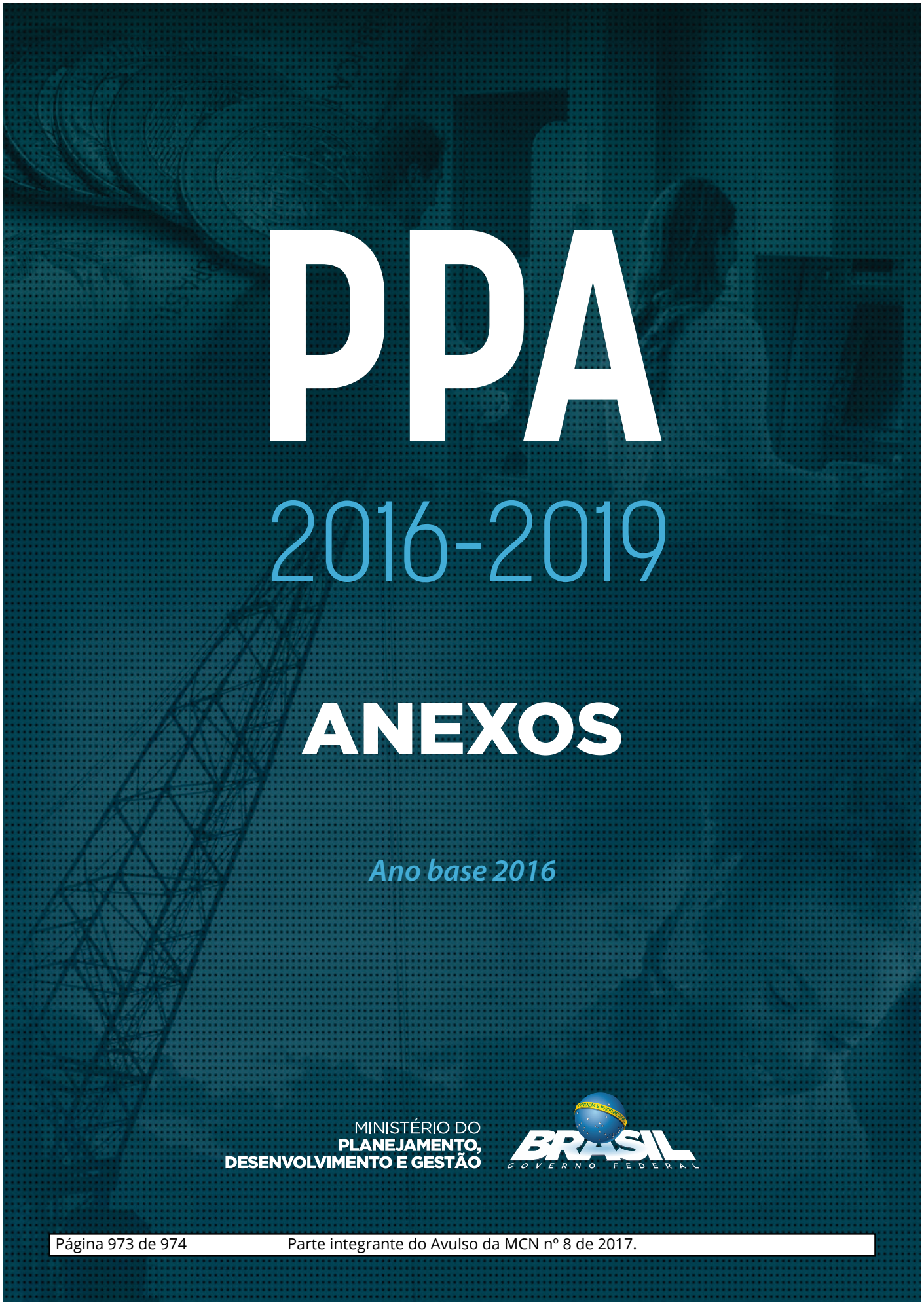
OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas ao Objetivo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LJ	25.106.096	19.445.876	19.409.709	7.511.254	7.511.254
869U	4.358.853	3.487.083	600.000	562.834	562.834
2348	7.997.682	6.997.682	5.775.089	4.934.338	4.934.338
Total	37.462.631	29.930.641	25.784.798	13.008.426	13.008.426

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
	04/06/2017	Prazo para a publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
	19/06/2017	Prazo para a apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo;
	26/06/2017	Prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo;
	03/07/2017	Prazo para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FC843A76001AF178.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.